



UNICAMP

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS**

ADRIELY CLARINDO CATTANI

**“PUTA NÃO TEM AMIGA”? Afetos, Conflitos e o Imperativo de Inimizade nas
Políticas da Prostituição Feminina**

CAMPINAS

2025

ADRIELY CLARINDO CATTANI

**“PUTA NÃO TEM AMIGA”? Afetos, conflitos e o Imperativo de Inimizade nas Políticas
da Prostituição Feminina**

Tese apresentada ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas como parte dos requisitos exigidos para a obtenção do título de Doutora em Antropologia Social.

Orientação: Profa. Dra. Adriana Gracia Piscitelli

ESTE TRABALHO CORRESPONDE À
VERSÃO FINAL DA DISSERTAÇÃO/TESE
DEFENDIDA PELA ALUNA ADRIELY
CLARINDO CATTANI E ORIENTADA PELA
PROFA. DRA. ADRIANA GRACIA
PISCITELLI

CAMPINAS

2025

Ficha catalográfica
Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)
Biblioteca do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
Adriana de Araujo Neitzel - CRB 010393

C544p Clarindo-Cattani, Adriely, 1991-
"Putas não tem amigas"? : Afetos, conflitos e o Imperativo de Inimizade nas Políticas da Prostituição Feminina / Adriely Clarindo Cattani. – Campinas, SP : [s.n.], 2025.

Orientador: Adriana Gracia Piscitelli.
Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Prostituição. 2. Emoções. 3. Gênero. 4. Migração. I. Piscitelli, Adriana Gracia, 1954-. II. Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

Informações complementares

Título em outro idioma: "Whores don't have friends"? : Affects, Conflicts, and the Imperative of Enmity in the Politics of Female Prostitution

Palavras-chave em inglês:

Prostitution

Emotions

Gender

Emigration and immigration.

Área de concentração: Antropologia Social

Títuloção: Doutora em Antropologia Social

Banca examinadora:

Adriana Gracia Piscitelli [Orientador]

Ana Paula da Silva

Laura Rebecca Murray

Natália Corazza Padovani

Iara Aparecida Beleli

Data de defesa: 10-04-2025

Programa de Pós-Graduação: Antropologia Social

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)

ODS: 10. Redução das desigualdades

Identificação e informações acadêmicas do(a) aluno(a)

• ORCID do autor: <https://orcid.org/0000-0003-3977-1163>

• Currículo Lattes do autor: <http://lattes.cnpq.br/6535128969710297>

Prof. Dra. Adriana Gracia Piscitelli
Prof. Dra. Ana Paula da Silva
Prof. Dra. Laura Rebecca Murray
Prof. Dra. Natália Corazza Padovani
Prof. Dra. Iara Aparecida Beleli

A Ata de Defesa com as respectivas assinaturas dos membros encontra-se no SIGA/Sistema de Fluxo de Dissertações/Teses e na Coordenadoria do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

A todas as minhas professoras, que, além do conhecimento, transmitiram o carinho e curiosidade pela vida.

Às prostitutas, que também são professoras, e ensinam estratégias para sobreviver e enfrentar os desafios cotidianos.

À minha mãe, dona Mirian Clarindo, que partiu muito cedo e não pôde terminar o ensino médio, mas que, por gostar de gente, sonhava em cursar ciências sociais.

AGRADECIMENTOS

Em uma tese que, entre outras coisas, aborda os sentidos atribuídos à amizade, seria impossível deixar de mencionar as redes de solidariedade e de cuidado que possibilitaram a escrita dessa pesquisa em meio a um cenário pandêmico, realizada inicialmente em uma cidade onde ainda não conhecia ninguém. Foram os rápidos encontros, que ocorreram pouco antes do isolamento chegar, seguidos pelas conexões virtuais e pelas reaproximações físicas que ainda estão ocorrendo no pós-pandemia, que me sustentaram no caminho até sua finalização. Essas redes possibilitaram que os desafios enfrentados fossem encarados com coragem e curiosidade, porque os medos e cansaços foram acolhidos.

Ao pensar em acolhimento, lembro-me do primeiro contato que tive junto à minha orientadora Adriana Piscitelli, quando ainda concluía a pesquisa de mestrado. Admirava profundamente seu extenso trabalho intelectual, e temia que ela não me ofertasse alguma possibilidade de aproximação. Ao contrário, Adriana me ofertou segurança para trilhar novos horizontes de pesquisa. Suas preocupações ultrapassavam os caminhos analíticos construídos na tese; com atenção às dificuldades cotidianas no cenário pandêmico combinada às conversas pacienciosas sobre os afetos que nos atravessavam em diferentes momentos, fomos construindo nossa relação. Adriana possui uma habilidade rara: produz críticas profundas, e, ao mesmo tempo, elegantes. Com delicadeza e respeito, é capaz de imprimir força e profundidade em seus posicionamentos críticos. Agradeço por sua orientação, cuidados, conselhos e acolhimentos. Foi uma honra ser sua orientanda.

Aos colegas que fizeram parte do grupo de orientações e leituras de nossa orientadora, agradeço pelas leituras críticas realizadas virtualmente, pelas aproximações e relações de apoio e confiança que surgiram desse encontro, pois resultaram na ampliação das redes de relação em um momento de isolamento. O vírus que nos amedrontava e que limitou encontros presenciais, não foi capaz de impedir nossas trocas. Agradeço especialmente aos queridos João Custódio, pelas conversas via ligações telefônicas sobre Pombagiras, que resultaram na produção de um artigo sobre o assunto e no incentivo ao doutorado sanduíche, e ao Thiago Silva, pelas contribuições no processo de inserção em campo junto às mulheres integrantes do GEMPAC.

À professora Iara Beleli que, além das leituras críticas realizadas no início do processo de pesquisa, ao conhecê-la pessoalmente após a pandemia, em nossas rápidas e descontraídas conversas sobre as relações entre Brasil e Portugal, possibilitou *insights* valiosos para as minhas argumentações. Nosso passeio em Lisboa foi fundamental para a construção da

terceira parte da tese, assim como forneceu o carinho, descontração e sensibilidade em um momento e local até então desconhecidos. Obrigada, minha querida.

À professora Natália Padovani, pelos encontros virtuais realizados durante as leituras do grupo de pesquisa e aulas na disciplina de gênero que ocorreram no início da pandemia. Inspirada em seu trabalho, nessa pesquisa defendi que aprendizagem e afeto são elementos indissociáveis. Agradeço a forma carinhosa e alegre com que transmitiu conhecimentos, e como facilmente forneceu proximidades e bons encontros.

Dos encontros inesperados da vida, agradeço também à professora Mara Clemente que me recebeu em Lisboa, no ISCTE, e que contribuiu para a minha aproximação com as trabalhadoras sexuais do MTS. Suas contribuições a respeito da história do movimento me levaram a novos horizontes analíticos. Também gostaria de agradecer à professora Simone Frangella por nossas conversas, ainda em Lisboa, sobre migração e prostituição, além das valiosas indicações de obras sobre o tema.

À Professora Joana Cabral, pelas ponderações críticas e envios de textos sobre autoantropologia. Agradeço também seu acolhimento na orientação do estágio em docência, que com tranquilidade e paciência contribuiu para minha formação.

Aos amigos que fiz nas disciplinas cursadas durante o período de formação no doutorado, expresso meu profundo agradecimento pelo apoio mútuo, risadas, conversas descontraídas no bar e por telefone. Todos vocês, meus queridos antropólogos e sociólogos, Macarena Williamson, Guilherme Silva, Sebastián Aguirre e Elis Rosa emprestaram leveza e diversão ao processo de pesquisa. Agradeço especialmente a amiga Lucía Copelotti, que tem sido uma presença constante de apoio e compreensão ao longo de todo esse processo. Seu ombro amigo, conforto e incentivo foram fundamentais para minha trajetória. Sua amizade e apoio incondicional foram essenciais para que eu superasse os desafios.

Ao citar leveza, lembro-me de que não posso deixar de agradecer às minhas amadas orientadoras de mestrado, Jésio Zamboni e Alexandro Rodrigues, que me ensinaram a não me calar tão facilmente. Foram elas, minhas professoras, “bichas más”, que um dia sugeriram a oportunidade de me “cafetinar” para as feministas do PAGU, e contribuíram com leituras críticas do meu projeto de doutorado, antes chamado de *Modo de Vida Puta*. Guardo com carinho a força e ousadia de vocês.

E se a pandemia dificultou a ampliação das redes, de tal forma que, além das pessoas mencionadas até aqui, não pude construir maior proximidade com outros colegas, agradeço às professoras e pesquisadoras Ana Paula da Silva e Laura Murray pelos trabalhos

que inspiraram e articularam boa parte dos argumentos inseridos na tese. Agradeço ainda pelo aceite, por comporem a banca de defesa, e pela atenção implicada nesse processo.

Além disso, o presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior- Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001, que durante quase todo processo de doutorado proporcionou as condições necessárias para que eu seguisse com a minha pesquisa. Não posso ainda deixar de agradecer ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico/CNPQ, pela bolsa de financiamento Doutorado Sandwich no Exterior (SWE)- (200067/2023-0), que tornou possível a realização da pesquisa em Portugal durante três meses.

Às interlocutoras dessa pesquisa, porque sem elas, assim como escrevi na dedicatória, não seria capaz de sobreviver à minha realidade. Lourdes Barreto, Maria Andrade, Cinderela, Socorro, Patrícia Rosa, e todas as outras que apareceram com nomes fictícios, especialmente, Roberta e Jéssica, sou imensamente feliz por termos nos encontrado. Individualmente, agradeço a cada uma de vocês pelos conhecimentos transmitidos, pelo apoio e pela cumplicidade. À Lourdes Barreto, por seu pioneirismo na luta pelos direitos das prostitutas, e por ter “aberto as portas” do GEMPAC.

À Maria Andrade, admiro sua luta junto ao MTS, sua garra e força em tornar a luta das TS um aspecto central em sua vida. Sou imensamente grata pelo seu acolhimento e contribuições. À cinderela, além do meu agradecimento, deixo registrado meu chamego. Além de notória representante da classe, você é uma das pessoas mais bem-humoradas e acolhedoras que já conheci. Obrigada por me apresentar ao GEMPAC, na ausência física de Lourdes. Sou grata ainda a Socorro, que junto com Cinderela, me levou a conhecer a ruas do quadrilátero, abriu as portas de sua casa e me recebeu com carinho e muitas tapiocas paraenses. Não me esqueço de vocês.

Patrícia Rosa, minha amiga, ousada, crítica e divertida, agradeço o seu acolhimento. Nossas conversas sobre as questões problemáticas que ainda envolvem as lutas das prostitutas brasileiras, enriqueceram o debate. Sua colaboração na pesquisa tornou possível a produção de questionamentos essenciais sobre as relações entre acadêmicos e prostitutas.

À Roberta, a quem conheci junto com Patrícia, agradeço sua receptividade, sua prontidão em contribuir com a pesquisa, e a forma como me levou a conhecer Lisboa a partir de seus olhos, e modo de vida. Quanto a Jéssica, minha amiga de longa data, de uma relação que antecede, em muitos anos, o processo de pesquisa, obrigada. Nossas travessuras estão distribuídas no decorrer de toda a pesquisa. Minha companheira de vida, agradeço por nossa amizade.

Lembrando da forma como as relações produzem cores e alegrias na vida, agradeço às minhas irmãs Ariadne Clarindo, Adiane Clarindo e Laysa Paranaguá Clarindo, por toda a torcida para que eu terminasse meus estudos, (como se fosse possível um término). Às ajudas financeiras de Ariadne durante a minha graduação, À Adiane, que ajudou a me “criar” na ausência de nossa mãe, e à Laysa por demonstrar como nossa caminha vale à pena, porque possibilita a pessoas com lutas como as nossas possam sonhar. Meu sincero agradecimento.

Ao meu companheiro, Victor Cattani, pessoa tranquila e doce com quem tenho construído uma vida, obrigada por seu carinho e paciência. Os doces e cafés que me serviu enquanto passava dias e mais dias alternando sala de aula e escrita da tese, assim como sua atenção aos meus receios e *insights*, aliviaram meu cansaço. Agradeço seu amparo, inclusive financeiro, quando precisei parar de trabalhar em algo que não fosse somente a tese. Sem o seu amor, a vida seria um tanto mais difícil e sem alegria.

Amizade, palavra sagrada, falsidade pela madrugada. O seu dinheiro não compra respeito, e que se foda sua vida avançada [...] vida longa a quem chora gueto, quem tá na cadeia e os barraco de pau (Vida Real, 2017).

Sentimentos não são substâncias a serem descobertas em nosso sangue, mas práticas sociais organizadas por histórias que nós encenamos e contamos. Elas são estruturadas por nossas formas de compreensão (Michele Rosaldo, 2019).

RESUMO

Esta tese trata das gramáticas emocionais e dos processos formativos que atravessam as políticas da prostituição feminina. Diante da difusão de imperativos que incentivam a inimizade entre prostitutas, e informam que prostitutas não têm ou não podem ter amigas, analisa-se como tais preceitos, junto às relações de amizade, embates, conflitos e afetos contraditórios incidem na formação dos vínculos entre elas, assim como nos processos pedagógicos que visam ao “aprender a ser prostituta”. A partir das investigações sobre emoções e práticas cotidianas manejadas por prostitutas, desenvolvo meu principal argumento de que o espírito bélico, usualmente observado nas negociações entre prostitutas e o Estado, também se apresenta de maneira estruturante nas interações entre trabalhadoras sexuais, sendo fundamental na constituição das políticas da prostituição. Para sustentar este argumento, as análises estão ancoradas em uma etnografia multissituada realizada em Campinas, no interior do estado de São Paulo; Belém, capital do estado do Pará; e nas cidades de Lisboa e Braga, em Portugal. A partir desses locais, apresento as conexões, semelhanças e diferenças nas regras de ação, modelos relacionais e dos afetos mobilizados tanto entre grupos de prostitutas politicamente organizadas, como o Grupo de Prostitutas do Pará e o Movimento de Trabalhadorxs do Sexo em Portugal, quanto entre aquelas cuja experiência na prostituição, popularmente denominada de “luxo”, se constrói distante dessas organizações. Em todos os espaços investigados, os imperativos de inimizade surgiam a partir de diferentes enunciados que consideravam as prostitutas como classe perigosa, e eram internalizados por elas na organização das gramáticas emocionais e na regulação afetos e das interações. Eles eram propagados por prostitutas, clientes, proprietários e funcionários dos estabelecimentos em que elas atuavam, e, ao se atrelar às disputas por clientes e às desconfianças relacionadas a concorrência inerente ao trabalho, visavam a produção de isolamento entre as trabalhadoras sexuais. O meu segundo argumento é que, ao mesmo tempo, esses imperativos não suplantavam a existência de circuitos de cuidado mútuo, alianças estratégicas e relações de amizade baseadas na articulação das diferenças, que atendiam às necessidades práticas do cotidiano e contribuíam para negociações de poder com o Estado, patrões, clientes e com grupos de prostitutas concorrentes. Além disso, frente às constantes reivindicações formuladas por parte das interlocutoras da pesquisa, as análises sobre negociações e dinâmicas conflitivas se estenderam às relações estabelecidas entre prostitutas e a Universidade, resultando na construção de um capítulo analítico escrito a partir da abordagem colaborativa com uma delas que questiona noções de autoria e princípios éticos. Ao compreender que suas relações não se baseavam na ausência de interesse e disputas, tampouco eram capazes de transcender ou ignorar as diferenças entre si para que atingissem seus objetivos, o conjunto do material etnográfico me levou a concluir que a amizade, assim como as inimizades e conflitos, compõem processos pedagógicos no quais, através do embate, elas aprendem a negociar seu lugar na prostituição. Assim, as políticas da prostituição são operadas através da concomitância entre a linguagem do conflito e da confiança, que podem tanto desafiar normas quanto reproduzi-las de diferentes maneiras.

Palavras-Chave: Prostituição; Emoções; Gênero; Migração.

ABSTRACT

This thesis addresses the emotional grammars and formative processes that permeate the politics of female prostitution. Considering the diffusion of imperatives that encourage enmity among prostitutes, informing them that prostitutes do not have or cannot have friends, it analyzes how such precepts, along with relationships of friendship, clashes, conflicts, and contradictory affections, impact the formation of bonds between them, as well as the pedagogical processes aimed at "learning to be a prostitute." Based on investigations into the emotions and everyday practices managed by prostitutes, I develop my main argument that the warlike spirit, usually observed in negotiations between prostitutes and the State, also presents itself structurally in the interactions between sex workers, being fundamental to the constitution of prostitution politics. To support this argument, the analyses are grounded in multisituated ethnography carried out in Campinas, in the interior of São Paulo state; Belém, the capital of Pará state; and in the cities of Lisbon and Braga, in Portugal. From these locations, I present the connections, similarities, and differences in the rules of action, relational models, and affections mobilized both among politically organized groups of prostitutes, such as the Prostitutes Group of Pará and the Sex Workers Movement in Portugal, as well as among those whose experience of prostitution, popularly referred to as "luxury," is constructed far from these organizations. In all the investigated spaces, the imperatives of enmity arose from different statements that regarded prostitutes as a dangerous class and were internalized by them in the organization of emotional grammar and in the regulation of affections and interactions. These were propagated by prostitutes, clients, owners, and employees of the establishments where they worked, and, by being linked to client disputes and suspicions related to the inherent competition of the work, aimed at the production of isolation among sex workers. My second argument is that, at the same time, these imperatives did not surpass the existence of circuits of mutual care, strategic alliances, and friendships based on the articulation of differences, which met the practical needs of everyday life and contributed to power negotiations with the State, employers, clients, and competing groups of prostitutes. In this sense, in light of the constant demands made by the interlocutors of the research, the analyses of negotiations and conflicting dynamics extended to the relationships established between prostitutes and the University, resulting in the construction of an analytical chapter written from a collaborative approach with one of the interlocutors who questions notions of authorship and ethical principles. By understanding that their relationships were not based on the absence of interests and disputes, nor were they able to transcend or ignore the differences among them to achieve their goals, the entire ethnographic material led me to conclude that friendship, as well as enmities and conflicts, constitute pedagogical processes in which, through clashes, they learn to negotiate their place in prostitution. Thus, prostitution politics are operated through the concomitance of the language of conflict and trust, which can both challenge norms and reproduce them in different ways.

Keywords: Prostitution; Emotions; Gender; Emigration and Immigration.

RESUMEN

Esta tesis trata de las gramáticas emocionales y los procesos formativos que atraviesan las políticas de la prostitución femenina. Frente a la difusión de imperativos que fomentan la enemistad entre prostitutas y les informan que las prostitutas no tienen o no pueden tener amigas, se analiza cómo estos preceptos, junto con las relaciones de amistad, los enfrentamientos, los conflictos y los afectos contradictorios, afectan la formación de vínculos entre ellas y los procesos pedagógicos orientados a "aprender a ser prostituta". A partir de la investigación sobre las emociones y las prácticas cotidianas gestionadas por las prostitutas, se desarrolla el argumento principal de que el espíritu bélico que suele observarse en las negociaciones entre prostitutas y el Estado también está presente estructuralmente en las interacciones entre trabajadoras sexuales, y es fundamental en la constitución de las políticas de prostitución. Para sustentar este argumento, los análisis se anclan en una etnografía multisituada realizada en Campinas (São Paulo), Belém (Pará) y en las ciudades de Lisboa y Braga (Portugal). A partir de estos lugares, se presentan las conexiones, similitudes y diferencias en las reglas de acción, modelos relacionales y afectos movilizados tanto entre grupos de prostitutas políticamente organizados, como el Grupo de Prostitutas do Pará y el Movimiento de Trabalhadorxs do Sexo en Portugal, como entre aquellas cuya experiencia en la prostitución de lujo está alejada de esas organizaciones. En todos los espacios investigados, los imperativos de enemistad surgían a partir de enunciados que consideraban a las prostitutas como clase peligrosa, y eran interiorizados por ellas en la organización de las gramáticas emocionales y la regulación de los afectos y las interacciones. Estos imperativos eran propagados por prostitutas, clientes, propietarios y empleados de los establecimientos en los que trabajaban, y al vincularlos a disputas por clientes y desconfianzas sobre la competencia en el trabajo, se pretendía generar aislamiento entre trabajadoras sexuales. Mi segundo argumento es que, sin embargo, estos imperativos no suplantaron la existencia de circuitos de cuidado mutuo, alianzas estratégicas y relaciones de amistad basadas en la articulación de diferencias, que satisfacían necesidades prácticas y ayudaban a las negociaciones de poder con el Estado, empleadores, clientes y grupos de prostitutas competidoras. En este sentido, dadas las constantes demandas de los interlocutores, los análisis sobre negociaciones y dinámicas conflictivas se extendieron a las relaciones entre prostitutas y la Universidad, resultando en la construcción de un capítulo analítico colaborativo con uno de los interlocutores, que cuestiona nociones de autoría y principios éticos. Al comprender que sus relaciones no se basaban en la ausencia de intereses y disputas, el material etnográfico llevó a la conclusión de que la amistad, así como la enemistad y el conflicto, conforman procesos pedagógicos donde, a través del conflicto, aprenden a negociar su lugar en la prostitución. Así, las políticas de la prostitución operan a través del lenguaje concomitante del conflicto y la confianza, que pueden tanto desafiar como reproducir normas de diferentes maneras.

Palabras Clave: Prostitución; Emociones; Género; Migración.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - A única fotografia possível. Registro de uns percursos possíveis até a boate, foto retirada ainda no cenário Pandêmico.....	55
Figura 2 - Parte interna do prédio sede do GEMPAC	146
Figura 3 - Croqui do meretrício em Belém, publicado em jornal em 1921, indica quais ruas seriam destinadas ao quadrilátero do amor.....	152
Figura 4 - Cinderela interpretando sua própria história.....	168
Figura 5 - Faixa e cartaz do MTS na grama do jardim da alameda D. Afonso Henrique, local de confraternização dos manifestantes.	222
Figura 6 - Lourdes Barreto	398
Figura 7 – Lembrança1: Socorro sorriu após o almoço, quando apreciamos um prato regional. Passamos a tarde pelas ruas de Belém e fomos passear no Ver-o-Peso. Nesse dia, fui apresentada pela primeira vez à casa da Pietra, e, à noite fomos, até a igreja Universal do Reino de Deus	399
Figura 8 - Lembrança 1.2 Antes da Selfie, Cinderela encenou toda sua história de vida por meio de danças e músicas. Sempre que nos encontrávamos ela costumava servir café e água enquanto conversávamos sobre a vida, religião e amores	400
Figura 9 - Lembrança 1.3 Primeira aproximação com o GEMPAC. Na foto, Estão Mirian, Amélia, Thiago Silva, eu, Cinderela e Tuani. Era uma tarde chuvosa, mas todos pareciam animados.....	400
Figura 10 - Lourdes discursando sobre os direitos das prostitutas.....	401
Figura 11 - Lembrança 2. 4 Em Belém, uma tarde quente e chuvosa. Um colega nos levava até o GEMPAC. No fundo a imagem de uma mulher indígena.....	402
Figura 12 - Socorro estampa capa de revista e, orgulhosamente, conta que, em sua juventude, foi Miss na boate Locomotiva. Seu nome de trabalho era Irá.	403
Figura 13 - Lourdes e Socorro posam para foto	404
Figura 14 - Banner do GEMPAC, referente ao projeto de entrega de preservativos às prostitutas da região.....	405
Figura 15 - Lembrança 2. 1 Mulheres do MTS em meio a passeata em Lisboa. Havíamos acabado de deixar a praça. A líder Maria, posicionada no fundo e com boné branco, sorri para câmera.....	406
Figura 16 - Lembrança 2. 2 Túnel onde algumas TS faziam ponto na estrada que leva à cidade de Braga.....	407

Figura 17 - Manifestação no dia 01 de abril de 2023	408
Figura 18 - Lembrança 2. 3 Após enfrentarmos os homens, estendemos as faixas e assistimos ao comício sindical. Compramos algumas cervejas imperiais e combinamos nosso próximo encontro. Na foto, além das integrantes do MTS, estão as aliadas, estudantes e a professora Mara.....	409
Figura 19 -Lembrança 2. 5 “Luxando”. Registro feito por Patrícia em Lisboa. Na companhia das amigas, aprendi as regras de etiqueta à mesa.	410
Figura 20 - Comemoração do aniversário de Patrícia. Conosco, estão seus amigos de longa data.	411
Figura 21 - Patrícia comemorando aniversário.	412

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- APRE - Associação de Aposentados, Pensionistas e Reformados
- APRONSEX - Articulação Nacional de Profissionais do Sexo
- CBO – Classificação Brasileira de Ocupações
- CPTG - Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses
- GP – Garota de Programa
- CUTS - Central Única de Trabalhadoras e Trabalhadores Sexuais
- GEMPAC – Grupo de Mulheres Prostitutas do Estado do Pará
- MTS – Movimento dxs Trabalhadorxs do Sexo
- PMM – Pastoral da Mulher Marginalizada
- RBP – Rede Brasileira de Prostitutas
- RTS – Rede de trabalhadores sexuais
- TCLE – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
- TS – Trabalhadores (as) do sexo
- TJDF - Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios
- UTG - União Geral dos Trabalhadores

SUMÁRIO

I. INTRODUÇÃO	19
I.I Conflitos e Tensões	25
I.II Literatura feminista: amizade e disputas femininas	28
I.III Políticas da Prostituição Feminina	33
II. “Antropologia em Casa”	39
II.I “É importante saber onde a casa fica”	45
II.II Emoções	49
II.III Estrutura da Tese	50
PARTE I: PROSTITUIÇÃO, PANDEMIA E AFETOS	55
Contexto	56
1 PRIMEIROS PASSOS NA ZONA	67
1.1 Modos de organização e sociabilidade local: diferenças e afinidades	75
1.2 Clientes, Afetos e Complexos Emocionais	81
1.3 No Cotidiano: fofocas e gramáticas afetivas	93
1.4 Sobre garotas e clientes	98
1.5 A dimensão formativa da fofoca: disputas	102
INTERLÚDIO	108
O que nos dizem sobre o assunto?	108
2 CIRCUÍTOS DE CUIDADO E RELAÇÕES POSSÍVEIS	116
2.1 Cuidado como categoria teórica e o Cuidado como categoria êmica	118
2.2 Fragmento I: Cuidado mútuo no cenário pandêmico	121
2.3 Fragmento II: cuidado como ‘ajuda’ e a ‘ajuda’ como obrigação	130
2.4 Fragmento III – Há perigo em ignorar os conhecimentos das garotas	135
2.5 Riscos e Incertezas	141
PARTE II: “PUTA SÓ, LADRÃO SÓ”?	146
lutas e memórias das prostitutas do GEMPAC	146
Por que o GEMPAC?	147
3 MEMÓRIAS E RELAÇÕES DAS PROSTITUTAS EXPERIENTES	149
3.1 No GEMPAC	161
4 SOBRE A PUTA E O LADRÃO	171
4.1 Na boate, mas com “as garotas de site”	191
4.2 Nas margens	210

PARTE III: “PORTUGAL É O BRASIL DE CIMA”	222
Organizações, brasileiras e mobilidades transnacionais.....	222
Compreendendo os fluxos migratórios	223
5 NOVAS CONFIGURAÇÕES: BRASILEIRAS E O MERCADO SEXUAL	
PORTUGUÊS	228
5.1 Nas boates Portuguesas	244
5.2 “Luxando”	255
5.3 “É melhor ser violentada por outra mulher do que por um homem”	258
5.4 Percepções de Patrícia	263
5.5 Negociações.....	273
5.6 Praças e Circuitos	279
6 PROXIMIDADE E TRABALHO: BRASILEIRAS E PORTUGUESAS	284
6.1 Apoio e Pandemia	287
6.2 Em Braga	290
6.3 Diferenças geracionais.....	298
6.4 A vida noturna	301
6.5 A vida diurna.....	304
6.6 Alianças além da zona	307
6.7 A expulsão das prostitutas ucranianas.....	309
6.8 Alianças, Tráfico e a Lógica da Expulsão no Mercado Sexual Português.....	311
7 “O LUGAR DA ACADEMIA”	330
7.1 Composições	334
7.2 Relações Incômodas	338
8 CONSIDERAÇÕES FINAIS: ALINHAVANDO CONFLITOS E CONEXÕES	357
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	364
APÊNDICE A: Modelo de entrevista semiestruturada para trabalhadoras sexuais	397
APÊNDICE B: Memórias - Registros Fotográficos	398
Gempac	398
MTS.....	406
Registros com Patrícia.....	410

I. INTRODUÇÃO

“Sou tua amiga, mas me atravessa pra tu ver se eu não rasgo tua cara, piranha ¹.”

(Diário de Campo, 2018)

A frase que abre esta tese sintetiza e anuncia as formas instáveis com que as relações de amizade entre prostitutas costumam se constituir em meio às interações nos momentos de trabalho. Ao realizar diferentes processos de pesquisa no decorrer de quatro anos, antes mesmo do início do doutorado, notei a repetição de um discurso que pregava a ideia de que prostitutas não são e nem podem ser amigas. Como um imperativo, a impossibilidade das relações de amizade era reiterada pelas próprias prostitutas, assim como por clientes, pelos donos e funcionários das boates. Em diferentes cenários, porém, observei que as relações entre elas abarcavam, de maneira constante e intensa, tanto disputas e graves desentendimentos quanto acolhimentos e cuidados mútuos, aparecendo com maior fervor, sobretudo, em momentos de adversidades e necessidades inerentes ao cotidiano das trabalhadoras. Assim, ao visualizar a forma com que trabalhadoras sexuais se relacionavam, me interessei em investigar os efeitos das gramáticas relacionais compostas pelo entrelaçamento de antagonismos, como acaloradas brigas e cuidado mútuo, em cenários marcados por complexidades e riscos.

Depois de me inserir em diferentes zonas de prostituição, especificamente em boates localizadas na região sudeste do país, nas quais os valores dos programas e categorias de diferenciação variavam de uma boate para outra, senti certa inquietude ao verificar que em boa parte dos estudos sobre dinâmicas relacionais presentes nos diversos âmbitos da prostituição, os conflitos internos e imperativos de inimizade são pouco analisados. Diante disso, decidi estabelecer um diálogo com a literatura antropológica sobre amizade a fim de compreender as gramáticas específicas dessas relações e em como se aproximavam ou se distanciavam daquelas vistas entre prostitutas. Afinal, sem conhecer os conceitos de amizade, tornava-se mais difícil apreender as consequências de um imperativo de inimizade entre as interlocutoras, bem como perceber como se constituíam e se mantinham as relações de amizade entre elas.

No horizonte das análises antropológicas sobre o assunto existem diferentes modos de compreender e dar significado a essa relação, tornando difícil traçar os seus contornos. Em

¹ Atravessar pode ser considerado o mais alto grau de traição em algumas casas de prostituição. Diz respeito ao ato de “tomar para si” o cliente da colega de trabalho. A frase foi extraída do diário de campo pertencente à minha pesquisa de mestrado.

uma importante coletânea sobre a amizade, *The Ways of Friendship*, Amit Desai e Evan Klillick (2010) afirmam que os estudos da amizade são assombrados justamente pelo problema da definição. Para os autores, os questionamentos a respeito de quem (ou o que) são amigos, isto é, o que se configura, ou não, como uma relação de amizade, emergem como uma problematização comum em grande parte dos estudos sociológicos e na discussão antropológica do tema. Isto gerou tentativas de estabilizar a categoria, e resultou em tipologias de amizade que se organizam privilegiando alguns critérios em detrimento de outros.

Segundo Cláudia Rezende (2002), outra dificuldade com relação ao tema reside no fato de que a amizade, enquanto temática de pesquisa, ocupou uma posição periférica até metade do século passado e apenas no início da década de 1990 surgiram estudos antropológicos mais detalhados, como os de Bidart (1997), Silver (1989) e Cucó (1995), por exemplo. Autores como Reed-Danahay (1990), Pitt-Rivers (2016) e Desai e Killick (2010) observam que a relativa falta de pesquisas acadêmicas sobre a amizade esteve ligada à contínua ênfase que os antropólogos deram ao parentesco, o que fez com que dentro da antropologia a abordagem geral tenha sido analisar relações de amizade a partir de seus termos. Nesses casos, considera-se que a essência do parentesco é a amizade, e sugestões de que em diferentes sociedades um parente em potencial só se torna parente de fato em virtude de um ato mútuo de escolha, baseado em amizade, fazem parte das análises e conceituações sobre o tema (Pitt-Rivers, 2016).

A materialização dessas problematizações pode ainda ser encontrada no trabalho de Janet Carsten (2014), que, ao discutir de forma crítica sobre o assunto, apontou como a oposição simbólica que envolve cultura e biologia, laços sociais e os biológicos, provê um rico repertório de idiomas aos participantes das culturas Euro-Americanas, capaz de reduzir ou rebaixar, ou de engrossar seu próprio universo potencial de parentesco. Dito de outro modo,

os idiomas de laços sociais poderiam ser mobilizados para reduzir, substituir ou reforçar os laços biológicos, de tal forma que irmãs ou mães e filhas poderiam estar tão próximas que se considerariam ‘melhores amigas’, mas, na ausência de laços de parentesco – ou, às vezes, em contraste a eles – as “amigas” facilmente também poderiam ser pensadas como irmãs (Carsten, 2014, p. 114).

Todavia, para os autores que criticam a subsunção da amizade ao parentesco, mesmo nos estudos que focam no precioso deslocamento de um estudo clássico de “parentesco” para as “relacionalidades”, e trabalham com a noção de *relatedness*, que em seu sentido amplo significa as maneiras como as pessoas criam similaridade ou diferença entre si próprios e os outros” (Carsten, 2004, p. 82), observa-se como o conceito não é suficiente para dar conta do

tema da amizade (Dasai; Killick, 2010). Isso porque, ao incluir a amizade sob uma categoria geral de relacionamento, perdemos de vista o que a amizade faz, diferentemente do parentesco, para as pessoas que a praticam (Pitt-Rivers, 2016).

Em consonância a essas questões, Rezende (2002) acrescenta que, inicialmente concebida na filosofia aristotélica como um ideal ético restrito a pessoas virtuosas, a amizade passou por profundas transformações ao ser vinculada aos ideais cristãos, especialmente na obra de São Tomás de Aquino. No cristianismo, à medida em que o amor ágape tornou-se a forma suprema de afeto, que priorizava a relação com Deus e o amor incondicional ao próximo, a amizade perdeu centralidade como vínculo ético e político, sendo limitada à esfera privada e vista como um sentimento natural, baseado na harmonia e na escolha individual, enquanto o ágape se consolidava como modelo dominante de amor e ética (Aguiar, 2019). O que nos faz vislumbrar que, se de um lado os antropólogos se dedicavam a investigar as relações de amizade como parte das relações de parentesco, por outro, devido também a premissas filosóficas e teológicas, as relações de amizade foram, por muito tempo, compreendidas como tema específico das ciências psicológicas, e o caráter sociopolítico dessas relações foi negligenciado, tornando-a pouco interessante às ciências sociais e a antropologia (Bell; Coleman, 2020; Ortega, 1999; Rezende, 2002).

Nesse sentido, longe de se tornarem ultrapassadas, as proposições da amizade como uma virtude e uma disposição interior baseada na reciprocidade e igualdade ainda estão intimamente ligadas às suposições que informam noções do senso comum, assim como aparecem nos modelos ocidentais clássicos sobre o assunto (Bell; Coleman, 2020). Trabalhos como os de Cucó (1995) e de Paine (1974), por exemplo, embora observem que a amizade possa ser afetada por relações de gênero, parentesco, classe social e ciclo vital, a compreendem como uma relação privada e sustentada pela capacidade que cada membro da relação possui em escolher os termos que a sustém, sem a interferência de outros sujeitos. Nesses estudos, leva-se em consideração os significados já preestabelecidos para amizade, sendo as voluntariedades, a afetuosidade entre iguais e o caráter simétrico das relações que fundamentam os sentidos e funções da amizade, constantemente contrapostos ou atrelados a outras formas de relação, como as de parentesco ou as de trabalho, onde existem hierarquias.

Neles, há uma relevante preocupação com a instrumentalização da amizade, uma vez que, para boa parte dos trabalhos sobre o tema, as relações afetivas necessariamente precisariam ser separadas dos interesses materiais e econômicos para que ganhassem legitimidade, pois trata-se de uma relação fundamentalmente baseada na igualdade e na expressão recíproca dos afetos (Rezende, 2002). Nos trabalhos citados, nota-se ainda que, apesar

de realizarem a diferenciação entre amizade e parentesco, ela permanece ligada às noções de afinidade, intimidade e igualdade, sendo compreendida como uma relação pessoal em oposição à face pública.

Por outro lado, tendo em vista as discussões que rebatem as suposições de separação entre transações racionais de mercado e relações sociais pessoalizadas, observa-se a existência de estudos que desmobilizam e complexificam as noções descritas. Em trabalhos como os de Killick (2010) Silver (1989), Durrenberger e Pálsson (2020), Bell e Coleman (2020), Desai e Kick (2010), Abrahams (2020) e Rezende (1999; 2001; 2002), a amizade emerge como uma relação de representação histórica e culturalmente elaborada. Em comum, os autores operam a destituição dos significados pré-determinados para a amizade e argumentam como contextos históricos, econômicos e culturais distintos são capazes de realçar ou modificar os termos que são creditados a ela.

Esse conjunto de trabalhos adquiriu particular relevância para a tese, pois, ao passo em que se dedicam a ampliar a definição de amizade, ao “retirá-la da caixa”, também se concentram na fluidez de significados associados a essa categoria e levam em consideração as declarações e ações dos interlocutores como ponto de partida para suas análises. No estudo de Silver (1989), e de diferentes formas nos trabalhos presentes na coletânea *The Anthropology of Friendship* organizada por Bell e Coleman (2020), infere-se que devemos examinar quais tipos de relações de poder são mascaradas pela ideologia de autonomia e liberdade pessoal que sustenta a ideia de amizade como uma modalidade de relação descolada da realidade social. Para esses autores, na medida em que se considera a amizade com uma relação baseada em autonomia e voluntariedade, ocorrem desdobramentos analíticos que ultrapassam as influências aristotélicas e nos conduzem às diferentes noções de pessoa.

Eles argumentam que nos casos em que a amizade é considerada uma relação autônoma e desprovida de interesses, têm-se uma visão romântica de indivíduo e desconsidera-se como, no Ocidente, a partir de mudanças profundas que separaram as esferas da economia e da sociedade, o “eu” passou a ser identificado como sendo anterior às relações sociais (Carrier, 2020; Rezende, 2002). Desse modo, tal noção de amizade assenta-se na separação das relações de intimidade e relações impessoais, em que sentimento e racionalidade, solidariedade e interesse próprio, emergem como polos contrários. Algo que, para Zelizer (2009), é resultante às reações ao capitalismo industrial do século XIX, quando se adotou a premissa de que a racionalidade industrial estava retirando a solidariedade e o sentimento dos mercados e das economias nacionais, enquanto as famílias e as casas tornavam-se abrigos contra a dura realidade do trabalho diário externo.

Killick (2010), por sua vez, levou a sério essas problematizações ao pesquisar a amizade em meio as relações interétnicas na Amazônia peruana. E em seu trabalho demonstrou como aqueles relacionamentos expressos em idiomas locais de amizade não eram construídos em torno de um conjunto de sentimentos que emanavam involutariamente da pessoa. Em vez disso, para o autor, a principal característica desses relacionamentos era que eles estavam fora do parentesco e, portanto, carregavam diferentes tipos de expectativas.

Essas argumentações me interessaram porque, de forma similar ao que ocorreu com as relações vistas entre prostitutas, a amizade estava fora do parentesco. Embora sentimentos como gratidão, respeito e empatia pudessem estar presente em tais relacionamentos, não eram compreendido como seu fundamento, tendendo mais para o caráter instrumental das relações do que para a vinculação entre afetividade/caráter voluntário da relação. E se, no caso de Kilick, era a troca recíproca de desejos e objetos que permitia e constituía a relação entre amigos, entre as prostitutas as relações se constituíam a partir das diferentes necessidades que surgiam no cotidiano.

Em meio a esse complexo horizonte teórico e enquanto observava as relações de amizade nas diferentes zonas de prostituição, percebi que outras questões surgiam antes que eu pudesse dialogar com uma linha teórica específica sobre tema. Isso porque, os estudos interessados em pensar a respeito da afetividade atrelada ao universo relacional de grupos de prostitutas emergiram somente a partir dos anos 2000 (Piscitelli, 2014). E na literatura internacional sobre o assunto, a atenção a afetividade tende a centrar-se no amor, como pode-se ver nos trabalhos de Hunter (2002); Groes-Green (2016); Spanger (2013); Bellhouse *et al.* (2015). Além disso, boa parte deles não está voltado especificamente à prostituição, mas predominantemente ao sexo transacional² e sobretudo heterossexual (Piscitelli, 2014).

Nesses trabalhos são apontadas algumas dificuldades associadas à manutenção de relações amorosas fora do contexto de trabalho devido ao estigma e aos riscos que envolvem a atividade, e demonstram como os intercâmbios sexuais/monetários são perpassados por uma gramática moral e afetiva onde os sentimentos de amor e cuidado se entrelaçam à disposição dos homens em troca de contribuição financeira (Groes-Green, 2016; Spanger, 2013). Em estudos como os de Cheng (2010) e Brennan (2007), por exemplo, a partir da problematização sobre como essas relações são marcadas também pela pobreza, compreende-se que as mulheres

² De acordo com Mark Hunter (2002), apesar do sexo transacional possuir semelhanças com a prostituição, ele se difere de maneira importantes: os participantes destas trocas compreendem-se como namorados e namorados, distinguindo-se da relação cliente e prostituta. Não havendo, nestes casos, necessariamente um pagamento predeterminado, a troca de sexo por presentes pertence a um conjunto amplo de obrigações.

encontram através das relações amorosas uma forma de acessar recursos que podem, ou não, desafiar estruturas patriarcais. As ponderações a respeito do amor nos estudos sobre afetividade e trabalhadoras sexuais e merecem, portanto, atenção, pois, além de deixarem exposto que o amor pode ser uma forma de negociação em relacionamentos frequentemente assimétricos, fazem notar a amizade subsumida no horizonte de suas problematizações.

Por outro lado, no contexto nacional de produção sobre relações afetivas no universo da prostituição, alguns trabalhos, apesar de não se centrarem na amizade como tema, abordam as relações entre prostitutas. Estudos que analisam as negociações da intimidade entre prostitutas e seus familiares, bem como com clientes e companheiros, além de considerarem modos de sociabilidade feminina presente nas relações entre elas, destacam como suas relações emergem de maneiras intensas e ambivalentes, seguindo uma moral relacional própria (Bacelar, 1982; Fonseca, 1996; Sales, 2018).

Quanto às discussões que se referem propriamente a amizade, outros trabalhos que também não se concentram na temática, deixam pistas sobre os possíveis sentidos e significados destas relações. Nas análises e problematizações de Olivar (2013), Sousa (2012) e Clarindo (2020), a partir da percepção de suas interlocutoras, os autores caracterizam tal relação como uma interação pautada em uma espécie de confiança contingente. Em comum, essas pesquisas constatarem que, mesmo em meio a alianças, há desconfianças e atritos entre as trabalhadoras, destacando-se a percepção de alianças ambivalentes, complexas e heterogêneas, mas que, ainda assim, contribuem para segurança, aprendizagem e acolhimento entre prostitutas diante de possíveis cenários de perigo.

Nesse sentido, para a presente tese, proponho a observação de que, ao deixarmos subsumidas a solidariedade, os conflitos, assim como as trocas e amizade entre prostitutas, corre-se o risco de perdemos de vista que tais interações, assim como no amor, podem ser uma forma de assegurar negociações que envolvam relações assimétricas entre elas e entre elas e os clientes. Essas percepções, que se intensificaram em diferentes momentos e locais, também surgiram quando percebi que as relações entre putas³ se estreitavam não apenas nos momentos em que tinham necessidade de fornecer proteção mútua diante de adversidades, como também

³ Assim como em outros trabalhos sobre prostituição, utilizo as terminologias “trabalhadoras sexuais”, “prostitutas” e “putas” de maneira alternada, para evitar seus usos não se tornem repetitivos. A alternância dos termos leva em consideração a forma como as interlocutoras, nos três diferentes campos pesquisados, se autodenominavam. Observo ainda que, no campo de disputa política em que os termos se inserem, considero impossível aprisionar em apenas uma terminologia as multiplicidades que compõem as experiências na prostituição. O mesmo ocorre com os termos “prostituição” e “trabalho sexual”, “zonas” e “boates”. Esses termos, sempre em disputa, nesta tese, afirmam a prostituição como trabalho e destacam a positivação do termo *puta*.

emergiam no manejo dos clientes, visando possíveis ganhos financeiros. Tais dinâmicas garantiram, portanto, a importância de pôr em relevância as trocas afetivas entre elas.

Mais complexificações sobre o assunto surgem ainda na literatura internacional, e a emergência em se pesquisar o imperativo de inimizade entre prostitutas, a partir disso, também ganhou importância. Nos estudos de Jáudenes e Jiménez (2001), de Hoefinger (2011), de Hardy e Cruz (2019), as relações entre as mulheres entrevistadas, por vezes, migrantes e inseridas nos mercados do sexo⁴ transnacionais, emergem como a fonte de experiência afetivamente mais enriquecedora no contexto. Para os autores, nessas relações observa-se o fornecimento de um sentimento de pertencimento, cuidado e apoio em face ao estigma, sofrimento, depressão e solidão. Nessas pesquisas, as interlocutoras só tinham umas as outras para oferecer apoio emocional e financeiro caso outras conexões não dessem certo ou em qualquer outra dificuldade.

É preciso pontuar também que, nos últimos estudos citados, há uma comparação das relações entre trabalhadoras sexuais que não estão próximas a organizações de prostitutas e aquelas que estão. Neles, afirma-se que a proximidade com organizações e movimentos políticos de trabalhadoras sexuais desponta como uma possibilidade de transformação dessas relações marcadas por tensões (Hardy; Cruz, 2019). Essas revisões e comparações ganharam bastante importância no decorrer da construção da pesquisa, pois me provocaram a combinar incursões em campos de pesquisa em que prostitutas estavam próximas a organizações políticas da classe, e em outros onde desconheciam a existência de organizações e de movimentos políticos de prostitutas.

*

I.I Amizade, Conflitos e Tensões

No diálogo entre essas discussões sócio-antropológicas sobre amizade e a minha pesquisa, surgiram importantes desdobramentos. O primeiro reside na apreensão de que se na seara antropológica existem desafios quanto à definição do que é a amizade, questões similares surgiram na realização da etnografia. Ocorre que as ambivalências, conflitos e desentendimentos eram tão intrínsecos às relações que não geravam estranhamento entre as

⁴ Piscitelli (2005) compreende que as definições correntes da prostituição tampouco contribuem para compreendermos os vários modos de inserção no jogo de oferta e demanda de sexo e sensualidade que marcado pela mercantilização, não necessariamente assume a forma de um contrato explícito de intercâmbio entre sexo e dinheiro. De acordo com a autora, a inserção no mercado do sexo está longe de restringir-se à realização do que, no Brasil, é popularmente conhecido como programas. Cabe ainda ressaltar que, especificamente no trabalho de Hoefinger, trata-se de mulheres envolvidas no sexo transacional.

interlocutoras e, eram, na verdade, esperados. Em suas gramáticas relacionais, sentimentos opostos podiam compor, sem surpresas, uma mesma relação. Por isso, ao notar que tanto nos estudos sobre amizade quanto nos estudos sobre prostituição, os conflitos e desentendimentos internos aos grupos estudados geralmente ganham menor relevância analítica quando comparados a outros elementos que compõem a relação, me concentrei em observar como outras pesquisas sobre amizade apreendem os sentidos e funções das brigas, rivalidades e conflitos entre grupos de amigos.

O trabalho de Gillian Evans (2010), realizado com grupos de meninos de dez e onze anos de uma escola primária em Londres, é um dos poucos estudos que se concentra sobre a questão. Em sua pesquisa, a amizade entre os interlocutores era fundada em relações de “igualdade competitiva”, pois disputavam ser igualmente bons em atividades específicas promovidas no colégio que frequentavam e intragrupo. Apesar de atritos e brigas acaloradas comporem as dinâmicas relacionais entre os meninos, a relação permaneceu compreendida entre os interlocutores como amizade. No estudo de Graeme Rodgers (2010), por outro lado, ocorreu o contrário. Ao investigar como relações de amizade permitiam e facilitavam a migração através da fronteira Moçambique-África do Sul, o autor percebeu que tais relações incorporavam expectativas de obrigação social e material, e pareciam incluir elementos abertamente egoístas, mas que não necessariamente resultavam em relações conflituosas. Nesse caso, ao passo em que dívidas e empréstimos de dinheiro eram vistos como indicativo e constitutivo de uma amizade, a ausência de pagamento gerava conflitos que eram entendidos como uma maneira de encerrar a relação.

Nessa mesma linha, a pesquisa de Rezende (2002) também contribuiu para pensar conflitos, inimizade e amizade. Em seu trabalho com grupos grupo de ingleses de camadas médias em Londres e de grupos de pessoas da classe média carioca, a autora observou como, no caso dos londrinos, as categorias grosseria e ofensa surgiam mais do que outros sentimentos ditos positivos no discurso sobre a amizade. Era a falta de atenção dos amigos próximos que causava o sentimento mais forte de ofensa/mágoa, provocando também ressentimentos e até esfriamento da relação. Enquanto no caso dos brasileiros havia diferenciações entre relações de amizade consideradas profundas e outras superficiais. Aqui, em contraponto aos conflitos, era a afinidade e visão de mundo que configuravam quais relações seriam consideradas como de “amigos mesmo” ou de “amiguinhos/superficial”.

Nesses últimos estudos uma tensão adicional se insere nas relações de amizade, que surgem por meio de práticas que tentam equilibrar afinidades, conflitos e interesses. Isso adquiriu relevância para nossas investigações, pois possibilitou seguir sugestões como as de

Evans (2010), que, ao observar os casos em que o significado da amizade parece ser construído através da violência, do conflito e do flerte com a autodestruição, questionou até onde uma antropologia da amizade pode ir. Para o autor, indo além da amizade como intimidade, seria necessária uma abordagem mais rigorosa no estudo dos afetos que compõem a relação, sem perder de vista as distinções locais sobre os relacionamentos, em vez de focarmos apenas no que, a priori, classificamos como “amizade”.

Com relação às abordagens que consideram a amizade indo além das noções de intimidade e que não se vinculam ao âmbito das produções inerentes à Antropologia da Amizade, destaco as elaborações foucaultianas sobre o tema. Ao questionar quais relações poderiam ser inventadas, multiplicadas e até moduladas através da homossexualidade, Michel Foucault (1981, p. 38-39) relacionou a amizade ao que denominou como *modo de vida gay*, pensando especificamente os laços afetivos que não se prendem a uma simples satisfação do desejo sexual, ou a uma retórica familiarista. Nesse sentido, a amizade surge como um “programa vazio”, ou seja, uma relação a ser criada, assim como sugeriu Francisco Ortega (2020, p. 13) “uma metáfora do aberto que pode substituir a família em nosso imaginário afetivo”.

Meu interesse nessa noção está no entendimento de que embora Foucault tenha partido da amizade no cenário das relações homossexuais, ela não se limita ao contexto anunciado e possibilita repensarmos essa modalidade relacional como um modo de vida, portanto, uma relação política. Como modo de vida, essas relações podem ser compartilhadas por indivíduos que se diferenciam em relação à idade, ao status e à atividade social, dando lugar a relações intensas e agonística, que em nada se assemelham às relações já institucionalizadas (Foucault, 2004). E as desigualdades, hierarquias e rupturas não são vistas como elementos disfuncionais da amizade, mas como condutores das possibilidades criativas dessas relações (Foucault 2004; Ortega, 1999, 2000). Assim, tendo em vista que as relações entre as interlocutoras não tinham a forma de unanimidade consensual, porque eram beligerantes e apontavam para o desafio de não se submeter ao outro (Ortega, 1999, p. 168), inspirei-me na proposição para analisar se as desigualdades, ambiguidades e rupturas poderiam conduzir a capacidades criativas e em como se inseriam, constituíam ou modificavam as gramáticas relacionais e emocionais entre prostitutas.

Essas inspirações importam porque não enquadram as interações das interlocutoras em um modelo relacional já conhecido, tampouco se prendem a análises comparativas que somente operam oferecendo uma contraposição aos conceitos hegemônicos da amizade. O foco está nas “relações baseadas em jogos de força, um tipo de relacionamento intenso e móvel,

incapaz de permitir que as relações de poder se transmutem simplesmente em estados de dominação” (Ortega, 2004a, p. 89). No que concerne ao seu aspecto político, em diálogo com as propostas de Foucault e em interlocução com as formulações de Hannah Arendt (2002) nas críticas ao apego à interioridade, ao “eu”, em que a amizade é despolitizada sob a “tirania da intimidade”, sigo as proposições de Ortega (2020), que preconizou a necessidade de entendermos a amizade não como uma modalidade relacional e afetiva voltada para a interioridade, para antropofagia e no registro da apropriação narcísica do outro, ou ainda na arena da identificação mútua, mas, sim, voltada para o mundo, para o externo. Pois, na interioridade, como bem sugeriu Arendt (2002): “o máximo que se poderia fazer é refletir, mas não agir ou transformar alguma coisa”.

I.II Literatura feminista: amizade e disputas femininas

Dizem-se amigas... Beijam-se... Mas qual!
Haverá quem nisso creia?
Salvo se uma, duas, por sinal,
For muito velha ou muito feia. (Quintana, 2009, p. 30)

Indo além dos desafios que envolvem a antropologia da amizade, ao pensar sobre o imperativo ponderei se a injunção à inimizade entre putas não era, antes de tudo, análoga à endereçada às relações entre mulheres. Tal ponderação se inscreveu por meio das vivências cotidianas que apontavam para como a maioria das interlocutoras confirmavam ou naturalizavam rivalidades entre si, que eram principalmente baseadas em critérios estéticos, ganhos econômicos e nas disputas por clientes específicos. Nesses conflitos, a autoavaliação de boa parte das prostitutas dependia quase exclusivamente das escolhas dos clientes. E quanto mais vezes eram escolhidas, mais contavam como se sentiam bonitas e em uma posição de vantagem simbólica em relação às outras.

Não bastava apenas seduzir um cliente, era importante que as outras garotas percebessem a conquista. E os clientes, nestes casos, representavam mais do que o dinheiro que poderiam oferecer por programa, figuravam como uma espécie de troféu que, ao ser exposto no salão, garantia que a escolhida fosse vista pelas colegas como uma trabalhadora de sucesso. Quanto mais vezes uma garota conseguia se fazer escolhida, maior era presunção de que suas técnicas de sedução, beleza e performances sexuais eram melhores que as das outras. Assim, ser a prostituta mais requisitada pelos clientes fazia da garota uma protagonista nas conversas entre as colegas, que nem sempre apreciavam sua presença, pois “a escolhida” tornava-se uma adversária nas dinâmicas do trabalho. Nos diferentes âmbitos pesquisados, assim como em

pesquisas realizadas antes do processo de doutoramento, os clientes eram, portanto, considerados peças importantes para a construção da rivalidade, hierarquia entre as trabalhadoras e no acirramento da concorrência.

Através da observação diária e de conselhos ofertados pelas outras trabalhadoras sexuais, logo entendi que os saberes que compõem a arte de seduzir um homem eram requisitos necessários para sobrevivência e sucesso de uma prostituta. Contudo, ainda que dissimular, negociar e apreender onde reside a vaidade e as fraquezas comuns entre os clientes emergissem como uma ciência dominada por todas as profissionais⁵, elas apenas afirmavam ter certeza de que se diferenciavam umas das outras quando um cliente as escolhia. Um leque de saberes de sedução era, então, compartilhado entre elas, mas apenas a conquista era capaz de elevar a suas especificidades acima dos predicados alheios.

Esses jogos de sedução, que envolviam ganhos financeiros e vaidades, sustentavam a maioria dos conflitos e disputas que presenciei nas zonas de prostituição onde estive, e apontavam para uma gramática relacional que ultrapassa os limites das zonas e que aparecem de forma recorrente em obras feministas clássicas que, dentre outras coisas, analisaram as relações entre mulheres. Assim, tornou-se impossível ignorar que as discussões sobre as relações de rivalidade entre prostitutas estão intimamente entrelaçadas às bem conhecidas “querelas femininas”.

Aliás, não é raro que em estudos feministas a cumplicidade feminina seja criticamente analisada por meio de investigações que demonstram como a busca por validação masculina compõe os processos de subjetivação entre mulheres⁶, e em como a exaltação do seu ego requer a confirmação do amor ou do desejo de seu amante, o que resulta em um feroz terreno de disputas entre mulheres que almejam involuntariamente obter e manter a atenção masculina sobre si (Beauvoir, 1980; Firestone, 1976). Nesses trabalhos, informa-se que quando se trata das relações entre mulheres, é principalmente no terreno do coquetismo e do amor que cada uma vê na outra uma inimiga. Simone de Beauvoir (1980), por exemplo, ao pensar especificamente sobre as interações entre prostitutas, sugeriu que a mais bela de todas nunca tem certeza do dia seguinte, tornando necessário, sem descanso, seduzir novamente o público e os homens.

Em consonância às noções de Beauvoir, ao observar as moralidades e hierarquias estruturadas por sexualidade e gênero, Sulamith Firestone (1976) sustentou a tese de que,

⁵ Como nas passagens em que Beauvoir (1980) retrata os saberes femininos na arte da sedução.

⁶ Nesse tópico penso especificamente sobre mulheres heterossexuais, uma vez que os estudos revisados nesta parte da tese voltam-se especialmente a esse grupo.

mesmo de forma inconsciente, as mulheres acreditam que apenas os homens seriam capazes de oferecer-lhes um estado de graça, uma chancela para legitimação de sua própria existência frente a internalização de uma inferioridade constitutiva. Sob essa perspectiva, a perseguição ao ideal de beleza possui uma função política, uma vez que às mulheres só seria permitido mostrar sua individualidade através da aparência externa, que é utilizada nos processos de sedução e do encantamento masculino (Firestone, 1976; Zanello, 2018).

Foi interessante perceber que nesses estudos, o amor romântico — estruturado por relações de poder assimétricas, uma vez que, como argumentam as teóricas feministas, desde seu surgimento ele teve a função de estimular a dependência emocional a partir de uma pedagogia afetiva que constrói corpos e subjetividades prontas a se sacrificarem —, e suas necessárias artes de sedução estão atrelados à validação masculina, onde se engendram as disputas entre mulheres (Beauvoir, 1980; Firestone, 1976; Sawin, 2011). Adicionalmente, seja nos debates que se referem ao contexto da prostituição ou nas discussões sobre as gramáticas afetivas femininas, o amor romântico e as práticas de sedução/coqueteria, como saberes transmitidos de geração a geração, além de receberem maior atenção crítica, surgem como uma privilegiada chave analítica para compreensão da rivalidade entre mulheres. E visto que em alguns estudos feministas destaca-se que, nesse cenário afetivo, dificilmente a cumplicidade feminina poderia conduzir a uma verdadeira amizade⁷, o que corrobora com perspectivas presentes em obras filosóficas como as de Aristóteles e Nietzsche que colocam a amizade entre mulheres como uma impossibilidade⁸, a tarefa de seguir os fios da amizade e inimizade entre prostitutas tornou-se ainda mais arriscada e desafiadora.

Em contrapartida, a fim de pensar a incômoda rivalidade existente nessas relações, chamo a atenção para outros estudos feministas que confrontam as narrativas que supõem a impossibilidade da amizade entre mulheres. Sob essa ótica, é comum que entre análises surja a afirmação de que através de uma socialização machista e sexista as mulheres foram educadas para sentir medo, inveja e ódio umas das outras (Hooks, 2015). Por meio dessas constatações, sobretudo nos estudos produzidos por feministas da chamada “segunda vaga”⁹ no mundo

⁷ Beauvoir (1980)

⁸ Para Aristóteles, por exemplo, na obra *Ética a Nicômacos*, as mulheres não podem exercer a amizade em plenitude, pois elas e os homens gays declinariam às lamentações. Enquanto Nietzsche, em um dos seus aforismos na obra “Assim Falou Zaratustra”, advoga que a mulher não é ainda capaz de amizade, porque ela conhece somente o amor.

⁹ Embora os movimentos feministas sejam identificados pela literatura internacional a partir das “ondas” ou “vagas” que se caracterizam por meio de uma separação cronológica dos acontecimentos de acordo com o processo sócio-histórico, algumas críticas sobrepõem-se aos termos. Isso porque, as noções de “ondas feministas” podem representar uma visão normativa da história do feminismo ocidental, pois, ao propor uma narrativa única, particularidades de outros contextos, como o latino-americano, assim como lideranças e referências estão excluídas (Ribeiro; Nogueira; Magalhães, 2021). Desse modo, utilizo os termos somente para fins didáticos, levando em

“euroamericano”, ganhou força a expressão "*sisterhood is powerful*", atribuindo o sentido de "irmandade" à amizade feminina (Gonçalves, 2009). Portanto, baseada em pesquisas realizadas em distintos contextos e momentos históricos, a amizade entre mulheres emerge, ainda nesses trabalhos, como uma espécie de ode à periculosidade da união feminina (Castñeda-Sound, 2013; Faderman, 1981; Federici, 2019; Gaviola, 2015; Hooks, 2015; Lamas, 2015; Morales, 2017; Whitaker, 2011; Zanello, 2018).

Opondo-se à noção de fraternidade, e ao sentido etimológico da palavra que, do vocábulo *frater*, significa irmão, resultando em “afeição entre irmãos”, nota-se ainda o surgimento da noção de sororidade. Apesar de etimologicamente estar relacionada ao laço afetivo que deveria existir entre irmãs, o termo foi criado como um pacto político de gênero entre mulheres que seriam fiéis a si mesmas e às outras mulheres, sem hierarquia (Gaviola, 2015). Sororidade pode, portanto, ser definida pela relação de amizade criada com a intenção de se opor à rivalidade existente entre mulheres (Fernandes, 2021). Em suma, com o objetivo de encontrar uma solução às disputas femininas, esses trabalhos partem da constatação de que a amizade surge como um contraponto à subordinação feminina, e, por isso, deve ser vista como potencialmente revolucionária e perigosa para sociedades permeadas pelo patriarcado¹⁰. A amizade, então, forneceria a independência das mulheres, traição à cultura patriarcal, além da possibilidade de um comprometimento compartilhado na luta por direitos e interesses em comum (Faderman, 1981; Federici, 2019; Gaviola, 2015).

Todavia, como consequência dessas ponderações vê-se que em boa parte desses estudos há a prescrição de uma didática da amizade que aponta para uma relação pautada na confiança e na desapropriação da misoginia internalizada. Trata-se ainda de uma afirmação política para uma necessária construção da cumplicidade entre mulheres, que possui grande possibilidade de transcender o espaço privado, para fluir em busca das outras dimensões humanas (Gaviola, 2015). Tal prescrição, contudo, não permaneceu intocada e foi questionada em outros trabalhos que problematizam as ideias de solidariedade e cuidados incondicionais, bem como as dificuldades que tais presunções podem acarretar diante das distintas experiências que compõem essas relações.

consideração a forma como o tema analisado aparece nos estudos feministas que se ocupam da sororidade feminina.

¹⁰ De acordo com Piscitelli (2002) o pensamento feminista procurou no patriarcado a ideia de uma origem, um tempo anterior, quando teria começado a história de opressão das mulheres. No entanto, com decorrer do tempo o termo tornou-se vazio, tornando-se sinônimo de dominação masculina, um sistema opressivo, por vezes tratado como essência, místico, trans-histórico e trans-cultural.

Nos questionamentos produzidos principalmente por teóricas feministas negras, como bell hooks (2020) Lélia González (2020) e Audre Lorde (2020), interrogam-se os motivos da solidariedade ser mal interpretada, apontando para as dificuldades de sua construção diante de categorias de diferenciação como raça, geração e classe. Ressalta-se, entre elas, como o racismo e classismo perpetuados por mulheres brancas que defendiam a sororidade poderiam ser considerados como uma barreira para um feminismo mais justo, (Crenshaw, 1989; González; 2020; Hooks, 2020; Lorde, 2020). Aponta-se ainda como processos de subjetivação por gênero têm modulado os comportamentos e afetos que dirigimos umas às outras desde a infância, e como mesmo as rivalidades são perpassadas por diferentes categorias de diferenciação (Lamas, 2015; Whitaker, 2011; Zanello, 2018).

Cabe ressaltar que, de um modo geral, as competições, rivalidades, desconfianças, fofocas e desvalorizações mútuas surgem nos estudos feministas como uma produção discursiva de estereótipos de feminilidade, e a fim de se contraporem a esses estereótipos, mesmo que em algumas das discussões sobre a amizade entre mulheres seja questionada a homogeneização de experiências; a didática ou a prescrição para uma amizade revolucionária é preeminente. A confiança, o cuidado mútuo e uma espécie de tomada de consciência frente aos estereótipos de feminilidade que circundam tais relações, aparecem como uma chave para tornar a amizade feminina válida e politizada.

Fugindo da dualidade presente nos polos contrários em que assentam as análises feministas, me importa lembrar que, em contraponto às prescrições, os trabalhos que falam a respeito das relações entre trabalhadoras sexuais anunciam outras dinâmicas. E com o propósito de pensar as dinâmicas relacionais entre prostitutas, para nossas investigações, convergi com a emblemática frase proferida pela bem conhecida prostituta Gabriela Leite¹¹: “foda-se a união, a prostituição, nesse marco de relações, ensina não uma desconfiança, mas uma confiança contingente” (Olivar, 2013. p. 304).

Por meio da confiança contingente, a amizade entre prostitutas pode ocupar, sob a ótica das didáticas feministas, assim como nas perspectivas ocidentais hegemônicas sobre a amizade, um lugar ardiloso e desacreditado. Isso porque, nas interações entre trabalhadoras sexuais existem imperativos e contradições inscritos junto à reafirmação de estereótipos de feminilidade, como no caso das fofocas, rivalidades e desconfianças que podem reforçar a ideia de que entre mulheres não é possível existir uma verdadeira amizade. Assim, para

¹¹ Esta afirmação foi feita em uma conversa com Olivar (2013), e surge referenciada no trabalho do autor.

pesquisadores ou leitores distraídos, esse modo de relação poderia ser considerado apenas uma fiel caricatura dos estereótipos que diferentes gerações de feministas têm se oposto.

Minha intenção ao escrever sobre as relações de amizade entre prostitutas, no entanto, não objetivou questionar as potencialidades que as prescrições feministas sobre as relações de amizade entre mulheres podem ter. Antes, optei por observar que apesar das importantes contribuições das discussões feministas sobre o assunto, sua didática normativa pode limitar a nossa capacidade para “compreender e interrogar as vidas das mulheres cujo sentido de *self*, aspirações e projetos foram configurados noutro registro” (Mahmood, 2019, p. 139). As relações entre prostitutas se inserem, portanto, em um registro de práticas formuladas por pessoas que não esperam tê-las, obrigatoriamente, legitimadas (Olivar, 2013). E, desse modo, torna-se mais urgente compreender como essas relações, aproximando-se das noções de agência de Mahmood (2019), podem ser encontradas não só em atos de resistência às normas, mas também nas múltiplas formas em que estas normas são incorporadas.

A injunção de inimizade entre mulheres, acoplada às economias morais (Fassin, 2019) das interações entre prostitutas, pode gerar reconfigurações e manuseios de alguns estereótipos de feminilidade? Se as zonas de prostituição são habitadas por trabalhadoras sexuais que, dentre outras questões, diferenciam-se em categorias como raça, classe, geração e orientação sexual, como essas diferenças impactam suas relações? E mais, pôr em foco as relações entre prostitutas permite entender que suas interações envolvem uma gramática relacional própria, em vez de princípios absolutos?

Diante dessas questões, e tendo em vista que pessoas em situações especialmente desfavorecidas encontram obstáculos especiais para fazer valer seus direitos e participar de órgãos de decisão (Juliano, 2005), optei por analisar os efeitos dos imperativos de inimizade nos movimentos políticos ensejados por prostitutas, assim como suas consequências nas relações cotidianas entre trabalhadoras distantes de organizações da classe. Ressalto ainda que o exercício de compreender as dinâmicas entre trabalhadoras sexuais não significa louvá-las ou as sobrepor àquelas outras ponderações que pregam uma didática da amizade. Significou, antes, olhar de maneira pragmática os afetos e compromissos de grupos de mulheres cujas vidas, por vezes, contrastam com as visões emancipatórias feministas (Mahmood, 2019), o que, em última análise, pode ser mais produtivo do que os apelos à irmandade global.

**

I.III Políticas da Prostituição Feminina

À luz dessas proposições, tornou-se imprescindível realizar um triplo esforço de deslocamento: em primeiro lugar, não equiparar a amizade a uma relação de fraternidade, sororidade e de incorporação do outro; em segundo lugar, evitar tratar o conflito apenas como disfunção das relações; e, por fim, não pensar o político como sinônimo de Estado, tampouco afirmá-lo como estrutura coerente e unicamente detentora do poder. Em vez disso, foram as contradições, embates, tensões e a hibridez dos afetos constituídos pela articulação de ciúmes, carinho (termo que utilizavam para nomear afeição), invejas, alianças estratégicas, além de circuitos de cuidado mútuo, que chamaram minha atenção para essas relações. O foco das análises esteve, portanto, na relevância das decisões e outras práticas cotidianas, constantemente consideradas irrelevantes para ganhar atenção analítica, mas que, na realidade, eram capazes de produzir vida, relações laborais, vínculos afetivos e, portanto, agenciamentos políticos. Assim, considerando que todos os agenciamentos foram compreendidos simultaneamente como macro e micropolíticos, de forma indissociável (Deleuze; Guattari, 1996, p. 99), ao analisar as relações de amizade, inimizade e conflitos entre trabalhadoras sexuais, é possível entender que essas interações compõem o que tem sido denominado como políticas da prostituição feminina.

Os estudos de Laura Murray e de José Miguel Olivar nos ajudam a pensar essas questões. Murray (2015; 2022) ao investigar como as prostitutas e ativistas nos movimentos organizados dos trabalhadores sexuais no país construíram estrategicamente uma política de quebra de protocolos, cunhou o termo *Putas Politics* para significar as ações estratégicas dos movimentos de prostitutas que, partindo e produzindo contradições, expuseram as hipocrisias dos saberes hegemônico de gênero e sexualidade no Brasil, e que desafiaram as divisões entre institucional (Estado e suas políticas) e o informal (a rua e as trabalhadoras sexuais). Sob essa perspectiva, as *Putas Politics* permitiram que as organizações de prostitutas sobrevivessem e continuassem a funcionar apesar, e até em função, dos encontros com o conjunto de medidas e ações formuladas no interior do Estado Brasileiro (Murray, 2015; 2022).

A tese de Olivar (2013), de forma alternativa, através das experiências de quatro prostitutas militantes, evocou as multiplicidades de práticas que transcendem intercâmbios apenas econômicos ou sexuais para pensar as políticas da prostituição de rua. Indo além do trabalho/comércio, as políticas da prostituição, sob suas proposições, se enredam a um complexo espaço privilegiado de existência, de sociabilidades, potências produtoras de subjetividades e práticas que envolvem a articulação de “políticas de gênero, lógicas laborais, arranjos e redes relacionais, erotismos e economias dos desejos às alianças contingenciais e conflitos vivenciados no marco de relações de apropriação e guerra” (Olivar, 2013, p. 32). Na

centralidade do espírito bélico presente nas políticas de prostituição urbana, para o autor, estão os embates e negociações entre as putas, os saberes hegemônicos e os saberes sujeitados, na simetria das relações com a sociedade e o Estado.

Foi relevante observar que essas compreensões sobre as políticas da prostituição, em todas suas potencialidades analíticas, se aproximam das experiências narradas e das análises realizadas por Gabriela Leite (2010), Lourdes Barreto (2023), Amara Moira (2016) e Monique Prada (2018). À sua maneira, cada uma das prostitutas ativistas demonstrou as dinâmicas internas, os conflitos geracionais, as resistências nas relações assimétricas, as alianças, a autonomia e as experiências específicas com relação à classe, raça, gênero e sexualidade no trabalho sexual, e, finalmente, como as relações de amizade e parcerias estão presentes nas políticas da prostituição.

A partir das análises e correlações entre as formas políticas, observo ainda a emergência de outra chave analítica. A putaria, conforme explorei em pesquisas anteriores, ao ser concebida como um espaço privilegiado para compreender como as heterogeneidades das experiências das prostitutas formam saberes e gramáticas relacionais a partir dos efeitos da articulação de diferenças¹² (Clarindo, Zamboni, Martins, 2022), também orientou um dos argumentos defendidos nesta tese: as políticas da prostituição feminina não são determinadas somente pelas formas como as trabalhadoras sexuais agenciam sua sexualidade e performances de sedução nas negociações com os clientes, nem se restringem ou se constituem exclusivamente por meio de, ou objetivando, formas explícitas de resistência que posicionam no confronto e nas negociações com o Estado e seus dispositivos reguladores e disciplinadores.

Pensando a partir dos termos foucaultianos, segundo os quais a política está permeada por práticas e saberes que atravessam a vida social, envolvendo as formas de distribuição de poder e refletindo modos de organização e controle de indivíduos em diferentes níveis (Foucault, 1975), ao longo da tese, as políticas da prostituição são vistas tanto em ações explícitas de resistências promovidas por prostitutas inseridas no bojo dos movimentos organizados, como nas tensões, embates, gramáticas emocionais e conjuntos de regras de ação presentes no cotidianos de trabalho que podem, ou não, reconfigurar e desafiar as normas sociais e que incidem sobre gênero, sexualidade, raça e seus efeitos no próprio trabalho sexual.

¹² A putaria, enquanto conceito, inspira-se nas problematizações de Avtar Brah (2006) que destaca a diferença não apenas como um marcador de hierarquia e opressão. Como categoria analítica, a diferença alude à experiência, subjetividade e produção de identidade, refletindo a complexidade das relações sociais nos diversos contextos.

Embora nesta pesquisa não se defenda que o feminino ou a expressão “prostituição feminina” possam ser reduzidos a sinônimos de mulheres ou da prostituição exercida exclusivamente por mulheres cisgênero, é importante especificar que, os espaços investigados são habitados somente por mulheres cisgênero exercendo a prostituição heterossexual. Entretanto, em diálogo com as perspectivas críticas elaboradas por Olivar (2010; 2012, 2018), Murray (2015; 2022), Fábregas-Martinez (2000) e das reflexões produzidas por prostitutas que escreveram sobre o assunto, como Moira (2016) e Prada (2018), ao abordar as políticas da prostituição feminina, levo em consideração um universo relacional permeado por processos pedagógicos, nos quais saberes formulados através das diferenças levam, entre outras coisas, ao “aprender a ser prostituta”.

Adicionalmente, observo que se as terminologias ‘prostituição’ e ‘prostitutas’ não conseguem abranger todas as formas como as interlocutoras e outras pessoas inseridas nessa atividade se autodominam, cabe destacar um importante dado que não é segredo entre as interlocutoras com quem estive nos últimos anos: a prostituta ou a ‘puta’, surge como figura que produz perigo e potência, com a qual as pessoas que exercem a atividade, independente do âmbito, precisam invariavelmente se aproximar, corporificar ou se distanciar nos processos de aprendizagem e em momentos de necessidade. Ao longo dos anos, as garotas de programa ou acompanhantes de “luxo”, assim como as interlocutoras que se autodenominavam como prostitutas, me ensinaram que, no cotidiano de trabalho, é a puta “quem chega primeiro”. Formulações que aprofundaremos no decorrer da tese.

Além disso, sabendo que o poder, ainda nos termos foucaultianos, possui caráter relacional e não se detém como propriedade, mas funciona como uma rede de dispositivos ou mecanismos dos quais ninguém escapa (Foucault, 1985), as emoções das interlocutoras foram reconhecidas em toda sua importância micropolítica, com a capacidade reforçar ou alterar as relações de poder (Abu-Lughod; Lutz, 1990). Assim, ao compreender os sentidos da amizade como um “programa vazio” próprio a experimentação, ocupei-me dos complexos emocionais e das aprendizagens afetivas presentes nas interações entre prostitutas e entre elas e os outros agentes que se inserem nos marcos relacionais da prostituição. Por complexos emocionais entende-se o que Maria Cláudia Coelho (2001, 2010) e María Elvira Díaz-Benítez (2019) conceituaram: “quando uma emoção é sempre construída e sentida em relação a outras”, e, desse modo, compreender como elas se articulam tornou-se mais produtivo do que analisar a amizade e as inimizades isoladamente¹³.

¹³ Díaz-Benitez (2019, p. 53), parafraseio a autora que completa o trecho informando que é necessário “[...] perceber como elas se articulam umas às outras sendo menos produtivo analisá-las isoladamente”.

Observando ainda como boa parte dos estudos que analisam as políticas da prostituição concentram-se, sobretudo, nas ações estratégicas mobilizadas principalmente por prostitutas inseridas em movimentos organizados da classe, que geralmente pertencem a classes “populares” e exercem a prostituição de rua ou em boates que não são consideradas como de “luxo”, e, que, no outro polo, estão as pesquisas que tendem a demarcar separações, quase oposições, entre as formas de relação e subjetividades das prostitutas consideradas de “luxo” em contraposição às trabalhadoras que exercem a prostituição mais “barata”¹⁴. Decidi investigar como, no marco dessas relações, se inserem as prostitutas comumente denominadas como “garotas de programa” ou “acompanhantes de luxo”, que não estão próximas de organizações políticas operacionalizadas por prostitutas.

O propósito não foi sustentar a ideia de que as relações e gramáticas emocionais são as mesmas nos diferentes âmbitos investigados, desconsiderando como a articulação entre classe, geração, raça, etnia, e outras categorias de diferenciação, influenciam nos intercâmbios econômicos e afetivos entre elas e com os outros agentes que se envolvem nas relações analisadas. Com o objetivo de ampliar os entendimentos sobre o que temos chamado de políticas de prostituição, envolvi em discussão as conexões, similaridades e diferenciações entre as regras de ação, perspectivas e as gramáticas emocionais vistas entre os diferentes grupos de prostitutas organizadas politicamente e entre aquelas prostitutas que costumeiramente estão encerradas em um conjunto de representações sobre o “luxo”, que resultam em perspectivas que despolitizam suas práticas. Para isso, foi necessário seguir as sugestões de Anne Mccklintock (2018, p. 37) e “abrir as noções de poder e resistência a uma política mais diversa de atuação, envolvendo uma densa rede de relações entre coerção, negociação, cumplicidade, recusa, dissimulação, mímica, compromisso, afiliação e revolta”.

Assim, a tese avança nos estudos sobre políticas da prostituição feminina, na medida em que aprofunda a compreensão sobre relações de poder e agência e transcende as formas organizadas de militância e resistência explícita. Ao investigar as densas redes de relações na prostituição, reconheço a dimensão produtiva do conflito e desenvolvo meu principal argumento, que se baseia no deslocamento do espírito bélico, normalmente analisado nas relações entre prostitutas e o Estado brasileiro, para demonstrar como essa belicosidade se manifesta de forma igualmente estruturante nas relações entre trabalhadoras sexuais. E, apesar de o tema do conflito interno apresentar desafios analíticos quando o assunto é a prostituição,

¹⁴ Refiro-me as polarizações e fixações entre “baixo” e “alto meretrício” e sobre os preconceitos que envolvem essas diferenciações. Essas e outras questões são analisadas ao longo da tese, e podem ser vistas desde uma perspectiva crítica no trabalho de Blanchette e Silva (2011).

uma vez que sua evocação pode reforçar discursos contrários à atividade, defendo que ele é central na conformação dessas políticas, e possui tanta importância quanto as alianças e práticas de cuidado, pois configura-se como o próprio tecido que organiza essas relações.

Essa tese não se ocupa, portanto, em perseguir os conflitos sob a luz do imperativo de inimizade somente como forma de investigar se eles são ou não capazes de desmobilizar as práticas de cuidado, amizade e apoio mútuo no cotidiano das trabalhadoras sexuais ou ações de organizações políticas de prostitutas. Em vez disso, ao observar como eles operam, em detrimento de sua função, sustento meu segundo argumento: esses imperativos não anulam a existência de circuitos de cuidado mútuo, amizades e alianças estratégicas. A partir dessa perspectiva, investiguei os modos de circulação dos imperativos de inimizade e os sentidos criados pelos sujeitos que os operam, tendo em vista as condições sócio-históricas que os envolvem.

II. Antropologia “em Casa”

Minha primeira inserção em boates de prostituição ocorreu em 2016, quatro anos antes do início de processo de doutorado. Foi por meio de uma amiga que compartilhou suas vivências no trabalho sexual que meu interesse em conhecer e me aproximar das prostitutas começou a se formar. Logo após minhas primeiras aproximações, tomei conhecimento dos conflitos entre prostitutas e algumas correntes feministas sobre a prostituição. De forma simplificada, percebia que, de um lado, estavam as feministas radicais que consideravam a prostituição como uma exploração e opressão feminina, enquanto, do outro, as prostitutas defendiam seus direitos trabalhistas e lutavam contra o estigma associado à atividade¹⁵. Desde então, percorri diferentes estados da região sudeste do país para realizar pesquisas de graduação e mestrado. Passei anos convivendo com muitas interlocutoras, tanto dentro quanto fora do ambiente de trabalho, e, à medida em que nos aproximávamos, algumas delas se tornaram minhas amigas. Além disso, a maioria dos locais onde pesquisei foram indicados por essas amigas prostitutas, que, por conhecerem os gerentes ou proprietários dos locais, facilitavam minha inserção nos espaços onde trabalharam.

Grande parte das mulheres com quem tive proximidade se autodenominava como “*garota de programa*”, “*garota*”, “*GP*”, “*acompanhante*” ou “*acompanhante de luxo*”, alternando os termos conforme o contexto, como sinônimos. Contrariando a ideia comum sobre a inserção de trabalhadoras que se consideram “de luxo”, muitas delas circulavam em boates onde os valores dos programas e condições de trabalho não eram vistos como adequados ao status específico, (refiro-me a valores de programa abaixo do que normalmente recebiam, ao conforto dos alojamentos onde ficavam, assim como à oferta de alimentação gratuita na boate, como almoço e jantar, além da segurança, câmeras e seguranças nas portas dos locais, por exemplo). Elas somente recorriam a esses espaços quando enfrentavam dificuldades materiais e precisavam trabalhar em ambientes que consideravam ruins, acreditando que as trabalhadoras que frequentavam essas boates não poderiam competir com a beleza que portavam.

Embora esses tipos de movimentações não sejam abordados de forma aprofundada em todas as partes da tese, uma vez que não fazem parte do objetivo central e foram trabalhadas em pesquisas anteriores, é importante ressaltar que, desde 2016, frequentei, por meses e até

¹⁵ Assim como informa Piscitelli (2005, 2012) no Brasil o cenário feminista é heterogêneo em relação aos posicionamentos sobre a prostituição. Entre eles, estão as perspectivas que veem o sexo como terreno de disputas, e reconhecem a existência de uma ordem sexista, apreendendo o sexo, sob essa ótica, como uma tática cultural. Em outra vertente, considera-se a figura da prostituta como uma ameaça ao controle patriarcal sobre a sexualidade feminina.

anos, cada uma das boates que as amigas me indicavam, incluindo aquelas que consideravam ruins. Mesmo a inserção no primeiro campo de pesquisa presente nesta tese só foi possível porque uma amiga me apresentou o local e negociou com o proprietário para que eu pudesse frequentá-lo. Afinal, dificilmente uma mulher adentra e permanece tanto tempo inserida em uma boate de prostituição, próxima às garotas, sem que, além dos próprios donos e gerentes, as prostitutas autorizem.

Isto é, ainda que uma pesquisadora obtenha a autorização para frequentar uma boate, desde o primeiro dia de inserção ela será observada e poderá até ser rechaçada por trabalhadoras que solicitarão aos gerentes que a retirem do local. Dependendo do número de prostitutas que se oponham à sua presença e da influência que possuam nas relações que estabelecem na boate, a expulsão torna-se uma provável consequência. Além disso, outras nuances também afetam a permanência nas boates: caso o pesquisador seja um homem heterossexual, performances de sedução e tentativas de realizar um programa ou a possibilidade de receberem dinheiro por conversas descontraídas à mesa, podem interferir em sua estadia. Por outro lado, a depender da idade, do tipo físico e dos interesses que despertem nos clientes, as pesquisadoras podem ser vistas como uma ameaça e consideradas como uma concorrência adicional no ambiente de trabalho.

O fornecimento desses dados é relevante, pois, de maneira semelhante à pesquisa de Maria Dulce Gaspar (1985), foram as proximidades com prostitutas que sustentaram minha estadia em cada espaço. Assim como na experiência da autora, por estar na mesma faixa etária das interlocutoras e portar uma imagem semelhante à delas, provocou-se entre as *garotas* o sentimento de que pertencíamos ao mesmo grupo de mulheres jovens, e o compartilhamento de afinidades tornou viável a permanência (Gaspar, 1985). Além de interceder junto aos gerentes e proprietários, ao longo dos anos, as amigas frequentemente comentavam sobre como eu poderia ganhar dinheiro com o trabalho sexual em diferentes locais, considerando meu tipo físico. Nas minhas idas e vindas às boates, passando dias na zona e mais alguns dias fora dela, pouco importava se eu resistia às sugestões, após esses comentários, algumas garotas, por cuidado, me ensinavam as regras de trabalho e as dinâmicas afetivas desenvolvidas entre elas e com os clientes.

Na maior parte do tempo fui vista e tratada ora como uma amiga, ora como uma possível e incerta concorrente e, noutros momentos, como uma *garota* que se disfarçava de pesquisadora, mas com quem poderiam contar em caso de necessidade. Dentro dessas dinâmicas, havia também o compromisso de informar às trabalhadoras sobre a realização da pesquisa e de expor como minha inserção estava atrelada a esses objetivos. Quanto aos clientes,

os gerentes me diziam que, desde que “não atormentasse os homens com esse assunto, não haveria problemas em realizar as pesquisas”.

Com o tempo, à medida em que aprendia os códigos e os saberes próprios às zonas, percebi, assim como Gaspar (1985), que realizar entrevistas ou perguntas diretas sobre a trajetória pessoal das prostitutas nem sempre seria uma boa estratégia. Elas frequentemente optavam por não expor o trabalho àqueles que estavam fora da zona e preferiam não revelar seus nomes ou detalhes da vida pessoal àqueles que conheciam na boate. Exceto nos casos em que contavam histórias, muitas vezes ficcionadas, que acreditavam ser capazes de despertar desejo sexual, simpatia ou compaixão e, portanto, atrair o dinheiro dos clientes. Me ocorre ainda acentuar que observações livres aconteciam cotidianamente, posicionava-me lado a lado às interlocutoras que sabiam dos motivos para minha inserção e enquanto observa e conversava sobre clientes, modos de funcionamento e relacionamento, evitava conflitos: não reproduzia fofocas ou prejudicava as interlocutoras caso sentisse algum desafeto, tampouco flertava com os clientes a quem direcionavam seus interesses. Quanto às entrevistas, é relevante mencionar que, no primeiro campo de pesquisa, elas somente ocorreram quando uma amiga interveio junto às outras interlocutoras, que se limitavam a discutir apenas assuntos relacionados às dinâmicas de trabalho.

Havia ainda quem não acreditasse que realizava pesquisas nas boates, e dizia-se que eu inventava histórias porque intencionava, sorrateiramente, “tomar os clientes das garotas” ou “sair escondida com eles”. Em certas ocasiões, até mesmo os termos de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) não eram vistos como provas das minhas intenções, mas como papéis que elaborava para ganhar a confiança de trabalhadoras ingênuas. Não demorei a ponderar que essas dificuldades estavam relacionadas a duas questões, a primeira atrelava-se à rotatividade das garotas naqueles diferentes locais. O que significa dizer que, embora tivesse construído relações de proximidade e amizade com algumas prostitutas, logo surgiam outras que não me conheciam e que elocubravam variadas ideias sobre a minha presença. Assim, as garotas que permaneciam ou que retornavam ao local depois de meses viajando e que me reconheciam, ajudavam a sustentar a credibilidade das informações que eu compartilhava a respeito das pesquisas.

A segunda questão refere-se à percepção de que, após um tempo inserida na zona e compartilhando idade semelhante, além de um padrão estético próximo ao delas, as dinâmicas afetivas e gramáticas relacionais se estenderam também a mim. Rivalidades, ciúmes, fofocas e acolhimentos, assim como processos de ensino-aprendizagem também me perpassaram. Desse modo, mesmo que em diversas situações eu tentasse me esgueirar para não ser notada por um ou outro cliente alvo do desejo de uma garota, e recusasse diversos convites com objetivo de

evitar confusões com as interlocutoras, bastava que um deles me olhasse para que então fosse envolvida nas dinâmicas descritas no tópico anterior.

Aos poucos fui aprendendo as técnicas de organização do conhecimento local, compreendendo e, às vezes, involuntariamente reproduzindo a forma como elas organizavam o conhecimento sobre elas mesmas. Em diversas circunstâncias presenciei graves desentendimentos e “traições” entre amigas, e também fui alvo de fofocas e olhares desdenhosos. Logo tornei-me desconfiada e cautelosa, evitando conflitos e até prevendo-os, pois conhecia os motivos comuns para o seu surgimento, e, dessa forma, não precisei abdicar das possibilidades de acolhimento que poderia receber ou oferecer. Em suma, meu envolvimento ativo nas dinâmicas dos grupos de prostitutas tornou-se uma condição necessária à construção de vínculos e permanência nos locais.

No que diz respeito ao primeiro campo de pesquisa descrito na tese, estive inserida nele por dois anos, compreendendo o período pandêmico de 2020 a 2022. Na boate localizada no interior do estado de São Paulo, trabalhavam mulheres com idades entre 18 e 30 anos, majoritariamente brancas, e que obtinham ganhos financeiros significativos. O valor dos programas variava entre 250 e 400 reais por hora, enquanto os pernoites com clientes custavam entre 1000,00 e 1.500,00 reais. Como mencionei anteriormente, minha entrada no local foi mediada por uma amiga, que, antes mesmo da minha inserção na boate, me aconselhou sobre as inimizades e a necessária desconfiança quanto às aproximações das garotas ou clientes.

Aproximações seguidas por afastamentos nas relações com as interlocutoras eram ocasionadas por viagens, mudanças de local de trabalho e, em algumas situações, pelas desconfianças que algumas delas tinham a meu respeito. Esses fatores delineavam nossas interações e refletiam como nossos vínculos se assemelhavam às dinâmicas dos relacionamentos frequentemente vistos entre prostitutas. Ainda é importante destacar que, tornamo-nos próximas também fora da boate, e compartilhamentos ocorriam enquanto ocupávamos as mesas de bares afastados da cidade, longe da aglomeração. Os receios sobre a possibilidade de “serem descobertas”, e os imperativos de inimizade, brigas, proximidades e reconciliações permeavam nossas conversas diárias.

A partir disso, é possível pontuar que, antes mesmo do início do doutorado, os códigos e as premissas da vida social compartilhados entre as prostitutas já não eram estranhos a mim, e os pressupostos que regulam o trabalho sexual realizados nas boates de prostituição junto às mulheres que se autodenominavam como *garotas*, também me eram familiares. Assim, ao dirigir-me até a boate, não sentia como se estivesse saindo de casa e me encaminhando para

o desconhecido. E, em conjunto com as mediações da amiga, esse se tornou o principal motivo para minha escolha pelo local como campo de pesquisa.

Ainda assim, ao pensar com mais vagar sobre o assunto, de forma semelhante ao que ocorreu com Ana Clara Damásio (2020) ao analisar as implicações de fazer pesquisa com parentes que “espiam”, “ajudam” e tem “direitos” sobre as histórias contadas e escritas, passei a me questionar em que medida, se é que podemos falar em medidas nesse caso, estava fazendo antropologia “em casa”. Se de fato estivesse, onde se situaria a alteridade nesse contexto? Seria possível desvencilhar-me dos alertas de Geertz (2008) sobre assunto, evitando agir como uma “romântica” ou como uma “espiã”? Afinal, somente românticos ou espiões procuram tornar-se nativos ou copiá-los (Geertz, 20083. p. 23). E muitas prostitutas, há algum tempo, têm denunciado essas armadilhas.

Para responder essas questões, optei por seguir as formulações de Marilyn Strathern (2017) sobre como se conhece quando se está em casa. Com o objetivo de desassociar o conceito de casa de mediações impossíveis relacionadas aos graus de familiaridade com os interlocutores e o campo, a autora é categórica ao afirmar que para considerar se estamos, ou não, realizando uma pesquisa em casa, é mais importante ter em vista os “tipos de premissa sobre a vida social que informam a investigação antropológica” (Strathern, 2017, p. 134) do que simplesmente pertencer a sociedade estudada. Ela adverte que “não devemos ceder à mistificação de que a antropologia feita em casa ocorre sempre quando os antropólogos se voltam para sua própria sociedade” (p. 169).

Dito de outro modo, conforme Strathern, apenas o fato de ser “membro” de uma sociedade em questão não garante que o antropólogo selecionará os gêneros locais adequados, podendo inclusive produzir algo praticamente irreconhecível às compreensões de seus interlocutores. Isso porque, há sempre uma descontinuidade entre a compreensão nativa e os conceitos analíticos que organizam a própria etnografia; por isso, a maneira como os pesquisadores se distanciam do enquadramento nativo pode fazer com que “suas atividades em Essex não sejam tão distintas quanto de suas atividades, digamos, na Melanésia” (Strathern, 2017. p. 147).

O que está em jogo, portanto, é a maneira como a autoridade etnográfica é construída em relação às vozes dos interlocutores e o papel que lhes é atribuído nos textos resultantes. Portanto, para afirmar que uma pesquisa é realizada em “casa”, menos que as credenciais pessoais do antropólogo, o que interessa é se há continuidade cultural entre os resultados de seu trabalho e aquilo que as pessoas da sociedade estudada produzem em suas narrativas sobre si mesmas (Strathern, 2017). Foi somente diante dessas formulações que me

assegurei de que estava em “casa”, pois ao pesquisar as relações de amizade e inimizade entre trabalhadoras sexuais, me deparei com vínculos entrelaçados por códigos, aprendizagens e comportamentos que muitas interlocutoras compartilharam comigo, tanto antes quanto durante a pesquisa, movidas por amizade, cuidado e, por vez, por compaixão. Nessas circunstâncias, a maioria das prostitutas mostravam-se pouco preocupadas em confirmar suas suspeitas a meu respeito e me ofereciam um leque de códigos e premissas comuns à zona.

Desse modo, embora minha pesquisa não replique diretamente, ou a todo momento, os códigos locais, ela se mantém informada pelas práticas, saberes e o conjunto de valores e afetos compartilhados pelas trabalhadoras sexuais com as quais interagi. Portanto, seguindo as orientações de Strathern e admitindo a descontinuidade entre a compreensão dos interlocutores e os conceitos analíticos que estruturam a própria etnografia, o que está em questão não é a replicação exata dos códigos locais, mas nossos contínuos intercâmbios que refletem, no trabalho antropológico, como as interlocutoras se percebiam e se posicionavam diante de suas relações. Evitei, portanto, resgatar as ficções complacentes sobre os processos de adoção do etnógrafo por seus interlocutores, como uma dinâmica idealizada, desprovida de conflitos e baseada apenas na generosidade e amizade destes últimos.

Em nosso caso, a zona ultrapassava as noções tradicionais que a vinculam a um espaço de segregação ou local de “tolerância”, escondido e separado do resto da cidade (Ramos, 2015). Indo além, conforme observou Diana Ramos (2015), a zona emergia como local repleto de dimensões e possibilidades de acolhimento e caracterizado por intensa sociabilidade. Foi ali, onde, dentre outras coisas, “se aprende a ser prostituta”, que, a partir da organização dos saberes pragmáticos e profundamente inerentes àquele universo simbólico, aprendi a navegar pelas ambiguidades, nos jogos de luz e sombra, nas imprevisibilidades. Esses elementos que compõem os saberes práticos das prostitutas, para esta tese, foram utilizados não somente como estratégias frente aos riscos das experiências cotidianas, mas também como recurso metodológico e na escrita etnográfica. Há, nesses recursos, como me disse uma interlocutora, a necessidade de aprender que: “*puta burra nasce morta*”. Não por conta do trabalho em si, mas porque, nos processos formativos entre prostitutas ensina-se a importância de manusear certa expertise em diferentes contextos — expertises como aquelas que habitam na ambiguidade.

Além disso, diante da qualidade das relações que perduram até hoje, não foi permitido que eu me posicionasse na condição do estrangeiro na zona, tal como formulou Simmel (1983). Isto é, como alguém que mantém uma relação de distância e, ao mesmo tempo, de proximidade física com o local, mas comunicando-se apenas com alguns elementos sem qualquer laço pré-estabelecido. As amigades e todo um processo formativo oferecido entre as

trabalhadoras sexuais, que envolvia uma gramática emocional, conceitos e práticas do cotidiano, me guiaram e mantiveram-me próxima às prostitutas.

Ao mencionar um processo formativo, entretanto, não intenciono anular as diferenças ou romantizar e me apropriar da visão dos grupos de prostitutas. Alinho-me às bem conhecidas proposições de Donna Haraway (1995) e defendo a ideia das conexões parciais, divisões e múltiplas composições, em vez de buscar uma identidade plena com as interlocutoras da pesquisa. Recusar a conexão parcial e ignorar nossas diferenças — minhas e das prostitutas que exerciam outras funções e mobilizavam afetos além daqueles ligados ao trabalho sexual — assim como deixar de reconhecer como em diversas situações fui vista como fonte de acolhimento apenas por ser pesquisadora, não fortaleceria a afirmação de que realizei a pesquisa em “casa”. Pelo contrário, antes, resultaria na transformação das interlocutoras em um “objeto” unívoco e fetichizado.

*

II.I “É importante saber onde a casa fica”¹⁶

Com objetivo de perseguir os efeitos do imperativo de inimizade desenvolvi uma etnografia multissituada (Marcus, 1995) realizada em diferentes locais, a saber: nos arredores da cidade de Campinas no interior do Estado de São Paulo, em Belém capital do Estado do Pará, e nas cidades de Lisboa e Braga em Portugal.

Assim como retratei na parte introdutória da tese, na medida em que realizava a pesquisa no primeiro campo, e que dialogava com a literatura antropológica sobre amizade, gênero e trabalho sexual, notei como os poucos estudos que pensaram as relações entre prostitutas foram construídos por meio de pesquisas realizadas junto a trabalhadoras sexuais próximas a coletivos e/ou organizações políticas de classe. Entendendo a importância de compreender essas relações em diferentes lócus, decidi pesquisar também junto às trabalhadoras do Grupo de Mulheres Prostitutas do Estado do Pará (GEMPAC).

A aproximação junto ao GEMPAC, no entanto, não ocorreu com o intuito de promover comparações entre as formas de relação em cada campo. Visando os objetivos da tese, me concentrei em seguir os fios e discursos emocionais sobre amizade e do imperativo de inimizade entre prostitutas como uma forma de compreender como eles são produzidos, e o que produzem, nos diferentes espaços do trabalho sexual. Nesses deslocamentos me surpreendi ao perceber que desde o primeiro contato as mulheres que integram o grupo paraense,

¹⁶ Strathern (2017, p. 166)

diferentemente das *garotas* do interior de São Paulo, fui vista somente como uma jovem pesquisadora sudestina, desvencilhando-me assim de quaisquer suspeitas de que era uma concorrente disfarçada de pesquisadora. Desse modo, não fui tratada como alguém que pertencia ao grupo, mas como um agente externo às relações.

Entre as prostitutas com idades variando entre 40 e 60 anos, que apresentavam ganhos econômicos inferiores em comparação àqueles observados no primeiro local de pesquisa, onde os programas que variavam entre 30 e 60 reais por hora, notei que, além das diferenças nos valores dos programas e na faixa etária das mulheres que exerciam o trabalho sexual, alguns dos saberes e técnicas de organização do conhecimento local eram distintos daqueles que conhecia. Essas diferenciações me fizeram remontar as ponderações de Strathern (2017) sobre a necessidade de reconhecermos quando estamos “em casa” ou fora dela. Naquela ocasião, não era suficiente decidir se estava pesquisando *em casa* com base apenas nos processos formativos e práticas que havia aprendido ao longo dos anos com outras trabalhadoras sexuais. A relação de compartilhamento entre as técnicas de organização do conhecimento do pesquisador e a forma como os sujeitos organizavam os conhecimentos sobre si, como os sustentáculos de uma pesquisa realizada em “casa”, havia se complexificado.

No que diz respeito a prostituição, sabe-se que os modos de trabalho, saberes e dinâmicas relacionais entre trabalhadoras podem variar significativamente dependendo do âmbito de trabalho. Ou seja, dinâmicas relacionais e práticas do cotidiano estão intimamente ligadas às particularidades de cada ambiente — sejam boates, rua ou em *sites* de anúncio, por exemplo. Nesse sentido, me interessa destacar que, na medida em que prostitutas possuem diferentes formas de habitar e se organizar nos diversos espaços, ao ser vista como “alguém de fora”, mesmo conhecendo algumas das técnicas de organização e dos conceitos das interlocutoras, esses saberes não eram compartilhados comigo. Isso porque, o cuidado com o que é revelado a um pesquisador geralmente difere do cuidado empregado às informações compartilhadas entre colegas de profissão.

Outro aspecto interessante nessas aproximações residiu na maneira como elas estabeleciam relações de respeitabilidade e autoridade entre si. De acordo com algumas interlocutoras, prostitutas de gerações mais novas que estavam inseridas nos outros campos de pesquisa, a respeitabilidade de uma prostituta diante de algumas colegas integrantes do movimento de prostitutas no país é frequentemente ligada às suas experiências e modos de trabalho (se são consideradas de “luxo” ou não), além do tempo de atuação na prostituição. As interlocutoras afirmaram ainda que esses impasses estão diretamente atrelados às diferenças geracionais e, além de influenciarem no modo como uma prostituta perceberá a outra (se será

considerada como uma “puta de verdade”), se entrelaçam às formas com que os coletivos e organizações se diferenciam em perspectivas e abordagens na luta por direitos¹⁷.

Essas complexidades são significativas, pois revelam que, na aproximação das prostitutas do GEMPAC, mesmo *as garotas de programa* que conheci no primeiro campo investigado poderiam ser tomadas como estrangeiras às relações, tendo que negociar suas próprias credenciais junto às suas colegas de profissão. O que implicaria não somente na possibilidade de ter que mobilizar tempo de trabalho nas zonas, como também de se colocarem como uma agente ativa dentro do grupo, a fim de provar a credibilidade de sua autodeterminação. Essa situação nos leva, portanto, a retomar o diálogo com Strathern e a confirmar suas reflexões sobre a importância de não ceder à mistificação de que são necessariamente as credenciais do pesquisador que informam se ele está “em casa”.

Diante disso, surgiram novos desafios relacionados aos limites e possibilidades dessa abordagem metodológica, pois poder-se-ia questionar, frente a essas complexidades, se ao me deslocar para diferentes âmbitos do trabalho sexual ainda estaria realizando uma pesquisa “em casa”. Em primeiro lugar, é preciso estar em alerta quanto ao equívoco de que só poderia trabalhar com a noção de “casa” se permanecesse restrita a um único âmbito da prostituição, fosse apenas na boate, na rua ou entre as trabalhadoras sexuais de *sites* de anúncio. Visto que estaríamos desconsiderando que, em algumas zonas, a rotatividade de trabalhadoras é tão alta que é capaz de alterar as dinâmicas locais, tornando o ambiente confuso e até incompreensível para um pesquisador que, apesar de inserido por muito tempo no local, não compartilhe dos saberes, técnicas e formas de compreender a zona com as interlocutoras.

Considerando ainda que o compartilhamento das premissas sobre a vida social das interlocutoras esteve ligado aos saberes que envolviam cuidados em relação aos clientes, na compreensão de como se formavam as disputas entre elas na busca por programas, assim como nos discursos emocionais que envolviam estigmas, aproximações e inimizades, observei as diferenças e nuances nas formas de organização nos diferentes campos, e refleti sobre as particularidades que, em comum, envolviam as vivências de diferentes prostitutas.

Por outro lado, embora me dedicasse ao que emergia em comum junto às dinâmicas relacionais, os limites e dificuldades que surgiram, sobretudo nos momentos em que me aproximei dos coletivos políticos de prostitutas, acionaram uma específica preocupação àqueles que pesquisam *em casa*: a sensação de que “talvez, só às vezes, eu e minhas interlocutoras estaríamos produzindo as mesmas coisas/conceitos/conhecimentos” (Reis, 2017. p. 78). Assim,

¹⁷ Essas questões são descritas de forma mais aprofundada nos capítulos presentes na segunda e terceira parte da tese.

seguir a afirmação de Claudia Fonseca (2000) ao concluir que “reconhecer os limites inevitáveis do método (seja ele etnográfico ou não) libera o pesquisador para explorar ao máximo as vantagens de sua proposta”. Em meu caso, particularmente, considero que as vantagens em experienciar a “casa” em diferentes cenários pode ser vista nas conexões entre as elaborações produzidas em cada campo.

Também foi diante das preocupações com os limites e possibilidades em circular em diferentes espaços que pude acompanhar mulheres brasileiras migrantes inseridas no comércio sexual português. A significativa concentração de brasileiras na indústria do sexo portuguesa, expressa por meio de pesquisas que demonstram como até 2013, em Lisboa, o trabalho sexual de apartamento era composto por 68,9% de migrantes (90,7% do Brasil); assim como a inserção das brasileiras no mercado do sexo na região ocorre de maneira diversa: em apartamentos, casas, saunas e na rua (Barroso, 2013; Dolabella, 2015; Oliveira, 2012), que instigaram a vontade de observar os aspectos constitutivos da amizade/inimizade, e a forma como prostitutas brasileiras as mobilizavam no contexto de mobilidade transnacional. Nesse âmbito, a intenção foi também compreender se essas relações suavizavam, ou não, os processos de adaptação enfrentados junto a vinculação a uma posição subalternizada em outro país¹⁸.

No desenvolvimento da pesquisa, através da mediação da professora Mara Clemente, docente do Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-UL), me aproximei da primeira organização de prostitutas em Portugal, criada recentemente em 2018, e denominada como Movimento dxs Trabalhadx do sexo (MTS), composto principalmente por trabalhadoras e ex-trabalhadoras sexuais portuguesas e brasileiras, que se tornaram interlocutoras da pesquisa. O acesso às mulheres que compõem o movimento, sobretudo junto à líder da organização, levaram-me ainda a trajetórias inesperadas como a viagem até a cidade de Braga, onde estive rapidamente em diferentes locais de realização do trabalho sexual¹⁹. Nesse cenário, o que interessava às interlocutoras era divulgar o trabalho do movimento e conquistar aliados na luta por direitos. Outro aspecto relevante surgiu das afinidades e proximidades junto a outras trabalhadoras sexuais brasileiras migrantes que residiam em Lisboa, mas que não estavam próximas a nenhuma organização de prostitutas. De forma similar ao que ocorreu no primeiro campo, as semelhanças em idade e tipo físico facilitaram a construção de vínculos e enriqueceram as experiências relacionadas à pesquisa desenvolvida em Lisboa.

¹⁸ Como nos estudos de Dolabella (2015) em que a autora aponta como noções de cuidado e solidariedade, operadas por sistemas de reciprocidade entre trabalhadoras sexuais brasileiras, suavizam os processos de adaptação e exclusão enfrentados pelo pertencimento a uma posição subalternizada.

¹⁹ Agradeço a professora Mara Clemente, professora do curso de Sociologia do Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-UL), por promover o contato com as trabalhadoras do MTS.

No que concerne às discussões a respeito da multissituacionalidade da pesquisa, me interessa destacar que elas foram articuladas com o intuito de demonstrar que, apesar de ter circulado por diferentes regiões geográficas e interagido com interlocutoras de diferentes âmbitos de realização do trabalho sexual, como sites de anúncios de acompanhantes, alternes, boates de prostituição e, rapidamente, na rua, o que importa é que já conhecia quase todos os espaços citados. Assim, organizei meus conhecimentos sobre o trabalho sexual de forma tão difusa quanto as prostitutas com quem aprendi e pesquisei. Por isso, na maior parte do tempo, sentia-me em “casa”.

II.II Emoções

Me envolver nas redes de amizade presentes principalmente no primeiro campo de pesquisa fez com que eu me tornasse um agente ativo que sentia, com grande pesar, os desafetos pertinentes às relações que descrevi e analisei. E, assim como observei anteriormente, outros elementos emocionais pertencentes às relações entre prostitutas, como o acolhimento mútuo, carinho, confiança-desconfiada, raiva e intensidades, perpassaram meus afetos em campo.

À medida em que esses complexos emocionais se entrelaçavam às relações, ficou claro que eles não se restringiam a meios de expressão de sentimentos individuais, mas que se aproximavam da proposta de Abu-Lughod e Lutz (1990) sobre as emoções não como estados subjetivos, e, sim, como práticas discursivas com força micropolítica capaz de reforçar ou alterar as relações de poder. Conduzir uma pesquisa em “casa”, apreender as dificuldades quanto às diferentes noções de amizade, assim como perceber a existência de um imperativo de inimizade entre prostitutas e, em alguma medida, reproduzi-lo ao desconfiar das intenções das minhas amigas e interlocutoras, levou-me então a analisar nossas dinâmicas relacionais sob a luz das noções inerentes a antropologia das emoções²⁰, conforme as proposições dessas autoras.

A escolha ocorreu ainda em virtude da capacidade que tais noções possuem para a compreensão dos discursos emocionais que compunham as relações entre prostitutas. Tendo em vista que eram expressos coletivamente, os discursos comunicavam como suas relações afetavam e eram afetadas por todo um campo social perpassado por relações de poder e

²⁰ O campo da antropologia das emoções conheceu um forte desenvolvimento nos Estados Unidos a partir de meados da década de 1980, com a publicação de um texto hoje referência obrigatória destes estudos: o trabalho de Michelle Rosaldo (1984) sobre a influência da perspectiva interpretativista de Clifford Geertz sobre o estudo antropológico dos afetos.

permeado por questões que envolvem gênero, estigma, raça, classe, nacionalidade e idade. A respeito disso, ao refletir sobre as emoções de forma pragmática, Abu-Lughod e Lutz (1990) partiram de uma estratégia analítica em que as noções foucaultianas sobre o discurso são centrais, no sentido em que consideram as práticas discursivas como práticas que criam os objetos sobre os quais elas discorrem.

Nessa perspectiva, as emoções são compreendidas considerando as situações sociais em que são inseridas e expressas, e o discurso emocional é compreendido como "uma forma de ação social que cria efeitos no mundo, efeitos que são interpretados de um modo culturalmente informado pelo público dessa fala emotiva" (Abu-Lughod; Lutz, 1990, p. 12). As emoções, sob essa ótica, têm a capacidade de "atualizar, na vivência subjetiva dos indivíduos, também os aspectos de nível macro da organização social" (Coelho, 2010, p. 266). Assim, como chave analítica para as relações entre as prostitutas, essas premissas revelam como suas gramáticas emocionais podem operar como um idioma que não reflete apenas sentimentos, mas que nos informam sobre assuntos tão complexos e diversos como o social. (Abu-Lughod; Lutz, 1990).

II.III Estrutura da Tese

A tese está dividida em três partes, que foram descritas conforme a sequência cronológica da minha inserção nos campos de pesquisa. Embora os conceitos e análises estejam articulados ao longo do desenvolvimento do trabalho, a tese é iniciada com as experiências vivenciadas no interior do estado de São Paulo, no contexto do surgimento da pandemia. A primeira parte, intitulada "*Prostituição, Pandemia e Afetos*" abarca descrições sobre como grupos de prostitutas, a partir das relações que estabeleciam entre si e com clientes, donos e funcionários da boate onde estavam inseridas, lidaram com as dificuldades e receios decorrentes do cenário pandêmico. São as formas de reorganização do trabalho sexual frente às necessidades impostas pelo período de isolamento, além das disputas, conflitos e circuitos de cuidado que envolviam sobretudo os processos formativos no trabalho, que sustentam as discussões realizadas nessa parte.

No capítulo I. "*Primeiros Passos na Zona*", apresento a forma como ocorreu minha entrada em campo, assim como a estrutura da boate, incluindo suas formas de funcionamento irregular em um momento de isolamento devido à propagação do vírus. Através dos cinco subtópicos que compõem o capítulo, exponho os modos de organização do trabalho, performances de sedução e sociabilidade local. Discursos emocionais sobre o imperativo de

inimizade também são descritos, e se manifestaram por meio das rivalidades, invejas, ciúmes e fofocas que permeavam as relações de todos os agentes inseridos no contexto investigado, refiro-me aos clientes, trabalhadoras sexuais, funcionários e donos da boate, adensando as discussões realizadas na introdução do trabalho.

Antes de avançar para o segundo capítulo, um interlúdio denominado como “*O que Elas Dizem Sobre o Assunto*” foi elaborado para que as interlocutoras, através de entrevistas semiestruturadas, pudessem expressar suas perspectivas a respeito da amizade entre elas. O trecho demonstrou a existência de uma distinção entre “*amizade de zona*” e a “*amizade pessoal*”. As fronteiras entre uma relação e outra, surgiam a partir de trânsitos e diferenciações dos afetos para cada modalidade relacional. A produção de subjetividades neoliberais associadas ao estigma que envolve a prostituição, assim como aos efeitos da articulação de diferentes marcadores sociais da diferença, ainda emergiram em seus relatos.

No capítulo II. “*Circuitos de Cuidado e Relações Possíveis*”, foram analisados fragmentos de cenas que retratam como as garotas, em suas ações cotidianas, formavam circuitos de cuidado baseados em ajudas mútuas em meio às dinâmicas conflitivas. Considerações quanto à maneira com que as interlocutoras utilizavam as noções de cuidado como categoria êmica revelaram como práticas de proteção mútua, compartilhamento de experiências e acolhimentos em momentos difíceis, se entremeavam às economias morais próprias às suas relações. Os circuitos de cuidado configuravam-se, desse modo, como uma prática política forjada na adversidade que perpassava o dia a dia das interlocutoras. Transcendendo as noções de conforto e reparo, esses circuitos tanto ofertavam suporte emocional e material como poderiam engendrar mais rivalidades e tensões. Trata-se de um capítulo que, ao se concentrar de forma mais aprofundada nas maneiras como se organizavam e se mantinham circuitos de cuidado entre diferentes tipos de pessoas inseridas no trabalho sexual, complexifica as discussões realizadas no capítulo anterior. Adicionalmente, é preciso observar que nessa parte da tese, com objetivo de preservar a discrição das interlocutoras, nenhum registro fotográfico do espaço da boate ou das pessoas que circulavam pelo local pôde ser publicado. Apenas uma imagem, que não compromete ou revela a localização do espaço, foi incluída na tese.

Na segunda parte, intitulada como “**Putá Só e Ladrão Só? Luta e Memórias das Prostitutas do GEMPAC**”, analisou-se como se constituíam as relações de amizade e solidariedade entre prostitutas próximas à organização política da classe, com ênfase na importância dessas relações na arena de disputas por direitos da categoria. Focando no exame

minucioso do ditado popular propagado pelas prostitutas da região, que prega a solidão como uma necessidade entre prostitutas e ‘ladrões’, essa parte também se dedicou ao trabalho do tempo e às memórias das interlocutoras. As dinâmicas relacionais vivenciadas no passado e no presente foram colocadas em questão a partir de incursões realizadas na sede do GEMPAC, em uma casa de prostituição localizada em seus arredores, assim como em uma boate considerada de “luxo” localizada noutro bairro na cidade de Belém.

O capítulo III. “*Aprendendo com as Prostitutas Experientes*”, traz as memórias coletivas das prostitutas sobre as lutas do grupo quando o país enfrentava a ditadura militar. A História do Grupo de Prostitutas do Pará e a forma como foi construído o quadrilátero do amor, bairro boêmio e dedicado à prostituição, são articuladas às histórias de vida das interlocutoras e às percepções a respeito de suas relações de amizade. No capítulo, desmonstro ainda, como, a partir de suas memórias as interlocutoras determinavam suas posições de agentes dotados de conhecimento, capazes de decidir as atividades realizadas na organização. As lembranças sobre um passado permeado por lutas eram contrapostas à deterioração do prédio sede da organização. Os silêncios em relação às possíveis tensões intragrupo revelaram como era a solidariedade e as experiência em comum, em oposição aos conflitos, era o que gostariam de mostrar.

Tendo em vista as complicações e imprevisibilidades que surgiram no primeiro momento de incursão, através da interlocutora Socorro, fui levada a conhecer as ruas do quadrilátero do amor e passei a acompanhá-la em uma casa de prostituição e, posteriormente, em uma boate famosa na região. Foi a partir das investigações que ocorreram nesses locais que, no capítulo IV. “*No Quadrilátero e na Boate: sobre a puta e o ladrão*”, o enunciado “Putas só, Ladrões só” foi analisado com maior profundidade. Eximindo-se dos receios em falar sobre o assunto, as mulheres inseridas na boate e na casa de prostituição apontaram a importância do imperativo em suas relações, e através de dinâmicas que aproximavam a figura da puta à do ladrão, observei como funcionavam as gramáticas emocionais necessárias aos sujeitos inseridos nas dobras do legal e do ilegal, entrecortados por uma “gestão diferencial das ilegalidades”, como no sentido foucaultiano. Nesse capítulo analisa-se também como as trabalhadoras que se autodenominavam como prostitutas e aquelas autointituladas como acompanhantes de “luxo” articulavam relações, emoções e enunciados semelhantes diante dos contextos em que julgavam necessário, e como, de maneiras diferenciadas, vivenciavam as margens.

A terceira parte, chama-se “**Portugal é o Brasil de Cima**”: **Organizações, Brasileiras e Mobilidades Transnacionais**”, e é composta por três capítulos. Dois deles se concentram em compreender os efeitos da articulação entre relações e alianças estratégicas construídas pelas trabalhadoras sexuais brasileiras, a mobilidade transnacional e o

enfrentamento de condições vulnerabilizantes em um país estrangeiro, enquanto o terceiro enfoca nas relações e tensões entre prostitutas e a “academia”. Observando que em Portugal as movimentações entre um campo e outro ocorriam de acordo com as voluntariedades das interlocutoras, no capítulo V. *Novas Configurações: Brasileiras e o Mercado Sexual*, abordo as primeiras aproximações realizadas junto ao Movimento dxs Trabalhadorxs do Sexo de Portugal e, como, coincidentemente, conheci duas prostitutas brasileiras residentes em Lisboa. Tendo como foco analítico os modos de vida e trabalho, assim como as interações e relações de duas interlocutoras brasileiras, as análises se desenvolveram a partir das reflexões sobre suas relações em diferentes contextos do trabalho sexual, tanto em sites de acompanhantes quanto em uma boate de prostituição. A quantidade de prostitutas brasileiras no país, os fluxos de migração feminina e as nuances presentes nas relações entre clientes portugueses e prostitutas brasileiras foram colocadas em questão por meio de suas experiências.

O capítulo VI. *“Proximidade e Trabalho: Brasileiras e Portuguesas”*, surgiu através das aproximações realizadas especificamente com Maria de Andrade, Líder do MTS. Em visitas e entrevistas realizadas junto a trabalhadoras sexuais brasileiras e portuguesas próximas ao movimento organizado, foram as relações entre as mulheres das duas nacionalidades que ganharam relevância. Em meio aos trânsitos entre Lisboa e Braga, e entre prostituição realizada em alternes e na rua, concentrei-me em analisar como as solidariedades, redes de apoio, amizades e alianças construídas entre as trabalhadoras sexuais foram capazes de reconfigurar as relações entre clientes e prostitutas, e entre prostitutas com diferentes nacionalidades. A expressão “Portugal é o Brasil de cima”, associada às proposições de que as brasileiras “dominam a prostituição no país”, surgiu nos relatos das interlocutoras durante todo o decorrer dessa parte da pesquisa. Através dessa associação, no final do capítulo, revela-se como as políticas de prostituição feminina, permeadas por interdependência e expressas por alianças estratégicas formuladas na fricção, foram capazes de reproduzir uma ‘lógica de expulsão’ nas disputas entre prostitutas.

Antes de encerrar a tese, no último capítulo, denominado como “O lugar da Academia”, refletimos sobre as dificuldades nas relações entre as interlocutoras, sobretudo da segunda e terceira parte da tese, e os pesquisadores. Levando em consideração que os tensionamentos e possibilidades criativas inerentes as políticas da prostituição estão no centro das análises desenvolvidas ao longo da pesquisa, as reflexões presentes nesse trecho se ocuparam especificamente das demandas e incômodos formulados pelas próprias interlocutoras. Por meio do compartilhamento da escrita do texto, assim como da cooteorização

do que foi produzido, o capítulo foi elaborado conforme as bases teóricas do que se compreende por etnografias colaborativas.

Em colaboração com uma das interlocutoras, chamada Patrícia Rosa, as análises ainda consideraram as perspectivas de outras prostitutas como Lourdes Barreto, Maria de Andrade e Roberta. À revelia dos debates que se conectam ao horizonte normativo que regula os processos de pesquisas com seres humanos, o texto demonstra como as prostitutas, ao observarem os fluxos de poder envolvidos ao fornecerem seus conhecimentos para elaboração de pesquisas acadêmicas, optaram, recentemente, por construir uma tabela de cobrança para entrevistas e outros serviços fornecidos a pesquisadores e jornalistas. As reflexões denotam como, ao pensarmos sobre quem pagará ou não os valores referentes à tabela, estamos diante de uma gramática relacional similar àquelas vistas nos diferentes campos pesquisa. A partir de tudo isso, observo que nenhum sujeito que se inseriu, mesmo que temporariamente, nas relações vistas nos diferentes campos escapou às gramáticas relacionais das prostitutas. Agentes policiais, clientes, proprietários de casas de prostituição, agências, boates e alternes, assim como os pesquisadores com quem elas já estabeleceram relação, foram evocados nos relatos das interlocutoras, e, alguns, convocados a prestar contas.

E, por fim, nas considerações finais, faço o exercício de alinhar conflitos e relações observadas ao longo de toda a tese. Como metáfora para uma técnica de costura capaz de unir temporariamente duas ou mais camadas de tecido, o alinhavo revela como alianças, circuitos de cuidado, práticas de expulsão, amizade e gestão de gramáticas emocionais atravessaram todos os campos investigados, sendo reconfigurados conforme os desafios específicos de cada contexto. Com base nas análises sobre as dinâmicas conflitivas, concluo que os conflitos funcionavam como linguagem estratégica nas mais diversas negociações de poder e que as relações de amizade, embora desafiasses as visões emancipatórias feministas, configuravam-se como uma relação política, porque emergiam como espaço de negociação das diferenças, promovendo sua reafirmação, reinterpretação e, por vezes, seu apagamento temporário. Nesse sentido, a amizade, apesar dos conflitos, permitiu que as prostitutas negociassem e redefinissem suas relações diante de um horizonte normativo que tende a submetê-las ao isolamento. As políticas da prostituição foram, portanto, operacionalizadas conforme as contradições, tensões e a instável articulação das diferenças.

PARTE I: PROSTITUIÇÃO, PANDEMIA E AFETOS



Figura 1 - A única fotografia possível: registro de um dos percursos possíveis até a boate, foto retirada ainda no cenário Pandêmico. (Registro da autora)

Contexto

Um conjunto de situações ocorreram sem planejamento prévio e me levaram a conhecer a boate localizada na região campineira. Ainda em 2019 em uma desprestigiada conversa com uma amiga inserida em uma boate de prostituição, a quem chamarei de Márcia²¹, soube de suas viagens entre os estados do Espírito Santo e São Paulo. Comentários a respeito das boates que costumava frequentar tanto na capital e em cidades do interior, os ganhos relativamente altos quando comparados àqueles que conseguia nas boates capixabas, além de contatos de amigas e gerentes dos locais que havia elogiado, foram compartilhados. A garota ainda me alertou de que se um dia decidisse conhecer tais espaços seria interessante que procurasse por sua amiga, considerada “muito gente boa”, a Andressa.

Por motivos que ultrapassavam as indicações de Márcia e se relacionavam ao início do processo de doutoramento, um ano após a nossa conversa cheguei em Campinas. Sem conhecer mais ninguém, procurei por Andressa que demorou alguns dias para responder as mensagens, mas combinou um encontro presencial em um bar aonde iria para se encontrar com algumas amigas. Nos encontramos no badalado bar, situado em um barro de classe média da cidade, e que não era próprio ao trabalho sexual, mas figurava como um espaço onde muitas garotas de programa captavam possíveis clientes. Por lá, costumavam distribuir discretamente cartões e recados escritos em pedaços de guardanapos com seus números de telefone.

Andressa estava em companhia de mais três amigas, todas jovens, com cabelos longos lisos e louros, magras e torneadas, vestidas com roupas próprias para baladas (saias e vestidos sensuais). Tendo em vista que tínhamos em comum a amizade de Márcia, e que foi ela quem também incentivou nossa primeira aproximação, após alguns minutos de conversa, Andressa não se importou em comentar que trabalhava através de anúncios em um famoso *site* de acompanhantes da região. Sem dar mais detalhes a respeito de suas atividades, me convidou para festas nos ranchos de uns amigos. As amigas de Andressa, no entanto, não permitiram aproximação, me olhavam com desconfiança e direcionaram poucas palavras a mim. Logo ponderei que presunções de que eu era uma possível concorrente poderiam ter gerado desconforto, e que os olhares e expressões descontentes atrelavam-se às suspeitas.

²¹ A pedido das interlocutoras inseridas neste campo de pesquisa, utilizarei nomes fictícios para me referir a quase todas elas. Seus nomes foram ficcionados visando proteger não só a identidade pessoal das trabalhadoras, bem como os nomes que utilizavam para o trabalho. Essas modificações não foram aplicadas apenas no caso da Maria, líder do Movimento dxs Trabalhoxs Sexuais de Portugal, Patrícia Rosa que foi coautorizada do último capítulo da tese, e das mulheres prostitutas ligadas ao Gempac, pois nesses últimos casos a afirmação das atividades de trabalho como forma de luta política resultou na transcrição real dos seus respectivos nomes na tese.

Estávamos no verão, na primeira quinzena de fevereiro em 2020, e ainda não tínhamos ouvido falar sobre o vírus pandêmico. Alguns dias após nosso primeiro encontro, Andressa me enviou mensagens reforçando o convite para a festa no rancho. Na noite em que realizou o convite, não havia entendido que se tratava de um “*job*” (termo que utilizam para se referir a festas ou encontros a dois com clientes), ela então me explicou como funcionavam as festas e me informou sobre os valores, quantidade média de garotas e clientes, onde eram realizados localizados e quem os organizava. Os locais eram sempre chácaras localizadas nos arredores da cidade ou em outras cidades próximas a Campinas, os valores variavam entre 200 e 300 reais pela companhia da garota, que passava uma tarde inteira ao lado do cliente, podendo ir para o quarto apenas uma vez com ele, com o valor dobrado caso decidisse ir novamente.

Em média, costumavam se deslocar para essas festas cerca de 5 a 20 mulheres, aparentando no máximo 30 anos e consideradas bonitas pela garota que as convidou. Mulheres que antes foram trabalhadoras sexuais e, que após deixarem a função, se tornaram “agenciadoras” enviavam mensagens a algumas prostitutas e convocavam um grupo de profissionais conhecidas para irem até os locais. As agenciadoras, figuras muito famosas entre as prostitutas da cidade, também arranjavam outros tipos de programa para as garotas, que podiam se encontrar sozinhas com o cliente em um motel. Disputas por clientes e desentendimentos entre agenciadoras e as garotas de programa que, ao pegarem os contatos dos clientes ainda na festa, se tornavam “recrutadoras” de mulheres para as próximas festas, também surgiram nos comentários da amiga.

Ainda por mensagem informei que não iria e pedi informações a respeito das boates e dos *sites* de acompanhantes da região, estava principalmente interessada em conhecer locais e pessoas que futuramente se dispusessem a participar da pesquisa. Até aquele momento sabia apenas da existência do famoso bairro dedicado à prostituição, o Jardim Itatinga, mas, a partir das referências de Andressa, fui informada a respeito de outros locais de trabalho na região, bem como seus modos de funcionamento, e quais deles eram bem-vistos ou rechaçados entre as trabalhadoras sexuais.

Assim, a despeito da operação iniciada a partir da década de 1960 que transferiu boa parte das trabalhadoras sexuais e das casas de prostituição localizadas em diferentes bairros da cidade para uma área de confinamento longínqua, resultando na criação do Jardim Itatinga (Ramos, 2015), a garota contou-me sobre a existência de *Pubs* e bares próprios para o trabalho sexual localizados em bairros de classe média. Todavia, ainda que esses locais fossem benquistos entre as prostitutas (porque eram aconchegantes e bem conhecidos na região), eles não costumavam gerar tantos rendimentos quanto as boates. Ainda de acordo com a

interlocutora, neles, os homens bebiam muito, falavam em demasia, mas poucos saíam para realizar programas, e as comissões por consumação de bebidas não eram suficientemente boas para manter o total apreço das prostitutas.

As *garotas* normalmente se sentavam às mesas junto aos clientes e saíam para um motel ou outro local onde cliente desejasse ir. Por estarem localizados em bairros considerados “familiares”, dificilmente uma garota se vestia com roupas muito curtas ou consideradas vulgares para frequentar os espaços. Havia também outras prostitutas que faziam ponto nas esquinas próximas a um dos estabelecimentos, e, embora os proprietários não implicassem com a presença delas, não era permitido que circulassem pelo bar, pois consideravam que não possuíam os critérios estéticos necessários. Andressa não soube informar se os vizinhos conheciam ou se tinham dúvidas quanto às atividades realizadas nos locais, mas afirmou que os sujeitos que passassem por ali não saberiam diferenciar com facilidade se estavam diante de um bar/*pub* comum ou de um local próprio à sedução que poderia resultar em programas com valores entre 150 e, no máximo, 300 reais por hora.

As dificuldades quanto a diferenciação, assim como a convivência entre residências comuns e os bares próprios à prostituição, contudo, não é algo novo. No que diz respeito à história da prostituição em Campinas, de acordo com Maria Melo Negrão (2013) e Ramos (2015), antes da criação do Jardim Itatinga, entre 1930 e 1960, as atividades estavam mescladas entre outras atividades urbanas, sendo mais tolerada e vista como “parte” da cidade. E, assim como os bares e *pubs* que atualmente ainda podem ser confundidos e tolerados em áreas de entretenimento noturno — onde não costuma ocorrer trocas que envolvam diretamente o trabalho sexual —, no passado, de forma similar, os bordéis tinham a aparência de casas residenciais. A prostituição fazia parte do imaginário citadino de tal maneira que, até a década de 1960, enormes casarões e casas de prostituição esparsas pela cidade conviviam com os códigos morais e religiosos da vida urbana (Ramos, 2015; Negrão, 2013).

Ademais, se até a década de 1950, as casas de prostituição fixavam-se ao longo de todo o perímetro urbano (Negrão, 2013), a partir dos relatos de Andressa via-se como a operação que objetivou afastar as prostitutas para bairros periféricos ainda influencia a organização dos territórios da prostituição na cidade. De acordo com a *garota*, em detrimento dos poucos bares e pubs que restaram em Campinas, as boates localizadas em regiões afastadas da vida urbana foram bem valoradas por suas colegas. Os cachês foram considerados altos, entre 400 e 1000 por hora, e, a depender do local, havia alojamentos e refeições gratuitas às trabalhadoras, como almoço, jantar e lanche na madrugada. Os horários de funcionamento, de maneira parecida com os dos bares, costumavam ser das 19:30h às 03:00 horas da manhã. Em

todas elas, nenhum valor referente ao programa era dividido entre proprietários e trabalhadoras sexuais. Eles lucravam somente com a comercialização de bebidas e alimentação dos clientes.

Informou-me ainda que nesses locais havia bastante concorrência e, em alguns casos, poderia encontrar cerca de 50 a 100 mulheres trabalhando. A maioria delas era jovem, com pele branca, torneada ou magra. Por isso, nas situações em que fosse preciso fugir à grande concorrência, indicava-se deixar as famosas boates localizadas nos arredores da cidade, e ir até outras boates que permanecem instaladas em diferentes bairros de Campinas, onde a quantidade de mulheres é menor que em outros espaços e os valores por programa custam entre 200 e 300 reais por hora. Casas de massagem onde as trabalhadoras poderiam realizar programas, com a fachada de residência comum e com valores abaixo do que elas costumam receber, entre 100 e 150 reais por programa, também surgiram nos apontamentos de Andressa.

A partir desses direcionamentos, com espanto, percebi que caso uma prostituta desejasse ingressar em locais onde os valores por programa estavam acima de 300 reais, precisaria se afastar de Campinas e buscar por boates em distritos próximos ou localizadas às margens das rodovias que levam às cidades vizinhas. Portanto, além dos trabalhos realizados por *sites* de anúncios, os maiores cachês somente seriam alcançados fora de cidade. Além disso, a existência de bares e boates de prostituição ainda instaladas na cidade contrastavam com as informações de Ramos (2015) a respeito de como a tolerância da prostituição realizada no Jardim Itatinga potencializa a perseguição de outros locais e pessoas que realizam o trabalho sexual no resto da cidade. De acordo com a autora, por meio da criação de uma área exclusiva e confinada para o trabalho, efetivou-se a justificativa de que, em Campinas, já existe um local “correto”, longe da cidade, desse modo, “oficial” para as atividades.

Complexificando essas questões, a interlocutora revelou a existência de uma “repressão seletiva” instalada na cidade. E, apesar de o termo já ter sido utilizado por Ramos para informar como, ainda sobre o Jardim Itatinga, o mesmo poder público é capaz de perseguir casas de prostituição e prostitutas sob justificativas “legais”, mas permite as mesmas atividades em outros locais, o que resulta no traslado das prostitutas para esses espaços “permitidos” e/ou “tolerados” (Ramos, 2015). Andressa apontava que, além do Itatinga, outros locais são “permitidos” e funcionam há algumas décadas ainda dentro da cidade. Algo que somente mais tarde, após algumas semanas inserida no campo de pesquisa, compreendi que resultava das negociações e pagamentos realizados entre os donos das casas/boates/bares/*pubs* e os agentes policiais com vistas à manutenção do funcionamento dos espaços, e ausência de inoportunas “batidas”.

Quanto ao Jardim Itatinga, nas conversas com Andressa, assim como nos diálogos com outras interlocutoras que conheci por meio de suas mediações, nunca havia indicações. A *garota* quase não falava sobre a existência dele, e quando o fez foi somente com o intuito de me alertar para que não fosse até lá. Entre alertas e recomendações, afirmou que o local era perigoso e que os valores costumavam ser muito mais baixos em comparação ao que estava acostumada. Uma série de percepções e imagens sobre o bairro surgiram no diálogo que foi encerrado sob o argumento de que garotas de programa bonitas e bem-sucedidas poderiam até circular nos “baratinhos” bares, casas de massagens e *pubs* de Campinas, mas jamais deveriam frequentar o Itatinga.

Não foi difícil perceber que a rejeição ao bairro não estava atrelada diretamente aos valores dos programas. Afinal, se uma garota poderia passar uma tarde inteira em festas de rancho com um cliente, cobrando somente 200 reais, não deveria enxergar problemas em realizar um programa por 100 reais por hora, por exemplo. Isso, no entanto, não implica que no famoso bairro somente seria possível alcançar 100 reais por programa. Como demonstrou Aline Tavares (2014), os valores variam a depender dos estabelecimentos, casas de prostituição, bares, boates e rua. O que se observava, na verdade, era uma tentativa de se distanciar e se diferenciar das prostitutas que trabalhavam no Itatinga e de quaisquer outras trabalhadoras que ganhavam menos ou se inseriam em zonas de prostituição consideradas inferiores. Era, portanto, uma estratégia de diferenciação entre as garotas de programa “bem-sucedidas”, que se autodenominavam como “de luxo”, e todas as demais prostitutas campineiras. Para me orientar sobre essas distinções, Andressa indicava os locais que ela e suas colegas costumavam frequentar e onde eu deveria concentrar minha atenção.

Assim, observei que, se por um lado, o movimento de diferenciação objetivava a construção do “selo do luxo” à prostituição que, de acordo com Natânia Lopes (2021, p. 8) constrói-se pelo “fetiche do produto diferenciado destinado a um seleto grupo de clientes, porque a fantasia de luxo na prostituição precisa ser necessariamente construída e reafirmada na direção da noção de exclusividade e do refinamento”. Por outro aspecto, as tentativas de distanciamento do trabalho exercido no Jardim Itatinga, juntamente com as afirmações da periculosidade do bairro e a noção de fracasso profissional atribuída àquelas que “se atreviam” a frequentar o local, estavam relacionadas aos preconceitos produzidos a partir da história da organização da prostituição no país, no Estado de São Paulo e, por consequência, na cidade de Campinas.

Ocorre que, segundo João Batista Mazziere (1988), diante das disputas entre as formas de compreender e formular políticas direcionadas à prostituição, desde as perspectivas

do Proibicionismo, Regulamentarismo e/ou Abolicionismo, vistas em distintos momentos históricos no Brasil²², cada cidade/região brasileira realizou atuações políticas mais próximas de uma determinada linha. Campinas, por sua vez, embora tenha sido influenciada pelas políticas da capital paulista, constituiu suas próprias formas de atuar em relação à prostituição frente às características da cidade (Mazziero, 1998; Ramos, 2015).

No que diz respeito ao cenário de suas influências, sabe-se que partir da década de 1940, a nível nacional, tiveram início as políticas de confinamento da prostituição em uma mesma região. No período em questão iniciou-se uma ênfase repressiva sobre a figura da mulher prostituta que foi atrelada à delinquência, e, assim, tal processo surgiu em convergência com a estratégia político-ideológica que sustentava em todo país a ideia de um novo Estado “verdadeiramente nacional e humano” (Ramos, 2015). O confinamento das prostitutas permitia a marcação de sua exclusão e ainda apontava para a aplicação da sanção do crime de vadiagem²³ àquelas que circulassem fora dos limites tolerados. No mesmo ano, na cidade de São Paulo, territórios específicos foram criados para abrigar as chamadas casas de tolerância, em áreas distantes e segregadas, que ficavam sob vigilância policial e sanitária (Mazziero, 1998. p. 75). Constituíam-se, então, uma relação entre o saber médico e forças policiais, que defendiam a existência de bordeis como um mal necessário e entendiam que a prostituição poderia ser exercida sob o controle médico-polícia” (Leite, 1993).

Tratou-se, portanto, da construção de uma “geografia do prazer” (Rago, 1991) orquestrada em diferentes estados da federação, baseada na constituição de uma imagem negativa da prostituta, com objetivo de proteger os valores morais da urbanidade moderna, segregando as trabalhadoras sexuais em territórios específicos do prazer e da boemia destinados ao que chamavam de “vícios urbanos modernos” (Feldman, 1989; Ramos, 2015; Rago, 1991).

Avançado mais um pouco nos registros históricos, Sarah Feldman (1989) argumenta que, em 1951, o Brasil subscreveu às decisões tomadas na convenção internacional para supressão de Tráfico de Pessoas e do lenocínio, realizada 1949, em Nova York. As decisões foram importantes porque exigiram a readaptação social e reeducação das prostitutas, e, em

²² Com relação às três abordagens, segundo Ramos (2015), o Proibicionismo considera a prostituição como algo impraticável e adota medidas criminalização, enquanto a legislação abolicionista centraliza seus esforços na construção da imagem da prostituta como vítima e na perseguição e punição da dona/o ou gerente de hotel/casa de prostituição. O Regulamentarista, por sua vez, possui como base argumentativa um modelo de controle baseado na premissa de que a prostituição é um “mal necessário” e adotada medidas de controle sobre ela.

²³ Vadiagem na legislação de 1942 foi definida como “Entregar-se alguém habitualmente à ociosidade, sendo válido para o trabalho, sem ter renda que lhe assegure meios bastantes de subsistência, ou prover a própria subsistência mediante ocupação ilícita” com Pena - prisão simples, de 15 (quinze) dias a 3 (três) meses (Decreto Lei nº 3.688 de 03 de outubro de 1941, Código Penal Brasileiro). Foi utilizada para prender muitas trabalhadoras sexuais, uma vez que a prostituição não era considerada como uma forma de trabalho.

1952, o então governador do estado de São Paulo permitiu a elaboração de um plano de moralização dos costumes, com os poderes policial, médico e religioso intervindo contra o trabalho sexual. No ano seguinte, portanto, em 1953, o Estado deixou as posições regulamentaristas e assumiu posições claramente abolicionistas, de tal modo que, na capital do estado, o confinamento foi suspenso e tornou-se proibida a existência de casas de prostituição (Feldman, 1989; Rago, 1991). Dessa forma, ainda de acordo com as autoras, enquanto na década de 1960 via-se o surgimento das operações para segregação das prostitutas em Campinas, em São Paulo, por outro lado, emergiam os primeiros acordos táticos entre a polícia e os donos de estabelecimentos de prostituição.

Algumas cidades do interior do estado seguiram a lógica de segregação de territórios próprios para a prostituição, assim como adotaram as práticas de “taxa de proteção”, entretanto, esses processos não ocorreram necessariamente em concomitância ao que se via na capital. Informações sobre o assunto podem ser encontradas em matérias veiculadas no jornal Folha de São Paulo (1998a; 1998b), assim como no estudo de Fabiano (2018). Neles, a partir da observação sobre o delineamento dos territórios da prostituição na cidade de Ribeirão Preto, demonstra-se como a atividade laboral, desde o século XX, está concentrada em três regiões específicas: a chamada Baixada da Rodoviária, região central da cidade que comporta predominantemente a prostituição de rua; a avenida Nove de Julho, parte sul da cidade, onde ficam as prostitutas que cobram valores considerados altos, enquanto na parte norte, entre a avenida Brasil e a região das chácaras no Jardim Aeroporto, as prostitutas que trabalham em casas de prostituição e cobram valores mais baixos que as mulheres da zona sul.

O que contrasta com o trabalho de Neto e França (2009), e com outra matéria publicada em 1998 pelo mesmo jornal, que em comum, apontam como, no início do século XX, de um lado, via-se a repressão da sexualidade feminina sobretudo das moças consideradas como de “família”, e, do outro, como as prostitutas francesas, trazidas pelo empresário também francês Francisco Cassoulet, “eram praticamente as únicas mulheres alfabetizadas da cidade e, por isso, mais requintadas que as próprias mães de família de Ribeirão Preto”. Assim, à época, as prostitutas francesas de Ribeirão Preto, bem como de outras zonas espalhadas por todos países, construíam a imagem da prostituição considerada “*chic*”²⁴(Rago, 1991); e praticamente ditavam a moda da aristocracia ribeirão-pretana. O cenário só foi modificado a partir da diminuição da

²⁴ De acordo com Margareth Rago (1991) além das mulheres francesas, as migrantes oriundas de diferentes países europeus: França, Espanha, Itália, Áustria, Polônia, dentre outros, desembarcaram no Brasil nas primeiras décadas do século XIX, com o fluxo migratório se intensificando no início do século XX. Tratava-se de um movimento migratório baseado no projeto político-ideológico de branqueamento da sociedade brasileira através do estímulo de imigração de europeus para o país.

exportação de café, nas primeiras décadas do século XX, quando os cabarés considerados “de luxo” iniciaram um processo de decadência (Folha de São Paulo, 1998; 1999).

Outro exemplo do processo de segregação espacial urbana pode ser visto na cidade de São Carlos, também localizada no interior do estado de São Paulo. A pesquisa de Rodrigues (2015) demonstra como a Avenida Getúlio Vargas, localizada em um bairro periférico da cidade, por influência da administração pública e da especulação imobiliária foi ocupada por prostitutas e casas de prostituição nas últimas três décadas. De acordo com o autor, considerando que o centro da cidade era habitado pela elite oligárquica e pela emergente classe de comerciantes e donos de fábricas, o bairro que abriga a avenida ocupada por prostitutas consolidou-se como periferia em virtude do descaso e da falta de interesse dos governos municipais em integrá-la à cidade. No bairro, assim como em Ribeirão Preto e em Campinas, moradores e prostitutas convivem diariamente²⁵.

Voltando-nos especificamente a Campinas, emergem algumas particularidades, é visto que enquanto na capital paulista, ainda 1967, eram abolidos os princípios higienistas da regulamentação e extinta a delegacia de costumes (Feldman, 1989), na cidade, no mesmo ano, se instalaram os primeiros estabelecimentos de prostituição no Itatinga. E, se antes da criação do bairro a prostituição ocupava todo o perímetro urbano, a partir de 1950, com a gradativa apropriação das ruas e outros espaços públicos pelas mulheres campineiras consideradas como de “família”, emergiu a forte justificativa para o confinamento das mulheres prostitutas em um território específico: “os moradores bradavam contra a situação de ambiguidade, porque as senhoritas de 'família' eram confundidas com putas pela clientela local” (Mazzariol, 1977).

De mais a mais, devido ao grande crescimento populacional de Campinas entre 1940 e 1970 e a consequente valorização de terrenos, ocorreu a articulação dos poderes públicos e da mídia local. Segundo Tavares (2014), foi diante da combinação entre a propagação das reclamações populares e a valorização dos terrenos que a polícia designou corretores para contatarem agências imobiliárias e localizarem um loteamento longe da cidade, obrigando as trabalhadoras sexuais da região à realização do trabalho a partir de locais construídos em um loteamento despovoado e localizado em área rural próxima ao Aeroporto de Viracopos. Denominada como “operação limpeza”, a ação que resultou na criação do Jardim Itatinga, ainda

²⁵ É importante pontuar que, ao revisar as pesquisas que se concentram nos diferentes âmbitos da prostituição realizada no interior do estado de São Paulo, notei que, embora enfoquem em diferentes temas que vão desde práticas em saúde, sociabilidades e perspectivas das prostitutas sobre a própria realidade, na maioria delas não há uma descrição detalhada sobre o processo histórico da construção dos territórios específicos para prostituição. Dificilmente ocorre a nomeação da boate ou da região da cidade em que estão inseridas as trabalhadoras sexuais interlocutoras de pesquisa, o que pode estar relacionado às tentativas de preservar o anonimato das interlocutoras.

de acordo com Tavares (2014), deixou exposta como a associação da prostituição com a noção sujeira conectou-se diretamente à prática do zoneamento.

Ainda para autora, a reordenação como forma de administração do meio urbano quase sempre representa a segregação. Assim, o confinamento da prostituição, de um modo geral, emerge como uma maneira de delimitar os contornos dos espaços considerados da “família” e da “ordem”, além de determinar quais tipos de comportamentos sexuais femininos serão aceitos nos diferentes espaços da cidade (Tavares, 2014). Por isso, ainda em suas argumentações, pode-se considerar que a “operação limpeza” produziu “tanto no nível simbólico, como no instrumental, todo um processo de reorganização social de categorias efetuadas pelo espaço físico” (Douglas, 1976). O que significa dizer que “a operação limpeza teve por objetivo afastar todas as pessoas que, segundo a elite campineira, não faziam parte do contexto da classe média” (Bahia; Luizari; Faria, 2003)

Outras questões, como o episódio da morte de um sargento da Polícia Militar em 2013, e o decorrente estado de sítio decretado no bairro, por meio de uma ação truculenta que envolveu espancamentos e torturas contra moradores e trabalhadoras sexuais, conformam-se ao leque de dados e imagens que atribuem periculosidade ao bairro ainda atualmente. Além disso, notícias depreciativas sobre o Itatinga são propagadas pela mídia local, que costumeiramente promove vinculações entre a região e formas de criminalidade. Exploração sexual, tráfico de pessoas e de drogas também são temas debatidos e frequentemente expostos pela mídia, contribuindo para a construção da imagem de que o Jardim Itatinga está envolto de violências. No *site* da Central Brasileira de Notícias de Campinas (CBN/ Campinas), por exemplo, toda uma página é dedicada a expor reportagens que apontam para criminalidades, extorsões de clientes, assassinatos, roubos, violência policial e outros registros similares, de forma que, como sugeriu Tavares (2014), parecem objetivar a construção e reafirmação de uma imagem de impureza e desvio para o bairro.

Assim, as noções presentes na realização desse delineamento histórico ganham relevância na medida em que são capazes de apontar os cenários, informações e imagens que sustentavam os conselhos de Andressa. Considerando que as noções de decaimento, violência e impureza são justamente atributos que ela e suas colegas não ignoravam, mas dos quais procuravam veementemente se distanciar, notei que seus direcionamentos forneciam uma espécie de “mapa” dos territórios em que as garotas de programa, que se autodenominavam como de “luxo”, circulavam para exercer o trabalho sexual na região campineira, em detrimento daqueles esquadrinhados na mídia local.

A partir de um circuito constituído por circulações difusas e instáveis entre bares/pubs/boates/sites situados nos diferentes bairros de Campinas, o mapa revelava que o território das garotas de “luxo” não consistia na delimitação objetiva de um lugar geográfico, mas, como no sentido proposto por Gilles Deleuze e Félix Guattari (1997a), se configurava como um conjunto das representações, comportamentos e investimentos nos tempos e nos espaços sociais (Rolnik; Guattari, 2005, p. 388). Além disso, de forma semelhante ao que propôs Néstor Perlongher (2005; 2008) ao analisar as territorialidades itinerantes e marginais dos michês paulistanos, a partir das indicações de Andressa, compreendi que estava diante de territórios subjetivos inscritos por códigos “que operavam como fator determinante no comportamento dos habitantes e impunham, ou tendiam a propor, conforme as condições de sociabilidade territorial, perfis definidamente psicossociais” (Perlongher, 2005, p. 268). Nesses territórios via-se ainda que, como nômades, as garotas “estabeleciam localizações, sem parar de circular” (p. 247).

Ao me apresentar o mapa de seus territórios existenciais no trabalho, e através dele se diferenciar das mulheres que trabalham no Jardim Itatinga, a interlocutora acionava, portanto, a noção de prostituição de luxo como categoria moralizante dentro da prostituição (Lopes, 2021). Em nossas conversas, a todo momento, reafirmava que nos espaços em que circulava não havia desordem, violência ou sujeira, no oposto, achava-se em um acordo tão “civilizado” que frequentava os bares de prostituição instalados no bairro considerado como o mais “nobre” da cidade. E, ainda que frequentasse boates camufladas de hotéis localizadas às margens de rodovias que cortam Campinas, ou trabalhasse em casas de massagens em bairros menos centrais, era o desejo de se distanciar das imagens informadas pela mídia local e das noções impureza — que empunharam as ações de confinamentos das prostitutas no século passado —, que sustentavam as recomendações de Andressa sobre não irmos até o bairro.

Em diversos momentos, a garota argumentou nunca ter ido ao Jardim Itatinga e insistia em afirmar que não se interessava em compreender os processos históricos que subsidiaram sua criação. Suas percepções se assentavam ainda no desconhecimento sobre as sociabilidades do bairro e das formas como as trabalhadoras sexuais, inseridas no Itatinga, reivindicam aquele território como lugar legítimo da vivência de performances sexualizadas e marginalizadas (Tavares, 2014). Frente a esse contexto, tendo em vista que Andressa foi minha primeira interlocutora e amiga no cenário pandêmico, priorizei as experiências presentes em uma das boates da região campineira, onde passei a maior parte do tempo. Minha inserção foi, portanto, resultante das mediações da interlocutora junto aos proprietários da boate.

As primeiras aproximações para a pesquisa ocorreram junto a mulheres que trabalhavam em uma pequena boate localizada às margens de uma estrada que liga Campinas a outras cidades do interior do estado, e que se consideravam “prostitutas de luxo”. As interlocutoras circulavam no mesmo território existencial explicitado por Andressa, e a maneira como lidavam com a noção de luxo manifestava-se, especialmente na presença dos clientes, através da diferenciação da figura estereotipada da puta. Diante dos clientes, assim como ocorreu com as interlocutoras de Tiago Silva (2023, p. 263), elas defendiam a ideia de que “era possível estar na prostituição e exercê-la sem necessariamente ser puta”.

Para essas prostitutas, o conceito de “luxo” não estava necessariamente ligado ao preço dos programas ou à crença de que trabalhavam na melhor boate da região. Em vez disso, tratava-se de tentativas de se diferenciar das mulheres que frequentavam outros espaços da cidade, historicamente marcados pela segregação e falaciosa presunção de sujeira, impureza e violência.

1 PRIMEIROS PASSOS NA ZONA

No início de junho de 2020, em uma tarde de clima quente e comum à região onde estava, entrei pela primeira vez em uma pequena van cinza, que costumava buscar jovens trabalhadoras sexuais no centro da cidade de Campinas e as levar até uma cidade vizinha, onde está localizada uma boate de prostituição. Àquela altura, a pandemia do Novo Coronavírus compunha nosso cotidiano e tornava vazias as ruas, praças e os comércios locais. O temor diante do vírus delineou também as primeiras aproximações entre mim e as interlocutoras de pesquisa. Em comum, compartilhávamos o medo da contaminação pelo vírus e a preocupação sobre como as consequências financeiras do isolamento social nos afetaria.

A van passava por vários pontos espalhados pelo centro da cidade, e a cada parada subiam duas ou três moças. No entanto, foi apenas no último ponto que a maioria das colegas subiu. Através das pequenas janelas do automóvel era possível observá-las paradas em uma esquina, uma ao lado da outra, e posicionadas de maneira demasiadamente próxima, considerando os riscos pandêmicos. Aquela última parada era também o ponto alto das conversas, onde elas se reuniam e se preparavam para adentrar o terreno de disputas que é a zona. O ponto ficava em uma esquina situada no centro da cidade de Campinas, um local de confidências e fofocas. Apenas mais tarde, meses depois da primeira incursão, entendi que apenas naquela esquina era possível fugir dos ouvidos e olhos atentos dos donos e gerentes da boate para onde iriam.

À medida em que entravam em nosso pequeno transporte, as moças me fitavam com olhar desconfiado, mirando-me de cima a baixo, jogando os lábios para um canto do rosto, tratando-me de maneira desdenhosa, o que já não me causava surpresa alguma. Aprendi em outras boates, onde estive inserida durante meses ou anos, que atitudes desdenhosas são comuns e fazem parte de uma espécie de rito iniciático próprio da zona: olhares e expressões desconfiadas são corriqueiramente direcionadas às garotas novatas, como uma forma de esquadrinhamento da nova concorrência. E, embora minhas intenções fossem ligadas à realização da pesquisa, as idades similares e o tipo físico em comum tornavam-me, involuntariamente, uma possível concorrente, nas perspectivas das garotas.

Enquanto percorríamos nosso trajeto até o local de trabalho, risadas, gritos e fofocas circulavam entre elas, e as músicas que o motorista tocava no pequeno som da van, normalmente Funk ou sertanejo universitário, aliadas às animadas conversas, emprestavam leveza e alegria à minha primeira viagem com as garotas. A contar do último ponto de embarque até a boate, o pequeno trajeto de uma cidade a outra durava cerca de trinta minutos. Além dos

olhares curiosos e desconfiados presentes naquela tarde, elas também me fizeram perguntas, questionando de eu vinha, como conheci a boate, o que eu procurava nas zonas de Campinas e região, além de outras questões semelhantes, movidas pela curiosidade.

Respondendo às dúvidas contei que fui indicada por uma amiga que já havia frequentado a boate e que a conheci por meio de uma outra amiga inserida no mesmo circuito de trabalho. Avisei ainda que, ao fazer contato com um dos donos da boate, ele aceitou que frequentasse o local. Andressa, a amiga que me informou sobre a boate, era conhecida por algumas das mulheres que me fizeram o questionamento, e, diante das proximidades que surgiram após as perguntas, ponderei se o acolhimento que me ofertaram foi motivado por uma possível relação de amizade entre elas e a amiga responsável pela indicação. Em minhas respostas, ainda comentei sobre o processo de pesquisa com prostitutas e como essa pesquisa resultou em minha mudança para a cidade de Campinas.

A partir disso, os questionamentos passaram a girar em torno da curiosa situação de uma mulher jovem, com a aparência similar à das garotas, que pesquisava prostituição. Ocorre que os donos da boate, ao saberem das minhas intenções, só me permitiram realizar a pesquisa sob a condição de que eu mantivesse a discrição quanto às minhas atividades de pesquisa frente aos clientes, eles também esperavam que devido à minha idade e perfil estético, eu me inserisse como trabalhadora na boate. Além disso, ainda no caminho até a boate, assim que a momentânea surpresa das interlocutoras passou, ao saberem dessas últimas informações e do tema da pesquisa, logo afirmaram que *“amizade na zona é coisa difícil, e que é melhor se concentrar no dinheiro e no trabalho”*.

Naquele dia, apenas oito mulheres estavam presentes na van, e soube por meio de uma delas que todas faziam parte da equipe de trabalhadoras fixas da casa. Observei ainda que quase todas as moças, assim como eu, usavam máscaras de proteção contra o contágio e propagação do Novo Coronavírus (COVID-19). Eram mulheres jovens com idades aparentemente variando entre dezoito e trinta anos, majoritariamente com peles claras e paulistas, oriundas das pequenas cidades que cerceiam a região campineira. As risadas, questionamentos e o clima de alegria que permeavam as primeiras interações que tivemos durante o trajeto, logo foram substituídas por um clima de tensão. Isso porque, à medida em que percorríamos a estrada e avistávamos os variados motéis ao longo do caminho, percebíamos como o silêncio produzido pela ausência de carros, dos sons das buzinas e do caótico trânsito comum à região, anunciava as dificuldades, sobretudo aquelas de ordem econômica, que elas encontrariam para sobreviver à pandemia.

Aos poucos, o silêncio presente na pista invadiu nossa van, e nossas conversas foram tomadas por dúvidas compostas por desespero: *“como sobreviveríamos sem clientes na zona? E por que usaríamos as máscaras se, ao chegar na boate, vão nos pedir para tirar?”* repetia-se entre elas. O grande risco de contágio do vírus, assim como a possibilidade de adoecimento ou mortes, naquele momento perdeu espaço para as discussões sobre como os ganhos financeiros diminuiram pela metade durante o período pandêmico, e como isso se refletia nas dificuldades relacionadas a alimentação e contas básicas das trabalhadoras.

Após os questionamentos, permanecemos caladas e pensativas sobre o assunto. Por volta das três da tarde chegamos à boate, o local que, funcionava desde as duas horas da tarde até às dez horas da noite, nem sempre pontualmente, obedecia ao fluxo das demandas dos clientes da região, que costumavam chegar no fim da tarde ou início da noite. Assim que descemos da van, notei o quão distante estávamos da cidade e como a localização da boate, às margens da rodovia, intensificava a sensação de distanciamento social. Cercada por uma bela paisagem montanhosa e por grandes árvores frutíferas, a boate²⁶ tinha aparência externa similar à de um hotel, e era frequentada apenas por clientes indicados por outros homens que já conheciam o lugar. Essas nuances deixavam subentendido que a intenção dos donos era de que os passantes (motoristas que percorriam a rodovia) não desconfiassem que o aparente hotel era, na verdade, um local próprio para a realização de programas combinados dentro de uma pequena boate de prostituição instalada no terreno ao lado.

As fachadas exteriores do hotel tinham cores claras e aparentemente envelhecidas. Eram discretas, desgastadas e pareciam suplicar por novas pinturas. Uma pequena porta na lateral do edifício era o caminho indicado para as garotas que desejassem acessar a boate. Ao seguir por esse caminho, era possível adentrar aos camarins situados nos fundos do salão da boate, onde as mulheres se preparavam para o trabalho. Nenhuma das garotas que trabalhava no local costumava ir vestida com as roupas adequadas para o trabalho, exceto aquelas que se locomoviam com carros próprios até lá. Vestindo chinelos ou tênis, sem maquiagens e costumeiramente usando roupas largas, as mulheres se apertavam entre dois pequenos camarins. Observei ainda que, ao decidirem ir até o salão, algumas vestiam roupas mais curtas, coladas e bem arrumadas, enquanto outras usavam roupas de aparência mais delicada recheadas por babados, tons pastéis, vestidos e blusas com mangas bufantes. Sapatos de salto alto eram obrigatórios, assim como o uso de maquiagem.

²⁶ Apesar da beleza da paisagem, a fim de atender aos pedidos das informantes e dos proprietários da boate, nenhum registro fotográfico desse campo será exposto na tese. O objetivo foi preservar a discrição local.

Ambos os camarins eram equipados com pequenos espelhos que permitiam às trabalhadoras visualizarem apenas o reflexo de seus rostos. Com paredes pintadas em tons desbotados de rosa, e um pequeno banheiro acoplado nos fundos, os cômodos não possuíam ventiladores, tampouco climatizadores, e era comum que todas se arrumassem apressadamente, a fim de fugir do recorrente clima quente da região e adentrar ao salão climatizado. Assim que terminavam de se arrumar, íamos, uma a uma, ou em pares, até o salão da boate que foi construída sobre um grande terreno ao lado do hotel. Pequeno e com características similares a de um *Pub*, o local tinha as paredes pintadas de preto e mesas de madeiras espalhadas pelo salão. Nos fundos, havia ainda uma barra de ferro vertical, um *pole dance*, utilizada para shows de *strip-tease*.

Um balcão localizado à esquerda da porta principal dividia a área do bar e o salão da boate. Naquela primeira tarde, ao entrar no salão, avistei uma mulher de cabelos louros e cerca de 50 anos, e soube imediatamente que ela preparava e servia as bebidas para os clientes e garotas. Alice, a balconista do bar, além de pertencer à família de uma das sócias da boate, também exercia a função de garçoneiro e, em um passado distante, já havia exercido o trabalho sexual em outro espaço. Ela também cumpria a função de ser os “olhos” e “ouvidos” dos donos do estabelecimento, e costumava se relacionar de maneira próxima com clientes. A balconista informava aos frequentadores da boate, ou à maioria deles, sobre as moças novatas e sugeria as garotas que considerava como uma “boa escolha”.

Quanto maior fosse a proximidade entre uma trabalhadora e Alice, melhores eram as chances de a garota conseguir um programa ou de receber alguma proteção frente a possíveis conflitos com outras colegas e, de ser vista, portanto, como uma escolha acertada a quaisquer clientes. Assim, percebi que não bastava que as garotas construíssem uma boa relação entre si, era também necessário garantir uma boa relação com os funcionários e donos do lugar. Por vezes, o gosto do cliente por um determinado estilo de mulher era superado pelas opiniões de Alice, que os influenciava de tal maneira que alguns acabavam escolhendo as mulheres com o perfil que não correspondiam inicialmente ao que procuravam.

Essas percepções, longe de me parecerem inicialmente óbvias, foram informadas por duas interlocutoras que decidiram me ensinar o básico sobre o funcionamento local. As aprendizagens sobre esses aspectos relacionais só foram possíveis devido ao vazio que assolava a boate, pois a pandemia já mostrava sua força. Outras conversas, que só meses mais tarde percebi que eram raras, costumavam ocorrer nos fundos do salão, em uma área própria para realização de churrascos e para os fumantes, com abertura para um grande terreno que servia de estacionamento para clientes. Composta por cadeiras de plásticos, paredes roxas, portas

pretas e com decoração de gosto duvidoso, a área de churrasco foi palco das interações mais próximas (confidências, acolhimentos e fofocas) entre as prostitutas no ambiente de trabalho.

Sentadas nas cadeiras e formando uma roda que tomava quase todo o espaço, as garotas compartilhavam suas tristezas, alegrias, cigarros e copos de bebida. Nos primeiros passos e interações realizadas naquela tarde pandêmica, as preocupações apareceram com frequência em nossas conversas. A boate, como mencionei, estava vazia, e passaram-se cerca de três horas para que a presunção de que nenhuma de garota trabalharia fosse substituída por um pequeno alvoroço ocasionado pela chegada de um cliente. Um homem branco, de estatura baixa e aparentando ter entre cinquenta e sessenta anos, usando máscara de proteção contra o vírus, tornou-se o centro das atenções de todas as mulheres presentes.

Assim que avistamos o cliente, os modos de interação entre as trabalhadoras mudaram rapidamente. De maneira apressada, todas se levantaram e, desfazendo a roda que formávamos, passaram a ocupar as mesas situadas no salão boate. Cada mesa era ocupada por no mínimo duas e no máximo cinco mulheres, que pareciam ter maior intimidade quando comparadas às interações com outras colegas. Por sorte, uma das garotas que trabalhava na casa há algum tempo e que chamarei de Malu, gentilmente decidiu se aproximar e me ensinar alguns dos traquejos necessários para aquele tipo de ocasião.

Malu, uma garota que se considerava branca, era loura e magra, aparentava ter entre 25 e 30 anos, de aparência dócil e delicada, foi quem me acolheu, sentou-se ao meu lado e, com voz aguda e doce, sussurrou que não é bom confiar nas outras mulheres da casa e que ela sempre “*foca em ganhar dinheiro*”. Contou-me ainda que, assim que os clientes chegavam à boate, era melhor se sentar ou se juntar com no máximo mais uma mulher ou duas mulheres. Caso contrário, o cliente poderia se sentir acuado diante do grupo e não escolher nenhuma das mulheres. De acordo com Malu, alguns clientes ficavam “sem jeito” em se aproximar ou convidar à mesa uma mulher que estivesse cercada por muitas outras, pois temiam ser assediados e não conseguirem corresponder à coqueteria de todas elas.

Ouvi atentamente os conselhos da moça que, ao tentar me ajudar, ainda me alertou sobre os olhares que o cliente estava lançando em nossa direção. Diante da dúvida sobre a quem os olhares eram direcionados, ela rapidamente se inseriu no flerte, e a tarde logo tornou-se noite. Depois de uma longa conversa com cliente, ela caminhou até os quartos do hotel onde ocorriam os programas. Para chegar até o local, era necessário atravessar todo o caminho de volta aos camarins, passar em frente a eles, depois percorrer um pequeno corredor, um pátio, algumas garagens e então chegávamos à porta dos quartos. Uma caminhada que, usando sandálias de salto alto sobre paralelepípedos, durava cerca de cinco minutos, tempo que aproveitavam para

entreter o cliente com perguntas sobre os gostos e histórias de vida deles. Vaidosos, adoravam falar sobre si.

Os quartos ficavam no hotel ao lado da boate, e a longa distância entre os dois estabelecimentos não era mantida por uma falta de bom senso por parte dos proprietários do lugar, (um homem e duas mulheres com idades aparentemente variando entre 50 e 60 anos), mas sim para atender também às demandas de possíveis clientes que quisessem se hospedar no hotel. Outro motivo relevante para a distância era o receio dos proprietários de serem penalizados, julgados ou processados, de acordo com o artigo 229 do Código Penal Brasileiro. Isso porque, embora a lei nº 12.015/2009 tenha promovido algumas mudanças e corrigido algumas distorções decorrentes de tabus e preconceitos de um código penal redigido na década de 1940²⁷, e atualmente o artigo 229 criminalize apenas ato de “manter, por conta própria ou de terceiros, estabelecimento em que ocorra exploração sexual, haja, ou não, intuito de lucro ou mediação direta do proprietário ou gerente”²⁸ (Brasil, 2023, p. 96), as confusões morais e legais sobre os conceitos de exploração sexual e prostituição assombravam os donos do lugar.

Longe de surgirem como receios delirantes, suas preocupações entremeavam-se às disputas sobre os sentidos e significados atribuídos à exploração sexual e à prostituição que podem inclusive ser encontrados em casos recentes. Como na notícia veiculada em 2023 no site Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios (TJDFT), que relata a prisão de duas mulheres denunciadas por fornecerem cômodos dos seus bares para programas sexuais. O juiz do caso considerou que termo “exploração sexual descreve tanto as relações sexuais ocorridas por meio de violência quanto aquelas que ocorrem por livre e espontânea vontade, em troca de pagamento”. E, mesmo diante da alegação da defesa das acusadas, que argumentou como o termo “exploração sexual” pressupõe que as pessoas estão mantidas em condição de exploração, sofrimento e coação, em violação de suas dignidades sexuais, o magistrado fixou a pena de 2 anos de reclusão para uma ré e de 2 anos e 4 meses de reclusão para a outra acusada. (TJDFT, 2023).

Diante dos fantasmas de criminalização e, apesar de boa parte das interlocutoras não conhecerem as discussões que envolvem o artigo citado, acreditávamos que a presença frequente de policiais na recepção da boate era uma tentativa de manter o funcionamento local normal, sobretudo na pandemia. Os policiais passavam alguns poucos minutos parados

²⁷ Em que “manter, por conta própria ou de terceiros, casa de prostituição ou lugar destinado a encontros para fins libidinoso”, era crime, (Eluf, 2020).

²⁸ No artigo 229, para tal crime impõe-se a pena de reclusão de dois a cinco anos, além de multa.

próximos ao balcão da recepção, instalado junto à porta de entrada do salão, e recebiam água, refrigerantes e, provavelmente, algum dinheiro — isso que suspeitávamos.

Deixando para trás os policiais, que vez ou outra nos olhavam maliciosamente, mesmo quando algumas garotas estavam acompanhadas, e retomando a organização e modos de funcionamento do lugar, via-se que, após caminharem até os quartos (cerca de seis com decoração interna similar), ao abrirem as portas, encontravam camas de casal com tamanho médio, paredes pintadas em branco, um pequeno balcão de madeira alocado em alguma das paredes do quarto, um banheiro pequeno com dois chuveiros velhos que mal funcionavam, além de uma banheira de hidromassagem, forneciam ao lugar uma aparência mais próxima de um motel do que de um hotel.

O programa durava no máximo uma hora e, de acordo com as regras da boate, custavam 250 reais no mínimo, com valor máximo variando conforme a capacidade que cada garota apresentava ao cobrar dos clientes. “Rapidinhas”, com duração de 30 minutos, também eram aceitas e custavam 150 reais, mas eram menos procuradas pelos clientes. Os pagamentos eram feitos em dinheiro, cartão ou *pix*, e, exceto nos casos em que o cliente passava o cartão, não era obrigatório que quitasse o programa antes da visita ao quarto. Muitas garotas, ao permitirem que o cliente pagasse após a realização do programa, já haviam perdido dinheiro, pois, com más intenções, alguns deles afirmavam que combinaram um valor menor ou saíam disfarçadamente sem pagar. Não havia um controle rígido sobre isso, o que dificultava qualquer possibilidade de uma garota reaver o dinheiro perdido, uma vez que os funcionários as responsabilizavam por sua ingenuidade, nomeada como “idiotice” ou “burrice”.

Ainda assim, as garotas, clientes, funcionários e donos da boate, consideravam o local como uma boate de luxo. Nesse caso, em convergência com as análises de Lopes (2021), o luxo aparecia como uma fantasia direcionada a um certo público consumidor e figurava como uma espécie de “selo” de qualidade do produto, o sexo. De maneira similar às abordagens de Lopes (2021) e Silva (2023), naquela zona, o valor do programa era apenas um dos elementos com papel importante no direcionamento do serviço sexual considerado de luxo, o que realmente importava era todo um processo de higienização daquilo que era considerado vulgar na prostituição. Nesse ponto, residia a função moralizante do “luxo”: “o engendramento de uma versão particular de prostituição demasiadamente normativa que, mesmo inconscientemente, se apropria e reinventa/atualiza um significado de prostituição” (Silva, 2023. p. 279).

Em nosso caso, eram as vestimentas, que não podiam expor demasiadamente os corpos das trabalhadoras, e os comportamentos (de preferência discretos, sem muitas extravagâncias, como tons de voz mais baixos e sorrisos silenciosos), além da aparência estética

das garotas, majoritariamente com corpos magros ou delineados por exercícios físicos, que sustentavam a ideia de luxo ofertada aos clientes que, por sua vez, prezavam por esse tipo de serviço. Esses detalhes, todavia, contrastavam com o valor dos programas locais, relativamente baixos quando comparados aos de outras boates que se autodenominam como bordéis de luxo, assim como a estrutura física da boate, que necessitava de reformas.

Ainda assim, as fantasias do luxo pareciam ruir diante do cenário pandêmico, uma vez que, com a ausência de clientes, as dívidas passavam a preocupar não só as trabalhadoras sexuais, mas também os donos e funcionários do lugar. Com a boate vazia, poucas mulheres conseguiam trabalhar e assim manter os investimentos em roupas, frequentemente caras, cabelos, maquiagens e academia, por exemplo. Quanto aos proprietários, eram cobrados diariamente pelas garotas, que despejavam seus descontentamentos no gerenciamento local e atribuíam a responsabilidade pela ausência de clientes aos donos da boate, o que resultava em discussões diárias em meio ao salão de uma boate, que ao tentar ser de “luxo”, prezava pelo bom comportamento de todos.

Assim, desde meu primeiro dia inserida na zona, observei que a pandemia aprofundava os embates entre garotas, e entre elas e os outros agentes que formavam as redes de relacionamento do local, o que forneceu pistas a respeito das dinâmicas de disputas e relações de apoio entre as trabalhadoras. Os conflitos entre prostitutas, aliás, me atingiram desde o primeiro dia, ao perceberem que o único cliente que entrou no local direcionou olhares e intenções à nossa direção, minha e de Malu, as outras garotas se afastaram e não deixaram espaços para conversas descontraídas. Fosse no trajeto de volta para casa, assim como nos dias seguintes de trabalho, sempre que um cliente inadvertidamente olhava em minha direção, olhares desdenhosos e expressões faciais nada acolhedoras eram direcionadas a mim. E, antes que eu pudesse ponderar que o aborrecimento das colegas fosse apenas fruto de ciúmes dos clientes ou implicâncias banais, lembrei-me de que as preocupações sobre a crise econômica decorrente da situação pandêmica, ao aprofundarem as disputas entre as prostitutas, demonstravam que os olhares desdenhosos eram direcionados a qualquer uma das mulheres presentes que fossem alvo de um cliente.

A exposição constante ao vírus, à sua propagação, contaminação e às consequências financeiras logo se transformaram em um descontamento generalizado. Afinal, era difícil sentir alguma simpatia por uma colega que conseguia conquistar clientes, enquanto a maioria das profissionais se preocupava com o pagamento de contas básicas. A insatisfação, alimentada pelas tensões diante dos recursos escassos, se enraizou de tal maneira que se tornou comum as garotas excluírem das rodas de conversas as mulheres que haviam conseguido trabalhar. As

exclusões não ocorriam por meio de grosserias, mas por olhares capazes de transmitir raiva ou desprezo, assim como pela atitude de ignorar o que uma colega dizia, mesmo quando ela insistia em participar das conversas que aconteciam entre as prostitutas nos fundos da boate.

Os movimentos de exclusão, no entanto, não levavam uma trabalhadora ao completo isolamento na boate. Quando ela mantinha relações de maior proximidade e com mais tempo de convivência com alguma das garotas, era incomum que esses vínculos se desfizessem em momentos de crise. Apesar de, ao longo dos primeiros dias de pesquisa, ter observado garotas muito próximas se afastarem em decorrência de desentendimentos gerados por disputas por clientes, boa parte das duplas e trios de mulheres com laços afetivos mais visivelmente estabelecidos — perceptíveis por meio da proximidade física no cotidiano, bem como nos relatos em que demonstravam conhecimento sobre a vida umas das outras —, permanecia unida, fosse no dia em que todas trabalharam bem, ou no dia em que apenas uma fez programa.

Ao compartilharem suas preocupações e cuidados mútuos, as amigas de longa data direcionavam seus aborrecimentos, por meio adjetivações pejorativas, àquelas que ainda conseguiam trabalhar em meio à baixa demanda de clientes. Corriqueiramente, também percebi que, nos pequenos grupos de amigas, assim como nas poucas vezes em que todas as trabalhadoras se reuniam em rodas de conversa, havia uma depreciação dos encantos e da beleza das colegas mais solicitadas pelos clientes, que eram tratadas como rivais. As mais solicitadas eram, normalmente, as novatas que, após alguns meses de trabalho, começavam a perder o sucesso com os clientes. Com o passar do tempo, observei que as ‘ex-novatas’ se juntavam a seus pares e destinavam às trabalhadoras recém-chegadas os mesmos insultos que outrora haviam sido direcionados a elas. Assim, em meus primeiros passos no local, logo entendi que, mesmo com a alta rotatividade das profissionais que passavam pelo estabelecimento (cerca de cinco a dez mulheres novatas por semana), disputas, ciúmes e descontentamentos, exacerbados pela pandemia, ocorriam incessantemente entre aquelas que optavam por permanecer trabalhando na boate.

1.1 Modos de organização e sociabilidade local: diferenças e afinidades

Ao longo dos primeiros seis meses de inserção, enquanto observava o cenário de conflitos entre as garotas, minha principal tarefa foi construir laços relacionais que me afastassem das dinâmicas de fofocas e exclusões. Meus objetivos, naquele momento, visavam não apenas o bom andamento da pesquisa, mas também a criação de um ambiente mais agradável, longe dos conflitos presentes no cotidiano. No entanto, logo compreendi que seria

impossível me manter distante das gramáticas relacionais locais, visto que eu poderia ser, involuntariamente, envolvida em disputas e embates por meio de possíveis comentários e fofocas das garotas sobre mim.

Insistir no afastamento das relações com a maioria das trabalhadoras, principalmente aquelas consideradas fofoqueiras ou aparentemente traiçoeiras, não era uma prática incomum. Diversos grupos de mulheres eram formados entre as prostitutas como uma tentativa de evitar possíveis traições ou rivalidades que, ao menos em nossa percepção, costumavam ser mais frequentes em grupos compostos por muitas mulheres. Mas, à medida em que repetia as práticas de afastamento e que passava a estabelecer uma proximidade mais restrita com duas interlocutoras, Malu e Raquel, estive, sem perceber, internalizando e automaticamente reproduzindo o imperativo de inimizade comum entre elas. Assim, foi com o objetivo de seguir as gramáticas relacionais que sustentam tal imperativo que detectei como, nos modos de sociabilidade local, havia formações de pequenos grupos, com no máximo quatro mulheres, espalhados pelo salão cotidianamente.

Quanto maior fosse o número de trabalhadoras presentes na boate, menores eram os grupos formados e que se espalhavam pelas mesas do salão. Tendo em vista que ainda estávamos em um momento pandêmico, nas tardes em que o movimento de clientes não era intenso, os grupos se formavam a partir de composições maiores, com cerca de cinco ou seis mulheres, pois, na ausência de clientes, afrouxavam-se as disputas. Nesse cenário, as aproximações entre trabalhadoras não ocorriam por acaso; era possível notar semelhanças na aparência física das mulheres que formavam um grupo ou outro. Jovens prostitutas juntavam-se com outras também jovens, ou que aparentavam juventude. Considerando as faixas etárias das mulheres que trabalhavam na boate, podiam ser classificadas como jovens aquelas que tinham, ou aparentavam ter, entre 18 e 24 anos, essas classificações eram feitas tanto pelas trabalhadoras que apelidavam as jovens de “*novinhas*”, quanto pelas jovens, que se autodenominavam assim. Tais classificações também eram confirmadas pela preferência de alguns clientes que procuram por mulheres com aparência juvenil. Desse modo, a performance das novinhas, como veremos mais adiante, era frequentemente chamada de “comportamento de meninas” (Fernandes, 2021).

Novinha, como apontou Camila Fernandes (2021), é uma categoria popular atribuída a meninas, sejam elas crianças ou adolescentes, que possui uma conotação sexualizada e pode ser encontrada na indústria musical pop, na música romântica, no *funk* e no sertanejo, assim como na literatura. Ao emergir nos debates acadêmicos, ainda segundo a autora, a “*novinha*” costuma ser evocada para falar de uma sexualização da infância. Todavia, é

pertinente observar que a evocação dessa categoria na zona pesquisada se aproximava da noção observada por Fernandes, que demonstra como a ‘novinha’ não diz respeito somente a uma questão etária, mas à combinação entre a atitude das jovens e suas formas de enquadramento local. Por outro lado, as ‘novinhas’ da zona se distanciavam das noções da autora, uma vez que a estilização de atos, gestos e fabricações corporais era distintas daquelas construídas pelas interlocutoras de Fernandes.

Nos modos de sociabilidade da boate, diferentemente das novinhas descritas por Fernandes (2021), que se vestiam com trajes mais curtos e eram lidas pelos outros agentes da relação como sensuais ou vulgares, as prostitutas autodenominadas como novinhas apresentavam atuações pudicas, vestindo roupas que sugeriam ingenuidade e que remetiam às fantasias de meninas com pouca experiência sexual, jovens virgens e delicadas. Essas últimas fantasias sustentavam os comentários locais de que as ‘novinhas são meninas fogosas’, mas, ainda assim, permanecem meninas, em oposição à figura estereotipada da puta.

Outras questões também eram levadas em consideração no momento que os grupos se formavam, mulheres que se consideravam brancas aliavam-se principalmente a outras trabalhadoras de pele clara, com idades aparentemente similares. Aquelas consideradas mais velhas, aparentando ter entre 25 e 33 anos e que eram, por vezes, apelidadas pejorativamente como “*puta véia*” — termo costumeiramente utilizado em tom depreciativo, pois envelhecer na zona não era bem-visto entre trabalhadoras, sendo entendido como um fracasso ou incapacidade de deixar um trabalho que deveria ser apenas temporário —, se organizavam de maneira próxima umas as outras. Nessas formas de organização, apesar de existirem em menor quantidade grupos de mulheres diferentes entre si ou, mais especificamente, grupos formados por mulheres negras e brancas, é preciso ter em mente que a maioria das prostitutas era composta por mulheres brancas, e em menor número circulavam as mulheres negras, não retintas, que se autodenominavam como “morena jambo”. Além disso, mulheres brancas com cabelos escuros costumavam formar grupos junto às mulheres “morena jambo”, e dificilmente se associavam às garotas loiras.

Quanto às diferenciações e as formas como se autodenominavam, é importante ressaltar que, em detrimento do termo negra, normalmente elas utilizavam somente aqueles mencionados. As diferenciações, aproximações e distanciamentos em decorrência das diferenças raciais e do racismo eram expressas corriqueiramente através de frases, gestos e acordos tácitos descritos no decorrer do capítulo.

Nas situações em que consegui questionar algumas colegas sobre os motivos dessas proximidades e afastamentos, apenas uma delas citou práticas racistas, enquanto todas

as outras, cerca de seis trabalhadoras, atribuíram suas relações a questões de afinidade, como gostos similares, formas de trabalhar, nível de escolaridade e perspectiva de futuro. Via-se ainda que o aumento no número de trabalhadoras consideradas pelos clientes e pelas trabalhadoras como “não brancas” ou negras, ocorria principalmente quando o movimento de clientes estava menos intenso ou durante as festas temáticas mensais (como churrascos, tarde da *lingerie*, noite do *stripper*). Nesses momentos, um dos donos da boate, o único homem e responsável por gerir as garotas, convidava mais trabalhadoras com o objetivo de atrair mais clientes para o local.

Os grupos, no entanto, não eram formados apenas por meio das escolhas que levavam em consideração categorias tais como idade e raça²⁹, os perfis estéticos também promoviam aproximações ou depreciação entre as garotas. O que chamávamos de ‘perfis estéticos’ era, na verdade, um conjunto de características composto não só pela aparência física das profissionais, mas também pelas formas como cada mulher se vestia para o trabalho e as maneiras como se comportavam na zona. Mulheres com aparência pueril e que costumavam se vestir com roupas e maquiagens mais delicadas, tais como vestidos rodados, maquiagens mais leves com cores suaves, tiaras no cabelo, unhas curtas e poucos acessórios, eram vistas como dóceis, delicadas e geralmente eram consideradas *novinhas*, utilizando esses atributos de feminilidade para conquistar clientes. Nesses casos, por mais jovem que uma trabalhadora fosse, caso tivesse um corpo voluptuoso, não era comum que os clientes e as colegas a vissem como uma *novinha*, sugerindo, inclusive, que ela possuía mais idade do que realmente tinha.

As mulheres com corpos mais voluptuosos, seios fartos e quadris largos, ou com corpos torneados por musculação, costumavam se vestir de forma mais sensual quando comparadas às do grupo anterior. Os vestidos curtos e colados com cor preta, ou fortemente coloridos, maquiagens com cores mais vivas, assim como unhas alongadas por procedimentos estéticos, e acessórios chamativos como colares ou brincos longos, além de extensão capilar (*megahair*) com mechas de cabelo pintadas de loiro, formavam um conjunto considerado *sexy*, atributo de uma garota fatal ou uma ‘*gostosona*’. E, assim como as novinhas, também utilizavam esses atributos para seduzir.

²⁹ No que se refere à categoria raça, ao longo de toda a tese, seguindo as proposições de Mcclintock (2010), Brah (2006) e Piscitelli (2008), considero como os processos de racialização não emergem de matrizes simples, duais, tais como: negatividade ou positividade. Tampouco raça deverá ser pensada como uma categoria exclusivamente limitante, permeada pelas discussões realizadas entre as teorias essencialistas ou antiessencialistas. A experiência racial das trabalhadoras sexuais não é, portanto, entendida como se existisse isoladamente de outras categorias como gênero, classe, sexualidade e nacionalidade, pois foi analisada em sua condição de articulação recíproca e contraditória, moldada por contextos históricos e sociais específicos. Assim, sem desconsiderar que a raça, como assegura Mcclintock, se configurou a partir de processos históricos de colonização e dominação, e que a criação da diferença racial tenha gerado efeitos tangíveis e devastadores, põem-se em questão como as categorias em articulação podem tanto limitar como também abrir brechas para a agência.

Nesse contexto, além das similaridades de performances, os comportamentos na zona figuravam como importante preditor das alianças entre as trabalhadoras sexuais. Ou seja, caso uma garota agisse de forma muito expansiva, falasse mais alto que as demais e se envolvesse demasiadamente em conflitos cotidianos, as outras colegas de trabalho, que possuíam comportamentos diferentes dos citados, a atribuíam vulgaridade, além de compreendê-la como uma provável fonte de traições. Por outro lado, aquelas que demonstravam comportamentos menos expansivos e aparentavam maior timidez, eram vistas, pelas colegas de comportamento mais expansivo, como dissimuladas e pouco confiáveis.

As diferentes formas de se comportar no momento de trabalho estavam ligadas ao perfil estético que uma garota evocava. Era muito raro que uma trabalhadora que manejava atributos de feminilidade que a fizessem parecer pueril e ingênua optasse por agir de forma mais expansiva e arrojada no momento de conquista do cliente³⁰. Afinal, os homens prezavam e se sentiam atraídos por sua aparente inocência. Também era incomum presenciar trabalhadoras com o perfil mais sensual agindo de maneira tímida ou dissimulando timidez para seduzir um cliente, já que outros homens também desejavam uma “mulher fatal”. Assim, por meio da articulação entre atributos de feminilidade, diferenças raciais e etárias (ou de uma aparente idade), os grupos formavam-se de maneira que era possível vislumbrar cotidianamente os grupos de novinhas de um lado e, do outro, grupos de gostosonas. As diferenças entre grupos de novinhas e gostosonas, entretanto, não resultavam em hostilidades deliberadamente dirigidas somente para mulheres de grupos opostos. Diferentes grupos, ou trios, de trabalhadoras consideradas gostosonas podiam brigar entre si, e o mesmo ocorria com os grupos das novinhas, principalmente nas disputas por clientes. O que importa nessa situação é que dificilmente uma relação de proximidade era estabelecida entre mulheres com perfis distintos. A maioria das trabalhadoras, de diferentes grupos, ao serem questionadas a respeito dos motivos que guiavam suas escolhas de amizade ou proximidade na zona, além de apontarem para as afinidades mencionadas, informavam também que “as ideias precisavam bater”, ou “gosto de gente educada”, e ainda “tem que saber conversar”.

Ao afirmarem que, para construção das relações de proximidade, era necessária alguma educação, ou “saber conversar”, as interlocutoras apontavam a predileção que tinham quanto às potenciais parcerias para o trabalho. Conversar e compartilhar afetos e proximidades tornava-se menos trabalhoso quando traços de personalidade e comportamentos na zona se assemelhavam ou se complementavam de modo a tornar as relações mais fáceis no manejo

³⁰ Como em situações em que algumas das trabalhadoras, abraçavam de forma muito íntima um cliente, ou que permitiam ser tocadas de forma mais sensual ainda no salão.

diário de trabalho. Mulheres que se consideravam menos combativas, recatadas, tímidas ou introspectivas preferiam se relacionar com colegas de perfil similar, enquanto mulheres de perfil oposto, ou um pouco mais expansivas, optavam por se aproximar também de colegas mais parecidas. Nessas circunstâncias, os grupos de afinidade eram compostos por pessoas conhecidas cujos valores, atitudes e padrões eram aprovados pelos membros dos grupos (Schiffman; Kanuk, 2000). A afinidade emergia, então, como um dos elos presentes nas relações entre as garotas e tinha uma função importante: tornava mais fácil prever atitudes de uma colega e, portanto, medir o quanto de confiança poderia ser depositado na relação.

As interlocutoras ainda comentaram que, antes de escolherem uma amizade, observavam se a amiga eleita não ofereceria riscos ou se poderia ser trapaceira e prejudicá-las de algum modo no trabalho. Comentários a respeito de como era necessário ter cuidado com a beleza física das amigas que se aproximavam também me foram transmitidos, pois, caso as amigas fossem mais bonitas ou se chamassem mais a atenção dos clientes, poderiam involuntariamente ofuscar a beleza da outra, gerando conflitos, invejas e ciúmes. Dito de outro modo, garotas com perfis similares se juntavam, pois achavam-se igualmente belas.

Nesse horizonte, a divisão das trabalhadoras sexuais entre categorias como *novinhas* e *gostosas* não significou adotar um modelo binário de compreensão capaz de anular as particularidades de cada mulher. Em vez disso, apontar essas divisões tornou-se importante porque esses enquadramentos constituíam as formas com que as interlocutoras organizavam o conhecimento sobre si mesmas. Tais divisões revelam, portanto, como elas formavam suas redes de apoio, amizade e de conflitos diante de cenário complexo. Dividir e simplificar contribuía para a compreensão dos riscos e potencialidades presentes nas relações que estabeleciam umas com as outras.

Pensar sobre *novinhas* e *gostosas* é ainda relevante, porque permite apreender que os perfis estéticos remetem àquilo que Olivar (2010), em consonância às propostas de Csordas (1990), definiu como processo de corporificação na prostituição. Segundo o autor, no momento da caça ao cliente inicia-se uma corporificação, ou seja, uma transformação de emoções, de peles, roupagens, e variadas sensibilidades, que conformam um processo, intenso e inacabado, de fazer-se puta (Olivar, 2010). No caso das minhas interlocutoras, embora o processo de corporificação integrasse um conjunto de mutações próprio às aprendizagens entre prostitutas, as roupagens e sensibilidades adotadas por elas se aproximavam de um repertório de comportamento mais comumente visto e esperado entre aquelas trabalhadoras que se autodenominam “de luxo”.

Em suma, na boate, a princípio, encontrava-se acompanhantes, garotas (mas só garotas, subsumindo o termo “de programa”), ‘meninas de família com problemas financeiros’, novinhas, exceto prostitutas³¹. Ainda assim, todas sabíamos que a imagem de garota de classe média, educada, polida e, às vezes, universitária era apenas uma maneira de evocar um tipo de mulher que os clientes desejavam encontrar. E, ainda que algumas cursassem faculdade e dissessem aos homens que estavam lá apenas por prazer, ver as prostitutas como garotas de classe média dispostas a se prostituir por “*hobby*” (passatempo), era, como sugeriu Lopes (2021), uma fantasia irrealista. A maioria das garotas nunca frequentou faculdade e, fora da zona, sequer corporificavam os atributos que eram necessários na “caça”.

1.2 Clientes, Afetos e Complexos Emocionais

Seguindo as dinâmicas inerentes às relações entre garotas, conforme mencionado na parte introdutória da tese, as motivações para o surgimento de invejas e ciúmes estavam relacionadas às tentativas de seduzir clientes e, assim, fazer-se escolhida por ele. Entre as técnicas que visavam atraí-los, destacavam-se a emissão de sorrisos dóceis e fingidamente acañados, como no caso das novinhas, ou mais sensuais e acompanhados por olhares ou gestos lascivos lançados principalmente pelas garotas gostosonas. Nesses últimos casos, movimentos como lamber os próprios lábios e mexer as mãos com movimentos convidativos, eram os mais vistos.

Nos momentos em que havia clientes na boate, quase todas as trabalhadoras caminhavam vagarosamente de um lado a outro do pequeno salão com intuito de se fazerem vistas pelos frequentadores locais. Andando sozinhas, em dupla ou, no máximo, em trio, as garotas subdividiam ainda mais os grupos aos quais pertenciam, especialmente quando estes eram compostos por mais de três mulheres. Os processos de produção de fofocas e depreciação de uma ou outra colega ocorriam, portanto, por meio da formação de pequenos grupos de novinhas e gostosonas, que comentavam não somente sobre as mulheres com perfis estéticos distintos, como também de outras trabalhadoras com perfis similares, mas que compunham os outros subgrupos. Desconfianças e disputas permeavam todas as relações, e podiam ser vistas até mesmo entre as mulheres de um mesmo grupo. Caso uma delas comesse a fazer grande sucesso na zona, suas amigas mais próximas também se sentiam enciumadas e podiam se afastar, sob a justificativa de que, apesar de possuírem beleza similar, a colega possuía alguma técnica sexual que não compartilhava com as amigas. E, se rompessem definitivamente a

³¹ Agradeço aos integrantes do grupo de estudos, que, em meio a discussões, evocaram memórias sobre essas relações.

amizade, outras hipóteses sobre as destrezas profissionais da nova rival surgiam como justificativa para o sucesso da garota com os clientes.

Na hipótese de uma garota se apaixonar por um cliente, essas disputas tornavam-se ainda mais adensadas, e pouco importava se a trabalhadora sexual que saiu com o cliente — objeto de amor da colega — era uma amiga próxima com quem se andava todos os dias, a amizade era rompida, ou diminuía-se a confiabilidade na relação. Os clientes, por sua vez, ao perceberem essas rivalidades, costumavam, ao escolher uma garota ou um grupo de garotas para realização do programa, afirmar que sua escolha se devia à beleza incomparável da moça ou das moças, em detrimento das demais trabalhadoras presentes na boate. As garotas comentavam que nos quartos, durante o programa, ouviam elogios bem elaborados sobre a beleza particular que possuíam. Detalhes como o tamanho e a delicadeza dos pés, os formatos do corpo, seios e quadris, sorriso, além de uma suposta simpatia também eram fonte de admiração. Todavia, à medida em que forneciam elogios, boa parte dos homens que frequentavam semanalmente a boate, os chamados “clientes fixos”, costumavam falar mal das trabalhadoras com quem já haviam estado e desdenhavam de suas performances sexuais. Além disso, comentavam sobre características do corpo que as garotas tentavam disfarçar com a roupa e, por fim, prometiam sair novamente com aquelas que, naquele momento, estavam sendo admiradas por eles.

Nas dinâmicas relacionais, os clientes, às vezes, cumpriam o combinado de sair novamente com a garota, exaltavam-na, pagavam todas as bebidas que ela quisesse, ofertavam toda sorte de elogios pessoais e profissionais à moça, produziam inveja nas outras colegas, sobretudo nos momentos em que a boate estava com número baixo de clientes e as garotas se sentiam preocupadas ou entediadas com o trabalho. Mas, sem dar sinais de que seu encanto estava acabando, com a mesma intensidade com que cortejaram e pagaram pela companhia de uma garota, em um dia qualquer, apareciam na boate e mal olhavam para a trabalhadora com quem costumavam sair, dirigiam-se a outra mulher, levavam-na para o quarto e recomeçavam todo o processo de enaltecimento dessa em detrimento daquela.

Todas, ou quase todas, as prostitutas que conheci, não só naquela zona, já haviam vivenciado uma situação similar. E, em decorrência das atitudes inesperadas dos clientes, sentiam-se mal, questionavam-se sobre o que poderiam ter feito de errado e culpabilizavam a colega que saiu com o cliente que até então, supostamente, “lhe pertencia”. Achavam-se feias, e quando a colega possuía perfil estético similar ao seu, procuravam esquadrihá-la com objetivo de observar o que havia na outra e o que faltava a elas. Por mais feio, malcheiroso ou chato que fosse o cliente, a situação mexia com a autoestima das trabalhadoras. Os fanfarrões,

que sempre se orgulhavam de suas façanhas e de aparente sucesso com as garotas, insistiam em acreditar no papel de conquistador. Repetiam na zona uma dinâmica bastante conhecida nas arenas de discussões feministas quanto os processos de subjetivação e construção de masculinidades: foram informados de que as mulheres querem ser conquistadas, e que elas gostam de ser seduzidas, como bem constatou Ema Goldman (2013).

Nas perspectivas das garotas, não era apenas o dinheiro que perdiam, mas alguém que, além de pagar por sua presença ou sexo, as admirava, cuidava e mimava. Esses receios em perder um cliente específico, ou o anseio em conquistar um cliente, ou mais clientes similares a esses, transformavam as relações entre as prostitutas e os homens que frequentavam a zona em uma interação que ultrapassava o intercambio comum na troca de sexo ou companhia por dinheiro, e abrangia um cenário afetivo em que a conquista do cliente se forjava como um suporte emocional para autovalidação de cada mulher. De maneira similar ao que ocorre nos estudos que analisam como afetos se entrelaçam aos intercâmbios sexuais, as trocas monetárias configuravam-se apenas como um dos elementos presentes nessas interações, sem anular a possibilidade de afeto nessas relações³². Ainda de acordo com os relatos das interlocutoras, na maior parte do tempo, não era o amor que predominava nessas trocas, mas a necessidade em se sentir admirada e cuidada pelo cliente, pois as relações que estabeleciam fora do trabalho eram, por vezes, marcadas por omissões das atividades laborais e pelos receios de que, ao serem “descobertas”, fossem rejeitadas pelos seus pares amorosos, amigos e familiares. Os clientes sabiam que elas eram garotas de programa, e as mimavam mesmo assim, ou justamente por isso, afirmavam as acompanhantes.

Com objetivo de manter o cliente interessado, muitas delas se esforçavam para descobrir e, então, performar o que achavam que cada um deles esperava de uma ‘garota’. E, embora negassem veementemente que estivessem apaixonadas por um ou outro cliente, quando esses possuíam idade similar à delas, ou fossem considerados “coroas bonitos” (homens com cerca de 40 a 50 anos, e de aparência estética mediana), tornavam-se comuns os relatos de amor e admiração endereçados aos homens. Assim, mesmo que inicialmente as trabalhadoras performassem amor e admiração pelo cliente a fim de mantê-lo e fazer inveja às rivais, o amor costumeiramente ia além de sua performatividade, produzindo, como no estudo de Cheng (2010), consequências subjetivas que não poderiam ser previstas pelas sedutoras.

Mas, diferentemente do que ocorre nos estudos centrados no amor, eram as disputas, invejas e ciúmes entre prostitutas que emergiam como consequências subjetivas e

³² Sobre afeto e mercado sexual sugiro a revisão de Piscitelli (2016)

materiais dessas relações. A maioria dos homens que, por meio da sedução seguida por indiferença, promoviam disputas entre as garotas, acreditavam no desespero das trabalhadoras por eles. Ainda assim, mesmo nos raros casos em que elas admitiam o apaixonamento, não era segredo entre que as disputas não eram por eles, mas pelo reconhecimento que o ato de ser escolhida poderia produzir. Isso porque, ainda que algumas afirmassem sentir nojo dos clientes fixos que fígaram, bastava uma concorrente se aproximar, ou ser “trocada” por uma outra colega, para que elas comesçassem a valorizar o cliente como sua propriedade sexual e, então, defendê-lo ou disputá-lo. Por isso, caso quisessem conquistar e manter bons clientes, era essencial que estabelecessem suas relações de forma cautelosa. Nessas circunstâncias, a confiança, mesmo intragrupo, apenas poderia ser aplicada contingencialmente, e nunca direcionada às colegas de outros grupos ou que mal conheciam. O tema da prostituta que foi enganada por uma amiga próxima que lhe tomou um cliente, era bastante conhecido entre as garotas e, sorrateiramente, se estabelecia como um fantasma que complexificava as aproximações.

Em detrimento de estudos como os de Miranda (2018) e Franch (2010), que abordam da amizade entre mulheres, nos quais a confiança surge como um elemento primordial para o estabelecimento de relações consideradas verdadeiras e que serve para predizer um modelo ideal de relação, além de definir e hierarquizar em graus e tipos as relações (amigas verdadeiras, colegas, ou falsas amigas), entre as acompanhantes, ela se constituía de maneira tênue e ambígua. Assim, apesar de a confiança ser vista como resultado de uma relação íntima onde há o compartilhamento mútuo de segredos, ela era, ao mesmo tempo, temida e desejada. Como uma forma de prever como o outro irá se comportar ou, no sentido empregado por Dasgupta (1988), como algo que assegura esse tipo de previsibilidade, a confiança era extremamente valorada entre as garotas. Elas classificavam suas amigas mais próximas com base no grau de confiabilidade que estas inspiravam, em oposição àquelas que eram vistas apenas como colegas de trabalho (em quem deve-se confiar pouco) e nas falsas amigas (garotas próximas com quem se exerce sociabilidade, mas não intimidades, devido a atitudes traiçoeiras anteriores).

Nesse sentido, assim como nos estudos de Rezende, a confiança como sentimento, não era construída através de uma abertura inicial entre trabalhadoras. Em vez disso, ela se baseava em uma reputação adquirida através do comportamento ao longo do tempo e em diferentes circunstâncias (Rezende, 2002). Portanto, uma relação de maior intimidade ou de amizade só se tornava possível entre as garotas que compunham o time de trabalhadoras fixas da casa.

Quanto ao temor em confiar em outra trabalhadora, este residia na percepção de que a confiança, como abertura e compreensão íntima sobre a vida, desejos e segredos umas das outras, poderia ser um risco. Era um tormento imaginar que a amiga ou a confidente, para quem pudessem contar receios, prazeres, apaixonamentos ou admirações por clientes, se sentisse convidada a ver através dos seus olhos, e a sentir com seu coração, com sua carne, aquilo que a seduzia, e então ficasse tentada a tomar o afeto e o dinheiro que haviam conquistado³³.

O ciúme que sentiam de alguns clientes contribuía para as desconfianças e, por vezes, resultava em uma sensação compartilhada de solidão. Nos relatos, as colegas me diziam que se sentiam sozinhas e ameaçadas, não só no momento de trabalho, como também fora dele, especialmente nos casos de mulheres que estavam longe de suas famílias, ou que não tinham familiares vivos, ou que mentiam sobre suas atividades de trabalho. O medo de ser trocada por uma concorrente, ou de que uma concorrente seduzisse um deles, tornava o ciúme um sentimento desencadeado por percepções de ameaças, muitas vezes infundadas. E, se, como sugerem Rezende e Coelho (2010), o ciúme surge a partir de “regras de relacionamento que o tornam legítimo e esperado em relações governadas por expectativas prescritas de reciprocidade e exclusividade”, sua expressão na zona, tornava-se motivo de chacotas entre as trabalhadoras. Afinal, uma boa profissional sabe que, como regra básica na maioria das boates brasileiras, o cliente não pertence a nenhuma garota.

Assim, expressar verbalmente o ciúme ou admitir um apaixonamento ou a irritação de perder o cliente, era algo que não se podia fazer publicamente, pois seria considerado uma fraqueza e colocava a garota em lugar de risco, tornando-a alvo de piadas ou de humilhação: uma ‘chacota’ para outras colegas com quem o cliente resolveu sair. Por isso, sentavam-se quietas em algum dos cantos da boate, acompanhadas ou não por outras colegas, e, quando questionadas sobre um possível desconforto, diziam, com ares de chateação, que não se importavam, pois era só mais um cliente.

Nos dias seguintes, no entanto, se afastavam da colega com quem o cliente tinha saído e ignoravam o homem caso ele retornasse à zona. Ao conversarmos sobre como alguns clientes se aproveitavam dessa situação e sobre como refaziam constantemente o processo de sedução e desprezo das garotas, elas concordavam que eles desejavam a disputa: *“homens velhos e feios sendo disputados por mulheres bonitas, é isso que querem?”*, me disseram duas

³³ Parafraseei Beauvoir (1980) ao falar das relações entre homens e mulheres heterossexuais.

garotas. Mas, mesmo entendendo que essas disputas figuravam como uma das principais fontes de desavenças, continuavam a afetar e ser afetadas pelo processo.

A despeito disso, insistiam em continuar próximas, mesmo que em pequenos grupos. E, exceto nos casos em que uma garota “atravessava” a outra, tomando-lhe voluntariamente um cliente, o que gerava embates diretos e até brigas físicas, dificilmente grandes conflitos e luta corporal ocorriam entre as trabalhadoras. Na verdade, o esquadrinhamento da rival, os olhares desdenhosos acompanhados por processos de exclusão e fofocas maledicentes, assim como a sedução dos clientes fixos de outras, eram formas de ataque e defesa em meio a relações ambíguas. As relações se faziam compostas por ambivalências afetivas de tal modo que os sentimentos endereçados umas às outras deslizavam de um extremo a outro rapidamente, como na passagem de uma afinidade a uma desconfiança, por vezes seguida de distanciamentos. Configurando-se, portanto, através de complexos emocionais.

Muitas histórias sobre como uma ou outra trabalhadora era competitiva e se autoelogiava constantemente eram narradas continuamente por diferentes interlocutoras, e em diversos períodos em que estive inserida na boate, não entendia muito bem o porquê dos elogios incomodarem de maneira tão intensa às garotas. Inicialmente, supunha que se tratava apenas de uma rejeição à mulheres que, por se autoelogiarem, eram vistas como arrogantes ou convencidas. Todavia, com o passar dos dias, essas interações passaram a me incomodar e, foi a partir desse momento, que compreendi que o autoelogio, como uma tentativa de autoafirmação, se entrelaçava com as disputas e hierarquias locais. Os valores cobrados em cada programa, relatos sobre a recorrência com que os clientes elogiavam as suas performances sexuais e beleza, além de informações que revelavam como clientes se apaixonaram por elas, se inscreviam como forma de se autoafirmar como uma garota de programa bem-sucedida. Dito de outro modo, ser ou sentir-se como a trabalhadora sexual mais desejada daquela zona produzia um sentimento de orgulho próprio, contrapondo os incômodos gerados diante de possíveis rejeições efetuadas por algum cliente.

Algumas garotas eram realmente mais procuradas pelos homens, principalmente quando ainda eram novatas, mas, ao passarem mais de um mês no local, apenas aquelas que sabiam como fidelizar a clientela continuavam figurando como as acompanhantes mais requisitadas. Como resultado, as trabalhadoras construíam uma reputação entre os clientes e, além de trabalharem mais que as outras colegas, ainda recebiam dos funcionários e donos da boates o título de mulher com alta capacidade de sedução e beleza. Quando eram chamadas à mesa ou retornavam dos quartos, exibiam sorrisos orgulhosos e mal direcionavam seus rostos e afeições às outras colegas. Normalmente se sentavam sozinhas ou em dupla com outra

trabalhadora também muito requisitada. Nesses casos, o que importava não era o perfil estético das moças, apenas o status de “acompanhante de sucesso”.

Por realizarem mais programas e ganharem alguns presentes dos clientes (como bolsas sapatos, *lingeries*, indo até presentes mais caros como automóveis), essas profissionais conseguiam comprar roupas de trabalho com melhor qualidade quando comparadas às das outras colegas, e realizavam procedimentos estéticos e cirúrgicos com objetivo de ‘melhorar’ aparência. Implantavam silicone nos seios e glúteos, realizavam preenchimento facial com ácidos para rejuvenecimento, contratavam *personal trainer*, modificavam o cabelo (pintando, alisando ou aplicando *megahair*), e, ao atingirem seus objetivos, eram reconhecidas como profissionais de sucesso, gerando inveja e receios às colegas, o que enfraquecia emocionalmente as concorrentes.

Entendendo o investimento no próprio corpo como uma das principais ferramentas de trabalho, esses procedimentos eram concebidos como um processo para adquirir um verdadeiro capital simbólico, uma vez que as modificações corporais complexificavam as disputas por clientes. Assim, se a aparência da trabalhadora era, para elas, uma de suas ferramentas de trabalho, perdendo apenas para suas habilidades de sedução e simpatia com clientes; aquelas que não podiam investir em sua imagem estavam em desvantagem em comparação às acompanhantes mais cobiçadas.

E, se no Brasil, como afirmam Goldenberg e Ramos (2002), o corpo cuidado, sem marcas indesejáveis (rugas, estrias, celulites, manchas) e sem gordura ou flacidez é o único que, mesmo sem roupas, está decentemente vestido, a roupa e as performances de feminilidades das diferentes categorias que as garotas acionavam, como processo de corporificação, eram, portanto, apenas um dos elementos das disputas locais. O corpo, adornado por acessórios e articulado com gênero, raça, idade e seus formatos possíveis (magro ou torneado, nunca com sobrepeso), contribuía fortemente na organização das hierarquias simbólicas e materiais presentes na zona.

As mulheres brancas, loiras e com corpos magros ou torneados, fossem novinhas ou gostosonas, figuravam no topo hierárquico das disputas, mesmo antes de obterem condições para realização de procedimentos estéticos. Elas frequentemente ganhavam mais dinheiro que as demais, o que permitia que investissem nos próprios corpos e, assim, mantinham-se no topo. As morenas ‘cor de jambo’, como se autodenominavam, eram tão requisitadas quanto as loiras, mas faziam sucesso principalmente quando integravam os grupos de *gostosonas* e eram

vistas pelos cliente sob a categoria *mulata*³⁴. Mulheres que os clientes reconheciam como negras e que possuíam corpos magros ou pouco curvilíneos geralmente permaneciam na boate por no máximo duas semanas, e comentavam sobre as dificuldades em obter bons rendimentos. Em nossas conversas, no entanto, nenhuma delas atribuiu a baixa procura aos processos de racialização. Durante esses processos, os clientes, ao elogiarem a aparência das mulheres que consideravam negras, costumavam articular a idade, o estilo da roupa e o formato curvilíneo do corpo em conjunto com a cor da pele, chamando-as de ‘morenas’ ou ‘moreninhas’, “cavalas” ou gostosas. Aproximando-se, assim, do que Ângela Gilliam e Onik’a Gilliam (1995) argumentaram sobre como as variáveis que delimitam a categoria da mulata funcionam na relação entre si, como na articulação entre a idade, peso, região geográfica, roupa, identidade mestiça, entre outros.

Em sequência, ou até antecedendo aos elogios dos clientes, as garotas acionavam atributos comuns ao que Piscitelli (2009) denominou “sexualidade tropical” e usavam de jargões populares, como “morena cor do pecado”, como estratégia de sedução. Ao se compararem com as outras colegas consideradas brancas, se autopromoviam por meio de afirmações em que se diziam mais quentes e fogosas na cama que as outras mulheres. Dessa forma, de maneira semelhante ao que é visto nos estudos sobre mulheres brasileiras migrantes inseridas no mercado sexual, ou ainda em pesquisas como a de Silva (2017) sobre mulheres indígenas que exercem o trabalho sexual em território nacional, as trabalhadoras acionavam uma identidade étnico-racial em consonância com a de trabalhadora sexual, como uma atribuição de valor e identificação situacional, relacional e contextual em que se baseavam os jogos de interesses (Silva, 2017).

Dinâmicas que se diferenciavam daquelas direcionadas às garotas loiras, que eles consideravam como brancas, pois, para essas últimas, os elogios surgiam independentemente do formato do corpo. Eram os cabelos lisos (ou alisados), uma suposta delicadeza dos olhos, no nariz, no sorriso, na doçura, nas roupas, nos trejeitos e, por último, no corpo (do pescoço para baixo), que era articulado aos outros atributos. Lindas, gostosas e, ao mesmo, angelicais, eram os adjetivos mais utilizados pelos clientes.

³⁴ Pesquisas produzidas a partir de fins de 1980 investigaram as condições históricas e científicas da construção da categoria mulata, como nas análises de Lélia Gonzalez (1984), Mariza Correa (1996), Giacomini (1988; 1994), diversos artigos de Piscitelli, por exemplo (2009), Laura Moutinho (2004; 2014), entre outros. A categoria, que foi construída na articulação entre raça, gênero, classe e nacionalidade, é fundamental para entender a distribuição de posições sociais para mulheres negras no Brasil. Isto é, a mulata recebe especial atenção quando o foco recai sobre nacionalidade: símbolo de uma nação mestiça e erótica e hipersexualizada (Moutinho, 2014).

Essas interações podem, portanto, ser consideradas fundamentais, pois, quanto mais requisitada fosse uma trabalhadora, maior sua fama e popularidade entre os clientes, o que lhes conferia maior capacidade para influenciar as dinâmicas relacionais locais. Os funcionários e os proprietários da boate, por sua vez, tratavam de forma diferenciada as acompanhantes mais bem-sucedidas, temendo perdê-las para as boates concorrentes. Toda sorte de regalias eram ofertadas visando sua permanência na zona. Cotidianamente, as moças recebiam comida, e embora todas tivessem acesso a lanches e jantares, para as “bem-sucedidas”, o jantar era servido antes do horário planejado. Além disso, conquistavam a compreensão incondicional dos funcionários quanto aos atrasos e possíveis conflitos com as colegas. Elas também conseguiam persuadir os patrões a liberá-las mais cedo, antes do horário de encerramento do expediente de trabalho.

As multas normalmente aplicadas pelo gerente às trabalhadoras que exibiam mau comportamento, como se embriagar no salão ou faltar sem justificativa plausível, dificilmente eram impostas às “garotas de sucesso”. Além das regalias, elas possuíam poder de persuasão sobre os funcionários e quando achavam necessário, produziam fofocas sobre outras colegas, a ponto de fazer com que as rivais fossem expulsas do trabalho. E, apesar dos descontentamentos expressos pelas outras trabalhadoras, elas sabiam que entrar em conflito com essas garotas poderia ser bastante arriscado. Além da influência que exerciam sobre os gestores locais, elas interferiam nas dinâmicas da zona de forma tão acentuada que chegavam a gerar disputas entre os clientes: nesses momentos demonstravam como as relações de poder entre eles e as garotas não se davam em termos de dominação versus submissão. Complexificando ainda mais essas relações, elas desprezavam homens com pouco dinheiro ou que pechinchavam por um programa. Não passavam muito tempo sentadas à mesa tentando convencer um cliente a levá-las para o quarto, pois sabiam que outro homem logo viria chamá-las. Riam ainda daqueles que, nos jogos de sedução, iludiam e ignoravam as garotas após conquistá-las, e mesmo que estivessem chateadas por caírem em armadilhas tão conhecida por todas, elas mostravam ao cliente que ele poderia ser substituído por muitos outros iguais a ele.

Como em situações em que dois ou mais homens requisitavam a garota ao mesmo tempo, mesmo quando acompanhadas, e enviavam recados por meio dos funcionários, informando que, caso a moça deixasse o cliente com quem estava e fosse até a mesa onde se encontrava o outro, valores mais caros seriam pagos pelo programa. Ocupar essa posição significava, portanto, habitar um lugar de prestígio, o que despertava nas outras trabalhadoras a vontade de também se tornar requisitada, intensificando as disputas, fofocas e conflitos entre as prostitutas.

Essas situações geravam disputas entre os clientes, e o desprezo que elas direcionavam a eles, manifestado por atitudes como ignorá-los e demonstrar expressões faciais de nojo, colocava em questão a função micropolítica do desprezo: a contestação de hierarquias, porque se configura como uma emoção de demarcação de status (Miller, 1997). Isto é, assim como propõem Rezende e Coelho (2010) e Díaz-Benitez (2015), o nojo como uma emoção reativa que acontece no corpo, e se expressa por meio do desprezo, aponta para como quem sente nojo ou despreza, se vê como superior frente o objeto de desprezo. Dessa maneira, as garotas deixavam alguns clientes falando sozinhos à mesa e, no quarto, mal permitiam que encostassem em seus corpos. Ao retornar ao salão, exceto em casos em que haviam ganhado mais que esperado pelo programa ou estivessem acompanhadas por um cliente fixo, logo se desvencilhavam, em busca de uma nova ‘presa’.

Algumas acompanhantes, inclusive, no processo de se autoelogiar, desdenhavam as performances sexuais de alguns dos clientes com quem haviam se relacionado e contavam como certos homens sofriam por tê-las perdido em meio aos jogos de sedução-indiferença que eles faziam. Não era segredo que alguns clientes demonstravam desejo e fidelidade às garotas que frequentemente os tratavam mal. E, assim, refletindo sobre questionamento de Miller (1997) sobre as consequências do desprezo, me perguntava: o que o sofrimento do outro suscitava?

Entre algumas delas, havia um regozijo ao observar cenas similares às descritas. O desprezo, invertia a gramática moral que, costumeiramente, coloca as prostitutas em posição de inferioridade quando comparadas aos clientes, rementendo às macrorelações que as atravessavam. Havia, portanto, uma espécie de “gozo” na produção de inferiorização de alguns clientes por meio do desprezo e do nojo; um gozo que, aliás, tem sido chamado nos trabalhos de Díaz-Benítez (2015) como ‘prazer pela hierarquia’. Em nosso caso, um prazer em bagunçar a hierarquia.

Junto às categorias de diferenciação como gênero, raça e idade, a posição de “garota de sucesso” e seu regozijo revelavam como as rivalidades entre as garotas ocorriam também em meio a processos de racialização e racismo. Algumas trabalhadoras brancas, ao perceberem que os clientes escolhiam colegas que elas consideravam negras, expressavam certo desconforto, pois se viam mais alinhadas com o que consideravam padrão hegemônico de beleza. Em diferentes momentos da pesquisa, cerca três ou quatro garotas, demonstraram surpresa com a escolha dos clientes pelas colegas ‘morena cor de jambo’, porque acreditavam que estas não se encaixavam nos padrões que consideravam ideais.

Assim, ser a profissional, ou uma das profissionais mais desejada pelos clientes, tornava-se uma meta a ser alcançada não apenas com vistas ao dinheiro resultante da conquista

de muitos clientes, mas também ao aumento da capacidade de agência que a posição proporcionava nas relações de poder entre prostitutas, clientes, funcionários e donos da boate. Nesse horizonte relacional, os clientes, mais que fornecedores de dinheiro em troca do sexo ou companhia, representavam um capital simbólico (Bourdieu, 1992), manipulável por mulheres que buscavam impor o reconhecimento de si mesmas como profissional de sucesso, sobrepondo-se às concorrentes e indicando uma hierarquia que deveria ser respeitada e compreendida entre as demais.

Por isso, situações em que uma garota se autopromovia, apesar de malvistas, eram corriqueiras. Muitas interlocutoras, ao perceberem as vantagens e o poder adquirido por meio do sucesso na zona, passavam frequentemente a se autoelogiar. Atribuía a si mesmas adjetivos como uma boa trabalhadora, sedutora, sagaz na conquista de cliente, entre outros. Focando na propagação de uma autoafirmação como garota mais desejada, ou muito desejada pelos clientes, não era incomum que algumas delas, nos momentos de conversa, inventassem ou exagerassem histórias que haviam vivido em outras boates em que trabalharam, ou em programas que ocorreram no dia ou meses anteriores. Nesse cenário, adjetivar-se como uma garota muito requisitada, na medida em que isso representava uma tentativa de remexer as hierarquias locais, era compreendido como uma afronta pelas ouvintes. Ao perceberem uma garota contando aventuras e conquistas, nem sempre reais, as trabalhadoras sentiam-se diminuídas e receosas.

Autopromover-se sem provar cotidianamente que seus predicados não eram fruto de delírios ou de mentiras propositalmente elaboradas gerava conflitos e promovia exclusões de garotas dos grupos ou rodas de conversa. Essas observações podem ser detalhadas por meio do caso de Mônica, mulher branca loira com cerca de 30 anos de idade, extrovertida, que fazia parte do grupo das ‘gostosas’ e que costumava “contar vantagem” para as amigas. Mônica passou a frequentar a boate, no interior de Campinas, em dezembro de 2020 e, assim como ocorria com outras garotas, fez amizade com algumas das trabalhadoras locais. Frequentemente cercada por poucas colegas, ela circulava pelo salão e arrancava olhares de boa parte dos clientes presentes. Sempre que conseguia realizar um programa retornava sorridente ao salão e tagarelava sobre detalhes do momento sexual, exaltando as próprias performances sexuais.

Entre as informações que propagava, Mônica afirmava constantemente que alguns dos clientes fixos da boate enviavam flores e doces para ela fora do horário de trabalho. Contava detalhadamente, mencionando nomes e intimidades dos clientes, que eles pagavam jantares e que enviavam mensagem de textos demonstrando certo desespero para obter notícias dela. Não importava se a colega com quem conversava estava triste por não ter alcançado a meta esperada para o dia, ou se nenhuma moça havia questionado os ganhos financeiros de Mônica, ela

começava o assunto e se autopromovia. Com o tempo, mesmo diante da provável veracidade das informações propagadas pela garota (pois era bem requisitada pelos clientes locais), algumas de suas amigas passaram a se afastar e a comentar com outras colegas sobre as forma como a moça se autoelogiava, o que ocasionou o rompimento da relação entre duas trabalhadoras e Mônica. Diante do rompimento, provocado pelas incansáveis tentativas de autopromoção, as duas amigas de Mônica me contaram que se sentiam constantemente desafiadas a se provarem como ‘trabalhadoras de sucesso’ frente as histórias da amiga. Além disso, afirmaram que parte das informações da ex-amiga eram delirantes ou, no mínimo, mentirosas. A partir do desentendimento entre elas, Mônica se opôs aos argumentos das colegas e sugeriu que toda insatisfação era fruto de inveja.

Nenhuma das mulheres com quem estive, apesar dos aborrecimentos quanto às autopromoções e ao desequilíbrio das vantagens oferecidas para as trabalhadoras com mais clientes, afirmou sentir inveja das colegas mais populares. Em paralelo, via-se que, ao serem pouco procuradas e obterem menos regalias que as prostitutas mais requisitadas, surgiam questionamentos sobre a própria aparência: roupas, cabelo, maquiagem, modo de caminhar, e outros atributos de feminilidade, eram analisados minuciosamente com o objetivo de entender o motivo por não serem procuradas pelos clientes. Perguntas como: *“porque não me escolhem?”*, *“Estou magra demais?”*, *“Não sou tão gostosa?”*, *“Amiga, acha que tô gorda?”*, *“O que será que ele viu nela?”*, *“Olha, você não acha aquela garota esquisitinha?”*³⁵, *“Esses trouxas só querem branquinha?”*, entre outras indagações, eram frequentes em nossas interações.

Embora se preocupassem principalmente com o dinheiro, após meses inserida na zona, entendi que ser frequentemente escolhida para um programa era visto como resultado de um atributo ativo e não passivo de uma trabalhadora, pois ela conquistou e seduziu o cliente (Olivar, 2013). Ser escolhida tornava-se, então, fonte de prazer e autovalidação diante das outras colegas que, de possíveis amigas, transformavam-se em rivais declaradas. Assim, ciúme e inveja eram quase sempre construídos e sentidos em relação à necessidade autovalidação do outro.

Diante desse cenário, por algum tempo, relutei em admitir que a rivalidade e, conseqüentemente, a desunião existente entre as interlocutoras envolvia uma dinâmica de disputas que, em certa medida, lembravam aquelas que permeiam os mercados matrimoniais brasileiros. Pois, se como bem apontou Goldenberg (2011), as mulheres casadas tomam o

³⁵ Retirados do diário de campo escrito em 2020 e 2021.

casamento como uma verdadeira riqueza, onde o relacionamento com um homem torna-se um capital marital; da mesma forma, ao manejar os clientes conquistados como um capital simbólico, as acompanhantes também se sentiam poderosas e superiores às outras mulheres com quem concorriam diariamente. Entretanto, anulando quaisquer possibilidades de entendermos a zona como simples espaço em que relações entre homens e mulheres heterossexuais são experimentadas de maneira caricata, é preciso percebermos que, diferentemente do que ocorre com o capital marital — que reflete a conquista de um marido fonte de validação individual —, nas perspectivas das trabalhadoras, era a quantidade de clientes, e, se possível, de bons clientes (aqueles que, independentemente da idade ou beleza, pagavam bem e sem pechinchar), que sustentava as possibilidades de ocupar uma posição de prestígio nas dinâmicas relacionais da zona.

Em vista disso, mesmo que a autoestima das interlocutoras estivesse diretamente influenciada pelo olhar e desejo dos clientes, fantasias românticas com os homens que frequentavam o local não eram bem-vistas, e os homens logo passavam de possível cliente fixo para uma “galinha dos ovos de ouro” pronta a ser depenada o mais rápido possível, e com toda a sutileza necessária. Por isso, as interlocutoras demoravam-se mais em se fazerem notar pelos homens no salão, do que nos quartos dos programas. Nos quartos, aliás, algumas torciam para que o sexo terminasse rápido e que os clientes quisessem partir, assim poderiam retornar ao salão e mostrar orgulhosamente às outras colegas como eram desejadas.

Não é difícil, portanto, compreender que ser invejada, disputada por clientes e querida por funcionários fosse frequentemente mais desejável do que construir relações amistosas com colegas, que não forneceriam vantagens similares àquelas ofertadas pelos outros agentes das relações.

1.3 No Cotidiano: fofocas e gramáticas afetivas

Ao pensarmos sobre a sociabilidade feminina, não é incomum que a fofoca figure como um famoso elemento constitutivo. Seja no imaginário popular, na literatura, na indústria musical ou nos meios de comunicação, ela é vista como uma um tipo de conversa fútil, maledicente e, por isso, uma prática aviltante, geralmente atribuída às mulheres. Por outro lado, em alguns estudos sobre o assunto, como os de Fonseca (2000) e Federici (2019), a fofoca foi apontada como uma forma de poder feminino — uma força e um perigo permitido às mulheres, mas não aos homens —, que foi historicamente solapado por uma modificação de significado.

Antes o termo aludia a uma amiga próxima, mas adquiriu gradativamente uma conotação depreciativa (Federici, 2019).

Essencial na estruturação e dinamização das relações na zona, a fofoca, como no sentido apreendido por Fonseca (2000), servia para informar sobre a reputação dos agentes locais, e promovia a valoração positiva ou prejudicava suas respectivas imagens diante dos outros. Como forma de delimitação do grupo, era concebida e propagada não só por trabalhadoras sexuais como também por quase todos os outros sujeitos que frequentavam constantemente a boate. Assim, como força produtiva de agência nas relações de poder, ela tornou-se analiticamente relevante, uma vez que era utilizada como arma de ataque e defesa contra clientes, funcionários e entre garotas. Para algumas delas, inclusive, a fofoca servia como prova cabal de que a amizade entre prostitutas não existia.

O ponto alto dos antagonismos descritos no tópico anterior não ocorria apenas nos momentos da caça aos clientes, mas eclodia na construção cuidadosa da vida cotidiana, onde se inseriam as fofocas. As preocupações e conflitos acirrados presentes no início da pandemia mantiveram-se, nem sempre de forma linear, em todo período em que estive na boate. E, tendo em vista que no cenário pandêmico, através da defesa da tese da imunidade de rebanho (ou coletiva) por contágio, incitada até por autoridades no âmbito federal, favoreceu o afrouxamento das estratégias de combate à contaminação do vírus em território nacional (Cepedisa, 2021), o movimento na zona voltou gradativamente ao normal.

Planos que visavam à recuperação das perdas financeiras entre as acompanhantes, além de algumas alianças formadas para sedução de clientes que, àquela altura dos acontecimentos, retornavam à zona através de grupos para comemorar despedidas de solteiro ou buscando ‘festinhas sexuais’ que não realizavam desde o início da pandemia, também voltaram a ocorrer. Com isso, foi a intensidade da propagação de fofocas, que atiçava os resquícios de desentendimentos passados entre as mulheres, que contribuiu para a reverberação das hierarquias simbólicas locais e as formas de organização que vimos anteriormente.

A recuperação dos ganhos econômicos e a alta demanda de trabalho que, nos primeiros dias do ano de 2021, beneficiaram à maioria delas, quando o movimento na boate voltou com toda intensidade possível³⁶, tornavam cansativos os embates diretos com outras garotas e reduziam as exclusões que ocorriam com as novatas, que até então conquistavam todos os clientes que apareciam na zona. As preocupações direcionadas aos homens que chegavam ao local sem utilizar máscara de proteção foram esquecidas, tampouco pareciam se importar com

³⁶ Grupos de clientes compostos por 5 ou seis homens, mais aqueles que chegavam sozinhos, faziam com a boate ficasse lotada. Para que ocorresse a lotação bastava 30 homens.

a possibilidade de contágio do vírus em um ambiente pequeno e com poucas aberturas como era o espaço. Vários conselhos sobre como prevenir ou tirar proveito de alianças relacionais formadas no momento de trabalho, surgiam nesse cenário. Por meio de cochichos realizados em cantos afastados no salão da boate, as interlocutoras com quem tive maior proximidade comentavam sobre quais garotas poderiam integrar as alianças que formavam para atender aos grupos citados. Isto porque, ao se sentarem à mesa com os clientes que chegavam em grupo, era bastante comum que esses pedissem sugestões sobre qual outra garota convidar. Perguntavam: “*você não tem uma amiguinha para convidar?*”

Nesses momentos, os conselhos que ofereciam umas às outras sobre quais garotas eram boas, ou não, para trabalhar em grupo ou em dupla ou até em trio, tornavam-se valiosos e orientavam as respostas quando os clientes pediam para indicar alguma colega ao amigo dele. Caso indicassem uma colega que o amigo do cliente não achasse atraente, ou se não estivesse presente nenhuma amiga ou colega por quem tivessem apreço, tinham o poder de dificultar ou contribuir com os ganhos financeiros de uma garota, pois estava sob suas responsabilidades escolher qualquer colega de trabalho.

Frequentemente via algumas acompanhantes inventarem histórias sobre o comportamento, personalidade e características peculiares das partes íntimas dos corpos de outras colegas, tentando assim evitar que os clientes escolhessem uma determinada moça. Fatos verídicos ou imaginados eram criados diariamente nessas interações, e, caso houvesse algum tipo de rivalidade acentuada por conflitos específicos, maior era a intenção de diminuir ou desacreditar a concorrente. A força de propagação das fofocas era tamanha que até mesmo os funcionários e proprietários da boate (gerente, segurança, garçom) acreditavam nos comentários maledicentes que algumas garotas faziam sobre outras, e ao serem questionados pelos clientes sobre quais garotas seriam “boas para o trabalho”³⁷ reproduziam as informações que haviam escutado.

Nos casos em que um funcionário estabelecia relação de amizade com uma trabalhadora e a indicava constantemente aos clientes, era habitual que utilizassem seus próprios repertórios afetivos (proximidade/ simpatia ou distância/ indiferença ou desprezo) para o manejo das indicações que faziam aos clientes. Como nas situações em que Alice (atendente do bar e garçom) escolhia, a pedido dos próprios homens, uma garota para eles. Além disso, os clientes sempre apontavam o perfil de mulher que preferiam, o que facilitava a escolha por uma ou outra mulher. Ainda assim, especificamente no caso de Alice, via-se que alguns deles

³⁷ Tanto para conversar enquanto ficavam bebendo no salão, quanto para o sexo.

nem sempre saíam com mulheres com quais se atrairiam em um primeiro momento, pois se importavam mais com as indicações da experiente garçonete. Desse modo, quanto melhor fosse a qualidade da relação das garotas estabelecida com os funcionários, maiores eram as chances de trabalho e menores as possibilidades de serem atingidas por punições injustas.

Histórias sobre como uma garota saiu às escondidas com um cliente que costumeiramente frequentava a boate, ou afirmações a respeito do uso excessivo de bebidas alcoólicas por uma garota em programas que duravam mais de uma hora, foram algumas das histórias mais inventadas pelas garotas e relatadas aos funcionários. Muitas vezes, os funcionários não se preocupavam com a veracidade do caso e aplicavam multas ou penalizações, como a de “deixar a menina de gancho”, uma expressão usada para se referir à prática de proibir a presença de uma determinada trabalhadora na boate por dias, semanas ou meses. Caso a fofoca fosse concebida e propagada por uma “garota de sucesso”, sequer havia chances de defesa para a moça alvo das maledicências.

As informações passadas de uma mulher para outra se transformavam em moedas de troca utilizadas por garotas na negociação junto aos funcionários e proprietários da boate. Desse modo, delatar ou inventar comportamentos considerados inadequados às regras da boate, tornava-se uma forma de estabelecer uma relação de confiança com os patrões, o que facilitava no processo de ser indicada aos clientes. As fofoqueiras, nesses casos, eram consideradas “boas garotas” ou “trabalhadoras de confiança”.

Conversas sobre mulheres que realizavam trabalhos espirituais com o propósito de conseguir mais programas também eram corriqueiras. Comentários depreciativos eram ainda ligados aos detalhes que compunham as práticas sexuais das garotas, sempre remetendo à sujeira e ausência de autocuidado, elas acusavam umas às outras de não usarem preservativos em troca de cachês mais altos. Por isso, não me surpreendi quando Alice, a garçonete da boate, abordou-me para contar que Anna, uma “garota de sucesso” com quem Alice havia se desentendido poucos dias antes do surgimento da fofoca, fazia uso exagerado de cocaína quando saía com clientes e que tinha contraído diversas infecções sexualmente transmissíveis.

Essas e outras fofocas eram reproduzidas diariamente sem que as agentes propagadoras do assunto se preocupassem com as possíveis consequências para as vítimas de seus comentários. As fofoqueiras apenas se interessavam com os possíveis impactos da fofoca, caso sua propagação visasse a expulsão de uma determinada garota, o que era algo desejado. Além disso, em situações distintas, vítima ou agente de fofocas eram posições que poderiam ser ocupadas por uma mesma trabalhadora. Na esteira dessas dinâmicas, uma semana após o comentário feito por Alice, soube do caso de uma garota que contou a um cliente sobre a história

de Anna. O cliente logo repudiou o suposto comportamento da protagonista da história e se comprometeu a alertar os amigos que frequentavam a boate sobre os comportamentos da garota.

Nas ocasiões seguintes, quando pude observar Anna, garota com cerca de 20 anos, branca, magra, cabelos escuros e perfil ‘novinha’, passeando pelo salão da boate, notei como alguns grupos de prostitutas a olhavam e cochichavam. Ainda naquela mesma tarde, soube por meio de uma interlocutora que, ao sentar-se junto a uma dupla de amigos, enquanto um dos rapazes escolhia outra acompanhante para conversar com eles, ambos falaram sobre a fofoca e descartaram a possibilidade de Anna ser a escolhida. A trabalhadora passou a ser malvista por alguns dos clientes fixos da casa, (homens de meia idade, brancos, situados economicamente na classe média e autodenominados como conservadores), tendo, consequentemente, prejuízos financeiros, pois os clientes fixos deixaram de desejá-la para programas.

Outros clientes que costumavam consumir drogas ilícitas no momento do programa, principalmente cocaína, por sua vez, passaram a escolher a moça. Apenas sabíamos que eles usavam a cocaína por meio de fofocas que ocorriam entre as garotas. O que importa, nesse caso, é que Anna tornou-se a predileta desse grupo específico de clientes, mas, não era segredo entre as trabalhadoras, sobretudo para aquelas que não costumavam utilizar álcool ou cocaína no momento de trabalho, que esses homens eram considerados clientes difíceis. Quando iam para o quarto costumavam agredir verbalmente as trabalhadoras, (com xingamentos e humilhação, jogavam o dinheiro no chão e mandavam que a trabalhadora pegasse ao final do programa), tentavam ainda retirar os preservativos sem o consentimento das garotas, aparentavam inquietação e tinham dificuldade para ejaculação ou ausência de ereção. Além disso, exibiam desconfianças descabidas, e volatilidade para negociações (ameaçavam não pagar pelo programa).

Diante disso, muitas acompanhantes, ao comentarem sobre as predileções desses clientes por Anna, confirmavam que as informações propagadas estavam corretas e que a moça apenas saía com os clientes para usar cocaína. A fofoca como instrumento de ataque a uma rival havia, portanto, alcançado seus objetivos: diminuir a capacidade de uma novata conquistar os clientes preferidos pela maioria das trabalhadoras, além de demonstrar o poder que uma funcionária da boate possuía em meio às dinâmicas materiais e relacionais da zona.

Pensando especificamente sobre as relações entre a funcionária e as garotas, é também interessante observar que algumas moças eram hostilizadas por meio de comentários depreciativos sobre seus corpos e modos de trabalho, feitos sempre em tons sarcásticos. As garotas também possuíam suas táticas para contrapor os argumentos inventados pela funcionária, e espalhavam histórias sobre as experiências passadas de Alice. Foi por meio

dessas reproduções que soube como todas as mulheres que trabalhavam na boate, desde as proprietárias à garçonete, já exerceram o trabalho sexual em algum momento da vida.

Essa trajetória comum entre prostitutas — a garota que se torna dona de uma boate ou uma casa de prostituição, ou funcionária de um estabelecimento similar, frequentemente vista como uma espécie de “promoção” ou uma das possibilidades para aquelas que envelhecem na profissão —, foi bem retratado em estudos como os de Simões (2010) Olivar (2010) e Tavares (2014), e oferece explicações importantes para as rivalidades entre Alice e as acompanhantes. No trabalho de Tavares (2014), por exemplo, uma das interlocutoras afirmou “só quer ter casa na zona quem também é puta. A cafetina também é puta”. Frente a isso, torna-se mais fácil observar que as suspeitas e afirmações de que Alice foi uma trabalhadora sexual no passado, aproximavam-se dessas noções, e, assim, surgiam como justificativas utilizadas para explicitar os motivos pelos quais a garçonete se envolvia de maneira tão ferrenha nas querelas próprias às interlocutoras.

1.4 Sobre garotas e clientes

Como já mencionei em outros trechos deste capítulo, alguns clientes frequentavam a boate regularmente, pelo menos uma vez por semana, e eram conhecidos por todos, desde novatas, que logo eram informadas de que os clientes com quem flertavam eram “fixos da casa” e, portanto, elas deveriam ser simpáticas e sedutoras para manter a credibilidade da boate. Cerca de quinze homens, majoritariamente brancos, com idades entre 40 e 60 anos, oriundos das cidades próximas a Campinas, eram clientes assíduos do local. Por frequentarem com tamanha regularidade, se conheciam e se cumprimentavam quando se encontravam. Por vezes, sentavam-se juntos e papeavam sobre as garotas, zona e as peculiaridades das suas vidas profissionais ou pessoais.

Alguns deles não só faziam jogos de sedução e indiferença, especialmente com novatas que não conheciam suas práticas, como também se tornavam próximos de algumas garotas e agiam como se fossem amigos. Aliás, ao se referirem às moças, diziam: “*ela é só minha amiga, por isso não saio mais com ela*”. Assim pagavam bebidas, passavam horas conversando e entregavam uma pequena quantia à trabalhadora, quantia que elas apelidavam como “caixinha”, mas nunca iam para o quarto. A ‘caixinha’ representava, portanto, uma troca que envolvia apenas conversa, companhia e dinheiro, mas não o sexo. As quantias variavam entre 50 e 500 reais, dependia do tempo gasto com o cliente e da sua generosidade. Caso o valor das ‘caixinhas’ fosse baixo, as garotas se chateavam, insistiam que eles aumentassem o valor e,

se ainda assim o valor fosse menor que o preço de um programa (200 ou 250 reais), dificilmente faziam companhia ao cliente novamente.

Esses homens, em algum momento de suas passagens pelo cabaré, já haviam saído ao menos uma vez com as trabalhadoras que denominavam como amigas e a relação de proximidade construída por meio de conversas, que ocorriam antes do programa (ainda no salão da boate, enquanto a garota seduzia o cliente) e no quarto antes ou após o sexo, sustentava o sentimento de amizade que o cliente direcionada à acompanhante. Essas interações, no entanto, não anulavam aquelas práticas de desprezo que alguns clientes faziam com as garotas, assim como as conversas, como base para criação dos vínculos, eram recheadas por fofocas.

As trabalhadoras, por sua vez, costumavam desculpar as traquinagens dos clientes, refiro-me especificamente as práticas já descritas, pois além de utilizarem a validação deles como forma de construção da autoestima, permitiam a reaproximação com intuito de conseguir o máximo de dinheiro possível. Desse modo, ambos trocavam informações sobre os causos e novidades da zona e, ao pagar por companhia e conversas, os clientes poderiam propagar fofocas e participar das redes de sociabilidade local.

Eles não só participavam das dinâmicas relacionais, como também aparentavam gostar disso. Depreciavam os corpos de outras mulheres, com objetivo de desvalorizar uma em favor de outra, e comentavam mais raramente sobre histórias dos funcionários e dos patrões. Entre os comentários, argumentavam como essa ou aquela garota era irritadiça, enquanto a amiga presente era alegre e divertida. E quando se sentiam rejeitados por alguma profissional, como nos casos em que elas optavam por sair com outros e já não queriam retomar contato devido a algum conflito que ambos tiveram, espalhavam fofocas sobre a vida e história pessoal da garota (passado, namorados e família, por exemplo), ora a colocando na posição de vítima, ‘uma coitada desequilibrada devido às suas questões pessoais’, ora como vilãs irresponsáveis, ‘incapazes de cuidar do dinheiro que ganhavam no trabalho’ e, por isso, não conseguiam deixar a zona.

Um exemplo dessas dinâmicas pode ser observado em casos como os de Antônio, um senhor com cerca de 60 anos, conhecido como bonachão entre as interlocutoras, pois costumava dar boas caixinhas e presentes à acompanhante por quem se apaixonava, além de sair frequentemente com apenas uma prostituta por ano. Certa vez, ele se sentou ao lado de Malu e, sem constrangimentos, a contou que sua garota predileta desdenhava das suas investidas amorosas, que eram sempre acompanhadas por dinheiro, presente e atenção (mensagens diárias de amor e carinho por aplicativo de mensagem). Enquanto falava da trabalhadora, revelava os segredos da moça e, por sentir-se zangado, pedia a ouvinte para contar

esses segredos às outras mulheres, para que todos soubessem quem verdadeiramente era a Flávia, sua garota favorita. Nos períodos em que se desentendia com ela, o cliente se aproximava de outras mulheres e prometia que, se elas espalhassem a fofoca, seriam suas novas garotas prediletas.

Outras circunstâncias em que os clientes, ao mesmo tempo, demonstravam sentir mágoa, apaixonamento, raiva e desprezo ocorriam continuamente. Como Marcelo que se apaixonou por Karina, uma garota de sucesso, e passou a frequentar a boate quase todos os dias. Os dois se encontravam também fora do local, e o rapaz insistia que a acompanhante deixasse suas atividades de trabalho para viver com ele. Karina não aceitava as ofertas do cliente, pois ele não tinha condições de mantê-la financeiramente. Magoado, Marcelo passou a espalhar que a moça tinha HIV, e que não gostaria mais de ficar com ela. Quando saía com outras garotas, falava mal de Karina, e questionava às trabalhadoras se ela era bonita, interessante ou simpática.

Nesse contexto, compreendendo que existiram muitas outras situações semelhantes às de Antônio e Marcelo, os clientes demonstravam que não só as mulheres precisavam e queriam o afeto e admiração deles, como o inverso também ocorria. Assim, a fofoca realizada pelos clientes possuía uma força niveladora capaz de rebaixar a reputação de uma prostituta para que eles pudessem se sentir melhor e, ao gerarem conflitos entre elas, esperavam por disputas pela atenção deles. Como instrumento daqueles se sentiam inferiorizados, (porque sentiam-se também inferiorizados por ter que pagar pelo sexo ou pela companhia da mulher pela qual se apaixonaram), a fofoca fazia com que eles pudessem realçar sua posição rebaixando a dos outros. Essas práticas eram ainda uma forma de ataque às garotas que, de algum modo, desapontavam suas expectativas, e representava uma espécie de jogo de honra entre grupos em posições “quase-iguais”, uma vez que eles constantemente mediam sua posição em relação às moças.

Nessas situações, assim como no estudo de Fonseca (2000), que interpretou a fofoca como um instrumento de ataque ou defesa dentro de um grupo social, alinhando suas noções às de Pitt-Rivers (1973) sobre a honra; ao pensarmos o jogo de honra suscitado pelos clientes, é essencial compreender que a honra representa um sistema "absoluto". Isto é, essas formas de disputas entre pessoas em posições “quase-iguais” surgem devido a impossibilidade de duas pessoas, cliente versus garota, ocuparem o mesmo “nível”, uma vez que suas posições nas dinâmicas materiais e relacionais são distintas. Em vista disso, apesar de ocuparem posições diferentes nas transações sexuais e econômicas, a dimensão afetiva e moral que integrava as economias sexuais presentes na zona precisa ser levada em consideração. Ou seja, contrapondo-se às noções de que nas relações entre clientes e prostitutas há apenas troca de dinheiro por

sexo, e convergindo com as noções de Cabezas (2009), observa-se que esse era um universo onde intercâmbios afetivos se entrelaçavam com transações sexuais e econômicas. Na boate estavam presentes prazer, ciúme, inveja, paixão e até amizade, com relações contingenciais estabelecidas entre eles. Assim, diante das disputas presentes nas relações afetivas, os clientes ocupavam as posições de quase-iguais frente às trabalhadoras, ora em vantagem, ora em profundo sofrimento.

Como arma, a fofoca dos clientes, por meio das expressões que apresentavam no momento de propagação das histórias, denotava que suas bases de expressão estavam atreladas a mágoas e ciúmes, deixando subentendido que se tratava de um desabafo ou uma vingança contra a garota que feriu seus sentimentos. Em contrapartida, as garotas também utilizavam as fofocas contra os clientes, e o faziam como instrumento de manipulação, porque, igualmente ao que ocorria ainda no estudo de Fonseca (2000), como uma arma de manipulação e de proteção, a fofoca era utilizada por grupos considerados ‘fracos’ contra grupos considerados ‘fortes’. No caso dos clientes e prostitutas, todavia, as posições de fortes e fracos eram temporárias e dependiam dos intercâmbios afetivos e econômicos entre ambos. Mesmo aquelas fofocas formuladas com objetivo de depreciar uma colega também poderiam ser vistas como arma de manipulação contra os clientes. Afinal, a depreciação de alguma prostituta considerada rival diante de um freguês não passava de uma tática para desmobilizar o desejo do cliente de escolher uma determinada acompanhante.

Além disso, na medida em que contribuíam com a difusão das histórias produzidas por clientes a respeito de alguma colega, as garotas manuseavam as fofocas também como instrumento de ataque entre iguais, então entre elas. Usavam, desse modo, as percepções dos clientes como uma espécie de prova sobre a veracidade dos causos difundidos, pois, se as histórias já haviam circulado entre eles, acreditavam que eram baseadas em verdades, o que resultava no afastamento ou exclusão de uma garota da zona. Considerando que, nas gramáticas que envolviam essas relações, as garotas de programa eram vistas, e se viam, como pessoas não confiáveis, uma fofoca contada por um cliente ganhava um estatuto de verdade, fosse ou não verdadeira. E, mesmo que nessas dinâmicas os clientes também fossem vistos sob suspeita, entendia-se que as acompanhantes eram inerentemente mais inclinadas à maledicência.

Em meio a essas disputas, surgiam também outras formas de inferiorização dos clientes, seja porque iludiram uma garota ou porque ela se apaixonou e não foi correspondida, elas comentavam sobre o tamanho do pênis, a ausência de higiene pessoal, ou das péssimas e peculiares performances sexuais que eles apresentavam, como em situações em que gemiam de forma engraçada, ou que choravam ao gozar, ou gozavam rapidamente. O objetivo primordial

da difusão desse tipo de fofoca era ridicularizá-los, além de pôr em dúvida as percepções que eles tinham a respeito de suas próprias virilidades. Apelidos pejorativos e risadas quando eles entravam no salão, produziam vergonha e faziam com que deixassem de frequentar a boate. Em última instância, esse tipo de ataque só era realizado quando o cliente prejudicava várias vezes diferentes trabalhadoras.

1.5 A dimensão formativa da fofoca: disputas

Para entender os complexos emocionais que regem as interações entre prostitutas, é imprescindível situar esse grupo dentro de uma rede de relações em que estavam inseridos os clientes e funcionários da boate. Assim como demonstrei, as dinâmicas presentes nessas redes revelam um modelo de funcionamento em que as afinidades, apoio, disputas eram, na verdade, regidos por gramáticas relacionais compartilhadas entre os sujeitos da relação e, portanto, demarcavam os limites do grupo. Ao refletir sobre as situações nas quais as desconfianças e conflitos eram ocasionados, lembrei como o tema da violência, em suas mais variadas formas, tem sido um ponto analítico particularmente espinhoso quando estamos tratando das relações de poder que envolvem mulheres que exercem a prostituição. Assim como sugeriu Piscitelli (2013), ao falarmos sobre o assunto, corre-se o risco de corroborar com as posturas antiprostituição, em que o trabalho é visto como um exercício abusivo do sexo. Nesse contexto, ainda é importante lembrar que, diante do risco, os autores que se posicionam politicamente a favor das lutas políticas encabeçadas por movimentos de prostitutas na busca por direitos e dignidade no trabalho, apresentam certo receio quanto às análises que apontem para as disputas entre trabalhadoras sexuais.

A temeridade sobre a possibilidade de contribuir involuntariamente para a estigmatização das atividades, aparece no estudo de Marina França (2017), que, assim como Piscitelli, argumenta que grande parte dos trabalhos sobre prostituição no Brasil negligencia as questões relacionadas às relações de poder e, por isso, em sua tese de doutoramento evitou expor os conflitos existentes entre prostitutas, tratando-os como semelhantes a disputas em outros tipos de trabalho. Por outro lado, nos estudos de Vitor Costa (2013) e Souza (2012) em que os autores apontam disputas por clientes, mentiras e fofocas nas relações estabelecidas entre prostitutas, situadas em diferentes segmentos da prostituição, não há uma demarcação sobre o posicionamento político-intelectual da produção quanto às lutas por direitos em que estão envolvidas as prostitutas. As descrições emergem, portanto, como se pretendessem alcançar alguma neutralidade sobre o assunto.

Em contraposição à falta de atenção e à cautela específica sobre o tema, e considerando que esses estudos evitaram se aprofundar no assunto — principalmente quando apenas informavam a competição e conflitos entre elas —, me interessa agora demonstrar como a fofoca, operada nas relações de poder presentes na zona, tinha força para (re)produzir conflitos e até insultos compreendidos como necessários aos processos formativos das trabalhadoras. Dessa maneira, em vez de apenas destacar essas dinâmicas de maneira superficial, o objetivo será abordar com seriedade o funcionamento do processo formativo, e irmos a fundo na afirmação de “foda-se a união” em favor de uma confiança contingente, como formulado por Gabriela Leite.

Os conflitos e as disputas narrados desde o início deste capítulo fazem parte, então, de um repertório de emoções e comportamentos que eram fundamentais para a construção da respeitabilidade e sobrevivência de uma garota na zona. Esse repertório precisava ser aprendido por qualquer novata que quisesse se sair bem nas relações estabelecidas. Aliás, com muito esforço, compreendíamos o caráter formativo daqueles embates, pois, entre as garotas, não havia espaço para trabalhadoras ingênuas, e a força, assim como a valentia, era uma das pouquíssimas virtudes que elas atribuíam à imagem da prostituta. Assim, o termo puta ou prostituta, para elas sinônimos, apenas aparecia nos momentos em que elas precisavam evocar suas forças combativas e, por isso, indagavam umas às outras: “*tu é puta ou não é?*”

Esse questionamento era realizado quando uma garota demonstrava fragilidade frente às outras colegas, fosse em situações em que choravam por clientes ou nos momentos em que fugiam das discussões com outras prostitutas, elas eram cobradas a se posicionar de algum modo diante dos conflitos. Pouco importava se iriam optar por embates diretos em que faziam uso da força física, como nas discussões, gritos ou tapas que ocorriam entre elas, quase sempre fora da boate, pois assim não eram retalhadas pelos patrões; ou se iriam devolver o desprezo aos clientes e produzir fofocas contra seus rivais, era imperativo que se posicionassem. Esses movimentos eram comuns e visavam a garantia de respeitabilidade entre pares e diante dos clientes ou funcionários, tratava-se de uma maneira de demonstrar que não seriam facilmente enganadas ou manipuladas pelos outros sujeitos do grupo.

Com objetivo de provarem que eram mulheres valentes, porque era um valor “saber se mexer” e contestar a ideia de passividade feminina³⁸, fazia-se necessário que, antes de tudo, estivessem atentas ao “movimento da zona”. Isto é, às formas como as relações eram

³⁸ Valentes como aquelas retratadas por Fonseca (1995) que, ao analisar narrativas contadas por mulheres “enganadas” habitantes de um bairro popular de Porto Alegre, observou como a noção de mulher admirável aponta para “aquela que sabe se mexer”, contestando a ideia de passividade feminina.

estabelecidas. Nesse cenário, a fofoca emergia novamente como ferramenta importante: não só uma arma de ataque, como também um instrumento para o aprendizado. Essas percepções me fazem lembrar os primeiros dias em que cheguei à zona, quando bastava uma garota se aproximar para que eu ouvisse alguma fofoca sobre os comportamentos de diferentes colegas de trabalho. Sempre em tom de alerta, contavam-me histórias, e no final de cada uma delas, afirmavam que apenas estavam repassando aquelas informações para que eu pudesse aprender como as coisas funcionavam por ali, e então saber “quem é quem”. Nos dias seguidos às minhas primeiras experiências, observei essas práticas sendo repetidas por outras colegas quando se aproximavam das novatas mais recentes. Percebi que, em todos os casos, as propagadoras das fofocas pediam que não disséssemos que foram elas que nos informaram sobre o assunto, pois isso poderia prejudicá-las. Como prejudicar alguém era um motivo de conflito, então evitei fazer isso.

Até mesmo as fofocas sobre os clientes, aquelas que eram utilizadas como arma de ataque endereçada aos que se envolviam em conflitos com as trabalhadoras, serviam como uma forma de circulação de informações e, portanto, contribuíam para a previsão de futuros riscos com “clientes-problemas”. Naquele contexto, ouvir uma fofoca tornava-se uma forma de prever possíveis comportamentos de uma colega, de um cliente e dos funcionários, mesmo antes de serem apresentados. Os possíveis perigos presentes no trabalho eram então apreendidos por meio de histórias, nem sempre verídicas, contadas principalmente por prostitutas com mais tempo de trabalho, pois, portavam a autoridade da experiência e conheciam os detalhes sobre os modos organização local. Entre as periculosidades mais citadas, via-se a preocupação com clientes caloteiros, violentos ou bebedores, além de possíveis vinganças que uma colega enfurecida poderia causar contra as outras. Todavia, nas situações em que histórias maledicentes eram inventadas, e que as propagadoras das histórias sabiam disso, a intenção não era só fazer com que a novata se precavesse contra os comportamentos problemáticos dos outros agentes das relações, mas, em alguma medida, conquistar uma aliada para o dia a dia no trabalho, e talvez para proteção mútua diante de conflitos futuros.

Nas entrelinhas das fofocas, independentemente do alvo (cliente, funcionários ou outra garota), residia a injunção de que não só as acompanhantes não eram confiáveis, como também todos os outros sujeitos com quem se relacionavam na zona, o que legitimava a propagação de histórias falsas ou embates físicos, caso as garotas achassem necessário. O estigma da puta, conforme formulado por Gail Petherson (1996), que contribui para a reprodução social de uma de uma imagem negativa da puta que, ao ser atrelada à perversidade, imoralidade e devassidão, assombra todas as mulheres, não só as que exercem trabalhos sexuais,

era internalizado e reproduzido por todos os agentes da relação. Assim, dependendo do contexto, as garotas tentavam se desvencilhar da figura da puta e toda valoração negativa associada a ela.

Contudo, a desconfiança como premissa básica para a construção das relações era atribuída de diferentes maneiras aos funcionários, clientes e as interlocutoras. No caso dos clientes, elas aprendiam não só pelas histórias que ouviam, como também pelos comportamentos comuns a muitos deles, que seus afetos e intenções, em boa parte das vezes, não eram desinteressados e que gostavam de trapacear a fim de tirarem alguma vantagem. Isso porque, muitos homens costumavam seduzir novatas para conseguir sexo gratuito. Assim, ao falarem sobre amor, em seguida pediam descontos nos valores dos programas. Em outras situações, se uma trabalhadora admitisse estar apaixonada por algum deles, (refiro-me especificamente aos clientes fixos da boate), eles a chantageavam, afirmando que, se o amor fosse verdadeiro, não deveriam cobrar pelo programa.

Os receios que direcionavam às relações estabelecidas com eles eram envolvidos por atributos que extrapolavam a zona e, como se tivessem descoberto a “verdade” sobre todos os homens, acreditavam que, apenas na ali, um homem seria capaz de se mostrar verdadeiramente: “tão frágil quanto manipulador”. Essas percepções eram expressas por meio de comentários esboçados pelas interlocutoras que constantemente diziam como: *“Basta olhar para os clientes, para entender como homem não presta”*; ou ainda *“Longe das esposas a gente vê quem são os machos”*; *“Não são tão bravos assim, precisa saber levar o cliente, lembrar que são frágeis, vaidosos”*. A garota de programa que quisesse seduzir muitos clientes, deveria então aprender a ser desconfiada, portanto, esperta.

Quanto a desconfiança exercida entre prostitutas e entre estas e os funcionários, ela estava diretamente relacionada à noção de que toda acompanhante, para ser forte, precisava agir com expertise. Como no caso de Malu, uma das poucas amigas que fiz nos primeiros quatro meses de inserção na zona, que costumava me lembrar que não se pode confiar em garotas de programa, pois *“por dinheiro muita mina muda, inclusive ela mesma”*, e *“sim, para ser garota é preciso ser ruim”*³⁹. Essas noções se estendiam ainda aos funcionários da boate, uma vez que todos eles estavam envolvidos na prostituição há muitos anos e, por isso, entendia-se que se relacionavam e pensavam por meio das premissas informadas pelo cotidiano de suas atividades de trabalho.

³⁹ Fragmento retirado da entrevista realizada com Malu.

Todavia, “ser ruim” não era uma expressão utilizada para justificar ou autorizar atitudes maldosas em relação a qualquer sujeito que se aproximasse. As gramáticas relacionais presentes no cotidiano da zona, não endossavam práticas direcionadas a sujeitos que não parecessem ameaçadores, e se uma garota entrasse constantemente em conflitos, era vista como ‘encrenqueira’ ou “criadora de casos”, e logo passava ser evitada pelas demais. “Ser ruim” se referia, antes, à capacidade de uma garota não se sensibilizar com as lágrimas dos clientes, com suas promessas amorosas, ou de esperar bondade de funcionários e colegas de trabalhos. Era preciso parecer forte para colegas, dócil para os clientes e, quando necessário, feroz a todos. Para elas, uma pessoa boa, considerada pura, seria incapaz de tamanha “ruindade”.

Os funcionários, por sua vez, eram vistos como agentes essenciais para a formação de uma boa profissional, porque informavam as regras básicas para o trabalho e forneciam conselhos, como o imperativo de inimizade. Comentários como: “*Não se misture, todas são falsas*”, “*Quem se mistura perde dinheiro*”, “*Cuidado que só tem raposa nesse lugar, fica esperta*”, “*Com todo respeito, mas garota de programa não pode ser ingênua*”, aliados a fofocas terríveis sobre como uma garota foi trapaceada por outra, além de lembranças de antigas trabalhadoras que se envolveram em brigas quase fatais, eram relatadas às novatas. Os ensinamentos transmitidos pelos donos e funcionários baseavam-se nas lembranças de episódios que ocorreram na zona, e em fofocas sobre trabalhadoras que mal conhecíamos. Assim, aprendia-se que para se tornar uma acompanhante de sucesso era preciso suspeitar dos outros sujeitos com os quais precisariam estabelecer relações. Nesse horizonte, as fofocas sobre os acontecimentos da zona, fossem elas reais ou inventadas, formavam uma espécie de história social do grupo (Gluckman, 1963), e nos transmitia uma maldição: “puta não tem amiga”.

As fofocas, de tão maledicentes, se tornavam uma maldição composta por informações de origem imprecisa e sem comprovação de veracidade, e se aproximavam da noção de rumor, como proposto por Das (2008), uma vez que era justamente a falta de assinatura que tornava as palavras proferidas algo tão letal. A certeza da inimizade emergia, então, como um “campo de força” que atraía as pessoas para agirem de determinada maneira, de modo que a força da propagação intrínseca ao rumor produzia o mesmo ato que enunciava (Das, 2008): desconfianças e conflitos.

Em decorrência disso, nos processos de aprendizagem sobre como estabelecer e se precaver nas relações, havia ainda uma constante necessidade de decodificar significados ocultos nos comportamentos dos outros, com o objetivo de extrair possíveis verdades desagradáveis presentes nas entrelinhas. Esse movimento, como sugere Paul Ricoeur (1970), pode ser concebido como uma hermenêutica da suspeita, em que quaisquer posturas críticas e

até paranoicas são necessárias, pois permitem antever o futuro. O uso do termo “paranoico” nessas circunstâncias não pode ser compreendido como uma tentativa de patologização, pois se envolve em um tipo de produção de aprendizagem afetiva própria às dinâmicas relacionais das interlocutoras. Assim, por meio dos rumores de inimizade e das fofocas que ofertavam confirmação a eles, cada uma educava a própria atenção e aprendiam a identificar olhares, antever possíveis mentiras e se proteger contra fofoqueiros, além de revidar quando necessário.

A candura das novatas logo era substituída pelo temor aos riscos, além de imitações dos comportamentos das prostitutas com maior experiência no trabalho. Desse modo, para que pudessem se sentir seguras, havia um posicionamento crítico comum entre elas: “não dever haver surpresas ruins”. As práticas eram, então, pautadas em uma lógica de reconhecimento: direcionavam desconfianças às colegas devido ao receio com comportamentos que já tiveram, ou que poderiam ter, no manejo de trabalho. Assim, “de boca em boca”, ou entre cochichos, compreendiam como a desconfiança era necessária.

INTERLÚDIO

O que elas nos dizem sobre o assunto?

No início de 2022, quando já estava prestes a me despedir das interlocutoras, finalmente consegui que algumas delas, apenas as garotas fixas, aceitassem ser entrevistadas. As tentativas anteriores haviam sido negadas ou adiadas sob a justificativa de que não gostariam de falar abertamente sobre as relações que estabeleciam com as outras garotas de programa, por receio da exposição. Mesmo após reiterar o caráter ético e sigiloso que envolvia a pesquisa, e de nunca ter me inserido nos conflitos, muitas interlocutoras ainda temiam que eu pudesse propagar as informações para prejudicá-las dentro da zona. E, apesar de apresentar o termo de consentimento livre e esclarecido (TCLE), elas não confiavam em minhas intenções. Assim, foi somente por meio da proximidade construída com Malu que consegui apoio para transmitir confiabilidade quanto ao caráter confidencial das respostas que seriam informadas.

Com isso, três dias após as minhas primeiras tentativas, e graças aos pedidos e garantias da amiga, apenas cinco garotas fixas da boate, além dela, concordaram em ceder entrevistas. Eram mulheres com perfis estéticos variados, mas com idades variando entre 20 e 26 anos, paulistanas, e se consideravam brancas. Após a confirmação de que participariam, esperei que a boate estivesse sem clientes para pudéssemos conversar em um ponto mais isolado. Em seguida, nos dirigimos a uma das mesas montadas fora do salão e próxima ao estacionamento, um local suficientemente afastado para garantir que outras acompanhantes não nos ouvissem. As garotas ainda pediram que as entrevistas fossem realizadas de forma individual como condição para participarem.

No início de cada conversa, ao se sentarem em minha frente, elas encolhiam seus corpos, esfregavam as mãos e olhavam de um lado a outro, como se estivessem verificando se havia alguma garota por perto. Por estarem reticentes, pediam que a entrevista fosse rápida e suas respostas foram tão curtas que, ao ouvir as gravações de áudio, percebi como todas as entrevistas, somadas, não duraram mais que quinze minutos. Além disso, as falas das seis entrevistadas foram tão similares que, diante do paralelismo entre elas, optei por construir este breve interlúdio. Este trecho da pesquisa configura-se, portanto, como um exercício analítico baseado nos discursos emocionais produzidos pelas interlocutoras, expressos por meio de trânsitos afetivos e das diferenciações entre modalidades relacionais.

Sempre que iniciávamos cada entrevista e perguntava sobre os imperativos de inimizade, a tensão logo dava lugar a um posicionamento ativo e voraz que confirmava a utilidade e a veracidade presentes na afirmação “puta não tem amiga”. Em comum, após o questionamento, as garotas relatavam que as interações entre elas eram marcadas por efemeridade, desentendimentos constantes e em interesses mútuos, como nos casos em que formavam parcerias de trabalho para indicação de clientes, o que resultava em mais lucro. Com frequência, costumavam utilizar o termo *amiga de zona* para diferenciar as relações construídas no contexto de trabalho daquelas que eram vistas como pessoais.

Malu foi a primeira a se abrir para a conversa. Nos momentos em que desejava se referir a uma amiga com quem convivia dentro e fora do trabalho, afirmava: “*Antônia é uma amiga de zona, amiga do trabalho, por exemplo*” e seguia argumentando “*saio com ela, mas fico sempre de olho, é bom ter cuidado*”.

A diferenciação entre *as amigas de zona* e *as amigas pessoais* era recorrente nos relatos das garotas e surgia como forma de demarcar os direcionamentos de afetos e expressões de sentimentos possíveis a cada tipo de relação. As *amigas pessoais*, aquelas que não eram garotas de programa, mesmo que não soubessem de suas atividades laborais, eram vistas como portadoras de uma amizade verdadeira fundamentada por afetos recíprocos e desinteressados, sem potenciais ganhos materiais, e, por isso, autêntica, digna de confiança e carinho. Enquanto para as *amigas de zona*, termo que englobava tanto as relações entre acompanhantes quanto entre elas e as funcionárias, as interlocutoras informavam que as relações eram intrínsecas “*aos jogos de interesse (Anny) [...] aos medos de possíveis traições (Virginia) e [...] aos riscos de uma possível exposição do trabalho (Cintia).*”

À medida em que essas diferenciações remetiam os ideais da filosofia aristotélica, segundo os quais a amizade voltada para utilidade é considerada menos genuína ou significativa do que aquela direcionada ao bem do outro, observei como, ao mesmo tempo, suas percepções se aproximavam das teorias das esferas separadas e a dos mundos hostis, analisadas criticamente por Viviane Zelizer (2005a; 2005b; 2009). Isso porque, nas falas das interlocutoras afirmava-se que as solidariedades, autenticidade, carinho e intimidade eram expectativas associadas às relações com as *amigas pessoais*. Enquanto racionalidade, jogos de interesses, disputas, transitoriedades e conflitos às *amigas de zona*. Assim, acreditavam na existência de domínios distintos, que operavam segundo diferentes princípios: de um lado, a racionalidade, eficiência e planejamento; do outro, solidariedade e afeto (Zelizer, 2005a). Entre as seis garotas, havia, desse modo, a ideia de que deveriam esperar diferentes resultados destes dois domínios de organização.

De maneira muito similar ao que propõe a teoria dos mundos hostis, as garotas entendiam ainda que invasão do mundo sentimental (amizade) pela racionalidade instrumental (interesses do trabalho) contaminavam as relações. E, como defendem ambas as teorias, havia o receio de que a perpetuação da racionalidade instrumental ao mundo sentimental culminasse na inautenticidade dos afetos (Zelizer, 2009). Esse medo gerava desconfiança em relação às amigas de zona, que se refletia nas disputas e tensões entre elas, e pode ser exemplificado nos trechos a seguir:

“Não importa se você é amiga, a garota, do nada, pode te passar a perna, eu fico ligada” (Malu)

“Já me decepcionei muito no início, hoje não acredito mais, tô esperta”, “eu só acredito em é cada uma por si, cada uma faz seu corre, seu sucesso” (Virginia)

“Amiga só fora do trabalho, aqui é disputa, não dá pra ter sinceridade” (Aline)

“Já teve algumas meninas que ajudaram no momento de precisão, sabe? Mas tem que ficar esperta, senão você não chega em lugar nenhum”, e ainda “amizade só fora daqui, se você for boazinha na zona te passam a perna” (Anny)

Essas percepções sintetizavam como as expectativas direcionadas às *amigas de zona* estavam entremeadas por um conjunto teorias, crenças, práticas e discursos presentes nos contextos históricos e econômicos, os quais, como aponta Zelizer (2009, p 30): “desde o século XIX, repetidamente, pressupõem que o mundo social se organiza ao redor de princípios incompatíveis e que competem entre si”. Nesse sentido, se esses princípios perpassavam as interlocutoras de forma profunda, pode-se ainda argumentar que a diferenciação entre os modos de relação estava atrelada à noção de governamentalidade (Foucault, 2008), atuando como um regulador dos afetos que permeavam as relações entre elas, e moldava subjetividades.

A respeito disso, Silva (2023, p. 19), em sua pesquisa junto às trabalhadoras sexuais inseridas na prostituição de “luxo”, preconizou que “as práticas de Estado e de mercado orientavam tanto o comportamento quanto as mentalidades que sustentavam os comportamentos das pessoas na prostituição e sobre a prostituição”. Utilizando a noção foucaultiana, Silva propôs, dentre outras coisas, que a função moralizante do “luxo” na prostituição contribui para governamentalidade⁴⁰ de mercado, que, ao produzir sujeitos com base nos princípios neoliberais, impõe um modelo de “sucesso” profissional ancorado no

⁴⁰ Em suma, o autor trabalha com o conceito de governamentalidade com base em como o Estado e o mercado operam sobre a prostituição. De forma correlata à pesquisa de Silva (2023), a noção de governamentalidade em meu trabalho também é compreendida a partir de regimes de práticas derivadas da tríade soberania-disciplina-governo que visam o controle, moldagem e normalização de mentalidades que sustentam tais práticas (Foucault, 2006).

“empreendedorismo individual”. No caso de suas interlocutoras, esse processo se refletiu nas narrativas em que produziam diferenciação entre acompanhantes de luxo e dos comportamentos esperados, em tese, de uma puta (Silva, 2023).

Essas problematizações são importantes, uma vez que, embora à primeira vista, expressões como “é cada uma por si” ou “podem te passar a perna” possam parecer apenas reflexos do ambiente competitivo, elas também remontam emergentes discussões sobre como a doutrina econômica neoliberal se estende à produção de subjetividades assentadas na lógica da concorrência (Dardot; Laval, 2016)⁴¹. No contexto em que a concorrência é norma, surgiriam, então, novos modelos de subjetividade impulsionados pela falta de empregos, pela precariedade e o endividamento (Rosa, 2019), dessa forma, na situação das minhas interlocutoras, as disputas, conflitos e concorrência seriam ainda mais adensados pela conjuntura pandêmica.

Por outro lado, ao analisar com mais vagar a conjuntura das garotas que entrevistei, via-se que elas não diferenciavam os tipos de relação somente por receio de que relações íntimas fossem corrompidas ou ameaçadas pelas disputas por recursos no trabalho. Tampouco associavam as disputas e desconfianças às *amigas da zona* apenas por serem concorrentes. Elas, na verdade, relacionavam tudo isso ao fato de exercerem a prostituição. Isso se materializou nas respostas de Malu, que afirmou:

“Acho que a falsidade tem mais a ver com o fato de ser prostituta. Não acho uma prostituta um ser, sei lá, confiável. Todo mundo que está aqui já não é inocente, a gente tá acostumada com falsidade, é muita briga, muita vaidade. O dinheiro deixa a gente vaidosa.”

Enquanto Cíntia, por sua vez, argumentou que *“não dá para ser sonsa, puta sonsa só sai perdendo [...] não existe amizade na zona, a gente é parceira, chama de amiga, porque se ajuda nos perigos, aprende coisas um com a outra [...] Mas ninguém sabe o dia de amanhã, tudo pode mudar. Quem quer trabalhar com isso tem que ser esperta.”*

Assim, destoando do que foi observado nas pesquisas de Silva (2023) e Lopes (2021), nas quais as acompanhantes de “luxo” condenavam a aproximação com comportamentos supostamente característicos de puta e, a partir desse distanciamento, construíam suas relações com os clientes e estabeleciam a forma como se enxergavam em meio

⁴¹ Dardot e Laval (2016) e Oliveira (2022) argumentam que o neoliberalismo estende a lógica do mercado a todas as relações sociais, orientando não só governos, como também instituições e indivíduos ao passo em que molda suas subjetividades. Constitui-se, assim, como resposta política não apenas à crise estrutural iniciada entre as décadas de 1960 e 1980, com repercussões atuais: mais do que uma simples restauração do liberalismo clássico, o neoliberalismo representaria uma alteração radical do funcionamento e do modo de governo do capitalismo.

ao trabalho sexual, por meio das argumentações das interlocutoras, observa-se que esse distanciamento entre a puta/prostituta e a garota de programa/ acompanhante de “luxo” ocorria apenas quando estavam sob o “olhar” dos clientes.

Entre elas, sem a necessidade de “higienizar” ou vender imagens específicas, evocavam a figura da puta (como sinônimo de prostituta) por meio das características que julgavam essenciais para o contexto. Como mencionei no capítulo anterior, havia situações em que a figura da puta era associada à imagem de mulher forte e valente, enquanto, em outras conjunturas, como na resposta de Malu e Cíntia, a prostituta surgia como esse sujeito desconfiado, vaidoso, falso; atributos que, para elas, também se configuravam como características necessárias. Desse modo, antes da garota de programa e da acompanhante de luxo “bem-comportada” que se apresentava ao cliente, era a prostituta como figura forte, ativa e maliciosa que tomava a cena quando julgavam necessário. A puta, então, emergia nas situações de dificuldades e desentendimentos, misturando-se aos processos de aprendizagem sobre o trabalho e das relações que o envolviam⁴².

Nesse sentido, ao serem questionadas sobre como se enxergavam em meios às atribuições do tipo, todas as outras entrevistadas afirmaram que “*para trabalhar, não pode ser trouxa [...] tem que aprender a ser esperta [...] maliciosa e falsa, se for preciso*”. Nesses trechos retirados de diferentes entrevistas, os comportamentos e posicionamentos subjetivos foram vistos como necessários ao trabalho e entendidos como um leque de saberes apreendidos com vistas à sobrevivência e maiores ganhos na zona. Isso significa que, quando precisavam evocar a figura da prostituta, suas funções e significados estavam entrelaçados àquelas imagens concebidas historicamente que simbolizam a puta como “alteridade mais radical e perigosa” (Rago, 1991, p. 26), especialmente quando comparadas aos predicados manejados apenas por acompanhantes de luxo. Dito de outro modo, as *garotas de programa* corporificavam estrategicamente a puta como essa mulher valente, maliciosa, esperta, traiçoeira e, se preciso, conflituosa, e manejavam o “estigma da puta”, conforme proposto por Gail Pheterson (1986; 1996), fazendo uso da marcação de desvio associada a uma feminilidade má e ardil, de acordo com seus próprios interesses.

Elas apenas se autodenominavam como prostituta/puta — como essa classe de mulheres perigosas (Rago, 1991) —, quando estavam longe dos olhos e percepções dos clientes, especificamente em meio as relações entre elas mesmas e entre elas e funcionários, o que corroborava para a forma como que gerenciavam e percebiam as relações entre si.

⁴² Esses movimentos de aproximação e distanciamento da figura da puta também foram vistos em outras boates e casas de prostituição onde estive antes e durante o processo de doutoramento.

Adicionalmente, visto que em minhas primeiras aproximações, era comum ouvir que não eram putas, mas acompanhantes, essas dinâmicas sugerem que as acentuadas distinções entre prostitutas e acompanhantes também costumam ser estabelecidas diante de pesquisadores “de fora”.

Questionamentos tais como “você é puta ou, não é?”, que geralmente surgiam nos momentos de necessidade e aprendizagem entre as interlocutoras, indicam ainda que a dimensão da subjetividade entre as garotas não se limitava à distinção rígida entre “putas/prostitutas” e “garotas de programa” ou “acompanhantes de luxo”. Em vez disso, estávamos diante de rearranjos e alternâncias. Isto é, de maneira similar às situações investigadas por Perlongher (2008), quando as garotas estavam sozinhas, entre elas acontecia um movimento de “desterritorialização” frente aos códigos familiares, ou “normais” do espaço urbano (nesse caso, os códigos “civilizados” esperados da acompanhante de “luxo”). Isso, então, dava lugar a uma consequente reterritorialização nos códigos marginais: “o ato da transgressão, seu salto à exterioridade ou a certa relativa exterioridade da ordem, marcava o desencadeamento de uma nova codificação” (Perlongher, 2008, p. 12).

Assim, as acompanhantes de luxo não eram constituídas por uma dimensão de subjetividade que contrastava com a figura da prostituta; eram, na realidade, prostitutas que manejavam um repertório simbólico que combinava as fantasias de “luxo” às expectativas dos clientes e, simultaneamente, outro repertório moldado pelas dinâmicas próprias das relações entre elas. Como bem colocou Olivar (2013, p. 346), elas “são tudo aquilo junto, instavelmente junto”.

E por isso compreendiam que para tornar-se garota de programa mais que “*inventar nomes de guerra [...] é preciso agir como se fosse outra, uma personagem capaz jogar o jogo, sem dó*”⁴³. Sob essa perspectiva, “jogar o jogo” significava adotar posturas, comportamentos e afetos que se ajustavam aos modos de relacionamento com os outros. Virgínia, uma das entrevistadas, por exemplo, afirmava “*que na zona ela não respondia por quem era lá fora, mas como precisava ser ali dentro*”, e nas relações com mulheres que não exerciam o trabalho sexual, apesar dos saberes e malícias aprendidas no trabalho, acreditava, assim como as outras, que poderia agir de forma mais generosa e ingênua, porque entendia que aquelas mulheres eram menos espertas que as prostitutas.

Ainda assim, em outras circunstâncias, quando questionadas sobre as relações que desenvolviam com outras acompanhantes fora da zona, defendiam-se e reafirmavam o quão

⁴³ Trecho retirado da entrevista com Virgínia.

espertas se sentiam. Argumentavam que não viam importância nessas relações, e que “*É só para ir as festas, mais nada*” (Marina), “*Amizade de festa, é só colegagem*” (Cíntia), “*É para festejar, algumas ajudam na dificuldade, mas é mais para festa*” (Aline), e com fervor, após afirmações similares, voltavam a negar quaisquer outros sentidos para essas relações. Apenas titubeavam quando o assunto era ajuda mútua frente a situações de dificuldade. Como no caso de Anny que informou como a “*ajuda rola, mas não é garantia de que não vai dar confusão depois.*”

No que diz respeito às questões que envolviam raça, classe e escolaridade, observei ainda em seus discursos, que afirmações como “*eu não me importo se branca, preta, azul ou amarela, tem que ter afinidade, mas no final das contas é só dor de cabeça*” (Anny), “*prefiro garotas com um bom nível de escolaridade, me identifico porque são mais educadas [...] no fim pode acabar em briga do mesmo jeito*” (Malu), ou ainda “*a cor não importa só o tipo de educação*” (Aline), divergiam com a maneira como, na prática, se aproximavam de outras trabalhadoras com perfis estéticos parecidos, e em como as diferenças etárias, de raça e escolaridade influenciavam essas proximidades. Além disso, elas ainda consideravam que a continuidade das relações com outras garotas de programa fora da boate, ainda que ocorresse frequentemente, não era bem-vista, pois poderia ser interpretada como “*burrice*” “*coisa de menina nova na zona, inexperiente, bobinha*”. Em suma, ao se aproximarem, expunham-se ao risco de serem “*passadas para trás*” pela garota com quem estabeleceram uma relação de proximidade e confiança.

Enquanto me contavam sobre esses receios, foi possível notar que, de forma semelhante ao que os estudos de Fonseca (1996), Gaspar (1985), Pasini (2000), Olivar (2013) e Piscitelli (2013) demonstram, estava diante da maneira como grupos de prostitutas organizam fluxos de afetos; mas sem que com isso deixasse de existir um continuum entre experiências que perpassam a prostituição e a vida fora do trabalho. Ou seja, elas não falavam em dissociações (como se houvesse barreiras intransponíveis entre o “mundo dentro” e o “mundo fora” da prostituição), mas de trânsitos e diferenciações das emoções e sentimentos que aprendiam a endereçar a um tipo específico de relação, em detrimento de outros. Assim, em lugar de dissociações, tornou-se analiticamente mais rico entendermos que as relações e emoções eram ativadas, moduladas ou ressignificadas entre os contextos, evitando, assim, a armadilha das dicotomias (Olivar, 2013; Piscitelli, 2013).

Isso pode ser exemplificado também nas cobranças que me fizeram ao final de cada entrevista, quando os motivos para que suas respostas fossem rápidas e tão parecidas foram revelados. “*Tudo isso você já deveria saber, não precisava tá aqui te falando, ensinando isso*

agora”, disse-me Malu. “*Você não aprendeu isso ainda? toma vergonha*”, questionou Cintia. O que estava em jogo, portanto, era um processo formativo comum às garotas, que afirmavam como uma “*boa puta/prostituta*”, isto é, uma puta perspicaz, “*não pode ficar falando que é amiga de fulana ou de ciclana, falar pode dar problema, pode ser traída logo em frente*” (Aline), “*se a mina é parça e te ajuda, ok, amizade, mas é bom não ficar bancando a puta sonsa, e falando que é sua amiga*” (Anny).

Finalmente, na medida em que a admissão da amizade era vista como uma espécie de fraqueza e ingenuidade, ela se configurava como uma quebra nas regras emocionais que regiam nas relações entre elas. Regras que, assim como no estudo de Arlie Hochschild (1979), definiam não apenas a emoção que poderiam expressar publicamente, como também indicavam o que se deveria sentir em determinadas ocasiões. Trânsitos e diferenciações se entrelaçavam, desse modo, a um trabalho emocional (Hochschild, 1979) que funcionava de acordo com estratégias de gerenciamento das emoções, visando atender às regras emocionais desse contexto relacional.

*

Depois que todas deixaram a mesa em que estávamos, entendi que estava construindo uma tese baseada em ensinamentos que, segundo as interlocutoras, eu já deveria ter assimilado há muito tempo. A lição era evidente: as diferenciações da “amiga de zona” frente a outras relações estavam vinculadas a um conjunto teorias, práticas e discursos que envolviam desde a produção de subjetividades assentadas em concorrência e disputas, até a construção histórica da imagem estereotipada da puta e das expectativas que recaem sobre elas, além de se entrelaçarem às questões que envolvem gênero, classe e raça e os múltiplos efeitos de sua articulação na zona de prostituição.

2. CIRCUÍTO DE CUIDADO E RELAÇÕES POSSÍVEIS

Quais prejuízos e rearranjos são possíveis diante da internalização da determinação de inimizade? O que torna habitável o cotidiano de sujeitos que compreendem a amizade, confiança e trocas afetivas como uma fraqueza ou um risco?

Enquanto esses questionamentos ecoavam, recebi a ligação de uma amiga de longa data que conheci em uma boate onde estivemos juntas por alguns meses, enquanto realizava minha pesquisa de mestrado, e que reencontrei na zona que foi o campo para construção desta parte da tese. Jéssica, havia ligado para desabafar sobre como se sentia sozinha e que sofria por trabalhar longe da família e dos amigos que conheceu fora do ambiente do trabalho. Quando me ligou já havia migrado para outra boate em São Paulo, na capital. Oriunda de outra região do país, afirmou sentir dificuldades em estabelecer relações de proximidade com outras trabalhadoras, mas, ao passo em que convivia com elas cotidianamente e que costurava redes de apoio e cuidado, sentia-se confusa.

Jéssica morava em uma pensão própria para garotas de programa, e apenas residiam no local as mulheres que exerciam o trabalho sexual na mesma boate em que ela trabalhava. Não se tratava de um alojamento para garotas fornecido pela gerência do local de trabalho, mas de uma pensão locada por um grupo de trabalhadoras sexuais que se juntaram com o objetivo de dividir despesas e de se tornarem mais próximas para evitar a solidão que a distância de casa as proporcionava. As redes de cuidado entre elas eram forjadas de tal modo que, por meio de um grupo formado no *whatsapp*, conversavam e, quando necessário, emitiam alertas sobre problemas com clientes, além de pedidos de socorro diante de possíveis perigos no trabalho e na vida pessoal.

A amiga ainda comentou sobre a rotina junto às garotas com quem morava, falou a respeito da divisão das tarefas domésticas, as viagens e passeios que faziam juntas, e também sobre o compartilhamento de alguns sofrimentos em comum, como aqueles que envolviam saudade da família, os conflitos com namorados que não sabiam das atividades de trabalho, entre outros. Mas, ao ser questionada a respeito da solidão que sentia, não soube dizer ao certo os motivos que a geravam. Depois de passarmos por longas horas de conversa, ela me disse que não pensava sobre as relações que havia construído com as garotas, pois “*era mais uma relação de cuidado do que uma relação de afeto*”.

Jéssica, assim como algumas garotas que conheci, além de entender o cuidado como sinônimo de apoio, diferenciava cuidado e afeto. Ela compreendia o cuidado como uma obrigação moral interna ao grupo que visava proteção contra os riscos com clientes, além de

envolver o compartilhamento de experiências de sofrimento ou de alegrias presentes no cotidiano; enquanto o afeto, era entendido como um conjunto de sentimentos considerados bons e destinados apenas a outros sujeitos, como familiares, namorados ou amigos fora da zona. Havia, assim, um processo de diferenciação dos sentidos entre cuidado e o afeto, o que, de acordo com a moça, resultava na construção de uma base de apoio entre as prostitutas, uma rede na qual podiam se amparar quando necessário, mas que jamais deveria ser vista como fonte afetiva.

À medida em que a garota argumentava sobre o assunto, percebi a importância das suas ponderações, pois, ao mostrar de forma tão veemente que não acreditava em relações de afetos considerados bons entre as colegas, como companheirismo, amizade, carinho, confiança, entre outros, dei-me conta de que a internalização do imperativo era tão intensa e pouco pensada por nós que, até mesmo no momento em que precisei analisar os dados do campo, tive dificuldades em me lembrar das situações de acolhimento, ajuda mútua e de outras modalidades de ação e de sentimentos que não aqueles que remetessem às desconfianças e inimizades.

A força do imperativo era suficientemente pujante para tornar nebulosas as lembranças dos bons momentos que tive com as interlocutoras, e mesmo aquelas descritas nos diários de campo estavam encharcadas por receios e conflitos. Foi nesse cenário que compreendi o sentido da afirmação de Ortega (2004b, p. 103) a respeito de como “a memória, é sempre também, e até certo ponto, um reviver”, pois, através da evocação das lembranças sobre as suspeitas e embates estabelecidos entre as garotas, elementos do passado eram atualizados e passavam a definir as qualidades afetivas no presente⁴⁴ (Das, 2020, p. 142), fazendo com que as lembranças dos bons momentos fossem suplantadas pelo meu involuntário incômodo.

Embora tenha me esforçado para lembrar das práticas de cuidado e coloca-las em palavras, e mesmo que curiosamente eu também tenha me esquecido de que as redes de apoio ou solidariedade entre prostitutas já não se configuram como uma novidade e podem ser encontradas em estudos sobre as mais diversas modalidades da prostituição⁴⁵, entre as interlocutoras não havia verbalização sobre assunto. Ao recorrerem às suas memórias com o objetivo de me ensinar o funcionamento da zona falavam apenas e repetidamente sobre as

⁴⁴ Ao retratar as relações entre tempo e subjetividade, Das, entre outras coisas, demonstra como o passado se fazia presente nas relações e afetos mobilizados entre suas interlocutoras.

⁴⁵ Nos trabalhos de Barreto (2015), Souza (2017), Piscitelli (2007a; 2013), Bonadiman, Machado e López (2012), por exemplo, encontram-se descrições sobre as formas de proteção aos possíveis riscos no trabalho; processos de ensino e aprendizagens voltadas aos saberes sexuais, formas de construção relações mais próximas diante da ausência de relações mais profundas, sobretudo no contexto de mobilidade transnacional.

relações de perigo, confusões e riscos. Para elas, todos os argumentos que passassem longe das suas percepções pareciam uma forma de romantização, e riam da minha ingenuidade, interessavam-se mais em compartilhar os saberes e histórias contidas nas aprendizagens coletivas.

Foi, portanto, através da ligação de uma amiga, ocorrida em meados de 2023, quando já estava há um ano afastada daquelas relações, que atinei para a existência e para as formas de construção dos circuitos de cuidado entre as interlocutoras. Importa, então, que compreendamos que tais práticas de cuidado, tão bem descritas pela garota, eram produzidas por um conjunto de ações que complexificavam a afetividade que insistiam em negar. Assim, mesmo que a injunção de inimizade tornasse mais complexa as interações por meio de relações ambíguas que geravam confusão, ela não era um impeditivo para o surgimento de outras formas de ação que, na medida em que se ligavam ao afazeres rotineiros e tornavam o cotidiano habitável, se inscreviam como uma forma de agência (Das, 2008).

Por isso, neste capítulo me dedico a colocar em palavras aquilo que não era permitido que dissessem entre si, mas que, por meio de pequenas ações, era constantemente dito. Seguindo as orientações de Das (2007), devemos, portanto, prestar atenção às ações e gestos — e as palavras incluídas como formas de gestos — porque mostravam as preocupações de umas com as outras de forma muito mais viva, por assim dizer, do que se pedíssemos que as garotas contassem na forma de narrativa.

Por meio da descrição de diferentes situações, realizei um esforço em recuperar fragmentos de cenas que retratam como as garotas em suas ações no cotidiano formavam políticas de cuidado. Apostei na importância do ponto de vista fragmentário que reside justamente no esforço em resistir ao impulso da homogeneização, isto é, os fragmentos presentes no decorrer deste capítulo “não fazem parte de um quebra-cabeça que pode ser reunido a posteriori; aludem, em vez disso, a uma certa maneira de habitar o mundo” (Pandey, 1999). Por fim, incluí entre os fragmentos uma situação que retrata os riscos inerentes às proximidades entre as garotas, e como o ato de desconsiderar os conhecimentos das acompanhantes é compreendido como uma forma de “descuido”. O objetivo foi complexificar as análises sobre as situações descritas.

*

2.1 Cuidado como categoria teórica e o Cuidado como categoria êmica

Tendo em vista que, desde a década de 1970, a categoria cuidado passou de uma simples expressão cotidiana, como no caso das interlocutoras, para um conceito científico

(Drotbohm, 2022), antes de passarmos aos fragmentos, será necessário pontuar rapidamente as diferentes facetas que envolvem o conceito na arena socioantropológica. A respeito das primeiras problematizações sobre a importância social do cuidado, sabe-se que elas foram elencadas por diferentes estudos feministas que observaram as relações existentes entre produção de mercado e os trabalhos domésticos e reprodutivos não remunerados. Por meio desses estudos, as teóricas feministas chamaram atenção para necessidade de deslocar as discussões sobre a categoria cuidado da esfera privada para a pública (Drotbohm 2022; Lima, 2016).

No cerne da crítica feminista estava a romantização de tarefas classificadas como “femininas”, que, socialmente enquadradas como “trabalho(s) de/por amor”, foram, e ainda são tradicionalmente desempenhadas por mulheres e simbolicamente associadas a elas (Lima, 2016). Desde então, diversas pesquisas analisaram questões que envolvem a categoria cuidado a partir de diferentes contextos empíricos, abrangendo um enorme escopo de atividades práticas e serviços como o trabalho sexual, trabalho doméstico, a educação de crianças e serviços institucionalizados, como aqueles voltados para jovens, idosos, entre outros, além do trabalho reprodutivo, por exemplo (Molinier, 2014).

Em meio a essa diversidade, observa-se ainda como o cuidado, na arena acadêmica, esteve também atrelado a distintos domínios de experiência que perpassam esferas como o público, privado, amor, afeto, e refere-se tanto a um conjunto de práticas (cuidar de alguém), assim como um conjunto de valores morais e afetivos (Lima, 2016). Em suma, os estudos sobre o cuidado o abordam por meio de diferentes perspectivas que perpassam relacionamento interpessoal, prática social, trabalho, ferramenta política, ética, direito e responsabilidade (Debert, 2014; Debert; Pulhez, 2019; Gilligan, 2013; Guimarães; Hirata, 2020; Hirata, 2016a; 2016b; Molinier; Paperman, 2015; Sorj, 2016; Zelizer, 2009; Tronto, 2013).

Não tenho, contudo, a intenção em me demorar em todas as diferentes formas como o cuidado tem sido tratado nas pesquisas citadas⁴⁶, prefiro me ater a algumas complexidades específicas do meu campo. A primeira especificidade reside na compreensão de que o conceito de cuidado não deverá ser pensado, de forma alguma, por meio de uma visão compassiva, em que tais práticas informam apenas as capacidades das interlocutoras aliviarem seus possíveis sofrimentos no mundo. Assim como Drotbohm (2022), prefiro pensar como as noções de cuidado contribuem para análises sobre as persistentes instabilidades da vida.

⁴⁶ Pois não é objetivo da tese, tampouco do capítulo. Para maior aprofundamento sobre o assunto sugiro o trabalho de revisão conceitual realizado por Sorj (2021).

Como categoria êmica, as práticas de cuidado acionavam diferentes sentidos dependendo do contexto em que eram evocadas, em alguns momentos o termo era utilizado para nomear as diversas práticas cotidianas que abrangiam desde proteção mútua, compartilhamento de experiências, acolhimentos em momentos difíceis até pequenas atividades diárias, como o empréstimo de roupas, sapatos, a partilha de comida, a indicação de uma garota aos clientes, entre outros). Mas, em outras circunstâncias, o cuidado somente ganhava sentido ao expressar, por meio de posicionamentos subjetivos e práticas em grupo, a necessária atenção aos comportamentos de uma colega ou amiga da zona. Se no primeiro caso via-se um “cuidar do outro”, no segundo, tratava-se de “ser cuidadosa” ou de “ter cuidado” para se proteger das intempéries dos outros.

A segunda especificidade desses circuitos de cuidado⁴⁷ pode ainda ser vista a partir da forma como eles se aproximam de duas noções presentes no campo dos ‘*care studies*’, que nem sempre convergem, a saber: responsabilidade e ajuda. Pois, como mencionei anteriormente, Jéssica evocou a noção de cuidado atrelada a “obrigação” e não como trabalho, ocupação ou profissão; e as práticas de cuidado entre as interlocutoras se aproximavam das noções de cuidado conceituadas como *ajudas*, o que complexifica ainda mais essas discussões.

Nos trabalhos de Guimarães (2019) e Guimarães e Vieira (2020), a ‘*ajuda*’ como um “cuidado que não diz seu nome”, conforme tratam as autoras, são construídas e se sustentam, sobretudo, por relações sociais assentadas na reciprocidade grupal ou comunitária, sendo principalmente visíveis entre pessoas de classes populares, justamente devido à ausência do Estado em suprir a demanda social e econômica da população. Ainda assim, a forma com que autoras trabalham a categoria ‘ajuda’ não se aproxima da “obrigação” de cuidar.

Por outro lado, alguns trabalhos que enfocam nas diferentes noções de *ajuda* demonstram como só podemos falar em modalidades de ajuda, no plural. Sobre isso, Piscitelli (2011) argumenta que, no Brasil, as noções de ajuda se concentram principalmente nas relações de intercâmbios hierárquicos presentes em relacionamentos sexuais e afetivos que envolvem principalmente homens e mulheres em posições desiguais, onde ajuda é frequentemente trocada por sexo. A ajuda, nesse contexto, alude ainda a algumas distinções dessas formas de socialidades, pois, ainda segundo a autora, essa formulação é um terreno fértil que possibilita a análise do trabalho sexual conjuntamente a outras modalidades de intercâmbio que não se confundem com a prostituição.

⁴⁷ Pensando operacionalmente, de acordo Guimarães e Vieira (2020), um circuito de cuidado se definiria pela confluência entre: certas modalidades de relação social de cuidado, caracterizadas por certos significados a elas atribuídos, às quais correspondem certas transações e certas formas de retribuição.

Essa perspectiva é importante porque contribui para a compreensão das relações vistas entre as interlocutoras, uma vez que não desvencilham ajuda e obrigação. Ao invés disso, apostam em compreender como esses elementos se aproximam e são operados. Adicionalmente, essa modalidade de ajuda não se concentra apenas nas análises das relações entre homens e mulheres em posições assimétricas, como também entre trabalhadoras sexuais migrantes (Carrijo, 2011), na importância da ajuda como metáfora na mediação de relações transnacionais (Piscitelli, 2007), assim como entre integrantes de grupos religiosos e trabalhadoras sexuais (Sales, 2018; Silva, 2022).

No que diz respeito às interlocutoras deste trabalho, é relevante destacar que, embora elas evitassem veementemente que tais práticas fossem atreladas ao campo dos afetos, assim como do cuidado enquanto uma forma trabalho, elas eram tanto provedoras de cuidado quanto receptoras deles, e por meio dessas trocas reconfiguravam as suas relações interpessoais. Desse modo, apostando nas noções de ajuda vistas no conjunto de estudos que envolvem circuitos permeados por afetos e obrigação; tornam-se inviáveis quaisquer tentativas de higienização das relações através da ideia de cuidado, pois não apostei em compreendê-lo como um elemento que contrabalanceasse as gramáticas relacionais vistas na zona; a ideia foi justamente perceber como ele se entrelaça a essas relações.

2.2 Fragmento I: Cuidado mútuo no cenário pandêmico

Preciso retornar ao momento mais crítico da pandemia que podia ser percebido não só nas preocupações de ordem econômica, como também nas medidas cautelares tomadas pela gestão municipal em Campinas. Apesar da boate estar em funcionamento, houve toque de recolher na cidade que, com objetivo de inibir possíveis aglomerações em bares, restaurantes ou eventos festivos⁴⁸, em meados de 2021, decretou o fechamento do comércio para no máximo às 21 horas, o que deixou vazia as ruas no período noturno. As garotas, no entanto, saíam da boate às 22 horas e, no trajeto de volta para casa, eram deixadas em pontos espalhados pelo centro da cidade para que pudessem buscar outros meios de transporte que as levassem até os bairros em que residiam.

Assim como mencionei no início da tese, a van, as calçadas e as esquinas fora da boate eram locais de sociabilidade menos marcados por conflitos quando comparados à zona. E, aliado às possibilidades de aproximações mais tranquilas, o receio causado pelo vazio das

⁴⁸ Prefeitura Campinas (2021)

ruas e pela instabilidade dos transportes públicos no cenário de recolhimento motivou a criação de uma rede de proteção e cuidado entre as interlocutoras que temiam, sobretudo, a ocorrência de assaltos, sequestros e estupros. A maioria delas deixava de lado as ‘picuinhas’ que envolviam o cotidiano e, exceto em casos de grandes desentendimentos, as trabalhadoras se aproximavam umas das outras e combinavam de descer juntas em um ou outro determinado ponto da cidade. As combinações variavam a partir dos bairros em que cada uma morava.

Muitas delas precisavam pegar mais de um transporte para chegar em casa, e então dividíamos a conta do *Uber* ou esperávamos pelo mesmo ônibus. Como eu também precisava da van para me locomover até a boate e para retornar dela, descíamos da van sempre em grupo, duplas ou trios, quanto mais mulheres, melhor. Se uma das garotas informasse que desceria sozinha, muitos conselhos, nem sempre carinhosos, eram ofertados à moça, e quando alguma teimava em querer caminhar sem companhia, chamavam-na de burra, tonta, puta sonsa, mas não a deixavam ir sozinha. Andávamos com os braços dados pelas calçadas vazias e, caso avistássemos algum perigo, logo pegávamos canivetes ou celulares para pedir socorro, além de sandálias de salto alto para bater na cabeça de alguém, se necessário.

Mesmo as mulheres que preferiam não construir proximidades com nenhuma outra colega no momento de trabalho, eram incluídas, ou se incluíam nos pequenos grupos formados que, contrariando a organização vista na zona, eram compostos por trabalhadoras de diferentes perfis e ganhos financeiros. Ainda dentro da van, conversávamos sobre diversos assuntos, exceto as novatas, que, ao menos nas primeiras semanas de trabalho, possuíam dificuldades em participar dos momentos de descontração⁴⁹. Ainda assim, nos casos em que era preciso percorrer as ruas da cidade, as novatas eram incluídas nos pequenos grupos. Nesses trajetos, os receios e as preocupações suspendiam a divisão original de grupos, ou “panelinhas”, como nomeavam as interlocutoras, e cantávamos as músicas colocadas pelo motorista, fofocávamos especialmente sobre os clientes e proferíamos piadas leves sobre anedotas da vida pessoal de algumas meninas; todas se divertiam.

Essas tréguas, no entanto, não ocorriam todas as noites, e só eram possíveis nos raros dias em que clientes apareciam em maior número na boate, possibilitando que mais garotas trabalhassem. Mas, assim como ocorria com as novatas, mesmo nos dias em que o silêncio e o distanciamento habitavam o trajeto, as mulheres se juntavam ao descerem da van.

⁴⁹ Como explicitiei no primeiro capítulo, o adensamento das disputas no período pandêmico dificultava a proximidade entre as garotas no momento de trabalho, sobretudo, entre acompanhantes e novatas, pois estas costumavam ser mais requisitadas pelos clientes que, à época, eram escassos. Se porventura não fossem amigas ou se não conhecessem as garotas que já trabalhavam na boate, levavam mais tempo para participar das interações com as mulheres do time fixo de trabalhadoras.

Essas situações me faziam ponderar que os silêncios e distanciamentos em dias difíceis estavam mais ligados às preocupações individuais do que necessariamente aos conflitos. Quanto às conversas que ocorriam na van, eram feitos convites para festas clandestinas ou encontros em famosos bares da cidade que ainda insistiam em abrir as portas.

E, se diante da possível contaminação e propagação do coronavírus, algumas apresentassem incertezas sobre a confirmação da presença nos encontros festivos, logo uma das garotas argumentava que, se estavam expostas para trabalhar, por que não poderiam ao menos festejar? Como resposta à questão, algumas acatavam a ideia e se reuniam com as amigas fora do horário de trabalho, enquanto outras diferenciavam os riscos de cada situação e não compareciam. Nos casos em que saíam juntas, via-se que, mesmo no trabalho, nos momentos em que não havia clientes no local, as relações de proximidade eram construídas por meio da evocação das lembranças sobre a festa ou bar em que estiveram.

Caso não houvesse conversas, ao menos não ocorriam embates diretos ou outras formas de conflito entre as garotas que saíram juntas. As saídas e relações construídas fora do trabalho aparentavam amenizar as disputas entre as trabalhadoras e, por vezes, embaralhavam a formação dos grupos, fazendo com que sua organização não fosse tomada como algo estático e incapaz de reformulações. Assim, embora as formas de organização fossem mantidas constantemente, nos diversos e espaçados momentos em que eram tolhidas, logo ocorria uma forte propagação de conselhos dos funcionários às garotas sobre o risco ou a falsidade presente nessas relações. O que nos parece uma óbvia estratégia de desunião entre prostitutas, era visto por elas como uma lembrança sobre como as coisas deveriam ser. Em seguida disputavam novamente, surgiam novos conflitos e fofocas que, com o tempo, eram amenizados pelas relações construídas longe do ambiente de trabalho.

Os trajetos que percorríamos até nossas casas, e após a descida da van, configuravam-se como momentos propícios para que elas se permitissem exprimir medo e angústia sem que se julgassem mutuamente como frágeis ou covardes. Por isso, solicitavam a ajuda de uma colega, mesmo daquelas com quem não tinham muita proximidade, para que pudessem se sentir mais seguras. O medo, como uma emoção que emergia diante de um perigo coletivo, como andar sozinhas nas ruas desertas, demonstrava que, por meio da vivência de perigos em comum, a desunião e os afetos atrelados a ela eram temporariamente suspensos. Como consequência do medo, elas se cuidavam e pegavam o número do telefone umas das outras, principalmente daquelas que desciam juntas, e enviavam mensagens para saber ou confirmar se chegaram bem em casa.

Na espera de um ônibus ou de um transporte por aplicativo, conversávamos sobre as preocupações que sentíamos: os filhos que ficaram sozinhos em casa, o marido que não sabia da real atividade de trabalho, a mãe que pegou covid e já não podia trabalhar e precisavam ajudá-la, a festa que foram na semana anterior, um cliente mentiroso, o dinheiro que faltava para comprar botijão de gás, as faturas atrasadas do cartão de crédito, um convite para sairmos juntas, um cliente que talvez precisasse de mais uma garota e, então, indicavam a que descia conosco... Pouco a pouco, nos dirigíamos umas às outras, evocando o substantivo amiga.

Com o passar dos dias, o compartilhamento das preocupações evoluía para trocas de mensagens que ultrapassavam aquelas centradas na segurança das colegas, e procuravam a afirmação de um universo em comum. Elas já não discutiam opiniões sobre os perigos da proximidade; trocavam confidências sobre os relacionamentos amorosos que possuíam fora do trabalho, esquadriavam as estratégias para conseguir despistar namorados, pais ou amigos e se aconselhavam mutuamente. Presenciei várias situações em que algumas emprestavam dinheiro às outras, mas cobravam juros caso atrasassem a devolução do empréstimo. Sandálias de salto alto, roupas e maquiagens também eram trocadas ou emprestadas para o trabalho ou festas. Algumas passavam a frequentar a casa da amiga, e caso a moça morasse sozinha era comum que suas amigas dormissem no local ou que deixassem suas roupas de trabalho por lá, para que as pessoas próximas não desconfiassem de que era garota de programa. E, como prova maior de proximidade, trocavam os “nomes de guerra” pelos nomes de batismo, mas com atenção na evocação deles no ambiente adequado.

As relações de maior proximidade eram estabelecidas apenas pelas trabalhadoras fixas da boate, e as categorias de diferenciação que influenciavam na formação dos grupos de trabalho também tinham importância, uma vez que as garotas muito jovens, entre 18 e 22 anos, não aprofundavam suas relações com garotas com mais idade ou com mais tempo de trabalho. Essas últimas alegavam não ter paciência para a imaturidade das meninas que, de acordo com elas, eram irresponsáveis e gastavam todo o dinheiro do trabalho em futilidades: “*festas, drogas e machos*”. As críticas eram principalmente direcionadas àquelas mulheres, sobretudo as mais jovens, ou com pouco tempo de trabalho, que costumavam custear as despesas pessoais dos namorados, como no dinheiro gasto em festas, presentes, alimentação, entre outros. As garotas que admitiam, ou que eram flagradas “*bancando o macho*” tornavam-se, portanto, motivo de chacota entre as demais, além de perderem a respeitabilidade como garota de programa.

Além disso, ao deixarem a zona e as performances de trabalho normativas ao local, as garotas fixas da boate relatavam que se sentiam livres para se comportar como quisessem, e lembravam, constantemente, através de afirmações ditas em grupo, que “*nós é da perifa*”. O

reconhecimento de condições e de experiências com certo grau de proximidade, ainda que não sejam exatamente as mesmas⁵⁰, segundo as interlocutoras, promoviam afinidades capazes de extrapolar o ambiente de trabalho.

Desse modo, na configuração dos circuitos de cuidado, ocorriam marcações de pertencimento à “perifa”, como termo utilizado para se referir à periferia que, em todas as circunstâncias, era vista como lugar de potência. Esses pertencimentos eram importantes, visto que promoviam aproximações iniciais por meio de uma ‘consciência periférica’ que, de acordo com D’Andrea (2020), é constituída, dentre outras partilhas, através do compartilhamento de códigos: “experiências e modos de vida comuns que produzirão uma linguagem compartilhada”, além de uma consciência de pertencimento, que remete a uma elaboração intelectual capaz de compreender uma posição urbana compartilhada a partir de um dado território por sujeitos oriundos de periferias (D’Andrea, 2020).

A aproximação por afinidades e experiências em comum ainda eram capazes de predizer os riscos e benefícios na construção das relações. Quanto aos benefícios, além do acionamento de um determinado pertencimento, via-se que quase todas elas não admitiam publicamente suas atividades laborais e, ao invés disso, informavam que trabalhavam com eventos (*promotoras de festas*) ou como garçonetes, cuidadoras de idosos, ajudantes de cozinha em restaurantes caros, entre outros. Assim, ao se relacionarem com outras garotas fora do ambiente de trabalho, sentiam que poderiam “ser elas mesmas”, pois não precisavam ocultar roupas, sapatos, dinheiro, viagens e similares. Se, por um lado, achavam necessário diferenciar a vida pessoal de tudo que envolvesse o universo simbólico da prostituição, por outro, tornava-se um alívio não manipular os acontecimentos e informações diante de outras pessoas, como no caso das amigas que também eram acompanhantes.

A respeito dos riscos, eles surgiam justamente por não precisarem inventar histórias. Junto às amigas, elas se sentiam despidas e, por isso, corriam os riscos de serem expostas como prostitutas para os amigos tinham em comum. Por isso, não era bem-visto entre as interlocutoras que uma garota “revelasse” a outra, exceto nos casos de vinganças. Revanches

⁵⁰D’Andrea (2020). Ao refletir sobre os conceitos de periferia e sujeitos periféricos o autor analisa como o sentido de pertença compartilhada conferiu alcance ao termo periferia. Seguindo os fios históricos analisados por ele, primeiro é preciso lembrar que termo periferia deriva dos debates econômicos ocorridos nas décadas de 1950 e 1960 que discutiam sobre a relação dos países da periferia do capitalismo com as economias centrais. Somente depois, alguns intelectuais passaram a denominar de *periferia* os territórios geográficos cujas principais características eram pobreza, precariedade e distância em relação ao centro. Contudo, foi só em 1990 que, no Brasil, o movimento hip-hop reivindicou a palavra *periferia*, começando um processo histórico de modificação de seus significados. Assim, aos poucos, o significado do termo passou a englobar também ‘cultura’ e potência (D’Andrea, 2020).

normalmente ocorriam quando uma garota “atravessava” a outra, ou diante da invenção ou propagação de fofocas que envolviam conteúdos considerados muito graves, como acusações de furtos de adereços de trabalho, ou atribuição de ISTs à colega.

Aquelas que apostavam no benefício de se sentir menos julgadas ao se aliar a uma amiga que exercia o mesmo trabalho, conviviam diariamente dentro e fora da zona. E, embora suas relações nem sempre fossem tranquilas, cuidavam-se em momentos de dificuldades ou diversão.

*

Inicialmente aventei a possibilidade de que as aproximações vistas no cenário pandêmico, assim como os circuitos de cuidado, fossem apenas baseadas em reciprocidades que visavam equilibrar e, em alguma medida, contrapor as instabilidades presentes no cotidiano das garotas. Imaginei um circuito de cuidados que demonstrava como o afeto mútuo estava subsumido às disputas. Todavia, apesar de tais trocas — por enquanto me refiro especificamente às trocas de materiais de trabalho, empréstimos de dinheiro, companhia em momentos de perigo — evidenciarem o carinho e afeição que sentiam umas pelas outras, além de identificações compartilhadas a partir de categorias sociais específicas (como no caso da consciência periférica), compensações e obrigações permeavam as relações, que não eram compreendidas pelas interlocutoras simplesmente como atitudes altruístas.

Dito de outro modo, os cuidados mútuos geravam contrapartidas, cujas naturezas e valores variavam. Assim, de forma similar ao que ocorre em outros estudos sobre modalidades de ajudas e outras formas de cuidado, as trocas que envolviam as relações entre as interlocutoras se aproximavam das noções de dádiva, conforme elaborada por Mauss (2003), uma vez que a retribuição de cuidado desempenhava um papel importante na manutenção das relações entre elas. Além disso, naquelas relações

o que eles trocam não são exclusivamente bens e riquezas, bens móveis e imóveis, coisas úteis economicamente. São antes de tudo banquetes, ritos, danças, festas, feiras, dos quais o mercado é apenas um dos momentos [...] enfim, essas prestações e contraprestações se estabelecem de uma forma sobretudo voluntária, por meio de regalos, presentes, embora elas sejam no fundo rigorosamente obrigatórias (Mauss, 2003, p. 190-191).

Se, para o autor, a dádiva foi vista como algo de natureza obrigatória, porém vivida sob o signo da espontaneidade, entre as garotas, de maneira semelhante à tese de Clara Silva (2022), sobre ajudas ofertadas por grupos religiosos às trabalhadoras sexuais, por mais que a retribuição de alguma ajuda não fosse dita explicitamente, inscrevia-se como uma obrigação moral. Em nosso caso, contudo, além do ato de retribuir a ajuda de uma garota indicar o desejo

de continuidade da relação, tratava-se ainda da possibilidade, mas não da certeza, de “contar” com ela em uma situação de necessidade futura.

Eu mesma experimentei essas relações em quase todo o período em campo e, após um ano inserida na boate, já não me viam somente como pesquisadora. Nas relações, passei a ser vista como uma colega, provável rival ou amiga. Nesse período, a observação sobre as contrapartidas começou a se tornar mais palpável, quando Malu, por exemplo, havia se afastado de mim e, a princípio, não fui informada sobre os motivos que levaram ao afastamento. Naquele momento, preferi não insistir, temendo os possíveis problemas que a insistência pudesse causar ao andamento da pesquisa. Somente mais tarde, soube que o afastamento estava relacionado a insatisfações quanto à ausência de contrapartidas.

Também presenciei vários grupos se formando e se desfazendo diante das mudanças, mobilidades e desentendimentos entre as interlocutoras. Afinal, era aconselhado às prostitutas jovens, principalmente quando não estavam vinculadas a organizações de prostitutas, que migrassem de uma boate para outra ou mudassem de cidade ou estado, pois, tornando-se frequentemente novatas, ganhavam mais dinheiro. Essas mudanças eram ainda mais indicadas caso a trabalhadora não estivesse lucrando o valor que almejava e se desconfortos e desentendimentos com colegas de trabalho e/ou funcionários da zona gerassem prejuízos ou riscos para sua segurança.

Outras moças passavam, então, a trabalhar no local. Algumas delas permaneciam por alguns meses e se tornavam garotas “fixas da boate”, fiquei próxima de duas delas: Larissa e Cláudia, ambas com idades variando entre 25 e 28 anos, uma “morena jambo” e outra “lemona”, como se autodenominavam. Elas foram as pessoas com quem passei mais tempo durante o período pandêmico. Nos víamos frequentemente e nos aproximamos justamente pela necessidade de proteção mútua ao enfrentarmos a cidade deserta. Como morava sozinha, as duas frequentavam a minha casa, guardavam roupas de trabalho ou dormiam quando precisavam de abrigo. Ambas tinham filhos, moravam próximas às suas famílias e ocultavam suas atividades de trabalho.

Juntas, além de nos fornecermos apoio emocional, como nas conversas sobre amores, decepções amorosas, desconfianças familiares, e sobre o medo que sentiam quanto a possibilidade de serem “descobertas como garota”; também nos acolhíamos. Quando uma ou outra estava em sofrimento, trocávamos conselhos, inclusive, sobre a forma como manejavam o dinheiro que conseguiam no trabalho. Viajávamos lado a lado na van até o trabalho e, caso uma se atrasasse, ligávamos e enviávamos mensagens para saber do paradeiro da amiga. Em muitas ocasiões, comprávamos marmita para a moça que se atrasou ou levávamos alguma

refeição que pudessemos dividir na boate. Com o sumiço dos clientes, as dificuldades se agravaram a ponto de muitas delas, inclusive as interlocutoras mais próximas, se preocuparem com como iriam pagar pelas refeições diárias, uma vez que o pouco dinheiro que conseguiam era utilizado para a manutenção das necessidades dos filhos ou de outros familiares. Nessa conjuntura, não havia uma rede de ajuda formada por todas as garotas para se apoiarem no momento de dificuldade, tampouco uma atenção da direção da boate às necessidades provisórias das trabalhadoras; eram os pequenos grupos, ou as duplas e trios compostos pelas garotas, que se amparavam.

Algumas interlocutoras mantinham contato com outras prostitutas com que já haviam trabalhado e prefeririam manter mais proximidade com elas do que com as atuais colegas, diziam que essas proximidades costumavam ser menos conflituosas. As relações de cuidado e proximidade que ultrapassavam o ambiente de trabalho frequentemente possibilitavam indicações para programas, festinhas pagas⁵¹, e todas sabiam que os circuitos de cuidado, de tempos em tempos, eram uma fonte de indicações a novos clientes. Além disso, essas relações eram fundamentais principalmente para aquelas que estivessem longe de suas famílias ou que se percebiavam como “*sozinhas no mundo*”.

Como expressão comum entre as garotas, “sozinhas no mundo” era o modo como elas nomeavam a ausência de redes de relações mais sólidas. Segundo o relato de muitas interlocutoras, sentiam-se sozinhas não só em decorrência das distâncias geográficas dos familiares, mas também porque a necessidade de ocultar as atividades laborais produzia uma espécie de distanciamento afetivo entre elas e os familiares mais próximos, de tal modo que, ao se perceberem mentindo, preferiam se afastar emocionalmente a ter que fingir, manipular ou mentir frequentemente sobre suas atividades. Quanto às pouquíssimas garotas que assumiam publicamente as atividades laborais, o estigma surgia como um muro intransponível, pois, mesmo que os valores ganhos na zona fossem repassados aos familiares, estes costumavam utilizar as premissas do *whore stigma* para ofender ou desacreditar as acompanhantes.

As jovens ‘*sozinhas no mundo*’ encontravam-se na zona e compartilhavam, temporariamente, suas solidões, mas logo seguiam para outros rumos. Não se iludiam com a ideia de construir relações mais duradouras entre si, pois sabiam que a brevidade dos encontros não diminuía a intensidade nem a utilidade dos laços criados. No entanto, caso ocorresse uma traição, como quando uma “tomava” o cliente ou namorado da outra, as lembranças dos momentos que passaram juntas eram narradas com rancor. Ressentiam a traição

⁵¹ Refere-se a eventos, churrascos e festas noturnas.

e, ao recontar suas memórias, acoplavam a elas rápidas situações em que desconfiaram das intenções da amiga, mas que relevaram para manter a relação. Como no caso de Malu que se afastou de mim e de outras colegas, alegando que, em determinados momentos, preferíamos umas às outras e a deixávamos em segundo plano. Ela também comentou sobre os dias em que esqueci de comprar sua marmita, mas que comprei para as outras.

Essas querelas poderiam até parecer bobagem quando comparadas às dificuldades enfrentadas no momento pandêmico, mas, por outro lado, demonstravam como as relações eram construídas meticulosamente por meio de práticas no cotidiano, nas quais qualquer quebra de expectativa era capaz de diminuir ou romper com a credibilidade do circuito de cuidados. À medida em que oferecíamos diferentes formas de ajuda umas às outras, além de esperarem receber os mesmos cuidados que ofereciam, elas apreendiam que, ao passar por momentos difíceis, poderiam mobilizar essas relações como uma espécie de recurso diante da necessidade. Por isso, ao participar dos circuitos de cuidado, uma garota contraía uma dívida com as amigas que a haviam ajudado, e aquelas a quem prestava auxílio também se sentiam responsáveis por retribuir, oferecendo apoio nos momentos em que ela precisasse.

Ao se perceberem em dívida com uma amiga, as garotas compreendiam ainda que suas relações de cuidado eram uma obrigação interna ao grupo. Isso ocorria, em primeiro lugar, porque algumas se sentiam “*sozinhas no mundo*” e, na solidão imposta pelo estigma que perpassa os sujeitos envolvidos no trabalho sexual, acreditavam que só poderiam recorrer umas às outras em determinadas situações — como no empréstimo ou troca de roupas para trabalho, nas confidências sobre os meios de esconder suas atividades laborais, nas mentiras que algumas ajudavam a contar ou a manter diante dos familiares, companheiros e amigos que não sabiam do trabalho da amiga, nos favores prestados e no acolhimento emocional em momentos de sofrimento (quando não podiam contar para as pessoas fora do contexto de trabalho).

Em segundo lugar, porque sabiam que essas relações eram capazes de fornecer cuidado na forma de proteção: em um momento de conflito, alguém a quem você já ajudou, poderia tomar partido na confusão e ficar ao seu lado, defendendo-a. Além disso, à medida em que as proximidades e relações de cuidado se intensificavam, as ajudas passavam a envolver compensações financeiras. Algumas garotas, ao perceberem que poderiam confiar contingencialmente nas amigas, começavam a emprestar dinheiro em caso de necessidade, pois, entendiam que, vindas de famílias pobres, quando o assunto era o dinheiro, não tinham a quem mais recorrer, a não ser a outras garotas ou clientes.

Nesse contexto, apesar de os cuidados serem formulados por meio de circuitos de ajudas mútuas que envolviam afetos, eles eram vistos como um vínculo necessário à

sobrevivência e boas experiências em um cenário marcado por instabilidades econômicas e emocionais⁵². Às vezes, alguns afetos mútuos sustentavam essas relações, mas, como veremos, não eram regra para a criação e manutenção dos circuitos. Mesmo quando existiam afeições e carinho entre as interlocutoras, os sentimentos eram tratados como questões secundárias e, por isso, pouco verbalizados. Em nossas conversas, elas achavam mais relevante discutir sobre as atitudes e consequência do cuidado do que os sentimentos que o acompanhavam.

*

2.3 Fragmento II: cuidado como ajuda e a ajuda como obrigação

Desde a primeira vez em que estive na boate, soube que entre as garotas do time fixo havia duas jovens mulheres, com idades variando entre 20 e 25 anos, e que antes do nome próprio respondiam por “Baiana”. Como a maioria das mulheres que trabalhavam no local eram paulistas, aquelas que vinham de regiões ou estados considerados distantes, eram normalmente apelidadas com o adjetivo pátrio do estado do qual eram oriundas. As baianas, respectivamente Clarice e Penélope, possuíam histórias de vida similares, cresceram no interior da Bahia e desde a infância até a adolescência haviam trabalhado em fazendas colhendo café, porque precisavam contribuir com a renda familiar.

Apesar das coincidências, apenas se conheceram quando chegaram até a boate de trabalho, ambas descobriram o local por meio da indicação de uma amiga conterrânea em comum, que já não estava mais naquela boate. O termo “baiana” como feminino de “baiano, assim como “paraíba”, comumente utilizado para nomear migrantes nordestinos por meio de uma forte carga de preconceito, não era visto como algo pejorativo pelas moças que, aliás, utilizavam o termo para se diferenciar da maioria das trabalhadoras que eram paulistas. Assim, evocavam uma noção de baianidade, como o *ethos* de um povo, em que se vê a sensualidade associada à naturalização de papéis e posturas expansivas e afetuosas (Moura, 2001, p. 63).

As duas eram inseparáveis, mesmo em situações em que não formavam duplas para trabalhar juntas, costumavam se retirar do salão no fim da tarde para conversar. Penélope, ao contrário de Clarice, comportava-se de forma mais introvertida. Não costumava conversar com as demais colegas, e possuía relações de proximidade apenas com funcionários e proprietários do lugar. Além disso, como tinha carro próprio, também não nos acompanhava nos trajetos com a van. Clarice, por sua vez, era sorridente e expansiva, e costumava permitir a aproximação de

⁵² Por instabilidades emocionais refiro-me particularmente às ambiguidades, conflitos e disputas que, por vezes, causavam sofrimento às interlocutoras.

diferentes garotas, independentemente do perfil estético e das fofocas que circulavam no local. Por não conhecerem outras pessoas além daquelas com quem trabalhavam, as duas saíam juntas para fazer compras, passear e jantar, entre outras atividades. Ainda assim, as colegas de trabalho com quem Clarice saía fora do zona, aproximavam-se pouquíssimo de Penélope que, aliás, não era benquista por quase todas as trabalhadoras. Esta era vista como antipática e excessivamente competitiva, pois não se importava se uma colega estava admitidamente passando dificuldades financeiras ou se o cliente era objeto de amor de alguma outra trabalhadora: ela seduzia o freguês e fidelizava a clientela, sendo, portanto, uma “garota de sucesso”.

Nos momentos em que estive com Clarice, nas rodas de conversa formadas dentro da boate, e na ausência de Penélope, observei as colegas questionarem a relação entre as duas e apontarem as diferenças entre elas. Como se quisessem distanciar a primeira da segunda, afirmavam que ela era muito mais divertida e menos competitiva que a amiga. Em muitos casos, diante dos comentários depreciativos, a garota afirmava que, além de não ter qualquer relação que envolvesse sentimentos, não era amiga da outra baiana, assim como Penélope que também afirmava não ter amigas na zona, apenas concorrentes. Apesar disso, eram vistas diariamente juntas e raramente disputavam os mesmos clientes ou se enciumavam por alguém que a outra tivesse seduzido.

Essas dinâmicas de proximidade e negação afetiva ocorriam frequentemente, e após um ano de interações ambíguas, as duas decidiram romper a relação. Elas se desentenderam durante um programa que realizaram juntas, quando Clarice conseguiu convencer o cliente a pagar um valor superior ao combinado, e ele enviou a ela uma quantia maior, enquanto Penélope recebeu apenas o montante inicialmente acordado. Insatisfeita por ter realizado um trabalho similar e recebido menos, a moça ordenou que o rapaz pagasse o mesmo valor para ambas. O cliente então pediu que Clarice dividisse o dinheiro, mas ela se recusou, e as duas deixaram de se falar.

Esse desentendimento, corriqueiro também entre outras garotas, resultou em meses de distanciamento no trabalho, mas não causou afastamento completo entre as duas. Quando necessário, Clarice cuidava do filho da amiga, enquanto a Penélope oferecia carona no retorno do trabalho para casa. Em conversas discretas, Clarice me contou como ambas ainda trocavam mensagens em momentos de tensão com clientes e recorriam uma à outra como base de apoio mais confiável. Com o passar dos dias, ao serem questionadas sobre a relação entre elas, continuavam a afirmar que se desgostavam, mas se toleravam.

Após oitos meses de distanciamento, Penélope sofreu um acidente de carro. Ao buscar o filho na escola, o veículo capotou, e, por sorte, tanto ela quanto a criança não se machucaram. Ao ser levada até o hospital observaram que a moça apresentava falas desconexas e perda da memória recente. A notícia, espalhada pela garçonete da boate, logo se tornou assunto entre as garotas, e Clarice rapidamente procurou pela contrerrânea para oferecer ajuda, pois sabia que ela não tinha familiares que pudessem socorrê-la.

A interlocutora comentou que ajudou Penélope durante alguns dias, cuidando de sua alimentação, da administração dos remédios, das consultas médicas, da atenção ao filho, além de oferecer companhia diária, sem exigir qualquer compensação financeira. Nos momentos em que Clarice conseguia ir até a boate, mesmo que as duas estivessem novamente próximas, a garota não admitia quaisquer afeições pela outra baiana. Em contraponto, afirmava que todo cuidado e atenção empenhados eram uma obrigação, visto que nos momentos em que precisou de ajuda foi a baiana quem a “salvou”.

*

Suas argumentações demonstravam que, como categoria êmica, a noção de cuidado apontava para uma concepção prática do conceito, a qual explicita os motivos pelos quais suas relações se aproximam das noções de *ajuda* formuladas por Piscitelli (2011). De forma similar às proposições da autora, as ajudas entre elas envolviam trocas dos mais variados tipos, desde dinheiro até outros benefícios, que resultavam na criação de obrigações, disputas e afetos, embora, no caso das garotas, esses últimos não fossem explicitamente admitidos. Nas diferentes investigações realizadas por Piscitelli, observa-se ainda que as ajudas demonstram como práticas emocionais e necessidades materiais constantemente se entrelaçam, sendo acionadas para satisfazer necessidades de diferentes ordens e desejos, gerando diversas modalidades de afeto⁵³. No contexto de relações das garotas, essas noções encontraram muitas similaridades, mas também guardam particularidades que precisam ser analisadas.

No que diz respeito às similaridades nota-se ainda que, como categoria êmica, a ajuda aparecia em momentos espaçados, quando uma ou outra interlocutora se referia a uma troca ou um pedido, visto como uma forma de cuidado. Frases como “*Ela me ajudou, me emprestou o dinheiro*”, ou “*Ela ruim não ajuda ninguém*”, “*Nunca quis me ajudar*” e outras

⁵³ Em suas pesquisas, a ajuda envolvia o envio de recursos econômicos para a realização de casamentos, para a regularização da situação de migrantes brasileiras, além de remessas de dinheiro enviados às famílias das migrantes em seu país de origem. Ou ainda eram envolvidas em contribuições econômicas para inserção em algum país ou na compra de passagens e de apartamentos para realizar o trabalho sexual, por exemplo. Afetos como respeito e amor romântico eram mobilizados sobretudo em situações em que as ajudas eram fornecidas por homens para mulheres em situações desfavoráveis (Piscitelli, 2005; 2007; 2008; 2011; 2013; 2014).

asserções similares ditas por diferentes interlocutoras do time de garotas fixas, indicavam que as ajudas, em sua dimensão prática, assim como nos estudos de Piscitelli, destinavam-se ao amparo diante das dificuldades. Contudo, à medida em que a ajuda gerava uma obrigação de retribuição em meio a relações conflituosas e marcadas por sujeitos em posições similares, percebi que as interlocutoras preferiam desvinculá-la da esfera emocional das relações.

Desse modo, embora os afetos fossem constantemente negados, eles constituíam um dos aspectos dessas relações, mas apenas um deles. Por isso, não podemos reduzir as ajudas ao paradigma do afeto, empatia, gratidão ou compaixão como mobilizador de agência entre as prostitutas por meio de relações de cuidado. Clarice, por exemplo, ao falar sobre Penélope, concluiu suas argumentações considerando a inexistência de confiabilidade “*naquele mundo da prostituição*” e que, devido às dificuldades, quando era necessário retribuir as ajudas, elas logo se tornavam uma obrigação.

Observando que a maioria das interlocutoras constantemente afirmava que se sentia sozinha devido ao estigma e as viagens de trabalho, e não compartilhavam suas atividades laborais com pessoas fora da zona, o amparo mútuo era uma necessidade. E as ajudas entre elas surgiam como um instrumento que “salvava”, como bem afirmou Clarice. “Salvar”, naquele contexto, significava fornecer apoio diante de circunstâncias perigosas ou das incertezas e dificuldades. Com isso, não estou sugerindo que as práticas de cuidado fossem sempre pensadas ou premeditadas com expectativas de retribuição, pois, devido às ambiguidades das relações, quaisquer certezas sobre isso se tornavam impossíveis. Clarice, assim como as outras interlocutoras, sentia-se obrigada a retribuir apenas nas situações em que emergiam dificuldades e, assim, nos intervalos entre uma dificuldade e outra, as trocas e cuidados eram feitos sob uma aura de espontaneidade, escapando da pressão de uma obrigação imediata.

Nesse sentido, ao retomamos as discussões sobre as ajudas como uma dádiva e revisitar o fundamental questionamento de Mauss sobre a tensão entre a vivência da dádiva como algo espontâneo e seu caráter coercitivo subjacente, nos perguntaremos “que força há na coisa dada que faz com que o donatário a retribua?” (Mauss, 2003, p. 42).

Se, para o autor, a resposta residiu na compreensão de que algo do doador que “vai” na coisa dada (ou, como ele chamou, o ‘dom’) e que deseja retornar como uma “mistura de almas e coisas” que caracteriza os sistemas da dádiva. Na conjuntura das trocas que envolviam as ajudas vistas entre as interlocutoras, de forma semelhante ao que foi descrito no artigo de Cláudia Coelho (2003), que se concentrou em compreender a relação entre emoções e dádivas em meio a obrigatoriedade e espontaneidade das trocas; embora a dádiva carregue a mistura de

“almas e coisas”, foi possível compreender que a expressão de afeto, seja ela qual for, estava longe de ser um sentido necessário da dádiva (Coelho, 2003).

Seguindo as argumentações de Coelho (2003), ainda que a dádiva carregue consigo aquele que dá, fazendo o receptor lembrar constantemente que deve retornar ou passar adiante o item recebido, algumas questões que envolvem a expressão de afetos precisam ser analisadas. Segundo a autora, é visto que, se de um lado as dádivas não só são capazes de expressar os sentimentos do doador como também de suscitar sentimentos no receptor, o que levaria à necessidade de retribuição, seja por constrangimento ou por gratidão e outras modalidades afetivas. Por outro lado, conforme ela ainda argumenta, etnografias voltadas a diferentes sociedades⁵⁴ revelam que a dimensão cerimonial da dádiva se torna central nas trocas, algo similar às situações vividas por seus interlocutores. Isso ocorre porque as datas festivas, nas quais as dádivas precisariam ser entregues para outras pessoas por quem sentiam afeto, eram marcadas por desconfortos quanto à obrigatoriedade no seio dessas relações (Coelho, 2003).

Para Coelho essas ponderações resultam, então, na apreensão de que os sentimentos gerados pelas dádivas — pretendidos ou não — não se dão de acordo com a livre iniciativa dos indivíduos, mas obedecem a uma gramática socialmente regulada. E é justamente nesse ponto que as experiências observadas entre as interlocutoras se entrecruzam às elaborações da autora, pois, se os sentimentos podem advir em uma gramática socialmente reguladas e, portanto, já não devem ser vinculados ao domínio da natureza, o que está em jogo é a autenticidade dos afetos. Nesse sentido, as dádivas não dependem obrigatoriamente da espontaneidade dos sentimentos, ou seja, não são simplesmente manifestações que surgem espontaneamente do íntimo de cada indivíduo, desconectadas da realidade que fundamenta tais trocas.

No caso das garotas, essa formulação pode ser vista quando reconhecemos que a manutenção das relações não ocorria somente a partir de afetos individuais, considerados bons e deslocados para as necessidades cotidianas. Embora as relações fossem construídas através de afinidades e pela articulação de categorias de diferenciação, as ajudas (como dádivas) se inseriam em um circuito de cuidados forjado principalmente pelas necessidades. Isso não significa que, como parte de uma estratégia de sobrevivência, nos circuitos de cuidado, as ajudas não se entremeassem a sentimentos de compaixão, carinho e simpatia entre as interlocutoras. Ocorre apenas que, sozinhos, esses sentimentos não eram capazes de fornecer as bases nas quais se assentavam as ajudas. Eles se misturavam, no entanto, de formas difusas

⁵⁴ Conforme evidencia a etnografia de Yan (1996) a respeito das trocas de presentes em uma pequena aldeia chinesa.

em meio às práticas. E, ainda que fossem constantemente negados, eram evocados quando as interlocutoras consideravam necessário.

Emoções eram acionadas conforme os contextos de negociação de favores, empréstimos e acolhimentos. Frases como *“Só você é capaz de me socorrer”* ou *“Poxa, como não vai me ajudar? sempre tive tanto carinho por você”*; *“Ué, mas nós é amigas”*, eram frequentemente ditas entre elas. A importância e o manejo das emoções também podiam ser vistos em situações como a que encerra este fragmento de memória ... Pois, enquanto Penélope ainda não havia retornado ao trabalho, as outras acompanhantes debochavam da situação e insinuavam que a moça estava louca, intensificavam ainda mais as zombarias ao afirmar que a garota sempre flertou com a loucura: *“ela enlouqueceu porque era metida, não tinha amigas”* ou *“já era louca, por isso não falava com ninguém”*.

Sentimentos, portanto, não deveriam ser nomeados na ausência de motivos práticos para sua evocação. Entretanto, a ausência de demonstrações afetivas e quaisquer tentativas de não se inserir nas relações de ajuda mútua eram entendidas como algo enlouquecedor.

2.4 Fragmento III – Há perigo em ignorar os conhecimentos das garotas

Tentei demonstrar até este ponto como as ajudas mútuas possibilitaram a criação de circuitos de cuidado em meio a relações múltiplas, ambíguas, conflituosas e, por vezes, assimétricas entre diferentes tipos de pessoas. Todavia, ainda é preciso reconhecermos que as noções, significados e funções das práticas de cuidado, assim como acontece nos debates sobre o conceito nas ciências sociais, adquiriam diferentes sentidos para as interlocutoras, dependendo do contexto em que eram acionados.

Tais práticas podiam ser encontradas diante da necessidade de posicionamentos mais críticos frente aos comportamentos de algumas garotas e clientes. Neste último caso, as redes de proteção, criadas em virtude de possíveis atitudes de uma colega, eram consideradas como práticas mútuas de cuidado. Tais redes se constituíam por meio de conselhos ofertados entre as garotas que tinham proximidade, pois, através deles, era possível antever determinados eventos ou pessoas perigosas. Além disso, a própria manifestação de apoio ou a intervenção de uma amiga para defender a outras em situações de conflito com outras colegas ou com clientes, também era considerada como uma forma de cuidado mútuo. Em resumo, práticas de cuidado também eram utilizadas para proteção dos grupos de acompanhantes, afinal, não podemos nos esquecer, que em contextos permeados por riscos e instabilidades, circuitos de cuidado também devem envolver estratégias que visam a proteção mútua.

Entre essas práticas, elas usavam corriqueiramente a expressão “ter cuidado” para se referir às formas de aproximação diante de sujeitos considerados perigosos, e enfatizavam que somente deveríamos nos aproximar de quem considerássemos razoavelmente confiável. Ocorre, no entanto, que após um ano inserida na boate, passei a ignorar os conselhos e alertas que diferentes acompanhantes haviam me ofertado sobre os perigos da amizade com determinadas garotas que trabalhavam por lá. Embora já tivesse estabelecido relação de proximidade com algumas delas, sendo mais próxima de umas do que de outras, deixei de lado os cuidados que visavam minha proteção e decidi que não era mais necessário considerar as incertezas e riscos presentes nas interações.

Sob a alegação de que era pesquisadora, fui constantemente solicitada para acalmar os ânimos das colegas quando pequenos desentendimentos ocorriam, o que me permitiu estreitar relações com os diferentes grupos de trabalhadoras. Conforme me posicionava como mediadora dos conflitos, elas também se aproximavam com menos desconfianças, e as interações se tornaram tão frequentes que os funcionários e donos da boate começaram a me alertar sobre os riscos que corria, além de apontarem a ingenuidade em não os perceber. Àquela altura, já sabia que a palavra ‘ingenuidade’ e até “falta inteligência” também eram termos destinados por eles para se referirem às garotas que se comportassem de forma semelhante, mas optei por enfrentar o imperativo de inimizade. Naquele momento, tive dificuldades em analisar as formas como as brigas e imperativos eram formados e tentei encontrar um único algoz ou responsabilizar os funcionários e donos da boate pelas ambivalências e embates que permeavam essas relações. Nesses movimentos, apreendi como os conselhos, enquanto formas de cuidado, visavam a proteção contra riscos que me pareciam inimagináveis, mas que compunham os conhecimentos locais.

A situação problemática que fundamenta e materializa a necessidade de “ter cuidado” surgiu em decorrência da relação estabelecida com uma das acompanhantes, com quem tive bastante proximidade durante o período da pesquisa, que abrangeu todo o ano de 2021 até o início de 2022. Amanda, uma jovem de 24 anos, branca, com cabelos curtos e pintados de loiro, estava noiva de um rapaz também jovem, com cerca de 26 anos, chamado Pedro. Expansiva, ela tinha uma boa relação com todo o time de garotas fixas, além de ser amiga íntima de uma das sócias da boate. Frequentemente, iniciava conversas comigo, especialmente nos momentos em que a boate estava sem clientes, e, quando se formavam as rodas de conversa entre as garotas, costumava contar os meios que usava para esconder suas atividades de trabalho de amigos próximos, do noivo e de sua família. Pedro, por sua vez, era alvo de zombaria entre as garotas, e as histórias de como Amanda o enganava eram sempre o

ponto alto das risadas: as formas com que ela ludibriava o noivo eram sempre contadas de maneira engraçada, e todas as ouvintes riam juntas. Tendo em vista que a maioria das garotas relatavam sofrer por suas paixões, ao fazer chacota do noivo, Amanda gerava o compartilhamento de uma espécie de sentimento de vingança.

À medida em que íamos conversando, nos tornamos mais próximas e passamos a sair juntas fora da boate. Essa mesma modalidade de relação também era vivenciada por Amanda e algumas outras interlocutoras. As proximidades que ela estabelecia com as outras trabalhadoras fizeram com que quase todas as garotas fixas da boate conhecessem Pedro pessoalmente. Algumas delas eram tão próximas de Amanda, que em meio aos convites para bares e festas clandestinas, saíam junto com ela e o noivo. Pedro, no entanto, não sabia que todas exerciam trabalho sexual e acreditava que elas trabalhavam em um restaurante caro localizado em um hotel afastado da cidade. Nos dias seguintes à saída era comum que, em momentos de conversa, as garotas debochassem da inocência do rapaz e questionassem como ele poderia acreditar que todas aquelas mulheres bonitas, cerca de cinco, eram garçonetes em um mesmo hotel.

Além de aproveitarem as festas juntos, Pedro e as garotas ainda se encontravam quando ele ia levar a noiva até um dos pontos por onde a van passava para nos buscar. Ele sabia, então, o horário, o local e o transporte que usávamos para ir até a boate e, por sorte, nenhuma das acompanhantes vestia as roupas próprias para as atividades antes de chegarem no trabalho. Para que o noivo não percebesse suas atividades laborais, Amanda se vestia de forma simples, até desleixada, e quase todos os dias usava uma calça *jeans* e uma blusa de uniforme com a logomarca do restaurante que ela havia inventado. Ela mandou fazer aquela blusa especificamente para que o rapaz não desconfiasse de toda a sua articulação.

Pedro também costumava esperar por ela no trajeto de volta do trabalho para casa e, em um dos pontos da cidade, sentado em sua moto, aguardava pela noiva que era esperta e vestia a mesma roupa com a qual havia ido à boate. Amanda deixava seus apetrechos de trabalho nos armários individuais instalados nos camarins, ou, às vezes, na casa de outras garotas. Como os pontos eram locais de sociabilidade entre as interlocutoras, ocasionalmente elas incluíam Pedro nas conversas e papeavam com ele cotidianamente, mas sempre com cuidado para não expor quaisquer informações comprometedoras. O noivo, aliás, conhecia os namorados de algumas garotas, mas estes também não sabiam do trabalho sexual. O motorista da van, assim como todas nós, estava ciente de toda a história e, ao se aproximar do ponto onde Amanda e Pedro estavam, diminuía o volume do som.

Todavia, em novembro de 2021, em uma tarde comum, a garota foi sozinha até o ponto de encontro onde a van nos buscava e comentou que o noivo estava há dias desconfiado de suas atividades de trabalho. Ele havia encontrado camisinhas, *lingeries* sensuais, vibradores e consolos em uma das gavetas dela. Amanda, imediatamente, explicou para ele que se tratava de uma surpresa que estava preparando, mas o rapaz, ainda com dúvidas, questionou como ela conseguia cobrir os enormes gastos com aluguel, filhos e as festas caras que os dois frequentavam. Rápida em sua resposta, ela tentou despistá-lo e afirmou que ganhava muitas gorjetas dos clientes do restaurante onde trabalhava. O rapaz, ainda pensativo, se calou, e ela seguiu sozinha para o trabalho.

Enquanto me contava essa história, ela ria sem acreditar na possibilidade de o noivo descobrir a verdade. Como o movimento da boate não estava intenso, decidimos, além de conversar, tirar algumas fotos juntas, algo que não era incomum entre as interlocutoras. Nas fotos tiradas com a câmera do meu celular, as paredes e a decoração da área de fumantes eram visíveis, o que tornava possível que qualquer pessoa que já tivesse frequentado o local soubesse exatamente onde estávamos quando posamos para foto. Nenhuma de nós duas considerou o risco, porque as fotos eram uma ferramenta importante para manutenção da autoestima das garotas; ao se sentirem bonitas, tornavam-se mais confiantes para o trabalho.

Assim que mostrei as fotos para Amanda, ela me pediu que as enviasse pelo *whatsapp*. Eu tinha o número dela na minha agenda e enviei imediatamente para amiga que, apenas minutos depois, percebeu que o número de contato que havia me informado antes já não lhe pertencia. Naquele momento, o número era do Pedro, ele visualizou as fotos rapidamente e, enquanto me ligava incessantemente, também enviava mensagens para a noiva na tentativa de descobrir onde ela estava. Insatisfeito com as respostas inconclusas que ela dava, Pedro foi até o hotel onde ela havia dito que trabalhava e, ao descobrir que não havia restaurante no local, começou a desconfiar que a noiva fosse garota de programa. Devido à proximidade que todas as garotas fixas estabeleceram com o casal, não era apenas a noiva que estava sob suspeita, mas todas as trabalhadoras.

O noivo me enviou inúmeras ofensas por mensagens, algumas delas relacionadas ao estigma que envolve as prostitutas. Quando o grupo das garotas fixas soube do ocorrido, todas temeram que Pedro decidisse expô-las publicamente, inclusive para seus respectivos namorados. Todas as mulheres que estavam na boate naquela tarde, inclusive as do time fixo, mantinham suas atividades de trabalho em sigilo. Além do medo da exposição, temiam a possibilidade de Pedro agredir fisicamente Amanda, e pedimos que ela não retornasse para a casa onde dois moravam. Os funcionários e donos da boate demonstraram forte

descontentamento com a situação e nos alertaram da possibilidade do noivo nos esperar em algum dos pontos onde Amanda costumava desembarcar no trajeto de volta para casa. A irritação deles foi ainda mais expressa pela expulsão da garota do local de trabalho, o que impedia que ela continuasse exercendo o trabalho sexual na boate por tempo indeterminado.

No dia seguinte à expulsão da colega, duas amigas que eram próximas a mim, mas que não gostavam dela, comentaram sobre o ocorrido e reafirmaram suas percepções de que confiança e apego entre as garotas eram “coisas arriscadas”. Entre outras coisas, deixaram subtendido que fui teimosa ao acreditar e endereçar afetos a Amanda. Ao perceber o burburinho, Mário, um dos donos da boate, convocou uma reunião e, com um sorriso no rosto, me lembrou dos conselhos que havia me dado sobre as relações de proximidades na zona. Expressões como *“já disse que aqui ninguém tem amiga, tudo balela”* foram repetidas por ele ao longo do dia. As conversas sobre o relacionamento da colega, que antes eram pronunciadas em tom jocoso, passaram expressar o arrependimento coletivo. Após a reunião, dez dias se passaram sem que tivéssemos notícias de Amanda.

Esse cenário mudou em outubro de 2021, doze dias após o sumiço da moça, quando, em determinado trecho do trajeto que fazíamos de Campinas até a boate, percebemos que um homem pilotando uma moto nos perseguia. Através da janela de vidro localizada na parte traseira da van, notamos que o motociclista, vestindo casaco e calça preta, nos acompanhava há alguns minutos. Preocupadas, alertamos o motorista sobre o que estava acontecendo, e ele ultrapassou alguns carros para confirmar se a perseguição era real. O homem na moto continuou a nos seguir e se aproximou cada vez mais do nosso transporte, algumas das garotas notaram que o piloto estava armado e que ele se parecia com Pedro. Assim que perceberam que era o noivo e que ele estava armado, gritos e soluços chorosos logo se tornaram o único som que as sete mulheres presentes conseguiam emitir.

Em meio à perseguição, uma das garotas ligou para Amanda para descobrir se o homem da moto era, de fato, o noivo da colega. Amanda confirmou a hipótese e acrescentou que, naquela manhã, o rapaz havia se confrontado com outras verdades que ela havia escondido, e ameaçou persegui-la até o trabalho para resolver todo o conflito. Como não sabia a localização exata da boate, ele decidiu seguir o transporte em que a ex-noiva pegava todos os dias, acreditando que a encontraria no fim do trajeto. Assim que Aline ouviu as informações de Amanda e repassou às colegas, todas se sentiram expostas e ofendidas pelo descuido da garota. Mesmo aquelas que tinham relações mais próximas com ela romperam a amizade no momento da perseguição. Em meio ao caos, pedi ao motorista que desviasse do trajeto para tentar despistar o perseguidor, e, em uma das voltas que fizemos, Pedro estacionou a moto no

acostamento da pista e desistiu de nos alcançar. Após estacionar, o rapaz atendeu uma ligação, e imaginamos que provavelmente fosse de Amanda.

Ainda no caminho para o trabalho, algumas das colegas comentaram sobre o risco que corriam caso Pedro estivesse atordoado a ponto de confundi-las com Amanda. Com características físicas similares a da noiva (“novinha” pequena, magra e loira), duas das mulheres presentes argumentaram que, à distância ou de costas, poderiam ser facilmente confundidas com ela e, assim, poderiam ser baleadas. As colegas mais próximas de Amanda, mas que não se pareciam com ela, temiam que o rapaz pudesse machucá-las por vingança pelas mentiras que haviam ajudado a perpetuar. No fim do trajeto, todas estávamos assustadas com a possibilidade da morte.

Ao chegar na boate, ainda tínhamos medo de que Pedro estivesse por perto. Os funcionários e proprietários do local já estavam informados sobre o ocorrido e decidiram fechar os grandes portões de ferro que protegiam a entrada, pois assim frustrariam qualquer tentativa de entrada do rapaz. Naquela tarde, só foi possível reabrir os portões e iniciar o trabalho às 18 horas. E a Amanda, além de vetada no trabalho, foi proibida até mesmo de buscar suas roupas que estavam nos armários dos camarins. Quatro das sete mulheres que faziam parte do time de garotas fixas romperam a amizade com ela, além de excluírem e bloquearem Pedro de suas redes sociais. E, após o incidente, no cotidiano de trabalho, os funcionários e os donos da boate me paravam para dizer: “*viu, eu avisei, não avisei?*”. Ao saberem da situação, algumas mulheres que frequentavam o local com menos frequência e que não costumavam se aproximar de outras trabalhadoras passaram a se vangloriar dos seus posicionamentos indiferentes diante das colegas. Quanto a Amanda, passei os meses seguintes sem me encontrar novamente com ela, e, por meio de fofocas, soube que ela e o noivo reataram a relação.

Além disso, deixei de frequentar a boate quase um ano após a perseguição e, depois disso, não revi boa parte das interlocutoras, que provavelmente migraram para novas boates. Tentei contatar algumas delas por mensagem, mas não se interessaram em responder. Entre idas e voltas, silêncios e inesperadas reaproximações, no final do ano de 2023, uma delas voltou a estabelecer contato, respondendo às mensagens e fazendo ligações, era Jéssica.

2.5 Riscos e Incertezas

Arthur Kleimann (2006, p. 17), ao pensar a respeito de interações difíceis e situações perigosas ou complicadas que denominou como “situações-limites” na vida de seus interlocutores, questionou: “quando há uma incerteza real sobre o que fazer e quando o nível de perigo é alto [...] que tipo de decisões tomamos?”

No decorrer de toda essa parte da tese surgiram respostas para essa questão. Contudo, ao refletir sobre as experiências e observando as situações cotidianas, emoções e percepções, logo ponderei que as práticas que envolviam os processos formativos e a construção dos circuitos de cuidado poderiam ser interpretadas, por quem as observasse do lado de fora, como conflituosas ou inadequadas. O que poderia resultar em ideias de que prostitutas aderem a práticas violentas umas contra as outras e, desse modo, que a prostituição, por si só, seria uma atividade violenta. Essas possíveis apreensões, no entanto, destoavam das nossas percepções que, posicionadas “dentro” daquela realidade, considerávamos essas experiências como parte dos processos de “produção, circulação e uso de sentimentos morais, emoções, valores, normas e obrigações no espaço social” (Fassin, 2019, p. 42), ou seja, das economias morais próprias ao contexto em que estávamos inseridas. Nesse cenário, o conceito de violência era, portanto, profundamente instável e era precisamente nessa instabilidade onde residia seu potencial para fazer e desfazer mundos (Das, 2008, p. 284).

A partir dessas questões, e em consonância com que propôs Díaz-Benitez (2019) sobre práticas compreendidas como violentas, é preciso então desnaturalizarmos nossa compreensão sobre o tema. Como aponta a antropóloga, a própria noção de violência está inserida em um território de disputas, em que estão vinculados lugares de enunciação e processos de reclamação de direitos. Nesse mesmo sentido, outras autoras, como Maria Filomena Gregori (1993) e Guita Debert e Gregori (2008), ao analisarem as relações e sentidos que perpassam violência e gênero, argumentaram como a violência implica no reconhecimento social, e não apenas legal, de que determinados atos constituem abuso e, a partir disso, sugeriram que é preciso decifrar as dinâmicas conflitivas que atravessam as relações de poder presentes nessas interações.

Com efeito, o que me interessa, neste caso, é refletir sobre como as interlocutoras viviam e constituíam emocionalmente essas dinâmicas conflitivas, sem, no entanto, apreendê-las moralmente como formas de violência mútua, porque não era assim que elas compreendiam. Ocorre que, no cerne das relações vistas em campo, quaisquer tentativas de conciliação entre as interlocutoras não era um ponto de partida para o estabelecimento de proximidades, pois as

garotas não visavam uma relação que pudesse necessariamente resolver seus conflitos. Não estava em questão a busca por uma possível estabilidade, mas sim a formulação e disseminação de um complexo conjunto de práticas e emoções, cuja finalidade era a satisfação de necessidades e que, por isso, possuíam caráter pedagógico.

Dentre outras coisas, as garotas ensinavam umas às outras que os sentidos tradicionalmente atribuídos à amizade, na zona, não deveriam ser considerados desejáveis, pois os riscos e conflitos costumeiramente sobrepujavam as tentativas de criar relações que não envolvessem as práticas e gramática emocionais imbricadas às economias morais das experiências locais. Isso implica afirmar que a amizade, entendida a partir dos princípios de voluntariedades e afetuosidades entre iguais, embora raramente ocorresse, não era esperada naquele contexto relacional. Por outro lado, as *amigas de zona* sustentavam modelos relacionais que, segundo elas, apenas prostitutas, independentemente de sua autodenominação (garotas, acompanhantes, trabalhadoras sexuais), seriam capazes de estabelecer. Capacidade que, no entanto, não deve ser confundida como um predicado interior, “da alma”, das garotas, mas como o resultado da aprendizagem que envolvia parte do processo tornar-se prostituta.

Os conflitos, portanto, não geravam completo distanciamento entre elas, ao contrário, eram parte constitutiva das relações. Além disso, ainda é possível argumentar que por estarem imersas no imperativo de inimizade, essas relações eram envolvidas por uma carga política e emocional que fornecia sentido às experiências. Isto é, o imperativo expresso na afirmação “puta não tem amiga”, por estar associado a uma gama de conhecimentos que preconizavam as prostitutas como uma classe pessoas perigosas e maliciosas, possuía função explicativa e organizadora das gramáticas emocionais mobilizadas entre as garotas. Assim, ao passo em que os processos pedagógicos entre prostitutas eram constituídos por regras compartilhadas que regulavam afetos e interações, podemos entender que as relações entre “amigas de zona” eram constituídas a partir de um mesmo *jogo de verdade* (Foucault, 2010) que sustentava o imperativo e organizava o que poderia ser considerado aceitável, ou não, dentro de seus contextos relacionais.

O que significa dizer que as ideias de inimizade, no limite, podem ser entendidas como produções discursivas geradas a partir de jogos de verdade que imputavam às garotas determinadas normas com o objetivo de mantê-las fragmentadas e, quem sabe, torná-las incapazes de formar alianças coletivas para contrapor as normas e multas disseminadas por gerentes e patrões da boate. Efeitos que, em uma camada analítica mais profunda, estão associados ao estigma e ao valor moral inferior atribuído às prostitutas, tanto pela sociedade em

geral, assim como pelos clientes e funcionários da boate, e até pelas próprias garotas à sua atividade profissional.

Por isso insisti que observássemos as dinâmicas conflitivas, porque somente através de sua compreensão é que podemos retornar às “*amizades de zona*” como relações possíveis. Explico-me, enquanto as técnicas de produção do tornar-se prostituta eram movidas através dos efeitos de jogos de verdade que resultavam em práticas concretas no cotidiano; os circuitos de cuidados, sustentados pelas ajudas mútuas e as trocas, eram configurados como prática política, uma espécie de política de cuidado forjada pela adversidade que se entrelaçava às amizades de zona. Dito de outro modo, as ajudas mútuas formavam uma complexa rede de interações e de trocas que se estabeleciam nos interstícios entre o sofrimento, a proximidade e a competição.

Essa definição de política de cuidado se aproxima, assim, das elaborações Joan Tronto (1993; 2013), como uma atividade que inclui tudo que podemos fazer para reparar “nosso mundo” e vivermos da melhor maneira possível. Através dela podemos ampliar as definições de cuidado e nos distanciar da visão sentimentalista do termo para reconhecer a existência de ações e práticas de cuidado mútuo, nas quais não prevalece a harmonia ou simplesmente os “bons sentimentos”, mas, sim, como argumentaram Pascale Molinier e Patricia Paperman (2015), uma concepção relacional em que as tensões e embates podem ser admitidos como aspectos inerentes aos circuitos de cuidado. Isso porque, no marco da perspectiva crítica de Tronto (2013), surge ainda a noção de responsabilidade relacional que, ao conceber o cuidado como uma prática voltada à satisfação de necessidades, defendeu que as relações criam, em diferentes graus, responsabilidades das pessoas umas com as outras⁵⁵. Isso resulta na compreensão de que a responsabilidade do cuidado está além de relações próximas ou mediadas somente pela afeição, e não se esvai diante de relações mutáveis, distantes, conflituosas e até assimétricas. Responsabilidade, nestes casos, significa assumir as incumbências frente às necessidades dos outros a serem resolvidas.

Penso nas políticas de cuidado entre as prostitutas a partir dessas reflexões, justamente porque as ajudas mútuas não se baseavam somente em uma disposição interna, ou necessariamente nos sentimentos, mas em algo “que era feito”, que se materializava

⁵⁵ O conceito de responsabilidade relacional foi trabalhado por Tronto (2013) com objetivo de compreender como são distribuídas as responsabilidades de cuidado na arena da justiça social no plano mundial. Sua intenção foi escarafunchar a nódoa exploratória em que se assenta a relação entre países ricos e pobres, ou entre grupos hegemônicos e não hegemônicos. Embora o termo tenha sido usado para pensar essas relações no âmbito da justiça social, me interessei na noção na responsabilidade relacional como um conceito ferramenta para pensar relações possíveis no contexto investigado. Em diálogo com Deleuze e Guattari (1997b): “porque é preciso que sirva, é preciso que funcione”, os conceitos são então tomados como um dispositivo, e, a teoria, portanto, como uma caixa de ferramentas.

cotidianamente, e se manifestava por meio de um conjunto de práticas que atendia às necessidades que surgiam. Nessas circunstâncias, a responsabilidade era vivida não apenas como uma forma de solidariedade ou de apoio, mas como um desafio constante àquilo que era preciso proteger: a si mesma, ao “status” de puta inteligente alinhada aos processos formativos da zona, além da possibilidade de ser exposta publicamente como garota de programa. Por isso, os sentidos do cuidado eram acionados para expressar situações opostas: ajudas mútuas como um cuidado ofertado às demais, e, por outro lado, “ter cuidado” como prática capaz de antecipar os riscos inerentes às relações entre as prostitutas.

Ainda assim, por meio dessas elaborações, poder-se-ia argumentar que essa perspectiva se aproxima, em alguma medida, do aspecto normativo do conceito de cuidado que, segundo Drotbohm (2022), oscila entre percepções de conforto e reparo, ou, do aperfeiçoamento, progresso e mudanças. Para a autora, trata-se de uma dimensão normativa em que o cuidado está atrelado à ideia de reparo e é valorado positivamente porque presumivelmente contribuiria para “melhorar o mundo” ou uma realidade específica. Ocorre, no entanto, que as razões que embasavam os cuidados entre prostitutas abarcavam sentidos polissêmicos, sendo adotado tanto como práticas de recurso quanto forma relacional (Buch, 2015), que nem sempre poderiam ser valorados positivamente.

As políticas entre prostitutas excediam os “reparos”, porque, apesar de as ajudas mútuas contribuírem para “reparar” o contexto no qual se encontravam as interlocutoras, tornando-o mais vivível, as responsabilidades relacionais se constituíam em meio a um conjunto de práticas ambíguas e instáveis. Assim, os sentidos do cuidado operados por elas convergem com abordagens analíticas como as de Suzanna Trnka Catherine Trundle (2017), Mol (2008), Olivar (2019), Puig La Bellacasa (2011), Joanna Cook e Catherine Trundle (2020) e Tatjana Thelen (2015), em que as noções de cuidado envolvem complexas negociações permeadas tanto por riscos e incertezas quanto por trocas. Trata-se de abordagens críticas que, a partir de pesquisas realizadas em diferentes contextos, questionam visões do cuidado como moralmente virtuoso e que apostam em compreender as imprevisibilidades de suas práticas, que são constantemente desestabilizadas pelas interações mutáveis dos relacionamentos ao longo do tempo, e que abraçam os possíveis desconfortos existentes nessas relações por meio de uma visão não inocente sobre o tema.

Através desse conjunto de trabalhos, nos distancio do *framework* normativo do cuidado e concentro-nos em como as multiplicidades de afetos, tais como esperança e fracasso, desconfiança, amizade, competição, ressentimento e pragmatismo, se enredavam nas negociações e ajudas vistas na zona. Na medida em que as responsabilidades relacionais eram

frequentemente permeadas por obrigação de retribuição em momentos de necessidade e, noutras ocasiões, criadas em virtude de possíveis atitudes de uma colega considerada como perigosa, as motivações do cuidado eram impulsionadas por afetos e intenções facilmente considerados egoístas. Como no caso em que as ajudas eram vistas como recursos para futuras indicações de clientes ou nas situações em que os circuitos de cuidado deveriam fornecer proteção mútuas diante de contextos riscos, rejeitando a obrigatoriedade de afetos geralmente considerados como bons. Todavia, é relevante lembrarmos que, ainda as motivações fossem frequentemente compreendidas como egoístas, a prática em si poderia ser experimentada positivamente pela receptora do cuidado (Thelen, 2007).

Além disso, as políticas do cuidado poderiam tanto contribuir quanto prejudicar, pois, se, por um lado, ofertavam suporte emocional, material e proteção mútua, também podiam engendrar rivalidades, constrangimentos e tensões às colegas que não fossem tão próximas. O que favorecia as divisões entre grupos de trabalhadoras, conflitos e, conseqüentemente, a fragmentação das trabalhadoras que, brigando e cuidando-se mutuamente, encontravam certa dificuldade em formar grandes grupos para se contrapor aos ditames dos donos da boate e às peripécias dos clientes. Assim, diante de incertezas, riscos e negociações, a responsabilidade se baseava em uma relação de coatividade, sendo refeita frequentemente por aquelas que a mobilizavam (La Bellacasa, 2017).

Finalmente, as dinâmicas conflitivas nos mostram que as relações possíveis eram aquelas baseadas em uma política de cuidado instável⁵⁶, como sugeririam Cook e Trundle (2020): orientada por compromissos mutáveis e capaz de reinventar práticas em resposta às condições sociais e econômicas que perpassam a vidas das prostitutas. E, se a observação de elementos como ambiguidades, incertezas e interstícios, não costuma ser suficiente para explicar a potencialidade política de quaisquer relações, a despeito da demonstração sobre como os circuitos eram formulados em situações de inconstâncias e contradições, avançando sobre essas questões, me preocupei em destacar como, entre prostitutas, além de “reparar” ou “preocupar-se com”, as políticas de cuidado transcendiam as esperanças de conforto e abarcavam contínuas negociações de poder, gestões de gramáticas emocionais, sobrevivência e, desse modo, possibilidades de agência.

⁵⁶ De acordo com as autoras, o cuidado instável não deve ser somente entendido como um projeto ético direcionado pelo antropólogo, mas, sim, como um conjunto etnograficamente fundamentado de projetos já emergentes diversos grupos de pessoas, e que além de transformadores são também instáveis.

PARTE II: “PUTA SÓ, LADRÃO SÓ”?
lutas e memórias das prostitutas do GEMPAC

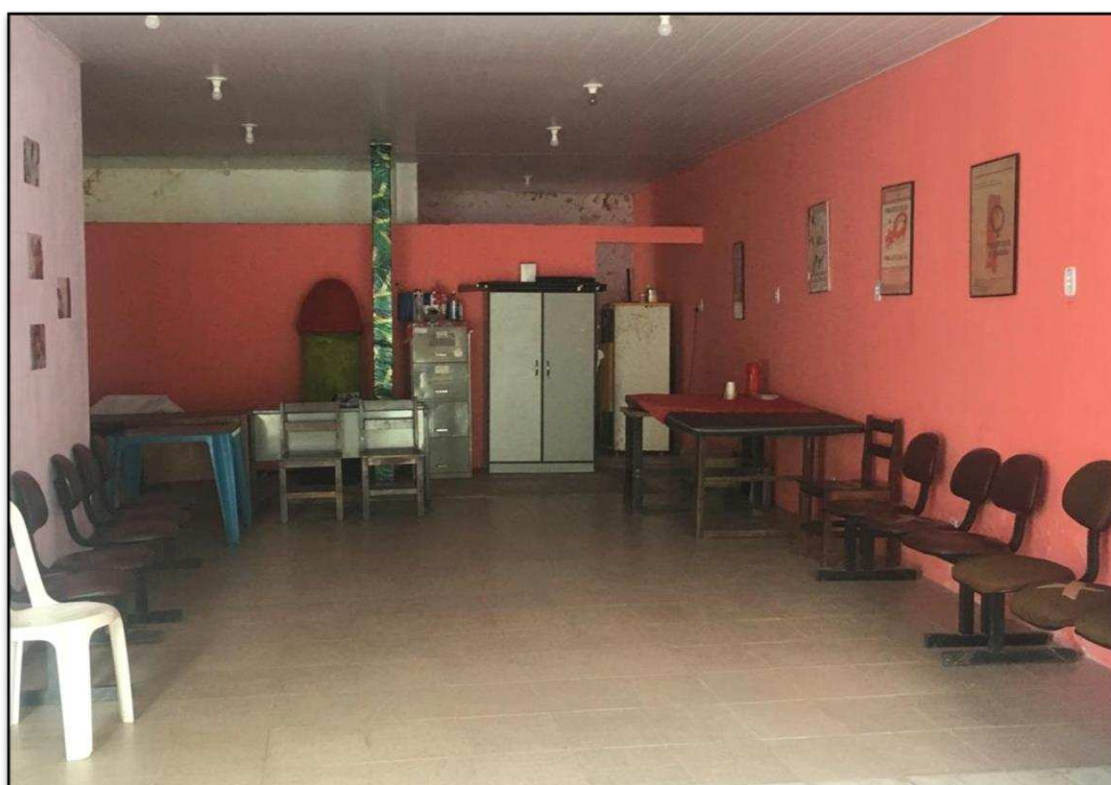


Figura 2 - Parte interna do prédio sede do GEMPAC (Registro da Autora).

Por que o GEMPAC?

Em janeiro de 2022, em uma das viagens que fiz até o estado do Pará, encontrei dois colegas pesquisadores que, na ocasião, residiam na cidade. Durante as nossas conversas, ambos questionaram os motivos da minha escolha pelo GEMPAC, e visto que indagações similares podem surgir, informo que o Grupo de Mulheres Prostitutas do estado do Pará (GEMPAC), localizado na capital do estado, Belém, desde sua fundação, se articula diretamente com as lutas históricas dos movimentos de prostitutas no Brasil, além dos enfrentamentos contra a repressão exercida, também contra prostitutas, no período da Ditadura civil-militar no país.

Diante do horizonte histórico que envolve o grupo e das experiências que o antecederam ou que ocorriam simultaneamente às aproximações, surgiram constantes dúvidas sobre a possibilidade das relações entre as prostitutas se estruturarem de forma mais harmônica e solidária, principalmente quando próximas ou inseridas em organizações políticas compostas, sobretudo, por trabalhadoras sexuais. Desse modo, observar as gramáticas relacionais entre as mulheres vinculadas à organização configurava-se como uma oportunidade para compreender como a manutenção do grupo tanto influencia como é influenciada pelas experiências compartilhadas entre elas. Considerei, ainda, que as sociabilidades entre elas foram fundamentais para o enfrentamento das condições de vulnerabilidade econômica e social em que estiveram e ainda estão inseridas.

Outro aspecto de grande relevância na atenção destinada ao grupo é a importância de sua fundadora, Lourdes Barreto. Devido ao seu pioneirismo na liderança dos primeiros movimentos políticos de prostitutas no país, Lourdes tornou-se uma prostituta amplamente conhecida, tanto no Brasil quanto internacionalmente, por sua militância política sobre os direitos da classe. Foi somente a partir do contato com a líder, intermediado por um colega pesquisador, que as aproximações ao grupo se tornaram possíveis. Em nossas primeiras interações, que ocorreram à distância, por videochamada e ainda no cenário pandêmico, no início de 2021, Lourdes destacou a importância das relações estabelecidas entre as prostitutas que lutavam contra violência policial e reivindicavam seus direitos em meados do século XX. Aproximações e lutas que culminaram na criação do GEMPAC.

Assim, no capítulo que inaugura essas discussões, além da articulação da história da organização e da região em que está inserida, observei como o trabalho da memória e seu caráter coletivo se entrelaçavam às relações das prostitutas próximas ao GEMPAC. Trata-se, portanto, de um processo de investigação que passeou entre o passado e o presente das interlocutoras.

Ainda nessa parte da tese, outro capítulo foi desenvolvido a partir dos imprevistos que ocorreram em meio às experiências vivenciadas em Belém. Indo além das relações no seio da organização, inseri-me em outros âmbitos da prostituição, em uma casa e uma boate. Nesses locais, o imperativo de inimizade emergia por meio do enunciado “puta só, ladrão só”, e era reproduzido tanto por mulheres que se autodenominavam como prostitutas, quanto por outras trabalhadoras que se entendiam como garotas de programa e não estavam associadas ao GEMPAC. Por meio da visualização e aproximação de realidades de vida e de trabalho distintas, e do escrutínio de ambos os contextos relacionais, esta seção da tese foi dedicada a compreender como as relações construídas entre prostitutas possuem implicações na arena de disputas por direitos da categoria, sem perder de vista a importância dessas relações no cotidiano das interlocutoras.

3. MEMÓRIAS E RELAÇÕES DAS PROSTITUTAS EXPERIENTES

Em agosto de 2021, em uma noite quente e úmida, meses após meu primeiro contato com Lourdes, cheguei a Belém. Apesar de termos agendado previamente nosso encontro, que ocorreria a uma distância considerável e respeitando os protocolos de proteção contra a propagação do COVID-19, a líder do GEMPAC me informou que precisaria viajar devido a problemas de saúde e que, por isso, não conseguiríamos nos encontrar. Em meio às preocupações sobre as dificuldades que a ausência poderia gerar para minha inserção no campo, segui os protocolos de prevenção ao vírus e me isolei, aguardando alguns dias para começar a aproximação. Durante a maior parte do tempo que estive em Belém, os torós amazônicos⁵⁷ refrescavam e inundavam algumas áreas da cidade, o que resultava no frequentemente alagamento da sede do grupo. Mesmo ausente, Lourdes manteve contato diário comigo e mobilizou parte das integrantes do grupo para um possível encontro.

De acordo com as mensagens que ela me enviava, as prostitutas também não conseguiam acessar o prédio onde está localizada a organização, e as reuniões só costumavam ocorrer com a presença de sua líder. Na primeira semana em Belém, os únicos contatos que estabeleci foram com Lourdes, por meio de trocas de mensagens, e com o colega de pesquisa que havia me apresentado à interlocutora. Após longos e necessários dias de espera, o colega interveio novamente e me conduziu até a sede da instituição. No trajeto até o local, ele compartilhou informações sobre as divisões do bairro Campina, onde está instalado o prédio do grupo, e sua histórica constituição como um bairro de prostituição. Assim, as mobilizações realizadas pela líder e pelo pesquisador possibilitaram que algumas das prostitutas locais, além de outras mulheres que nunca haviam exercido o trabalho sexual, mas que também integravam a organização, comparecem à instituição naquele dia.

Quando cheguei ao prédio, notei que os alertas efetuados por Lourdes sobre o estado de precariedade do local se materializaram. As constantes chuvas amazônicas, somadas à falta de recursos para a manutenção da sede, estavam lentamente destruindo o lugar. Infiltrações, pequenas poças de água e o risco de desabamento do segundo andar, onde ficava parte de importantes documentos do grupo, eram algumas das preocupações compartilhadas entre os membros da organização. Ao abrimos as portas, me deparei com um enorme pênis de madeira pintado de verde e vermelho no centro do ambiente, além dele, fotos, *banners e posters* colados ou próximos às paredes contavam a história das conquistas e lutas das prostitutas locais,

⁵⁷ Termo popularmente utilizado para nomear as fortes chuvas causadas pelo clima amazônico.

contrastando com as paredes desgastadas pelo tempo. Naquele dia, apenas três mulheres conseguiram chegar ao local, Cinderela, Mirian e Amélia, e somente a primeira se identificava como prostituta, ou, como ela fez questão de frisar, ex-prostituta. Na ausência de Lourdes, Cinderela era a principal representante da organização e, assim que nos viu, se aproximou rapidamente para nos receber. Alegre e expansiva, apresentou-se e aproveitou a oportunidade para anunciar quem eram as outras duas mulheres que estavam em sua companhia.

Mirian é agente de saúde e há pouco tempo frequentava a instituição; enquanto Amélia, policial militar, conheceu a organização através da sua atuação e militância junto às pessoas que vivem com HIV/aids. Eloquentemente, a ex-prostituta relatou as atividades básicas realizadas pela organização, entre elas estavam a distribuição de preservativos e cestas básicas, além de cartão-alimentação fornecido pelo governo estadual. Palestras, reuniões sobre projetos que visavam benefícios às mulheres locais, e a limpeza do prédio também integravam o leque de atividades que contava com a presença de diversas prostitutas que participavam do grupo. No decorrer do nosso primeiro encontro, a representante se concentrou mais demoradamente em descrever as atividades de distribuição de preservativos na zona de Campina e fez questão de compartilhar comigo algumas práticas sexuais consideradas ultrapassadas e prejudiciais, mas ainda utilizadas, como o uso de saliva para lubrificação vaginal, por exemplo.

Assim que ela terminou as explicações, e recordando os ensinamentos das garotas com que havia interagido na boate na anterior, resolvi acrescentar que os clientes ainda utilizavam essas práticas quando estavam acompanhados pelas colegas prostitutas que conheci. Mas, embora o comentário me parecesse comum, ele irritou Cinderela, que demonstrou não gostar do que eu disse e, em tom incisivo, retrucou: “*de intimidade eu entendo bem, fui prostituta desde os 11 anos de idade*”. As outras mulheres presentes intervieram, pedindo que ela se acalmasse, e ela logo voltou a me tratar com carinho, passando a me apelidar como “mocinha”. Naquele momento, em consonância com as observações de Strathern (2017), compreendi que “a casa poderia recuar infinitamente”, pois, no contexto das relações no GEMPAC, fui a todo momento vista por todas as agentes locais apenas como pesquisadora. Não houve quaisquer suspeitas quanto à minha presença — isto é, se havia ou não exercido o trabalho sexual algum dia, ou se era uma puta disfarçada de pesquisadora. Fui constantemente e invariavelmente nomeada como “mocinha”.

A mudança na maneira como era vista, longe de causar incômodo, impactou diretamente a forma como me posicionava nas relações afetivas com as interlocutoras, e rapidamente compreendi que os saberes e experiências compartilhados ao longo dos anos que antecederam minha ida ao GEMPAC não eram considerados como elementos suficientes para

garantir que estava, de fato, pesquisando em “casa”. Nesse contexto, a compreensão de que o compartilhamento dos saberes e informações seria distinto daquele experimentado anteriormente me permitiu observar outras nuances presentes nas relações entre elas.

*

Após o primeiro contato, decidimos caminhar pelas ruas próximas à instituição a fim de distribuir preservativos em uma boate chamada DVD. Como Amélia precisou sair para resolver outros compromissos, Mirian, Cinderela e o colega pesquisador me conduziram pelas estreitas ruas do bairro, que eram pavimentadas por paralelepípedos desgastados, além de abrigarem antigas construções que iam desde casas de prostituição até o comércio formal. No caminho até a boate, logo percebi como a história do GEMPAC se articulava à construção histórica do bairro. Assim, à medida em que caminhávamos, tornou-se impossível não evocar as lembranças das revisões de literatura que havia feito antes de conhecer o lugar.

Ocorre que a zona de Campina foi delimitada, desde a década de 1920, como um espaço destinado ao meretrício, sua demarcação visava impedir ou dificultar a circulação de prostitutas pela cidade, além de novos postos de trabalho fora da área designada e promover a fiscalização de infecções sexualmente transmissíveis, então chamadas de doenças venéreas, que o Estado julgava ser responsabilidade das trabalhadoras. Naquele contexto, cadernetas de identidade eram fornecidas às mulheres que exerciam o trabalho sexual na região, que também ficavam obrigadas a passar por exames semanais e cumprir com horários rígidos para entrada e saída da zona (Dias-Junior, 2013).

O bairro, que, à época, era frequentado por executivos, governadores e empresários desde o momento de sua fundação, foi composto por boates, casas de prostituição, além de mulheres que trabalhavam no *trottoir*, com valores de programa e formas de trabalho diferentes entre si. De acordo com Lourdes Barreto (2023), havia locais para “prostituição barata” e “prostituição cara”, nesses últimos espaços, onde ela trabalhou, havia horário para entrar e sair, formas de vestir e se comportar⁵⁸. Ainda segundo Lourdes, as mulheres que obtinham bons rendimentos encomendavam suas roupas em costureiras, que utilizavam materiais finos e caros para o trabalho. Aulas de dança e educação sobre como se comportarem junto ao clientes também eram oferecidas às prostitutas.

Assim, caminhando por uma região que, há pelo menos um século, foi considerada um local boêmio, com estabelecimentos de entretenimento misturados às casas de prostituição,

⁵⁸ Em seu livro autobiográfico, Lourdes conta que as divisões entre prostituição barata e cara referem-se aos valores pagos por programa, e remetem às discussões sobre o que é o luxo na prostituição.

entendi que estávamos em uma área que, ainda em 1921, foi nomeada como “zona alegre da cidade” ou, como é comumente chamada, “Quadrilátero do amor”.

Figura 3 - Croqui do meretrício em Belém, publicado em jornal em 1921, indica quais ruas seriam destinadas ao quadrilátero do amor.



Fonte: Belém Antiga (2019).

Passeando por algumas ruas desenhadas no croqui, notei pequenas placas penduradas nos portões e nos muros de algumas casas, que indicavam tratar-se de residências familiares, distinguindo-se assim das pensões e casas de prostituição comuns à região. Ao me ensinarem sobre as formas de organização do local, Cinderela e Mirian lembraram que a utilização daqueles tipos de placas era necessária porque, no passado, evitava que os clientes confundissem os locais de prostituição com as residências familiares. Além disso, elas ainda eram usadas para que os proprietários das casas de prostituição disfarçassem suas atividades e afastassem as intervenções policiais que ocorriam principalmente entre as décadas de 1960 e 1970, em razão da Ditadura Militar e da repressão à prostituição.

Enquanto relembrávamos a construção do bairro e caminhávamos pelas ruas, pequenos desentendimentos começaram a surgir entre Miriam e a representante do GEMPAC. As duas discordavam quanto à quantidade de camisinhas a serem distribuídas e do local onde iríamos entregá-las. E, ao passo em que caminhava de braços dados comigo, Cinderela

questionava “*quem é Mirian? Mirian não é prostituta, Mirian não pode mandar*”. Através da evocação sobre suas experiências na zona, como ex-prostituta e representante temporária de um dos grupos de prostitutas mais conhecido do país, ela me apresentava a região, compartilhava peculiaridades históricas e oferecia pistas sobre como o posicionamento no trabalho conferia autoridade às prostitutas envolvidas nas relações da organização.

À medida em que presenciava os conflitos e observava os detalhes das ruas, também notei que diferentes mulheres cumprimentavam Cinderela pelo caminho. Ao ver as pessoas que circulavam pelo bairro, lembrei-me de como a representante e a líder, em momentos diferentes, me disseram que o quadrilátero carregava detalhes marcados por lembranças que pareciam embaralhar o tempo, pois as marcas do passado estavam inseridas tanto nas arquiteturas das casas, quanto nos modos de sociabilidade local. Assim, ao passo em que Cinderela cumprimentava outras mulheres, relatos e mais histórias que envolviam a presença massiva de prostitutas na região ganhavam espaço nas rememorações. Presenças essas que, aliás, são alvo de publicações jornalísticas desde o século XIX, quando mulheres de diferentes estados do país, e até estrangeiras, como as francesas e outras mulheres européias e judias (conhecidas como polacas)⁵⁹ se inseriram na zona de Campina.

No esforço de situar os discursos que circulavam sobre a prostituição e que informam sobre as prostitutas que circulavam pela cidade de Belém, é importante lembrar que, de acordo com Thomas Orum (2001), a presença de mulheres judias exercendo a prostituição no cenário nortista do país data no final século XIX e início do século XX. Nesse contexto, a generalização do termo polaca para se referir a todas as mulheres oriundas do continente europeu, dificultou a identificação da nacionalidade das prostitutas estrangeiras. Beatriz Kushnir (2012), por sua vez, argumenta que, apesar dos relatos e pesquisas sobre a migração das judias reforçarem as noções de que eram enganadas e obrigadas a se prostituir em um âmbito onde os valores eram considerados baixos, essas noções contrastam com os dados de que os homens e mulheres judeus estavam envolvidos com a prostituição desde o leste europeu, e que existiam associações de ajuda mútua entre as mulheres judias inseridas na prostituição.

Importa, ainda, que naquele momento histórico, as mulheres mais valorizadas eram aquelas que destoavam da população local, ou seja, das caboclas e mestiças de pele bronzeada. Portanto, de forma genérica, as polacas tinham destaque (Orum, 2001; Santos, 2007). De mais a mais, Lourdes Barreto (2023) relata que mulheres portuguesas e francesas também estavam

⁵⁹Ainda de acordo com Needell (1993) e Santos (2007), a partir de 1850 o Brasil recebeu muitas migrantes francesas e, além delas, as primeiras polacas, como eram chamadas as prostitutas oriundas da Europa oriental (austro-húngaras, romenas etc.), chegaram ao país no fim do mesmo século.

inseridas na zona, e que, devido ao auge da exploração da borracha e do tabaco na região, a demanda de clientes era formada por muitos marinheiros brasileiros e estrangeiros que chegavam aos portos da cidade. Esse período coincide com o final de uma época conhecida na historiografia como a *Belle Époque* paraense.

Foi em concomitância a esse cenário histórico que, segundo José Dias-Junior (2013), ocorreu a circunscrição do quadrilátero do amor, em quatro ruas, a saber: ruas 1º de março, Riachuelo, Padre Prudêncio e General Gurjão, e que está relacionada aos diferentes processos de repressão ocorridos desde o século XIX quando já se tinha registros de casas de prostituição inseridas na região. Diante da intensificação do surgimento de mais locais próprios à prostituição e o processo de desvalorização dos imóveis na região, aliados à crise econômica da borracha que assolou a região no início do século XX, se deram as condições necessárias para a demarcação da zona.

Em meio a essas nuances históricas, e ainda na caminhada até a boate, em algumas esquinas que passávamos, víamos mulheres aparentando ter entre trinta e cinquenta anos, sentadas em cadeiras plásticas em frente a pensões e casas de prostituição. Os antigos prédios que um dia abrigaram boates e famosas casas de cafetinas, conhecidas na região, deram lugar a estacionamentos e a lojas comerciais. Outras construções, no entanto, estavam em ruínas, e antigas estruturas indicavam o depauperamento da região⁶⁰. Essas mulheres, sentadas à espera de clientes, estavam, segundo Cinderela, inseridas na “zona do amor” há muitos anos e acompanharam algumas das transformações do bairro. Com olhares curiosos direcionados para nós, suas presenças demonstravam como o trabalho do tempo, conforme elaborado por Das (1996), foi importante para reconstrução da vida cotidiana na região e para a vida daquelas que permaneceram após a devastação resultante do depauperamento.

As prostitutas, juntamente com outros moradores, continuaram a habitar o local desde sua demarcação, de modo que a zona de Campina, desde o século XX, abriga uma fluidez cultural, boêmia e comercial (Dias-Junior, 2013). Como mencionei, as residências familiares, com ou sem placa, coexistiam com as pensões e boates de prostituição, além do comércio formal. Isso implica compreender que, nas histórias que envolvem o bairro onde está localizado o GEMPAC, convivem pessoas com diferentes objetivos e perspectivas a respeito da

⁶⁰ Neste ponto, é impossível não recordar as ponderações de Helene (2017) e de Gabriela Leite (1992), que, ao analisarem a segregação urbana da prostituição, observaram como a prostituição ocupa, em princípio, áreas desvalorizadas: bairros em transformação, áreas intersticiais, com atividades obsoletas ou pouco definidas e com valor funcional e imobiliário médio, e são habitadas por uma população empobrecida. As autoras argumentam ainda que a prostituição compõe uma certa imagem social de cidade que é comumente associada ao “estigma de puta”: espaços “deteriorados” ou “perigosos”, entre outros (Helene, 2017; Leite, 1992).

prostituição, e fazem da região uma zona híbrida. Essas convivências, no entanto, não ocorrem sem desentendimentos entre as prostitutas e alguns dos moradores do bairro. Um exemplo disso foi narrado por Cinderela que, enquanto ainda caminhávamos pelo bairro, lembrou de um desacordo com um morador que reside próximo ao prédio do grupo. Ele, assim como alguns outros moradores do quadrilátero, vivia insatisfeito com a presença das prostitutas na rua e com a existência de um grupo organizado na região. Os antagonismos entre moradores e as prostitutas, contudo, não eram algo novo e, assim como a presença massiva das mulheres, também estampou os jornais paraenses no século passado.

Os conflitos entre eles foram ampliados sobretudo nas décadas da ditadura militar e resultavam, corriqueiramente, em idas à delegacia ou em violências policiais contra as prostitutas e boêmios, justificadas por denúncias feitas por moradores e jornalistas que publicizavam a boemia e a prostituição, que davam fama ao bairro à época (Dias Junior, 2013). Foi diante da propagação dessas matérias jornalísticas que o Quadrilátero do Amor passou, no fim do século XX, a ser visto como local violento. Assim como os clientes, prostitutas e boêmios que passaram a figurar nos jornais como classes perigosas, propensas a cometer atos violentos e roubos. Os embates das famílias que residiam no bairro contra a presença da prostituição ganharam força e o bairro tornou-se, então, malvisto em toda Belém, o que também contribuiu para o processo de decadência no movimento de pessoas e trocas econômicas que envolviam a prostituição na zona (Dias Junior, 2013).

As acusações de perturbação da ordem, da moral e da saúde pública, quando atreladas particularmente ao período da Ditadura Militar no país (1964-1985), resultavam em assassinatos de prostitutas, torturas ocasionadas por policiais, além de suicídio por enforcamento ou por atear fogo no próprio corpo (Barreto, 2023). E, se porventura elas bebessem ou descomprissem as regras de uma das casas em que trabalhavam, eram ainda levadas por policiais acionados por cafetinas. Essas últimas mantinham casos amorosos com delegados de polícia, políticos influentes e empresários locais, o que ocasionava diversas práticas abusivas no cotidiano de trabalho das prostitutas. Nos relatos de Lourdes⁶¹, há ainda o detalhamento sobre como havia exploração do trabalho das putas locais que precisavam consumir muitas doses de bebida para que o lucro fosse destinado aos donos das casas onde trabalhavam, e de como elas reivindicavam a diminuição de carga de trabalho, alimentação de qualidade e o aproveitamento dos domingos como dias para o descanso e lazer. A relação entre

⁶¹ Barreto (2023). Faço um esforço em atrelar as informações contidas no livro de Lourdes Barreto àquelas oriundas de nossas conversas. Neste parágrafo há então uma mescla entre nossas conversas e os dados presentes em seu livro.

cafetinas e delegados, aliada às demandas das prostitutas, gerava, nas palavras da líder do GEMPAC, uma espécie de lei: “cabaré, delegacia, cabaré” (Barreto, 2023), algo corriqueiro na vida daquelas mulheres.

Presas sem justificativas plausíveis, ainda de acordo com a líder, as prostitutas transavam com os carcereiros e conseguiam obter liberação da prisão. Esses, por sua vez, interferiam junto ao delegado, e faziam-lhe pedidos de soltura sob a alegação de que elas estavam mais calmas (Barreto, 2023). Todavia, a coerção contra as trabalhadoras foi intensificada, em parte devido à promulgação, ainda em 1968, do Ato Institucional Número Cinco (AI-5), que autorizava censuras prévias a qualquer manifestação considerada subversiva à moral, aos bons costumes ou ao governo militar. Sob o governo de Alacid Nunes, ocorreu então o fechamento da zona do Quadrilátero, e há quem afirme que essa operação foi motivada pela proximidade do apartamento que o governador adquiriu na região, pois enquanto passava em uma das ruas localizadas perto de sua residência, algumas prostitutas acenavam para ele e o convidavam, em tom jocoso, para um programa; sem temer a possibilidade de prisão (Barreto, 2023; Souza, 2017).

Assim, a partir do dia 1º de abril de 1970, as prostitutas que viviam na zona de Belém foram confinadas aos seus locais de trabalho, saindo apenas quando ocorriam negociações entre cafetões\cafetinas e policiais. Elas também enfrentaram dificuldades com relação ao acesso ao comércio local, pois muitos comerciantes optavam por não vender seus produtos para prostitutas e, quando o faziam, cobravam preços mais altos que o habitual⁶². Confinadas na zona e sem muitos direitos, ficaram proibidas de caminhar pelas ruas ou aparecer nas janelas e portas das casas de prostituição. As trabalhadoras do bairro, entretanto, já uniam-se informalmente e realizavam greves, mesmo antes do período ditatorial, e atrasavam o atendimento aos clientes enquanto não tinham suas demandas atendidas. Lourdes ainda comentou que, quando eram presas, elas iam uma atrás das outras na delegacia, pois, assim, ao não conseguir prender a todas, a polícia as liberava. Nas redes de solidariedade, via-se ainda que ex-prostitutas cuidavam dos filhos daquelas que ainda realizavam o trabalho sexual, sob pagamento, claro. E, se um cliente prejudicasse uma delas, todas se uniam para proteger a colega, ou, quem sabe, expulsar o homem da zona (Barreto, 2023).

À época, surgiram redes de apoio entre mulheres prostitutas a nível local, assim como entre prostitutas e organizações sem fins lucrativos. Como no caso das relações criadas entre as prostitutas e a Pastoral da Mulher Marginalizada, que contribuíam na arrecadação de

⁶² Presente no relato de Lourdes, essas descrições também podem ser encontrar no trabalho de Dias Junior (2011, 2014).

alimentos para as trabalhadoras que estavam presas devido a repressão, além de colaborarem para que algumas aprendessem a ler e escrever. Nesse mesmo cenário, de acordo com a reportagem de Eboli (2013), em meados da década de 1970, havia cerca de duas mil prostitutas residindo na cidade de Belém sobretudo na zona do quadrilátero. No entanto, segundo os relatos de Lourdes, o número superava mais de três mil prostitutas alocadas na zona. A partir das memórias da líder, observa-se ainda que, devido a ditadura, “mulheres foram deportadas para vários lugares do mundo, vários estados do Brasil [...] isso mudou a prostituição e o modo de ser prostituta na cidade” (Barreto, 2023) ⁶³.

Foi, portanto, nesse contexto histórico que, após dois anos de lutas, Lourdes Barreto e mais seis prostitutas conseguiram se organizar junto à Pastoral da Mulher Marginalizada (PMM) para conseguir um mandado de segurança pública visando à reabertura da zona. Graças a esses esforços, o Quadrilátero do amor voltou a funcionar, mas já em processo de decadência. A instabilidade, aliada à pulverização da zona boêmia para outros espaços da cidade, enfraqueceram o movimento na zona e, assim que as casas foram reabertas, forma de trabalho mudou: não podiam mais vender bebidas alcoólicas ou sequer tocar músicas em volume alto, contou a líder.

As memórias sobre os conflitos que envolviam moradores, prostitutas, boêmios e as forças militares são de extrema importância, pois revelam, como na conjuntura do processo de redemocratização do país e nas lutas contra o regime militar, surgiram uma série de movimentos sociais que, de alguma forma, influenciaram a organização social das prostitutas no Brasil (Leite; Lenz, 2013, p. 41). Ou seja, as origens dos movimentos de prostitutas em território nacional estão atreladas às queixas contra as violações dos direitos civis e

⁶³ Essas informações resultam dos relatos de Lourdes (2023) nos quais não constam o número de deportações, as nacionalidades das prostitutas deportadas, tampouco o ano específico em que esses processos ocorreram. É interessante pontuar que na maioria dos trabalhos que se concentram na história da prostituição na região norte do país, mais especificamente no Pará, não existem dados ou indícios sobre o assunto. Exceto no estudo de Souza (2017) que, partindo também dos relatos de Lourdes, utiliza o termo deportação apenas para retratar o caso das prostitutas que foram remanejadas para áreas distantes do centro, como o bairro da Cidade Nova, em Ananindeua. Na pesquisa de Dias-Júnior (2013), por sua vez, nota-se que, atrelando as falas de Lourdes às matérias veiculadas pelo jornal Folha do Norte à época, as prostitutas foram expulsas da zona e alugaram casas no subúrbio da cidade ou voltaram para o estado onde tinham familiares. Sabe-se também que grandes contingentes de migrantes, provenientes do interior do estado e da região nordeste do Brasil, se deslocaram para Belém no final do Século XIX e no início do séc. XX (Dias-Junior, 2011). Com relação às mulheres europeias, o autor, com base nos relatos de Lourdes, expõe que muitas foram deportadas, exceto aquelas já naturalizadas brasileiras e com filhos brasileiros. Dias-Júnior ainda acrescenta que, até 1920, em Belém, os registros indicam a presença de 20 prostitutas estrangeiras, tornando difícil investigar as histórias dessas mulheres (Dias-Junior, 2013). De qualquer forma, não há mais dados sobre o tema nos estudos mencionados.

reivindicações pelo direito em habitar a cidade, incluindo a luta contra o confinamento e a segregação dos bairros⁶⁴.

Assim, foi somente três anos após o primeiro encontro nacional de prostitutas, realizado em 1987, que ocorreu a criação da primeira Rede Brasileira de Prostitutas e a fundação da primeira associação de prostitutas do Brasil. Sob a liderança de Lourdes Barreto, a fundação do GEMPAC, aconteceu em 1991 e os encontros iniciais foram realizados na casa de Diene, uma das mulheres prostitutas que participava dos primeiros movimentos; através deles, elas formalizaram junto ao Estado reivindicações para cessão de um espaço para sede da organização (Barreto, 2016). Após anos de insistentes solicitações das prostitutas e de recorrentes mudanças nos espaços cedidos pelo governo estadual, finalmente, em 1996, a instituição se estabeleceu em um antigo prédio localizado na Avenida Travessa Padre Prudêncio, permanecendo no local ainda atualmente (Barreto, 2016). A sede da organização está, portanto, em uma das esquinas do quadrilátero do amor.

Um fato interessante na formação do grupo reside ainda em seu processo de formalização. Segundo Leila Barreto (2016), no momento de sua fundação, a organização se concentrava em atender às necessidades de todas as mulheres da região do bairro Campina, prostitutas ou não. Esses objetivos foram, a princípio, atrelados ao próprio nome da organização, que se chamava Grupo de Mulheres da Área Central de Belém. A ampliação do escopo das demandas não foi motivada apenas pelo interesse em ajudar a todas as mulheres da região, mas se estabeleceu como a única forma possível para o registro do grupo no cartório da cidade. Ainda conforme afirma a autora, inicialmente não havia referência documental explícita sobre as finalidades do grupo; informava-se apenas que sua constituição objetivava atender aos anseios da comunidade central da capital paraense (Barreto, 2016).

A maneira como essa constituição inicial ocorreu pode ser vista como uma tática das prostitutas para contornar o estigma da prostituição, isso porque, mesmo nas assembleias da organização, elas evitavam falar abertamente sobre suas atividades laborais e registravam suas funções como de vendedora, doméstica, ambulante, autônoma, cozinheira, secretária, manicure e outras⁶⁵. Assim, ora expunham suas identidades nos âmbitos social e político, e, em outros momentos, ocultavam suas atividades laborais nos documentos da instituição. Esse cenário apenas começou a se modificar em 1996, quando ocorreu a reformulação do estatuto

⁶⁴(Ramos, 2015; Simões, 2010), ainda de acordo com as autoras, a primeira manifestação pública de prostitutas registrada no país ocorreu em 1979, em decorrência da violência policial na região da “Boca do Lixo”, no estado do Rio de Janeiro.

⁶⁵ (Barreto, 2016, p. 14).

da organização, o qual só passou a ter efeito legal em 1999. Nele, as prostitutas davam os primeiros passos como público prioritário das atividades da organização (Barreto, 2016).

Portanto, no processo de constituição do grupo, a *‘visibilidade era uma armadilha’* (Foucault, 2007, p. 166, grifo nosso), assim, somente em 2004, as prostitutas do GEMPAC conseguiram reconhecer-se formalmente como agentes da formação da organização, além de reafirmar a categoria como público prioritário e, finalmente, afirmar abertamente os direitos das prostitutas como bandeira principal de luta da organização. Somente a partir disso ocorreu a modificação na nomeação da instituição que, de ‘Grupo de Mulheres da Área Central’, passou a ser denominada como ‘Grupo de Mulheres Prostitutas do Estado do Pará’⁶⁶.

As relações comunitárias da organização com o bairro são, assim, herdadas desde sua formação e não foram abandonadas, podendo ser observadas na execução de projetos que a instituição desenvolve para as moradoras da região de Campina. Na sede do grupo, até o momento da realização da pesquisa, promovia-se o acesso à informação sobre políticas públicas também para todas as mulheres do bairro, além de ações comunitárias que visavam atender às necessidades de todas as mulheres da região, como a distribuição de cestas-básicas e cartões-alimentação. Um retrato disso pode ainda ser visto na atual formação do grupo, que inclui não apenas as prostitutas, mas também mulheres que nunca exerceram a prostituição, profissionais da saúde, acadêmicos e ex-prostitutas.

*

Em decorrência da história que permeia a organização do bairro, as redes de afeto e modos de sociabilidade não se restringiam ao espaço institucional do GEMPAC, mas o transbordavam, promovendo cruzamentos, encontros e até embates com outras mulheres prostitutas que circulavam pelas ruas do quadrilátero. Retomando o trajeto até a boate DVD, ao avistarem a representante das prostitutas, algumas mulheres nos paravam para pedir camisinhas e nem sempre utilizavam um tom carinhoso em suas reivindicações. Perguntavam por Lourdes, falavam sobre o funcionamento do GEMPAC e solicitavam a previsão de uma data para a distribuição dos cartões-alimentação apropriados por um projeto realizado junto ao governo estadual. Cinderela, por sua vez, caminhava cumprimentando a todos e era constantemente reconhecida por moradores, comerciantes e trabalhadores da região; ela percorria as ruas com o carisma de quem sabe lidar com as diversas nuances que compõem o bairro. Orgulhosa e com sorriso no rosto, a puta aposentada exclamava: *“Sou cria de Lourdes Barreto”*.

⁶⁶ Todas as informações contidas no parágrafo foram extraídas do trabalho de Barreto (2016). A pesquisa é uma das únicas que se dedica a retratar o percurso histórico da organização de prostitutas no estado do Pará, por meio das falas de seus atores sociais e dos registros formais da organização.

Assim que chegamos ao local de entrega dos preservativos, deixei de lado as reminiscências e passei a observar o ambiente. Vimos mulheres jovens, luzes azuis e vermelhas, além dos olhares desconfiados que vinham em minha direção — formas de esquadramento que já conhecia muito bem e que me alertavam sobre a impossibilidade de ignorar as dinâmicas locais. Estávamos na boate que havíamos escolhido, e que se assemelhava bastante àquelas que conheci no estado de São Paulo, onde se viam clientes com idades aparentemente variando entre 40 e 70 anos, majoritariamente brancos, música alta e trabalhadoras aparentemente jovens, vestidas com roupas justas, mas não demasiadamente curtas.

Puxando-me pela mão, a ex-prostituta me guiou por todo salão do local e fez questão de avisar aos clientes e às prostitutas que eu a acompanhava, pois estava realizando uma pesquisa sobre o GEMPAC. Mirian observava Cinderela com olhos atentos e, por vezes, discordava de suas atitudes. A pressa e o ímpeto da colega em liderar a distribuição de camisinhas pareciam incomodá-la. A decisão da representante do grupo, no entanto, prevalecia em detrimento das opiniões da agente de saúde, e era justificada através de suas experiências na prostituição e por sua posição histórica dentro da organização: ela tinha conhecimento e autoridade sobre o que se propunha a fazer.

Enquanto circulávamos pelo salão da pequena boate, músicas regionais como o Tecnobrega e o Brega Funk⁶⁷ embalavam as interações. O espaço, embora pequeno, abrigava cerca de 30 a 40 pessoas a contar clientes e prostitutas. As luzes baixas dificultavam uma observação mais atentamente ao local, e meus ouvidos tornaram-se mais atentos às reclamações de Mirian. Atritos voltaram a ocorrer por meio de queixas mútuas, ditas nos momentos em que elas se encontravam pelo salão e paravam para debater sobre a quantidade de camisinhas que deveriam deixar no local.

Passamos cerca de 15 minutos na boate e, poucos minutos antes de sairmos, um cliente me puxou pelo braço e perguntou se eu estava trabalhando. As mulheres que estavam por perto se viraram em minha direção, e os poucos rostos que consegui enxergar me observavam fixamente, aparentando insatisfação. As interações me lembravam modos de sociabilidade já conhecidos, fazendo-me sentir novamente “em casa”. Mas, antes que pudesse me apoderar dessa sensação e optar por responder ao cliente, a ex-prostituta experiente que acompanhava toda a cena puxou-me pela mão, e saímos da boate.

⁶⁷ O termo ‘brega’ surgiu no início da década de 1980 para designar uma nova vertente dentro de um grupo de cantores conhecidos anteriormente como “cafonas”. Entretanto, ao passar por revitalizações e incorporar o ritmo caribenho, com a aceleração das batidas e a introdução de guitarras, deu origem ao chamado “bregacalypso”. O brega Funk, por outro lado, surgiu da fusão de diferentes gêneros musicais, o brega e o Funk, e passou, assim como tecnobrega, a ser popularmente mais conhecido nas regiões Norte e Nordeste do país (Lemos; Castro, 2008).

3.1 No GEMPAC

Após sairmos da boate combinamos um novo encontro para realização de entrevistas com outras prostitutas, e nos despedimos. Ainda assim, passei dias conversando com a líder e sua representante apenas por mensagens de texto, pois no decorrer do período em que estive na cidade, não foi possível comparecer com muita frequência a sede do GEMPAC. A organização funcionava apenas uma vez por semana, especificamente às quintas-feiras, e normalmente a abertura e o gerenciamento do lugar eram realizados por Cinderela ou Lourdes. Contudo, devido ao cenário pandêmico, aliado às fortes chuvas e à ausência da líder, infelizmente, nas semanas em que permaneci próxima a instituição, ela praticamente não funcionou. Por isso, somente sete dias após o primeiro encontro com a instituição que, por meio das novas intervenções de Lourdes, pude me reunir com algumas prostitutas para as entrevistas.

Apenas três mulheres e um homem compareceram à sede da organização, entre eles estavam: Socorro, Graça e Cinderela. O senhor que acompanhava as prostitutas, apelidado como Fafá, apesar de estar inserido na zona, conhecer seus modos de organização e ser próximo ao GEMPAC desde sua fundação, nunca exerceu trabalho sexual, mas foi companheiro nas lutas por direitos.

Além deles, enquanto tentávamos iniciar as entrevistas, prostitutas do quadrilátero caminhavam de um lado a outro na calçada da instituição. As passantes, algumas sem máscaras de proteção contra o vírus, batiam nas grades que protegem as portas do prédio e nos cumprimentavam. Pediam café ou água, perguntavam sobre a distribuição de camisinhas e questionavam a ausência da líder, assim como seu estado de saúde. Entre um e outro pedido, ou durante os cumprimentos às mulheres, conseguíamos conversar. Considerando que as pessoas entrevistadas foram escolhidas por Lourdes e que era necessário o ressarcimento das despesas do deslocamento e alimentação dos entrevistados, não convidei as prostitutas que passavam na calçada para participarem do processo.

Fafá foi o primeiro a falar sobre suas experiências junto ao grupo e contou que se aproximou do movimento das prostitutas porque também sofria preconceitos em relação à sua sexualidade. Para ele, a luta do movimento LGBTQIAP+ e a das putas deveriam se aproximar; em suas palavras: *“as gays e as putas deveriam então se unir contra o preconceito”*. No entanto, similar ao que ocorreu nas entrevistas com outras duas interlocutoras, Fafá pouco quis falar sobre amizade entre prostitutas e preferia as lembranças dos momentos gloriosos do grupo. Ao passo em que narrava as histórias dos eventos promovidos pela organização, outros assuntos

eram lembrados e elencados como mais importantes. O protagonismo das prostitutas, por exemplo, surgia em seus relatos como algo de extrema revelância.

A luta por protagonismo foi realçada por sua lembrança de que “*a prostituta militante mais famosa do país, Gabriela Leite, no passado, discordava de sua aproximação com o movimento*”. De acordo com ele, Gabriela acreditava que a “*luta de viado era diferente das lutas das putas*” e, por isso, optou por não se demorar nas respostas que me dava. Para o companheiro de lutas, as informações sobre a organização e quaisquer outras respostas aos meus questionamentos deveriam ser dadas apenas por prostitutas, pois eram vistas e respeitadas como sujeito do saber, portadoras do conhecimento sobre o assunto. Ele apenas foi até a organização a pedido da líder, desejava apenas complementar as falas das companheiras.

Enquanto Fafá terminava suas ponderações, as outras entrevistadas, sentadas uma ao lado da outra, cochichavam sobre assuntos diversos. Socorro e Graça, duas mulheres brancas com idades variando entre 50 e 60 anos, falavam entre si sobre alguns problemas em comum que estavam enfrentando e se acolhiam mutuamente. Depois que concluímos a primeira entrevista, Graça começou a chorar enquanto relatava que estava passando por problemas de saúde. Sem conseguir cessar o choro, foi consolada pelos amigos, que logo a alertaram de que ela não precisaria falar caso não se sentisse bem. Ela passou, então, a contar sobre suas dificuldades pessoais, narrando-as como se formulasse um desabafo. Problemas familiares, questões de saúde e dificuldades financeiras foram priorizados por ela, que, em seguida, foi acolhida pelas companheiras.

Apenas Socorro e Cinderela conseguiram participar das entrevistas. Socorro logo afirmou que, ao contrário de muitas colegas, até acreditava na existência de relações de amizade entre prostitutas, mas que essas relações são marcadas por muitos desentendimentos e conflitos, o que, ainda assim, não é capaz de arruinar completamente as relações. Sua argumentação baseava-se nas memórias dos momentos que vivenciou junto a outras mulheres na prostituição, pois, ainda de acordo com ela, em situações de perigo ou outras necessidades, como de problemas de saúde, semelhante à situação que Graça vivenciava, as putas se ajudavam. Fosse com acolhimento emocional ou na procura por alguém que pudesse contribuir com dinheiro, remédios ou cestas básicas, elas se ajudavam. Para ela, essas ajudas poderiam ser consideradas como formas de expressão da amizade.

Em outras ocasiões em que encontrei Socorro, ao falarmos sobre o assunto, ela complementou essas informações ao contar que já havia aberto as portas de sua casa para colegas prostitutas que considerava como amiga e que, com o dinheiro do próprio trabalho, contribuiu para o sustento de algumas delas. Junto com Cinderela, ainda na entrevista, ela

lembrou de algumas histórias significativas sobre as redes de solidariedade entre prostitutas, como a situação de uma colega que tinha uma foto estampada em um dos *banners* presente na sede da organização. Essa amiga, que trabalhou por décadas nas esquinas do bairro Campina passou por dificuldade econômicas e adoeceu, mas à época não contou a ninguém sobre suas necessidades. Entre as entrevistadas, acreditava-se que a trabalhadora sentiu vergonha de pedir ajuda às mulheres da organização, ou às amigas mais próximas, e passou dias sofrendo com dores e fome, sozinha, no local onde morava. Por não pedir apoio, a prostituta acabou morrendo.

Outras histórias, como um caso bastante conhecido no Quadrilátero do Amor, sobre um cliente que assassinou algumas prostitutas e agrediu outras, também sublinhava a importância das relações entre putas. A representante da organização, em momentos posteriores à entrevista, relatou que foi somente por meio dos alertas que recebeu das amigas sobre as violências cometidas por um homem desconhecido, que estava frequentando a região, que ela conseguiu se proteger quando, por azar, ele a escolheu para um programa. Graças aos avisos, no quarto, ela se manteve em vigilância, observando os movimentos do cliente através de um pequeno espelho que carregava consigo. Enquanto se posicionava de costas para o agressor e percebia sua aproximação, ela ainda fingiu se maquiar e utilizou o espelho para ver seus movimentos, na expectativa de que isso a proporcionasse uma possibilidade de defesa. O homem, então, moveu-se de forma truculenta até a prostituta e, ao levantar as mãos em direção ao seu pescoço, fez com que ela acreditasse que seria enforcada. Na ocasião, Cinderela conseguiu gritar e escapar, ela creditou sua sobrevivência às redes de comunicação e solidariedade entre as prostitutas.

Apesar de as histórias terem sido contadas de forma breve, ambas ressaltaram duas características fundamentais nas relações entre as prostitutas do quadrilátero: a importância do apoio institucional ofertado pela organização (que, no primeiro caso, e naquela época, poderia ter contribuído com alimentos, remédios e cuidados médicos fornecidos pela rede pública de saúde); e a necessidade proximidade com outras colegas ou amigas no cotidiano de trabalho, que oferecem não apenas apoio material, como também afetivo para a sobrevivência dentro e fora do ambiente trabalho. Assim, todas as entrevistadas, até mesmo Graça, que não conseguiu participar de forma mais ativa na entrevista devido ao seu estado emocional, atribuíram às relações entre prostitutas, fossem ou não de amizade, a importância de uma ferramenta de luta e resistência frente à dura realidade simbólica e material da zona do amor.

Naquele contexto, tentativas de isolamento poderiam resultar em mortes. Por isso, embora informassem a existência de conflitos, elas enfatizavam a necessidade de estar próximas umas às outras. O assunto, contudo, não se estendeu por muito tempo e além das histórias

mencionadas, as respostas que se seguiram às perguntas sobre a amizade não foram acompanhadas por mais detalhes de outras lembranças pessoais ou coletivas compartilhadas pelas trabalhadoras que integravam a organização. As reflexões sobre o tema cessaram quando questionei sobre as inimizades ou rivalidades entre as mulheres da zona do amor e da organização. Assim que fiz a pergunta, Socorro citou rapidamente a existência de disputas que envolviam relações poder. Sem entregar muitos detalhes sobre seus possíveis incômodos quanto às interações que perpassam o GEMPAC, ela foi interrompida por Fafá que, convergindo com a colega, reafirmou os perigos das disputas entre prostitutas independentemente do espaço de trabalho em que estão inseridas, pois essas disputas geravam desunião entre elas. O aliado ainda acrescentou que Socorro tinha *“vocação para ser representante do movimento das prostitutas locais, dada sua eloquência e desenvoltura”*.

Após as breves ponderações de Faf , e enquanto as outras duas interlocutoras permaneciam quietas, ela não retomou o assunto. O silêncio e a interrupção do amigo demonstraram como as prostitutas experientes e organizadas não expunham seus desentendimentos fora de “casa”. Ao evitarem o tema e, ao mesmo tempo, compartilharem rapidamente as situações em que as amigas ou proximidades entre elas foram importantes para sobrevivência, as interlocutoras complementavam os relatos com lembranças de um passado difícil, porque era recheado de lutas coletivas para a fundação e manutenção do grupo, mas que também era glorioso, pois a organização,   época, possuía mais ferramentas políticas para contribuir na vida das trabalhadoras do quadrilátero. As duas comentaram que essas contribuições podiam ser vistas na participação de projetos junto ao Estado, que visavam a resolução de demandas das prostitutas, além da promoção de oficinas sobre cuidados em saúde sexual, reuniões semanais, palestras sobre diferentes temas, encenações públicas que envolviam a militância na prostituição e até oficinas de aprendizagem em costura para aquelas que desejavam mudar de profissão. As máquinas de costura que foram cedidas pelo governo estadual, compunham o leque de contribuições.

Outros aportes como esses podem ser encontrados no trabalho de Barreto (2016), que discutiu como o GEMPAC desenvolveu suas linhas prioritárias através de múltiplos projetos desde 1990, voltados principalmente para a área de saúde preventiva, utilizando estratégias de intervenção comportamental, auto-organização de mulheres Prostitutas e Desenvolvimento Institucional. Além disso, a organização já conquistou, nas relações com o governo municipal e estadual, terrenos para a construção de casas para as prostitutas da região.

Materiais educativos, instrucionais e informativos, assim como um programa de Alfabetização de adultos, também foram orgulhosamente citados pelas entrevistadas⁶⁸.

Frente a essas questões, observo que, enquanto nas experiências vividas no campo anterior as interlocutoras preferiam falar a respeito dos desentendimentos, nas relações internas ao GEMPAC o silêncio sobre os conflitos era acompanhado por um aparente interesse em apontar como as gramáticas relacionais entre as prostitutas eram atravessadas pelas memórias das experiências coletivas nas lutas por direitos e contra o estigma, comuns à história do grupo. Nesse sentido, as memórias evocadas não devem ser compreendidas apenas como um simples reservatório de acontecimentos passados ou bens próprios ao grupo. O que elas revelavam era uma “política da memória”: um exercício crítico e político de interpelação do passado em favor do presente (Gagnebin, 2013), ou, como sugeriria Das (2020), o presente fazia um apelo de acordo com os requisitos do presente⁶⁹.

Isto é, para elas, mais importante que responder diretamente às perguntas sobre amizade e conflitos internos, era contar as histórias do grupo. A memória trabalhava, portanto, contra o esquecimento de um passado marcado por lutas e conquistas para o movimento das prostitutas e possuía capacidade para contrabalancear a deterioração da sede do grupo, o estado de saúde da líder, o cenário pandêmico, assim como as dificuldades nas disputas por novos editais, que pareciam ameaçar o fim das atividades da organização⁷⁰. O passado, lembrado como um fenômeno vivo cujas marcas eram reconstruídas por meio de suas respostas, também apontava para a capacidade das interlocutoras em “ocupar o espaço de devastação novamente, fazer sua morada com o que restou dos escombros, perseguir o tempo, [...] tudo isso fornecia à vida cotidiana uma qualidade de algo recuperado” (Das, 2020, p. 142).

Como bem informou Lourdes de diversas formas, tanto a mim quanto de maneira detalhada na pesquisa de Barreto (2016, p. 26): “*O GEMPAC nunca vai acabar, pode acabar*

⁶⁸ Informações mescladas com os dados presentes na pesquisa de Barreto (2016), que menciona como GEMPAC “transou com todos e todas, com tudo”, uma vez que, ainda na década de 1990, participou ativamente da criação e formulação das primeiras políticas voltadas ao campo dos direitos das mulheres, das crianças, da saúde e dos direitos humanos; tanto nas esferas federais como estaduais.

⁶⁹ Enquanto Jean Marie Gagnebin (2013) trabalha com a política da memória partindo de noções de história e memória em Walter Benjamin, que se ligam às formas com que a narração das memórias envolvidas por experiências coletivas são capazes de escovar a história à contrapelo, contando outras versões da história, aquela dos “vencidos”; Veena Das (2020), por sua vez, utiliza das noções de Henri Bergson para pensar que a memória só pode responder ao apelo do presente através dos processos de translação e rotação. Apesar de as duas autoras utilizarem diferentes referenciais teóricos como base para suas análises, me importa que, em ambos os casos, seja em Bergson ou Benjamin, as memórias são vistas como capazes de inscrever e reinscrever a experiência do passado atualizando o significado dos eventos de acordo com as necessidades do presente, por isso as evoquei simultaneamente.

⁷⁰ Nenhuma das interlocutoras me informou sobre os motivos que sustentam as dificuldades nas disputas por editais.

algumas coisas no dia a dia do GEMPAC, mas o seu nome nunca vai acabar, [...] você vê que a nossa instituição mesmo caindo aos pedaços [...] é um lugar que agrega, onde tu consegues agregar as pessoas ele não acaba”. O trecho recolhido da pesquisa de Barreto é importante porque além de sintetizar o que Lourdes me dizia em diversas conjunturas, ainda demonstra como, a partir de situações que permearam a vida das prostitutas, sentimentos de pertencimento foram construídos por meio de experiências compartilhadas, frequentemente sendo acionadas para manter o grupo em funcionamento.

Na medida em que suas histórias não eram evocadas individualmente, mas contadas por meio de diferentes vozes que, em diversos momentos, se interpelavam mutuamente e não cessavam em concordar sobre os acontecimentos passados, percebia-se que produziam o reavivamento, ou a manutenção, de algumas emoções compartilhadas pelo grupo. Isso porque, ao evocar as situações que vivenciaram nos anos de chumbo, assim como as dificuldades e alegrias vividas antes e depois do período, elas não se posicionavam como vítimas ou apenas sobreviventes, mas como protagonistas nas lutas pelos direitos das prostitutas, compartilhando o orgulho pela trajetória política e pessoal que tiveram.

As memórias, portanto, estavam entrelaçadas em relações forjadas em contextos e atmosferas diversas de lutas contra violações. E essas relações contribuíram para tornar o cotidiano e a vida mais habitável. Cinderela, por exemplo, em vários momentos, nas entrevistas e em outras ocasiões em que nos encontramos, narrava sua história pessoal de forma fragmentada. A cada encontro, ela contava um pouco de si e, por vezes, repetia alguns dos fragmentos já narrados. Embora suas histórias tenham sido narradas individualmente, elas demonstravam como cada evocação do passado era perpassada por valores e experiências coletivas, desenvolvidas ao longo da formação do GEMPAC e na estreita convivência com Lourdes. Em nossas conversas, que ocorreram nas poucas vezes em que estive na sede da instituição, a ex-prostituta narrava histórias autobiográficas acompanhadas por danças ou músicas que ela mesmo cantava. Em alguns casos, Cinderela encenava as situações que vivenciou através de dramatizações marcadas por gesticulações e modulações na entonação de voz, que considerava como apropriadas para cada momento do passado. Dessa forma, demonstrava as emoções que sentiu em cada experiência vivida: supresas, alegrias, raiva e tristezas.

Ao interpretar sua história, ela contou que, na década de 1970, fugiu de casa e não conseguiu levar os documentos pessoais. Foi estuprada por alguém próximo à família e ainda criança, com dez anos, entendeu que ao fugir seria capaz preservar a própria vida. “*Cinderela fugiu para não morrer*”, lembrava-me. Sem lembrar muito bem como conseguiu chegar em

Belém, disse que chegou desamparada à cidade e, por isso, vivia vagando nas ruas próximas a um mercado público localizado na parte antiga da cidade, que abriga uma zona portuária de pequeno porte nomeada como Ver-o-Peso⁷¹.

Sem familiares próximos e sem lugar para morar, ela frequentou a casa de um homem que conheceu nas ruas, e, através disso, conseguiu algum dinheiro para se manter. Passou um bom tempo perambulando pelas ruas, mas também não conseguia se lembrar ao certo quanto tempo ficou na região. Foi só quando conheceu Lourdes que Cinderela se sentiu acolhida e começou o que ela mesmo chamou de “*nova vida*” ou “*a própria vida*”. Em busca de meios para se manter financeiramente, e já tendo estabelecido relações com o homem mencionado, ela “*bisbilhotava*” as prostitutas das redondezas, observava os cabarés que considerava bonitos ou “*chiques*”, e foi em uma dessas espreitadas à prostituição que Lourdes a encontrou. Por ser muito jovem para trabalhar no cabaré, a líder do GEMPAC explicou que ela não poderia trabalhar ali, mas que, se quisesse, poderia ficar em sua casa e ajudar no cuidado com os filhos pequenos e nas tarefas domésticas.

Ela viveu junto com Lourdes e seus filhos alguns anos, não conseguia se lembrar exatamente quantos foram. Engravidou ainda jovem. Eunice Conceição da Silva, após algum tempo junto a Lourdes, foi para “*batalha*” e na zona assumiu o nome Cinderela, conforme as lembranças da infância quando foi apelidada assim. Devido aos muitos anos de trabalho na prostituição, além da proximidade ao grupo e da líder, ela ficou conhecida por todo bairro Campina, e até ganhou música e videoclipe em sua homenagem. No momento em que a foto exposta na próxima página foi tirada, a ex-prostituta coreografava a música que retratava sua história e contava orgulhosamente que o clipe foi estrelado por várias mulheres prostitutas próximas ao GEMPAC, que representavam as muitas Cinderelas suburbanas inseridas no trabalho da prostituição⁷².

⁷¹ Inaugurado em 1901, o Ver-o-Peso configura-se como um complexo mercado, com prédios tombados e áreas específicas onde estão alojados restaurante que ofertam comidas típicas. O local possui ainda várias barracas distribuídas por setores que envolvem artesanato, frutas, ervas, animais, entre outros.

⁷² O videoclipe nomeado como “Cinderela” pode ser encontrado no *youtube*, e faz parte de uma série de clipes financiados pela Emenda Parlamentar 2019 do (então) Deputado Federal Edmilson Rodrigues, através da Pró-Reitoria de Extensão – PROEX-UFPA, FADESP/UFPA e Escola de Aplicação da UFPA e Governo Federal. Como consta na descrição do vídeo: “a cena de amor ao som da canção mostrava o sofrimento de uma prostituta ao ter que deixar o seu amante após o intenso desejo”. Ver https://www.youtube.com/watch?v=NXyUGHvE8_U

Figura 4 - Cinderela interpretando sua própria história



Fonte: Registro da Autora.

Ela reafirmava constantemente que no encontro com Lourdes viu o recomeço de sua vida, e ali estava o seu reconhecimento. Em muitos momentos, chegou até mesmo a esquecer como eram seus 16 irmãos e poucas vezes os reencontrou. Ocorre ainda que, ao esquecer um período de sua vida, Cinderela perdeu contato com aqueles que antes a rodeavam. Além disso, por se considerar como uma “cria” da famosa líder, ela cuidava do GEMPAC: limpava, recebia algumas colegas prostitutas, preparava o café, distribuía camisinhas, atendia aos pesquisadores que chegavam até o local e, então, recontava suas lembranças. Assim reafirmava seu lugar de autoridade na ausência da líder e seu pertencimento ao grupo. Afinal, seu recomeço se

constituiu de forma tão entrelaçada pelo trabalho no quadrilátero e nas atividades da organização, que pôde ser interpretado por diversas mulheres integrantes da instituição. E, apesar de ter deixado a zona, se aposentado e também de atualmente ser evangélica, ela não abandona o GEMPAC, desse modo, as narrativas sobre sua história possuem tamanha relevância que podem ainda ser encontradas em outras pesquisas, e até no livro autobiográfico de Lourdes Barreto.

*

Após os encontros com Cinderela, não consegui mais acessar a sede do GEMPAC, que se manteve fechada por longos dias. Toda a conjuntura pandêmica, as questões de saúde da líder, os delicados aspectos que envolviam o tema da pesquisa, aliados aos custos que envolviam o ressarcimento das despesas, impediram novas aproximações. Mesmo Lourdes, quando questionada (de forma online) sobre relações de amizade, citou apenas que as relações entre putas, especificamente aquelas vivenciadas no dia a dia do trabalho, eram contingenciais e se baseavam na necessidade de ganhos e sobrevivência na zona. Sem se aprofundar no assunto, me disse ainda que essas relações eram complicadas e volúveis. A forma como essas complicações poderiam afetar nos assuntos da organização também não foi discutida pela líder.

Além disso, nos momentos em que Cinderela me pegava pelo braço e me apresentava às ruas do quadrilátero e, ao passo em que ela e as outras interlocutoras decidiam o que omitir ou revelar nas entrevistas, observei que as memórias e os silêncios táticos⁷³ buscavam valorizar positivamente suas histórias e experiências coletivas, marcando, assim, a potência política do GEMPAC. Diante da impossibilidade de compreender os meandros das relações, seus conflitos, dissensos e reaproximações, restaram apenas as pistas proporcionadas pelos breves momentos em que estivemos juntas. Nas entrelinhas dos dissensos que envolveram o momento de entrega das camisinhas, vislumbrava-se que quanto maior fosse tempo de experiência de trabalho na zona, mais bem posicionada a prostituta estaria para debater os temas voltados aos objetivos da instituição, bem como para falar sobre a prostituição de maneira mais ampla.

Embora tenha conhecimento sobre trabalhos que, em certa medida, retratam as dinâmicas que constituem o foco de análises⁷⁴, distanciando-me da intenção de desvendar pistas

⁷³ Ao considerar o silêncio como uma resposta tática, recorro aos termos de Michel de Certeau (2009) para entendermos as táticas como ações de desvio que criam efeitos imprevisíveis. A tática, portanto, ao contrário da estratégia, surge como um desvio à racionalidade, são práticas cotidianas, ‘maneiras de fazer’ que podem gerar pequenos sucessos ou ‘golpes’.

⁷⁴ Refiro-me às pesquisas de Guerra (2019) e Silva (2023), nas quais dissensos internos às organizações são compreendidos como elementos essenciais para os processos de amadurecimento e consolidação do Movimento.

e de possíveis equívocos ao interpretar as entrelinhas, preocupei-me em refletirmos sobre como as histórias que contamos variam de acordo com o momento em que vivemos e com os desejos e intenções que temos. Assim, é possível compreendermos que, a partir de suas memórias, as interlocutoras determinavam, no presente, suas posições de importância dentro grupo: prostitutas como agentes detentores de conhecimento, como sujeitos de direitos, que também decidiam as atividades realizadas na organização. Foi, portanto, a solidariedade e as experiências em comum, em oposição aos conflitos, o que ensinaram me mostrar, deixando exposto como dificilmente entregariam seus segredos a quem poderia publicá-los (Olivar, 2013, p. 320).

Respeitando as distâncias que impuseram sobre seus assuntos internos, segui para outros caminhos e experiências nas ruas do quadrilátero do amor.

4. SOBRE A PUTA E O LADRÃO

Voltei às ruas do quadrilátero, almejava encontrar outros espaços e interlocutoras com quem pudesse conversar. As trocas de mensagens com Lourdes e Cinderela diminuíram gradativamente à medida que os dias pandêmicos se passavam. E, se as portas da organização estavam fechadas devido aos múltiplos imprevistos, as casas e boates de prostituição funcionavam normalmente, sem que necessariamente as trabalhadoras e clientes utilizassem máscaras de proteção. Em alguns momentos, pensei em me aproximar das mulheres que ficavam sentadas nas cadeiras próximas às portas de algumas casas à espera de clientes, mas bastava dirigir o olhar em sua direção para que feições curiosas ou descontentes interrompessem minhas intenções.

O descontentamento não era supreendente, sabia que não se tratava somente do estigma e do receio do julgamento alheio, como também dos prejuízos que uma mulher desconhecida (possível prostituta em busca de trabalho), poderia causar ao se aproximar, principalmente nos momentos de disputas por clientes. Em regra, quanto menor o número de novatas, maiores costumam ser os ganhos de quem já está na casa ou boate há mais tempo. Desse modo, os receios de que pudesse interferir nas dinâmicas da relação entre clientes e prostitutas, especificamente nos processos de sedução dos clientes, me acompanharam por todos os cantos da zona do amor. Aliados às dificuldades encontradas no seio da organização de prostitutas, esses temores evidenciavam, portanto, os obstáculos que encontraria para seguir o curso de suas gramáticas relacionais. Ainda assim, por sorte, alguns minutos após as entrevistas realizadas nos dias que atencederam essas percepções, Socorro havia se prontificado espontaneamente a ser a principal interlocutora da pesquisa em Belém. Trocamos contatos e passamos alguns dias nos comunicando apenas por mensagens de texto, nosso combinado foi esperar por momentos em que ela estivesse de folga para nos reencontrarmos.

Ela conhecia bem as ruas do bairro e acumulava décadas de experiência em diferentes casas e boates da região, e, antes mesmo do reecontro, fez questão de me explicar as diferenças nas formas de trabalho nas casas e boates, assim como me informou que, na região, já eram raros os estabelecimentos com altos rendimentos, com valores de programa a partir de 100 reais por hora. As casas de prostituição, diferentemente do que vi no estado de São Paulo, não eram entendidas como sinônimos para boates ou *pubs* onde também se realizava o trabalho sexual, mas constituíam-se de forma estruturalmente distintas quanto à organização dos quartos, mesas, salão e outros comôdos. Nessas casas, o horário de funcionamento não costumava se estender até tarde da noite e avançar pela madrugada, o que as distanciava de casas noturnas

(como termo também utilizado indiscriminadamente para se referir a boates). Além disso, a abertura das portas e janelas durante o dia tornava o ambiente mais parecido com uma residência comum do que com uma boate, apesar das luzes artificiais em cores vermelhas, azuis piscando continuamente. A disposição dos quartos também não lembrava a de motéis, e o formato da recepção lembrava as salas de casas comuns, o que representava mais diferenciações.

A quantidade de trabalhadoras nas casas costumava ser menor que aquelas vistas na boate. Diversos arranjos quanto aos valores das comissões pagas às trabalhadoras pelo consumo de bebida ou pelo pagamento dos quartos em que realizavam programas, assim como o próprio preço do programa, variavam entre uma casa e outra, dependendo dos proprietários. Em algumas casas, além das diferenças da decoração e disposição dos móveis, as trabalhadoras podiam alugar quartos específicos para realização do programa e passavam a realizar o trabalho cotidianamente apenas nos quartos que alugavam. Essas informações, por sua vez, além de suscitar curiosidades sobre as dinâmicas relacionais entre as prostitutas que trabalhavam em casas de prostituição, ainda lembravam os comentários de Lourdes Barreto (2023) a respeito do surgimento das denominadas ‘casas de conforto’, que, com estrutura e funcionamento similar às citadas, surgiram após o fechamento da zona do quadrilátero e sua consequente degradação social, conforme descrito no capítulo anterior.

Sabendo que o número de trabalhadoras nas casas era relativamente menor e que as dinâmicas de trabalho poderiam ser diferentes, me questionei sobre a possibilidade de as relações entre elas ocorrerem de forma mais próxima e afetiva do que entre as mulheres que trabalham em boates. A princípio considerei também a construção de relações de parentesco. Na ocasião, Socorro me avisou de que preferia me encontrar em uma casa de prostituição onde trabalhava há alguns meses e comentou que, caso me interessasse em conhecer boates de prostituição consideradas de luxo, precisaria deixar o quadrilátero. Na casa em questão, ela possuía relações de amizade com algumas trabalhadoras e proximidade com a proprietária Pietra⁷⁵. Sentido-se segura em suas relações, a trabalhadora confiava que seria possível realizar entrevistas com suas amigas e acompanhá-la cotidianamente no trabalho.

A proximidade com que inscrevia suas relações ainda lhe possibilitava exercer outra função além do trabalho sexual. Àquela altura, Socorro realizava programas apenas esporadicamente, pois percebeu que, com o passar dos anos e o consequente processo de envelhecimento, a demanda de clientes diminuía, assim como os valores dos seus programas.

⁷⁵ O nome da casa, “Casa da Pietra”, assim como o nome da proprietária, foram usados de forma fictícia para garantir a discrição do local.

Diante disso, com a permissão de Pietra, ela começou a trabalhar também como manicure no local. Cumpria as duas funções e atendia como manicure as prostitutas que trabalhavam na casa, além de “fazer as unhas” dos clientes que já conhecia e que, no passado, foram seus clientes na prostituição. Por meio dos dois ofícios, Socorro se mantinha financeiramente e, quando podia, ajudava familiares e amigos.

Três dias depois das nossas primeiras trocas de mensagens, começamos a nos encontrar quase diariamente durante todo período que permaneci na cidade. Antes de me levar até a casa em que trabalhava, ela ainda me guiou em várias partes da zona do amor e me apresentou aos moradores, comerciantes, clientes e prostitutas que conhecia. Através desses passeios, tornamo-nos tão próximas que fui apresentada às outras prostitutas como sua protegida. A delicadeza com que a relação se inscrevia, por outro lado, indicava a minha exterioridade às formas de sociabilidade exercidas entre ela e suas colegas. Nós ainda extrapolamos o espaço da zona e conhecemos juntas alguns pontos turísticos da cidade. Convites para visitar a igreja que ela e Cinderela frequentavam também surgiram e cedi a alguns deles. A religião, aliás, era algo de extrema relevância para as duas, que constantemente afirmavam que “amigo é Deus”, como forma de ressaltar que a relação mais confiável possível seria constituída apenas com o divino.

Expansiva e sorridente na maior do tempo, a trabalhadora dificilmente falava sobre as relações da organização e, embora participasse de reuniões e grupos do *WhatsApp*, afirmava que seu cotidiano de trabalho não lhe permitia se envolver demasiadamente nos assuntos internos ao grupo. O que ela desejava me mostrar, portanto, não estava em meio às gramáticas relacionais estabelecidas dentro da instituição, mas no cotidiano de trabalho com outras prostitutas que, apesar de trabalharem em casas e boates inseridas no quadrilátero do amor e se beneficiarem das ações promovidas pelo GEMPAC, não participavam ativamente das deliberações, programas, e militâncias a ele relacionadas.

Por esse motivo, a pedido dela, passei a frequentar a casa da Pietra e a acompanhar suas atividades diárias junto às colegas de trabalho, que também eram suas clientes devido serviços de manicure. Socorro, sendo precavida, já havia conversado com a proprietária sobre a possibilidade de levar uma pesquisadora para realizar entrevistas com as mulheres que se dispusessem a falar. A ideia era, então, acompanhá-la em suas atividades e permanecer próxima durante todo o período em que estivesse na casa. Além disso, como ela sabia das minhas atividades laborais anteriores, isto é, que eu já havia frequentado e pesquisado em boates de prostituição por vários anos e que conhecia algumas dinâmicas comuns ao trabalho, a minha inserção na casa também se fundamentava nessas vivências.

Assim, em uma terça-feira, durante uma tarde quente e pouco chuvosa, fui até casa da Pietra. O local possuía uma fachada simples, sem placas ou quaisquer indícios de que fosse um espaço dedicado ao trabalho sexual, o que tornava impossível distingui-la de uma residência comum. As paredes, pintadas de amarelo e branco, já um pouco desgastadas, combinadas ao pequeno jardim cercado por um portão de ferro, com aberturas frontais estreitas, proporcionavam ao ambiente um ar nostálgico. Subitamente, o lugar lembrava uma daquelas típicas “casas de vó” comuns no imaginário brasileiro, onde tanto a arquitetura quanto a decoração do jardim remetem invariavelmente a estilos de épocas passadas, já em desuso.

A casa, portanto, desde sua fachada, não designava simplesmente um espaço geográfico ou coisas físicas comensuráveis, mas, seguindo as noções de DaMatta (1997, p. 8)⁷⁶ “representava domínios culturais institucionalizados e, por causa disso, foi capaz de despertar emoções, reações e imagens esteticamente emolduradas e inspiradas”. Essas percepções, contudo, não se sustentaram por muito tempo, pois, embaralhando as primeiras impressões, o som de uma música no estilo tecnobrega podia ser ouvido desde o portão, dando pistas sobre a animação do local. Na porta de entrada, sentada em uma cadeira de plástico, havia uma mulher de cabelos lisos, pele bronzeada, aparentando ter entre 30 e 40 anos. Assim que me viu, demonstrando estranhamento ou desagrado, franziu a testa e puxou os lábios para dentro da boca. Em seguida, desconfiada, questionou o que eu queria e a quem procurava. Pedi que chamasse pela trabalhadora Socorro, ao ouvir meu nome, a interlocutora veio depressa ao meu encontro e, ao me avistar, tratou logo de explicar à colega sobre minha função de pesquisadora.

Ao passarmos pela porta, havia um comôdo grande e vazio que lembrava uma sala de visitas, comuns nas casas brasileiras. Do lado esquerdo estavam as ferramentas de trabalho que Socorro utilizava como manicure, entre elas, cadeira própria para a atividade, estojos com esmaltes e uma pequena bacia com água. Na parede central, uma televisão de tamanho médio ligada com fios a uma pequena caixa de som que animava o lugar. Uma escada, com estrutura antiga e corrimão de madeira, localizada à direita do comôdo, levava aos quartos no segundo andar, que imaginei serem destinados à realização de programas. Não havia mais ninguém naquele espaço, apenas a interlocutora permanecia sentada em seu posto de trabalho, à espera de possíveis clientes que quisessem aparar ou pintar as unhas. O serviço completo custava 20 reais, mas, dependendo do movimento, ela costumava ofertar descontos.

Puxando-me pelas mãos, ela me levou até um estreito corredor que conectava o comôdo vazio aos fundos da casa. No corredor estavam os clientes, cerca de três naquela tarde,

⁷⁶ Para o autor, “casa” e “rua” são categorias sociológicas para os brasileiros.

e as prostitutas, cinco no local. Sentados em mesas de plástico, acompanhados por copos de cerveja, conversavam, ouviam e cantarolavam as canções em alto volume, modificando a paisagem inicial da casa e criando um clima mais convidativo, típico dos locais onde se exerce o trabalho sexual. Assim, logo dei-me conta de que a organização do lugar — com a frente calma e vazia e interior agitado —, era, antes de tudo, uma estratégia para disfarçar as atividades e afastar curiosos, como vizinhos insatisfeitos ou policiais. Ponderações que foram confirmadas posteriormente em conversas com a interlocutora.

A aparência híbrida da casa, com uma fachada de ‘casa de “família” e o interior agitado, característico das casas de prostituição, nos diferentes contextos em que o termo é empregado, demonstrava as disputas pela ocupação das casas e dos sentidos atribuídos a elas na região, onde habitam prostitutas, comerciantes e famílias. Além disso, a hibridez fazia lembrar a ilegalidade deste tipo de estabelecimento, aprofundada ainda mais pela continuidade do seu funcionamento ativo mesmo no cenário pandêmico, o que apontava para como aqueles sujeitos e as atividades desempenhadas ali, nos fundos da casa, estavam às margens das relações sociais legitimadas, tanto moral como juridicamente.

Adicionalmente, à medida em que avançávamos para o interior do ambiente, notei alguns olhares curiosos em nossa direção. Naquele momento, Socorro, assim como fez com a colega à porta do lugar, informou meus objetivos de pesquisa a todos que encontrava pelo caminho. Adjetivos como ‘mocinha’, ‘amiguinha’, ‘bibêlo’ ou ‘gracinha’ foram usados de forma carinhosa para se referir a mim enquanto me apresentava aos clientes e às prostitutas. As mulheres que vimos, em sua maioria, aparentavam ter entre 30 e 60 anos, tinham pele clara⁷⁷, vestiam saias, vestidos ou shorts curtos, sandálias de salto alto, usavam maquiagens e cabelos soltos e, assim como os clientes, não utilizavam máscaras de proteção contra o coronavírus. A princípio, não foram receptivas, e, mesmo aquelas que não estavam em companhia dos clientes, não quiseram interagir ou conversar comigo sobre quaisquer assuntos, fossem ou não relacionados à pesquisa. Algumas, inclusive, optaram por não se apresentar e permaneceram em silêncio, sentadas e sozinhas, com clientes ou conversando entre si.

Assim que percebeu que suas colegas não estavam dispostas a conversar comigo, a interlocutora me alertou de que as mulheres do quadrilátero, assim como algumas de suas conhecidas da organização de prostitutas, estavam acostumadas com muitos pesquisadores que aparecem para realizar entrevistas e que não retornam depois de colherem os dados, o que fazia

⁷⁷ Assim como descrito nas informações sobre o funcionamento da casa, não tive conversas longas com as trabalhadoras. Por isso, não foi possível apreender a forma com elas se identificavam racialmente. Trata-se, portanto, das minhas percepções.

com que algumas delas se sentissem usadas. Ao perceber que a insatisfação das prostitutas com as formas de gestão da pesquisa de alguns pesquisadores ultrapassava o GEMPAC e se estendia à zona do quadrilátero, novamente entendi que teria dificuldades nas tentativas de aproximação também junto àquelas mulheres. Esses incômodos e dificuldades suscitaram questionamentos éticos e ponderações que, há algumas décadas, figuram no centro das discussões sobre as diferentes metodologias de pesquisa utilizadas nas ciências sociais, e, mais especificamente, com as formas de construção das produções etnográficas na antropologia.

Levando em consideração que as mulheres do quadrilátero estavam, em certa medida, umas mais e outras menos, próximas ao grupo organizado de prostitutas ou dependiam de suas ações para manterem algumas ferramentas de trabalho, como na distribuição de preservativos, e que algumas eram beneficiadas por outras ações, como a distribuição de alimentos e recursos financeiros propiciado pelos projetos do grupo, outras dúvidas passaram a tomar minha atenção. A partir daquele momento, passei a me questionar sobre o que era esperado com a devolução dos dados da pesquisa por elas e pelo grupo, e sobre as formas de relação estabelecidas entre pesquisadores e prostitutas.

Pesquisas de caráter temporário e rápido, realizadas em poucos meses, aliadas aos sumiços dos pesquisadores, deixavam exposto não somente seu distanciamento com o movimento de prostitutas, como também pareciam fazer com que as mulheres percebessem suas atitudes como uma forma de indiferença à realidade socioeconômica em que estavam inseridas, ao trabalho que tinham em informá-los sobre suas vidas e seus saberes, e à disponibilidade com que interrompiam suas atividades diárias para atender entrevistas ou conversas com acadêmicos. Nesse cenário, ponderei se tal indiferença atrelada à realidade de depauperamento era compreendida como uma forma de desprezo. E, a partir disso, compreendi que a presença de uma pesquisadora recém-chegada não suscitava curiosidade, mas, sim, a lembrança incômoda de relações problemáticas com uma parcela de pesquisadores.

Além dessas dificuldades, um outro obstáculo se estabelecia. Enquanto circulava pelo local, olhares curiosos dos clientes e os questionamentos que faziam sobre minha presença (se estava ou não trabalhando como prostituta na casa) incomodavam, com razão, as mulheres que, ficavam insatisfeitas, e não se aproximaram de mim durante a primeira visita ao lugar. As barreiras colocadas diante das minhas tentativas de aproximação também foram direcionadas a Socorro que, naquele dia, não conseguiu acessar suas clientes e colegas de trabalho. Frente à recusa das trabalhadoras, deixamos de insistir na proximidade e retornamos à sala, ao posto da manicure.

Fui apresentada à proprietária da casa, que nos informou que eu poderia trabalhar no local, caso quisesse. Os programas variavam entre 30 e 60 reais por hora, raramente ultrapassando 80 reais, e as gorjetas eram pagas às mulheres que consumissem bebidas com os clientes. Diante do convite, agradei a proposta, e continuei com Socorro à espera de clientes para ela. No embalo do *tecnobrega* as horas passaram rapidamente, e alguns clientes insistiam de forma mais direta em realizar um programa comigo. Como conheciam a interlocutora, a chamavam até suas mesas para enviar propostas convincentes.

Entre as ofertas, havia convites para passear nas ilhas do Combú e do Mosqueiro, que abrigam paisagem naturais e restaurantes que servem pratos típicos da culinária paraense. Jantares e almoços surgiam como propostas mais frequentes, enquanto a possibilidade de um valor mais alto para o pagamento dos programas não era citada. Os convites também se estendiam a Socorro, que poderia ir conosco às ilhas e, por isso, ao voltar à mesa de manicure para me informar sobre o assunto, parecia entusiasmada e tentava me convencer a aceitar. Em uma das idas e voltas às mesas dos clientes, ela me contou que aquelas formas de trocas eram usuais entre as prostitutas e os homens que frequentavam a casa.

Ela já havia passeado e almoçado com alguns deles em troca de sexo e afirmou que essas práticas eram capazes de construir aproximações afetivas e até amizade entre elas e os clientes. Ainda de acordo com Socorro, as relações com eles eram consideradas importantes, pois, em momentos de necessidade, eles a ajudavam⁷⁸. Alguns dos amigos que ela fez na zona, por exemplo, davam-lhe algum dinheiro quando necessário, pequenos valores variando entre 20 e 50 reais, mas que eram essenciais à sua sobrevivência, utilizados para o pagamento de passagens de ônibus, corridas por transportes de aplicativos, alimentos, entre outros.

Após ouvir as descrições sobre a importância dessas relações, recusei os convites. Temia, principalmente, que as outras prostitutas me vissem como uma concorrente e que essas movimentações dificultassem ainda mais as minhas tentativas de aproximação. Assim, permaneci na sala junto à interlocutora, que compreendeu meus receios e não comentou mais sobre o assunto. Naquele dia, não consegui me aproximar das mulheres que estavam na casa e, assim que decidimos deixar o local, já no fim da tarde, Socorro demonstrava insatisfação com as posturas das colegas. Como o distanciamento acabou recaindo também a ela, se sentiu

⁷⁸ A ajuda retorna ao texto como uma categoria importante para pensar essas relações. Isso porque, as ajudas fornecidas pelos clientes e destinadas à interlocutora remetem novamente à noção trabalhada por Piscitelli (2011), que aponta como, no âmbito dos relacionamentos amorosos e sexuais, quando inserida em intercâmbios hierárquicos, a ajuda se relaciona com as noções de amparo, cuidado e afeto, expressas por meio da contribuição para a sobrevivência econômica e também do consumo de quem as recebe. No caso de Socorro, essas trocas eram compreendidas como uma forma de respeito, consideração e amizade.

decepcionada com a forma com que a trataram. Por ser ativa nos assuntos que envolvem o GEMPAC, algumas das prostitutas que trabalham na casa, e que estavam presentes no meu primeiro dia no local, costumavam procurá-la quando precisavam de camisinhas ou para se informar a respeito de possíveis datas para reuniões do grupo; por isso, sua decepção tornou-se mais intensa com relação às colegas. Para ela, as mulheres agiram de forma de ingrata diante das contribuições e disponibilidades que ofereceu em outros momentos.

Diante das dificuldades, no meio da tarde, deixamos a casa e fomos passear pelo centro da cidade. Com a confiança de que uma de suas amigas aceitaria participar de uma entrevista, a interlocutora sugeriu que retornássemos ao local no dia seguinte, e frente ao desconforto sentido diante das atitudes que nomeou ingratidão, mencionou, pela primeira vez, um conhecido ditado da região: **“puta só, ladrão só”**. Em seguida, complementou que a ingratidão não era algo inesperado, mas comum nas relações humanas, não apenas entre prostitutas. Terminamos a tarde tomando tacacá, um prato típico da região, e conversando trivialidades com alguns comerciantes locais, que passavam pelas ruas do bairro me falando das belezas naturais da região.

Apenas dois dias após ao combinado, consegui retornar à casa da Pietra, pois somente naquele dia a amiga de Socorro, que havia se disposto a participar da entrevista, estaria presente. Naquela tarde, as cinco prostitutas que estavam no local pareciam mais receptivas e sem compreender muito bem os motivos que subsidiaram as mudanças de posicionamento, atendi aos pedidos para experimentar outras comidas típicas do Norte brasileiro. Quando cheguei, por volta das 12 horas, não havia clientes no local, e por isso aproveitamos para conversar sobre a ‘cultura’ local. Enquanto almoçávamos, elas comentaram rapidamente sobre os modos de interação entre si e falaram do apreço que sentiam pela amiga Socorro. Sem se aprofundarem no assunto, relataram que suas relações se estreitavam diante da necessidade de apoio mútuo frente a condições financeiras difíceis.

Algumas delas precisavam de locais para morar temporariamente, de cuidados em situação de enfermidade, além de ajuda econômica para se locomover de casa para o trabalho. Embora alguns clientes contribuíssem ocasionalmente com pequenas remessas de dinheiro que ultrapassavam os valores e momentos do programa, era por meio dos cuidados e palavras de incentivo que trocavam entre si que elas conseguiam ajuda para lidar com as dificuldades que enfrentavam diariamente. Dentre as dificuldades, relataram a falta dinheiro para passagens, alimentação e contas básicas, como água, energia e aluguel, por exemplo.

Em nosso primeiro e único diálogo, elas ainda mencionaram como a casa onde Socorro mora foi, e ainda é, ponto de apoio para muitas colegas da zona. Algumas das mulheres,

inclusive, ficaram hospedadas na casa da interlocutora e passaram dias, e até meses, sob o mesmo teto que a amiga. Foi só naquele momento que percebi como a abertura aos meus questionamentos estava diretamente ligada aos pedidos de Socorro às colegas, que contava com a gratidão e carinho das trabalhadoras. Os relatos a respeito de suas relações se entrelaçavam ainda à história de vida da interlocutora, que foi contada ao poucos, no dia a dia.

Socorro, que não teve filhos e perdeu o marido há anos, contou que sempre abriu as portas de sua casa para as prostitutas que conhecia, uma vez que as amizades construídas na zona, além da relação com sua mãe, eram as fontes mais frequentes de afeto. As quatro prostitutas que conversavam conosco concordaram com a manicure e comentaram que, mesmo com familiares próximos, suas relações são mais intensas com as amigas do trabalho. Essas afirmações foram também contrapostas por lembranças de situações em que foram decepcionadas pelas amigas que fizeram na zona. Circunstâncias em que emprestaram dinheiro a uma amiga que não devolveu, ou em ajudaram alguém que, após ser socorrida, não teve a capacidade de agradecer ou de retribuir a ajuda em momento oportuno, foram narradas por Socorro como fatores de risco no estabelecimento de relações entre elas.

Nessa conjuntura, não ser grata, ao passo que remetia à ação de não retribuir às ajudas fornecidas pelos agentes das relações, era visto como um defeito atrelado a traços de caráter do sujeito ingrato da relação: pessoas que demonstravam ingratidão eram consideradas ruins, portanto, não seriam boas amigas, tampouco confiáveis. Assim como nas formulações de George Simmel (1964), a gratidão possuía, portanto, fundamental importância nessas relações, pois tinha capacidade para produzir reciprocidade mesmo diante da ausência de coerções externas. Além disso, no contexto das gramáticas relacionais entre as prostitutas, a emergência da gratidão residia na valorização positiva atribuída àquelas que eram capazes de retribuir as ajudas, ou ao menos de sentir-se gratas diante delas e prontas para ajudar a amiga quando necessário⁷⁹, uma vez que, ao retribuírem, fosse com conselhos ou empréstimo de dinheiro, eram consequentemente consideradas leais e boas amigas.

Portanto, similar aos estudos clássicos sobre o tema, a gratidão inicialmente parecia fazer o trabalho de coesão interna nos grupos de prostitutas, mas, considerando que estávamos lidando com gramáticas relacionais ambíguas e instáveis, a presença de apenas um sentimento não poderia, nem mesmo a princípio, ser suficiente para assegurar coesão ou estabilidade. Assim, desde a nossa conversa não houve outra opção senão apenas pensarmos em uma coesão contingencial, pois a ideia de estabilidade logo foi desmistificada por meio de um conselho

⁷⁹ Dinâmicas similares a estas podem ser encontradas no trabalho de Rezende e Coelho (2010).

ofertado no encerramento do almoço junto às interlocutoras que repetiriam: “*mana, é como diz o ditado, é preciso sempre lembrar que é puta só e ladrão, só*”.

O enunciado em questão pode facilmente ser encontrado em diversas páginas na internet, em blogs pessoais e dicionários informais, onde os relatos de diferentes pessoas que utilizam gírias típicas da região Norte do país explicam seus sentidos e funções. Esses *sites* geralmente o apresentam como um ditado famoso na região, e, em comum, todos sugerem que sua função é aconselhar ou alertar às pessoas que estão se associando a más companhias. Nesse contexto, um dos sentidos do enunciado possui similaridade com outro famoso ditado popular: “quem anda com porcos, farelos come”. Por outro lado, em alguns sites percebe-se que, embora o enunciado se repita, novos sentidos são atribuídos a ele, principalmente quando é utilizado para retratar as relações sobre sujeitos que compõem os grupos citados (putas e ladrões), indicado que em determinadas formas de trabalho “é impossível arranjar sócios de confiança” e, por isso, vale mais agir de forma individual⁸⁰.

Em convergência, as informações disponíveis nos diferentes *sites* apontavam como as figuras da puta e do ladrão representam os grupos de pessoas que, no imaginário social, não são dignos de confiança e, portanto, são considerados perigosos, arditos e vis. Dessa forma, mesmo nos relatos vistos nos blogs em que as pessoas escreviam sobre situações de traições de amigos (as) e namorados (as), que não tinham relação direta com o trabalho sexual ou com o crime, a expressão “puta só, ladrão só” abria ou fechava os textos, informando que eram conselhos “muito valiosos” ou “muito sábios” passados pelos pais ou avós. A figura do ladrão e da puta nas postagens, assim como na percepção de Socorro, surgiam, em última instância, como sinônimos de más companhias.

Assim, obter pistas sobre as funções do enunciado foi de extrema importância para nossas investigações, pois, se, de um lado, as desconfiças e traições permeavam as relações entre prostitutas, por outro, mesmo em um enunciado em que elas são figuras centrais, traições e dissensos emergiam como características comuns nas relações humanas. O que, à primeira vista, nos parece óbvio, adquire particular relevância, pois nos remete às formas com que dinâmicas conflitas têm sido analisadas em pesquisas que tratam de outras formas de trabalho,

⁸⁰ A expressão foi retirada do artigo de João Paulo Batalha (2001) publicada no jornal português Media livre, de circulação online. A presença do ditado em um veículo internacional demonstra suas possíveis origens e circulação em outros espaços ainda desconhecidos. Entretanto, como veremos nos capítulos na terceira parte da tese, o enunciado não é conhecido pelas mulheres que exercem prostituição em Portugal, e tampouco o redator do artigo é brasileiro. Como objetivo das investigações não residia em encontrar a origem do ditado, mas compreender sua produção e efeito, me limitei a analisá-lo apenas no contexto da pesquisa.

como no mundo corporativo⁸¹, por exemplo. E demonstra também como os conflitos não podem ser entendidos necessariamente como uma forma de desequilíbrio relacional, ou, como nos diria Marques, Comerford e Chaves (2007), ele é, sobretudo, inerente ao campo social. Por isso, ao investigar os conflitos à luz do imperativo de inimizade entre prostitutas, nesse novo cenário, optei, então, por seguir seus modos de circulação e os sentidos criados pelas interlocutoras.

Se o conflito, como ainda sugere Marques, Comerford e Chaves (2007), sofre variações ao longo do tempo e se constrói conforme a intensidade e as motivações presentes no universo de pessoas atingidas, e se essas variações e intensidades foram vistas no contexto da investigação no campo anterior, pareceu-me também mais enriquecedor considerarmos que as disputas entre prostitutas não podem ser simplesmente vistas como algo disruptivo, que surgem antes ou depois de períodos de calma, mas como processos que operam continuamente na relação. A partir dessas reflexões, surgiram novos questionamentos relacionados especificamente às experiências desse contexto, como: por que as prostitutas e outras pessoas da região associam as relações de putas às de ladrões? O que essa associação significa? E o que isso pode nos contar sobre suas gramáticas emocionais?

Retomando a conversa com as prostitutas, ainda sem esquadrihar os motivos que as levavam a repetir um ditado aparentemente autodepreciativo, elas decidiram voltar ao trabalho e se preparar para a chegada dos clientes. Foi apenas duas horas depois do nosso almoço que uma delas se dispôs a responder às perguntas da entrevista. Eva, uma mulher que considerava branca, com idade variando entre 40 e 50 anos, cedeu a entrevista em favor dos pedidos de sua amiga Socorro. Ela pediu que nos dirigíssemos a um quarto localizado no final do estreito corredor, nos fundos da casa. Ao chegarmos no pequeno cômodo, que tinha cerca de 10 metros quadrados, sem janelas, e um pequeno banheiro também apertado, ela pediu que eu me sentasse na cama junto com ela, e que a amiga nos esperasse do lado de fora do quarto. Logo que iniciamos a conversa, Eva orgulhosamente contou que era uma prostituta ‘viajada’ e que já havia trabalhado “*até mesmo no sul do país*”. Em suas experiências em diferentes zonas de prostituição, ela observou que a amizade entre prostitutas é algo raro. Em seus argumentos, afirmava que

“Tem a competição, elas se acham menos que as outras e puxam o tapete uma da outra [...] até existe proximidade, mas ocorre por idade, religião, ter a mesma vida. Nunca tive problemas de riscos com clientes, mas as “colegagens” ajudam na sobrevivência. É o velho

⁸¹ Como o de Ricci, Lima e Begamini (2017) que retratam a presença de embates e traições em um universo de trabalho permeado disputas e concorrências. Diferentemente do que ocorre nas pesquisas presente na tese, no contexto investigado pelos autores, as disputas se desenvolvem somente em relação à concorrência de mercado.

ditado da minha avó, que até eu passo para os meus filhos: ‘puta só, ladrão só’. Não vá por amizade, tititi, não tem esse negócio de amizade na zona. Tenho amigas fora daqui, conheci amigas aqui, mas agora elas tão fora, se casaram.”

De maneira semelhante ao que faziam as interlocutoras do primeiro contexto investigativo, Eva diferenciava a amizade estabelecida fora do trabalho e aquelas relações vivenciadas entre as prostitutas na zona. Embora utilizasse o termo “colegagem” para se referir as relações na zona, igualmente demonstrava os transitos e diferenciações dos afetos implicados para cada modalidade relacional. Apesar do compartilhamento de afinidades e atividades cotidianas, para Eva, não havia possibilidade de confiança e sentimentos considerados genuínos como a compaixão, por exemplo; sendo mais importantes as disputas e as solidariedades contingentes. Ainda de acordo com a entrevistada, nas “colegagens”, ainda que fosse desejável que uma colega retribuísse uma ajuda ofertada em algum momento de necessidade, não se esperava que todas agissem com base no sentimento de gratidão. E, quando algumas retribuiam ou eram leais a outras, os atos eram recebidos com surpresa e, por vezes, eram classificados como lealdade, algo que, ainda de acordo com ela, só as mais sinceras eram capazes de demonstrar.

No caso das amigas, por outro lado, suas relações ocorriam exclusivamente fora do ambiente de trabalho e eram marcadas por gramáticas relacionais nas quais qualquer dubiedade era refutada em favor de um ideal de amizade construída sobre as sólidas bases da confiança e da sinceridade mútua. Ao falar sobre a relação com Socorro, Eva ainda afirmou que a amizade entre as duas só foi possível devido ao contexto em que se desenvolveu: quando ambas estavam casadas e sem exercer a prostituição. Em suas percepções, a amizade entre mulheres seria possível e até desejável, mas entre prostitutas, jamais. Além disso, ela se referia especificamente às mulheres casadas como possíveis amigas, o status civil surgia como um marcador importante para as relações entre mulheres, fossem prostitutas ou não.

Nos momentos finais da nossa entrevista, ela recorreu novamente ao enunciado para resumir seu posicionamento sobre o assunto. Só então me lembrei de que, mesmo no espaço do GEMPAC, já tinha ouvido o ditado, brevemente, como um conselho capaz de demonstrar os saberes das prostitutas experientes.

*

Depois de encerramos a entrevista, Socorro, Eva e eu nos sentamos na área dos fundos da casa, e quase imediatamente um cliente nos foi apresentado. A intenção era que eu aceitasse realizar um programa com ele. Além da surpresa, senti receio em aceitar a proposta da Pietra que, desde o primeiro dia em que cheguei na casa, havia me pedido para realizar um

programa no local. Temi que, mesmo evitando as investidas, as relações direcionadas a mim começassem a remontar aquelas estabelecidas na boate no interior de São Paulo. Afinal, analisar as configurações das relações entre prostitutas sem que me vissem como uma “supeita” ou uma provável concorrente, me permitia, em certa medida, me despir das desconfianças e até desconfortos experienciados antes.

Logo que perceberam as movimentações de Pietra, as outras trabalhadoras passaram a nos olhar fixamente e a cochichar entre si. Após o ocorrido, deixei o local e voltei algumas vezes apenas para acompanhar Socorro em suas atividades cotidianas, sem me envolver em conversas sobre programas ou em diálogos com clientes. Foi em meio a essas idas ao seu local de trabalho, e diante do aparente desconforto que minha presença gerava nas suas colegas prostitutas, que receavam perder o interesse dos clientes, e o demonstravam por meio de mais distanciamentos, cochichos e olhares, que Socorro me contou sobre uma boate considerada luxuosa e muito famosa na cidade, assim como em toda região norte país, e sugeriu que eu fosse conhecer o lugar, que, coincidentemente, ficava ao lado de sua casa.

Antes de seguir até a famosa boate, perguntei a Socorro se as suas colegas haviam relatado algum descontentamento quanto aos convites para realização do programa. Ela, então, me lembrou que as insatisfações antecederam o ocorrido, pois foram constituídas, desde o início, através das desconfianças quanto às intenções de pesquisadores e os seus repentinos sumiços, aliados ao fato de que minha presença despertava curiosidade dos clientes. Dada a dificuldades para me aproximar das prostitutas que trabalhavam na casa de Pietra, e considerando que a interlocutora conhecia o gerente da boate e estava disposta a intermediar nosso contato, mais uma vez precisei conhecer outros espaços, desta vez uma boate localizada fora das ruas que circundavam o Quadrilátero do Amor, onde passei a maior parte do tempo enquanto estive em Belém, sem, no entanto, me afastar de Socorro.

*

Na tarde seguinte às sugestões da interlocutora, o gerente da boate me enviou uma mensagem na qual ele combinava um horário para nos encontrarmos. Nessa nova conjuntura, conversaríamos sobre as minhas aprendizagens nas boates que frequentei. Meu objetivo era conhecer a boate e me aproximar de outras possíveis interlocutoras. Um dia depois de trocarmos mensagem, Socorro me levou ao local e, assim que chegamos, os grandes portões de ferro estavam fechados, e a fachada do prédio, pintada nas cores vermelha e preto, indicava que se tratava tanto de uma pousada quanto de uma boate. Os seguranças nos direcionaram até a parte dos fundos, onde entraríamos para chegar no escritório do gerente. A boate era imensa

e ocupava todo um quarteirão do bairro, por isso, tivemos que caminhar alguns metros até avistarmos uma guarita, vigiada por uma funcionária que também era conhecida por Socorro.

Após passarmos pela guarita, atravessamos um vasto espaço, onde, em alguns pontos, pequenas construções, que pareciam quartos com garagens individuais, estavam espalhadas. A paisagem lembrava a de um motel, com quartos dispostos lado a lado e com espaço para circulação de carros. Enquanto caminhávamos, vimos ainda um pequeno escritório ao lado da recepção da boate/pousada. Nesse ponto, a prostituta experiente não pôde avançar, pois o gerente, um homem alto, forte, com idade variando entre 40 e 50 anos, sugeriu que me sentasse sozinha em um dos sofás e passou a perguntar sobre minhas pesquisas, as boates que conhecia, minha idade, e como conheci a casa noturna mais famosa de Belém.

Por fim, pediu que eu me levantasse para que pudesse observar meu corpo. Ao ficar em pé, constrangida, girei em torno de mim mesma para que ele pudesse analisar. Ocorre que, no local, apenas poderiam circular mulheres aparentemente jovens, magras ou com corpos torneados, exceto pelas funcionárias que não precisam se enquadrar nesse mesmo padrão. Depois de informar que era pesquisadora, com informações sobre as regras, multas por mal comportamento, gorjetas por doses de bebida consumida, e sugestão para o uso roupas curtas, mas não excessivamente vulgares, deixei o escritório. Os valores dos programas variavam entre 100 e 150 reais a hora, um montante considerado muito baixo nas boates consideradas de luxo em outras regiões do país.

Um funcionário logo me encaminhou ao alojamento das garotas para que pudesse conhecê-lo e decidir se permaneceria alojada ou se alugaria um dos quartos da pousada. No local, havia beliches instalados em cômodos apertados, e a ausência de janela para a circulação de ar (um grande risco principalmente no cenário ainda pandêmico), além da falta de armários individuais para os pertences das prostitutas, dificultavam a estadia no alojamento, apesar de gratuito. Assim, a conselho de Socorro, que me acompanhava, optei por alugar um dos quartos da pousada. Ao entrarmos no prédio onde ficavam os quartos alugados e o salão da boate, encontramos com diferentes funcionários, incluindo a recepcionista, camareiras e os seguranças, todos conhecidos por Socorro. Ela me apresentava como sua amiga e protegida, e sempre que encontrava alguém, solicitava que tivessem mais atenção e cuidados comigo do que com outros hóspedes.

Por ser a boate mais famosa e com valores de programa mais caros da cidade, a interlocutora ainda admitiu que, quando mais jovem, teve vontade de trabalhar no local e que se animava com a minha presença naquele lugar. Diante disso, passou a me aconselhar cotidianamente a respeito da relações com outras garotas. Entre os aconselhamentos ouvi que

era preciso ter cuidado para não me misturar com outras moças, o enunciado aprendido no quadrilátero era repetido constantemente e sustentava-se nas lembranças consideradas tristes sobre as relações que estabeleceu com algumas prostitutas quando era mais jovem. Situações em que abrigou durante meses amigas em sua casa, mas que partiram e nunca mais mandaram notícias, assim como outros casos em que alguma prostituta com quem tinha relação de proximidade a acusou de práticas que ela não havia realizado (como falar de mal uma colega ou ficar com o cliente de uma outra), ou ocasiões em que emprestou dinheiro e nunca devolveram, também foram citados e se assemelhavam àquelas querelas vistas entre outras prostitutas.

Em quase todos os dias em que estive na boate passávamos nossas tardes juntas, ficávamos no pequeno quarto alugado na pousada, comíamos bobagens e rememorávamos as histórias e os saberes que a experiente prostituta guardava e que sentia orgulho em compartilhar. Ela tinha feito muitas amizades no contexto de trabalho, não apenas com outras trabalhadoras, mas com clientes, funcionários e com os donos das casas onde trabalhou. Mesmo após o seu casamento, relação que fez com que deixasse a zona por pelos menos uma década, ela manteve a proximidade com as ex-colegas e as ajudava com conselhos e empréstimos de dinheiro, quando podia. Em muitas ocasiões, senti que as amigas não retribuía os cuidados e que, como já aponte, era a ingratidão o grande motivo dos desentendimentos entre as prostitutas. Ainda assim, Socorro não perdia as esperanças nas relações de apoio e amizade e fomentava a criação e manutenção das relações com trabalhadoras que ainda não havia se decepcionado.

Além disso, como mencionei anteriormente, para Socorro, a dificuldade nas relações que envolvem afetos e cuidados não eram exclusivas às mulheres que exercem a prostituição, tampouco era somente uma questão de gênero. Em suas percepções tratava-se de uma característica humana, *“gente ruim tem em todo lugar, por isso é puta só e ladrão só”*. Essas expressões demonstravam que, apesar de a “ruindade”, que englobava traições, fofocas e disputas, ser considerada uma característica humana, entre prostitutas ela não era encarada com surpresa, mas como algo esperado da relação.

Melindrada com as decepções que viveu não só com prostitutas, mas outras pessoas que conheceu fora do ambiente de trabalho, ela utilizava expressões do cotidiano, como provérbios populares, para transmitir os conhecimentos que obteve a partir de diferentes contextos relacionais. Expressões como “a gente não mexe com quem não conhece” ou “todo cuidado é pouco” expunham como a desconfiança, atrelada ao pessimismo sobre o que pensar ou esperar dos outros, era vista como uma expertise adquirida por quem conheceu pessoas de diversas posições sociais, desde clientes endinheirados até os pobres, prostitutas, religiosos e

outros, e vivenciou situações afetivas e materiais difíceis. Ela fundamentava suas percepções sobre a vida em uma espécie de saber que se aprende na luta cotidiana por sobrevivência dentro e fora da zona.

Entre os convites que recebia de Socorro para conversarmos sobre diferentes assuntos, passei a frequentar sua casa, conheci sua mãe e fui recebida de maneira acolhedora, com conversas acompanhadas por cafés e tapiocas. O cuidado que ela havia implicado nas ruas do quadrilátero também se estendeu às preocupações e curiosidades que tinha em relação ao perfil dos clientes e das trabalhadoras da boate, e, portanto, se eu estava me sentindo bem ao circular pelo local. Ao passo em que falávamos sobre a boate dos cuidados necessários na noite, ela me oferecia mais conselhos sobre os comportamentos que deveria ter com as prostitutas.

Esses conselhos, aliados ao acolhimento, faziam-me sentir que estava novamente em meio a um processo formativo, aprendendo sobre algumas nuances do trabalho naquela região, como nas boates em que fui tratada como “novata”, quando algumas das mulheres me acolhiam e contavam os modos de funcionamento local. Ouvi diversas histórias sobre como clientes tiravam o preservativo sem autorização e sobre os riscos que ela havia enfrentado quando utilizou modelos de negociação em que os valores deveriam ser pagos depois do programa, correndo perigo de não ser paga.

Da mesma forma que ocorria com as memórias evocadas coletivamente que, entre outras coisas, visavam denotar a força coletiva e individual das mulheres que compunham o grupo de prostitutas, Socorro tinha em suas lembranças a fonte para os conselhos que me ofertava e organizava, por meio delas, as narrativas sobre uma vida de lutas e resistência. Sentia-se, apesar de tudo, mais esperta do que vítima. Quando me contava sobre sua história de vida e me mostrava sem muitas cerimônias as dificuldades materiais, ela não evocava a categoria de vítima para solicitar, com legitimidade, possibilidades de ajuda em relação às suas necessidades. Orgulhosa de suas expertises, dizia que aceitava contribuições financeiras, que precisava delas, mas que também era capaz de, no dia a dia, “se virar”, lutar sozinha e “dar um jeito” na situação.

Sem romantizar suas batalhas cotidianas, a prostituta acentuava a compreensão de que, nas dinâmicas relacionais com quaisquer outros sujeitos, é preciso admitir a existência de contradições e, por isso, acreditava ainda que *“cada um zelar por si, e Deus olha por todos”*. Vez ou outra, repetia que *“amigo é só Deus”*, também por isso tinha gosto em ir à igreja. Nesse sentido, suas ponderações remetiam às de Patrícia Birman (2009), que analisou como a conversão às igrejas evangélicas, que era o caso de Socorro e Cinderela, tem se dado principalmente entre os grupos sociais ‘subalternos’, “uma vez que as pessoas que compõem

esses grupos têm sido, ao mesmo tempo, testemunhas, vítimas e atores das reconfigurações das margens constantemente referidas à violência e à criminalidade” (p. 322). Diante da contradição, Socorro acreditava que apenas Deus poderia ser uma certeza de proteção contra as adversidades que enfrentava, e, assim, era bom que cultivasse amizade com ele. O cultivo dessa amizade com Deus, realizado por meio de visitas esporádicas à igreja Universal, surgia, portanto, como uma tentativa de mobilização de agência, pois, temente a Deus e protegida por ele, ela tinha uma forma de se precaver contra possíveis inimigos.

Deus, como uma autoridade divina compreendida como força suprema capaz de ofertar redenção após a vida, proteção e prosperidade na vida terrena, naquele contexto, emergia como uma de instância garantidora de justiça (Feltran, 2010). A constante evocação de sua proteção informa ainda como, em alguma medida, através da fé, ela se sentia capaz alterar as formas de organização de sua realidade. Isto porque, ao crer na proteção divina e no necessário arrependimento para salvação, a prostituta entendia que modificava suas condutas morais, comportamentais e relações no cotidiano.

A desconfiança, como sentimento constitutivo de suas gramáticas relacionais, assim como as constantes afirmações de que estava na batalha e era capaz de se virar sozinha, atreladas ao pessimismo nas relações como forma de antever ou não se machucar com possíveis surpresas ruins (como traições das amigas), ganhavam alento em sua crença de religiosa. Afinal, Socorro manejava a fé também diante da necessidade de se sentir protegida contra as adversidades que enfrentava. Não por acaso, como bem salientou Lopes (2017), as religiões, enquanto matrizes morais, sobretudo no processo de conversão ao (neo)pentecostalismo atribuem valor a experiências de vida muitas vezes consideradas malditas, pois, por meio da ressignificação de suas trajetórias, tem-se o poder da salvação e o testemunho de mudança.

Entretanto, ainda que a relação de proteção espiritual contra as adversidades seja requerida por grupos subalternos, e aqui vale considerar como, diante das figuras da puta e dos “bandidos”, os evangélicos adotam uma postura mais salvacionista do que criminalizante (Lopes, 2017), é importante destacar que são justamente as desconfianças e as instabilidades, geradas por um contexto de conflitos e dificuldades, que, por vezes, emergiam como a força motriz para essas pessoas buscarem pela crença religiosas. Fatores que, finalmente, aproximam as dinâmicas relacionais observadas entre prostitutas daquelas descritas nas etnografias sobre o “crime”. É, portanto, compreendendo algumas nuances dessas relações que se torna possível entender como e por que o enunciado “puta só, ladrão só” opera.

Ao refletir sobre as proximidades e os jogos de força que estão envolvidos nessas relações, no entanto, não tenho a intenção de promover correlações automáticas entre aquilo

que se convencionou chamar de “mundo do crime”, como bem definiu Gabriel Feltran (2008)⁸², e as relações entre prostitutas, ou, mais especificamente, com o conceito de putaria. Embora ambas as noções tratem, em última instância, de economias morais próprias aos contextos investigados, uma correlação direta entre elas seria um enorme equívoco, pois não passaria de uma tentativa de encaixar ou adaptar uma à outra, o que só funcionaria caso desconsiderássemos as diferenças de gênero e as particularidades das dinâmicas relacionais na prostituição, que podem variar radicalmente dependendo do âmbito de trabalho.

Por isso, o que me interessa é a linguagem comum que os dois grupos, puta e ladrão, vivenciam de forma parecida, mas não idêntica. As noções de conflito apontadas anteriormente não foram, portanto, apresentadas inocentemente, elas, além do que já vimos, demonstram como o conflito, enquanto fluxo que perpassa diferentes grupos sociais, carrega uma linguagem intrinsecamente ambígua, capaz de abrigar perspectivas opostas. Explico-me, de acordo com Marques, Comerford e Chaves (2007), a linguagem da intimidade e da confiança, ainda que seja capaz de anunciar solidariedades dos grupos nos enfrentamentos contra problemas externos, não pode ser dissociada da linguagem da traição e da desconfiança, que suscita a todo momento a possibilidade e a suspeita de um inimigo interno, o que faz com que o conflito gere novos outros conflitos para cada parte envolvida. Considero importante seguirmos as formulações dos autores, uma vez que, para eles, a linguagem da intimidade/confiança e a linguagem da traição/desconfiança não necessariamente estão dissociadas, o que é totalmente plausível, já que raramente uma relação é capaz somente de promover homogeneidade e apaziguamentos, sem a existência de discordâncias e de alguns conflitos internos (Marques; Comerford; Chaves, 2007).

Desse modo, ao deixar de lado a visão funcionalista sobre o tema, através da qual os conflitos somente podem ser vistos positivamente quando promovem a unificação dos “de dentro” contra os “de fora” do grupo, suas análises promovem a percepção de que as fronteiras (dos dentro e dos de fora) estão o tempo todo em questão (Marques; Comerford; Chaves, 2007, p. 38). E é justamente neste ponto que encontramos uma linguagem emocional comum à ‘Putaria’ e o ‘Ladrão’, pois, cada qual a seu modo e dependendo do contexto em que estão inseridos,

⁸² Para o autor, o “mundo do crime” é definido como um “o conjunto de códigos sociais, sociabilidades, relações objetivas e discursivas que se estabelecem, prioritariamente no âmbito local, em torno dos negócios ilícitos do narcotráfico, dos roubos, assaltos e furtos” (Feltran, 2008, p. 31). Importa notar que, em sua compreensão, o termo “crime” não é reduzido às práticas passíveis de serem enquadradas como ilícitas, ao invés disso, amplia-se essas noções e o termo “mundo do crime” passa a abranger os códigos éticos e morais inerentes a um regime normativo: o regime criminal.

estão sempre atentos ao estado das relações dentro de suas comunidades. No caso destes últimos, ao ponderarmos que “estão no crime”, e que

estar no crime” é a condição daquele que “faz” a sua própria “caminhada”, e [...] que quem a faz, com efeito, “tá na correria”, “tá no movimento”. E “estar no movimento” não é outro fluxo (para não dizer coisa!) senão definir e redefinir aqueles que são seus “aliados” e aqueles que são seus “inimigos”, ao mesmo tempo em que se é alvo de apreciações análogas (Marques, 2016).

A partir das reflexões de Adalton Marques (2016), compreendemos ainda que a noção de “crime” não se define apenas pela distinção entre aqueles que cometeram infrações penais e aqueles que não cometeram. Conforme as elaborações do interlocutor do autor, trata-se de um conjunto dos “ladrões”, “parceiros”, “camaradas” que são considerados “pelo certo”, “de proceder”. Com base nessas elocubrações, meu argumento é que a solidão propagada como um alerta entre putas, e sua aproximação com a figura do ladrão, está na derivação das questões apresentadas, ou seja, a linguagem do conflito presente tanto no “mundo do crime” como na putaria é perpassada pela constante e perpétua definição e redefinição de “aliados” e “inimigos”, internos e externos. Disso decorre a apreensão de que o conflito é uma instância constitutiva dessas relações, mas que são vividas de formas distintas.

São distintas por diversos motivos, dentre eles podemos notar a noção de proceder, por exemplo, que, como um conjunto de regras e condutas, específico, localizável variável e que atende às expectativas de comportamento no dia a dia do “crime” (Marques, 2009), sequer costuma ser ponderado entre as prostitutas, em todos os âmbitos em que já estive, como uma necessidade para construção de relações. Entre elas, por outro lado, mesmo que uma amiga ou colega cumpra as expectativas do que se espera de uma boa e sincera prostituta, isto é, que não “atravesse” às outras ou que seja grata pelas ajudas recebidas, apenas o ato de trabalhar na prostituição já produz expectativas conflitivas. Afinal, como demonstrei, nas experiências que antecedem ao quadrilátero, e nele, (não me refiro às prostitutas integrantes do GEMPAC), espera-se que as colegas de zona traiam, ou sejam ingratas umas com as outras.

Essas rápidas comparações não são inúteis e servem para demonstrar como seguir o caminho comparativo não seria rico para nossas problematizações. Além disso, confirmam que as formas de organização das gramáticas relacionais são notoriamente diferentes. No caso das prostitutas, as desconfianças e reavaliações entre amigos e aliados são moldadas por afetos e dinâmicas que partem da premissa de que as colegas ou amigas são, potencialmente, inimigas e rivais, e que, invariavelmente, irão decepcionar sempre que possível. Isso frequentemente ocorre porque, em parte, é comum que as prostitutas associassem umas às outras a características

internas, de personalidade e comportamento, muitas vezes valoradas negativamente, como malícia, inveja, “traíração”, entre outros.

Adicionalmente, como destacou Eva em sua entrevista, confiança e lealdade eram esperadas e endereçadas às mulheres que viviam fora do contexto da prostituição, especialmente para mulheres heterossexuais e casadas. Acontece que a figura da mulher casada apresenta, para algumas outras mulheres, além de um ideal a ser alcançado, alguém que oferece menos risco, pois, casadas, em tese, se ocuparão mais de seu casamento do que com disputas com outras mulheres. Portanto, a linguagem do conflito apresenta peculiaridades entre prostitutas, porque, além de se entrelaçar às dinâmicas de trabalho e ao estigma da puta, remonta as rivalidades femininas e reflete o processo de subjetivação por gênero, no qual a rivalidade e suas querelas compõem um papel importante nas dinâmicas relacionais e afetivas compartilhadas entre mulheres.

Entretanto, longe de simplificar as complexidades presentes nessas dinâmicas, o que me importa, assim como a todos que reproduzem o enunciado, é que a Puta assim como Ladrão estão constantemente recalculando e questionando: quem são, de fato, os inimigos?

Não por acaso em nossas conversas diárias, Socorro formulava conselhos baseados na atenção ao fato de que prostitutas são e devem ser espertas diante dos outros — quaisquer outros, colegas, clientes, funcionários, policiais, vizinhos, familiares, etc. Expertise como sinônimo para desconfiança e “jogo de cintura”, faziam ver que as putas profissionais, aquelas sábias e versadas na “vida”, similar ao que aponta Marques (2009) no que ocorre no processos formativos dos “ladrões”, precisam agir como um bom jogador de baralho: “tem que ser ligeiro na hora certa [...] ligeiro não pode errar” (p. 83). Isso significa que sujeitos espertos sempre desconfiam e estão um passo à frente dos demais, o que os leva, em determinado momento, a estarem sozinhos, ou, no máximo, com Deus.

Ainda assim, embora as proximidades entre as duas figuras possam ser analisadas através da linguagem do conflito, essas considerações são apenas o ponto de partida. Outras dinâmicas afetivas surgiram nas experiências na famosa boate paraense e não permitiram que pudéssemos esgotar o assunto de forma precipitada. Como veremos, o enunciado “Putas só, Ladrões só”, conforme os termos foucaultianos, como uma unidade de significado dentro de um sistema discursivo, que vai além de uma simples frase (Foucault, 1972), não explicava ou fechava as relações em modelos pré-estabelecidos que apenas eram repetidos pelos diferentes agentes, mas era vivido e interpretado de diferentes formas pelas prostitutas, sendo influenciado pelas ‘verdades’ que circulavam em cada contexto.

Observando que o enunciado operava dentro de um regime de saber associado a um provérbio popular na região, no qual estava contido um poder social baseado na ameaça e capaz de regular comportamentos, pois caso o ouvinte não agisse do modo como a experiência determina, poderia sofrer as consequências por sua desobediência⁸³. Senti receio ao descer para o salão, temia que ao desobedecer às recomendações de Socorro, aquelas que sustentavam seus conselhos, tivesse que arcar com as consequências anunciadas por ela. Com a advertência de que a “puta é só”, os temores se intensificavam a partir de um estranhamento muito comum também entre trabalhadoras sexuais quando mudam de zona: o desconhecimento sobre os modos de funcionamento da boate costuma gerar um retraimento inicial.

4.1 Na boate, mas com “as garotas de site”

Nas negociações com o gerente da boate, as conhecidas expectativas de que eu pudesse trabalhar no local, combinadas com as minhas experiências anteriores, garantiram que eu tivesse a liberdade para circular pelo salão, desde que não incomodasse clientes com o assunto da pesquisa. Entretanto, me vestir de maneira diferente, a ponto de me destacar das garotas que trabalhavam no local, nesse cenário, não foi uma opção considerada. Assim, às 23 horas de uma quinta-feira em 2021, desci até o espaço. O local era amplo, com aberturas no teto que permitiam a circulação de ar. Tinha um formato circular, e nos fundos, havia um bar onde comercializavam bebidas também típicas, como a caipirinha de Jambu. Um palco grande e mais alto que o usual para as boates de prostituição rodeava o salão, e era o local onde as garotas se apresentavam para shows de dança erótica (sem tirar as roupas) e *striptease*. Mesas de plástico de cor amarela compunham o ambiente que ficava frequentemente lotado. Por ser um local espaçoso, com estrutura capaz de abrigar eventos dos mais variados tipos, como musicais e até encontros políticos, uma grande quantidade de mulheres circulava pelo salão. Cerca de 80 garotas passaram pela boate no tempo em que estive por lá, quase nenhuma delas, assim como clientes e funcionários, usava máscaras de proteção contra o vírus pandêmico.

Mulheres jovens que aparentavam ter idades entre 18 e 28, em sua maioria com pele clara⁸⁴, com cabelos lisos e longos, andavam de um lado a outro vestidas com roupas que poderiam ser facilmente usadas em baladas comuns. Saias curtas e soltas, vestidos colados,

⁸³ Sobre diferentes análises a respeito da força de um provérbio, surgiram Arewa e Dundes (1964) e Vellasco (2000).

⁸⁴ A maioria delas possuía pele clara, mas algumas apresentavam possíveis traços de ascendência indígena. Dada a diversidade dos contextos, considerando que não conversei com a maioria delas e sabendo que a identificação étnico-racial poderia variar a partir de suas próprias autopercepções, optei apenas por essa forma de descrição.

calças de tecido, sandálias de salto alto, maquiagens, pequenas bolsas penduradas nos ombros ou carregadas pelas mãos, eram as formas mais comuns com que se arrumavam. Foi interessante observar que, apesar da variação das idades, era notável que em maioria estavam aquelas com feições muito jovens, entre 18 e 20 anos, e com ar pueril passeavam pelo salão sempre muito animadas, risonhas e serelepes.

Naquela boate, não era proibido iniciar uma conversa com o cliente, e as garotas podiam se aproximar das mesas para se apresentarem ou chamá-los para dançar ao som das músicas que tocavam, sempre nos ritmos do sertanejo universitário ou do tecnobrega. O volume era tão alto que lembrava os sons das disputas de aparelhagens⁸⁵ corriqueiras na região paraense. O espaço central do salão, que era próprio para os dançantes, ficava lotados de clientes e garotas que dançavam colados, corpo a corpo, e logo se retiravam em busca de um quarto para realizar os programas.

Nas primeiras noites em que desci ao salão, tentei me aproximar de algumas garotas, mas, sem muito sucesso, passei pelo menos três dias sem conseguir conversar com nenhuma uma delas. Observei que o fluxo de entrada e saída das trabalhadoras era intenso; muitas delas, especificamente aquelas que observei à distância, passavam apenas dois dias na boate, o que dificultava ver os mesmos rostos cotidianamente e estabelecer uma relação de proximidade. As diferenças etárias também tolhiam algumas aproximações, como no caso em que tentei me avizinhar de uma garota que tinha cerca de 18 anos. Estávamos no banheiro da boate retocando a maquiagem, e ao perceber minha aproximação, sorriu e questionou a minha idade e de qual estado do país eu vinha. Assim que contei que tinha 28 anos, ela se surpreendeu e questionou o que eu ainda fazia “*com essa idade*” circulando na zona. Eu ri e, antes que eu pudesse explicar os motivos que me levaram até ali, ela mexeu em seu celular e disse que uma amiga a chamava.

Nos dias seguintes, não vi mais a moça, que provavelmente deixou de circular pelo local. Os clientes também não pareciam se repetir, e nenhum dos frequentadores do salão parecia lembrar que estávamos em meio à pandemia. O uso de máscaras de proteção parecia causar estranhamento às pessoas que frequentavam a boate, que demonstravam surpresa ao me ver. Assim, à medida em que as noites passavam, compreendi que, devido àquela forma de

⁸⁵ Assim como informa o site da Assembleia Legislativa do Estado do Pará, as aparelhagens de som são bastante conhecidas em todo o estado do Pará, e surgiram nos anos 1940, em Belém. Elas são compostas por um conjunto de equipamentos de luz, som e efeitos pirotécnicos. Em 2022, foram declaradas como patrimônio cultural imaterial do estado através do Projeto de Lei de autoria do deputado Wanderlan Quaresma (MDB).

exposição e às dificuldades de aproximação com possíveis interlocutoras, não conseguiria permanecer por muito tempo inserida na boate.

*

Entre as tardes que passava conversando com Socorro e as noites no salão da boate, notei que havia um pequeno espaço ao lado do prédio, onde ficavam os quartos da pousada e o salão. O local foi construído para atender aqueles clientes que quisessem pernoitar na zona e só abria as portas a partir das 3:00 horas da madrugada, horário em que fechavam a boate. Após o fechamento, algumas garotas desciam arrumadas dos quartos, alojamentos e da boate, e se dirigiam até o pequeno *pub* à espera de clientes. Não era obrigatório que todas fossem, apenas iam as mulheres que quisessem lucrar mais, ou as que não conseguiram trabalhar no decorrer da noite, ou, ainda, aquelas que acompanhavam algum cliente bebedor.

Como estava sozinha e com dificuldades para me aproximar das trabalhadoras, porque elas mudavam de boate ou não davam continuidade às conversas que iniciava, passei a observar de forma mais atenta aquelas que trabalhavam principalmente no *pub* que, por ser pequeno, abrigava menos prostitutas e clientes. Enquanto notava algumas formas de sociabilidade similares às aquelas que vistas nos outros âmbitos investigados⁸⁶, conheci Milena, uma garota de programa (como se autodenominava) que estava em Belém há pouco mais de dez dias, e havia deixado a cidade onde cresceu, no interior do Ceará, apenas 15 dias antes de nosso encontro. Era a primeira vez que Milena, à época com 20 anos, exercia a prostituição.

Com estatura pequena, cabelos lisos e escuros, Milena se sentava sempre em um mesmo lugar: um banquinho de madeira e amarelo, próximo à porta do *pub*, colado ao pequeno balcão de um bar aparentemente improvisado. Ela parecia sempre tímida e apenas se soltava, conversava e sorria diante dos clientes. Enquanto a observava, percebi que, assim como eu, Milena estava boa parte do tempo sozinha, e, em uma noite tranquila, com o local vazio, resolvi me aproximar. Passamos a conversar sobre prostituição, ganhos financeiros, modos de trabalho, o comportamento das garotas... Horas papeando até que, de repente, amanheceu o dia.

Assim como a moça que conversei em um dos banheiros da boate, ela questionou minha idade e os motivos que me levaram até aquela boate. Ao comentar que estava em meio a um processo de pesquisa, ela afirmou que via a prostituição como um trabalho a ser desenvolvido somente por mulheres jovens, um mercado altamente concorrido, onde a pouca idade elevava o valor do programa. A garota também argumentou que mulheres com mais que 30 anos não deveriam exercer essa forma de trabalho; para ela, pouco importava se aparentavam

⁸⁶ Refiro-me aos olhares desdenhosos e cochichos.

ser mais jovem, aquela era a idade em que deveriam trocar de trabalho. Em sua perspectiva, mulheres com muito “tempo de zona” provavelmente haviam cometido erros ao longo do tempo de trabalho, uma vez que o dinheiro que ganharam na prostituição poderia ter sido usado para formar carreira, emprego ou caminho que não fosse aquele: *“mulher, esse é um trabalho que só faz sentido quando a garota é jovem”*, retrucou.

Ela, assim como muitas outras garotas que conheci, compartilhava histórias marcadas por dificuldades econômicas muito similares àquelas enfrentadas pelas prostitutas do quadrilátero. Todavia, enquanto umas, desde o início, conseguiam se inserir em um âmbito da prostituição onde valores de programas eram considerados bons (na perspectiva das interlocutoras, locais onde o programa custa 200 reais, no mínimo), outras começavam em formas de trabalho mais baratas e não conseguiam acessar os espaços onde os pagamentos eram mais altos.

O que geralmente diferenciava a inserção no trabalho sexual e favorecia as melhores oportunidades de economizarem dinheiro para caso deixassem o trabalho, era a aparência e a idade com que se iniciava a atividade. Quanto mais jovens, magras ou “gostosas” (torneadas por exercício físico ou curvas naturais), cabelos grandes e vistosos, mais facilmente adentravam as famosas boates como aquela em que estávamos. Milena, contudo, parecia não se atentar a esses fatores, e mesmo quando informada sobre assunto, insistia em responsabilizar individualmente as mulheres que permaneciam na prostituição. Ela ainda criticava aquelas que ganhavam o que considerava como pouco (menos que 150 reais por programa), afirmando que, com esforço e muita dedicação para guardar o dinheiro poderiam, mesmo com uma renda modesta, procurar novas formas de trabalho aos 30 anos. Não passava em sua cabeça a possibilidade de que algumas mulheres desejassem permanecer após essa “idade limite”.

Apesar de me sentir constrangida com os comentários, passamos alguns dias próximas, nos encontrávamos no *pub*, e no fim do expediente íamos cada uma para o quarto, ela para o alojamento. Por meio dos comentários que Milena fazia a respeito da aparência de uma ou outra garota, notei que as mulheres formavam seus grupos de colegas ou amigas de maneira mais flexível quanto às questões que envolviam estilos de roupas, performances durante o trabalho, raça e idade. No momento de sedução dos clientes, essas diferenças também não eram levadas em conta a ponto de se formarem apenas grupos de mulheres muito jovens com aparência delicada, ou sensuais.

A partir de nossa aproximação, Milena e eu também conseguimos nos integrar a outras trabalhadoras que, apesar da competitividade acirrada e comum no trabalho, pouco a pouco se abriam às nossas conversas sobre trivialidades. A maior parte das mulheres com quem

tive contato, cerca de oito trabalhadoras, eram oriundas de outros estados, sobretudo da região norte (apenas de Manaus) e nordeste do país. Apenas uma vinha do interior do Pará, imaginei que as mulheres da região temessem encontrar pessoas conhecidas na zona. E, assim como havia percebido, estavam no local por pouco tempo e não pretendiam se demorar na famosa boate. Elas trabalhavam através de anúncios divulgados por sites de acompanhantes bem conhecidos na cidade.

Ir até a boate, para algumas delas, era um movimento realizado apenas em casos de extrema necessidade, quando a demanda dos clientes que conseguiam pelo *site* de anúncio estava em baixa. A boate funcionava, então, como uma espécie de “quebra-galho”, e os anúncios a fonte de renda mais utilizada. Assim, quando paravam de ganhar dinheiro com os anúncios, tentavam passar algumas noites na boate com o objetivo de arrecadar algum montante para se manter na cidade e pagar o anúncio, que não era barato e custava cerca 500 reais para manter as fotos em destaque. Ter as fotos em destaque fazia grande diferença para elas, pois influenciava diretamente na demanda de clientes. Essas fotos, normalmente posicionadas no topo e no meio da página, criavam uma espécie de hierarquia entre as acompanhantes. Aquelas que estão no topo pagam mais, portanto, esperava-se que ganhavam mais e, conseqüentemente, poderiam ser consideradas trabalhadoras de sucesso, mais requisitadas e mais bonitas.

Caso não conseguissem realizar programas na boate, também não insistiam e partiam para as cidades ou estados onde moravam ou tinham familiares. Priorizavam o ganho por anúncio porque consideravam esse método como mais rápido do que as negociações estabelecidas com clientes em casas ou boates de prostituição. Diziam que não precisavam dançar e conversar com clientes por horas antes de irem para o quarto. Pelo anúncio, o ritmo de trabalho era controlado por elas, sem regras rígidas sobre os horários em que fariam os programas. Por isso, não se demoravam em Belém, não fazia sentido permanecer dias à espera de que o movimento de clientes pelo *site* melhorasse, assim, juntavam o dinheiro que conseguiam no local e procuravam outras cidades como Fortaleza, Natal e Recife, alugando quartos em hotéis confortáveis, mas não muito luxuosos, onde aguardavam as mensagens dos possíveis clientes que negociavam programas com valores que variavam entre 150 e 300 reais por hora, e de 600 a 1000 reais pela noite inteira, ou o pernoite, como chamavam.

Para as oito mulheres com quem Milena e eu conversamos em grupo, mas em diferentes momentos, trabalhar em boate era visto algo como desgastante, cansativo e que dificultava o manejo das atividades de lazer que poderiam ter fora do horário de trabalho. Sempre que podiam, evitavam deixar suas principais fontes de renda. As garotas, que tinham corpos “montados” (silicone, *megahair*, unhas e cílios postiços), contaram que, durante

temporadas que faziam na zona, criavam apenas “colegagens” temporárias com outras trabalhadoras. E, embora tivessem contato frequente com as colegas e se considerassem como colegas ou parceiras, não esperavam muito da relação, ou seja, não criavam expectativas de futuro e intimidade com as outras acompanhantes, mas buscavam companhia para os momentos de trabalho e de lazer, quando havia tempo. Nesse contexto, “colegagem”, como categoriaêmica, retornava nas conversas e apontava novamente para as diferenciações entre as relações estabelecidas dentro e fora do trabalho. “Colegagem”, assim, se aproximava das noções de “amigas de zona” observada na boate paulista.

Em meio às nossas conversas, as garotas ainda comentaram que, quando não precisavam procurar uma boate para equilibrar os ganhos, preferiam trabalhar sozinhas, por anúncio, e viajando para diferentes cidades, mantendo contato apenas com os familiares e os amigos por ligações ou trocas de mensagens. Duas das garotas, Sofia e Liz foram, junto a Milena, as interlocutoras com quem passei mais tempo durante as longas noites em que estive na boate. Ambas, com cabelos pintados de loiro, torneadas e pele branca, sorriram ao saber que eu estava em meio a um processo de pesquisa e logo sugeriram que esse era provavelmente o motivo pelo qual eu continuava circulando na boate. Pedi então que compartilhassem mais sobre suas práticas de trabalho por anúncio, e elas me explicaram que, após tanto tempo inseridas nesse formato de trabalho, não sabiam mais como *“interagir direito com outras garotas..., Mas com clientes é mais fácil, é só contar alguma coisa da vida e ouvir o que eles têm para dizer”*.

Com idades variando entre 20 e 22 anos, elas haviam iniciado no trabalho aos dezenove. Quando estavam entre uma viagem e outra e se sentiam muito sozinhas, retornavam provisoriamente à cidade dos familiares mais próximos. Duas das três garotas disseram que até tentavam manter o contato com as colegas que conheciam nas boates que frequentavam, mas, com a rotina de viagens e trabalho, logo esqueciam de dar manutenção a esses laços. Suas prioridades estavam focadas em “ganhar dinheiro”, ou em quanto tempo ainda ficariam viajando, as remessas que precisavam enviar para casa e, principalmente, o momento em que poderiam retornar ao lugar onde realmente se sentiam pertencendo.

Assim que mencionei a relevância das relações entre elas, as moças me alertaram que, mais importante do que isso, era ganhar o dinheiro necessário para *“sair da vida”*, montar um pequeno comércio, fazer curso de especialização, encontrar um *“véio da lancha”*⁸⁷, ou

⁸⁷ O “véio da lancha” era um termo utilizado para se referir à figura do “velho que ajuda”, que, de acordo com Fonseca (2004) e Piscitelli (2005), surge como uma estratégia que as jovens de camadas populares, incluindo garotas que não são consideradas prostitutas, utilizam para procurar apoio econômico. Em suma, o termo vincula-

enviar quantias para os filhos e as mães que contavam com a ajuda, mas fingiam não saber de onde vinha o dinheiro. No cotidiano de trabalho, elas não investiam em relações profundas com outras colegas, pois dificilmente voltariam a encontrá-las devido às viagens e mudanças de boate.

Por estipularem um tempo para deixar de trabalhar como acompanhantes de “luxo”, entendiam que, ao não aprofundarem as relações que estabeleceram na zona, conseguiriam omitir mais facilmente dos amigos, parceiros e familiares que, em algum momento da vida, haviam se dedicado ao trabalho sexual, escapando assim dos julgamentos. Além disso, a decisão também servia como uma forma de afastar-se das lembranças sobre um trabalho que consideravam depreciativo. Na prática, delimitar o tempo para encerrar as atividades na prostituição e romper com as relações construídas através dela funcionava como um esforço de esquecimento. Nas tentativas de se desvincularem do estigma, costumavam afirmar “*não vou nem querer lembrar, mas foi importante para aprender muita coisa sobre a vida*”.

Para Liz, Milena e Sofia, os esforços de se esquecerem umas às outras não anulavam as escolhas diárias em relação às suas parceiras de trabalho, principalmente quando iam até a boate. Elas entendiam a importância da “colegagem” para o bem-estar temporário de cada uma. Nesse contexto, as conversas triviais ou os rápidos desabafos que faziam entre elas não eram vistos com desconfiança, pois a confiança sequer era solicitada ou esperada nesse tipo de relação. As garotas não tinham expectativas em relação a pessoas quase desconhecidas, com quem provavelmente não se cruzariam após alguns dias de proximidade. Por outro lado, eram capazes de reconhecer a necessidade de ter colegas não apenas como uma fonte de proteção no trabalho, e lembravam que haviam ingressado no trabalho sexual por meio da indicação de alguma amiga que, discretamente, exercia a função ou que, em algum momento, já havia exercido.

Em comum, as três garotas somente ingressaram no trabalho sexual por meio de indicações e incentivos de amigas que conheceram em pequenas festas, ou em encontros realizados por outros amigos. Através das redes de amizade, elas observavam o padrão de consumo e estilo de vida das amigas ou “conhecidas” e, conscientes de que essas não pertenciam a famílias de classe média nem trabalhavam em atividades no mercado formal que gerassem bons lucros, desconfiavam de suas fontes de renda. Diante das suspeitas, aguardavam o momento adequado para levantar o assunto e, sorrateiramente, insinuavam seu desejo de iniciar a atividade, além de fazerem perguntas a respeito. Exemplos disso podem ser

se geralmente às relações entre uma mulher jovem e um homem mais velho e rico, que oferta variados tipos de bens e ajudas (Piscitelli, 2011).

encontrados nos relatos que me contavam sobre os questionamentos ou afirmações que faziam, como: “*Preciso tanto arrumar um dinheiro, me indica algo, mana?*” (Liz) ou “*certas estão as mulheres que cobram, hora dessas vou cobrar também*” (Sofia).

Os momentos oportunos para realizarem esses questionamentos surgiam apenas após o estabelecimento de uma relação de amizade ou de intimidade com as garotas a quem endereçavam suas suspeitas. De acordo com que me contavam, era comum que as amigas se afastassem depois de compartilharem as informações necessárias para o ingresso no trabalho sexual. Os afastamentos ocorriam principalmente por dois motivos recorrentes: em primeiro lugar, porque nem sempre viajavam juntas para outras cidades, já que optavam por circular em direções opostas para evitar as disputas sobre os mesmos clientes. Nesse caso, também havia o objetivo de não cruzar com pessoas conhecidas, familiares ou amigos nas cidades ou regiões onde viviam ou cresceram. E depois, em segundo lugar, receavam que a amiga pudesse expô-las caso surdissem conflitos entre elas.

Não era, portanto, a amizade que estava em jogo nas relações que elas construíam e desejavam, mas sim parcerias afetivamente despretensiosas, ou seja, relações sem tantos afetos e responsabilidades mútuas. E, se a distância que estabeleciam não era somente destinadas às colegas que trabalhavam por anúncio, como também àquelas inseridas nas boates que frequentavam, mesmo ao formarem grupos de colegas nesses locais, reafirmavam continuamente que era “cada uma por si”. Não importava se conversavam, dividiam *drinks* ou iam juntas até o mercado, elas não se cobravam práticas específicas de cuidado, tampouco demonstravam mágoa caso alguma colega não atendesse algum pedido, como buscar um drink ou acordá-la mais cedo e outros favores similares.

Elas raramente falavam sobre suas trajetórias de vida e evitavam compartilhar histórias ou fazer comentários mais profundos, tanto sobre si como sobre outras trabalhadoras. Apreciavam principalmente diálogos sobre os amores que estavam longe, o estilo da roupa uma das outras, produtos de maquiagem, comportamento e beleza (ou a falta dela) em certos clientes, e “truques sexuais”, como fingir sexo anal, por exemplo. Em resumo, suas conversas giravam em torno de práticas e aprendizagens presentes no cotidiano de trabalho. Demonstrações de ciúmes, por outro lado, podiam ser vistas quando uma das garotas seduzia o mesmo cliente que a colega, com quem tinha proximidade, estava flertando. Em uma dessas ocasiões, Milena se irritou porque Sofia convidou um cliente para dançar forró, embora ela já flertasse com ele há meia hora. Exceto em situações como essa, não surgiam intrigas ou fofocas entre as três garotas com quem estive.

Além dessas conversas, dificilmente nos encontrávamos durante o dia. Como os gerentes da boate não ofereciam refeições para as trabalhadoras que ficavam nos alojamentos ou para as pessoas que alugavam os quartos do hotel, as garotas passavam as tardes e manhãs dormindo ou saíam para comprar alimentos. Passeios ou quaisquer interações que ultrapassassem momentos como ir ao mercado ou almoçar juntas, não costumavam ocorrer. Ainda assim, tentei diversas vezes combinar almoços ou passeios com as três e aproximá-las da prostituta experiente que adorava contar suas histórias, e que também era muito animada e gostava de se divertir em bares e restaurantes da região, quando convidada. Os convites, no entanto, foram recorrentemente negados, com a justificativa de que estavam ocupadas com outras atividades cotidianas.

Frente às recusas, as dinâmicas organizaram-se de tal forma que, enquanto convivia com as jovens durante à noite, conseguia visitar Socorro quase todas as tardes. Essas interações resultaram, então, em outras observações, que aprofundaram a compreensão sobre como as garotas entendiam suas relações e como essas se entremeavam ao enunciado e, ainda, como elas percebiam as relações das prostitutas que se aproximavam de grupos e organizações políticas como o GEMPAC.

*

Diante da diferença de idade em relação às acompanhantes e dos ensinamentos que a prostituta experiente me transmitiu, acabei, sem perceber, oferecendo conselhos às garotas sobre questões do trabalho. Outros comentários que tratavam das relações entre prostitutas, como: *“é interessante se aproximar das colegas, estabelecer relações e buscar proteção quando necessário”*, também foram compartilhados. Apenas entendi que passava os conselhos quando uma das garotas me disse que já sabia como trabalhar e que não precisava das minhas orientações. Tempo de experiência ou aprendizagens adquiridas zona, como anunciei anteriormente, não eram valorizadas entre elas, na verdade, para as três, era justamente o oposto. Ainda assim, em diferentes momentos, tentei suscitar curiosidade a respeito das histórias de prostitutas que viveram os anos de chumbo e que se organizaram em coletivos e na luta por direitos para a categoria.

Depois de alguns dias insistindo para que saíssemos para conhecermos melhor a cidade, Milena, Sofia e Liz aceitaram o convite e fomos até um restaurante tranquilo localizado à beira do porto próximo ao mercado Ver-o-Peso. Tendo em vista que Socorro estava em uma cidade vizinha acudindo uma amiga de longa data que passava por dificuldades econômicas e emocionais, não pude convidá-la. Assim, apreciamos a vista, bebemos alguns drinks, conversamos sobre amores e familiares que estavam longe, e em meio aos assuntos questioneei

se conheciam o Grupo de Mulheres Prostitutas do Pará, ou, se além dos comentários que eu havia tecido sobre o tema, elas já tinham ouvido falar sobre organizações políticas de prostitutas. Tanto Milena quanto Sofia e Liz não conheciam o GEMPAC ou sabiam da existência de outras organizações.

Inicialmente, elas demonstraram interesse em compreender como funcionam os grupos de prostitutas e fizeram várias perguntas sobre a quantidade de mulheres que se engajavam nessas formações, a idade delas e se existiam mais grupos espalhados pelo país. Perguntas sobre os objetivos dos diferentes grupos e sobre as prostitutas que se tornaram famosas por defenderem “*a bandeira da prostituição*” também foram feitas com entusiasmo. Consequentemente, conversamos sobre as histórias de algumas prostitutas bem conhecidas e que fizeram parte do Movimento de Prostitutas no Brasil, como Gabriela Leite, Lourdes Barreto, Monique Prada, Amara Moira, além de Socorro e Cinderela que havia conhecido recentemente.

Embora tenham gostado das histórias de vida das trabalhadoras sexuais, ao questioná-las se tinham interesse em se aproximar do GEMPAC ou de outros grupos de prostitutas na região de origem ou onde moravam, as três sorriram e responderam que, apesar de reconhecerem as boas intenções e a força das trabalhadoras citadas, não acreditavam que coletivos fossem capazes de acabar definitivamente com o estigma que envolve a atividade. Aliás, era o assunto no qual estavam mais interessadas. Quanto à luta por direitos, mencionei a inserção do trabalho sexual na Classificação Brasileira de Ocupações⁸⁸, mas elas logo comunicaram que não estavam interessadas em “fazer carreira de prostituta” e que o trabalho da garota de programa era, para elas, invariavelmente passageiro, afinal, o lucro diminuía conforme envelheciam.

As garotas ainda me alertaram de que não fazia sentido se envolver em organizações como essas, bastava lembrar o ditado é “*puta só e ladrão, só*”. Argumentaram que seria ingênuo acreditar que apenas por estarem próximas a instituições políticas, as prostitutas se tornariam mais empáticas a ponto de pensarem mais na categoria do que no valor ganho individualmente. E, mesmo diante das explicações sobre histórica solidariedade política entre grupos de

⁸⁸ Refiro-me ao reconhecimento, por parte do Ministério do Trabalho e Emprego, da “profissional do sexo” como uma trabalhadora. Assim como informa Rodrigues (2009), essa conquista contou com a participação de técnicos da área e representantes de organizações de defesa dos direitos das prostitutas, e reflete a inserção do trabalho na Classificação Brasileira de Ocupações. As ocupações do mercado brasileiro de que tratam a CBO foram organizadas na norma aprovada em 2002, e a ocupação de “profissional do sexo” indexada na CBO com o número 5198-05. Vale lembrar que a CBO tem o reconhecimento no sentido classificatório da existência de determinada ocupação e não da sua regulamentação.

trabalhadoras sexuais, e do suporte afetivo e material que elas se ofereciam mutuamente, as três discordavam da potencialidade dos grupos.

A descrença se baseava na opinião de que, no cotidiano de trabalho, o “discurso político” seria facilmente subjugado pelas necessidades diárias e pelas disputas inerentes à conquista de clientes, o que resultaria em um consequente distanciamento de quaisquer prostitutas capazes de interferir no processo de sedução. Cumplicidade e parceria não foram temas de suas apreciações, e não pareciam emergir como fator relevante para suas alegações. Sob essa perspectiva, a competitividade, mesmo reconhecida como algo intrínseco ao trabalho, desmobilizava a solidariedade entre prostitutas a ponto de uma organização política da classe não ser vista como importante para a vida das trabalhadoras. Iniciativas como a distribuição de cestas básicas, a participação em projetos políticos que envolviam rentabilidade para as prostitutas, a construção de uma grife de roupas de putas que visava arrecadar dinheiro para organizações, também foram minimizados e contestados, mas sob novo argumento.

De acordo com elas, os ganhos conquistados e compartilhados pelas organizações, eram necessários somente para as prostitutas que ganhavam menos, “as mais pobres”. Desse modo, não viam motivos para que as garotas de programas se interessassem por tais ações, pois, além de não acreditarem na diminuição do estigma, apostavam que as contribuições fomentadas por esse modo de organização não faziam diferença na vida pessoal e na forma de trabalho delas. Por circularem entre diferentes âmbitos da prostituição, nos anúncios e nas boates, as jovens lembravam o receio de se expor e, assim como afirmou Milena, compreendiam que a solidariedade entre elas, embora contingente, era

“coisa de mulher que não tem medo ser descoberta como acompanhante, além de muita coragem para enfrentar o estigma ainda precisam ser mais legais que o comum, né? Imagine ter que largar tudo, até o próprio trabalho para ir em reunião de prostituta? Eu nem me considero prostituta, para início de conversa, eu sou acompanhante. [...] Imagine? No final ainda ficar exposta, ser decepcionada pelas que se dizem amigas. É um coração que eu não tenho, nunca tive, e nem pude ter. Admiro a coragem, mas isso é para mim, não.”

Em convergência às opiniões da colega, Sofia acreditava que a organização política era fomentada por ações de bondade entre prostitutas e que aquelas que se organizavam coletivamente tinham maior capacidade empática. Contudo, no que tange os motivos para perpetuação das organizações, a garota questionava se não havia muito dinheiro envolvido nos projetos fomentados pelos coletivos. A ideia de que prostitutas, ao vivenciarem dificuldades socioeconômicas, pudessem se auto-organizar e promover ações coletivas capazes de

beneficiar, em alguma medida, todos os sujeitos que compõem os grupos, parecia uma atitude audaciosa para ela.

E apesar de utilizarem, em momentos distintos, o termo ‘prostituição’ para se referir ao trabalho que realizavam, a separação que faziam entre garotas de programa ou acompanhantes de luxo e as prostitutas surgia como um dos motivos que justificavam a falta de interesse em se envolver com as organizações políticas. Entre as características que creditavam às diferenciações, estavam os modos de trabalho que, resumidamente e articulando com o que me contavam, podiam ser descritos da seguinte forma:

1. Garotas de programa e/ou acompanhantes de luxo trabalham apenas em zonas consideradas “chiques” ou por meio de anúncio nos melhores sites à disposição;

2. Garotas de programa não se vestem de forma vulgar; suas roupas devem sempre transmitir “riqueza”;

3. Acompanhantes jamais se expõem e prezam pela discrição, pois nunca se sabe quando conquistarão um cliente rico ou migrarão para outra carreira que nada tenha a ver com a prostituição;

4. Garotas de programa não fazem carreira na prostituição, isso é algo para as profissionais ⁸⁹.

Essas classificações, apesar de instáveis, porque não podem ser generalizadas para todas as trabalhadoras que se autointitulam como garotas de programa, são cruciais para pensarmos melhor sobre enunciado que envolve a reificação de solidão entre elas. A ideia de que na prostituição a melhor opção é “estar só” foi reforçada pela concepção de que esse é um saber primordial de todas aquelas inseridas nessa forma de trabalho, principalmente para garotas de programa que valorizam, acima de tudo, a discrição e não pretendem fazer carreira.

Além do mais, elas acreditavam que ao serem expostas ou se exporem voluntariamente, seriam reconhecidas como puta ou prostituta e temiam profundamente ser rotuladas ou reconhecidas dessa maneira. Apesar de as garotas se diferenciarem, ou de quererem se diferenciar das prostitutas, sabemos que nas perspectivas de pessoas que não exercem ou exerceram o trabalho sexual é comum que as terminologias puta ou prostituta sejam tratadas como uma espécie de “guarda-chuva terminológico” que abriga todas as mulheres que, de alguma forma, fazem usos diversos de sua sexualidade em contraponto ao que é normativo à sexualidade feminina. As garotas, por seu turno, tinham consciência de que para ser vista

⁸⁹ *Fazer carreira*” foi a expressão que utilizaram para se referir às mulheres que passam muito tempo, alguns anos ou décadas, exercendo o trabalho sexual e que não desejam, ou não puderam exercer outro trabalho.

como puta não era preciso exercer a prostituição, por isso, ao trabalharem como acompanhantes tentavam com alguma frequência anteder às expectativas do que se espera de uma garota.

É neste ponto que retornamos à discussão sobre o enunciado, uma vez que na indiferença que elas exprimiam frente às possíveis traições ou de relações amistosas das colegas, via-se novamente o pessimismo quanto a potencialidade dessas relações. Afeto, segurança e pertencimento eram elementos que buscavam no que chamavam de “casa”, junto aos amigos, familiares e namorados, e entre elas não havia nada senão interesses específicos nas relações que estabeleciam com outras garotas. Interesses como indicações sobre a primeira inserção na zona ou dicas que instruíam o trabalho por anúncio, ou, ainda, parcerias para migrar e trabalhar na Europa também emergiam como seus principais focos. Mesmo assim, o maior temor residia no receio de que, ao se aproximarem, ainda que com interesses específicos e temporários, elas pudessem ser expostas.

Dito de outro modo, a solidão era fruto do recorrente medo de “ser descoberta”. E, de maneira análoga ao que ocorria com as garotas da boate no interior de São Paulo, a prostituição era vista como uma forma de trabalho que exigia, obrigatoriamente, manter segredo, o que resultava na apreensão já mencionada sobre o distanciamento entre colegas ser capaz de assegurar o anonimato. Assim, pode-se argumentar que a expertise afirmada na noção comum entre as garotas de que “*é preciso estar um passo à frente das outras*” era produto do receio de serem expostas após uma briga ou de uma prática que demonstrasse ingratidão e traições de qualquer tipo. Por isso, afirmavam que organização política era algo para quem não tinha medo da exposição, e a admiração que demonstravam pelas prostitutas que participavam dos coletivos baseava-se na percepção de que o faziam apesar de tudo – dos conflitos e das traições.

Nesse sentido, a premissa de estarem sós era compreendida como uma forma de proteção do segredo, e as estratégias para manejar a sua circulação e discrição guardavam algumas particularidades que também podem ser encontradas em pesquisas sobre as dinâmicas relacionais entre ladrões e, de maneira mais ampla, entre aqueles envolvidos no “crime”. Na etnografia de Marques (2016), por exemplo, os ‘ladrões’ tinham o cuidado de isolar e disfarçar seus segredos, sobretudo aqueles relacionados a práticas passíveis de penalização, e o faziam por meio da efetuação de círculos maiores ou menores de confiança.

Tais noções refletem uma dimensão relacional do que é sigiloso, ou seja, “o modo como seus conteúdos são coletivamente movimentados em direção a formações mais ou menos públicas, sem que com isso deixem de ser um segredo” (Marques, 2016, p. 351). Para o autor, ao passo em que as notícias correm pelas “quebradas” e que nelas estão as informações sobre

como fulano ou ciclano enriqueceu, conquistando um carro ou uma casa através de uma ação criminosa, perde-se de vista o remetente original. E o ‘ladrão’, protagonista das histórias, desaparece dos locais em que esses conteúdos circulam (Marques, 2016). Em resumo, nessas ocasiões, embora o segredo (ação criminosa) torne-se público, ele não tem sua confirmação de veracidade. Portanto, mesmo que o burburinho continue, o segredo é mantido justamente por não haver comprovação sobre a autenticidade das informações.

No caso das minhas interlocutoras, elas viviam, de todo modo, sob a constante suspeita de terem melhorado suas condições econômicas por meio do exercício de uma atividade considerada imoral. Afinal, as dúvidas e fofocas sobre como garotas pobres conseguem ostentar viagens, festas, passeios, roupas de grifes caras, além de comprarem carros, mobiliarem apartamentos e se “montarem” (implantar próteses de silicone, *megahair*, cílios, harmonizações faciais, entre outros), são corriqueiras seja no bairro em que vivem ou na roda de amigos e entre familiares. A ostentação alimenta, então, a circulação dos boatos de que são *sugarbabys* ou garotas de programas/prostitutas, ou até mesmo que vivem através da “ajuda” de algum homem mais velho, o “velho que ajuda”.

As suspeitas que envolviam as garotas remontam ainda as análises sobre a elasticidade da categoria “novinha”, tão bem trabalhada por Camila Fernandes (2021). De acordo com a autora, a ostentação e a contenção estão atreladas a feminilidades que convocam experiências de perigos e prazer. Nesse cenário, as “novinhas” costumam ser vistas como figuras perigosas porque são corporificadas por mulheres atravessadas pela articulação de diferentes categorias como gênero, marcadores territoriais e de classe remetidos às mulheres moradoras das periferias. Além disso, são também percebidas como capazes de usurpar ou macular relações afetivas e sexuais, como “roubar” maridos e amantes⁹⁰, seduzi-los e fazê-los “bancar a boa vida” (Fernandes, 2021).

Ainda é importante observar que, na situação das acompanhantes, bastava que se alinhassem a outras jovens em situação similar e ostentassem juntas, seja na internet, por meio de diferentes redes sociais, ou nas ruas dos bairros onde viviam, para que triplicassem as desconfianças sobre suas atividades. “Andar” com garotas que são apontadas como possíveis prostitutas, ou que se envolvem em quaisquer práticas que envolvam o mercado sexual, era uma forma de ser vista como uma delas. Assim, para manter o segredo, algumas garotas preferem não ostentar nenhum dos bens adquiridos com o trabalho sexual e, quando o fazem, inventam algum trabalho que justifique suas aquisições.

⁹⁰Camila Fernandes (2021), a autora ainda sugere que levemos em conta que no Brasil a classe é racializada.

Outras, no entanto, alegram-se com as conquistas, expõem e não se importam com as suspeitas. Não aprofundam suas relações, apenas porque preferem não correr o risco de entrar em disputas ou perder um cliente para uma “amiga falsa”. Em todo caso, entre essas últimas, as dinâmicas se aproximam mais daquelas vistas na boate paulista. Milena e Sofia, inclusive, compartilharam outras histórias em que, em diferentes momentos da vida, elas “*levaram nome*” ou “*ganharam a fama*” simplesmente por se aproximarem demais das amigas que eram vistas como prostitutas. Logo que apresentavam suas novas amigas aos círculos sociais, os amigos notavam, pelas redes sociais, que a jovem era “*ostentadora*” ou “*se amostrava demais*” e que, portanto, poderia estar no “*job*”. Nessa conjuntura, pouco importava se elas estavam inseridas no mercado sexual, eram as suspeitas que as tornavam malvistas, e, assim, conviviam com o bem conhecido fantasma da puta (Rago, 1991)⁹¹.

No contexto da circulação de informações, que podem se espalhar através da ‘confissão’ das atividades a uma amiga ou colega que propagava a conversa pelo bairro, surgia a suspeita: a aparente “descoberta” de um segredo (prostituição) que, geralmente, não era confirmado, pois não viram a garota em uma boate ou em algum *site*, tampouco acompanhada de um “velho que ajuda”. Nos casos de Milena e Sofia, por exemplo, era justamente através dessas desconfiças que elas identificavam quando uma colega provavelmente era acompanhante, e, ao se aproximarem da “suspeita”, conseguiram indicações para ingressar na mesma atividade.

Assim, se o segredo circula e elas percebem a ameaça de exposição, do mesmo modo que ocorreu entre os interlocutores de Marques (2016), repensam seus círculos de confiança e os reconstroem. Segundo o autor, o “crime”, tal como conceituado por seus interlocutores, não pode ser visto como a dissimulação de práticas em conteúdos insuspeitos ou aparentemente inofensivos, muito menos se pode reduzi-lo às questões financeiras de cada “ladrão” ou de uma coletividade política de “ladrões”. Nesse sentido, seria um erro supor que os “ladrões” se limitam a esconder as suas atividades para escapar da investigação policial. Entre esses interlocutores, novamente, destacava-se as incansáveis definições e redefinições dos “aliados” e “inimigos” (Marques, 2016). A discrição emerge, portanto, como um item importante de um “proceder” correto. Ou, como sugeriu o interlocutor de Gabriel Feltran (2008, p. 91-92) “Ladrão, ladrão mesmo, são esses rapazes que você vê, e pensa: “não, esse rapaz é decente, sério, que tem respeito”. Não tenhamos dúvida de que uma acompanhante diria o mesmo em uma situação semelhante.

⁹¹ De acordo com a autora, trata-se do fantasma que todas as mulheres deveriam exorcizar e temer; esse assombroso fantasma que rompe as profundezas da feminilidade.

As gramáticas relacionais entre as prostitutas, seja entre aquelas que se consideram como acompanhantes ou não, também não seguem uma dinâmica simples quando se trata do reconhecimento de um ‘inimigo’: quem “caguetou” as atividades, disputou pelo mesmo cliente, foi ingrata, ou não devolveu o empréstimo. A inimiga, a rival, a fofoqueira, a ingrata, pode ser alguém que agiu como amiga durante anos, mas que “*do nada, vacilou*”. E, de “*vacilo em vacilo*”, não apenas redefinem seus círculos de amizade e confiança, como também passam a lidar com a instabilidade relacional. Ora aceitam as ambiguidades e, noutros momentos, a repudiam e se afastam.

Ninguém dúvida, aliás, que as garotas são capazes de muitas coisas para manter o que fazem em segredo, mas, diferentemente do que acontece nas relações entre ladrões, as fofocas não são necessariamente punidas. Uma garota não evita “caguetar” que uma colega ou amiga é prostituta apenas porque também exerce o mesmo trabalho. Na putaria, como demonstrei, a fofoca pode até fazer parte dos processos formativos das trabalhadoras. E no que tange as formas como elas entrelaçavam o trabalho de acompanhante e suas relações, nota-se ainda outras dinâmicas. Ainda no momento do nosso passeio, as garotas comentaram que, por considerarem que ganhavam bem no trabalho sexual, não viam motivos para cuidarem umas das outras. Entendiam que, devido ao dinheiro ganho, todas poderiam “*se virar muito bem sozinhas*”, portanto, quanto mais sozinhas estavam, mais dinheiro ganhavam e menos concorrência enfrentavam.

Achavam absurda a ideia de ter que disputar clientes com outras trabalhadoras e, mesmo quando temporariamente inseridas em alguma boate, desgostavam da dinâmica de trabalho que, embora varie, era muito similar em diferentes regiões e estabelecimentos, se aproximando das dinâmicas descritas na primeira parte da tese. Por essa razão preferiam o trabalho por anúncio, e, assim como as outras prostitutas do quadrilátero, entendiam que o correto era seguir o ditado: “*mulher, o negócio é Puta só e ladrão só, aprendi foi com minha vó. Quem tá na rua não pode ser tonto, não mexe com quem não conhece, não abre os dentes sem saber de onde a pessoa vem e para onde vai*”, disse Milena, enquanto justificava a necessidade de solidão no trabalho.

Diante desses comentários, sugeri que, na volta até a boate, ao embarcarmos no transporte por aplicativo, passássemos pelo quadrilátero do amor para que elas pudessem conhecer a região. Embora discordassem da importância da organização, as garotas concordaram, movidas pela curiosidade em observar o local. Pelas janelas do carro, vimos as antigas construções do bairro, e a simplicidade das ruas lembrava os locais onde as interlocutoras que me acompanhavam nasceram e cresceram. Quando perceberam a

pauperização do quadrilátero, associada às informações que passei a respeito dos processos históricos que envolveram sua construção, afirmaram entender os motivos do surgimento de organizações de prostitutas.

Embora tivessem compreendido os motivos que levam as prostitutas se organizarem politicamente, quando rememoravam o ditado, demonstravam uma postura contrária àquela compreensão, e logo reafirmavam que, no cotidiano de trabalho, não havia outra opção a não ser manterem uma distância segura entre si. “*Nessa vida, esse é o jeito de tratar os outros, não tem jeito, ponto*”, ou *você é esperta ou “te passam para trás”*, contou-me Liz. A distância emocional que defendiam foi confirmada por suas ações, pois, dois dias após nosso passeio Liz e Sofia deixaram de frequentar a boate e não se despediram nem de mim e da Milena, tampouco responderam às mensagens enviadas por nós duas. O “*sumiço*”, como chamavam o desaparecimento de uma colega que, após deixar inesperadamente a zona, também cortava quaisquer relações por mensagens ou ligações, evocou mais conexões entre as dinâmicas do crime e as da putaria.

O distanciamento emocional, frequentemente associado ao enunciado de solidão que, por vezes, antecede o sumiço, envolve uma compreensão complexa das atividades que perpassam ambos os lados, algo que já foi abordado por Lopes (2011) em sua etnografia sobre as formas de criminalização da pobreza. Na pesquisa, a prostituição é tomada como uma forma de “banditagem feminina”, um desvio que, em larga medida, corresponde à criminalidade masculina. Para a autora, a chave analítica para compreender esse correlato está justamente na dimensão afetiva que compõem a ideia da prostituição como um desvio, quer seja na categorização realizada por suas interlocutoras, como também no cenário social mais amplo.

Ao se aprofundar nas categorizações feitas pelos sujeitos inseridos no “crime”, Lopes (2011) aponta como as prostitutas se entremeiam às dinâmicas não apenas pelos serviços sexuais prestados, mas também como um par dos “bandidos”. Isto é, por meio das categoriasêmicas em seu campo, o “rato” e “rata” foram termos usados para apelidar homens e mulheres espertos, funcionando também como sinônimos para puta e bandido. Esses termos, ‘rata’ e ‘rato’ expressavam a capacidade dos dois grupos em contornar a falta de recursos do contexto em que viviam, assim como as noções de “sujeira moral” em que se sentiam inseridos (Lopes, 2011).

Ainda assim, de acordo com a autora, as transgressões de ambos os grupos ocorriam a partir de dois domínios distintos: “os ratos vivem no submundo da lei e as ratas das relações afetivas” (Lopes, 2011, p. 137). No que diz respeito às ratas, é visto que, nas percepções dos seus interlocutores, a puta não era necessariamente uma prostituta, mas sim uma mulher com

capacidade para malandragem, sedução e que agia sempre “interesseira”. A “rata” era, então, aquela mulher que quebrava a expectativa do que geralmente é esperado das gramáticas afetivas mobilizadas por mulheres. A dimensão afetiva presente nas práticas e nas relações que envolviam a categoria, como par do bandido, nos permite refletir sobre como, no enunciado “puta só, ladrão só”, ainda há uma indicação de como as prostitutas, de maneira geral, devem gerir seus afetos nas relações clientes, dentro ou fora do quarto, e nas relações entre elas mesmas.

Portanto, a expertise necessária para reconhecer amigos e inimigos, a malandragem para compreender as relações de ambiguidade, o uso do desapego e da indiferença para formar e dismantelar grupos de colegas com facilidade, assim as fofocas maliciosas que buscam vantagens ou vinganças, não devem ser encaradas como algo intrinsecamente negativo. Antes, precisam ser entendidos como uma forma de autoproteção, um manejo dos afetos necessários para lidar com as relações entre elas e com outros sujeitos que estiverem inseridos nas dinâmicas presentes na zona. Algo que uma “rata” deveria ser capaz de operar. Uma descrição mais atenta sobre isso foi fornecida por Milena que complexificou essas questões ao me contar como o famoso ditado, transmitido por seus avós maternos, a orientava sobre quais grupos de sujeitos deveria ou não se aproximar. De acordo com ela,

“Das outras pessoas deve se esperar pouco, e desconfiar muito [...] são coisas que as pessoas que cresceram em condições de dinheiro difíceis precisam fazer, porque não podem enxergar as coisas de outro modo, ou são passados para trás. Essa coisa de ingenuidade, bondade e pureza, não existe, é só pra quem pode”.

A expertise, a malandragem e a desconfiança, não eram, em uma última instância, algo aprendido apenas pelas prostitutas ao adentrarem as zonas de prostituição, nem características específicas das pessoas que exercem esse trabalho. Como mencionei, mesmo o enunciado era usado por pessoas que não tinham relação com o trabalho sexual. Assim, apesar de a interlocutora ter aprofundado essas características nas relações entre prostitutas, elas, na verdade, conformavam elementos apreendidos por sujeitos inseridos em contextos de dificuldades e que não se podiam dar ao “luxo” de ‘higienizar’ seus afetos.

Adicionalmente, ao aprofundarmos nossas investigações sobre a correlação entre as noções de bandidagem feminina e masculina presente no imaginário social, podemos ainda vislumbrar como essas ideias se entrelaçam com as articulações de classe, raça, gênero e território, que frequentemente aparecem em pesquisas que compreendem essas dinâmicas a partir dos relatos de famílias pobres. Como no trabalho de Fernandes (2017), em que as mães ou outros cuidadores e familiares, sentiam-se orgulhosos dos filhos se tornarem trabalhadores

(as), e que “não deram pra bandido, nem pra traficante, nem pra prostituta” (p. 158). Assim, a necessária solidão da ‘puta’ e do ‘ladrão’, ao emergir como um conselho, visava também alertar sobre a importância de escolher bem as companhias, para não se tornar um deles. Porém, caso isso acontecesse, o enunciado indicava que deveriam aprender os saberes necessários para gerir suas práticas.

Ainda que seja tentador atrelar diretamente as relações observadas na putaria e aquelas presentes no “mundo do crime” somente através da similaridade quanto às dificuldades econômicas que afetam parte dos sujeitos desses grupos, fazer essa conexão seria um risco, senão, um equívoco. Conforme apontam as etnografias de Feltran (2018) e de Natália Padovani (2015)⁹², com pesquisas voltadas a grupos que se diferenciam em gênero, raça, sexualidade, nacionalidade e posição no “crime”, as redes de afetos nesses contextos são tecidas por dinâmicas distintas daquelas que vimos entre as garotas. Entre noções de irmandade, códigos de honra que perpassam sujeitos atrelados ao Primeiro Comando da Capital (PCC), e os vínculos amorosos estruturados por relações de ajuda e poder em penitenciárias femininas, os dois estudos demonstram como as gramáticas relacionais de grupos que vivem em situações difíceis e complexas se constroem e se transformam de acordo com a articulação das categorias de diferenciação e dos contextos específicos. Essas dinâmicas não podem, portanto, ser reduzidas a um único modelo de produção de subjetividade, mesmo quando envolvem circunstâncias de dificuldades materiais e simbólicas.

A pobreza e a dura realidade enfrentada por uma camada da população, marcada pelo frequente sofrimento e pela constante convivência com os limites entre a vida e morte, podem até gerar posicionamentos desconfiados e vigilantes diante das ameaças que circulam nos diferentes espaços em que vivem. Todavia, as formas com que as relações são tecidas, seja no ‘crime’, na putaria ou em outros cenários, são compostas por elementos complexos, surpreendentes e com diversas combinações possíveis. Desse modo, podemos concluir que não há equívocos ou ingenuidades nas entrelinhas do enunciado. Os ‘ladrões’, como nos conta Marques (2009), entendem que, para ser “ladrão”, é necessário ser ágil e ser perspicaz hora certa, saber agir conforme a ocasião, porque no ‘crime’ não se pode errar. Eles precisam aprender a reconhecer o momento de apavorar e desrespeitar, mas também não podem ser

⁹² No trabalho de Feltran (2018), os integrantes do PCC estabeleciam um sistema de apoio mútuo entre os ‘irmãos’, no qual os negócios e a honra de cada um eram respeitados. Os membros se ajudavam e prosperavam fundamentos em um ambiente onde falava-se em irmandade. Enquanto na pesquisa de Padovani (2015), observa-se como relacionamentos afetivos e sexuais foram construídos dentro de penitenciárias femininas localizadas nas cidades de São Paulo e Barcelona, revelando outras dinâmicas específicas desse contexto, nas quais as relações de ajuda tramaram redes familiares.

ingênuos, devem evitar embates desnecessários (Marques, 2009). Da mesma forma, as putas, que têm um olhar metucioso sobre si mesmas, voltam sua atenção para os seus desafetos com astúcia e são estrategistas, pois sabem como se defender de acusações, insinuações, exposições e suspeitas.

Se o “ladrão” se adapta aos sofrimentos impostos pela carreira criminosa (Lopes, 2011), tanto a prostituta (que também é uma acompanhante) quanto o “ladrão”, cada um à sua maneira, gerenciam seus afetos para diminuir os danos e ameaças presentes em seus universos relacionais. O que é o ‘sumiço’ senão uma capacidade de administrar os afetos? Atacam, defendem-se, se unem, brigam, desaparecem e retornam. Envolvem-se e se afastam. Não se trata, contudo, da romantização de relações construídas através da linguagem do conflito. Assim como Lopes (2011), meu argumento é que o desapego visto entre as garotas demonstra a habilidade de manejar uma certa insensibilidade, necessária às possíveis dores e dificuldades presente no cotidiano das relações.

Nesse sentido, se como indicam as pesquisas mencionadas até aqui, o crime não pode ser resumido a práticas ilícitas, assim como a prostituição não se limita ao intercâmbio entre sexo e dinheiro, as aproximações entre ‘putaria e o ‘crime’ anunciam que o que está em jogo não são apenas as transgressões, mas, sim, o domínio das relações em que a ‘puta’ e o ‘ladrão’ se encontram.

4.2 Nas margens

Após o sumiço das garotas, passei uma semana hospedada na pousada da boate e apenas encontrei com Milena mais duas vezes, pois ela também foi para outro estado a fim de retomar o trabalho por anúncio. Diferentemente do que ocorreu com as outras duas acompanhantes, Milena se despediu e mantemos contato por alguns meses através de mensagens de texto. Entretanto, com o passar do tempo, as trocas perderam a intensidade e sem mais notícias da acompanhante, percebi que provavelmente havia mudado o número do telefone.

Antes de deixar Belém, ainda pude me despedir de Socorro, e continuamos a nos falar durante alguns dias. À distância combinávamos um reencontro em um possível retorno à cidade, que ocorreu alguns meses após minha segunda incursão. As prentensões giravam também em torno de encontrar pessoalmente com Lourdes Barreto, uma vez que devido à pandemia e seu estado de saúde tal aproximação não ocorreu. Assim, alguns meses após deixar

a famosa boate, ainda em 2021, caminhei novamente pelas ruas do quadrilátero, mas sem muitas expectativas. Logo que cheguei, Socorro me informou que Lourdes já não estava mais na cidade e que inesperadamente viajou novamente para cuidar da própria saúde.

As tentativas de reaproximação ao GEMPAC também foram infrutíferas, a combinação de diferentes variáveis e de imprevistos que ultrapassavam a boa vontade de todas as envolvidas, fizeram com que as portas da instituição permanecessem fechadas por tempo indeterminado. Socorro, por outro lado, manteve-se próxima, mas não conseguíamos nos encontrar diariamente, além de precisar resolver problemas pessoais, ela ainda temia se dirigir até o quadrilátero. Em uma de nossas conversas, ela me contou que uma terrível fofoca havia se espalhado por meio de um aplicativo de mensagens no qual algumas prostitutas compartilham informações sobre as ações e outras necessidades. No grupo, ela compartilhou seu descontentamento quanto a postura de uma amiga que não participava do mesmo grupo, mas que trabalhava na *casa da Pietra*. O motivo do descontentamento, ou ainda a descrição da mensagem, não foram disponibilizados por Socorro que demonstrava certo desconforto em relatar detalhadamente a situação.

Através das informações que ela decidiu dividir comigo, soube que uma das mulheres que participavam do grupo do *whatsapp* contou à prostituta, alvo do descontentamento de Socorro, sobre as mensagens trocadas no aplicativo de mensagens. De acordo com a interlocutora, o conteúdo foi deturpado e fez com que as reclamações e descontentamentos chegassem aos ouvidos da amiga como uma ofensa pessoal; esse embaraço resultou em ameaças de violências físicas, e caso ela retornasse a *casa da Pietra* ou às ruas do quadrilátero do amor estava sujeita a apanhar das colegas. A exclusão temporária da zona fez que com Socorro deixasse de acessar temporariamente suas duas únicas fontes de renda possíveis.

Nos dias seguidos ao conflito mantive certo contato com as mulheres que participavam do grupo citado por Socorro, algumas poucas mensagens foram trocadas na intenção de realizar novas entrevistas, que infelizmente não aconteceram. Nessas negociações, nenhuma delas falou sobre o assunto e os únicos momentos em que ouvi algo a respeito do desentendimento que cerceava Socorro foram aqueles que ela me contou. A prostituta passou, portanto, todo período em que estive em Belém sem conseguir ir até o trabalho.

Com esperanças de que alguma colega ou amiga intervisse a seu favor, ela passou dias à espera de que “a poeira baixasse”, e amendontrada não foi até a casa da Pietra para dialogar e resolver o conflito. Não importava a diferença de idade entre elas e as disparidades na força física ou disposição para eventuais brigas, a exposição de uma colega seguida da

propagação de burburinhos era considerado como justificativa válida frente às ameaças contra a trabalhadora. Assim, as redes de colegagem e amizade das quais Socorro participava serviam tanto como fonte de proteção e defesa contra rumores, como para difusão de fofocas, ou qualquer outras formas de mal-entendidos que pudessem interperlar a vida de uma puta. Além disso, embora se sentisse indignada com a situação, ela reiterou que é preciso manejar com expertise a contingencialidade das relações e que possuía responsabilidade no conflito, pois não havia atinado sobre a possibilidade do seu incômodo chegar aos ouvidos da colega.

Contudo, antes que nossas elocubrações teimassem em se limitar aos conflitos exercidos entre elas, e consequentemente resultassem em compreensões de que suas interações estavam isoladas em um universo relacional apartado da realidade social. Após a minha última viagem a Belém, que durou apenas uma semana porque não consegui mais acesso ao GEMPAC, e, em razão dos conflitos que afetaram a minha principal interlocutora, tampouco à casa da Pietra, Socorro me informou que, apesar de sua situação ter se resolvido, novos embates surgiram diante de um antigo inimigo comum às trabalhadoras da região. *A casa da Pietra* estava sob ameaça de fechamento, os policiais com quem a proprietária negociava a manutenção do funcionamento local pediram um montante para que as portas do lugar se mantivessem abertas aos clientes e prostitutas. O cenário pandêmico que já adensava as dificuldades para realização do trabalho foi utilizado como uma das justificativas para novas negociações com a polícia. Pietra, entretanto, não tinha condições de arcar com o montante reivindicado nas negociações, pois os valores que costumava enviar aos agentes eram mais baixos que os novos pedidos.

Os policiais, por sua vez, deram o prazo de três dias para que a proprietária da casa conseguisse arrecadar o dinheiro, caso contrário, ordenariam o fechamento do local e Pietra ainda poderia sofrer as sanções fixadas no Código Penal. As penalidades envolviam tanto a manutenção do funcionamento da casa nos últimos anos quanto o agravante da abertura em meio a pandemia. Frente ao velho jogo de chantagens, ameaças e extorsões, as preocupações de Socorro deixaram de ser individuais e se juntaram ao desespero compartilhado com as outras colegas e a dona da casa, que era vista como uma pessoa amiga.

O pagamento regular da proteção policial era algo rotineiro às casas de prostituição da região, e seria equivocado não considerar que essas negociações cotidianas se emaranhavam às formas de vida dos sujeitos inseridos nesses espaços. O receio de que pudessem perder o local de trabalho, assim como o medo de que ocorressem “batidas” policiais norteadas por ações truculentas contra clientes e trabalhadoras, culminaram ainda em tentativas coletivas de “levantarem o dinheiro” necessário para o pagamento dos policiais. Consequentemente, esses

processos anunciavam as complexas dinâmicas através das quais as mulheres do quadrilátero experienciavam o Estado e seus contínuos modos de refazer atuação e protocolos. Nesse sentido, o modo como as prostitutas continuam a ser impactadas por negociações ou ameaças produzidas por agentes estatais não pode ser ignorado ou tratado como um capítulo encerrado frente aos rearranjos jurídico-legais decorrentes das lutas de movimento sociais e das organizações políticas de prostitutas contra a repressão e o controle do Estado.

No país, não é segredo entre políticos, pesquisadores e prostitutas que o aparato jurídico-normativo brasileiro assume formas ambíguas de gestão política e carece de uma postura nítida quanto ao assunto, e, embora o exercício do trabalho sexual não se configure como crime, todos os sujeitos e práticas que envolvem a atividade podem sofrer as consequências descritas em diferentes artigos do Código Penal. Devido à dificuldade na regulamentação da prostituição, aliada a imprecisão conceitual entre os limites do que poderá ser considerado e tratado juridicamente como exploração sexual, perpetuam-se as ambiguidades jurídicas que envolvem a atividade e a vida cotidiana de seus agentes, que são empurrados por essa espécie de zona enevoadada na legislação nacional onde estão os constantes e contraditórios processos de criminalização.

O Estado brasileiro assume, portanto, uma performance de “laissez-faire” (ABIA, 2013). Isto é, por não ter uma postura política definida com relação à prostituição como direito, e ao abordá-la por meio de “medidas judiciais, policiais, e sanitárias pontuais e descoordenadas, acaba por se eximir da responsabilidade frente às prostitutas” (ABIA, 2013, p. 5). Essa postura, como sustentam Moraes (2021) e Côrrea *et al.* (2021), pode ser rastreada até os primeiros embates públicos ocorrido no século XIX sobre a regulação da prostituição no Brasil, quando de um lado havia grupos que propunham a regulamentação com foco no controle sanitário e territorial, e, no outro, grupos abolicionistas contrários à ideia. Desde o período citado, nota-se que há uma combinação das duas premissas em questão: abolicionista, que busca a criminalização de quem “explora” a prostituição, e a não criminalização das pessoas que oferecem serviços sexuais, assim como os clientes (Côrrea *et al.*, 2021, p. 302)

Diante desse cenário, para retomarmos o que considero mais importante nas gramáticas relacionais vistas entre as prostitutas em Belém, tomo emprestado as noções propostas por Coelho e Durão (2017) sobre a ausência de idiosincrasias nas formas de sentir. Sob essa perspectiva é possível argumentar que, na materialidade do cotidiano, as prostitutas construíam e vivenciavam relações através de “códigos morais e convicções ético-políticas, que prescreviam, condenavam, exigiam e até mesmo proscriviam reações emocionais” (Côrrea *et al.*, 2021, p. 59). Com isso, quero dizer que as amizades, as “colegagens” ou as relações de

ajuda entre as interlocutoras, enquanto forma de agenciamento, emergiam entre as dobras do legal e do ilegal, ou seja, constituíam-se por meio de um complexo jogo de afetividades entrecortadas por uma “gestão diferencial das ilegalidades” no sentido que nos explica Michel Foucault (2007).

Seguindo as noções do autor, tal forma de gestão desmobiliza a lógica binária entre ilegal e legal e aponta para uma compreensão da lei não como um operador que se estabelece em definitivo entre um ou outro, mas como o produto de um jogo de forças capaz de repercutir em uma estratégia geral das sujeições (Foucault, 2007; Rodrigues, 2019). Dito de outro modo, as leis operam a fim de “riscar os limites de tolerância, dar terrenos para alguns, fazer pressão sobre outros, excluir uma parte, tornar útil outras, tirar proveitos daqueles” (Foucault, 2007, p. 227). Essas noções revelam ainda efeitos interessantes quando pensamos os agenciamentos práticos que se curvam ou que escapam aos jogos de poder implicados quer seja nas experiências da putaria, quer seja no “mundo do crime”, e não é por acaso que, como chave analítica, a gestão de ilegalidades tem sido trabalhada sobretudo por autores que investigam os comércios de bens ilegais, o tráfico de drogas e suas capilaridades, como nos seminais estudos de Telles (2010) e Hirata (2010), por exemplo.

Nesse sentido, ao passo em que as noções foucaultianas sugerem que o ideal de igualdade natural perante a lei, no qual, em tese, todas as pessoas estariam niveladas na condição de cidadãos e submetidas aos mesmos procedimentos repressivos e disciplinares, é uma utopia legal. E que foi a partir dessas antigas ideias inscritas pelo liberalismo político⁹³ – “quando se pôde testemunhar novas formas e definições de infrações, do direito, dos rigores da regulamentação, das exigências do Estado, ou dos proprietários ou dos empregadores, capazes de fazer se bandear para o outro lado da lei pessoas que, em outras condições, não teriam passado para a criminalidade especializada” – (Foucault, 2007), é que podemos começar a visualizar um “lugar comum” em que as putas e ladrões estão historicamente posicionados. Dispostos, então, de diferentes formas, mas ainda posicionados: na ideia de que para o “bem comum”, certas populações devem ser protegidas pela lei, e em contrapartida outros devem sofrer os seus efeitos (Foucault, 2007).

Considerando essas questões, o que me interessa no momento não é trilhar caminhos comparativos entre as experiências presentes nas dobras da ilegalidade observadas nos mercados de bens ilegais e no mercado sexual. Mas, a partir das configurações explanadas, pôr em questão a formulação de que putas e “ladrões” participam, em diferentes graus, dos

⁹³ O que de acordo com o autor pôde ser visto por meio de uma nova forma de dominação política, testemunhada nos séculos XVIII e XIX.

grupos de pessoas que estão inseridos em áreas geralmente vistas como marginais com relação à institucionalidade legal, isto é, vivem nas margens, como no sentido elaborado por Das e Poole (2004). O caminho trilhado, portanto, não evoca concepções particulares sobre o Estado como estrutura pré-concebida, elemento imaterial, coerente, unívoco, o que nos aproximaria das teorias “estadocentricas” criticadas por Sharma e Gupta (2006), nas quais o Estado se materializa como ‘entidade’ com limites bem demarcados e autônomo à sociedade. Antes, nos conduz a uma perspectiva que evidencia as condições difusas, heterogêneas e disgregadas do Estado, “em que práticas e políticas da vida, nessas áreas, formam práticas políticas, reguladoras e disciplinares que, de alguma maneira, constituem aquilo que temos chamado de O Estado” (Das; Poole, 2004, p. 3).

Assim, ao pensarmos sobre putas e ladrões, não refletimos apenas sobre a aplicação e ordenação de leis formais, estamos refletindo sobre um sistema de valores (Fonseca, 1995). O que, em síntese, nos leva a observar não somente a ausência, abandono ou falha do Estado, como também sua complexa reprodução através de práticas cotidianas, onde formas alternativas de ação política e econômicas são instauradas.

Este trabalho analítico, entretanto, não se configura como algo inovador, tampouco como portador de grande ineditismo, pois, ao analisarmos as pesquisas sobre os mercados geridos nas fronteiras do legal e ilegal⁹⁴, revela-se algo que o próprio Foucault (2007) já havia informado: a delinquência, como grupo de indivíduos sobre os quais se cumpre uma vigilância constante, é também um elemento importante para a formulação do que constitui a ilegalidade para os grupos dominantes. Ou seja, “a existência de uma proibição legal cria em torno dela um campo de práticas ilegais, no qual se chega a exercer controle e a tirar um lucro ilícito por meio de elementos ilegais” (Foucault, 2007, p. 232). Seguindo as perspectivas foucaultianas, o enquadramento das prostitutas no grupo de delinquentes é, desse modo, um instrumento para gerir e explorar as ilegalidades.

E não era isso que os policiais faziam na casa da Pietra, assim como na boate paulista? Ocorre que nessas dobras, as prostitutas que, de acordo com a lei, deveriam trabalhar sozinhas, mas trabalhavam em casas de prostituição, estão inseridas em espaços onde a lei pode ser transgredida, ou ignorada, e até mesmo onde infrações são ratificadas (Teles, 2010). É claro que isso não implica afirmar que todas as interlocutoras vivenciavam as dobras a partir de jogos de poder de forma similar. Afinal, como ainda nos ensina Foucault, tais jogos apenas se distribuem conforme se diferenciam. Assim, as trincheiras das batalhas cotidianas não devem

⁹⁴ Embora não tenha realizado uma revisão abrangente sobre os trabalhos que tratam do tema, os textos de Telles (2009, 2010), Feltran (2009), Telles e Hirata (2010), sustentam, de diferentes formas, o argumento mencionado.

ser tomadas como equivalente para todas, pois se ligam diretamente às formas com que os grupos experienciavam o trabalho e ao uso dos termos e sentidos que escolhiam para nomeá-lo, bem como aos seus afetos e recursos que os acompanhavam.

Desse modo, as experiências e análises tecidas até este ponto nos permitem vislumbrar outras compreensões sobre as experiências que envolvem as chamadas “prostitutas de luxo” e, talvez, possam responder à questão aberta por Lopes (2021), que indagou: “esta moralidade modulada, que ofusca a produção acadêmica na busca da imagem da prostituta de luxo, camufla que pactos com a ordem e a desordem?” (p. 17)

Quando garotas que trabalhavam por *site* e, ocasionalmente, em boates consideradas de luxo, afirmavam ser indiferentes às demais colegas, evitando criar expectativas sobre relações, elas estavam, na verdade, seguindo códigos de conduta e gramáticas emocionais que permitiam a distinção deliberada da imagem da puta, afastando-se do estereótipo da puta pobre e necessitada. Diferenciação que as interlocutoras confirmavam através da crença de que apenas “as prostitutas pobres” precisariam se organizar politicamente. É também verdade que, de outras maneiras, Lopes (2021) já havia descrito muitíssimo bem esse movimento de distinção em que a prostituta glamorosa concorre com a imagem da prostituta pobre, criando um espaço de tensão onde as prostitutas de luxo transitam.

Ainda assim, à luz das proposições de Lopes (2021), ao retomarmos as análises sobre as gestões de ilegalidades, podemos perceber, que, se as prostitutas de luxo, como afirmou a autora, encenam um travestismo de classe semelhante ao descrito por McClintock (2018), e se essa encenação permite que elas negociem nas relações com os clientes, apropriando-se dos símbolos que vinculam o “luxo” a um domínio do prestígio e ascensão social (Lopes, 2021), por outro lado, apesar de tentarem se distanciar do estigma da puta, elas, ao mesmo tempo, permaneciam em constante negociação nas dobras da ilegalidade. Dito de outro modo, ainda que fossem capazes de se agenciar para escapar, ou ao menos suavizar, os efeitos das relações de poder que envolvem tanto as prostitutas de outros circuitos, assim como os agentes estatais; essas negociações nem sempre garantiam liberdade diante dos mecanismos de controle e gerenciamento que atravessam suas práticas, revelando uma complexa dinâmica entre poder, classe e moralidade.

Isso se materializava, por exemplo, nas diferentes formas de negociação com policiais. Dificilmente nas casas ou boates de prostituição consideradas de luxo as prostitutas precisarão negociar diretamente com os agentes policiais a manutenção do funcionamento local, pois, para que seja respeitado o selo de “civilidade burguesa”, limpeza e discrição que são, antes dos valores dos programas, o que asseguram a ideia de luxo do lugar (Lopes, 2021),

serão os proprietários e gerentes que geralmente se ocuparão dessas questões. É nesse mesmo sentido que podemos ponderar também que nas negociações feitas nas dobras, as *garotas* raramente enfrentarão batidas e revistas policiais, ou precisarão levantar dinheiro para manter o local de trabalho, porque podem trocar de boate, de *site* ou cidade quando considerarem melhor.

Nesses espaços ambíguos, as interlocutoras da boate em Belém, de maneira parecida com aquelas inseridas nas boates de prostituição no interior de São Paulo, não utilizavam o termo puta ou prostituta para se referir a si mesma, exceto em situações específicas, quando vivenciavam outras formas de negociações com o trabalho e precisavam lidar com os jogos de força que envolvem a prostituição. Na boate paulista, lembremos, a puta/prostituta surgia nos momentos em que precisavam imprimir força nas negociações, forças que uma garota de programa, como essa moça bem-educada com capital simbólico construído através das relações com os clientes, não se proporia a fazer. O que não significa que, em meio aos jogos de poder e estigma presentes na prostituição, as garotas de programa escapassem às dificuldades e criatividades inerentes às margens.

Ao adotarem os afetos, práticas e códigos do “universo do luxo”, mesmo que apenas em situações de necessidades, de maneira sutil, elas continuavam imersas a um conjunto de regras que conformam o controle sobre o trabalho sexual. Frequentemente eram submetidas a obrigatórias baterias de exames para constatação ou refutação de ISTs, e estavam expostas a possíveis situações de riscos com clientes, assim como as mulheres do quadrilátero, mas de forma distinta. É comum, aliás, que as casas de prostituição “de luxo” possuam câmeras espalhadas até pelos quartos, tanto para **vigiá-las**, sob a justificativa de proteção contra clientes, quanto para **puni-las** quando necessário, como nos casos de acusação de furto de pertences dos clientes, brigas internas, e mal comportamento (embriaguez, agressividade, entre outros).

A partir disso, não poderemos mais afirmar que apenas as prostitutas inseridas em outros segmentos da prostituição considerados mais “populares”, estão necessariamente mais expostas à violência, protocolos e repressão estatal. Assim como demonstrei, até a própria noção do que constitui o “luxo” na prostituição pode mudar radicalmente a depender da região do país, dependendo das sociabilidades e as economias morais próprias ao local. Isso significa que a boate mais famosa de Belém não seria considerada de luxo caso estivesse alocada no estado de São Paulo, e o oposto também é possível, pois são nas diferenciações entre os ritmos de música permitidos em uma boate e outra, a estrutura do local, o modo de interação entre clientes e garotas, que se assentam essas percepções. Isso também não implica em uma hierarquia das diferenças entre os espaços, como na comparação “um melhor e outro pior”, mas

na compreensão das diferenciações que antecedem a própria organização do que é considerado “luxo” para os grupos de cada região. Essas diferenciações são capazes, então, de refutar a ideia de uma divisão da prostituição em escalões fixos.

Assim, a forma como as prostitutas circulavam por diferentes lugares, o jeito como modulavam as emoções e construíam suas gramáticas relacionais revelam a habilidade que os grupos, como os das “putas” e dos “ladrões”, possuem para “jogar as regras do jogo” e, sempre que possível, antever as contingencialidades presentes no cotidiano. Enquanto as garotas de programa evitavam ser vistas como prostitutas e disfarçavam suas atividades em meio aos trânsitos entre as relações de amor, amizade e familiares dentro e fora do trabalho, visando não sofrer com julgamentos e outras formas de punição, no outro polo, estavam as mulheres que se reconheciam publicamente como prostitutas e buscavam parcerias com diferentes esferas estatais para atender as necessidades das prostitutas da região e lutar em favor da retirada da prostituição do campo da ilegalidade.

Se algumas ocultavam atividades laborais e distanciavam-se, quando necessário, da imagem da puta, outras se moviam entre diferentes esferas das relações sem precisar escapar ou se fixar na tentativa de diferenciação entre prostituta/puta e “mulher do lar”. Ao mesmo tempo, mas de maneiras diferentes, todas experimentavam os riscos da ausência de regulamentação do trabalho, as multas por comportamentos considerados ruins para o trabalho, desconfianças e rivalidades, além das negociações, nem sempre favoráveis, e quase sempre assimétricas, com ‘patrões’. O que resulta na confirmação de que, por meio de diferentes formas de negociação, seja no pagamento à polícia, na participação em projetos que concorriam nas esferas estaduais e federais do governo, ou ainda pela própria manipulação das categorias associadas às prostitutas de luxo, esses grupos de trabalhadoras transitavam entre legalidade e o extralegal, conforme suas condições e estratégias particulares.

E não foi isso que Das e Poole (2004) entenderam como margens? Modos de atuação das forças da ordem, procedimentos e práticas que articulam simultaneamente o ‘dentro’ e o ‘fora’ da lei, mas que não podem ser entendidas somente como cumprimento e transgressão da lei, pois é a própria lei que está em questão. No cerne dessas questões estão as vidas das prostitutas, assim como a do “ladrão”, destituídas de qualquer garantia legal, a vida nua⁹⁵, como bem postulou Giorgio Agamben (2010), entrelaçadas a um Estado comprometido

⁹⁵ Recorro aos conceitos de Giorgio Agamben, sem desconsiderar as críticas realizadas por Das e Poole (2004) sobre o assunto. As autoras acreditam que os estados de exceção, as diferenças de pertencimento e inclusão, assim como as figuras que habitam tanto fora quanto dentro da lei, não são, como propõe Agamben, simplesmente presenças espectrais ou fantasmagóricas, mas se relacionam com a vida cotidiana do tempo presente. Além disso, para elas, a contínua refundação da lei, que ocorre também por meio de formas de autoridade e violência, gera os

com o gerenciamento da vida, capaz de promover corpos matáveis, diante dos quais qualquer pessoa poderia tirar-lhe a vida sem incorrer obrigatoriamente à culpabilidade do homicídio.

Mas, se diferentes trabalhos têm realizado todo esse percurso analítico para compreender criticamente o estado de exceção (Agamben, 2004) no qual estão inseridos os indivíduos que transitam e trabalham entre os comércios ilegais, no tráfico de drogas, de álcool e de armas e, portanto, parte do “mundo do crime”, cabe então questionar o porquê dessas aproximações não serem articuladas tão frequentemente às análises sobre prostituição. Ou, quando são, o porquê de normalmente se limitarem às investigações que envolvem a prostituição no registro da exploração, ou da violência, como se estivessem restritas àquelas figuras das prostitutas facilmente capturadas pelo estereótipo da puta pobre, vitimizada ou, apesar de vítima, alguém que é forte, resistente e guerreira.

Suspeito que, em certa medida, isso esteja relacionado a expressiva produção de pesquisas, na literatura nacional, que dividem a prostituição em escalões, e que, como sugeriram Blanchette e Silva (2011), acabam por reproduzir preconceitos de classe e raça, tendo em vista que alimentam as ideias de que a “civildade” habita somente nesses “altos escalões”. Minha crítica recai, portanto, sobre a percepção de que a “prostituição de luxo”, frequentemente apresentada como uma atividade que não constitui um trabalho, não se configura como “prostituição de verdade”. Nesse contexto, as garotas de programa, ao estarem apartadas dos estereótipos de “prostitutas de verdade”, são vistas como pessoas que não estão imersas nas experiências presentes nas dobras. A elas é atribuída uma falsa proteção, como se não vivenciassem os riscos presentes nas margens. Uma visão equivocada, insisto.

Foucault, como mencionei anteriormente, há um bom tempo tem nos alertado de que a delinquência também é útil de diferentes formas, porque está a serviço dos “ilegalismos de privilegiados”. Afinal,

“A implantação das redes de prostituição no século XIX é característica a respeito: os controles de política e de saúde sobre as prostitutas, sua passagem regular pela prisão, a organização em grande escala dos lupanares, a hierarquia cuidadosa que era mantida no meio da prostituição, seu enquadramento por delinquentes-indicadores, tudo isso permitia canalizar e recuperar, através de uma série de intermediários, os enormes lucros sobre um prazer sexual que uma moralização cotidiana cada vez mais insistente votava a uma semiclandestinidad e

corpos aos quais poderá ser dada a morte, mas esse processo ainda envolve tipos de poder geralmente personificados em figurar como agentes policiais ou ‘chefes’ locais.

tornava naturalmente dispendioso; na computação do preço do prazer, na constituição de lucro da sexualidade reprimida e na recuperação desse lucro, o ‘meio delinquente’ era cúmplice de um puritanismo interessado: um agente fiscal ilícito sobre práticas ilegais” (Foucault, 2007, p. 232).

Essas posturas estiveram presentes nos debates nacionais ocorridos no mesmo século citado, e embora tenham perdido força para a ambiguidade presente nas formas como o Estado subtraiu sua responsabilidade junto às prostitutas, elas ainda são manejadas nas dobras as quais temos pensado. E se materializam nos requerimentos de exames que as grandes casas noturnas solicitam às trabalhadoras, ou nas dificuldades que as garotas que trabalhavam por *site* encontravam para disfarçar suas atividades, e ainda diante dos montantes negociados junto a policiais. Valores que, aliás, costumam se diferenciar entre aqueles exigidos entre as pequenas casas e aquelas consideradas de luxo. Importa, portanto, que na operação de uma economia das ilegalidades observa-se que sua função sistêmica “não é tanto tornar dóceis os que estão prontos a transgredir as leis, mas organizar a transgressão das leis numa tática geral das sujeições” (Foucault, 2007, p. 226).

É também por meio desse registro que, finalmente, podemos apreender os mecanismos de gestão das gramáticas emocionais que os diferentes grupos de prostitutas evocavam. Ainda que houvesse nuances nas formas com que mobilizavam e agenciavam as emoções nas relações entre si, esse manejo esteve frequentemente conectado à solidão da Puta, fosse para evitá-la, como nos casos das prostitutas do GEMPAC, ou para se distanciar umas das outras, como na situação das acompanhantes, os grupos acreditavam que essa seria a condição necessária para mover-se entre as interações nas dobras da ilegalidade. E, se nem sempre levavam à cabo o imperativo de solidão e inimizade, as crenças sobre sua necessidade residiam nessas formas de escapar, antever e negociar com os sujeitos inseridos nessas zonas de suspensão e refundação temporárias da lei. Solidão e conflitos estavam configurados como a melhor forma possível de não ser capturada, isto é, “descoberta” ou traída. A respeito dessas questões, tanto as mulheres do quadrilátero quanto todas as interlocutoras autodenominadas garotas de programa ou acompanhantes de “luxo”, sabiam.

Por isso, mesmo que essas últimas não apreciassem ser chamadas como as primeiras, todas elas articulavam relações, emoções e enunciados similares nos contextos em que julgavam necessário. Isso significa que, apesar de geralmente prostitutas e acompanhantes de “luxo” serem vistas a partir de lógicas de diferenciação, seja no discurso popular, na produção acadêmica e, em alguns momentos, entre elas próprias; no que se refere ao processo

de construção de gramáticas emocionais e práticas comuns: elas costumam ser experimentadas como táticas de sobrevivência e negociação dentro de um campo em que as "verdades" sobre quem são as prostitutas e as acompanhantes de “luxo”, ou sobre como deveriam se comportar, são continuamente impostas e, ao mesmo tempo, continuamente rejeitadas, temporariamente suspensas, ou, por vezes, transformadas.

PARTE III: “PORTUGAL É O BRASIL DE CIMA”
Organizações, brasileiras e mobilidades transnacionais



Figura 5 - Faixa e cartaz do MTS na grama do jardim da alameda D. Afonso Henrique, local de confraternização dos manifestantes. (ada no largo do Intendente em Lisboa)

Compreendendo os fluxos migratórios

Há alguns anos, ouvi de uma ex-interlocutora de pesquisa que sua maior ambição como garota de programa era trabalhar na Europa. À época não sabia que aquela seria a primeira de muitas vezes que ouviria de uma trabalhadora sexual que seu sonho era “*ganhar em euro*”. A tão sonhada viagem a Europa nunca foi dita em tom de confiança, e a ideia de que enriqueceriam ao deixarem o país atravessou quase todos as boates e casas por onde passei, sobretudo naqueles espaços onde as mulheres se autoentitulavam como garotas ou acompanhantes de luxo, como nos casos que antecendem essas discussões. Imigrar para qualquer país do continente europeu foi costumeiramente visto como algo “*chique*” ou como o “*luxo dos luxos*”, coisa de “*garota bem-sucedida*”, pois acreditava-se que, independentemente da região, ganhariam bem. Assim, vez ou outra, concatenavam diferentes formas de chegar até lá. Essas questões, contudo, não eram os assuntos mais comentados em nossas rodas de conversa, e se assemelhavam mais com aqueles tipos de sonhos e ambições que são constituídos por possibilidades que parecem muito distantes das nossas condições materiais, e que eram sempre sobrepostos por frases como “*um dia, quem sabe...*”

Nenhuma das interlocutoras que conheci havia exercido a prostituição fora do país, e a maioria delas, quando casualmente falavam sobre o assunto, informavam que não conheciam outros países e que sequer possuíam familiares ou amigos em lugares além do território nacional. O imaginário sobre a migração era, então, composto por sonhos, projetos e aspirações que envolviam expectativas de estabilidade econômica, possíveis viagens para o conhecimento de outros espaços e, ainda, recheado por desejos sobre uma possível construção de relações sexuais e afetivas com “*gringos*” ricos. Essas expectativas produziam uma espécie de encantamento sobre a possibilidade de realizar o trabalho sexual em países europeus, e, mesmo que dificuldades pudessem advir dessas mobilidades, eram geralmente desconsideradas.

O marco da crise econômica internacional, que afetou vários países do norte global, além das dificuldades quanto ao idioma, não eram considerados como empecilhos às intenções de deixarem o Brasil. Antes, eram as ausências de redes de amizade ou parentesco, os obstáculos para juntar o dinheiro das passagens e os primeiros dias no novo país, além do desconhecimento quanto às formas de funcionamento do comércio sexual, que se tornavam a principal barreira para a realização dos desejos compartilhados.

À medida em que o continente europeu, de um lado a outro do seu fantasiado território, era visto como o ponto mais alto que uma garota de programa poderia alcançar, e que uma brasileira poderia chegar, via-se nas entrelinhas dos sonhos das diferentes interlocutoras,

que se espalhavam de forma difusa e corriqueira, a presença de um bem conhecido modelo classificatório que reproduzia a hierarquização da Europa diante de outras regiões, com a primeira retendo um capital material e simbólico superior aos demais, como no conceito de colonialidade do poder cunhado por Anibal Quijano (2000, p. 342).

Assim, ao iniciar o processo de pesquisa com as trabalhadoras sexuais brasileiras em Portugal, se faziam presentes concomitantemente dois elementos contraditórios, mas que não se anulavam mutuamente: a compreensão intelectual do conceito de Quijano (2000) em suas dimensões políticas nas diferentes esferas da vida social; e o sentimento de curiosidade ou vontade compartilhada com outras interlocutoras sobre como se concretizavam as aspirações voltadas a outros territórios, vistos, em detrimentos dos nossos, como um aparente cenário possibilidades. Como demonstrarei ao longo dessa parte da tese, essas questões, que inicialmente pareciam ser apenas um ponto de partida, logo se mostraram como um fio condutor para entender as relações entre as prostitutas que conheci em Lisboa, e nos arredores da capital portuguesa.

Além disso, em contraponto às algumas das reflexões sobre as relações de amizade nos contextos anteriores, ao observar os trabalhos que tratam das relações entre prostitutas nos cenários de mobilidades transnacionais⁹⁶, notei algumas particularidades. No horizonte do fluxo de migrações de mulheres brasileiras inseridas nos mercados sexuais em países do sul europeu, percebe-se que diante das intensificações do caráter transgressivo concedido à prostituição no âmbito público na década de 2000, e frente aos dispositivos legais que atualizam a ideia de um *outro* imigrante que justifica o pânico moral instalado nas sociedades europeias e a instauração de procedimentos, institucionais ou não, de rechaço ao coletivo de imigrantes, há redes de solidariedade entre prostitutas brasileiras (Mayorga, 2016; Piscitelli, 2013).

As disputas, rivalidades e solidariedades, deste modo, tomaram outros contornos junto a novas diferenciações. Alguns estudos ainda ressaltam que, embora no contexto migratório internacional surjam redes de solidariedade entre prostitutas brasileiras, também há o aumento de acusações e competitividade entre as trabalhadoras sexuais de outras nacionalidades. Nesse sentido, ao passo em que muitas prostitutas brasileiras não querem ser confundidas com trabalhadoras de outras nacionalidades – “porque ser brasileira lhes dá certo

⁹⁶ A ideia geral é que a noção de transnacional alude a laços, vínculos, conexões entre grupos para além das fronteiras nacionais. Aqui a noção se refere basicamente aos processos de atravessar fronteiras nas quais os migrantes oferecem serviços sexuais e estabelecem relações complexas com diferentes locais e formam comunidades novas e diferentes (Piscitelli, 2005; Agustín, 2001).

prestígio no trabalho da prostituição” (Mayorga, 2016; p. 347) – tal competitividade pode estar vinculada às noções de brasilidade.

Ou seja, diante da ideia de que brasileiras são portadoras de uma disposição natural e intensa para fazer sexo e uma inclinação à prostituição; nota-se que negociando seus espaços de agência, as prostitutas corporificam a sexualização que as atinge para adequar suas “qualidades” aos critérios e atributos presentes nos mercados sexuais (Piscitelli, 2008; 2013). Nesse cenário, a amizade e a solidariedade podem ser tomadas como condição necessária para a sobrevivência satisfatória num ambiente esvaziado de família e outros vínculos sociais mais sólidos, assim como para a realização daquelas aspirações coletivas que anunciei antes, (Dolabella, 2015; Jáudenes; Jímenes, 2001; Mayorga, 2016; Piscitelli, 2009)

Em contraste, Dolabella (2015), ao pesquisar junto a brasileiras inseridas nos mercados sexuais em Portugal, percebeu ainda que as relações entre elas não se davam apenas por meio de uma ideia de identidade nacional, mas, sim, através de um posicionamento social e subjetivo nas estruturas hierárquicas do país de destino. E se caracterizavam por uma linguagem de parentesco que associa a amiga à figura da irmã ou de um parente próximo.

Nessa discussão, insere-se também outro aspecto importante no entretecimento das relações de amizade entre prostitutas e as mobilidades transnacionais que envolvem o trabalho sexual: a associação entre os deslocamentos do mercado do sexo e tráfico de pessoas recria imagens que descrevem a “vítima” como mulher e de preferência jovem ou menor, inocente e ingênua (Clemente, 2018; Kempadoo; Doezema, 1998). O alinhamento entre a obsessão com os migrantes não documentados aliada às noções de trabalhadoras sexuais como vítimas de tráfico restringem suas redes de contato e afeto no país receptor, uma vez que aquelas que estão em situação irregular têm medo da possibilidade de deportação (Piscitelli, 2009, 2013).

Foi pensando nessas mobilidades específicas e nas complexidades atreladas a elas que, para fins de investigação, me interessei por aquelas voltadas ao fluxo migratório entre Brasil e Portugal. A (i)migração brasileira para o país europeu, foi marcada, desde 2003, por uma forte tendência à feminização, ressaltada por uma expressiva presença de mulheres brasileiras nos mercados sexuais e matrimoniais (Alvin; Togni, 2010; Lowenkron; Sacramento, 2017). Aliás, no contexto português, a presença daquelas noções de brasilidade⁹⁷ também são apontadas por muitos estudos, (Alvin; Togni, 2010; Dolabella, 2015; França, 2010; Piscitelli,

⁹⁷ De acordo com Piscitelli (2013) as noções de brasilidade circulam de maneiras distintas em diferentes países. Em Portugal, por exemplo, a autora afirma que as mulheres brasileiras independentemente da cor da pele, são tratadas como mestiças porque sua nacionalidade atribui essa vinculação.

2008, 2013; Pontes, 2004; Togni, 2011). Neles, me chamou a atenção como tais noções podem ainda se relacionar às questões que envolvem mobilidades, comércio sexual e tráfico sexual, tendo em vista que nos intensos confrontos e aproximações em torno da relação entre tráfico de pessoas para fins de exploração sexual e a prostituição, as noções de brasilidade e o estigma associado à mulher brasileira em terras portuguesas fortalece várias narrativas alarmistas, que acentuam as condições de vulnerabilidade das trabalhadoras do sexo migrantes, como bem informaram Ribeiro e Clemente (2018).

Um episódio significativo, denominado com Mães de Bragança, é um caso exemplar destas tensões. Em 2003, em Bragança, cidade da região Norte de Portugal, algumas mulheres se organizaram e promoveram um abaixo-assinado cujo objetivo era expulsar as imigrantes brasileiras que trabalhavam em clubes noturnos e reivindicar seu fechamento (Dolabella, 2015). O episódio alude principalmente à narrativa de uma sexualidade ilegítima, praticada por exóticas e sensualizadas migrantes, vindas dos trópicos. A essas brasileiras foi atribuído uma aura de poder e sedução, e, como consequência, apertou-se o cerco da polícia e das fiscalizações em clubes noturnos, apoiadas tanto nas brechas decorrentes da situação de não regulamentação das atividades prostitucionais, como na evocação da lei do lenocínio e nas ações contra a imigração ilegal (Dolabella, 2015; Pontes, 2004).

Adicionalmente, como sugeriu Oliveira (2018), ao analisarmos a aplicação da lei nacional que rege a prostituição em Portugal – que penaliza o lenocínio e não reconhece a prostituição como uma atividade formalmente legítima – constata-se que essa lei raramente é aplicada nos casos dos profissionais do sexo portugueses. No entanto, no que se refere aos profissionais do sexo migrantes, especialmente se estiverem em situação irregular, há grande possibilidade de serem perseguidos pela polícia e pelo sistema de justiça. Nessas ciladas, à medida em que o número e a visibilidade de imigrantes entre os profissionais do sexo aumentaram e o discurso contra o tráfico de seres humanos se intensificou, ainda que fossem vistas como vítimas, surgiram perseguições policiais a essas migrantes (Oliveira, 2012; 2018).

Foi, portanto, a partir dessas revisões que notei como as controversas representações estereotipadas das trabalhadoras sexuais migrantes, frequentemente vistas como possíveis vítimas do tráfico sexual, contrastam com os estudos empíricos que desafiam a imagem simplificada da vítima, estrangeira, à espera de resgate ou socorro da polícia (Clemente, 2019; Ribeiro; Clemente, 2018). Além disso, vislumbrando o fluxo de trabalhadoras sexuais brasileiras que migram para Portugal, observa-se que, apesar das inconstâncias e rivalidades entre prostitutas brasileiras surgirem com elevada frequência nas pesquisas

nacionais, quase não aparecem naqueles estudos voltados à migração mesmo em um cenário de adversidades, como o que acabo de descrever.

Diante dessas questões, nos dois primeiros capítulos que compõem essa parte da tese, investiguei diversos cenários da prostituição, que iam desde boates localizadas em Lisboa até na prostituição exercida em estradas e em um alterne na cidade de Braga. Contatos com brasileiras que atuavam na prostituição por meio de anúncios em famosos sites portugueses de acompanhantes surgiram, e proporcionaram mais possibilidades para os avanços da pesquisa. Para essas análises, cabe ainda ressaltar que estive próxima de mulheres brasileiras e portuguesas, com idades variadas e oriundas de diferentes “vagas” de imigração, que exercem ou já exerceram a prostituição.

Para que se compreendam melhor os objetivos que nortearam os dois capítulos seguintes, destaco que me concentrei em compreender os efeitos da articulação entre relações de amizade, imperativos de inimizade, conflitos e ambiguidades vivenciados pelas interlocutoras nos processos de mobilidade transnacional e nas condições vulnerabilizantes que enfrentavam. O intuito foi investigar como as gramáticas emocionais e relacionais entre as trabalhadoras sexuais contribuíam, ou não, para reconfigurar suas capacidades de agir estrategicamente diante de circunstâncias adversas, além de interferir nas dinâmicas de organização do mercado sexual em Portugal.

Um terceiro capítulo emerge de questões levantadas nos diferentes contextos investigados, mas que se acentuaram nas experiências vividas em Portugal. Considerando que as interlocutoras frequentemente buscavam redefinir os termos da nossa interação a partir de questionamentos sobre o “papel” dos pesquisadores nas relações que estabelecem com prostitutas e as organizações da classe, a análise foi deslocada para a capacidade produtiva do conflito no marco das relações entre prostitutas e a Universidade. Fluxos de poder, confrontos, aproximações e alianças políticas foram revisitados através das análises realizadas.

5. NOVAS CONFIGURAÇÕES: BRASILEIRAS E O MERCADO SEXUAL PORTUGUÊS

Na manhã do dia treze de abril de 2023, assim que deixei o avião e caminhei até os portões da imigração, além do nervosismo por ser minha primeira viagem internacional, ao apresentar os documentos necessários para minha entrada no país, recebi convites inesperados para cafés, assim como sugestões para arrendar um quarto pertencente ao apartamento de um dos agentes que trabalhavam no local. Em tom jocoso, surgiram afirmações de que era jovem e bonita demais para ser professora e pesquisadora, e percebi olhares descaradamente maliciosos e invasivos vindos dos agentes em questão. O tempo parecia passar com demasiado vagar, e as investidas tornavam-se, a cada minuto, mais incisivas. “Vou deixar-te passar ao meu país, deverias aceitar o café”, balbuciou com ironia um dos rapazes, que me fitou dos pés à cabeça até que deixasse o local. Recebi sem lisonjeio os olhares e convites dos dois agentes, que, mesmo diante do meu silêncio e aparente desconforto, continuaram com as insinuações. (Diário pessoal, abril de 2023).

A partir da primeira experiência vivida em terras portuguesas, menos que mobilizar práticas denunciativas contra os homens, cujos rostos mal me recordo, anuncia as primeiras pistas sobre vivências similares que atravessavam parte das minhas interlocutoras de pesquisa. Naquele primeiro momento, compreendi que estar em Portugal envolvia também os modos como a “brasilidade” era costumeiramente definida naquele país. O universo simbólico das representações hegemônicas sobre as brasileiras, que, de acordo com Piscitelli (2013), se entrelaça com um processo de sexualização e etnização permeado por percepções presentes no imaginário colonial, e que resultam em aproximações aos mercados sexuais e matrimoniais, me envolveram rapidamente.

Essas dinâmicas, que esperava encontrar apenas nos relatos de algumas das interlocutoras vivendo no país, se vincularam de forma tão imediata ao meu corpo que se tornaram impossíveis de desconsiderar. Embora eu ocupasse uma posição distinta das brasileiras com quem interagi, porque não viajava para exercer o trabalho sexual, mas para conduzir uma pesquisa, e com suporte financeiro que me assegurava outras negociações e possibilidades, a articulação entre gênero, sexualidade e nacionalidade, me colocou, em certos momentos, em uma posição similar à de algumas delas.

É evidente que as localizações sociais, combinadas às distintas motivações para as mobilidades nos proporcionavam diferentes experiências. Ainda assim, da mesma forma que ocorreu nas pesquisas de Paula Togni (2014) e Igor José Machado (2003, p. 64): lidei, a todo

tempo, com a presença de “uma imagem do Brasil em Portugal, com representações, discursos e um lugar especial no imaginário popular e político”. Essa imagem, além de estar vinculada às categorias de diferenciação citadas, pode ainda ser conectada aos deslocamentos contemporâneos, especialmente aqueles que ocorreram a partir do final da década de 1990, que direcionaram muitos brasileiros a Portugal. Nesses deslocamentos, havia uma forte associação de brasileiros às classes econômicas pobres, sendo frequentemente atrelados à criminalidade, ou, por outro lado, à sensualidade e simpatia (Fernandes; Peixoto; Oltramari, 2021; Togni, 2014).

*

Somente quatorze dias após minha chegada, consegui realizar os primeiros passos rumo à aproximação com as trabalhadoras sexuais. Através das interação com o Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE)⁹⁸, tive a oportunidade de conhecer as trabalhadoras que integram a única organização de prostitutas do país, o Movimento dxs Trabalhadorxs do sexo (MTS). Assim, em uma tarde quente do verão europeu, no dia 01º de maio de 2023, no Largo do Intendente, localizado na cidade de Lisboa, após estabelecer os primeiros contatos por mensagens de texto, pude me aproximar de forma mais intensa das mulheres do MTS.

Por ocasião, o dia era de manifestação dos trabalhadores de Lisboa e, no largo, diversos coletivos se reuniram para sair em marcha pelas ruas da cidade. Quando cheguei ao local não avistei os rostos das trabalhadoras que faziam parte do movimento, feições que havia encontrado rapidamente em uma pequena quermesse realizada alguns dias antes, quando o MTS montou uma pequena barraca para comercialização de alimentos e bebidas, com objetivo de arrecadar recursos para o coletivo.

Naquela tarde, celebrava-se o Dia do Trabalhador, e, de imediato, não encontrei bandeiras ou cartazes que sinalizassem a presença da organização. Isso me deu tempo para observar os diversos coletivos e sindicatos que estavam no local, como a confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses (CPTG); a União Geral dos Trabalhadores (UGT); grupos de ativistas anti-precariedade, coletivos feministas e ambientalistas; a Associação de Aposentados, Pensionistas e Reformados (APRe); além de alguns acadêmicos aliados das organizações. A manifestação foi organizada pela CPTG, e, algumas horas mais tarde, seguiria pelas ruas da região sob o lema "Mais salário, mais direitos, melhores pensões! Contra o aumento do custo de vida".

⁹⁸ Agradeço a receptividade e conexões realizadas pela professora Mara Clemente.

Os coletivos que se preparam para marchar se posicionavam contra o aumento do custo de vida, alta dos preços de alimentos e produtos, e modelos de trabalho marcados por precariedade, com longas e desreguladas jornadas de trabalho. Nesse cenário de reivindicações, previ que o MTS apareceria reivindicando, sobretudo, o direito laboral dos trabalhadores do sexo. Enquanto observava a formação dos coletivos, uma mulher branca, loira, com idade variando entre 50 e 60 anos, que demonstrava comportamentos gentis e tímidos, chegou ao largo. Como já a havia conhecido na quermesse, me aproximei de Flora⁹⁹, que me acolheu para aguardarmos as demais manifestantes. A princípio, pensei que ela fosse uma trabalhadora sexual, apenas mais tarde descobri que Flora nunca havia exercido a profissão e que sua proximidade ao MTS aconteceu em decorrência de ser cunhada de Maria de Andrade, líder do movimento.

A líder, uma mulher portuguesa, filha de uma migrante angolana e um homem português, com pele negra¹⁰⁰, e idade similar à da cunhada, cabelos castanhos e lisos, extrovertida e bastante comunicativa, chegou ao local apresentando-se como a líder do MTS. Assim que chegou, imediatamente me pediu para segurar alguns dos cartazes confeccionados para a manifestação, além de posicionar a faixa do movimento e, se possível, também fotografar as trabalhadoras enquanto marchavam em busca de mais direitos pelas ruas lisboetas. Enquanto isso, outros acadêmicos se aproximaram, atentos às explicações de Maria sobre a importância da presença do coletivo na manifestação.

O MTS, uma associação recém-formada no país, fundada em 2018, enfrenta um cenário em que trabalho sexual, além de não ser reconhecido legalmente como um trabalho, também não é considerado como tal tanto pela CPTG, organizadora da manifestação, quanto pela UGT. Desse modo, a aparição e a expressão pública por reivindicações laborais das trabalhadoras sexuais em uma manifestação de sindicatos de trabalhadores nacionalmente reconhecidos tornavam-se um marco na agenda de progresso do MTS, comentou a líder.

Durante os preparativos para marcha, enquanto arrumávamos as faixas, Maria ainda aproveitou para contar que antes da formação atual da organização de trabalhadores do sexo, ocorreram outras tentativas de fundação de coletivos e organizações, todas sem sucesso. O argumento da líder, assim como as análises presentes em diversos estudos sobre assunto, apontava que, apesar de algumas ações ativistas terem sido registradas ao longo dos últimos

⁹⁹ Assim como informei anteriormente, quase todos os nomes citados na tese foram ficcionados, exceto os das interlocutoras ligadas a organizações de prostitutas ou militantes que não apresentaram objeção em expor publicamente suas atividades laborais. No caso das mulheres em Portugal, somente os nomes da líder do MTS e de Patrícia Rosa não foram alterados.

¹⁰⁰ As descrições sobre a cor da pele e ascendência se baseiam na forma como Maria constantemente se autodefinia.

anos, a ausência de uma mobilização formal de profissionais do sexo, principalmente quando comparadas a de outros países europeus, ou mesmo ao contexto brasileiro, como bem notabilizou, deve ser vista sob o prisma de um país geralmente fraco em termos de movimentos sociais.

Em convergência com as argumentações da líder, Santos (1990, p. 22) afirma que “parece existir, entre os cientistas sociais, um consenso no que toca à baixa participação política, movimentação social, e à existência de uma vida associativa marcada por uma fraca adesão”, no cenário português. Uma das possíveis explicações apresentadas pelo autor, e que novamente corrobora com as ponderações de Maria, é a compreensão de que essas fragilidades ocorrem em virtude de o país ter vivido a mais longa ditadura da Europa ocidental, o salazarismo¹⁰¹, mas também às particularidades sobre a instauração do Estado-Providência.

Ainda de acordo com o autor, a despeito de o período de 1974 a 1976 ter marcado profundamente Portugal quanto a força dos movimentos sociais, a realização do pacto social não foi baseada na negociação ou na luta por longos períodos de tempo e de extensa maturação social. Dado que Portugal não teve, em sua base, um Estado-Providência construído pelo e para o povo, o processo resultou em um fraco envolvimento dos cidadãos e, conseqüentemente, uma fraca sociedade civil (Fonseca, 2016; Santos, 1990). Nesse cenário, os (as) TS, sigla para trabalhadores sexuais, a qual é adotada pelas trabalhadoras próximas ao movimento, estão usualmente excluídos do debate legislativo. Apesar da constituição de uma rede de trabalhadores sexuais (RTS) ter ocorrido em 2011, de acordo com Marta Graça (2019), até o ano de publicação do trabalho mencionado, não era possível afirmar a existência de um movimento de TS em solo português. Pois, mesmo que a rede incluísse os trabalhadores sexuais, era composta principalmente por aliados, desde os diferentes profissionais que desenvolvem trabalho junto à categoria, até os ativistas e pesquisadores.

Em síntese, ainda de acordo com Graça (2019), além das dificuldades quanto à falta de tradição consolidada de movimentos sociais, os obstáculos à formação do movimento ainda são constituídos por diferentes fatores, como a forma de enquadramento legal do trabalho sexual, e a percepção comum nos países de que os grupos minoritários, embora enfrentem dificuldades como a garantia de os direitos laborais, têm outras necessidades compensadas

¹⁰¹ Sob o governo de Antônio de Oliveira Salazar, a ditadura perdurou por 41 anos. E, embora na ocasião da Revolução do Cravos, em 1974, as forças do movimento social para revolução se inserissem desde o operariado urbano na cintura industrial de Lisboa, até a pequena burguesia assalariada nas grandes e médias cidades, além do operariado rural do Alentejo, tendo passado o período revolucionário e a institucionalização da democracia representativa com a Constituição de 1976, a anemia participativa vigorou a partir da instauração do Estado-Providência (Fonseca, 2016; Santos, 1990).

pelos esforços da sociedade providência. Além disso, a ausência de reconhecimento do trabalho sexual como trabalho por parte da União Geral de Trabalhadores (UGT) e pela Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses (CGTP), aliada às fragilidades do movimento feminista e do aparecimento tardio do movimento LGBTQIAP+ no país, podem ser considerados fatores decisivos na construção dos obstáculos à causa (Graça, 2019; Lopes, Oliveira, 2006).

Quanto à esfera legal, a líder ainda acrescentou que, em Portugal, considera-se os profissionais do sexo vítimas e se condena aqueles que favorecem a prostituição. Através de perspectivas que limitam as relações às noções de vítimas versus proxenetas, formalizar e nomear um coletivo ou associação de profissionais do sexo poderia ocasionar perseguições e vigilância estatal. Por isso, em 2017, na cidade de Braga, foi criado o Grupo Partilha de Vivências, com objetivo de desenvolver propostas sociais para promover soluções a pessoas em situação de vulnerabilidade e exclusão social, criando também ferramentas capazes de contribuir para a inclusão social de trabalhadoras do sexo.

Assim, devido à legislação, elas ainda não podem se constituir como uma organização formal, o que gera dificuldades, como abrir contas bancárias em nome do MTS, por exemplo, e, adicionalmente, enfrentam mais obstáculos para ter acesso a contribuições e financiamentos diversos. A representante do movimento seguiu com nosso breve diálogo, ressaltando também que o movimento não defendia a regulamentação do trabalho sexual, pois temiam que, a partir disso, surgissem práticas de fiscalização estatal e outras formas de controle, como os exames sanitários, que poderiam, inclusive, dificultar o trabalho de trabalhadoras migrantes em situação de irregularidade no país. A bandeira que o movimento levanta, portanto, é a da despenalização do trabalho sexual.

Além desses fatores, Maria sublinhou que, a nível individual, os sentimentos de ambivalência referente ao trabalho sexual, a falta de coesão em torno de possíveis organizações devido à identidade profissional, os baixos níveis de escolarização dos profissionais e o temido estigma inibiam maiores forças de movimentação. Para ela, as profissionais acabam tendo que escolher entre a clandestinidade e o medo da punição social. Dessa forma, as atividades do MTS ocorriam de forma pontual, sobretudo nas cidades de Lisboa, Porto e Braga, e frequentemente de forma online para reuniões e deliberações.

Poucos minutos após nossas conversas iniciais e enquanto esperávamos o início da manifestação, perguntei a Maria e Flora sobre a presença de outras trabalhadoras no movimento. Isso porque, àquela altura, imaginava que muitas profissionais, inclusive TS brasileiras, estivessem próximas às faixas organizadas pelo coletivo. Entretanto, as duas logo me alertaram sobre o baixo número de trabalhadoras que costuma aparecer nesse tipo de

manifestação. De acordo com Maria, as brasileiras eram as que menos buscavam visibilidade nesses casos, já que, mesmo sem exercer o trabalho, poderiam ser vistas ou confundidas com prostitutas: *“Basta que vistam uma roupa mais curta e que alguém perceba o sotaque para que sejam vistas assim [...] Algumas ainda se vestem assim como estás, vestidos longos e comportados, e não são percebidas como brasileiras”*, afirmou a líder.

Freadas as expectativas, notei que apenas 11 mulheres, a contar comigo, se reuniram para marcha, carregando cartazes e faixas em defesa do reconhecimento do trabalho sexual como trabalho, em meio às mulheres presentes, apenas três eram, ou haviam sido, assumidamente profissionais do sexo, especificamente prostitutas. Uma delas, no passado, já havia tentado articular a formação de um coletivo de prostitutas, mas sem sucesso. Nenhuma delas era brasileira, todas eram de origem portuguesa e se aproximavam do movimento por acreditarem nas premissas básicas da luta por direitos laborais e na redução do estigma que acomete as trabalhadoras, algumas também se identificavam como feministas.

Alternando os gritos de protesto com os sindicatos e outros coletivos, as palavras de ordem anunciadas pelo alto-falante do MTS — ora cantaroladas ao som dos tambores do coletivo feminista que marchava um pouco mais atrás, ora pronunciadas em tom imperativo, as mulheres afirmavam: *“Trabalho sexual é trabalho!”*, *“Putas unidas jamais serão vencidas”*, *“Putas nos dirão, precárias nos querem”*, *“Trabalho sexual é um direito laboral”*. À medida em que caminhávamos, era possível notar os olhares de surpresa e estranhamento de algumas das pessoas que estavam paradas nas portas de suas casas ou trabalhando no comércio local, e que iam às calçadas para ouvir e presenciar os protestos e reivindicações. Também vimos algumas mulheres, com idades entre 50 e 60 anos, paradas nas calçadas, dançando ao som dos tambores enquanto cantarolávamos ou gritávamos as palavras de ordem *“putas unidas jamais serão vencidas”*.

Após a extensa caminhada pela cidade, o ponto de encontro para todos os sindicatos e manifestantes se reunirem para comemorar o Dia do Trabalhador foi marcado no jardim da alameda Dom Afonso Henriques, onde ocorreu um comício sindical. Entretanto, quando nos aproximamos da porta de entrada, planejada para que os coletivos passassem para o jardim e se juntassem para confraternizar com os demais, dois homens brancos, com cerca de 40 e 50 anos, e, segundo uma das mulheres próximas ao MTS, pertencentes a um partido político de esquerda integrante da cúpula da organização da manifestação, afirmaram, aos berros, que não permitiriam que o Movimento de Trabalhadores Sexuais chegasse ao jardim. Duas mulheres, que estavam à frente da marcha e seguravam a faixa representativa do movimento, continuaram a caminhar em direção ao portão de entrada, ignorando as ordens dos organizadores.

Assim que chegamos ao portão, os homens usaram a força física para nos impedir de entrar. Eles abriram os braços em frente ao largo portão e se posicionaram diante de nós. Mas, rapidamente, as manifestantes do coletivo se juntaram, e, também utilizando a força física, projetaram seus corpos contra os deles, e forçaram a entrada ao jardim. No local, estenderam as faixas e cartazes do MTS no chão e se sentaram para descansar e comemorar a participação no desfile dos trabalhadores.



Ainda sentadas no jardim, durante as últimas conversas que tive com Maria naquele dia, combinamos de nos encontrar novamente para que pudesse conhecer melhor o movimento e algumas mulheres brasileiras que exercem ou já exerceram o trabalho sexual no país. Naquela ensolarada tarde, que me apresentava às temperaturas típicas do verão europeu, não conheci prostitutas brasileiras próximas ao recém-criado movimento organizado de prostitutas de Portugal. A respeito delas, assim como na situação que inicia este capítulo, a única informação que obtive foi a conhecida associação entre nacionalidade e prostituição.

**

Enquanto aguardava o novo encontro com a líder do MTS, contatos inesperados surgiram e, involuntariamente, o processo de investigação ganhou novos contornos e movimentos por diferentes cenários do trabalho sexual. Recebi uma mensagem de Roberta, uma trabalhadora sexual, que por recomendação de uma colega pesquisadora, me procurou para agendar uma primeira consulta psicológica (acolhimento) para um amigo, como forma de incentivá-lo a iniciar uma psicoterapia. No entanto, o rapaz só falava em inglês, o que impossibilitou a continuidade da proposta.

A impossibilidade de atender ao amigo de Roberta tornou viável nossa aproximação. Ao perceber que ela demonstrava certo nervosismo, questionei em que estado do Brasil residia, com o intuito de quem sabe, indicar outro colega psicólogo para ela. Coincidentemente, a trabalhadora morava em Lisboa e vivia em um bairro próximo ao que eu estava instalada, a apenas cinco minutos de distância. Daquele momento em diante, passei alguns dias afastada do MTS enquanto me aproximava das prostitutas brasileiras que, por ocasião, não estavam vinculadas a nenhuma organização da classe. E só voltei a encontrar presencialmente com Maria em uma viagem a Braga, após o retorno ao Brasil de uma das principais interlocutoras brasileiras.

Empolgada com o acaso, ainda por mensagem de texto, expliquei a Roberta que estava sozinha no país e detalhei os objetivos da pesquisa. Assim, combinamos de nos encontrar no dia seguinte em um café localizado no bairro onde ela estava, próximo a um ponto turístico que, além de bem movimentado, ficava perto do apartamento de uma amiga dela, que também era brasileira e trabalhadora sexual. No caminho até o café, Roberta me avisou que sua amiga também iria conosco, pois havia comentado sobre a pesquisa e a amiga se interessou. No fim da tarde do dia seguinte, cheguei ao local combinado. O clima era agradável, com temperaturas amenas. A interlocutora me alertou de que se atrasaria para o nosso encontro e que sua amiga Patrícia Rosa, provavelmente me encontraria antes de sua chegada. Andei ao redor da praça onde marcamos nosso ponto de encontro por alguns minutos e optei por me sentar em uma das mesas de um espaço pertencente a um dos miradouros do bairro.

Àquela altura, eu e Patrícia já mantínhamos uma conversa pelo aplicativo de mensagens, e assim ela pôde me encontrar. Enquanto aguardava as duas, notei que uma mulher de estatura alta, aparentando ter entre 25 e 30 anos, com pele branca levemente bronzeada, com cabelos lisos de cor castanho e com luzes loiras, se aproximava. Não a reconheci até o momento em que me cumprimentou de maneira sorridente e extrovertida: era a Patrícia.

Fomos ao café, que na verdade era um restaurante, e começamos a conversar enquanto aguardávamos Roberta. Falei um pouco sobre a pesquisa e compartilhei meus incômodos com a solidão provocada pela ausência de redes de afeto em um país estrangeiro. Ela seguiu a linha do que eu sentia e comentou que, de certa forma, também compartilhava dos incômodos que havia mencionado. Ainda em nossa primeira conversa informal, para se apresentar, Patrícia me informou sobre relações e atividades que realizou junto a uma das mais conhecidas organizações de prostitutas no Brasil. Em seguida expôs que seu interesse em compreender mais profundamente minha pesquisa também estava intimamente associado ao seu engajamento político nas lutas pelos direitos das prostitutas.

De maneira eloquente, Patrícia explicou o seu papel na militância e como, no cotidiano, além das atividades de projetos que já havia realizado junto à organização, oferecia relações de cuidado às mulheres brasileiras que chegavam a Portugal em busca de trabalho no mercado sexual. Enfatizando as práticas do cotidiano comentou que, assim como Roberta, ela realizava ensaios fotográficos para mulheres brasileiras que precisavam e desejam trabalhar através dos sites de acompanhantes locais.

Os ensaios eram todos feitos com câmera profissional, com as fotos posteriormente editadas, e com um olhar artístico e técnico que ambas possuíam. Além disso, todo o serviço era ofertado de forma gratuita. O objetivo era acolher e oferecer melhores oportunidades de trabalho para as brasileiras que chegavam ao país e, muitas vezes, não tinham condições pagar por um serviço similar. Outra prática importante de acolhimento consistia em receber, temporariamente, em sua casa, amigas brasileiras que, embora não fossem necessariamente trabalhadoras sexuais, se encontrassem no país em condições desfavoráveis.

Para ela, essas formas de ajuda representavam uma ferramenta de militância na prostituição. Outros cuidados, relacionados ao que ela chamou de “questões mais íntimas”, envolviam os afetos gerados pela mudança de país, incluindo o distanciamento familiar e das redes amizade que ficaram no país de origem. Esses aspectos moldaram o tom de nossa conversa, que durou cerca de uma hora, e evidenciaram como as redes de apoio eram essenciais para a sobrevivência no país. Sem percebermos a passagem do tempo, cerca de uma hora se passou enquanto conversávamos e aguardávamos a chegada de Roberta. De repente, uma mulher loira, aparentando ter entre 25 e 32 anos, com cabelos longos ondulados e volumosos, de estatura média, se aproximou e abraçou Patrícia. Foi então que percebi que ela era a trabalhadora que aguardávamos.

Roberta me cumprimentou e sugeriu que mudássemos de restaurante, pois havia um outro ao lado daquele, onde os preços eram mais acessíveis e os donos tratavam os brasileiros com mais respeito. Seu incômodo com o lugar tinha origem em um desentendimento com o proprietário do restaurante onde estávamos. A má experiência que ela teve no local aconteceu quando precisou de ajuda, pois havia ficado presa para fora do apartamento de uma amiga, que também morava nas proximidades, e foi até o restaurante pedir apoio para conseguir retornar ao seu apartamento. No entanto, ao explicá-lo o que estava acontecendo, observou olhares desdenhosos e sentiu que ele a tratava com indiferença.

Assim que trocamos de restaurante, também pedimos por bebidas diferentes; não mais pelo café, mas vinhos brancos e leves. A conversa se tornou mais amena e descontraída, direcionando nossa atenção para possíveis laços de amizade. A curiosidade mútua sobre as

trajetórias pessoais de cada uma, além de sugestões para novos encontros no futuro, fortaleceu a ideia de que poderíamos construir relações baseadas em acolhimento e cuidado durante minha estadia no país. Ocorre também que, assim como eu, as duas amigas não estavam há muito tempo em Portugal, e chegaram no país durante a pandemia. E, apesar de conhecerem algumas pessoas na região, principalmente brasileiros (as), suas redes de apoio ainda eram limitadas.

Roberta já havia vivido fora do Brasil por alguns anos, residiu em Portugal e depois retornou ao Brasil. Naquele momento também estava residindo temporariamente no país, e me avisou de que retornaria no mês seguinte ao Brasil, mas que poderia retornar ao país depois de alguns meses. Sem dar muitos detalhes, comentou que Patrícia veio ao país através de um convite que ela própria fez a amiga. As duas moraram juntas por algum tempo, e no momento da pesquisa, ainda mantinham a amizade, mesmo vivendo em apartamentos distintos.

Patrícia, por sua vez, comentou que não pretendia retornar ao país de origem tão cedo. As datas de suas idas e vindas marcaram fortemente nosso diálogo, uma vez que as relações construídas entre muitas prostitutas estavam frequentemente atreladas ao caráter temporário e instável das suas estadias nos países para onde migravam. No caso das duas interlocutoras, a relação, que já havia atravessado a distância de um oceano, era sustentada por promessas e práticas que consolidavam o forte laço afetivo, mesmo diante da separação entre os continentes. Risadas e desabaços sobre os namorados que tiveram antes e depois de exercerem o trabalho sexual tornaram nossa tarde mais divertida. Além disso, falamos dos comportamentos dos homens portugueses e surgiram comparações entre clientes de diferentes nacionalidades. Convites para ensaios fotográficos e planejamento para festas, também nos animaram.

No entanto, um ponto disruptivo em nossa convergência surgiu quando começamos a discutir as relações entre a academia, especificamente entre os pesquisadores (as) e trabalhadoras sexuais. Sem tornar pessoal o desconforto entre essas partes, elas relataram desigualdades que perpassam essas interações. Enfatizaram que, ao conduzir pesquisas, o pesquisador(a) é capaz de extrair os saberes das prostitutas e ganhar notoriedade em seu ambiente de trabalho a partir disso. Em contrapartida, muitas prostitutas seguem excluídas, não apenas do ambiente acadêmico, como também de diversos espaços sociais fora das zonas de prostituição, em razão do estigma.

As denúncias sobre o desconforto com os pesquisadores reacenderam os debates sobre o protagonismo das trabalhadoras sexuais na luta política, bem como no reconhecimento e a validação sobre os saberes que elas produzem. Anoitecia quando Roberta e Patrícia discutiam sobre os motivos das suas desconfianças em relação aos pesquisadores. E, à medida

em que entendia as bases de suas reclamações, me questionei sobre como produziria uma pesquisa com as duas, sem que isso, de alguma forma, culminasse em uma “traição”.

À luz das análises críticas de Strathern (2017) sobre o assunto, refleti sobre como minhas próprias atividades de pesquisa serviriam de base às relações que poderiam existir entre mim e as interlocutoras. Sabendo que essas relações não seriam apenas uma questão de gestão pessoal, pois se tratava de uma pesquisa que envolvia políticas da prostituição, amizades e inimizades, me preocupei especialmente com o andamento do trabalho e a forma com que nos aproximaríamos. Como já previa, essas reflexões não permaneceram apenas em minhas divagações; e as preocupações começaram a se manifestar em conversa. Depois de algum tempo, e após superarmos o terreno espinhoso onde habitavam as desconfianças em relação aos pesquisadores, as duas mulheres questionaram se eu tinha contatos de trabalhadoras sexuais brasileiras em Lisboa, e me ofereceram ajuda quanto a indicação de interlocutoras para colaborar com a pesquisa.

Naquele instante, percebi a possibilidade de que elas não aceitassem participar de eventuais entrevistas ou do processo de pesquisa, dado o descontamento com a academia e a forma com que viam as relações sendo delineadas, sujeitos (pesquisadores) x objetos (prostitutas), nas investigações de diferentes disciplinas. Encerrando nossas reflexões de maneira astuciosa, Patrícia questionou até que ponto seria legítima uma relação de proximidade, como a nossa, se ela servisse como base de dados e análise para realização de uma pesquisa de doutorado. A reflexão da interlocutora anunciava, portanto, o seguinte questionamento: nossa relação seria vista como meramente instrumental ou se mesclaria a afetos considerados genuínos?

Durante minha estadia em Lisboa fui assombrada por essas indagações, internas e externas, sobre relações de poder e racionalidade instrumentais que envolviam nossas interações. Isso porque, as relações construídas extrapolaram o escopo e objetivos da pesquisa e resultaram em parcerias, acolhimento e aprendizagem em um contexto em que, para todas nós, as redes de apoio afetivo estavam distantes, majoritariamente em outro país.

Entretanto, logo me lembrei de que as questões sobre os critérios necessários para considerar as relações sociais como “genuínas” não se limitavam apenas às complexidades presentes em interações como as nossas. Como demonstrei ao longo da tese, voltamos a nos deparar com as problemáticas relacionadas com as noções filosóficas ocidentais de amizade, que deslegitimam qualquer amizade que contenha, mesmo que em um grau reduzido, um caráter instrumental. Além disso, ao pensar sobre as relações que perpassam o trabalho sexual, observei que as questões sobre afetos e racionalidade instrumental são recorrentes nos estudos que

cruzam relações afetivas, intercâmbios sexuais e econômicos, sendo mais comumente associadas às dinâmicas amorosas entre clientes e prostitutas. Nesse último caso, assim como expus na introdução da pesquisa, a legitimidade e as potencialidades das relações amorosas entre clientes e prostitutas são o centro das análises.

Indo além dessas questões, a qualidade genuína da relação estabelecida entre elas, também poderia ser questionada por meio dessas reflexões. Afinal, considerando que suas interações são permeadas por trocas de favores, proteção ativa contra clientes potencialmente perigosos e o compartilhamento de saberes para promoção profissional ou proteção, a amizade, no contexto da prostituição, aparece, indubitavelmente, como um instrumento para sobrevivência. Talvez, por isso, surgiram os impasses e diferenciações quanto à legitimidade dessa modalidade relacional entre elas, nos diferentes âmbitos investigados. Ainda assim, deixando de lado essas questões, as interlocutoras anunciavam novos questionamentos sobre os afetos, não mais entre elas e os clientes, ou apenas entre elas, mas também nas interações elas e os acadêmicos.

Diante dessas inquietudes, combinei um novo encontro com Patrícia e Roberta, que coincidiu com a data do aniversário de uma amiga das duas. Nosso acordo foi construir uma proximidade capaz de suavizar a solidão vivenciada naquele contexto. E, embora nos últimos dias da minha estadia no país eu tenha realizado entrevistas com as duas, a partir daquelas reflexões, a interlocução para a pesquisa deixou de estar no primeiro plano e, francamente, não figurava como nossa prioridade inicial. Dessa forma, as descrições e análises que emergiram partir das nossas aproximações só foram incorporadas à pesquisa depois de alguns diálogos sobre sua importância e do consentimento também para a realização das entrevistas com elas.

*

Com as duas, explorei muitos lugares em Lisboa e visitei diversos restaurantes, principalmente aqueles localizados nos bairros considerados turísticos. Roberta, com quem passei mais dias e, inicialmente, desenvolvi maior proximidade, esteve comigo durante quase todo o tempo do mês de maio. Foi ela quem me apresentou as ruelas de bairros famosos, além dos locais mais “escondidos” da capital, frequentados apenas por residentes de longa data. Nos passeios, conversávamos sobre amenidades e compartilhávamos preocupações e relembrávamos nossas trajetórias de vida até aquele momento. Também trocávamos confidências, como nos pequenos desabafos sobre as relações amorosas e de amizade.

A moça, sempre falante e acolhedora, nos conduzia, sem que eu percebesse, às nuances dos modos de vida que ela e as amigas construíram no país. E, em uma das tardes em que estávamos juntas, me chamou para comprar roupas em uma das lojas de uma conhecida

rede de brechós europeia, e depois das compras seguimos a um café. Nos dias seguintes, circulamos pelos bares e restaurantes instalados em um dos famosos miradouros da cidade. Quando os gastos pareciam ultrapassar o previsto, recorremos a um restaurante de uma rede internacional de lanchonetes, que fornecia refeições rápidas com os valores mais acessíveis. Com o passar dos dias, no entanto, os passeios passaram a gerar algumas preocupações, pois percebi que os recursos da bolsa de custeio para a pesquisa não seriam suficientes para que eu acompanhasse cotidianamente aquelas que se tornaram minhas amigas e principais interlocutoras.

Ocorre que Roberta, assim como Patrícia, exercia o trabalho sexual por meio de anúncios pagos em *sites* de acompanhantes famosos entre os clientes portugueses e entre homens de outras nacionalidades que visitavam o país à trabalho ou lazer. O *site* em questão, conforme relatado pelas trabalhadoras, é repleto por ensaios fotográficos de mulheres com aparência jovem, aparentando ter entre 18 e 30 anos. Embora algumas sejam mais velhas do que transparecem, o que importava era a aparente juventude. Entre as acompanhantes, via-se principalmente mulheres de nacionalidade portuguesas e mulheres latinas, entre essas última, a maioria, senão todas, era brasileiras. Quase todas elas mostravam o rosto, o que, ainda de acordo com as interlocutoras, configura-se como uma boa estratégia para captar clientes. Esses valorizavam essa exposição por acreditarem que, ao conhecerem a acompanhante pessoalmente, não seriam surpreendidos ou enganados pelas fotos dos ensaios.

A média dos caches das trabalhadoras dos anúncios girava em torno de 200 euros por hora, e de 600 a 1000 euros por pernoites. Com os ganhos diários ou semanais, as duas brasileiras costumavam frequentar bons restaurantes, cafés e bares espalhados pela cidade de Lisboa, onde vão sozinhas ou com amigas e, por vezes, em companhia de clientes capazes de arcar com os custos do passeio. Quando saíam sozinhas aproveitavam para observar se existiam potenciais clientes no local, e andavam com pequenos cartões de visita no bolso. Nesses cartões omitiam os nomes ou qualquer referência ao trabalho sexual.

Informações como essas, além de outras lições necessárias para aquelas mulheres que decidissem ingressar no mercado sexual em Portugal, foram compartilhadas gradualmente em nossos passeios diários. Em nossos encontros, as histórias sobre suas trajetórias de mobilidade internacional e a inserção no trabalho sexual também ganharam evidência e apresentavam algumas particularidades retratadas em diferentes pesquisas sobre o assunto. Observei que, assim como nos estudos sobre mobilidade internacional feminina, especialmente no que se refere ao trabalho sexual e suas intersecções com tráfico de pessoas para fins de exploração sexual, as experiências das brasileiras estavam ligadas a redes femininas informais,

compostas por vizinhas, amigas, conhecidas e familiares que já estavam morando nesse país (Piscitelli, 2007a). Em consonância com essas perspectivas, as duas interlocutoras, em momentos distintos, me mostravam que, após o acolhimento inicial e a inserção no trabalho sexual, a manutenção dos laços afetivos com as mulheres que compunham as redes femininas iniciais desempenhava um papel fundamental para a permanência no país de destino.

Essas percepções ficaram explicitadas na trajetória de Roberta, que tinha filhos, e, por meio de dicas e conselhos de amigas próximas, percebeu que realizar o trabalho sexual fora do país seria uma boa oportunidade para garantir o sustento deles, já que, a diferença entre as moedas de cada país possibilitava converter um valor maior para enviar à família. Por isso, depois de exercer a prostituição no Brasil por algum tempo, foi para Portugal a convite de uma amiga. Sua viagem ao país aconteceu no início da pandemia, quando os voos comerciais do Brasil até Portugal já estavam suspensos, com permissão apenas para os voos destinados a repatriação de cidadão portugueses, ou residentes no país, que apresentassem teste PCR negativo para a Covid-19 realizado 72 horas antes do voo, além de obrigatoriamente cumprirem 14 dias de quarentena após a chegada em solo português.

Roberta apenas conseguiu ingressar nesse tipo de voo porque uma amiga de longa data, também brasileira, que residia em Portugal há alguns anos, passou por problemas de saúde e, depois de passar por consultas médicas, obteve declarações que comprovavam seu estado de saúde e a necessidade de cuidados diários, os quais poderiam ser fornecidos por pessoas próximas ou familiares. Como a amiga de Roberta, a quem fui apresentada alguns dias após nossos primeiros passeios, estava sozinha no país, o convite formalizado por meio de atestados médicos foi uma solução para ambas se apoiarem mutuamente.

Assim que chegou a Portugal, ela foi morar no apartamento da amiga. Naquela época, ela ofereceu companhia, cuidados e afetos para ajudar na recuperação da saúde da amiga. Durante as trocas afetivas presentes na relação entre as duas, a interlocutora aprendeu algumas técnicas de trabalho no país estrangeiro e foi indicada para trabalhar através de uma agência de acompanhantes, onde os programas eram mais baratos do que nos anúncios, girando em torno de 150 euros por hora, mas apareciam em maior quantidade. Aprendizagens sobre as técnicas e precauções específicas para a realização dos atendimentos na região foram assimiladas enquanto ainda residia no apartamento da amiga. No entanto, mesmo que os ensinamentos fossem permeados por conselhos e avisos que trocavam, em alguns momentos, a trabalhadora sentiu a necessidade de “se virar sozinha”, explorar a cidade, construir redes de relação e lidar com inevitáveis dificuldades que pudessem surgir nos atendimentos com clientes desconhecidos — aspectos que fazem do trabalho.

Roberta entendia que aprender a “se virar sozinha” em um novo país, conhecer a cidade e viajar a trabalho para outros destinos internacionais eram experiências importantes para o seu crescimento pessoal e para o desenvolvimento de uma expertise necessária na realização do trabalho sexual. A expertise, nesse caso, era compreendida como a capacidade de uma trabalhadora ser independente, capaz de lidar sozinha com situações inesperadas e complicadas, como, por exemplo, quando um cliente se negava a pagar pelo serviço prestado.

Aprender a falar fluentemente inglês também se destacou como um dos impactos que a relação entre as amigas produziu. Isso porque viajar para diferentes países da Europa para acompanhar clientes, era uma exigência do trabalho. Segunda a brasileira, muitas vezes esses trajetos entre países eram realizados sem a companhia dos clientes que demandavam os serviços, de amigas ou qualquer outra pessoa que compreendesse o idioma. Nesse cenário, dominar o idioma tornava-se fundamental para alavancar os ganhos, já que a fluência permitia atender clientes de diferentes nacionalidades.

Enquanto caminhávamos pelas ruas, notei ainda que, na maior parte dos locais em que passávamos, havia brasileiros. Fossem clientes ou turistas, ou desempenhando outras atividades, principalmente como garçons em restaurantes, balconistas em padarias e vendedores em lojas de *shopping*, frequentemente escutei conversas com o nosso sotaque. Um momento marcante dessa percepção ocorreu em um de nossos passeios turísticos. Em um domingo inicialmente monótono e quente, Roberta e eu decidimos ir até o município de Cascais. Uma amiga dela, outra brasileira, também nos acompanhou, e seguimos até a cidade usando Uber, afinal, raramente presenciei as acompanhantes utilizando os transportes públicos; por lá fazíamos quase tudo a pé.

Em Cascais seguimos o roteiro previamente planejado: visitamos um museu, apreciamos as paisagens que encontrávamos no caminho até a orla, e conversamos sobre as dificuldades que geralmente surgiam no atendimento com alguns jovens portugueses. Ela comentou que, sob a perniciosa justificativa de que brasileiros e portugueses compartilham uma longa e secular relação de amizade, é comum que a maioria dos clientes portugueses insista em pedir descontos durante a negociação dos programas. Por outro lado, ainda de acordo com Roberta, homens de outras nacionalidades, principalmente franceses e os nórdicos (de forma geral), raramente demonstram esse tipo de comportamento. Podendo, inclusive, ser mais gentis e amáveis com as trabalhadoras brasileiras.

Após dez ou quinze minutos caminhando pela orla, em meio a conversas triviais e reclamações sobre o comportamento dos clientes portugueses, notei que a maioria dos comentários sobre essa clientela, frequentemente feitos em tom jocoso, os colocava em uma

posição de pouco prestígio quando comparados aos clientes de outras nacionalidades. Nessa perspectiva, os homens portugueses ocupavam, em uma espécie de hierarquia simbólica entre clientes, o lugar de “pobres e inconvenientes”, e estabelecer uma relação com eles, que fosse além do trabalho, era considerado algo típico de brasileiras ingênuas, ou recém-chegadas à profissão. Eles, assim como os homens brasileiros, não eram benquistos pelas trabalhadoras como pares românticos nem como clientes ideais para o trabalho. Em comum, ambos compartilhavam adjetivos depreciativos como “pobretões”, “insistentes”, “grosseiros”, termo que, de forma alternada, eram frequentemente evocados pelas interlocutoras.

Em seguida, para aproveitarmos a vista e satisfazer o refinado paladar das brasileiras, decidimos parar em um restaurante sofisticado à beira mar. Na entrada do local, havia uma fila de pessoas que aguardando a liberação de uma mesa para comer algumas das enormes lagostas expostas em um pequeno e ostentoso aquário quase à porta do restaurante. Ao nos aproximarmos da fila, notamos que quase todas as pessoas que esperavam para acessar o ambiente eram brasileiras. A partir disso, surgiram algumas piadas direcionadas aos poucos clientes portugueses que estavam no restaurante. Frente à constatação de que, em Lisboa, não importava onde fôssemos, sempre havia grupos de brasileiros, uma das amigas exclamou, para quem quisesse ouvir: “Portugal é o Brasil de cima”.

Naquele momento, as primeiras pistas sobre como as interlocutoras se posicionavam no trabalho sexual e em relação aos clientes começaram a surgir, especialmente se considerarmos que, de acordo com Relatório de Indicadores de Integração de Imigrantes¹⁰², produzido em 2023, a nacionalidade brasileira representou 31% dos estrangeiros residentes no país, o que mantém os brasileiros no topo da hierarquia das nacionalidades estrangeiras mais representadas em Portugal, com quase 184 mil residentes fixados legalmente no país. Além disso, ao observar empiricamente a massiva presença de outros brasileiros, brincávamos sobre como aparentávamos estar em maioria quando comparadas aos nativos, termo que utilizaram para se referir aos portugueses.

Dito isso, assim que entramos no restaurante, pude perceber que as mesas estavam elegantemente arrumadas, cobertas com toalhas brancas, taças refinadas e arranjos cuidadosos de pratos e talheres. As brasileiras sempre gentis e atenciosas, ainda me ensinaram algumas práticas de etiqueta à mesa, como as formas adequadas de cortar determinados alimentos, além de me apresentarem pratos exóticos e caros (para uma pesquisadora) que eu ainda

¹⁰² Relatório Estatístico Anual Produzido por Olivera (2023) com apoio do Observatório das Migrações Alto Comissariado para as Migrações e da Agência para Integração e Asilo (AIMA).

desconhecia. Almoçamos tranquilamente e, durante a refeição, retomamos as conversas sobre trivialidades, já não fazíamos referência aos assuntos que envolviam a prostituição.

Poucas horas após nossa chegada, decidimos explorar um pouco mais de Cascais, e, ao deixarmos o restaurante, cada uma desembolsou cerca de 50 euros. Retornamos às ruas e, depois caminharmos por mais alguns minutos, paramos em um pequeno bar localizado em uma rua estreita e charmosa, repleta de outros bares e restaurantes. Por lá, encerramos nosso passeio com drinks leves e bem elaborados. O que mais me chamou a atenção naquele ambiente foram os muitos cabelos loiros, corpos altos e esguios, além dos bebês rosados que ocupavam o espaço ao redor. Curiosamente, a única pessoa com aparência parecida com a minha era uma garçonete, que, ao me avistar de longe, sorriu e me cumprimentou em português com o sotaque brasileiro, como se já me conhecesse.

Concluimos nosso passeio e nossa tarde com sorrisos calmos, embora cansados. Diante dos gastos, preferimos, pela primeira e única vez em toda minha estadia no país, retornar para casa utilizando o transporte público: um trem. No caminho de volta, com alegria e conforto gerado pela companhia das amigas, refleti sobre como, apesar do tempo que residiam no país e da presença de muitos brasileiros em Portugal, suas redes de afeto pareciam tão estreitas como as minhas, e com laços mais fortes no país de origem.

5.1 Nas boates Portuguesas

Nos dias que antecederam ao passeio em Cascais e naqueles que se seguiram, estive em diferentes locais onde se exerce a prostituição. Em Portugal, as movimentações entre um espaço e outro, por vezes, ocorriam de forma abrupta e surpreendente, guiadas não só conforme as minhas curiosidades, mas, principalmente, de acordo com as voluntariedades das interlocutoras. Por isso, para esse trecho descritivo, reservei apenas aquelas experiências vivenciadas em boates de prostituição localizadas em Lisboa. Além disso, ao organizar essas experiências, levei em consideração que, ao passo em que as vivenciava, tornava-se possível visualizar as diferenças e similaridades entre os locais, o que contribui para compreendermos melhor as complexidades que envolvem parte do funcionamento do trabalho sexual no país.

Nos primeiros dias em que estive em Lisboa, antes mesmo de conhecer as brasileiras e as trabalhadoras do MTS, me instalei em um albergue onde se hospedavam apenas brasileiros, localizado em Almada, na margem sul da capital. Ainda no caminho até o distrito, descobri que o lugar é habitado por muitos brasileiros que optaram por morar na região devido

aos preços mais acessíveis dos aluguéis em comparação com Lisboa. De acordo com uma pesquisa realizada pela câmara municipal do distrito, entre os anos de 2020 e 2022, a nacionalidade brasileira manteve-se como a principal comunidade estrangeira residente, representando 25,6% do total Costa de Caparica e Charneca de Caparica (freguesias costeiras), o que permitia que Almada fosse o quarto município com a maior comunidade brasileira dentro dos municípios da área metropolitana de Lisboa¹⁰³.

No *hostel* havia somente homens hospedados, eram seis, com idades variando entre 19 e 50 anos. Ao longo dos 10 dias que me hospedei no local, soube que todos haviam se mudado há pouco tempo e se inseriam em diversos trabalhos na construção civil e em outras funções, como auxiliar de pedreiro ou, em pouco casos, atuavam como limpadores de piscina das casas da região. Alguns deles, passados os três meses que são permitidos à estadia de brasileiros no país, já estavam em situação de irregularidade. Inicialmente, pensei ter cometido um erro ao me instalar em um local tão distante de Lisboa, que, parecia isolado, sem comércios ou movimentações mais intensas de pessoas. Embora a escolha tenha ocorrido como única a possibilidade porque não conhecia outras pessoas na região, somente os proprietários do lugar, rapidamente percebi que aquela era uma oportunidade para conhecer algumas boates de prostituição localizadas no distrito, o que seria impossível caso eu não estivesse acompanhada por um homem, suposto cliente.

Um dos rapazes, um jovem de 19 anos que estava sozinho, em situação irregular no país há cerca de um ano e que tentava acumular dinheiro para retornar ao Brasil, comentou que frequentava uma boate próxima ao albergue. Assim, em meados do mês de abril, fomos até a boate de prostituição localizada às margens de uma rodovia que corta a margem sul de Lisboa. O local possuía em sua fachada imagens de mulheres indígenas com cocares na cabeça e, em seu interior, poltronas vermelhas. Músicas brasileiras embalam o ritmo do ambiente que se assemelhava a algumas boates brasileiras onde já estive. O grupo de trabalhadoras locais era, em sua maioria, formado por mulheres vindas de diferentes regiões do Brasil.

Assim que chegamos, avistamos cerca de oito mulheres circulando pelo local, vestidas de maneira muito parecida com as prostitutas presentes nos outros âmbitos investigados. Elas eram distintas entre si — com idades variando entre 20 e 40 anos, diferentes tipos de corpos, além de loiras, morenas e negras, apenas uma era portuguesa. Enquanto esperávamos o garçom nos servir nossos drinks, uma das trabalhadoras se aproximou para conversar e, provavelmente, tentar fechar um programa. Assim que se sentou à mesa conosco,

¹⁰³ Sendo o 1º do distrito de Setúbal (Câmara Municipal de Almada, 2020).

a mulher, com pele branca, cabelos longos e escuros, com idade variando entre 30 e 40 anos, fez questão de afirmar, antes que fizéssemos quaisquer perguntas, que não foi traficada. Ela explicou que trabalhava na boate por escolha própria e que o fazia apenas por curiosidade, pois não tinha necessidade de continuar trabalhando.

Enquanto tentava seduzir o rapaz que me acompanhava, ela ainda comentou que adorava quando homens brasileiros frequentavam a boate e procuravam seus serviços, algo que, segundo ela, era raro. A clientela, na maioria das noites, era composta por homens portugueses, de meia idade, com no mínimo 40 anos, chegando até os 70 anos. Em seguida, afirmou com veemência o desprezo que sentia pelos clientes portugueses. Para Ângela, esses homens eram grosseiros e não sabiam como tratar uma mulher. Termos como “brutos”, “chatos” e “mesquinhos” foram usados para expressar que eles não sabiam como tratar uma mulher. Na cama, ainda de acordo com ela, eles não eram tão delicados quanto os brasileiros, e o desprezo que a trabalhadora sentia por eles era comparado com a “pegada” carinhosa que estava acostumada na relação com os conterrâneos.

O programa variava entre 50 e 100 euros por hora e, ao saber que estávamos na boate devido à produção de uma pesquisa, Ângela comentou que apenas conversaria conosco caso pagássemos o valor mínimo de programa. Fiz a transferência em reais, como ela solicitou, e, antes que deixássemos a boate, além de apontar quais clientes gostava de receber, (brasileiros e outros latinos em geral, porque além dos portugueses eram os únicos que frequentavam o local), informou que, embora tenha imigrado através das redes femininas, odiava a forma como as relações entre as prostitutas se estabeleciam. Ainda de acordo com ela, inveja e disputas surgiam de maneira muito similar àquelas que presenciávamos em outras boates. Ao ser questionada sobre as interações com as portuguesas, não soube dizer se o mesmo ocorria, pois mal teve contato com elas e, das poucas que viu na boate, observou que nenhuma delas mostrava abertura para as colegas do Brasil.

À medida em que me contava essas percepções, notei ainda que as outras trabalhadoras nos fitavam à distância. Naquela noite a boate estava vazia, apenas eu e o rapaz que me acompanhava circulávamos pelo salão. As moças conversavam entre si, mas assim que perceberam que já estávamos acompanhados, nos deixaram sozinhos na parte externa do lugar. Ângela, por sua vez, não deixava de seduzir o brasileiro que me acompanhava e com esperança convencê-lo a pagar por um programa, além de fornecer elogios e comparações étnico-raciais: como o rapaz era negro e se autoidentificava ora como pardo, ora como negão, ela fazia flertes recheados com frases como: *“você tem a cor dos árabes, adoro árabes e latinos”*.

Foi interessante observar que mesmo o rapaz sendo negro, não foi atribuído à sua cor de pele uma origem africana, afro-latino ou afrobrasileira, como costumeiramente é feito no Brasil. Ao tentar seduzi-lo por meio de comparações e aproximações étnico-raciais, Ângela remetia ao que Togni (2014) bem descreveu sobre a construção da raça/cor de pele de maneira relacional e situacional no contexto português, onde os negros brasileiros não querem ser “confundidos” com negros africanos, uma vez que, dentro de uma hierarquia geopolítica global, a posição ocupada pelo Brasil naquele país é vista superior à de “África”¹⁰⁴.

A brasileira ainda aproveitou para pedir *drinks* e mais *drinks* que eram demasiadamente caros e contava que ainda não tinha saído com nenhum homem da boate porque era novata... Um dessas histórias nem sempre reais que a maioria das trabalhadoras contam para seduzir clientes. Assim que notamos sua legítima expertise, decidimos deixar o local, pois, como pesquisadora, já não tinha condições para arcar com o custo previsto no prolongamento da conversa. Tentei retomar o contato com a brasileira, mas ela preferiu não continuar com o processo de entrevista, temendo ser exposta ou, de alguma forma, ser pega pela imigração ao participar da pesquisa. Mesmo diante das explicações necessárias, não consegui mais encontrá-la.

Na manhã seguinte, deixei o albergue e me instalei em Lisboa. A partir das situações narradas nos tópicos anteriores, e depois de conhecer as trabalhadoras do MTS e de ter me aproximado das brasileiras, pude continuar a investigar as pistas que Ângela havia me ofertado. Nesses imprevistos deslocamentos, acabei conhecendo outra boate, localizada na capital. Ao contrário da primeira, esta boate possuía uma espécie de aura de prestígio, associada ao fato de ser a “casa noturna mais famosa e luxuosa do país”, o que despertou a minha curiosidade e o interesse de Roberta.

Foi por isso que, 20 dias após a breve conversa com Ângela e no dia seguinte ao passeio feito em Cascais, pedi para Roberta que me fornecesse o contato do proprietário da famosa casa noturna em Lisboa, a qual ela já havia retratado como luxuosa. O interesse se tornou mais aguçado, quando em uma de nossas conversas, Roberta me contou que, assim como suas amigas, ela conhecia o proprietário do local. Em outras ocasiões ela chegou a pensar em trabalhar lá, mas nunca o fez. Empolgada com a minha curiosidade, pediu que eu enviasse mensagens ao proprietário e afirmou que também faria o mesmo, pois queria conhecer o lugar e, quem sabe, trabalhar, caso surgisse um cliente interessado. Como combinado, enviei as

¹⁰⁴ De acordo com o Relatório de Indicação de Integração de Imigrantes, publicado em 2023 pelo Observatório das Migrações (OM), em Portugal, são também esses grupos de imigrante, oriundos de diferentes países de África, que mostram os menores rendimentos e, por isso, maior vulnerabilidade económica das famílias.

mensagens, mas ele respondeu apenas às de Roberta, que informou que levaria uma amiga junto para a entrevista inicial, além de aproveitar para conhecer o espaço.

Como demonstrei nos capítulos anteriores, é muito comum, senão uma regra, que, em casas noturnas, as mulheres interessadas em realizar o trabalho sexual no local passem por uma avaliação estética e por entrevistas sobre suas experiências profissionais, ou a ausência delas. Para aquelas sem experiências, os gerentes, funcionários ou até mesmo os proprietários ensinam cuidados básicos e as normas da casa. O objetivo da entrevista, nesses casos, é observar se o perfil estético, comportamental e até o vocabulário da trabalhadora corresponde aos padrões estabelecidos pela boate.

Já estava familiarizada com os padrões, nem sempre estáveis, que sustentam as noções de luxo que envolvem alguns espaços da prostituição, sentia-me instigada em descobrir os códigos de vestimenta, comportamentos e relações aceitas naquela boate, pois, tendo em vista as diferenças entre um país e outro, as noções de luxo, que sabemos instáveis, poderiam ganhar outras complexidades. Acreditava que, para as brasileiras inseridas no mercado sexual no cenário internacional, as particularidades que permeiam a prostituição ‘de luxo’ poderiam se embaralhar. Me questionava se muitas mulheres que, por diferentes motivos, não circulavam nos âmbitos considerados ‘de luxo’ no Brasil, eram capazes de manipular as noções de brasilidade e exotividade para obter maiores ganhos naqueles contextos.

Essas reflexões nos fizeram embarcar em uma curiosidade compartilhada, e me levaram a antecipar alguns questionamentos antes de adentrar a boate. Minha principal preocupação era compreender como se estruturavam e se propagavam suas gramáticas afetivas e relacionais naquele contexto, em que prostitutas precisariam interagir com outras, cujos repertórios emocionais e relacionais poderiam se basear em construções diferentes daquelas vistas no Brasil. Além disso, ao agendarmos a entrevista com o proprietário da famosa boate, ainda restavam incertezas sobre minha possibilidade de ingressar em um espaço que, de acordo com as interlocutoras, ocupava o topo da hierarquia local, sendo uma das casas noturnas mais conhecida e com os programas mais caros da capital portuguesa.

Minhas inseguranças se conectavam com as constantes percepções de que, nos circuitos em que estive com minhas interlocutoras, predominavam pessoas loiras, altas, com olhos claros e outras características que remontam o padrão eurocêntrico de beleza, mesmo quando eram brasileiras. Essas preocupações também eram compartilhadas com Patrícia que, por ser costumeiramente vista como latina, acreditava que teria dificuldade de acesso a alguns locais de trabalho. No caso de Roberta, por corresponder ao padrão mencionado, esses temores eram menos frequentes. Assim, foi interessante perceber que, embora soubéssemos que a

brasilidade poderia nos conferir um trunfo nas possíveis negociações com clientes ou para adentrar espaços da prostituição, o receio de não atingir o padrão esperado para aquele tipo de boate era sentido de forma compartilhada.

Quanto à entrada na casa noturna, a ideia inicial era conhecer o lugar, passar pela entrevista e, em seguida, me aproximar do proprietário para explicitar meus interesses de pesquisa, enquanto Roberta, ao mesmo tempo, poderia realizar programas. Em alguns momentos pensei em desistir desses planos, devido à insegurança em um contexto relativamente novo. A brasileira, no entanto, afirmava que se eu não fosse, ela também não iria, porque nunca havia trabalhado em boate, e, portanto, receava as dinâmicas próprias do lugar. Insistente, ela seguiu com nosso plano e então nos dirigimos à sua realização.

Na data e horário combinados, uma tarde de quinta-feira, eu e Roberta fomos ao local. Era início de tarde, com agradáveis temperaturas, clima comum à estação do ano em que estávamos. Vestimo-nos de maneira discreta e, coincidentemente, de forma parecida: shorts de tecido preto, blusa social branca e solta, meia-calça e botas pretas. Soube, por intermédio da amiga, que naquela casa não era permitida a utilização de roupas jeans ou peças muito curtas e justas demais. O código de vestimenta sugerido pelo local pedia roupas elegantes e sensuais, sem vulgaridade ou peças excessivamente casuais, que eram consideradas desleixadas.

Quando chegamos à boate, que ficava próxima de alguns centros comerciais em um conhecido bairro da cidade, paramos na calçada do outro lado da rua. Ao atravessarmos em direção ao lugar, sentimos um pouco de constrangimento com alguns homens que estavam ao lado da porta. Assim que chegamos, um segurança abriu a imponente porta de madeira da entrada da casa noturna. Um enorme lustre de cristal, além de duas poltronas vermelhas separadas por um espelho e uma mesa de canto com objetos interessantes, compunha a decoração no salão da recepção. O segurança, homem branco de estatura média, com idade variando entre 40 e 50 anos e vestindo roupa social, pediu que aguardássemos o proprietário da boate, pois ele iria nos receber em breve.

Enquanto esperávamos pelo proprietário, uma outra garota chegou na recepção para ser entrevistada. Era uma brasileira, com cerca de 20 anos, com cabelos lisos e castanhos, se autodenominou como parda, e natural do estado de Minas Gerais. A moça aparentava nervosismo, ruía as unhas, apresentava tom de voz trêmulo, e olhava constantemente para baixo, parecia um pouco tímida. Percebendo seu nervosismo, Roberta, com gentileza, se aproximou e começou a conversar sobre o que poderíamos esperar da entrevista, as regras da casa, e quis saber como a colega havia conhecido o lugar e há quanto tempo estava em Portugal.

A moça, a quem chamarei de Ester, contou que havia se mudado há uma semana e, que mesmo colocando fotos em um site de acompanhantes, até aquele momento, ainda não havia conseguido trabalhar. De acordo com ela, os clientes enviavam mensagem, mas não fechavam o programa, e por isso decidiu procurar a boate para trabalhar, apesar de sempre ter trabalhado por anúncio no Brasil. Roberta alertou Ester de que talvez o ensaio de fotos não estivesse bom o suficiente e que, caso ela quisesse, poderia fazer um ensaio gratuito, bastava que encontrasse um hotel para fazer as fotos.

Ester concordou com a ideia e, enquanto continuava respondendo aos questionamentos de Roberta, nos contou que conseguiu entrar no país informando e comprovando que estava a passeio para turismo. Disse ainda que não possuía familiares ou amigos em Lisboa e que foi sozinha em busca de oportunidades de trabalho. Enquanto conversávamos, outras mulheres brasileiras passaram pela recepção e aparentavam já trabalhar na boate. Estavam vestidas de formas simples: shorts jeans curtos, chinelos, cabelos presos, e sem maquiagens no rosto. Elas mostravam que era possível circular com peças de roupas semelhantes fora do horário de trabalho.

Não interagimos com aquelas mulheres, mas observamos quando conversavam com outros funcionários, e seus sotaques mostravam que eram oriundas da região sul do Brasil. Assim que saíram, o segurança pediu que subíssemos uma pequena escada com degraus brancos, localizada no lado esquerdo do salão da recepção. No segundo andar, o “patrão” nos aguardava. Ao chegarmos ao seu escritório, avistamos uma enorme mesa no centro da sala, rodeada por mesas de canto com muitos badulaques, entre eles uma imagem de Zé Pelintra¹⁰⁵ com seu chapéu panamá caindo sobre o olho e seu impecável terno branco com detalhes vermelhos.

Na medida em que a imagem suscitava questionamentos sobre as relações espirituais estabelecidas entre os proprietários de casas noturnas e as entidades pertencentes ao panteão de religiões afro-brasileiras, tomava nota de que, nas duas casas noturnas em que estive, a contar com essa, além das mulheres brasileiras, alguns símbolos da religião e formação histórica do Brasil ornamentavam os espaços. Esses símbolos sugeriam que as relações sociais e afetivas de quem circulava naqueles espaços eram perpassadas por esse regime simbólico. Admirei ainda decoração colorida e extravagante do escritório, com grandes poltronas, mais

¹⁰⁵ De acordo Fernandes (2005), Seu Zé é reconhecido como um ícone, um representante, o verdadeiro estereótipo da malandragem brasileira, sendo uma entidade da pertencente às religiões como a Umbanda — religião brasileira de origem africana que sincretiza elementos do espiritismo Kardecista, do catolicismo, das tradições indígenas e dos cultos africanos —, e ao catimbó, que se insere em um quadro nacional de religiões populares provenientes do Norte e Nordeste do Brasil.

lustres de cristal e objetos decorativos diversos expostos sobre as mesas que ficavam encostadas nas paredes. Quanto ao proprietário do lugar, a quem chamarei de Antônio, assim que nos viu, pediu que nos sentássemos, nós três, nas poltronas à sua frente.

Reparando atentamente em nossos rostos, Antônio, um senhor com cerca de 50 anos e português, interrompeu minhas divagações e passou a questionar se já havíamos trabalhado em uma boate como a dele, “luxuosa”. Assim que olhou para Roberta, afirmou que, pelo perfil estético dela, acreditava que ela já havia conhecido locais similares. Para a surpresa de Antônio, das três mulheres à mesa, somente eu havia conhecido uma boate como aquela, mas no Brasil. Uma “boate como aquela” foi a expressão que ele usou para indicar que sua casa noturna era um ambiente refinado, famosa na região, com bons ganhos, cerca de 200 euros por programa, frequentada por clientes de classe média, com trabalhadoras consideradas bonitas e segurança ofertadas às garotas. Assim que o informei de que já havia frequentado uma determinada boate no Brasil, Antônio demonstrou empolgação e acrescentou que conhecia a tal casa, afirmou que era realmente boa, ou seja, seguia os mesmos padrões de qualidade que ele prezava.

Além de nos perguntar a idade, o que, evidentemente, não revelamos, ele compartilhou as regras da casa, como os horários de entrada e saída das trabalhadoras, os trajes adequados e as bebidas a serem consumidas com os clientes. Ao terminar suas explicações, afirmou que estávamos aprovadas e que poderíamos começar a trabalhar naquela mesma noite. Pediu que não usássemos roupas jeans e que o uso de sandálias de salto alto era obrigatório. Além disso, contou que eram os clientes que se aproximavam das mulheres, e não o contrário. Por fim, pediu que descêssemos para encontrar a gerente da boate, pois ela nos apresentaria os diferentes ambientes pertencentes ao espaço, e nos daria mais informações sobre o trabalho.

Anitta, uma mulher brasileira alta, com cabelos castanhos e encaracolados, com idade variando entre 30 e 40 anos, nos recebeu assim que descemos ao salão da boate. A gerente nos informou que os programas eram realizados em um hotel próximo ao local, e que os seguranças observavam os fluxos de garotas para protegê-las de possíveis conflitos com clientes e, por isso, saídas para outros hotéis não eram indicadas. O valor do programa era todo para a trabalhadora, a casa lucrava apenas com as bebidas. Depois de percorrermos os outros espaços da boate, como banheiros e sala para strip-tease, Anitta ainda nos disse que estávamos liberadas e poderíamos chegar entre as nove e onze horas da noite. Caso quiséssemos jantar gratuitamente, deveríamos chegar até, no máximo, às dez horas. Roberta, Ester e eu saímos satisfeitas pela aprovação e fomos até uma rede de cervejaria espanhola com um menu que contém diferentes produtos ao custo de 1€. Enquanto comíamos, planejávamos quais roupas iríamos usar à noite para o trabalho.

As garotas pareciam empolgadas e falavam não só do trabalho, como também contavam suas histórias de vida, teciam aproximações. Ester comentou que passava por dificuldades e que estava bastante preocupada com o próprio futuro. Por isso, trocamos contato para que ela pudesse nos procurar caso precisasse de ajuda. Mesmo diante dos problemas, a moça sugeriu que fossemos até uma loja de roupas para comprar algo que pudesse usar em sua primeira noite trabalho. Naquele instante, percebi que também não havia levado roupas adequadas para a situação, e, então, nós três, fomos a uma conhecida loja de departamento próxima à cervejaria. Ester comprou uma peça, assim como eu, e, em seguida, cada uma foi para casa se arrumar.

No horário combinado, às 21 horas, enviei mensagens para as duas colegas, mas Ester, sem motivo aparente, desistiu de ir e não falou mais sobre o assunto. Alguns minutos depois, encontrei com Roberta na porta da boate. Ela estava deslumbrante, com um vestido brilhante, um pouco solto, cabelos ondulados, salto alto e maquiagem discreta. Quanto a mim, vesti-me de maneira despretensiosa, um vestido básico preto, algo comum às trabalhadoras. Assim que entramos, percebi, por meio das conversas entre as trabalhadoras, que, como suspeitava, a maioria era brasileira, a casa contava com um número pequeno de portuguesas. Naquela noite, havia cerca cinquenta mulheres na boate, o que era um número expressivo para o tamanho do salão de trabalho.

Amontoadas uma ao lado da outra, as garotas conversavam entre si, enquanto um saxofonista acompanhava uma música tocada pelo aparelho de som da boate, alegrando o ambiente. A maioria delas aparentava ter, em média, entre 18 e 35 anos, e não estavam todas “montadas”. No espaço circulavam desde mulheres magras até aquelas consideradas acima do peso. Notei, pelos sotaques que consegui captar, que entre as brasileiras havia muitas mulheres do sul e do sudeste do Brasil, poucas portuguesas, e algumas angolanas ou cabo-verdianas. Não tive contato mulheres dessas nacionalidades, o que tornava difícil, senão impossível, diferenciar o sotaque delas.

Enquanto jantávamos, Roberta e eu passamos a observar o fluxo de clientes da casa. Poucos homens entravam no local, e, a princípio, imaginamos que o baixo número, cerca de cinco homens, devia-se ao horário: ainda era cedo, e o comum era que os clientes chegassem por volta da meia noite ou madrugada. Algum tempo se passou até que terminássemos de comer, e consegui convencer Roberta a caminhar pelo salão para que os clientes pudessem vê-la. Como ela nunca havia trabalhado em boates de prostituição, sentiu-se incomodada com a situação. Ao se exhibir para os homens, percebeu que entrava em uma disputa direta com outras mulheres.

Andamos por poucos minutos pelo salão até que a interlocutora me disse que gostaria de ir embora, pois não se sentia confortável com aquela forma de trabalho. Para ela, o ambiente fazia com que todas parecessem expostas em uma prateleira, o que não lhe agradava. No entanto, segundo as regras da casa, apenas poderíamos sair às 3 horas da manhã, e, quando Roberta manifestou o desejo de partir, ainda era onze da noite. Circulamos mais um pouco, mas ela se negava a flertar com os clientes. Não estava acostumada com este tipo de sedução, achava embaraçante olhar para os homens brancos, “velhos” e “barrigudos”, que imaginávamos ser todos portugueses, e que eram a maioria no lugar.

Embora no site encontrasse com clientes parecidos com aqueles, não fazia parte do seu trabalho passar horas flertando até que um a convidasse para uma conversa e, então, decidisse se faria o programa. Adicionalmente, os olhares atravessados, maliciosos ou insatisfeitos que as outras trabalhadoras nos dirigiam também a incomodavam. Enquanto ainda observávamos o movimento, de repente, um garçom veio até nós e disse que dois senhores, que ainda não havíamos ainda notado, gostariam de conversar conosco. Nos sentamos com eles, os dois portugueses com idades entre 50 e 60 anos, vestidos com calça social e camisa branca. Logo, o senhor que acompanhava Roberta a chamou para uma outra mesa, e, de longe, observei o incômodo dela ao me olhar de volta. Após trinta minutos de conversa, notei que ela já não estava mais com o homem que a havia convidado, e logo imaginei que algo havia acontecido.

Entre um olhar e outro, um senhor se aproximou de mim e disse que não tinha intenção de levar-me para o quarto naquela noite. Respondi prontamente que não estava ali com esse propósito, somente me interessava conhecer o ambiente. Em seguida, ele me perguntou de onde eu era, de qual “*parte do Brasil*”, pois parecia ter um “*pé no branco e outro no negro*”. “*O que você é?*”, ele perguntou, enquanto eu já me afastava para procurar por Roberta.

Fui até o cliente e, ao perguntar onde ela estava, soube que tinha ido ao banheiro e ainda não havia retornado. Sabendo que é comum que as garotas mintam quando querem se afastar de um cliente, sai em busca de Roberta e a encontrei perto da recepção, com os olhos marejados. A brasileira me contou que o cliente, de maneira indelicada, perguntou sua idade. Quando ela disse ter oito anos a menos que sua idade real, ele, em tom depreciativo, disse que a moça estava mentindo. Ocorre ainda que, poucos minutos depois, uma jovem brasileira que estava em uma mesa próxima, olhou para Roberta e, com um tom sarcástico, afirmou: “*você deve ter uns quarenta anos, né? Quero chegar bem assim na sua idade*”.

Ao que parece, a moça que a provocou conhecia o cliente com quem ela estava, e a afronta parecia ter sido motivada pela disputa por sua atenção. Esses insultos, que seriam considerados comuns nas dinâmicas relacionais presentes em diferentes boates, foram

aterradores para a trabalhadora que estava inserida em outro âmbito da prostituição. Ofendida, Roberta ainda comentou que, apesar de ocorrerem desentendimentos entre outras acompanhantes com quais tem ou já teve proximidade, formas de ataque como a que sofreu não eram banais, tampouco bobagens. Por fim, afirmou que a boate é um lugar “*pesado*” para o trabalho.

Expliquei que aquela forma de provocação objetivava desestabilizá-la na disputa por clientes, e que não se configurava como uma prática inesperada entre as prostitutas que trabalhavam nas boates em que já estive. Tratava-se, na verdade, de uma ação costumeira e até prevista, o que contribuía, inclusive, para perpetuação do imperativo de inimizade entre elas. Ao notar que Roberta estava prestes a chorar, decidimos sair da boate mais cedo do que as regras permitiam. Procuramos por Antônio, e o momento que seria dedicado para discutir a possibilidade de desenvolver a pesquisa na boate acabou se transformando apenas em uma ocasião para despedidas. Quando o encontramos, solicitamos sua permissão para nos retirarmos, e ele assentiu rapidamente. Já na calçada, enquanto esperávamos o transporte por aplicativo, a segurança foi até Roberta e pediu seu contato.

A brasileira que estava triste e insegura com a própria aparência e jovialidade, logo demonstrou alívio e comentou que iria encontrar com Patrícia em um restaurante bem conhecido na cidade. Assim que o Uber chegou, deixamos a moça no local combinado com sua amiga. E, embora se sentisse ofendida com o que aconteceu, ela desceu do carro com um ânimo mais leve do que o demonstrado na boate.

*

Assim que cheguei no apartamento onde estava hospedada, recebi uma mensagem de Ester perguntando sobre a boate e o fluxo de clientes. Relatei o ocorrido à moça, que ficou aliviada por não ter perdido muita coisa, e afirmou que não pensava mais em frequentar a boate. Alegando os mesmos motivos informados por Roberta, ela explicou que o ambiente é marcado por formas de conquista e disputas com as quais ela não estava familiarizada. Nos despedimos, e, nos dias seguintes a essas interações, mesmo com algumas tentativas, não voltei a encontrá-la. Ela justificava sua ausência pelas exigências do trabalho e pelo processo de adaptação ao novo país.

Trinta dias após nossas últimas tentativas de encontro, e considerando que ela sabia das minhas atividades de pesquisa, propus uma entrevista, explicando as questões éticas e de sigilo que envolviam o trabalho. Em resposta, ela prontamente explicou o motivo para o seu afastamento: havia iniciado outra forma de trabalho e não deseja mais falar sobre prostituição.

5.2 “Luxando

Com a aproximação da data do retorno de Roberta ao Brasil, a intensidade das mensagens e passeios aumentou. Continuávamos a compartilhar a companhia uma da outra mesmo em situações cotidianas, como em desprentensiosas caminhadas pelo bairro onde estávamos. Foi assim que em uma tarde nublada, e ainda no mês de maio, enviei mensagens para convidá-la para sair, pois, naquela altura, ela era a pessoa mais próxima com quem podia contar para saídas, e pequenas alegrias diárias. A acompanhante me contou que faria um ensaio fotográfico de uma amiga em um hotel da cidade e disse que eu poderia acompanhá-la, caso quisesse.

Assim que cheguei no local, assustei-me com a magnitude do espaço: um hotel instalado em um palácio do séc. XIX, e que foi restaurado. Com arquitetura e decoração coloniais, elementos clássicos e rústicos, como móveis robustos e acolchoados, compunham a parte interna do edifício. No saguão de entrada havia um imenso carpete vermelho que cobria até mesmo as escadas que levavam aos corredores onde estavam os quartos. Entre os largos corredores, onde entrei equivocadamente, podia-se ver quartos cujas portas deixavam à vista, para os passantes, os elementos decorativos, tão rebuscados quanto aqueles próximos ao saguão principal.

Na recepção, avisei que encontraria duas amigas que já estavam no local, utilizando o espaço da piscina. Um funcionário guiou-me para um exuberante jardim, com plantas e árvores, que soube somente depois serem classificadas como monumento nacional. Ao passar entre as flores, avistei as duas moças: uma dentro da piscina, usando biquínis e tirando fotos sensuais e a outra fotografando a amiga e oferecendo conselhos sobre as poses para fotos. Quando me aproximei, senti que estava incomodando ou atrapalhando o trabalho. Além disso, novamente, experimentei certa insegurança ao caminhar por jardins e salas tão exuberantes, algo que não era corriqueiro para mim.

Roberta e Patrícia me receberam bem, e, como estavam em meio a um ensaio fotográfico, não cessaram suas atividades para papearmos. Após alguns minutos, e sentindo que estava atrapalhando o trabalho das garotas, pensei em deixá-las, mas lembrei que aquele seria o último dia de Roberta em Portugal, e, para me despedir, decidi esperá-las. Quando o ensaio terminou, Patrícia sugeriu que fôssemos jantar no restaurante do hotel. Fiquei apreensiva com a possibilidade de os preços serem altos demais para o meu orçamento, mas elas logo me tranquilizaram, pois poderiam arcar com a conta, caso eu não conseguisse.

Fui sozinha até o restaurante para esperá-las em um ambiente mais aconchegante. Estavam finalizando as fotos e, como o sol se punha, ventos frios começavam a circular pelos jardins. Assim que cheguei ao restaurante, avisaram-me de que verificariam se havia alguma mesa disponível para nós e pediram que eu esperasse no bar, tão sofisticado quanto todo o resto do hotel. Em seguida, consegui que reservassem uma mesa, apesar de certa relutância do primeiro atendente. As garotas, que chegaram ao local 15 minutos após a primeira conversa com um dos funcionários, decidiram jantar no restaurante. Após alguns minutos de espera, fomos finalmente encaminhadas até a mesa. Enquanto nos dirigíamos para o restaurante, paramos em uma das aconchegantes salas que o antecedia, e, encostada em uma robusta mesa de madeira, uma mulher, vestida com o mesmo uniforme dos outros funcionários, sussurrou ao atendente que nos guiava, dizendo que ele não deveria ter permitido nossa entrada. Sem entender o motivo do comentário, acompanhei as garotas até a mesa reservada. Fiquei surpresa ao perceber que nenhum dos garçons ou recepcionistas era brasileiros.

Paredes brancas com detalhes em dourado, janelas amplas e mobília em madeira, complementada por cadeiras acolchoadas em tons de brancos e vermelho, estruturavam o ambiente. Senti-me como em um filme. Assim como no restaurante em Cascais, as brasileiras me ensinaram alguns truques de etiqueta à mesa, dessa vez, a escolha do melhor vinho (dentro nosso orçamento) disponível na carta de bebidas. Em seguida, escolhemos os pratos de entrada, os principais e as sobremesas. Entre os clientes do restaurante que circulavam pelo local, havia mais corpos esguios, e tão pálidos que mal pareciam ter visto a luz do sol. No burburinho das conversas entre pares, podia-se ouvir palavras em inglês e em outros idiomas que não consegui identificar.

Fotografamos alguns dos detalhes requintados do local, conversamos sobre o comentário feito pela funcionária e rimos, afinal, conseguimos entrar. Em meio às nossas risadas, soube que hotel pertencia a uma cadeia internacional de hotéis de luxo, com diárias que variavam entre 329 e mais de 1000 euros. Enquanto admirava a decoração, nossa conversa se expandiu para diversos assuntos. Elas novamente falaram sobre as discordâncias e desentendimentos entre trabalhadoras ou acadêmicos próximos e que colaboravam com as organizações das quais haviam feito parte. A militância em organizações de prostitutas no Brasil gerava entusiasmo e preocupação entre elas, a realização de projetos que envolviam conquistas para um coletivo também emergiu como ponto de angústia, especialmente porque, naquela altura, as acompanhantes já não estavam envolvidas com nenhuma organização.

Falamos sobre as dificuldades que uma trabalhadora sexual pode enfrentar ao se manter próxima a organizações de prostitutas, e das disputas e vaidades que perpassam o meio.

Contrastando com as diversas acompanhantes que já conheci, elas demonstravam intensa preocupação com o Movimento Brasileiro de Prostitutas e se implicavam politicamente com a classe. No entanto, assim que o garçom chegou com o vinho à mesa, mudamos de assunto e começamos a conversar sobre os motivos que levaram Patrícia a escolher o hotel como cenário para seu ensaio de trabalho.

Ela havia se hospedado por um dia apenas, e a ideia era que suas fotos, que seriam futuramente disponibilizadas no site de acompanhantes, retratassem um cenário luxuoso e romântico que acompanhasse as curvas do seu corpo. A intenção era vender aos clientes a imagem de mulher luxuosa e sensual, justificando assim a escolha por um local caro, como um “hotel-palácio”. Além disso, sempre com cartões de divulgação guardados na bolsa, ela sabia que jantar em restaurantes como aquele aumentava as chances de encontrar com possíveis clientes.

Depois de algumas taças de vinho, enquanto ainda saboreávamos uma sobremesa sofisticada, cujos ingredientes mal saberia identificar, as amigas sugeriram que eu fizesse um ensaio, divulgando minhas fotos pelo *site*. Com base em minha aparência, sugeriram que me vestisse de bailarina, delicada e romântica, ou “*tchublinha*”, como elas gostavam de chamar. Patrícia, que assim como Roberta, também tinha talento para fotografia, se dispôs a fazer as fotos gratuitamente, além de escolher o cenário. Elas alegaram que a minha aparência, delicada, mas comum para uma mulher latina, — com os cabelos escuros, pele ‘morena’, olhos levemente puxados e outros traços faciais —, me faria passar despercebida e talvez não fosse facilmente reconhecida caso eu decidisse colocar as fotos no site. Elas ainda se dispuseram a me ensinar algumas táticas de trabalho, ofereceram-se para enviar meu contato e fotos para agência de acompanhantes e sugeriram que voltasse às aulas de inglês, com objetivo de me aprimorar no idioma, já que, segundo as duas, não bastava entender bem, a fluência era fundamental para o serviço. Em alguns dos locais por onde circulávamos, aliás, comunicavam-se com os atendentes somente em inglês.

Por volta das 19 horas, terminamos o jantar. Visto que as amigas estavam cansadas após um dia intenso de trabalho, decidi me despedir de Roberta, que voltaria ao Brasil no dia seguinte. Vale lembrar que sendo uma bolsista, desembolsei uma pequena fortuna para pagar minha parte no jantar. Por outro lado, senti um alívio ao perceber que se tratava de um movimento de despedida: aquela foi a última vez que encontrei presencialmente com Roberta no país. O verão se aproximava, e eu sabia que sentiria falta dos nossos passeios por Lisboa.

5.3 “É melhor ser violentada por outra mulher do que por um homem”¹⁰⁶

Alguns dias antes da partida de Roberta, enquanto caminhávamos por ruas estreitas que nos levaram até um famoso mirador, onde havia um charmoso bar com as mesas espalhadas entre flores e muito frequentado por turistas, escolhemos alguns drinks e nos sentamos de forma que pudéssemos aproveitar a paisagem. Passamos a conversar sobre como Ester desapareceu repentinamente e nos perguntamos se ela estava bem, já que sabíamos de suas dificuldades econômicas. No decorrer da conversa, comentei sobre sua recusa em ceder a entrevista e a brasileira me alertou de que tentou conseguir possíveis entrevistadas para minha pesquisa, mas nenhuma das moças procuradas quis participar.

De acordo com ela, para algumas garotas, uma entrevista implica em uma forma de admitir para si mesma as atividades que exerce, e o estigma envolvido poderia afetar de tal maneira a autoestima das moças que uma de suas conhecidas afirmou que “*não daria entrevistas, pois já estava saindo desse mundo*”. Argumentando que estava em um relacionamento amoroso, ela comentou com Roberta que desejava esquecer o passado. Não falar sobre ele era, portanto, um modo de tentar apagá-lo. Além disso, ela ainda me avisou de que suas tentativas de conseguir entrevistadas não eram um simples favor, mas uma oportunidade de ajudar suas colegas, uma vez que, para entrevistar uma prostituta, qualquer pesquisador precisaria pagar uma quantia específica.

No caso das trabalhadoras sexuais brasileiras que atuam tanto em território nacional quanto no exterior, e que estão próximas a alguma organização de prostitutas que as oriente sobre o assunto, há uma tabela de valores para esse tipo trabalho. A importância das trocas econômicas em meio às nossas relações novamente surgia e delineava as possíveis formas de conexão entre mim e as interlocutoras. Se, por um lado, era necessário desembolsar alguns montantes para acompanhá-las em diferentes passeios, por outro, foi em meio a esse horizonte de trocas monetárias e tabelas fixas que perguntei a Roberta se ela estaria disposta a me ceder uma entrevista.

Ela afirmou que sim, e, levando em consideração a tabela de valores, o montante referente à atividade foi cobrado. Combinamos então um dia que fosse conveniente para as ambas. Alguns dias depois do nosso último combinado, quando Roberta já havia retornado ao Brasil, iniciamos a entrevista. Através de uma videochamada, começamos nossa conversa sob a afirmativa de que a amizade, no contexto de trabalho em que a moça estava inserida, não é

¹⁰⁶ Frase dita por Roberta, fragmento retirado de um dos diários de campo.

composta por disputas ferrenhas entre trabalhadoras na busca por clientes, nem ao menos se inscrevia em meio a tantas instabilidades quanto aquelas que relatei para ela enquanto conversávamos sobre o assunto.

Para a entrevistada, as relações entre as acompanhantes inseridas no trabalho por *site* são menos conflitivas e não são compostas por práticas tão violentas como aquela que vivenciou no dia em que conheceu a boate lisboeta. Por não trabalharem necessariamente no mesmo espaço, as proximidades afetivas e físicas entre elas normalmente não ocorriam de forma tão intempestiva, e o imperativo de inimizade não se fazia presente como uma espécie de enunciado particular às prostitutas. Ao se referir às suas amigas apenas me falou sobre aquelas mulheres com quem estabeleceu relações antes do seu processo migratório. E, enquanto ela me respondia aos questionamentos, fui percebendo que os laços relacionais das acompanhantes, no cenário das mobilidades transnacionais, mostravam que suas relações, além de se construírem antes do processo mobilidade, resultavam em redes de acompanhantes formadas no país de destino.

As redes as quais me refiro, eram especificamente formadas por mulheres migrantes que trabalham nos sites de anúncios, e eram construídas “boca a boca”: uma amiga que conhecia outra amiga, que conheceu antes da viagem ou em festas promovidas por clientes angariados no *site*, convidava outra amiga para participar de uma rede online formada em um grupo de *WhatsApp* composto por trabalhadoras sexuais brasileiras e portuguesas. Primordialmente, o grupo cumpria a função de avisar sobre os possíveis perigos que determinados clientes poderiam gerar, além de possibilitar que as trabalhadoras se correspondessem caso precisassem de colegas para trabalhar em festas ou em despedidas de solteiro contratadas por clientes. Apesar de diminuir os riscos em país estrangeiro e de contribuir para as capacidades de agência das trabalhadoras, a rede de proteção sustentada pelo grupo não culminava necessariamente em trocas afetivas entre as mulheres.

De acordo com Roberta: “*os conselhos e alertas sobre possíveis riscos, por vezes, eram feitos de forma de grosseira*”. O que possibilitava observar que, nessas circunstâncias, suas gramáticas relacionais não eram fundamentadas no cuidado com as palavras, visando um tom ameno. Nesse contexto, áudios gravados com um tom de voz que, ao aconselhar, transmitam mais amenidade do que incisão, ou frases que parecessem menos imperativas e conflituosas do que acolhedoras, não era valorados como algo importante para o grupo. Como bem sublinhou a interlocutora, “*é melhor ser violentada por outra mulher do que por um homem, e por mais que existam algumas práticas ou comunicação mais violenta entre putas, isso não supera a violência masculina*”.

Para exemplificar o que significava a violência inscrita nas práticas ou formas de comunicação, ela ainda comentou que é melhor ser alertada por mulheres que mal conhece, com palavras grosseiras, como “*não seja uma puta burra/idiota*”, do que se deparar com um cliente violento ou mau pagador. Alguns desentendimentos que vivenciou com outras colegas, embora não se comparassem ao que ocorreu na boate, também eram capazes evidenciar que conflito e enfrentamento formam uma gramática relacional que, apesar de ser construída por meio de elementos considerados como violentos, não é vista como uma ameaça.

“Quando um conselho, um ensinamento ou alerta são envolvidos por uma comunicação considerada mais dura, ou menos amistosa, eles podem ser compreendidos e acatados por muitas trabalhadoras como uma prática de cuidado”.

Para ela, a percepção do que será considerado como uma prática ou comunicação violenta dependerá da articulação de categorias, tais como classe, raça e até nacionalidade que se entrelaçam às vivências de cada pessoa. Isso porque, as diferenças nas formas de compreensão sobre o que é cuidado, descuido ou grosseria são perpassadas por valores relacionais conectados ao que ela denominou como “*questões de classe*”.

Por isso, para Roberta, os desentendimentos sobre as práticas de cuidado e até sobre os significados da amizade entre pessoas de diferentes nacionalidades ou classes sociais eram dinâmicas normais frente às diferentes morais relacionais as quais cada pessoa estava acostumada. Entendendo que, para muitas amigas, o cuidado e a amizade poderiam ser demonstrados através de atenção cotidiana e outras formas de proximidade, ela contrapôs essas expectativas ao expor que “*diante do corre*”, ao não responder a esse modelo de expectativas, suas ações não seriam consideradas como algo incomum entre seus amigos e conhecidos da favela onde nasceu e cresceu.

Em contraste com as noções que negam ou minimizam a diferença nas relações de amizade, as reflexões da entrevistada, semelhante às perspectivas trabalhadas por Rezende (2000), foram capazes de desmobilizar algumas das visões clássicas sobre formação da sociedade brasileira. Propostas por diferentes teóricos, tais visões concordam que os diferentes são capazes de conviver harmoniosamente no Brasil. Os trabalhos de Gilberto Freyre (1977) e Sérgio Buarque de Holanda (1982), por exemplo, refletem que a formação de uma identidade nacional foi constituída através das vivências, em harmonia, de pessoas que compõem diferentes grupos étnico-raciais, como brancos, negros e indígenas. Os autores ainda sugeriram

que os brasileiros tendem a personalizar todas as suas interações interpessoais, e a cordialidade é usada para conquistar intimidade das relações¹⁰⁷.

Embora tenha se oposto a essas noções e argumentado como as categorias classe, raça e nacionalidade se envolviam nos significados do que seria cuidado e amizade, assim como no estudo de Rezende (2000) com interlocutores cariocas, a diferença de classe, de forma essencializada, surgiu nas ponderações de Roberta como diferença capaz de afetar valores, sociabilidades, maneiras de sentir e visões de mundo. Para ela, pessoas de classes sociais distintas raramente se tornariam amigas e, quando isso acontece, não ocorre sem conflitos. Portanto, a amizade não possuiria capacidade para transcender as diferenças.

Considerando as questões de classe social, ao inferir que o trabalho sexual é composto majoritariamente por mulheres com experiências de vida difíceis, porque, na maioria das vezes, são pessoas oriundas de classes populares, ela ainda afirmou que as formas de cuidado nem sempre são constituídas por afagos, mas sim por ajudas econômicas e apoios. Essas práticas seriam, então, permeadas por uma ‘dureza’ construída na realidade experimentada por elas, muito antes de terem iniciado o trabalho sexual. Assim, as práticas cotidianas nas relações com as amigas não deveriam ser vistas como uma forma de descuido apenas por serem expressas de forma menos carinhosa, quando comparada às práticas relacionais de pessoas pertencentes a outras classes sociais, mas sim entendidas a partir do contexto em que estavam inseridas.

Nesse sentido, ao observarmos que boa parte das trabalhadoras precisavam, obrigatoriamente, antever possíveis violências cometidas por clientes, além de se atentar à possibilidade de não serem pagas e lidar com outras práticas abusivas que podiam envolver o gerenciamento de boates de prostituição e agências, é possível novamente argumentar que as formas de comunicação consideradas agressivas e as práticas relacionais citadas por Roberta como pouco afáveis não causavam surpresas desagradáveis. Pelo contrário, forneciam ferramentas necessárias para a sobrevivência, ainda que não suprissem outras necessidades afetivas.

Em relação à intensidade da competição vista na boate de prostituição, como também entre as acompanhantes em festas de clientes, a interlocutora enfatizou que a competitividade, longe de ser uma “picuinha de mulheres”, é exacerbada pelo cansaço físico e mental, uso de álcool e outras drogas e pelo estigma associado à figura da puta. Os clientes e

¹⁰⁷ Contrapondo essas noções, o estudo de Rezende aponta que entre seus entrevistados brasileiros mencionava-se que algumas diferenças, como as de condições econômicas e, portanto, classe social, até poderiam afetar a escolha de atividades de sociabilidade entre amigas, mas, ainda assim, seria algo contornável.

suas peripécias, assim como as disputas por eles, seriam apenas mais uma das dificuldades para o estabelecimento das relações.

Assim, o estigma se alia à dificuldade que algumas trabalhadoras têm de reconhecer suas atividades como um trabalho e em se organizarem amistosamente como uma classe. As disputas entre mulheres alimentadas pelo estigma e aprofundadas por uma competitividade própria ao ambiente de trabalho, ainda levaram Roberta a afirmar que, em um contexto perpassado por questões como essas, *“não adoecer psiquicamente é uma tarefa árdua”*. Em seguida, afirmou com veemência que *“as relações entre as mulheres trabalhadoras, ainda que com suas dificuldades, são fonte de fortalecimento individual e grupal, mas, quando ocorrem muitos conflitos, são capazes de gerar exaustão e isolamento entre as trabalhadoras sexuais”*.

Em continuidade aos questionamentos, ela explicou que a agência portuguesa que recruta trabalhadoras sexuais brasileiras é um exemplo claro de como o isolamento entre as garotas é imposto. Isso porque, embora as agentes responsáveis pela contratação e mediação entre prostitutas e clientes não afirmem diretamente que as prostitutas não são amigas ou que não existe amizade no trabalho, proíbem terminantemente a amizade entre elas. Algumas das acompanhantes cumprem a incumbência e costumam denunciar os comportamentos inadequados de outras trabalhadoras para a agência. Entre as atitudes condenadas estão as trocas de contatos entre os clientes e as acompanhantes, as saídas com clientes sem a intermediação da agência e os pedidos de gorjetas acima do valor previamente estipulado. Algo que é malvisto pela agência, que também retém uma parte do pagamento pelos serviços prestados.

Roberta ainda comentou que a falta de ‘consciência de classe’ entre algumas acompanhantes não se resume às disputas fomentadas por mulheres trabalhadoras sexuais que estão distantes de organizações e movimentos políticos de prostitutas. Em contraste, declarou que, em uma das organizações que se envolveu, acusações e disputas de poder eram constantes. Dificuldades e competições com pesquisadores que colaboram com as organizações também foram citadas, e, embora no momento da entrevista não tenham sido aprofundadas, a trabalhadora questionou o papel da academia em meio aos conflitos que ocorrem entre as prostitutas próximas às organizações.

Por não vivenciar no cotidiano de trabalho as disputas vistas na boate em Lisboa, suas preocupações com as dificuldades nas relações entre prostitutas estavam, portanto, centradas nas complexidades das interações de organizações da classe. Ela ressaltou que a aplicabilidade dos projetos pelos quais competem por editais poderia fornecer bases para legitimar suas experiências de trabalho, geralmente vistas como imorais e até negadas enquanto

um trabalho no Brasil. Por isso, a entrevistada afirmou que as relações interpessoais dentro dessas organizações interferem diretamente na luta por direitos das trabalhadoras sexuais.

Como um desabafo final sobre a situação, diante das disputas que a cercam, Roberta apontou que os conflitos levam muitas trabalhadoras, mesmo em contexto de mobilidade, a buscar amizades que não estejam ligadas ao trabalho sexual e que “*é preciso estender o laço de amizade para fora do trabalho*”. Procurar amigas fora do trabalho, paradoxalmente, não foi impeditivo para que a entrevistada afirmasse que, “*fortalecida por outras putas, manejei o poder*”. Isto é, passou a compreender o trabalho sem as lentes do estigma que envolve a atividade e, por meio da organização política, afirmou seus direitos como trabalhadora sexual.

5.4 Percepções de Patrícia

Assim como esbocei anteriormente, as aproximações com Roberta foram mais intensas em comparação às outras trabalhadoras brasileiras que conheci em Lisboa. Todavia, à medida em que o retorno da Roberta ao Brasil se aproximava, comecei a me aproximar mais de Patrícia, não apenas por questões relacionadas a pesquisa, mas porque ela continuava a ser uma das minhas únicas fontes de afeto e apoio cotidiano. Nessas circunstâncias, mais passeios em bairros turísticos, caminhadas na praia, comemorações, lojas, drinks e conversas íntimas ocorreram. Foi em um desses momentos, enquanto conversávamos sobre o trabalho sexual, que a interlocutora me perguntou se eu gostaria de entrevistá-la, afinal, ela sabia que seus conhecimentos seriam importantes para construção da pesquisa.

No dia seguinte ao questionamento, nos encontramos em uma famosa padaria portuguesa e, durante o café da manhã, iniciamos nossa entrevista. Diferentemente da situação anterior, a acompanhante optou por não cobrar o valor estipulado pela tabela que as trabalhadoras sexuais utilizavam quando estavam em contato com os pesquisadores, e afirmou que gostaria de gravar o áudio resultante da entrevista. Com gravadores ligados, comecei as perguntas e, logo no início, a entrevistada expôs que apenas ouviu sobre o imperativo de inimizade quando frequentou boates de prostituição. Boa parte de suas percepções se assemelhavam às de Roberta, como o argumento de que, entre as mulheres que trabalham com anúncio publicados nos *sites*, as presunções de inimizade ou desconfianças surgem de maneira sutil. Ela ainda afirmou que seria ingênuo acreditar que, em um ambiente onde há competições que são próprias ao trabalho, as pessoas se relacionariam de maneira harmônica o tempo inteiro.

Entretanto, diferentemente do que ocorreu na entrevista anterior, as preocupações de Patrícia concentravam-se principalmente na ausência de discussões sobre a importância das relações entre prostitutas nas organizações brasileiras com as quais teve proximidade. Observando que a existência de conflitos internos às organizações de prostitutas girava em torno da luta pelo protagonismo das prostitutas, ela argumentou que, apesar de os debates sobre as violências presentes no trabalho sexual se destacarem, a promoção de consciência de classe entre as trabalhadoras, bem como a reflexão sobre o estigma e a importância do cuidado mútuo entre as prostitutas, deveria ter mais importância.

De acordo com Patrícia, somente através das relações de cuidado e amizade entre prostitutas que os desabafos sobre o trabalho, majoritariamente exercido em segredo, se tornam possíveis. O que poderia resultar na atenuação dos processos de internalização do estigma e fortalecer a autoestima das mulheres que exercem a prostituição. E, por isso, acreditava que as ambiguidades, conflitos e tensões se entrelaçavam à ausência de vontade em reconhecer-se como prostituta, ou aquilo que nomeou como consciência de classe:

“A ideia de que puta não é amiga de puta carrega consigo a presunção de que a puta é sempre a outra, nunca você mesma, pois elas seguem amigas umas das outras e afirmando que putas não são amigas.”

Em decorrência disso, ainda questionou *“como pode comemorar conquistas das colegas no trabalho, ao passo em que ela mesma perde?”*

A ausência de debates nas organizações surgiu em paralelo às suas argumentações. Ela compartilhou que já presenciou ofensas relacionadas a aparência de uma prostituta, sendo ditas por outras trabalhadoras. Sem explicitar quem eram as protagonistas da discussão, contou que essas formas de tratamento podem ser compreendidas como algo comum entre grande parte das trabalhadoras sexuais.

“Na linguagem das putas, responder à ofensa é coisa da puta, e não responder é ser vista como ser uma pesquisadora, isentona ou algo parecido”. Em contrapartida, para a brasileira, as rivalidades não ocorrem somente entre as trabalhadoras sexuais, como também podem surgir entre elas e as pesquisadoras que colaboram com os movimentos políticos da classe. As reivindicações pelo protagonismo na luta pelos direitos das trabalhadoras sexuais, especialmente em relação à visibilidade alcançada por muitas pesquisadoras que não exercem ou já exerceram o trabalho sexual, e que se tornam “referências do tema”, surgia em seus relatos como a base para as rivalidades e conflitos entre algumas prostitutas e pesquisadores que conhecia.

Algumas de suas colegas, de maneira similar ao que Roberta fez, questionavam constantemente a função dos pesquisadores nos movimentos de prostitutas, pois sentiam que perdiam o protagonismo dentro do próprio movimento. Tendo em vista que deliberações, além dos planejamentos e execuções de projetos, eram coordenadas por pesquisadores em detrimento de prostitutas, e, observando que muitas prostitutas, apesar de não possuírem ensino superior completo, seriam capazes de coordenar e liderar essas organizações, ela criticava a existência de uma disputa pelo protagonismo entre trabalhadoras sexuais e acadêmicos aliados da causa.

De mais a mais, ainda de acordo com Patrícia, tais reivindicações e a consequente visibilidade também poderiam surgir como fonte de desavenças entre prostitutas. Nesse sentido, desentendimentos quanto a execução de um projeto ou quais mulheres iriam realizá-los, adentravam o campo dos conflitos. Outras questões como a preeminente liderança de mulheres prostitutas mais antigas, pioneiras no movimento de prostitutas no Brasil, e como as diferenças etárias reverberavam em desacordos sobre as formas de gestão das organizações, também figuravam entre as gramáticas relacionais vivenciadas por ela. Entre os desacordos, ouvia-se que as prostitutas mais jovens, que desejassem participar mais ativamente da coordenação de projetos, eram confrontadas pelas perspectivas de algumas trabalhadoras mais antigas no movimento. Desconfianças internas quanto aos discursos de algumas profissionais consideradas “acompanhantes de luxo” também emergiam.

Nesse sentido, é preciso ressaltar que seus incômodos caminhavam junto à compreensão de que o movimento de prostitutas no Brasil não converge com o discurso moralizante de solidariedade e simples união entre as trabalhadoras. E que tampouco o movimento se legitima através de uma proposição de unidade de ideias e reivindicações obrigatoriamente iguais para todas as organizações. Ao contrário, ele opera por meio alianças contingentes, que, através da linguagem do conflito, são capazes de fomentar ações concretas no cotidiano das trabalhadoras envolvidas.

Ainda seguindo com suas argumentações, a acompanhante ressaltou que, nesse contexto, os debates sobre as possíveis violências externas, aquelas que poderiam emergir no momento de trabalho, tornavam subsumido aquilo que nomeou como “*violências internas ou entre pares*”. Esses termos foram usados para se referir aos conflitos que envolvem as relações entre trabalhadoras. Através deles, afirmou que seria mais prudente que as violências externas e internas fossem debatidas intragrupo, e não em entrevistas solicitadas por acadêmicos ou diferentes mídias que desejam ouvi-las apenas no lugar de vítimas, ou possíveis vítimas, umas das outras.

Além disso, ao pensar no contexto de mobilidade transnacional, ressaltou que os grupos de *WhatsApp*, aqueles citados por Roberta, produzem discussões internas sobre possíveis violências de clientes, além de formas para se obter maior segurança. Acrescentou ainda que, embora as formas de proteção e cuidados fossem permeadas por formas de comunicação consideradas violentas, as informações e conselhos destinados no grupo não poderiam ser passados às pessoas externas, inclusive clientes. Aquelas que se arriscavam a contar aos clientes sobre as fofocas, conselhos e dicas de proteção das trabalhadoras, eram imediatamente expulsas do grupo.

A importância do grupo nas interações entre elas pode ser vista também no trecho a seguir, enviado por Patrícia após um ano da entrevista. Trata-se uma mensagem compartilhada no grupo de *WhatsApp* de brasileiras e portuguesas, que transmite diferentes conselhos endereçados umas às outras.

Coisas que eu queria ter aprendido antes de começar no job.

1 - Não se apaixonar por cliente. Ele só quer te comer de graça ... Não abaixe seu preço. Se você fizer isso ele nunca mais vai pagar o preço normal. Se ele não quiser, vai aparecer outro que quer pagar integral. Você é valiosa e homem gosta de mulher que se garante e sabe seu valor, senão você vai aparentar ser uma coitada desesperada e não uma poderosa

[...]

Sempre atenda a porta de lingerie, cabelo apresentável, perfumada, e no mínimo uma base na cara. Isso eu já vi muito, cliente voltar porque você não está nem de longe parecida com a foto. Mulher comum eles têm em casa. Toma vergonha.

BÔNUS

1 - **Muito raramente você vai encontrar amigos de verdade nesse ramo.** Seja colega, trate bem, faça o bem contando que não te prejudique. Ninguém vai deixar de ganhar 1 centavo por consideração a vc. Seja direta e imponha limites na sua relação, mesmo que possa magoar alguém, não se magoe.

2 - Reclamar só traz mais atraso.

3 - **Morar com amigos tem que ter regras bem definidas.** Se contar com a noção do outro e não impor regras desde o começo, vocês vão brigar com certeza.

4 - Não importa a história triste, não empreste dinheiro, sua conta do banco, sua conta do Uber, ou parcele celular no seu nome pra ninguém. Você não vai receber seu dinheiro, vai sujar seu nome. Não tenha vergonha de negar, quem tem que ter vergonha é quem está pedindo.

ESPERO QUE EU TENHA AJUDADO ALGUÉM

A mensagem pôs novamente em destaque o imperativo de inimizade e sua força de propagação. Inserido em um texto que carregava um conjunto de valores e regras práticas do cotidiano que deviam ser ensinadas, sentidas, repetidas e, portanto, incorporadas entre as prostitutas, os conselhos demonstravam, pela primeira vez, como certos elementos das dinâmicas e políticas entre prostitutas se estruturavam em um marco relacional que não se limitava às brasileiras inseridas em diferentes zonas no Brasil, mas que atravessavam fronteiras, perpassando as relações entre brasileiras e portuguesas que exerciam a prostituição no território europeu.

Ampliando essas questões, enquanto terminávamos nosso café, Patrícia retomou as noções de Roberta ao afirmar que, para pensar sobre a amizade entre prostitutas, primeiro é preciso ponderarmos como essas relações normalmente são perpassadas por questões envolvem classe e raça. Assim, no contexto de mobilidade transnacional, *“é comum que mulheres que passam por processos de racialização similares se aproximem”*, uma vez que ter uma parceira

de trabalho com aparência similar pode diminuir as comparações estéticas entre elas. Compartilhar receios parecidos àqueles que tanto eu quanto ela vivenciamos ao temer que não nos aproximássemos do suposto padrão estético esperado para trabalhar na boate, por exemplo, criava um vínculo de compreensão mútua.

Outras informações que abordassem mais profundamente as influências das diferenças raciais e amizade, ou que tocassem nos conflitos entre nacionalidades distintas, não surgiram no momento da entrevista. No caso dos conflitos entre nacionalidades, pensando sobre essas experiências, ponderei que essa ausência surgia devido aos distanciamentos das brasileiras em relação a mulheres de outros países. Quanto à posição secundária que a questão racial ocupava nesses discursos, em comparação às diferenças de classe ou etárias, acredito, assim como Rezende (2000) sugeriu, que essas sobreposições se devam a uma ideia comum na sociedade brasileira, que se baseia na percepção de que os amigos nunca são opostos em termos de cor, mas apenas mais escuros ou mais claros, o que pode reduzir a compreensão sobre o significado da cor nas interações.

Assim, as interlocutoras não mencionavam a forma como os processos de racialização afetavam as experiências de prostitutas brasileiras negras, especialmente porque, embora compreendessem as diferenciações em suas relações, não pareciam ver a raça/cor de pele como uma dificuldade para a relação que elas estabeleciam. Para as duas, em suma, restava a necessidade de compreendermos que os conflitos e ambiguidades conformavam as possibilidades de mulheres prostitutas se aproximarem em meio as diferenças entre si e a um contexto de intensa competitividade.

*

Ao questionarem a ausência de um “nós” identitário como elemento capaz de atenuar as disputas entre as prostitutas, as perspectivas das entrevistadas oferecem novas possibilidades para pensar a amizade entre elas não apenas como fruto de experiências compartilhadas, ambas demonstram que central na constituição da relação de amizade é o fato de que o significado atribuído a um dado evento (amizade, conflitos, grosseria, cuidado) varia enormemente de um indivíduo para outro (Brah, 2006), desse modo, a coesão do grupo não ocorre através da anulação das diferenças, mas em sua constante negociação. Diante disso, antes de avançarmos para as próximas discussões, me interessa refletir com mais vagar sobre como a articulação das diferenças influencia na construção da amizade entre prostitutas.

No contexto vivenciado por Patrícia e Roberta, em contraste com o que expus na primeira parte da tese e desafiando os conselhos presentes nas mensagens trocadas entre

brasileiras e portuguesas, a inclusão de um conjunto de práticas, sentimentos e ações cotidianas em uma relação de amizade não dependia exclusivamente de um ‘jogo de verdade’ que organizava o que poderia ser considerado aceitável dentro de seus contextos relacionais. Em paralelo a essas questões, estava em jogo a maneira como as relações eram interpretadas e manejadas em meio às disputas, hierarquias e diferenças que atravessavam suas relações.

O texto “Diferença, Diversidade, Diferenciação” de Avtar Brah (2004) nos fornece *insights* para analisar essas questões. Nele, a autora argumenta que a relação entre biografia pessoal e a história coletiva é intrinsecamente complexa e contraditória. Nesse sentido, embora biografias pessoais estejam inseridas em um contexto coletivo e compartilhado, elas são relacionalmente irreduzíveis, o que significa que um mesmo contexto pode produzir várias “histórias” coletivas diferentes, diferenciando e conectando biografias pessoais através de especificidades contingentes. Assim, no centro de suas argumentações está a análise sobre como as fronteiras da diferença são constituídas, mantidas ou dissipadas e como, ou se, elas diferenciam lateral ou hierarquicamente pessoas, até aquelas que compõem um mesmo grupo. A identidade, neste caso, passa a ser vista um processo dinâmico e relacional, marcado pela multiplicidade de posições que constituem um mesmo sujeito.

Essas proposições se conectam com os relatos das interlocutoras porque, em primeiro lugar, refletem como, na arena dos discursos e ação política, nas relações com o Estado, apesar de muitas prostitutas e as organizações de classe reivindicarem a identidade como base para o reconhecimento de direitos, legitimação de demandas específicas e formulação de políticas que contemplem suas necessidades, buscando reconhecimento jurídico e direitos sociais¹⁰⁸, não é segredo que não há uma fixidez homogênea e inquestionável, mesmo entre as organizações. Há, na verdade, certa divergência sobre o elemento central de sua unificação. Se o foco deve ser a regulamentação como trabalho, se a garantia de direitos das mulheres de forma mais ampla, ou até mesmo a terminologia mais eficaz para definir as pessoas que exercem a atividade — se prostituta, trabalhadora sexual ou puta — são questões que

¹⁰⁸ Na pesquisa Caminhas (2020), ao investigar os diversos sentidos atribuídos à reivindicação por regulamentação do trabalho em dez associações brasileiras de prostitutas, a autora observou um conjunto de demandas que congrega uma variedade de objetivos: regulação profissional, acesso ao serviço de saúde básico, direitos de cidadania, diminuição da violência e a transformação na representação das prostitutas. Em paralelo, ela também identificou traços comuns nas reivindicações: um voltado para melhorias nas condições materiais de vida e trabalho das prostitutas, e outro, para transformação do valor moral atribuído às trabalhadoras sexuais. Prada (2018), por sua vez, reflete sobre o uso das diferentes terminologias e suas implicações políticas. Para ela, se a puta ou a prostituta surge como veículo identitário capaz de se constituir como uma estratégia estética e política na luta contra o estigma, e a trabalhadora sexual como termo que implica a reivindicação dos direitos trabalhistas, é também importante lembrar que “uma rosa é uma rosa, não importa como você a chame” (Prada, 2018, p. 55).

atravessam o movimento e demonstram as diferentes perspectivas e interesses em disputa (Prada, 2018; Caminhas, 2020).

Portanto, se essas divergências, longe de enfraquecerem a luta política, evidenciam como a identidade não pode ser tomada como fixa ou predeterminada, mas sim como um processo em constante negociação e atravessada por questões de experiência, subjetividade e relações sociais (Brah, 2006), elas também são capazes de demonstrar que a experiência na prostituição não é monolítica e diferentes posicionamentos coexistem e se reconfiguram diante das relações com o Estado e outros agentes sociais. Por isso, não deve ser difícil imaginar que, assim como tem sido mostrado ao longo de toda a tese, no contexto das relações cotidianas entre as prostitutas, negociações e dissensos também ocorram.

Sob essa perspectiva, ao verificarmos que a capacidade de ação desses grupos não surge necessariamente por meio de uma identificação natural como mulheres, tampouco se baseia unicamente na prostituição como opção identitária (Clarindo, 2020), a maneira como as fronteiras da diferença é constituída nessas relações contribui para avançar, ou no mínimo complexificar, os debates feministas sobre a amizade entre mulheres. Em trabalhos anteriores, ao pensar no conceito de putaria e em como as relações entre prostitutas se inscreviam em meio às diferenças, ou através delas, argumentei que as trabalhadoras sexuais não só burlam os imperativos de inimizade, como também contrariam as didáticas feministas sobre relações entre mulheres (Clarindo, 2020). Também ponderei, através do conceito de consciência mestiça (Anzaldúa, 2019), que nas relações entre elas desenvolve-se uma tolerância às contradições e às ambiguidades¹⁰⁹. No cerne das análises estava, portanto, a coalizão por meio da colisão de diferenças (Clarindo, Zamboni, Martins, 2022).

Todavia, aprofundando essas questões, observo que somente a consciência e a tolerância sobre a diferença, ou a compreensão sobre ausência de “consciência de classe” (como informou Patrícia), e até mesmo o entendimento sobre a reprodução de estereótipos feminilidade que permeiam tais relações, embora sejam importantes, não foram tomadas por elas como uma chave para tornar suas amizades como válidas e politizadas. E é nesse ponto que as relações entre prostitutas se entremeiam aos debates feministas sobre o tema. “Forjadas no calvário da diferença e fora do círculo da definição de mulheres aceitáveis” (Lorde, 2013), ao reconhecerem as diferenças e as opressões específicas que algumas enfrentam mais do que outras — assim como as distintas compreensões sobre os sentidos da amizade que cada prostituta poderá

¹⁰⁹ “A nova mestiça enfrenta tudo isso desenvolvendo uma tolerância às contradições, uma tolerância às ambiguidades. Tem uma personalidade plural, opera em um modo pluralístico nada é posto de lado, o bom, o ruim e o feio, nada é rejeitado, nada abandonado” (Anzaldúa, 2019, p. 325).

apresentar —, suas práticas convergem com as análises críticas realizadas por teóricas feministas negras que, em conjunto, desmobilizam a ideia abstrata de irmandade feminina e oferecem uma visão não idealizada sobre a construção de redes de apoio, amizade, cuidado e resistência, ao passo em que reconhecem que a resistência não reside somente na harmonia entre as mulheres, admitindo a presença das diferenças, conflitos e posicionamentos distintos entre os grupos (Lorde, 2020; Hooks, 2020; Collins, 2019). Semelhante às orientações de Audre Lorde (1984) e de Anzaldúa (2019), que, de diferentes maneiras, recusam tanto a ideia das diferenças como barreiras inegociáveis ou inexistentes quanto a noção de que devem ser apenas toleradas, as prostitutas compreendem as diferenças entre si como polaridades necessárias, através das quais a criatividade pode emergir como uma dialética (Lorde, 2013). Em outras palavras, ao lidar com situações contraditórias, a interação de diferentes elementos, ao se confrontarem, pode gerar algo novo.

Isso significa que, além da consciência e tolerância sobre as diferenças e contradições, elas também precisavam converter a ambivalência em algo distinto para que então, ou talvez, denominassem a relação como amizade. Nesse sentido, apesar de suas relações reconhecerem as contradições que as diferenças de classe, raça e sexualidade podem provocar nas relações entre mulheres (Hooks, 2020) e se alinharem às críticas realizadas por teóricas feministas negras, a maneira como elas mobilizavam diferença e poder se aproxima mais da noção de categorias de diferenciação sendo articuladas e ressignificadas em situações específicas, onde as relações de poder se modificam constantemente e são atravessadas por conflitos e pontos de resistência (Piscitelli, 2008b; Brah, 2006), do que de uma abordagem que se concentra na sobreposição e interação direta de opressões e sistemas de dominação, como a interseccional (Crenshaw, 1989).

Assim, pode-se afirmar que a amizade e os conflitos entre prostitutas não são apenas determinados por categorias de diferenciação (classe, raça e geração, por exemplo), mas sim pela forma como essas categorias são articuladas nas relações concretas, podendo mudar conforme o contexto. Dito de outro modo, a negociação e a constante redefinição sobre quem será ou não considerada uma amiga é baseada no fato de que as diferenças entre elas, seja em termos de origem, classe, raça e geração, não definem de forma absoluta a relação. Isso não quer dizer que as diferenças não influenciem nas relações ou até possam impedir o surgimento da amizade — o que poderia ser facilmente exemplificado nas situações em que as expectativas sobre o que é esperado de uma amiga variam conforme a classe, e onde a frustração com o comportamento dela pode levar ao término da relação, ou, ainda, nos casos em que prostitutas mais jovens preferem se aproximar de mulheres da mesma faixa etária ou racializadas de

maneira semelhante no contexto de mobilidade. Apesar disso, nota-se que, no marco dessas relações, as diferenças podem ser conscientemente reforçadas, reinterpretadas e até temporariamente apagadas, dependendo das circunstâncias e das necessidades do momento.

Por isso, Roberta argumentou que a amizade não possui capacidade para transcender as diferenças, porque, nesse contexto, a amizade se entrelaça à oscilação entre a reiteração das fronteiras da diferença e, por vezes, sua dissolução temporária. O que pode se materializar em diferentes circunstâncias como quando duas ou mais prostitutas podem, por exemplo, iniciar uma amizade baseada na convivência e no apoio mútuo, mas, com o tempo, diferenças de classe e raça podem se tornar motivo de atrito (reiteração). Ou no caso de uma prostituta mais jovem que pode inicialmente sentir que não tem muito em comum com uma colega mais velha, mas, com o passar dos dias, pode enxergá-la como alguém com quem pode aprender sobre o trabalho (reinterpretação). E, ainda, durante uma situação difícil, quando uma trabalhadora enfrenta um risco ou um problema pessoal e precisa formar parcerias, e as diferenças raciais ou geracionais, que antes pareciam relevantes, podem perder a importância (apagamento).

Desse modo, se a diferença, como sugeriu Brah, não é sempre um marcador de hierarquia e opressão, a amizade entre prostitutas demonstra como elas podem ser manejadas de maneira estratégica e relacional, sem que precisem se submeter à crença — ou, como nos sugeriria Lorde, à armadilha — de que devem ser anuladas ou apenas reconhecidas para que a relação funcione. Isso, no entanto, não implica que as relações de poder, que participam da heterogeneidade, desapareçam. O que observo como parte mais importante é que essas amizades, quando ocorriam, não estavam em função ou se importavam com uma didática prescritiva, ao invés disso, eram constituídas por distintas noções sobre os sentidos e significados de cuidado, amizade e carinho, sendo manejadas contextualmente pelas prostitutas que formam uma rede de relações.

E embora essas relações, e até as alianças entre prostitutas, nem sempre sejam pautadas em uma consciência feminista explícita que compreende necessariamente a diferença como um obstáculo a ser contornado ou como a própria força motriz das relações, foi somente por meio da amizade e de outras formas de apoio entre prostitutas que as entrevistadas conseguiram se fortalecer e enxergar a atividade além do estigma, compartilhar segredos, além de construir redes que possibilitassem a mobilidade transnacional.

5.5 Negociações

Após as entrevistas, e à medida que fui me aproximando de Patrícia, começamos a nos encontrar com mais frequência e a caminhar pelas ruas do bairro. Em meados do mês de junho, nossa amizade se estreitou ainda mais e, enquanto passeávamos pelas lojas, barracas de comida e miradouros de um dos bairros turísticos da capital portuguesa, combinamos um novo encontro em um restaurante próximo ao seu apartamento. Vestida de forma parecida às outras interlocutoras com quem estive na cidade, ela usava roupas brancas de linho, óculos escuros de uma grife famosa e sandálias de salto plataforma. E, assim como nas outras vezes que nos encontramos, Patrícia sempre estava arrumada, preparada para o caso de algum cliente surgir. Durante o almoço, conversávamos sobre o trabalho sexual e algumas peculiaridades dos ganhos de brasileiras no atual cenário europeu. Ela, aliás, gostava bastante de dialogar sobre o assunto e, além do conhecimento prático da profissão, também compartilhava os debates acadêmicos que envolvem o tema.

A acompanhante, como citei nas reflexões sobre nossos primeiros contatos, é uma prostituta militante que, assim como Roberta, se tornou bem conhecida entre acadêmicos e outras trabalhadoras sexuais brasileiras engajadas na causa, devido às suas experiências com uma das organizações de prostitutas mais renomadas do Brasil. Sempre assertiva em suas pontuações sobre o assunto, enquanto ainda almoçávamos, ela me alertou de que o mercado sexual português, especificamente a prostituição, estava saturado de mulheres brasileiras, o que, em certa medida, dificultava os ganhos dessas trabalhadoras sexuais.

A despeito das mudanças nos fluxos migratórios a partir de 2019, quando, segundo o relatório produzido por Oliveira (2023), observou-se a inversão da tendência de feminização da imigração desde o início da década, com o gênero masculino suplantando o feminino em termos de participação no total de estrangeiros residentes¹¹⁰, a brasileira argumentou que o aumento da quantidade de brasileiras inseridas na prostituição em Portugal, segundo suas percepções, estava relacionado ao aumento da imigração brasileira no país. Para ela, isso resultava na diminuição do preço dos programas oferecidos pelas prostitutas brasileiras, pois o “*excesso da oferta*” gerava um desequilíbrio no mercado.

As observações da interlocutora, por outro lado, convergiam com os dados apresentados no relatório mencionado, que ainda indicam como, até 2022, o número mulheres brasileiras era superior ao de homens com a mesma nacionalidade, ocupando 53, 8% do total,

¹¹⁰ Os dados compõem o Relatório Estatístico Anual de Integração de Imigrantes, escrito por Oliveira (2023) e baseado nos dados ofertados pelo Serviço de Estrangeiros e Fronteiras.

de acordo com o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras. Nesse cenário, ainda de acordo com Patrícia, os clientes portugueses costumavam pechinchar os valores dos programas e, juntamente com a justificativa de um suposto laço histórico de amizade e fraternidade entre brasileiros e portugueses, recorriam a retóricas, com pouca materialização na realidade, de que após o processo de colonização, as relações entre as duas nações se tornaram amistosas e recíprocas, sendo suficiente observar a preferência dos brasileiros em migrar e residir no país.

As formas pelas quais Portugal recebe a população brasileira, sustentadas por políticas migratórias que fundamentam essa relação, aliadas aos acordos internacionais assinados entre os dois países¹¹¹ — como aqueles que envolvem a mobilidade entre os Estados-Membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), criada em 1996 após a explosão dos conflitos diplomáticos entre Brasil e Portugal devido às deportações de imigrantes brasileiros, e que facilitaram, apenas em certa medida, a mobilidade entre os países signatários, com estadia de curta duração, visto de residência e autorização de residência —, envolviam as entrelinhas dos argumentos dos clientes. Assim, a retórica de amizade, ao ser percebida como uma alegação coletiva, porque a maioria dos clientes portugueses apresentava as mesmas justificativas, apontavam como essas noções estavam atreladas às narrativas oficiais.

Portanto, a construção de uma narrativa oficial que ultrapassava elementos reais e indicava que a escolha dos brasileiros por Portugal é baseada em semelhanças ‘culturais’, no idioma em comum, além de uma ideia de familiaridade, que proporciona, além da qualidade de vida, uma forma de acolhimento específico, quase familiar (Fonseca, Pinheiro, 2022), se inseria nas relações e negociações entre prostitutas brasileiras e homens portugueses. Isso ocorria de tal forma que, por vezes, o falacioso sentimento de proximidade entre “nações amigas”, sustentado por um passado colonial, incidia sobre o valor dos programas das prostitutas.

Práticas xenofóbicas eram subsumidas às negociações, e, nos os pedidos de redução dos valores dos programas, a excessiva presença de mulheres brasileiras no mercado contribuía para que a concorrência entre elas se tornasse mais acirrada. Isso porque, em comum, elas possuíam uma mesma ferramenta de negociação: a brasilidade. Desse modo, seguindo as proposições de Patrícia, embora as diferenças fenotípicas entre as trabalhadoras sexuais brasileiras, aparentes sobretudo através das diferenças raciais e idade, tivessem relevância e

¹¹¹ De acordo com Fonseca e Pinheiro (2022), o acordo foi assinado por nove países de língua portuguesa: Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Guiné Equatorial, Moçambique, São Tomé e Príncipe, Portugal e Timor Leste. Além disso, o relacionamento bilateral forja-se especialmente pelo *Tratado de Amizade, Cooperação e Consulta*, assinado em Porto Seguro/BA, em 2000. Entre as várias disposições presentes no tratado, cabe destacar a criação de um estatuto de igualdade entre portugueses e brasileiros, que permite que os cidadãos portugueses no Brasil e os cidadãos brasileiros em Portugal possam exercer direito de voto em todas as eleições nacionais, desde que possuam, obrigatoriamente, ao menos três anos de residência habitual (Fonseca, Pinheiro, 2022).

influenciassem as preferências dos clientes, as noções de brasilidade exerciam um peso decisivo nas escolhas dos clientes portugueses na busca por mulheres do Brasil.

Nesse cenário, para a interlocutora, o excesso de brasileiras inseridas na prostituição em Lisboa não se limitava apenas ao nicho das acompanhantes por anúncios, sendo visível também nas duas boates onde estive. Isso fazia com que os clientes portugueses acreditassem ser fácil encontrar outras brasileiras com performance sexual similar, porém a preços mais baixos. O que concedia poder de negociação aos clientes, e diminuía a propensão das trabalhadoras considerarem que ser brasileira lhes dava certo prestígio na prostituição com clientes portugueses.

As percepções da trabalhadora também eram compartilhadas por outras brasileiras com que ela esteve, e que exerciam o trabalho sexual por meio de anúncios em diferentes países europeus. Em meio às suas preocupações, eram perceptíveis os resquícios das lembranças sobre a crise econômica que o país, assim como muitos outros, enfrentou durante o período pandêmico. Do ponto de vista econômico, todos os indicadores sofreram quedas imediatas à época, principalmente aqueles relacionados ao consumo privado, investimentos, importações e exportações (Campos, Lins, 2020). E apesar de as análises sobre o aumento do “custo de vida” serem um exercício complicado e de difícil objetivação, seguindo as avaliações realizadas na *20th European Meeting of People Experiencing Poverty* (EAPN), que ocorreu em 2022, baseando-se nas reflexões e testemunhos compartilhados pelas pessoas em situação de pobreza, observou-se que esses efeitos incidiram principalmente nos custos com energia, alimentação e habitação.

A essas três dimensões se atrelavam ainda o aumento das taxas dos produtos alimentares e bebidas não alcoólicas, assim como o aumento no Índice de Preços da Habitação Portugal que, em 2022, de acordo com renda mediana dos 92 664 novos contratos de aluguéis para residências familiares, atingiu o valor de 6,52 € por metro quadrado (EAPN, 2022). Além disso, também de acordo com os dados fornecido pela EAPN, no que diz respeito à crise energética, sabe-se que desde 2021 os preços da eletricidade e do gás natural em Portugal, assim como no resto da Europa, aumentaram devido a guerra na Ucrânia, porque a Rússia decidiu suspender o fornecimento de gás para alguns dos países da União Europeia ¹¹².

No período em que as dificuldades relatadas ocorreram, entre 2020 e o início de 2023, a crise no custo de vida dos portugueses, acentuada pelo cenário pandêmico e pelos impactos da guerra na Ucrânia nos mercados energéticos internacionais intensificou ainda mais

¹¹² Esses dados foram extraídos do relatório publicado pelo Observatório Nacional de Luta contra a Pobreza, em 2023. O tema da *20th European Meeting of People Experiencing Poverty* foi “O insustentável custo de vida”

a pressão para a diminuição dos valores dos programas, o que levou muitas mulheres a aceitarem receber menos que o esperado. Nesse cenário, as prostitutas brasileiras com quem Patrícia possuía alguma proximidade, sobretudo aquelas em situação irregular em Portugal, ficaram desamparadas e passaram por múltiplas dificuldades, como o acesso a serviços de saúde, a compra de alimentos básicos, dificuldades para retornar ao Brasil e manutenção de moradia. O que acentuou um temor coletivo de que as condições econômicas difíceis, já precárias para algumas, se tornassem ainda mais difíceis depois da pandemia.

Vale ressaltar que, no caso da interlocutora e das suas amigas mais próximas, as consequências econômicas desse cenário foram amenizadas pela ajuda de alguns poucos clientes fixos que, por serem endinheirados, contribuíram para sobrevivência das trabalhadoras no país. Outras, no entanto, retornaram ao Brasil. Patrícia, por sua vez, contribuiu ativamente para as colegas que enfrentavam condições mais difíceis do que as dela. Contudo, se os clientes portugueses já costumavam pechinchar pelo valor do programa, no contexto pandêmico, os poucos que se arriscavam à exposição do covid-19 negociavam ainda mais os valores.

Embora Patrícia estivesse inserida apenas na prostituição realizada por anúncios, essas observações se alinharam ainda com as experiências vivenciadas nas duas boates onde estive, e em outros locais que serão explicitados no próximo capítulo. A presença massiva das brasileiras era visível, portanto, em todos os espaços investigados, estando sempre em maioria quando comparadas as concorrentes portuguesas, angolanas, cabo-verdianas e ucranianas. Nesse sentido, se, até 2022, essas últimas, destacavam-se pela proporção significativa de mulheres no total de imigrantes de suas nacionalidades residindo em Portugal¹¹³, ainda assim não chegavam à mesma quantidade e visibilidade das brasileiras na prostituição.

Frente a esse contexto, enquanto os programas ofertados por Patrícia, Roberta e outras acompanhantes custavam no mínimo 200 euros por hora, algumas prostitutas, no momento da negociação, podiam aceitar valores mais baixos, como 150 ou até 100 euros por hora trabalhada.

*

Relembrando as conversas informais que tive com Roberta, antes mesmo de me aproximar mais intensamente de sua amiga, notei que não eram apenas as nacionalidades das trabalhadoras que influenciavam nas negociações. Também observei que, nas relações entre prostitutas brasileiras e seus clientes, elas tinham suas preferências e as estruturavam com base na nacionalidade deles. Em diferentes momentos ouvi que os homens que mais procuravam

¹¹³ Dados fornecidos pelo Relatório Estatístico Anual dos Indicadores de Integração de Imigrantes produzido por Oliveira (2023).

pelos seus serviços e das colegas que conhecia eram, em maioria, portugueses e indianos. Roberta, no entanto, não sabia afirmar os motivos da alta incidência de indianos que procuravam por acompanhantes nas agências e nos anúncios, mas suspeitava que, principalmente os solteiros, buscavam pelos serviços das trabalhadoras sexuais brasileiras porque não conseguiam se aproximar das prostitutas portuguesas, devido à xenofobia e o racismo cotidianamente direcionados ao grupo.

A partir das conversas, logo conjecturamos que a maioria desses homens estivessem solteiros em decorrência do processo migratório, o que convergiu com os dados sobre imigrantes indianos em Portugal que, de acordo com o Serviços de Estrangeiros e Fronteiras do país, em 2022, o fluxo migratório dessa população subiu, tornando-se a 4º maior comunidade estrangeira vivendo em solo português. Entre os números, via-se que 70 % imigraram devido a atividades laborais e que o número de homens é três vezes o superior quando comparado à população feminina com a mesma nacionalidade (SEF, 2022)¹¹⁴.

Todavia, ainda segundo as interlocutoras, apesar de haver uma grande quantidade de potenciais clientes, era comum, entre as trabalhadoras sexuais brasileiras que elas conheciam, a atribuição de certas práticas aos clientes indianos, que dificultavam o trabalho das acompanhantes. Problemas no momento de negociação do programa e nos pagamentos dos valores combinados, que ocorriam através de ‘calotes’ no valor total ou parcial combinado antes do programa, além de falta de higiene com as partes íntimas, compunham o leque de informações costumeiramente propagadas por meio das redes online entre as trabalhadoras.

A disseminação dessas informações era justificada pelo entendimento de que a troca de experiências se configurava como uma importante ferramenta contra os possíveis riscos e danos que envolvem o trabalho. Desse modo, a propagação de que os homens indianos são péssimos clientes também foi relatada por uma outra trabalhadora, que conheci através de Roberta, mas com quem estive rapidamente e com pouca proximidade. Em uma conversa informal, ela me contou que, assim como a maioria das portuguesas, já não aceitava clientes dessa nacionalidade, pois em uma certa ocasião teve que se arriscar em um embate físico com um deles para receber o valor combinado.

Por meio das redes de apoio e circuitos de cuidado mútuo entre as trabalhadoras brasileiras e portuguesas, fosse nos grupos de *WhatsApp* ou nas relações de amizade ou

¹¹⁴ Ainda sobre o assunto, a Organização Internacional para as Migrações (OIM) disponibilizou uma nota informando que entre os dias 28 de novembro e 2 de dezembro de 2022, realizou uma visita a Nova Deli no âmbito do projeto “Promoção de uma boa gestão da migração laboral para Portugal”. A iniciativa buscava contribuir com um plano de ação para a implementação de esquemas de migração laboral para os trabalhadores migrantes indianos. A ideia foi trabalhar com a Índia para recrutar trabalhadores indianos.

proximidade que algumas tinham entre si, a partir da difusão dessas informações, os clientes indianos eram postos no último lugar quanto à predileção das trabalhadoras, criando-se uma espécie de hierarquia de clientes.

Contrapondo essas percepções, Roberta alegou que apesar de sua aparência delicada contribuir para que as pessoas acreditem que ela é uma “*puta fresca*”, isto é, uma puta que não atende bem aos desejos sexuais dos clientes, ela não “*tinha frescuras*” e mantendo-se a higiene, era capaz de realizar o trabalho com homens de qualquer nacionalidade. Afinal, como uma brasileira que nasceu e cresceu em uma favela, conhecia bem os efeitos psíquicos das discriminações. Em seu caso, as discriminações quanto à sua classe social.

Em outro diálogo, ela ainda assegurou que a construção dessa hierarquia revelava uma forte discriminação contra os grupos daquela nacionalidade e que em suas experiências, diferentemente do que era dito nas informações compartilhadas, ela vivenciava mais dificuldades no atendimento aos clientes portugueses do que com os indianos. Para ela, os primeiros costumavam agir de maneira grosseira e pechinchar valores. Assim, a afirmação coletiva de que os homens portugueses são mais avarentos quando comparados aos outros clientes europeus, juntamente com a maneira como eles pechinchavam os valores e os desapontamentos com forma como eles geralmente tratavam as prostitutas brasileiras no momento do programa, fez com que as prostitutas brasileiras conhecidas pelas interlocutoras preferissem trabalhar com outros clientes (exceto indianos), embora não dispensassem os portugueses que as procuravam.

Nesse contexto, elas utilizavam o humor e frases ditas em tons sarcásticos para explicitar como percebiam esses clientes. Adjetivos depreciativo, como os “*pobres*”, surgiam de forma espaçadas nas conversas com as brasileiras. Além disso, insinuações de que exercer o trabalho sexual em Portugal era perda de tempo, e que 200 euros, para os clientes portugueses, poderiam ser considerados muito dinheiro, faziam retomar as ambiguidades nas relações históricas entre Portugal e Brasil, assim como desmobilizavam a retórica de amizade utilizada pelos clientes para pensar a relação luso-brasileira como forma de apaziguamento de conflitos e negociações.

Por meio da hierarquização de clientes com base em suas nacionalidades e da propagação daquelas informações, promovia-se a desmoralização simbólica dos portugueses em relação a outros clientes europeus, e dos indianos em comparação com qualquer outro cliente. Em algumas situações ouvi bons comentários sobre os franceses, que os colocavam como bons pagadores, gentis e românticos. Quanto aos homens brasileiros, não houve menções, o silêncio indicava o desinteresse das acompanhantes por seus conterrâneos, que não foram

mencionados sequer nas conversas sobre relacionamento afetivos dentro e fora do trabalho. Com relação aos clientes africanos, como os oriundos de Angola, Cabo Verde ou Guiné Bissau, pouco se falou, e o que foi dito se limitou a elogios pela beleza dos rapazes com essas nacionalidades. De todo modo, me importa ressaltar que as interlocutoras se concentraram em compartilhar as atitudes dos clientes com os quais não gostavam de trabalhar. Não ouvi, portanto, afirmações sobre predileções específicas por clientes de determinada nacionalidade.

5.6 Praças e Circuitos

Retomando o almoço com Patrícia, enquanto ela compartilhava aprendizagens sobre o trabalho na região, soube que, embora os clientes portugueses gostassem e procurassem pelos serviços das prostitutas brasileiras, o excesso de mulheres com a mesma nacionalidade inseridas na prostituição em Portugal ainda produzia outras reverberações. Como no caso de algumas trabalhadoras que optavam por utilizar a dupla cidadania até mesmo no momento de negociação do programa. Nessas situações, as profissionais articulavam gênero, raça e classe, pois, para reivindicar outras nacionalidades, somente evocavam aquelas que, na hierarquia geopolítica global, ocupam um lugar simbólico superior em relação ao Brasil, em Portugal ou no resto da Europa. Apenas prostitutas brasileiras consideradas brancas no país de origem, portando passaportes de outros países, sendo o mais comum o italiano, tentavam usar o “vermelhinho”¹¹⁵ como um símbolo de distinção no mercado sexual local. Através dele, elas não eram apenas brasileiras, mas ítalo-brasileiras¹¹⁶.

Assim, nos deslocamentos transnacionais, elas atravessavam fronteiras físicas e simbólicas. No entanto, não é difícil imaginar que, na prática, dependendo dos espaços em que essas mulheres circulavam, o uso da cidadania italiana ficaria subsumida à brasileira. Por outro lado, também é fácil supor que, em contextos nos quais se relacionavam com clientes que não fossem brasileiros, portugueses ou italianos, o sotaque entoado em diálogos em inglês poderia

¹¹⁵ como carinhosamente alguns brasileiros chamam o passaporte italiano.

¹¹⁶ Os ítalo-brasileiros são descendentes dos imigrantes italianos que chegaram ao Brasil entre os séculos XIX e XX e que, por diferentes motivações, reivindicam o reconhecimento da sua cidadania, que é um direito garantido pelo Estado italiano. Todavia, ainda que o retorno imaginado dos descendentes à terra de seus antepassados seja profundamente marcado por uma idealização da volta a um país narrado pelos seus bisnonas e bisnonos, e componha uma das bases para o fenômeno da dupla cidadania ter ganhado força nas últimas décadas no Brasil, (Zanini; Assis; Beneduzi, 2013), o que se observa em diferentes estudos e relatos dos imigrantes ítalo-brasileiros que vão até a Itália, é que, embora o “vermelhinho” garanta algumas vantagens de deslocamento (como a melhor mobilidade entre os países da União Europeia), “a forma como a Itália recebe os descendentes evidencia vivências de preconceito e discriminação, em que o olhar dos italianos de solo para esses ítalo-brasileiros é o mesmo que eles têm para qualquer outro migrante brasileiro que não possua o documento” (Costa; Zanini, 2019, p. 177).

não ser tão rapidamente identificado, permitindo que, inclusive, elas conseguissem balbuciar algumas palavras em italiano sem que fossem necessariamente descobertas.

Levando em consideração que essas mulheres têm origem em países com histórico de colonização e que a mobilidade no continente europeu pode ser dificultada por processos xenofóbicos, e pelas imagens estigmatizadas que rebatem nos migrantes de diferentes nacionalidades do ‘sul global’, a oportunidade de viajar com um passaporte italiano, ou de ser facilmente confundida com uma mulher europeia, suavizava esses processos, ainda que não as eximisse de passar por eles. Adicionalmente, assim como ocorre no trabalho de Emerson Pessoa (2020), apesar de Portugal ser um país que fornece algumas facilidades na efetivação do projeto migratório, nos diálogos com as interlocutoras, os valores dos programas realizados naquele território costumam ser mais baixos quando comparados a outros países da Europa. Por isso, ainda que minhas interlocutoras vivessem em Lisboa, assim que tiveram a oportunidade, optaram por se deslocar¹¹⁷.

Exemplificando essas questões, conto rapidamente a história de uma brasileira, amiga de Patrícia, que, ao possuir cidadania italiana, reivindicada em função de seus antepassados que migraram para o Brasil, e em decorrência de sua aparência: branca, com cabelos lisos e um conjunto de traços similares ao dos seus antepassados, conseguia frequentar circuitos de trabalho nos quais boa parte das trabalhadoras sexuais racializadas como negras ou latinas, não conseguiriam facilmente concorrer, ou concorreriam em franca desvantagem. Os circuitos a que me refiro podem ser entendidos como as viagens que as trabalhadoras sexuais de diferentes nacionalidades fazem entre países europeus para realizar programas mais caros, em ambientes específicos para isso. Esses deslocamentos entre países são chamados por algumas brasileiras, assim como pela portuguesa líder do MTS, de “*fazer praça*”.

A amiga da interlocutora, quando estava em silêncio ou disfarçando o sotaque, poderia ser confundida com uma mulher branca europeia. O mesmo acontecia com Roberta que, mesmo sem cidadania italiana e sempre afirmando o orgulho em ser latina, poderia ser inserida nesses circuitos devido à sua aparência. Ainda de acordo com a interlocutora, em algumas viagens, os valores dos programas poderiam ser bem mais altos, variando entre 250 e 1000 euros por hora. A partir de conversas informais que tive junto a uma outra trabalhadora sexual com quem tive pouco contato¹¹⁸, ouvi que países como Mônaco e durante as corridas

¹¹⁷ Ainda na pesquisa realizadas pelo autor com trabalhadoras sexuais travestis brasileiras, via-se que, aquelas que possuíam dupla nacionalidade, utilizavam a brasilidade somente para captar clientes em Portugal, enquanto omitiam a nacionalidade brasileira nos momentos em que circulavam por outros países do continente europeu.

¹¹⁸ Trata-se de uma brasileira que encontrei poucas vezes em situações cotidianas e que, ao saber que era pesquisadora, fazia comentários sobre o assunto. Embora suas informações sejam importantes, a trabalhadora não

de automobilismo, como na Fórmula 1 em diferentes países, as trabalhadoras sexuais que mais se destacavam eram aquelas que lembravam modelos de passarela, predominantemente mulheres europeias. Por isso, cobravam valores mais caros, porque acessavam clientes ricos.

De maneira similar ao que apontam os estudos de Piscitelli (2007a) e Pons, Rodríguez e Vega (2002), nesse horizonte relacional, existe uma espécie de ranking organizado por meio de diferentes categorias e “traços” como beleza, juventude, nacionalidade, cor da pele/raça que instauram hierarquias e concorrências acirradas entre as trabalhadoras sexuais de diferentes nacionalidades. Se, nos estudos citados, eram as mulheres espanholas que encabeçavam essas hierarquias na prostituição na Espanha, nas situações vivenciadas pelas minhas interlocutoras, nos circuitos “de luxo” presentes nas mobilidades entre países da Europa ocidental, são as mulheres europeias, de uma forma geral, independentemente do país de origem, que fazem mais sucesso. E o fazem, não só pela aparência, mas, como argumentou Piscitelli (2007a, p. 24): “pela assunção de que em contraponto às latino-americanas e africanas, mulheres que vistas a partir da ideia de predisposição natural para o ato sexual, as europeias são percebidas como mais cultas e, portanto, preferidas para o trabalho”.

Viagens realizadas no verão entre diferentes países, onde há praias e turistas, como na França e na Espanha, foram citados como partes do circuito. Elas relataram que esses locais oferecem ótimas oportunidades de trabalho para aquelas mulheres que se encaixam no perfil exigido: alta, esguia, com roupas elegantes, branca (preferencialmente loira), com o corpo e rosto considerados belos. Em nossas conversas, incluía-se também o conselho de não permanecer em Portugal durante o verão, porque há baixa procura dos clientes. Essas informações, longe de se limitarem às percepções de Patrícia, surgiram em diferentes conversas informais que tive junto as brasileiras com quem estive.

*

Depois de algumas histórias e conselhos, encerramos nosso almoço. Enquanto abríamos uma garrafa de vinho branco e caminhávamos até um miradouro lotado de turistas, Patrícia me contou que são poucas as acompanhantes que se aventuram a competir diretamente com prostitutas de outras nacionalidades, afinal, concorrer com essas mulheres, seria desvantajoso para mulheres não brancas e, de maneira geral, seria uma batalha perdida. Essas percepções, todavia, não eram apenas dela, pois, ao relembrar exemplo de sua amiga, explicitou

quis ceder entrevistas, tampouco ser acompanhada cotidianamente. Nossos diálogos foram esparsados e, apesar de saber da pesquisa, não houve uma aproximação suficiente para que ela se tornasse uma das interlocutoras da pesquisa.

que, se, algumas das trabalhadoras sexuais brasileiras tentam imitar a aparência das europeias para ganhar mais dinheiro na prostituição, é porque todas conheciam essas hierarquias.

Ainda de acordo com ela, essas imitações poderiam ser realizadas através de modificações no estilo, utilizando roupas mais elegantes do que sensuais, feitas de tecidos finos e que aparentassem ser caros, combinadas com outros estilos de feminilidade que se distanciassem da sensualidade comumente atribuídas às mulheres latinas, agindo, assim, de forma menos sensual e “mais distante”.

Além disso, a apreensão do capital simbólico e intelectual para circular nesses diferentes locais, como saber conversar sobre política e artes, além da obrigatória fluência no inglês, eram habilidades de extrema importância para que pudessem viajar com mais tranquilidade entre as “praças” e ganhar mais dinheiro. Esses elementos configuravam, portanto, o que Pessoa (2020) denominou como *capital de mobilidade*, algo extremamente necessário para trabalhadoras sexuais que conheci.

*

O sol já ameaçava se pôr e o relógio marcava 20 horas quando decidimos encerrar nosso encontro. Outros convites surgiram a partir daquela aproximação, como a possibilidade viajarmos juntas ou irmos a uma roda de samba realizada por brasileiros, que aconteceria ainda naquele dia, mas um pouco mais tarde. Na verdade, nos dias que sucederam aquele encontro, estive com Patrícia ainda em diferentes ocasiões, que foram vividas como uma forma de construção de amizade. Foi com ela que passei meus últimos dias em Portugal, como duas amigas que trocavam confidências sobre experiência de vida e trabalho, e forneciam apoio mútuo.

Quanto ao desfecho daquela tarde, ao anoitecer, assim que cheguei no apartamento, relembrei a conversa com a acompanhante e vasculhei diferentes diários de campo. Neles, notei que, nos relatos das brasileiras, havia constantes afirmações de que as trabalhadoras sexuais brasileiras quase não possuíam relações de proximidade com as prostitutas portuguesas. Essas informações, entretanto, contrastavam com a construção de uma rede de apoio, no grupo de *whatsapp*, onde apenas participavam mulheres dessas duas nacionalidades.

Diante dessas questões, ponderei que, apesar das alianças entre elas, por um lado as prostitutas portuguesas poderiam preferir, por diferentes motivos, o contato com outras mulheres, em vez das brasileiras. Mas, por outro, os relatos sobre o aumento do número de brasileiras inseridas na prostituição em Portugal apontavam que, para as interlocutoras, a prostituição no país era dominada por trabalhadoras com a mesma nacionalidade. Dito de outro

modo, assim como Patrícia nos ensinou: prostitutas brasileiras, em Lisboa, concorrem e se relacionam principalmente com outras brasileiras.

6. PROXIMIDADE E TRABALHO: BRASILEIRAS E PORTUGUESAS

Em paralelo às experiências descritas no capítulo anterior, outras aproximações ocorreram com a líder do MTS. Assim, ao passo em que circulava com as acompanhantes pelas ruas de Lisboa, também me conectei de forma online e presencial com Maria que, além de ceder uma entrevista, me convidou a ir até a cidade de Braga com o objetivo de me apresentar algumas brasileiras que exercem ou já exerceram a prostituição. A todo momento, as perspectivas da interlocutora eram perpassadas por formas de trabalho e relações na prostituição constituídas noutros tempos, há duas décadas, em alternes e boates. Foi por meio das diferenciações entre os modos de relação no passado e no presente, vivenciadas no cenário da prostituição no país, que Maria me guiou a novas reflexões sobre o assunto.

Após a caminhada de protestos organizada pelos trabalhadores, enviei mensagens à líder para agendar um novo encontro. Estávamos em cidades diferentes, ela em Braga, enquanto eu estava hospedada em Lisboa, e, por isso, nosso segundo contato efetuou-se de forma online. Foi em um fim de tarde, ainda em maio de 2023, quando fizemos uma chamada por vídeo inicialmente planejada para ser apenas uma conversa informal, mas que, espontaneamente, tornou-se uma entrevista. Antes mesmo que eu fizesse a primeira pergunta, demonstrando animação e entusiasmo para falar sobre o trabalho sexual, Maria gesticulava e confirmava que a amizade entre prostitutas existe. De acordo com ela, através da amizade, muitas trabalhadoras, inclusive brasileiras, sobreviveram às práticas abusivas dos donos das boates onde trabalharam, e às dificuldades derivadas dos processos migratórios em que muitas se inseriam.

Apresentando-se sempre de forma assertiva, a líder preferiu não desviar do tema e foi direto às análises das relações entre prostitutas. Pensando a partir dos fenômenos migratórios entre Brasil e Portugal, ela relembrou as discussões políticas e acadêmicas que tratam sobre as vagas, ou ‘ondas’, de imigração brasileira em direção ao país. Fixando-se especificamente nas imigrantes da segunda e terceira vaga, Maria informou que, na segunda, ocorrida no final da década de 1990, e conforme apontados por diferentes estudos¹¹⁹, a maioria dos migrantes era composta por brasileiros com pouca escolaridade. De acordo com ela: *“foi mais visível a inserção de mulheres brasileiras em diferentes boates de prostituição por onde trabalhei”*.

Entre as lembranças, narrou histórias de algumas brasileiras recém-chegadas a uma alterne onde trabalhou no passado, e que remetem à discussão realizada por Piscitelli (2008)

¹¹⁹ Entre eles, Oltramari (2023); Malheiros (2007); Malheiros e Padilla (2015), Nunan e Peixoto (2012) e Padilla (2006).

entre “máfias e “ajuda”¹²⁰. Assim como me explicou, nas alternes — como elas denominam os estabelecimentos onde o trabalho das mulheres reside em entreter os clientes e fazê-los consumir principalmente as bebidas ofertadas no local, sem envolver, porém, atividades sexuais—, *“algumas meninas brasileiras que chegavam a esses estabelecimentos, descobriam que tinham dívidas quase impagáveis com os donos. Entre os valores que cobravam estavam aqueles que envolviam as passagens de um país a outro, além das roupas fornecidos pelos gerenciadores das alternes para realização do trabalho”*.

Sob tais circunstâncias, as mulheres eram impedidas de sair às ruas para qualquer atividade, assim como dificilmente conseguiam fazer contato com os familiares no país de origem. Muitas daquelas que se inseriam na mesma atividade, àquela altura dos acontecimentos, eram exploradas: *“Tás a ver? Além de não receberem os valores referente às suas atividades laborais, era muito comum a aplicação de multas por comportamentos que fossem considerados inadequados”*, informou Maria. Ainda assim, apesar de as noções de tráfico de pessoas remeterem ao trabalho forçado e servidão por dívidas (Piscitelli, 2008), o termo tráfico não foi utilizado pela entrevistada para dar sentido às lembranças narradas.

O tema da amizade, fosse entre brasileiras ou entre estas e as portuguesas, ganhou relevância em suas argumentações, pois era compreendida como uma ferramenta para que conseguissem sobreviver àquela realidade. Assim, de acordo com ela, o cuidado e o acolhimento se constituíam como práticas inerentes às gramáticas relacionais entre prostitutas, e apontou que os laços afetivos manuseados entre migrantes brasileiras forneciam as bases para que pudessem antever os perigos oriundos das práticas dos gerentes, funcionários e donos das alternes ou boates. Neste caso, torna-se relevante observar que, diferenciando-se dos relatos das outras interlocutoras com quem estive, Maria afirmou que *“as desconfianças e brigas eram direcionados apenas aos gerenciadores ou aos proprietários dos locais de trabalho”*.

¹²⁰ No texto, a autora analisa a confusão conceitual presente no âmbito do debate e das ações voltadas para o combate ao tráfico de pessoas, apontando que a ausência de convergência sobre o conceito ocorre porque há diferentes (e conflitantes) definições de tráfico de pessoas. As experiências narradas por Maria poderiam se enquadrar nos marcos regulatórios que definem o crime, inscritos no Protocolo de Palermo. E, embora em 06 de novembro de 2016, tenha sido sancionado por meio da Lei nº 13.344, que redefine o tráfico de pessoas, internacional ou interno, deixando de limitar-se à simples promoção do deslocamento de pessoas com fins de exercer a prostituição, passando a ser definido mediante a grave ameaça, violência, coação, fraude ou abuso, exercidos sobre uma pessoa a fim de submetê-la a qualquer forma de exploração sexual, assim como qualquer tipo de servidão, adoção ilegal, ou remover-lhe órgãos, tecidos ou partes do corpo (Brasil, 2016); as confusões presentes no código penal ainda permanecem tratando da exploração sexual e prostituição como sinônimos. Assim, conforme sugere Piscitelli (2012b), o termo exploração sexual pode ser interpretado de diferentes maneiras. Nesse cenário, as redes entre as brasileiras vistas no capítulo anterior, assim como as que serão apresentadas neste capítulo, poderiam se entrelaçar às confusões sobre o tema, no que se refere ao que pode ou não ser considerado crime segundo o protocolo e na legislação atual.

A entrevistada acreditava que a amizade entre as trabalhadoras era menos ambígua e composta apenas por afetos e comportamentos considerados socialmente como genuínos, porque não envolviam interesses materiais, e só visavam proporcionar apoio mútuo, carinho e cuidados. Sem sugerir possíveis desentendimentos e más intenções em meio aos afetos compartilhados por suas ex-colegas de trabalho, a portuguesa disse que conhecia a existência do enunciado que inscreve inimizade entre putas, mas que em suas experiências não havia uma frase específica que expressasse esse imperativo. A noção de inimizade era, antes de tudo, propagada de diferentes formas, principalmente por donos e funcionários de boates.

Para sustentar suas argumentações, ela sugeriu que a perpetuação e a crença na inimizade pertencem a conjunto de *“práticas realizadas por trabalhadoras sexuais mais jovens, e principalmente por responsabilidade das migrantes da terceira vaga de mulheres brasileiras”*. Inicialmente, preferiu não se aprofundar no assunto e, lembrando-me de que em breve eu poderia ir até Braga para conversarmos com mais tranquilidade sobre o tema com outras trabalhadoras, ela continuou ressaltando como os perigos externos geravam afetos mais amenos entre prostitutas. Além das valorações positivas sobre a amizade, a interlocutora apontou que

“As mulheres brasileiras que conheci no trabalho em alternes, pertencentes à chamada terceira vaga de imigração brasileira neste país, iniciada partir de meados da primeira década de 2000, sabes? [...] Aquela que os pesquisadores afirmam por uma forte feminização, apenas realizaram seu deslocamento por meio das redes transatlânticas construídas com aquelas mulheres que aqui estavam na segunda vaga de imigração em Portugal”.

Com remessas de dinheiro enviadas pelas mulheres da “segunda vaga” para suas amigas, vizinhas ou familiares, e aliado ao contexto político favorável em Portugal (um período marcado por baixos índices de desemprego e situação econômica positiva) formou-se, de acordo com Maria, um contingente de brasileiras e trabalhadoras sexuais presentes na terceira vaga. E, mesmo que a existência de uma terceira vaga de imigrantes brasileiros em Portugal ainda seja motivo de desacordo na literatura sobre o assunto¹²¹, para ela importava que, entre as trabalhadoras sexuais que conheceu, a inserção no mercado sexual ocorria através das redes entre mulheres.

¹²¹ Enquanto Padilla *et al.* (2015), por exemplo, entendem que não é possível falar de uma terceira vaga migratória, porque as características principais da segunda vaga ainda se mantinham, nomeadamente: expressividade numérica, altos índices de feminização, natureza laboral dos fluxos, inserção precária no mercado de trabalho e falta de correspondência entre os níveis de qualificação e a inserção laboral. Autores como Oltramari *et al.* (2023) defendem que, embora tenham seguido o mesmo padrão, na terceira via-se o aumento da migração de mulheres.

Em tom nostálgico contou ainda que, ao imigrarem, “*grande parte das brasileiras tentavam se inserir, algumas até se inseriram, em outras atividades laborais também precárias ou com baixa remuneração, e realizavam o trabalho sexual como meio de garantir uma renda maior*”. Nesse sentido, o cuidado, o acolhimento e a proteção, apesar de terem diminuído a partir da chegada das mulheres da terceira vaga, não desapareceram, mas passaram a ocupar outro espaço em meio as relações: *somente para os momentos de perigo [...] prevenção diante de violências dos clientes ou dos patrões, ou diante de acontecimentos traumáticos para o grupo*”. Situações de extrema vulnerabilidade econômica e social também sugeriram como fonte mobilização, ainda presentes no suporte material e afetivo recíproco entre trabalhadoras sexuais no contexto transnacional.

Sem esmiuçar mais particularidades, mas fornecendo algumas pistas sobre as formas de trabalho adotadas pelas brasileiras que inseriram no mercado sexual a partir da década de 2000 no país, a entrevistada apenas apontou que desde então “*as gerações mais jovens de trabalhadoras sexuais agem de forma mais individualista no manejo de trabalho, e se importam menos com as necessidades das colegas*”. Assim, a desconfiança, as inimizades ou as falsidades, que antes mal figuravam na narrativa da entrevistada, a partir daquele momento, foram atribuídas às gramáticas relacionais e emocionais presentes nas relações entre as mulheres dessa última vaga.

6.1 Apoio e Pandemia

Diante do aparente desconforto ao falar sobre as mudanças relacionais entre as diferentes “vagas” de migrantes, ainda durante a entrevista, Maria decidiu evidenciar a importância do apoio mútuo entre prostitutas em outras situações difíceis. Para isso, pôs em relevância como as relações entre trabalhadoras sexuais tornou-se instrumento fundamental para sobrevivência em meio a pandemia do Novo Coronavírus. A entrevistada optou por descrever as formas como o MTS contribuiu para as TS. No cenário pandêmico, os agentes do coletivo, naquele momento, cerca de cinco pessoas que já exerceram a prostituição ou que ainda são trabalhadores sexuais, além de aliados, observaram que a pandemia causaria impactos nas vidas de todos os profissionais do sexo. A partir disso, desenvolveram uma rede de apoio para prover respostas às demandas de seus pares. A organização fez, então, avaliações sobre as necessidades individuais das trabalhadoras, com objetivo de levantar os recursos necessários para suprir carências, como alimentação básica e remédios foram realizadas pela organização.

Um fundo de emergência foi criado pelo próprio movimento, através de uma plataforma para financiamentos coletivos (*crowdfunding*), a *GoFundMe*. Tendo em vista que, de acordo com a legislação local, o Movimento Dxs Trabalhadorxs não poderia se organizar formalmente, uma vez que o reconhecimento de ações coletivas, assim como outros direitos trabalhistas aos trabalhadores do sexo, poderia ser interpretado como crime de auxílio à prostituição ou lenocínio, a conta foi aberta em nome do Grupo de Partilha d'A Vida. Como os valores arrecadados não conseguiam atender ao número de demandas de todas as trabalhadoras que a rede de apoio conseguiu alcançar, os agentes do MTS pediram ajuda a diferentes instituições, como conselhos municipais, associações religiosas e instituições financiadas pelo Estado que atuavam junto a grupos vulneráveis.

De acordo com a líder, *“através dessas contribuições foi possível entregar cestas básicas, medicamentos, máscara de proteção contra o coronavírus, oferecer acesso a refeições ofertadas em refeitórios, negociação dos valores dos arrendamentos de casas e quartos onde os trabalhadores estavam instalados, diretamente com os senhorios”*. Além disso, como pessoas estavam sendo despejadas de suas casas, o coletivo ainda fornecia informações a respeito dos direitos dessas pessoas em meio a pandemia, uma vez que, à época, estavam protegidas por lei e não poderiam ser desalojadas. Maria, ainda complementou que *“as ações coletivas visavam trabalhadorxs de diferentes nichos do trabalho sexual, instalados em distintas cidades espalhadas pelo país, não se limitando somente aos da capital”*. Trabalhadoras imigrantes, independentemente se estavam em situação irregular, assim como aquelas que residiam em bordéis que foram fechados, também foram alvo das ações.

Para atingir seus objetivos, a portuguesa ainda explicou que o coletivo procurou por sites de anúncios para entrar em contato com os profissionais que trabalhavam nesse nicho, a fim de perguntar sobre suas necessidades e o que precisavam para que o grupo pudesse oferecer apoio. Além disso, formulários foram propagados em diversas redes sociais para que trabalhadores sexuais pudessem responder e receber ajuda em meio ao estado de emergência¹²². Foi também durante a pandemia que, em 2020, a Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias começou a discutir uma petição sobre despenalização do lenocínio. A petição, subscrita ainda em 2019 por Ana Loureiro, ex-acompanhante que se

¹²² Além de compartilhar essas informações através da entrevista, a Líder também me enviou arquivos contendo mais detalhes sobre ações do movimento. Dentre eles, sugiro a leitura do trabalho de Joana Moura (2020), que analisou os impactos do COVID-19 na vida dos trabalhadores sexuais portugueses, com base nas percepções dos próprios trabalhadores que compõem o MTS. Algumas das informações citadas por Maria aparecem de forma similar no trabalho informado, assim como outras questões relacionadas à formação do movimento, que também emergem nas análises.

tornou proprietária de diferentes espaços de convívio onde emprega outras trabalhadoras, foi lançada pouco antes da propagação do vírus. Ela requeria a legalização da prostituição e chamou a atenção das autoridades, dos grupos de trabalhadores sexuais e aliados da causa, bem como de diferentes organizações da sociedade portuguesa (Pereira; Pimenta, 2019).

Apesar de sua relevância no contexto pandêmico, uma vez que, ao despenalizar o lenocínio, a maioria dos agentes inseridos na prostituição deixaria de ser penalizada, e, assim, haveria o reconhecimento dos sindicatos e organizações de prostitutas que contribuíam com as necessidades coletivas; inicialmente, não se viu muitas movimentações e o proxenetismo continuou a ser considerado como crime pelo Tribunal Constitucional (Pereira, 2020). Em contrapartida, a Plataforma Portuguesa para os Direitos das Mulheres publicou, em 2022, um manifesto no qual várias associações de mulheres e de serviços de apoio a sobreviventes de violência contra mulheres repudiavam a petição. Para essas organizações, a petição contrariava a Constituição da República Portuguesa, que se compromete a promover ações de eliminação da prostituição, entendendo-a como uma forma de exploração sexual¹²³.

Entretanto, uma reviravolta ocorreu em 2023, quando quatro dos 13 juízes do Tribunal Constitucional, entre eles o então vice-presidente, retomaram as discussões sobre associação entre proxenetismo e violação de liberdade sexual. Eles realizaram um acordão por meio do qual afirmaram que a decisão de alguém se prostituir é uma “expressão plena da sua liberdade sexual”, e questionaram se não seria mais adequado descriminalizar o lenocínio e regulamentar a prostituição (Craveiro, 2024a; 2024b). Em meio a polêmicas, novamente, a Plataforma pelos Direitos das Mulheres e O Ninho (Instituição Privada de Solidariedade Social originada de movimento católico internacional), que defendem a abolição da prostituição, repudiaram os questionamentos.

Ocorre que, frente a essas movimentações, entre as propostas feitas por Ana Loureiro estava a obrigatoriedade de exames médicos periódicos e a proibição da realização de trabalho sexual para as pessoas sem título de residência válido, o que destoava dos objetivos norteadores das ações do MTS que, entre outras ações, prezam pelo bem-estar dos trabalhadores sexuais imigrantes incluindo também aqueles em situação irregular. Assim, enquanto os debates se desenrolavam na arena político-jurídica, muitas TS, segundo Maria, temiam buscar ajuda e acabar sendo denunciadas à imigração, além de enfrentarem situações de violência e de discriminação ao procurarem a assistência social.

¹²³ O texto pode ser encontrado no link: <https://plataformamulheres.org.pt/associacoes-de-mulheres-posicionam-se-contr-a-peticao-n-o-18-xiv-1-a-legalizacao-da-prostituicao-em-portugal-e-ou-despenalizacao-de-lenocinio-desde-que-nao-seja-por-coacao-e-propoe-medidas-conc/>.

A violência institucional, que contribuía para a exclusão das imigrantes e, de maneira geral, de outras prostitutas no acesso aos recursos fornecidos por outras organizações, impulsionou o MTS a criar uma rede de apoio e cuidados. O que facilitou o estabelecimento de relações entre o grupo e outros trabalhadores sexuais, atraindo-os para a organização, resultando ainda na criação de grupos de conversa e de apoio formados através das redes sociais apenas para os profissionais do sexo e colaboradores. E, assim como sugeriu Moura (2020), a partir das conversas com outros componentes do grupo, a pandemia teve um efeito contraditório no processo de organização do movimento, pois acelerou o processo de crescimento da organização e possibilitou a socialização dos trabalhadores sexuais com o posicionamento político próprio ao movimento.

Levando em consideração que o MTS adotou uma abordagem na qual os beneficiários das contribuições se viam como semelhantes, compartilhando preocupações e pressões similares, eles passaram a ser vistos como dignos de confiança. Desse modo, suas mensagens adquiriram maior probabilidade de mudanças em atitudes e comportamentos dos TS (Moura, 2020). Maria ainda salientou que *“as intervenções realizadas pelo grupo, mesmo com as contribuições de organizações comunitárias, conquistaram a confiança dos outros TS, pois diminuíam o medo de perder o anonimato ao pedirem ajuda”*.

A rede de apoio mútuo, criada em meio ao cenário pandêmico, contribuiu para que profissionais do sexo, inclusive migrantes de diferentes nacionalidades que compartilhavam o idioma português — principalmente brasileiras e portuguesas, mas também, em menor número, angolanas e moçambicanas—, e provenientes de diferentes vagas de migração, pudessem recorrer à organização para pedir ajuda em um momento complexo. Portanto, a partir dos relatos de Maria e das ações adotadas pelo MTS, pode-se afirmar que, embora a amizade tenha um papel importante como fonte de acolhimento entre as TS, na organização de prostitutas via-se como apoio mútuo se sobressaía às disputas nos momentos de necessidades, e se reafirmava em um novo cenário.

Após as entusiasmadas reflexões, a líder, concluindo nossa entrevista, compartilhou que tinha uma grande amiga brasileira e ex-trabalhadora sexual. Ao constatar que a amizade entre elas perdura há 23 anos, ela reafirmou que amizade entre as TS realmente existe. Por isso, poucos dias depois da nossa conversa, ela me apresentou à amiga.

6.2 Em Braga

Após a entrevista, notei que a líder demonstrava empolgação com a possibilidade de nos encontrarmos em Braga. Diferentemente do que ocorreu com outras interlocutoras da pesquisa, a interlocução entre pesquisadores e o MTS parecia agradá-la. Tê-los próximos à organização contribuía para a notoriedade e visibilidade de um movimento recém-formado, e, até aquele momento, não surgiram nas nossas interações desconfiças por parte das prostitutas sobre as intenções e legitimidade das alianças com acadêmicos. Assim, não houve cobrança de valores pela realização da entrevista, tampouco nas conversas informais que tive com as colegas de Maria.

Contrariamente, Maria me ofereceu hospedagem durante a minha estadia na cidade e se dispôs a me acomodar em um quarto de visitas em seu apartamento, onde morava sozinha. Além de querer me apresentar às suas amigas brasileiras, ela considerava importante que fôssemos até uma alterne onde já havia trabalhado. Embora eu tivesse informado que havia recebido bolsa para os custos, os pagamentos para alimentação e outras necessidades eram realizados por ela, que parecia não gostar que eu me dispusesse a pagar. Foi por meio desses acordos prévios que, em um sábado no final do mês de maio, depois de três horas de viagem, cheguei em Braga. Às 21 horas, encontrei com Maria no estacionamento de um mercado, pois, gentilmente, ela se ofereceu para me buscar no local.

Animada e acolhedora, Maria decidiu que não poderíamos perder tempo e que deveríamos ir direto ao encontro de sua amiga brasileira, que foi avisada sobre a pesquisa e aguardava nossa chegada. No caminho até o encontro, a portuguesa mantinha uma conversa telefônica com outra mulher, também integrante do coletivo, que parecia questioná-la sobre assuntos internos ao MTS. A inquietação e o descontentamento em relação aos incessantes questionamentos da colega foram expostos por Maria, que assinalou a presença de divergências e conflitos presentes na organização. Ela afirmou que, embora esses incômodos fossem desconfortáveis, eram importantes para a construção de uma organização com práticas mais democráticas, afastada de tomadas de decisão unilaterais planejadas apenas por líderes.

Em seguida, contou-me que sua intenção era me levar até sua amiga Giovana, uma brasileira que imigrou para Portugal no final da década de 1980 e que conheceu por meio do trabalho sexual. No trajeto até o local onde a amiga estava, além de observar que a maior parte da arquitetura local lembrava algumas pequenas cidades que conheci na região sudeste do Brasil, Maria falava, de forma carinhosa, sobre os laços afetivos que as duas haviam estabelecido durante todos esses anos. Ela então me alertou de que o nosso encontro ocorreria em um pequeno bar próximo à casa de Giovana, situado em uma rua povoada por brasileiros

que às vezes se autodenominavam como uma comunidade e, em outras ocasiões, chamavam a rua de favela.

Dizia-se por lá que todos se conheciam e se protegiam como uma família, e que aquela rua era uma extensão de casa, pois não havia riscos como assaltos ou assédios, e até mesmo as crianças podiam circular livremente sem que os pais precisassem se preocupar. Todos os brasileiros e os poucos portugueses que viviam no local se conheciam e se respeitavam, e Maria era conhecida por todos os moradores da favela brasileira, pois também já havia morado por um tempo em um dos apartamentos locais.

Assim que estacionamos o carro e descemos para ruas do bairro em direção ao bar, soube que a favela estava localizada muito próxima a um bairro de ciganos¹²⁴ que, de acordo com a interlocutora e outros brasileiros (que em breve conheceria), é considerado perigoso. O aviso sobre a periculosidade dessa comunidade vizinha, materializava-se em uma separação espacial entre ambas: a partir de determinada rua, predominavam pessoas brasileiras e alguns portugueses que residiam em apartamentos dos prédios próximos, enquanto, uma rua acima, notava-se a marcante presença de casas com fachadas muito similares, formando o bairro dos ciganos. Ao chegarmos ao pequeno bar onde combinamos o encontro, através das conversações que entonavam o vozerio no ambiente, foi imediata a confirmação sobre a presença massiva dos brasileiros que circulavam pelo local.

Maria cumprimentou quase todas as pessoas presentes, sentou-se em uma das mesas de plástico na calçada da estreita da rua, e pediu dois copos de vinhos para que tomássemos enquanto esperávamos por sua comadre. Assim que nos acomodamos, uma mulher branca, portuguesa, de cabelos curtos e com roupas consideradas tipicamente masculinas, conhecida de Maria e de sua amiga, se aproximou e iniciou uma conversa engraçada e confusa sobre sua própria vida, permanecendo em nossa mesa durante todo o período em que estivemos por lá.

Giovana chegou pouco tempo após a nossa acomodação. Assim que fomos apresentadas e os objetivos de pesquisa expostos, ela passou a contar sobre sua história pessoal e relações com outras brasileiras ex-prostitutas. Enquanto ela e Maria narravam suas experiências no trabalho sexual, a outra mulher portuguesa, interrompia constantemente seus relatos. Aparentando estar embriagada e com um tom bem-humorado, ela chamava atenção para

¹²⁴ De acordo com os dados disponíveis no site da Comissão Europeia (2020), os ciganos são a maior minoria étnica da Europa, com uma estimativa entre 10 ou 12 milhões de ciganos vivendo no continente, seja como cidadãos europeus ou residentes na União Europeia. O termo ‘cigano’ é utilizado para designar diferentes grupos, como romes, sinti, calós, romanichéis, baiaxes, ascális, egipcianos, ieniches, domes, lomes, romani e abdais.

si mesma. As amigas logo se irritaram com as interrupções, e nosso encontro ganhou um clima tenso.

Em meio às irritações, pequenas farpas eram trocadas pelas três mulheres na mesa. Em alguns momentos frases mais duras foram dirigidas a amiga portuguesa embriagada, a fim de interromper o falatório. Em outros, quando Giovana era interrompida por Maria, as duas pareciam se desentender. Em uma dessas situações, após ter levantado a voz para a líder do MTS, a brasileira se virou em minha direção e informou que aquelas tensões, interrupções e farpas são uma forma do tratamento comum entre elas, e não indicavam inimizade, pois os pequenos conflitos faziam parte da amizade, sem causar danos ou mágoas.

Enquanto conversávamos, algumas cervejas e vinhos tintos eram servidos. Giovana, uma mulher de pele branca, cabelos encaracolados e louros, e com cerca de 50 anos, já não exercia o trabalho sexual e relatou que trabalhava como cuidadora de idosos. Além disso, casou-se com um homem brasileiro e, quando necessário, faz faxinas para outras pessoas. Ela logo afirmou a existência de amizade entre trabalhadoras sexuais, pois, afinal, duas das quatro mulheres à mesa eram a “prova viva” de que essa forma de relação era possível. Sem que eu precisasse fazer muitas perguntas, ela me contou sobre sua trajetória e como chegou em Braga no final dos anos 1980, o que considerou como a “*primeira leva de prostitutas brasileiras em Portugal*”. Como muitas outras imigrantes brasileiras, a ex-prostituta argumentou que se mudou com objetivo de trabalhar e alcançar o bem-estar social e econômico que não conseguia no Brasil.

Na época em que se mudou, precisou do suporte econômico para o pagamento das passagens, primeiras hospedagens e alimentação básica, que foram apenas fornecidos apenas por pessoas que ela entendeu “*como integrantes de uma rede de tráfico de pessoas*”. Mudando o tom da conversa, Giovana me alertou, seriamente, que, por meio dessa rede de tráfico, foi alocada em uma boate de prostituição situada na cidade onde reside atualmente, e que “*na década de 80 as coisas eram diferentes*”. Sem querer detalhar as relações com os agentes da rede, ela evitou voltar ao evento traumático, mas falou de maneira assertiva, quase ininterrupta, que foram as amizades com outras mulheres brasileiras e portuguesas que trabalhavam no local, ou que estavam em condições iguais a dela (pois nem todas eram traficadas), que possibilitaram suas raras saídas da boate, assim como qualquer outro contato com o mundo exterior, em um momento em que a internet ainda não existia.

Somente cenas típicas de casos de exploração sexual foram citadas rapidamente, como as dívidas quase impagáveis que contraiu devido ao valor das passagens e hospedagem no local, além das dificuldades em sair às ruas ou em entrar em contato com os familiares do

Brasil. Adicionalmente, multas exorbitantes eram constantemente aplicadas, dependendo do comportamento das mulheres, que eram vigiadas e tinham seus passaportes retidos pelos proprietários da boate. Assim, foi por meio dessas práticas que Giovana percebeu que havia caído nas malhas de uma rede tráfico para fins de exploração sexual.

De acordo com ela, na época “*as coisas eram diferentes*”, pois, além de não haver internet para facilitar as trocas mensagens entre as migrantes e seus familiares, ou para que pudessem de pedir socorro às autoridades locais, as relações de amizade entre trabalhadoras sexuais não eram marcadas por constantes disputas como ocorre atualmente. Sob sua perspectiva, as prostitutas, eram mais unidas e formavam parcerias que, muitas vezes, iam além das relações de trabalho. Na boate onde foi explorada, os princípios relacionais das trabalhadoras não permitiam a propagação de fofocas que pudessem prejudicar umas às outras. Aquelas que fossem consideradas fofoqueiras ou que costumeiramente “entregassem” uma colega, logo eram desmascaradas. Quando perguntei se já tinha ouvido algum imperativo sobre o assunto, e mencionei expressões que conheci em outros locais, como “puta só, ladrão só” e “puta não tem amigas”, Giovana afirmou que essa ideia não funciona quando se é migrante.

Em um ambiente hostil, onde o contato com o mundo externo e, portanto, parte do controle das vidas das trabalhadoras estava sob o domínio dos donos e funcionários da boate, as fofocas e possíveis disputas não eram bem-vistas entre as trabalhadoras e, por isso, eram punidas entre elas. A exclusão das fofoqueiras das redes de solidariedade e apoio era o castigo mais comumente aplicado. Ademais, o contexto de mobilidade, aliado às peculiaridades presentes no ambiente de trabalho de Giovana e suas amigas, tornavam as disputas e fofocas um enorme risco para as trabalhadoras. Isto é, ou se tinha ajuda e solidariedade das amigas, ou corria-se risco de sofrer as represálias dos agentes da rede de tráfico, o que, na época, poderia significar até a morte.

As lembranças, marcadas pelo risco de morte, gradualmente revelavam como ela conseguiu escapar da situação. Ao relembrar rapidamente como fugiu da primeira boate em que trabalhou e migrou para outra, entendida como menos hostil, a brasileira ainda comentou que foram suas amigas prostitutas que a ajudaram a ter contato com mundo externo e a sair quando necessário. No entanto, ela não logrou em indicar o desfecho da história, se denunciou ou não rede de tráfico, nem como fez para não ser pega novamente, ou ainda como conseguiu reaver seus documentos. As interrupções, as risadas e as farpas trocadas, dificultavam a continuidade da conversa, e não insisti em fazer mais perguntas, pois elas constantemente mudavam os rumos da conversa, conforme o que desejavam contar.

Enquanto mais brasileiros atravessavam a calçada e cumprimentavam-nas, mais vinhos eram servidos, e outros casos começaram a ser citados. Em um deles, Giovana afirmou ter orgulho de já ter recebido amigas TS em sua própria casa, a fim de protegê-las de relações abusivas e permeadas por ameaças de morte e agressões físicas por parte dos namorados. E o contrário também aconteceu: ela foi acolhida quando passou por situações similares. Ela comentou que quando se apaixonou por um rapaz que era agressivo e não aceitava suas atividades de trabalho, foi acolhida por Maria, com quem criou amizade após se mudar para a boate que considerava menos hostil do que aquela onde havia sido traficada.

A partir dos acolhimentos, elas compreenderam que, ao longo dos anos que exerceram o trabalho sexual, foram capazes de construir redes de acolhimento e cuidados mútuos que protegiam as prostitutas brasileiras e portuguesas, não apenas dos riscos associados ao trabalho, mas também das relações que estabeleciam com homens fora das circunstâncias laborais. Dessa forma, nas suas experiências, as expectativas nas relações entre elas se fundamentavam na possibilidade de suporte emocional e material mútuo. Nesse cenário, a solidão, como consequência das desconfianças entre pares, não era vista como uma estratégia importante no trabalho ou na conquista de clientes.

Na verdade, para elas, a solidão representava uma forma de intensificar os sofrimentos decorrentes da ausência de redes de apoio emocional no contexto em que se encontravam. E, embora as gramáticas das relações de amizade entre as migrantes brasileiras fossem constituídas por afetos considerados por elas como genuínos, porque não estavam atrelados a ambiguidades, desconfianças, medos ou traições típicas do contexto de trabalho, e sua genuinidade fosse comprovada pela capacidade dessas amigas transcenderem o espaço laboral, algumas estratégias para criar proximidades entre as TS brasileiras foram baseadas em relações instrumentais, que eram vistas como necessárias para a sobrevivência econômica no trabalho.

Isso porque as relações entre as brasileiras, como podemos notar na relação entre a portuguesa Maria e a brasileira Giovana, não se limitavam apenas às proximidades estabelecidas por uma nacionalidade comum, nem a uma espécie de elo identitário resultante dos posicionamentos estruturais e subjetivos que as mulheres brasileiras ocupavam ou poderiam ocupar nas hierarquias do país de destino, como defendido por Dolabella (2015). Ao aprofundar as percepções expressas por Maria durante sua entrevista, Giovana insistiu que as prostitutas brasileiras que imigraram no período quando se inseriu no trabalho sexual foram, em grande parte, responsáveis por modificar as hierarquias presentes entre as trabalhadoras sexuais em solo português, o que levou a uma união forçada entre as TS portuguesas e brasileiras, além da

expulsão das trabalhadoras sexuais moçambicanas que compartilhavam o mesmo espaço de trabalho, deslocando-as para outros locais.

Assim que chegaram às boates e alternes, as brasileiras inseridas na vaga imigrantes de 1980, de acordo com as interlocutoras, observaram que as portuguesas estavam no topo da hierarquia econômica entre trabalhadoras, pois ganhavam mais que suas concorrentes. Nos locais onde trabalhou, Giovana notava a presença de portuguesas e de outras mulheres provenientes de países ex-colônias de Portugal, principalmente de países africanos, sobretudo mulheres moçambicanas. Ao notar como se comportavam suas concorrentes, as brasileiras introduziram no mercado sexual português novas táticas de sedução e conquistas de clientes. Essas táticas, descritas pelas ex-prostitutas como formas “*mais sensuais e carinhosas de sedução*”, ou “*jeitinho brasileiro*”, resgataram as noções de brasilidade.

Sentar-se no colo dos clientes, usar um tom de voz adocicado ao se dirigir a eles, vestir roupas coladas e mais sensuais, e oferecer carinhos não apenas à vaidade dos homens com elogios nem sempre sinceros, mas também com carícias discretas pelo corpo, indo até as partes íntimas, ainda no salão da boate, formavam o arsenal de táticas de sedução das brasileiras. Juntas, essas práticas constituíam uma performance típica das prostitutas brasileiras no momento de trabalho. Essas atitudes, vistas como qualidades pelos clientes portugueses, e, posteriormente, pelos donos das alternes e boates, alavancaram a posição das brasileiras como as prostitutas mais procuradas pelos homens. Por isso, elas eram mais bem remuneradas dado o quantitativo dos clientes que as procuravam.

Maria, ao ouvir as descrições de sua amiga, acrescentou que as portuguesas viam as brasileiras como egoístas no trabalho, pois estas não hesitavam em conquistar todos os clientes da boate, deixando as outras mulheres na penúria. Dessa forma, um conjunto de práticas que desconsiderava as necessidades econômicas das demais trabalhadoras no mesmo ambiente de trabalho, com objetivo de atrair o maior número de clientes e, conseqüentemente, maximizar os lucros individuais, foi atribuído à chegada das brasileiras no mercado sexual português.

A líder ainda acrescentou que, apesar do descontentamento com as práticas das brasileiras, as TS portuguesas reconheceram a necessidade de aprender e imitar a maneira como prostitutas brasileiras cativavam os clientes, caso contrário, sofreriam grandes prejuízos no trabalho. Nesse contexto, ela passou a indicar as brasileiras aos clientes que demonstravam preferência por elas, ao invés de suas conterrâneas. Além disso, aproximou-se de algumas dessas trabalhadoras para observar suas técnicas de sedução e criar laços de amizades que pudessem protegê-la dos prejuízos que o “*jeitinho brasileiro*” gerava às portuguesas.

As duas amigas também ressaltaram que, antes da chegada das mulheres brasileiras, os carinhos mais íntimos ou sensuais eram apenas realizados no momento do programa, e as performances sexuais, descritas como mecânicas, eram comuns e envolviam posições que buscavam o mínimo contato possível entre os corpos. As portuguesas e, naquele momento, também as moçambicanas, costumavam permanecer nos quartos com os clientes pelo menor possível, o oposto do que faziam as brasileiras. Essas formas de trabalho refletiam, então, como as prostitutas das diferentes nacionalidades precisaram se adequar à concorrência.

Naquela altura, as brasileiras iniciaram o que elas chamaram de “*domínio na prostituição em solo português*”, o que resultou em uma aliança estratégica das trabalhadoras sexuais portuguesas e brasileiras na prostituição, excluindo as moçambicanas de uma possível parceria ou rede de apoio. Com a diminuição da procura por parte dos clientes e os lucros reduzidos em comparação com suas colegas, as moçambicanas foram suprimidas nas relações de trabalho. Algumas chegaram a deixar as boates onde as duas haviam trabalhado, buscando por lugares onde a concorrência fosse menor.

Sem receios, Giovana e Maria comentaram que a supressão, ou “expulsão”, ocorreu principalmente devido aos processos de racialização comuns no contexto europeu: “*as brasileiras, mesmo as negras de pele clara, eram vistas como brasileiras, e aquelas brasileiras com pele mais escura usavam o jeitinho brasileiro como barganha com os clientes. Enquanto isso, as moçambicanas que são entendidas como negras e africanas, perdiam para portuguesas e brasileiras e ganhavam menos na prostituição local*”.

De acordo com Maria, os afro-brasileiros não são vistos como negros, mas como latinos e brasileiros, em contraste com as pessoas originárias de África, de pele negra, independente do país de origem. Seguindo sua argumentação, no contexto português, a brasilidade e, em alguns casos, a pele mais clara conferia às brasileiras uma posição distinta daquela ocupada pelas moçambicanas e por outras brasileiras de pele negra retinta.

As portuguesas, por sua vez, ao absorverem e se adaptarem aos saberes sexuais e as técnicas de sedução das brasileiras, considerando as disputas presentes no trabalho sexual e sua posição geopolítica, conseguiram construir alianças que lhes proporcionaram menos prejuízos no trabalho. Ainda é interessante ressaltar que, conforme os relatos das amigas, nos momentos que antecederam a saída das moçambicanas dos locais onde trabalhavam, as disputas e inimizades se agravaram entre essas e as brasileiras, enquanto as portuguesas evitavam se expor nos conflitos ou diante de qualquer situação que pudesse gerar visibilidade indesejada no ambiente de trabalho. Elas receavam que, ao participar dos conflitos, suas atividades de trabalho fossem expostas aos familiares, que desconheciam suas atividades laborais.

De mais a mais, Maria também fez questão de afirmar que a gramática relacional das brasileiras, vista como mais “*egoísta e competitiva*”, ainda é costumeiramente considerada desrespeitosa em relação às suas colegas. Essas reflexões permitem, portanto, entendermos que a presença das prostitutas brasileiras no trabalho sexual em Portugal modificou não apenas as formas de trabalho, como também as dinâmicas de amizade e alianças que, até então, caracterizavam as relações entre prostitutas com diferentes nacionalidades.

*

6.3 Diferenças geracionais

Além das mudanças introduzidas pela primeira vaga de prostitutas brasileiras, as entrevistadas afirmaram que os conflitos e a competitividade entre trabalhadoras, que antes eram vistos somente entre mulheres de diferentes nacionalidades, se intensificaram com a chegada das brasileiras que ingressaram no mercado sexual local a partir dos anos 2000. Quando passaram a competir até mesmo entre si. Diante dessas observações, elas ainda afirmaram que as “*imigrantes brasileiras, de 2000 para frente, são péssimas putas, pois as traições e outras picuinhas no trabalho e nas relações devem-se às mudanças no jeito como essas novas gerações exercem o trabalho*”.

As observações foram carregadas por críticas e descontentamento, principalmente quando informaram que, se antes a conquista dos clientes era motivada somente pelo dinheiro, atualmente ela ocorre também com objetivo de alimentar a vaidade das garotas. Noções semelhantes às que notei entre as trabalhadoras com quem estive nos outros âmbitos da prostituição, e que apontam que quanto mais clientes uma trabalhadora tem, mais bonita e desejada ela pode se considerar, ou ainda, que ao ter muitos clientes e escolher passear apenas com um deles dentro da boate, ela asseguraria um valor simbólico nas relações de trabalho, também foram citadas para justificar a adjetivação de “*péssimas putas*”.

Quanto às razões para as atuais dinâmicas, as duas reafirmaram que as disputas vão além do cliente, e se constroem em torno do lugar que uma prostituta ocupa ao lado de um deles dentro da boate. Segundo Giovana, “*este lugar é o de desejada, de prostituta toda poderosa e de sucesso, que é a tal da frágil autoestima dessas garotas, que por vaidade pessoal põem-se umas contra as outras e gostam de sentir como uma exceção, a escolhida, sabes?*”. Para elas, bastava olhar como algumas TS confundem relações de trabalho com relações pessoais, e como

veem clientes como possíveis futuros namorados ou amantes, mesmo quando se trata de homens pobres, para que suas proposições se confirmassem.

De forma comparativa e nostálgica, as duas alegaram que, quando trabalhavam, o dinheiro sempre precedia a vaidade pessoal ou intenções românticas. E, por isso, como profissionais, as trabalhadoras se mantinham unidas, agindo como uma classe que se auto protegia quando necessário. Ainda de acordo com Giovana, as dinâmicas de trabalho mudaram de tal maneira, que *“a disputa era pelo dinheiro no bolso do cliente, e não pelo homem que carregava o dinheiro nos bolsos, como se vê atualmente”*. Assim, quando a disputa deixa de ter como foco o dinheiro, e o cliente se torna alvo de investidas mais pessoais do que profissionais, é a autoestima das trabalhadoras que entra em jogo, por isso, as ex- trabalhadoras sexuais entendiam que as *“novas gerações de trabalhadoras sexuais precisam aprender a trabalhar!”*.

“Algumas das jovens trabalhadoras entendem que os clientes são delas e não da boate”, ressaltou a brasileira. Paradoxalmente, ela também argumentou que o trabalho realizado de forma individual, dentro dessas novas configurações, torna-se mais eficaz, pois diminui o risco de perder o cliente para outra mulher, o que implica, além da vaidade e da posição simbólica nas hierarquias das boates, o ganho econômico. Tais observações se fundamentavam ainda na percepção de que, no mercado sexual português, especificamente na prostituição em seus diferentes âmbitos (boates, sites, ruas), as brasileiras são maioria e, desde que chegaram em Portugal, têm exercido influência sobre o modo trabalho das demais colegas.

Adicionalmente, ela entendia que essas mudanças afetivas e relacionais, agora agrupadas em sentimentos como desconfianças e as consequentes rivalidades, junto à vaidade feminina, estavam diretamente ligadas às novas formas de trabalho: maior rotatividade de mulheres nas alternes ou boates, agravada pela crise econômica mundial que ocorreu em 2008. Para Maria, durante e após a crise, não só as relações entre brasileiras se tornaram mais conflitivas, como também aumentaram as tensões entre essas e as portuguesas, angolanas e moçambicanas. As prostitutas, sobretudo as imigrantes de diferentes nacionalidades, passaram a travar conflitos mais ferrenhos à medida em que a concorrência se acirrava. E as práticas de acolhimento, que antes eram valorizadas e sustentavam a gramática relacional entre as trabalhadoras, perderam a importância diante das dificuldades econômicas. Como precisaram viajar para diferentes países ou distritos para *“fazer praças”* e contornar os impactos da crise financeira, uma nova gramática relacional se estabeleceu com base em preocupações mais individuais do que coletivas.

Esse conjunto de relatos, remete, portanto, às investigações de Piscitelli (2013), que concluiu que a crise econômica de 2008, articulada à diminuição da demanda por trabalhadoras sexuais, impactou a indústria do sexo, provocando alterações nas dinâmicas de trabalho. No caso de suas interlocutoras, inseridas no contexto espanhol, o cenário da crise levou muitas a considerar a possibilidade de se dedicar a outras atividades ou retornar aos países de origem. Contudo, o que me interessa destacar é que as narrativas de Maria e Giovana complementam essas observações e revelam que, em Portugal, as trabalhadoras que permaneceram inseridas na prostituição após a crise, ou aquelas que ingressam no mercado posteriormente, não só experimentaram essas transformações, como também evidenciaram a maneira com que as diferenças geracionais se entrelaçaram às mudanças provenientes da crise economia global. Essas transformações influenciaram nas novas dinâmicas de trabalho, na medida em que tornaram o ambiente de trabalho mais competitivo e individualista, às custas de relação de apoio e solidariedade entre colegas.

Além disso, ao questionarem que as prostitutas mais jovens se envolviam em dinâmicas relacionais vistas como vaidosas e egoístas, por tratarem os clientes como possíveis amantes, a noção “más putas” parece sugerir que a “imprecisão de fronteiras entre os mercados do sexo e do casamento, que se expressa na escolha de cônjuges no âmbito do sexo transnacional e da prostituição” (Piscitelli, 2013, p. 227), demarca os limites sobre quem será considerada uma “profissional de verdade”. Dito de outro modo, a deslegitimação do caráter profissional das atividades exercidas por prostitutas mais jovens estava profundamente permeada por críticas a estilos de sedução caracterizados por uma série de elementos que promoviam conexões emocionais com clientes. Portanto, as formas como os intercâmbios afetivos no contexto do sexo comercial impactavam as dinâmicas de trabalho contribuíam para as discordâncias entre uma geração e outra.

Nesse sentido, as perspectivas de Bernstein (2007) e Piscitelli (2013), ajudam a pensar a forma como essas questões se relacionam com a interligação da intimidade no mercado sexual, que transformou reciprocamente ambos os domínios, uma vez que o sexo comercial deixou de ser contrário à intimidade. Assim, ao passo em que as conexões emocionais típicas da sexualidade associada ao romance se inseriram nas performances de sedução e na realização dos programas, não somente os clientes foram atingidos, como também as trabalhadoras sexuais. Isto é, se no passado a conexão emocional produzia nos clientes uma sensação de serem estimados, levando-os a procurar por prostitutas que ofertassem esses tipos de encontro, onde tinham a ilusão de prazer e carinhos recíprocos (Piscitelli, 2013), ao observamos as relações nos diferentes âmbitos investigados, e nos relatos dessas interlocutoras, perceberemos

que esses encontros também geraram consequências emocionais e comportamentais nas prostitutas. Ao longo do tempo, a procura por afetos mútuos e o desejo de obter a predileção dos clientes passaram a motivar, de forma mais intensa, suas práticas de trabalho.

6.4 A vida noturna

Por volta das 23 horas, Maria me surpreendeu ao contar que havia combinado com o gerente de um alterne, onde havia trabalhado há alguns anos, que levaria uma amiga para conhecer o local. Sua intenção era que eu pudesse conhecer mais brasileiras e, talvez, entrevistá-las. Por sorte, eu havia levado algumas peças de roupa que me permitiriam circular em boates ou locais similares sem destoar das outras trabalhadoras. Assim, por escolha da interlocutora, encerramos a conversa com Giovana e nos dirigimos até o apartamento da portuguesa para trocar de roupa, pois para entrar no ambiente era necessário calçar sapatos de salto alto, além de trajes típicos usados na noite, como vestidos, saias ou blusas mais justas e sensuais. Nesse novo espaço, roupas *jeans* eram permitidas nas normas de vestuário locais.

Nos arrumamos: ela com roupas mais justas, porém quentes, para evitar o frio. Por minha vez, vesti as mesmas roupas que usei na boate em Lisboa, meia calça, shorts de tecido e blusa preta justa. Embora a alterne fosse próxima a casa da interlocutora, descemos rapidamente, porque estávamos atrasadas e o trajeto levava cerca de cinco minutos. As ruas estavam mal iluminadas e ao estacionarmos em frente ao local, mal consegui observar sua fachada. Além disso, com uma porta de entrada discreta, de cor preta, assim como as paredes, o estabelecimento parecia se camuflar na baixa luminosidade.

O alterne era pequeno, com algumas mesas de ferro cercadas por sofás acolchoados e coloridos espalhados pelo estreito salão. Dois balcões contornavam a decoração, o primeiro, à direita do salão, feito de madeira e decorado com instrumentos de som; o outro, também de madeira, separava o bar do salão. Rente a ele ficava o *barman*, um português com cerca de 30 anos, que logo soube que era namorado de uma das trabalhadoras locais. Nos fundos do bar, situavam-se compactos banheiros, um para clientes e outro para as prostitutas.

Assim que entramos no salão, Maria, da mesma forma como fizeram as prostitutas mais experientes com quem estive no Brasil, me pegou pelos braços e, rapidamente, me apresentou às poucas pessoas que estavam por lá. Além do *barman*, duas trabalhadoras sexuais, um dos proprietários do alterne e um único cliente que estava presente, foram as primeiras

peessoas a quem fui apresentada. Depois das primeiras aproximações, a portuguesa me contou que, apesar do local ser conhecido como alterne, os programas também poderiam ser realizados no espaço, que possuía quartos instalados no segundo piso. Os valores dos programas giravam em torno de 50 euros por hora. Além disso, comissões por bebidas também eram pagas às trabalhadoras, e o valor da comissão variava entre o tipo de bebida e da quantidade que a prostituta convencia o cliente a tomar. As mulheres poderiam, inclusive, trabalhar visando apenas as comissões, sem precisar realizar programas¹²⁵, e essa era a forma de trabalho que Maria exercia ocasionalmente.

Antes que pudesse me aproximar para conversar com as mulheres presentes, a líder me apresentou subitamente ao cliente: “*essa menina é pesquisadora e psicóloga brasileira que faz doutorado em Portugal*”, foi a descrição recorrentemente utilizada pela portuguesa para me apresentar às suas colegas e clientes. O homem, português com cerca de 60 anos, imediatamente tentou conversar comigo, ofereceu-me bebida, tentou tocar em meu corpo, me elogiou, e logo em seguida, sugeriu que fôssemos para o quarto. Mesmo com as minhas negativas, ele insistiu.

Maria observava tudo e tentava fazer com que o cliente pagasse bebidas para ela e para mim, com vistas à comissão. E, diferente do que ocorreu na boate em Lisboa, as mulheres que estavam trabalhando no local não lançaram olhares desdenhosos ou expressões faciais que demonstrassem descontentamento; elas apenas continuaram seu trabalho conversando entre si, e bebendo um copo de cerveja Imperial, oferecido gratuitamente pelos donos do estabelecimento. Assim que consegui me desvencilhar do homem, aproveitei que a portuguesa conversava com uma de suas colegas e me aproximei delas. Por meio das descrições que a interlocutora utilizou para me apresentar, e das perguntas iniciais que ela fez às suas colegas, tais como: “*acreditas na existência de amizades entre as TS?*”, pude saber um pouco sobre as relações entre elas.

A primeira prostituta que encontrei era uma brasileira, assim como quase todas as outras trabalhadoras do alterne, que chegaram com o passar do tempo. A TS me contou que estava há cerca de 20 anos em Portugal, morou primeiro na cidade do Porto e depois fixou-se em Braga. Ariane, uma mulher de pele branca, cabelos tingidos de loiro e longos, aparentava ter entre 35 e 45 anos, usava roupas justas. Pelo tempo em que estava no país, ela poderia ser

¹²⁵ Essa diferenciação é importante porque, embora as trabalhadoras sexuais não sejam obrigadas a realizar programas, observei que em algumas boates de prostituição no Brasil que, se uma prostituta não fizesse programas, ela poderia ser afastada da boate, sob a justificativa de que não chama a atenção dos clientes. Nestes casos, apenas o convencimento para a consumação de bebidas não é suficiente para garantir sua permanência no local. Teme-se, sobretudo, que a trabalhadora fique frequentemente embriagada ou que o cliente fique insatisfeito por não ter realizado o programa com a trabalhadora que o convenceu a beber.

considerada uma das prostitutas migrantes que chegaram em Portugal nos anos 2000 e que, de acordo com as noções de Maria e Giovana, representaria uma geração com novas formas de trabalho e morais relacionais distintas das anteriores.

Tive pouquíssimo tempo para conversar com a moça, visto que ela estava em seu ambiente de trabalho e o insistente cliente não deixava de me cercear. De forma receptiva e respondendo à pergunta de Maria, ela afirmou que não acreditava em relações de amizade e que prioriza as relações com a filha, que teve por meio de uma relação amorosa com um português que conheceu em uma boate de trabalho e que agora tem 10 anos. Manter o sustento da filha e resolver as pendências que restaram da união com o português, tomavam a maior parte do seu tempo e energia, o que dificultava a construção de relações mais profundas no trabalho.

Outrossim, a amizade no contexto de trabalho, para ela, era considerada algo perigoso devido às disputas por clientes. Em sua perspectiva, todas as trabalhadoras sexuais, brasileiras ou de qualquer outra nacionalidade, eram falsas, e considerava que as traições fazem parte do caráter das trabalhadoras, que seriam capazes de ter práticas desrespeitosas umas com as outras em momentos de necessidade. Àquela altura, já desconfiava que a todas as mulheres a quem fizesse o mesmo questionamento responderiam de forma semelhantes. Nossa conversa, no entanto, durou somente cerca de 10 minutos e foi interrompida por mais clientes que chegaram ao local, pois a moça precisava trabalhar, e o insistente cliente continuava a avançar sobre mim de forma invasiva, sem respeitar minhas negativas às suas intenções de programa.

Enquanto me desvencilhava do inconveniente português, observei que Maria conversava com um outro e, logo, caminhei pelo salão com o objetivo de perceber as nacionalidades das outras prostitutas. Como esperado, oito entre as dez mulheres que estiveram no alterne aquela noite, eram brasileiras. Entre elas, a maioria tinha pele clara e cabelos lisos, com idades variando aparentemente entre 30 e 50 anos, e apenas duas entre as brasileiras, poderiam ser classificadas como negras no Brasil. Quanto às portuguesas, com exceção de Maria, havia apenas duas, com pele branca com faixa etária similar à citada. Me aproximei de outra brasileira, mas, novamente, fui interrompida antes que pudesse questionar qualquer coisa. Outro cliente português, com investidas bastante invasivas quando comparada aos outros locais nos quais estive. Ele não me deixava circular para conversar com outras pessoas, suas mãos pareciam tentáculos e avançam, sem permissão, sobre meu corpo, o que afastava as outras trabalhadoras, que passavam a acreditar que eu também estava ali para trabalhar.

Durante as quatro horas que estivemos no local, tentei por diversas vezes me aproximar das trabalhadoras, mas os clientes dificultaram esses movimentos. Sempre que me sentava ao lado de uma delas, logo se aproximava algum cliente que, mesmo diante da recusa,

sentava-se conosco, pechinchava valores e tentava passar as mãos em nossos corpos. As mulheres rapidamente se levantavam, pois não é de bom tom ficar em meio às negociações entre uma colega e um cliente. Nessas dinâmicas, foi interessante observar que elas não me encaravam com ciúme ou desdém, tampouco vi algum pequeno conflito ou feições desgostosas entre elas. A quantidade clientes presentes, que aumentou com o avançar da madrugada, mal permitia que interagissem. Mesmo aquelas que, de vez em quando, permaneciam sozinhas e sentadas em um dos cantos do salão não pareciam preocupadas com as concorrentes. Fixavam sua atenção somente nos homens que entravam pelos portões. O único cuidado que me foi sugerido com relação às dinâmicas, foi com *barman*; disseram que era melhor não me aproximar.

Assim, por volta das quatro horas da manhã, Maria e eu decidimos deixar a boate. O movimento pouco a pouco arrefecia, e ela já havia trabalhado conforme suas expectativas.

6.5 A vida diurna

No dia seguinte, acordamos animadas com a possibilidade de conversar com outras colegas de Maria. Entretanto, diferentemente do que ocorreu antes, a líder não havia combinado previamente nosso encontro com outras possíveis interlocutoras. E, como na noite anterior, ficamos acordadas até a madrugada, nos levantamos em um horário que só nos permitiu almoçar. O dia estava nublado, com temperaturas agradáveis, e a portuguesa optou por me levar a um restaurante com espaço aberto, que ficava em um bairro afastado do centro de cidade. A maneira como ela falava do bairro, assim como do restaurante, demonstrava uma forte afeição ao lugar, e esse afeto explicava sua ideia de irmos até lá, despretensiosamente para me apresentar às trabalhadoras sexuais que encontrássemos pelo caminho. Ela conhecia todas as profissionais que atuavam na região, e sabia que muitas delas frequentavam o restaurante onde planejamos almoçar. Assim, nos arrumamos e seguimos para o restaurante, o trajeto durou cerca de 20 minutos e, com as paisagens repletas de campos verdes e diversas árvores, tornou-se uma experiência bastante agradável.

Assim que chegamos, notei que se tratava de um espaço simples, com mesas de plásticas espalhadas em um pátio com chão de terra batida, parcialmente coberto com telhas e alguns vasos de plantas pendurados que emprestam beleza ao ambiente. Nos sentamos e uma mulher portuguesa, com cabelos loiros e grandes olhos azuis, aparentando ter entre 45 ou 50

anos, se aproximou e cumprimentou Maria quando nos viu chegar. Acompanhada por um senhor, também português, que aparentava ter entre 60 e 70 anos, vestido de forma simples, logo se levantou para cumprimentar a líder, que me apresentou rapidamente como uma *“pesquisadora brasuca com interesse em saber sobre o MTS”*.

O casal me cumprimentou de maneira amistosa, e logo soube, quando Maria me contou em voz baixa, que a mulher na outra mesa era uma das suas colegas TS. Na tentativa de nos tornar mais próximas à mesa em que estava sua colega, ela iniciou uma conversa sobre amenidades junto ao casal, que cordialmente se engajaram em nossas querelas. Enquanto conversávamos e aguardávamos o almoço, uma outra mulher chegou ao local, também TS, mas brasileira. Daniela, aparentava ter entre 35 e 40 anos, tinha cabelos lisos de cor castanho claro, vestia-se de forma simples, com uma calça jeans e uma blusa larga. Sorridente, se sentou em uma cadeira próxima ao casal.

Ela era muito falante, e de imediato, nos contou sobre as dificuldades que envolviam sua relação com ex-marido português e seus filhos. As duas TS, brasileira e portuguesa, conheciam Maria devido ao trabalho e às ações da militância que a líder do movimento exerce em diferentes nichos do trabalho sexual. A brasileira, ao perceber minha nacionalidade se aproximou esboçando curiosidade e vontade de desabafar sobre sua realidade, principalmente afetiva. Daniela falou intensamente sobre os problemas de sua antiga relação amorosa, mas, ao passo em que falava, sua colega portuguesa demonstrava incômodo com a proximidade da conversa.

Piadas ditas em tom sarcástico eram direcionadas à brasileira, que parecia não se importar com as farpas da colega portuguesa, não as compreendia. Maria, em seguida, cochichou que as duas não se gostavam, e que haviam se desentendido há muito tempo durante o trabalho. Sem que pudéssemos aprofundar a conversa, nosso almoço durou cerca de 30 minutos e foi interrompido pela partida das duas TS, que precisavam ir para seus postos de trabalho. O homem que acompanhava a mulher portuguesa, assim que percebeu que ela sairia, mostrou interesse em estabelecer diálogo conosco, o que resultou em expressões faciais de possível de incômodo por parte da trabalhadora, além de um profundo e inesperado silêncio da TS portuguesa.

Diante dos incômodos perceptíveis e considerando que as mulheres já se dirigiam até os seus carros para seguirem até o local de trabalho, a líder do MTS me chamou para acompanhá-las. Rapidamente, Maria pediu que sua colega portuguesa, Luna, a esperasse. Em seguida, perguntou à mulher se haveria algum problema em me levar até o local de trabalho delas, para que pudéssemos conversar sobre minha pesquisa. A mulher disse à sua conterrânea

que me levar ao trabalho geraria óbvios prejuízos e que, portanto, combinássemos um encontro posteriormente. Contudo, assim que as mulheres partiram, a interlocutora insistiu em me levar até o ponto em que a dupla de trabalhadoras se dirigia. Apesar de me sentir insegura com a ideia, afinal, não era difícil prever que minha presença poderia gerar incômodos às prostitutas porque poderia significar mais concorrência, entramos no carro e nos dirigimos a uma estrada. Somente no caminho até o local soube que elas exerciam a prostituição em pontos ao longo da rodovia que liga Braga a outras cidades próximas.

Ainda temendo atrapalhar o trabalho alheio, decidi não questionar a líder e seguimos viagem. Logo que estacionamos, soube que os pontos onde as TS se encontravam faziam daquela estrada uma rota famosa entre os habitantes locais. Paradas próximo a um pequeno túnel, avistamos Daniela sentada em uma cadeira no final dele, olhando-nos com uma expressão de surpresa. De longe, notei que Luna estava em pé, de frente para o seu carro vermelho, na curva seguinte ao túnel, a poucos metros da concorrente brasileira.

Chegar até as mulheres foi um processo desafiador, pois assim como receei, os carros dirigidos por possíveis clientes passavam pelo local e paravam para nos perguntar qual o valor do programa. Naquele momento, Maria me informou que o valor dos programas variava entre 10 e 20 euros, e que era comum ter mais mulheres, além da dupla, trabalhando no local. Divisões quanto aos turnos de trabalho, quais pontos seriam ocupados e por quais mulheres, também faziam parte da organização do lugar. As trabalhadoras se conheciam e, caso mulheres desconhecidas avançassem em seus postos sem permissão, poderiam ser punidas até com agressões físicas, se necessário.

O saber prévio a respeito de regras comuns ao trabalho sexual, especialmente quando realizado nas ruas, fora das boates ou locais similares, nos atordoava como um sinal de alerta e fazia com que, recorrentemente, eu voltasse correndo para dentro o carro. Sob as ordens de Maria, e na medida em que caminhávamos até as mulheres, mais carros paravam com motoristas interessados em conversar comigo, talvez porque acreditavam que fosse uma novata. Cerca de três carros se enfileiraram próximos ao túnel para onde nos movíamos, e foi quando olhei para Luna e notei que, justificadamente, a mulher me fitava com semblante descontente, senão furioso. Com o rosto ligeiramente inclinado para baixo e um olhar fixo em nossa direção, acompanhado por braços cruzados, ela nos mostrava o prejuízo óbvio que havia alertado anteriormente. Neguei todas as investidas dos clientes, e mesmo pedindo a Maria que fossemos embora, cedi à sua vontade e, assim que os carros partiram, fomos até as mulheres. Mal conseguimos conversar com Daniela, que parecia dispersa e distante, justificando seu distanciamento devido os usos de psicotrópicos que começou a usar após a separação conjugal.

Quando chegamos até Luna, a portuguesa, de maneira branda e educada, nos alertou novamente que nossa presença atrapalhava o seu trabalho e avisou que, se eu não fosse embora, ela seria obrigada a me bater! Constrangidas, decidimos partir logo após os alertas. Frustrada, questionei os motivos pelos quais as duas trabalhadoras não se relacionavam, mesmo diante do sofrimento da brasileira. Maria argumentou que o desentendimento era fruto de fofocas e brigas formadas por disputas comuns no trabalho. Soube ainda que a brasileira, além dos familiares, contou somente com o apoio do MTS nos momentos de necessidade, e não era muita benquista pelas outras colegas que não estavam próximas ao movimento. Algo similar também ocorreu com Luna que, em um momento de necessidade, quando passou por problemas graves de saúde, só pôde contar com as ações articuladas por pessoas próximas ao movimento, principalmente Maria.

6.6 Alianças além da zona

No caminho de volta ao centro de Braga, sem mais interlocutoras disponíveis, optamos por nos sentar novamente no pequeno bar onde estivemos no início da noite anterior. Os vizinhos de Giovana, cerca de seis pessoas entre homens e mulheres brasileiros e portugueses, com idades aparentemente variando entre 35 e 60 anos, ao perceberem nossa chegada, se aproximaram, e, entre vinhos tintos e cervejas, começaram a relembrar nostalgicamente como as coisas eram diferentes nas décadas de 1980 e 1990, quando a comunidade começou a se formar. União e parceria surgiram como os temas mais discutidos entre eles, que apontavam como suas redes de amizade foram capazes de perdurar por mais de duas décadas, e, que atualmente, essas formas de relação não são facilmente encontradas, mas foram fundamentais para a sobrevivência no país. Enquanto narravam como se conheceram, os casais que se formaram e outras lembranças que contavam a história do grupo, lembrei-me de partes da conversa que tive com Maria e sua amiga assim que cheguei na cidade.

Ocorre que, após o primeiro momento em que conheci Giovana e de nossa conversa que durou cerca de duas horas, ao entenderem que o pequeno bar estava fechando, as interlocutoras resolveram caminhar tranquilamente pelas calçadas enquanto terminavam suas bebidas. Em seguida, elas sugeriram que fôssemos para o outro lado da rua, onde havia um restaurante. Por lá, além de jantarmos, falamos sobre o dia a dia das pessoas que vivem na região e, assim como a maioria dos estabelecimentos comerciais instalados naquela rua, o

restaurante pertencia a uma família brasileira que compartilhava a mesma nacionalidade que a maioria dos clientes que circulavam pelo local naquela noite. Outros grupos de portugueses, além de angolanos e moçambicanos, também circulavam pelo espaço e demonstravam quais grupos habitavam a região próxima da “favela brasileira”. Uma demarcação territorial também surgiu nos comentários das interlocutoras ao falarem sobre uma briga entre um brasileiro e um cigano, que ocorreu no restaurante e resultou no esfaqueamento do primeiro.

A observação sobre a organização dos grupos com diferentes nacionalidades em regiões próximas, ainda que com fronteiras espaciais que delimitavam as formas de circulação, foi vista como fator importante nas elocubrações de Maria. Isso porque, compreender essas circulações se entrelaçava com a afirmação pública de que ela e a amiga exerceram o trabalho sexual no passado, o que possibilitou a adoção de estratégias para serem benquistas pelos moradores da região. A partir disso, logo trataram de assinalar como conseguiram conviver em harmonia com outros moradores do bairro, apesar do conhecimento público de que foram prostitutas.

A portuguesa contou que a compreensão da prostituição como atividade laboral e a forma respeitosa com que transitavam em meio à comunidade, contribuíram para o manejo do estigma e facilitaram a extensão de uma rede de apoio para além das trabalhadoras sexuais, que abrangeu imigrantes brasileiros e portugueses pobres, de diferentes gêneros e idades. Ela e Giovana ainda comentaram que, por prezarem pela discrição e pela adequação comportamental para os distintos ambientes, conseguiram construir essas relações. Entre as táticas utilizadas, relataram que dificilmente traziam clientes para dentro dos apartamentos que ocupavam, tampouco utilizavam as roupas de trabalho livremente pelas ruas dos bairros onde moraram. A adequação, no entanto, não era entendida como uma negação das atividades laborais, mas baseava-se na compreensão de que os espaços pediam diferentes posturas, pois possuíam moralidades distintas. Boa parte das pessoas, fossem vizinhos ou donos de estabelecimentos locais, sabia, geralmente através de fofocas produzidas pela vizinhança, sobre o trabalho delas e de algumas outras mulheres.

A diferenciação entre trabalho e vida pessoal não era compreendida como uma forma de construção de “vida dupla”, antes era vista como uma maneira de manejar o estigma e viver em meio à comunidade sem que o trabalho se tornasse um problema. Seus argumentos se assentavam na ideia de que, ao entenderem a prostituição como forma legítima de trabalho, a adaptação às morais relacionais pertinentes à comunidade era somente uma consequência das posturas profissionais e discretas que exibiam diante da vizinhança. Como resultado dessas diferenciações, as interlocutoras alegaram que o carinho e respeito conquistados junto aos

moradores da comunidade e com os outros sujeitos que circulavam pela região, eram motivo de orgulho de pessoal. Sentiam-se felizes pela forma como eram tratadas e das relações de amizade que construíram além da zona, sem que precisassem esconder as atividades que exerceram. Entretanto, admitiam que, caso não tivessem se comportado de forma adequada aos valores da comunidade poderiam ter sofrido exclusão e afastamento entre elas. Afinal, para viverem juntas e falarem abertamente sobre as atividades laborais, as mesmas adequações eram necessárias.

Finalizando nosso breve diálogo, elas argumentaram que, ao viverem próximas e em harmonia com o restante da comunidade de brasileiros, entendiam o manejo do estigma como parte essencial das relações que garantiam a segurança das migrantes brasileiras que exerciam trabalho sexual em outro país, as quais, fora da zona de prostituição, ainda precisavam enfrentar os estereótipos ligados à imagem da mulher brasileira em Portugal.

6.7 A expulsão das prostitutas ucranianas

Antes de partir para Lisboa, quando ainda me preparava para deixar o apartamento de Maria, questionei a líder sobre a predominância de mulheres brasileiras e portuguesas na prostituição, tanto na capital quanto no interior do país. Perguntei diretamente: ***“onde estão as mulheres de outras nacionalidades?”*** Nas boates, nos sites e na rua, apenas vi brasileiras e portuguesas, afirmei em sequência.

Como líder do MTS e conhecedora das redes de trabalhadoras que se formam nas diferentes cidades dos países, ela explicou que, em decorrência da guerra na Ucrânia, algumas ucranianas tentaram exercer o trabalho sexual em Portugal entre os anos de 2022 e 2023. Diante disso, as disputas e brigas entre trabalhadoras, fosse entre as próprias brasileiras ou entre essas e as portuguesas, suspenderam-se temporariamente em prol da expulsão das novas concorrentes. Por serem consideradas mulheres muito bonitas e atraentes pelos clientes, brasileiras e portuguesas espalharam acusações de que elas não usavam camisinha, que mal tomavam banhos e possuíam poucos hábitos higiênicos, o que poderia resultar na propagação de ISTs.

Além disso, observando que as acusações não surtiram tantos efeitos, as trabalhadoras sexuais locais, sobretudo aquelas que trabalhavam em boates e apartamentos, denunciaram à polícia portuguesa que a presença das belas concorrentes se devia a uma forte

rede de tráfico de pessoas para fins de exploração sexual, que as levava, de forma forçada ou manipulada, para o país. Em consonância com essas queixas, no mesmo ano em que as acusações surgiram, matérias publicadas por diversos jornais europeus relatavam que, com crescente frequência, as refugiadas ucranianas se tornavam vítimas do tráfico de seres humanos. A partir de denúncias feitas em diferentes países, como França e Portugal, entre as notícias via-se o crescente alerta sobre o assunto, além das conhecidas confusões entre prostituição, exploração sexual e tráfico de pessoas. Também era possível notar que, no caso da França, por exemplo, apesar das queixas, nenhum caso de tráfico havia sido comprovado (RFI, 2023)¹²⁶.

Particularmente em Portugal, embora diversos *sites* e jornais noticiassem informações similares, assegurando que, diante da guerra, havia “portas abertas” para redes de tráfico que desejassem se beneficiar da vulnerabilidade vivenciada pelas mulheres ucranianas para explorá-las sexualmente; no Relatório de Tráfico de Seres Humanos produzido em 2022 pelo Observatório Português, notabiliza-se que no contexto da guerra na Ucrânia e do risco global no aumento de possíveis vítimas de tráfico entre os que se deslocam do conflito, somente surgiram 8 sinalizações suspeitas referentes aos ucranianos e, até a data de atualização dos dados para publicação, não existiam vítimas confirmadas (República Portuguesa, 2023)¹²⁷.

Nesse cenário, o voluntariado informal, composto por pessoas que se aproximavam dessas mulheres quando chegavam ao país para oferecer empregos, ou por famílias dispostas a receber as refugiadas em casas ou apartamentos que normalmente arrendavam para turistas, passou a ser visto com orgulho e cautela por jornalistas do país e autoridades de outros países. Além disso, pesquisas como a que foi produzida pela famosa multinacional de meios de comunicação, Thonsom Reuters, em colaboração com a Organização para a Segurança e Cooperação na Europa (OSCE), afirmavam “o aumento de 300% no interesse global online por termos sexualmente depreciativos relacionados a mulheres ucranianas” e que as redes sociais eram utilizadas por redes de tráfico. Informações como essas municiavam, então, as narrativas sobre tráfico nas mídias e consequentemente entre a população (Fischer, 2022; RFI, 2022).

Nesse horizonte é importante notar que, enquanto as campanhas globais de conscientização sobre o tráfico de pessoas ganhavam visibilidade em toda Europa, meses após as denúncias feitas pelas trabalhadoras sexuais, a ausência (ou diminuição) das ucranianas

¹²⁶ Ver no link: <https://www.rfi.fr/br/europa/20220506-refugiadas-ucranianas-s%C3%A3o-alvo-de-redes-de-prostitui%C3%A7%C3%A3o-na-fran%C3%A7a>

¹²⁷ Essas e outras informações podem ser encontradas nas reportagens de Almeida (2022), Blanes (2023), Figueira (2022), Delas (2002) e no Observatório do Tráfico de Seres Humanos (República Portuguesa, 2023). As matérias estão vinculadas a jornais como independente openDemocracy, ao site da RTP (Rádio e Televisão de Portugal), Jornal de Notícias (JN), Revista Veja, entre outros.

nesses mercados tornou-se evidente. Embora os detalhes sobre a chegada, a denúncia e a partida das concorrentes não tenham sido aprofundadas por Maria, que soube da situação apenas por meio de informações superficiais trocadas com diferentes trabalhadoras sexuais durante a militância do movimento, o que importa é a constatação de que as denúncias ocorreram no momento mais oportuno para que suas intenções pudessem surtir efeitos.

Com isso, vemos que a solidariedade, o apoio e até a amizade entre brasileiras e entre estas e as portuguesas, assim como ocorreu na década de 1980 com afastamento das moçambicanas, também subsidiaram possibilidades para manutenção dessas prostitutas em detrimento das ucranianas, no que consideraram como o “*domínio da prostituição no país*”.

6.8 Alianças, Tráfico e a Lógica da Expulsão no Mercado Sexual Português

[...] Os maridos chegavam tarde à casa, com desculpas duvidosas. Nas roupas deles começaram a farejar vestígios de perfumes denunciadores de aventuras extraconjugais. A desconfiança galopou quando a imprensa regional deu conta de cerca de uma centena de «brasileiras» residindo na cidade de Bragança, dispostas a converter em dinheiro sedução e préstimos sexuais [...] Algumas mulheres organizaram-se então num movimento social, autodenominado Mães de Bragança, para as expulsar da cidade, acusando-as de enfeitiçarem os seus maridos com encantos e magias (Pais, 2010, p. 9-10).

As brasileiras tomaram conta desse mercado. Falam a língua, são carinhosas, são simpáticas. Não sei explicar, mas acho que isso tem a ver com os gostos dos portugueses e com o tipo de dinheiro que as mulheres de Leste conseguem ganhar noutros países da União Europeia (Pereira, Cunha, 2004).

Emergentes possibilidades analíticas surgem a partir das experiências descritas no decorrer dos últimos capítulos, e remetem à maneira com que diferentes elementos, tais como alianças estratégicas, disputas e expulsões se articulam às políticas de prostituição vistas no contexto de mobilidade transnacional. Com objetivo de compreender essas articulações, neste momento proponho um exercício analítico sobre essas relações a ser realizado com mais vagar. Assim, de antemão, cabe então indagar: o que se entrevê na afirmação de que Portugal é o Brasil de cima? E mais, como todos esses elementos, juntos, conformam aquilo que temos pensado como Políticas da Prostituição Feminina?

Diferentes estudos e discussões relacionados à circulação de migrantes transnacionais, sejam eles internos ou internacionais, ou no que concerne à remoção de territórios e de pessoas consideradas à margem do Estado, têm considerado a obrigatoriedade de realizar análises por meio da inseparabilidade de categorias como gênero, nacionalidade,

classe, processos de racialização, colonialismo, capitalismo que transpassam os Estados-nações, incluindo os casos que envolvem análises sobre o comércio sexual. (Feldman-Bianco, 2015; Padovani, 2016; Piscitelli, 2013; Seyfert, 2008).

Seguindo essas recomendações, no que diz respeito ao conjunto heterogêneo de ações, emoções e alianças formuladas entre as trabalhadoras sexuais brasileiras no contexto português, tornou-se necessário considerar os efeitos da articulação entre as categorias citadas porque incidiam sobre suas relações e, portanto, na gestão sobre o que foi denominado como o “domínio da prostituição” no país. Pensando especificamente sobre o assunto, me interessa ressaltar que, embora boa parte dos trabalhos que versam sobre inserção de mulheres brasileiras no mercado sexual português não utilizem o termo “domínio” e mais frequentemente evoquem o (pre)domínio quantitativo de trabalhadoras sexuais brasileiras no país¹²⁸, as histórias das prostitutas apontavam para outro registro de relações.

Tal como informaram as interlocutoras, o domínio da prostituição não decorria apenas da expressão numérica de brasileiras, e ainda que suas capacidades de agência fossem perpassadas pela forma como reconfiguravam os atributos de brasilidade a seu favor, feito marca de diferenciação em relação às mulheres de outras nacionalidades (Piscitelli, 2013); meu argumento é de que aliada a essa forma de agência, foram os processos de construção de alianças estratégicas realizados desde a década 1980 que contribuíram para ordenação das políticas de prostituição em favor das brasileiras em um universo marcado pelo fluxo transnacional de mulheres.

Essas questões articuladas às formas como se constituíam os conflitos internos e externos e como ocasionavam práticas de expulsão, resultam ainda na apreensão de como disputas e relações de poder se inseriram no marco das interações entre trabalhadoras sexuais de diferentes nacionalidades. Com o objetivo de compreender essas questões, primeiro é necessário realizar um movimento similar àquele que Piscitelli (2007a; 2009; 2013) tem feito em suas pesquisas junto a trabalhadoras sexuais brasileiras nos diferentes contextos transnacionais: observar como corporalidade e gênero se inserem nas disputas e concorrências presentes no mercado transnacional do sexo¹²⁹, pois possibilita compreender como eles estão

¹²⁸ A respeito dos estudos que citam o predomínio de brasileiras, destaco as pesquisas de Dolabella (2015), Maia e Rodrigues (2014), Pérez (2016) e Minga (2020). Esses trabalhos articulam de forma crítica a proposição de predomínio com os discursos propagados pela mídia e por Organizações não Governamentais e demonstram que apesar de não haver comprovação empírica, há a propagação da ideia de um grande contingente de brasileiras envolvidas na prostituição no país.

¹²⁹ Apesar de ao longo da tese ter utilizado as noções de “Mercado sexual”, para estas análises específicas utilizei Mercado sexual e “Indústria do sexo” intencionalmente e em contextos distintos. Tendo em vista que nas formulações de Laura Agustín (2005; 2007) as indústrias remetem a uma estrutura empresarial e organizada, enquanto os mercados sexuais, conforme propôs Piscitelli (2005), abrangem uma gama mais ampla de serviços

articulados em meio às relações entre os países do “Norte” e do “Sul” global, e como as noções de ‘norte’ e ‘sul’ podem ser complexificadas por esses processos (Piscitelli, 2005; 2009). Em vista disso, revisei principalmente os estudos que se concentraram em Espanha e Portugal, onde costuma-se ter um grande contingente de prostitutas brasileiras.

Analisando o confronto de corporalidades na indústria do sexo na Espanha, os estudos Piscitelli (2007a) e Oso e Ulloa Jiménez (2001) demonstram o caráter “feroz” na concorrência no comércio sexual sobretudo nas regiões onde há trabalhadoras do sexo de diferentes nacionalidades. Neles, como já destaquei anteriormente, nota-se a existência de *rankings* e hierarquias quanto à preferência dos clientes, que são organizados por meio “traços” como juventude, beleza, e nacionalidade, articulados aos processos de exotização (Piscitelli, 2007a). Observando o caso das brasileiras, é visto que há uma construção de nacionalidade que é sexualizada, mas que não está sempre associada às “cores” de pele, o que aponta para a sexualização e exotização da nacionalidade, marcada por gênero, e não apenas para a sexualização da “raça” (Mayorga, 2016; Piscitelli, 2007a, 2007b, 2009, 2013; Pontes, 2004).

Nesses espaços as brasileiras são incluídas no leque de nacionalidades que junto a outras latino-americanas “tem boa saída” no mercado (Piscitelli, 2007a), o que em certa medida aponta para como as designações eurocêntricas prescrevem a noção de Outra racializada e sexualizada às mulheres latinas (Mayorga, 2016). Em algumas investigações realizadas no contexto espanhol, as TS brasileiras estiveram situadas no que foi denominado como níveis intermediários da preferência dos clientes no mercado, uma vez que as brasileiras, vistas como integrantes da ampla gama de prostitutas latino-americanas são menos demandadas que as prostitutas do leste europeu, mas, ainda assim, se sobressaem quando comparadas às mulheres africanas (Piscitelli, 2009; Pons; Rodriguez; Vega, 2002). Ainda de acordo com Piscitelli, apesar de ganharem valoração positiva por meio da corporalidade (formato dos glúteos, ou se são mais magras em relação a outras mulheres de origem latina, por exemplo) e de serem entendidas como dóceis e simpáticas, as brasileiras são vistas e desejadas sem particularidades ou vantagens específicas quando comparadas a outras latinas nas perspectivas dos clientes (Piscitelli, 2007a).

sexuais, inclusive aqueles realizados de forma mais informal e artesanal, onde tem-se formas de intercâmbio que conjugam trocas econômicas e afetivas; levo em consideração a diferença entre as duas noções, sem compreendê-las como excludentes. Para noção de mercado sexual, assim como fiz nos capítulos anteriores, busco incluir o afeto que mobilizava as alianças e linguagens de conflito que sustentavam as bases de regras de ação entre as interlocutoras. No que concerne à Indústria, considero seu intrincamento com discursos e políticas antitráfico, antiprostituição e ações de “resgate” que estão inseridos nos circuitos do trabalho sexual.

Embora nos diferentes estudos citados não haja referências quanto às mulheres bolivianas ou peruanas no concerne o “grupo de trabalhadoras sexuais latinas”, no que diz respeito aos conflitos e disputas observa-se que colombianas, cubanas e venezuelanas figuram como as principais concorrentes das prostitutas brasileiras nos diferentes âmbitos de prostituição na Espanha. No estudo de Mayorga (2016) realizado em Madrid, as brasileiras não gostavam ser confundidas com colombianas (porque acreditavam na brasilidade como categoria de diferenciação), e relatavam conflitos com as marroquinas e negras africanas. Na pesquisa de Casa Jiménez (2001), por sua vez, também no contexto espanhol, as prostitutas colombianas emitiam acusações às brasileiras e marroquinas quanto às suas respectivas práticas sexuais realizadas nos momentos do programa. Enquanto na pesquisa de Piscitelli (2009), as colombianas e cubanas foram apontadas pelas brasileiras como as principais concorrentes, e com inimizade particularmente notável entre brasileiras e colombianas.

Com relação à maneira com que ocorrem possíveis conflitos entre trabalhadoras sexuais brasileiras e as de nacionalidade europeia, não há relatos em nenhum dos estudos citados, a ausência também acontece na maioria de outros textos revisados durante essa construção analítica. Esses conflitos, entretanto, são comumente apontados em pesquisas que tratam dos intercâmbios afetivos que envolvem principalmente o mercado matrimonial. Um exemplo disso pôde ser visto nos casos em que mulheres espanholas produziram um discurso de racialização das mulheres latinas, de um modo geral, descrevendo-as como submissas, “procedentes de países subdesenvolvidos”, pobres, burras e indocumentadas e que “roubam” os maridos das espanholas para si (Echezarrieta; Leyva, 2008; Silva, Ornati, 2016).

No contexto italiano situações similares também foram observadas, como na pesquisa de Piscitelli (2007b) em que uma interlocutora italiana afirmou que os homens italianos se casam com brasileiras, porque não tiveram capacidade de conquistar uma mulher nascida no país (vistas como mais “evoluídas”, educadas, independentes e menos submissas). Nisso tudo importa que, apesar das relações entre europeias e “as mulheres do terceiro mundo” já terem sido profundamente debatidas, como bem sustentou Chandra Mohanty (1984) com sua crítica à visão de uma mulher do “terceiro mundo” estática e generalizável que corresponderia a opressões e posicionamentos subordinados em detrimento de uma mulher emancipada; nota-se que alianças e conflitos específicos entre as mulheres prostitutas latinas e europeias não são frequentemente analisados no marco das relações inseridas no mercado transnacional do sexo.

Observo ainda que as disputas e inimizade entre trabalhadoras sexuais de diferentes países da América Latina, quando presentes, são geralmente bem demarcadas e revelam a construção de alianças, proximidade e distanciamentos por meio da formação de grupos que

surtem de acordo a nacionalidade e região de origem. Como em outro caso visto por Piscitelli (2007a, p. 25) na Espanha, quando ao caminhar no interior de uma boate de prostituição se deu conta de que as mulheres estavam agrupadas por nacionalidade “[...]Colombianas em um canto, as louras do Leste Europeu em outro, as brasileiras estão no fundo”. Ou ainda por proximidades vinculada à região, indo além das nacionalidades, descritas por uma interlocutora no mesmo trabalho “*Una colombiana, una ecuatoriana por ser latinas tienen mas proximidad entre ellas, pero las brasileñas como que son latinas, pero "soy latina pero no soy como vosotras"*” (Piscitelli, 2007a, p. 26, grifo nosso).

Nesse último exemplo, surge a remontagem de uma bem conhecida discussão a respeito da afinidade cultural e linguística que, em tese, seria capaz de unir os diversos povos “latinos”. No caso das relações entre o Brasil e os demais países da América Latina as interações se complexificam, pois estiveram marcadas por um jogo de construção de identidades e de alteridades que foram se alternando ao longo do tempo (Bethell, 2009). Nesse sentido, nota-se que sendo o Brasil o único país de língua portuguesa, houve dificuldades quanto a conformação de uma ideia de identidade comum aos outros latinos, o que faz lembrar como até meados do século XX os intelectuais e o governo brasileiro não consideravam o país como parte da “América Latina” (Bethell, 2009; Oliveira, 2005). Esses processos históricos se inserem, portanto, na construção de proximidades e disputas presentes nas relações junto a outras mulheres de países latino-americanos nos cenários investigados.

Indo além de interações e tensões forjadas por nacionalidade e regiões, no estudo de Suzana Maia (2012) no contexto das *go go dancers* em Nova Iorque, tais dinâmicas foram também influenciadas por diferenciações de classe e raça e não apenas por nacionalidades. Na pesquisa, as “hispanas” (termo utilizado para se referir às latinas) foram vistas pelas mulheres brasileiras como pessoas de baixo nível e que corriqueiramente demonstravam comportamentos considerados inadequados, sobretudo quando o assunto era a maneira como se relacionam com seus clientes. Adicionalmente, as interlocutoras da autora não se diferenciavam apenas das hispanas, como também de outras brasileiras que eram consideradas de classe “mais baixa”, classificadas dessa maneira devido ao nível de escolaridade e da cor da pele.

No que diz respeito ao contexto português, com objetivo de compreender como corporalidade, raça, gênero e nacionalidade se enredam nas formas de inserção, disputas e gestão das brasileiras das políticas da prostituição, além das dinâmicas que envolviam outras trabalhadoras, é preciso analisarmos as maneiras como elas integraram a concorrência por clientes. Isso sem perder de vista que as diferenciações nos processos de exotização costumam variar de acordo com as sociedades de recepção, e, nesse cenário, a brasilidade adquire a

conotações particulares (Machado, 2003; Piscitelli, 2007a). Sobre isso, Luciana Pontes (2004) argumenta que existe uma associação entre gênero e nacionalidade nas representações da mulher brasileira na mídia portuguesa, capazes de feminizar o Brasil, e, de ao mesmo tempo, sexualizar gênero. Desse modo, tal processo estaria relacionado à história do imperialismo e colonialismo, assim como aos processos mais contemporâneos relacionados ao turismo internacional, forjados em meio a relações desiguais entre os países (Pontes, 2004).

Refletindo sobre a criação de uma etnicidade relacionada à nacionalidade brasileira nesse cenário específico, a autora ainda propõe que essas noções são importantes, pois a representação simbólica da mulher brasileira como sensual e alegre, vinculada também a mídia portuguesa que envolve imagens etnicizadas e sexualizadas, resultam diretamente na posição das imigrantes brasileiros no mercado de trabalho e na mercantilização de uma alteridade exótica capaz de produzir, no mercado sexual português, uma intensa demanda por trabalhadoras sexuais brasileiras (Minga, 2018; Piscitelli, 2013; Pontes, 2004).

Quanto aos diferentes âmbitos da prostituição, embora as prostitutas brasileiras estivessem majoritariamente presentes nos locais em que estive (rua, boates, alterne, *site*), elas não são as únicas a dividir a clientela com as portuguesas. Na pesquisa de Dolabella (2015), por exemplo, constatou-se que também trabalhavam em alternes muitas imigrantes vindas da Ucrânia, Romênia, Rússia, Moldávia, Angola, Bielorrússia. No alterne investigado pela autora, a linguagem do conflito aparecia de forma ampla às mulheres do continente europeu, nessas circunstâncias, prostitutas romenas, de forma similar ao que as portuguesas faziam (como informado por Maria), criticavam as brasileiras sob a alegação de que a entrada de prostitutas com essa nacionalidade no mercado havia transformado negativamente as maneiras de se trabalhar. As romenas, por suas vezes, também foram criticadas por trabalhadoras sexuais russas, essas, além de criticarem as brasileiras, acusavam as romenas de fazerem qualquer coisa por dinheiro, evocando até mesmo as mais clássicas das acusações como a realização de sexo sem camisinha caso o cliente pagasse a mais (Dolabella, 2015).

E, apesar de informações a respeito das trabalhadoras de outras nacionalidades não serem muito citadas, observo a existência de um dado comum aos locais onde estive e aqueles retratados na pesquisa de Dolabella: a baixa ou inexistente presença de mulheres latinas além das brasileiras. Com um mercado formado também por mulheres europeias registra-se ainda que a presença de mulheres portuguesas e de países africanos que têm o português como língua oficial, é somente mais expressiva em bares localizados em regiões de fronteiras ou em âmbitos de trabalho considerado mais pobres (Dolabella, 2015; Ribeiro *et al.*, 2008). As brasileiras, por seu turno, ao se inserirem nos mais diversificados âmbitos da prostituição, concorrem entre si

e com mulheres de variadas nacionalidades. No marco dessas disputas, destaco ainda que, de acordo com o relato das interlocutoras, embora existam mulheres oriundas de diferentes países europeus trabalhando em Portugal, elas geralmente optam por realizar o trabalho sexual em outros países, nos quais consideram os ganhos relativamente maiores em comparação com o que ganham no país.

Frente a essa diversidade, os clientes também fazem diferenciações entre as prostitutas a partir de um conjunto de sentimentos, comportamentos e performances de trabalho entre as trabalhadoras, e percebem as brasileiras em contraponto às mulheres do leste europeu, chamadas como “as do Leste”, como passionais e com certo descontrole com dinheiro (Dolabella, 2015). Compreendidas como mais emotiva e sensuais do que intelectualizadas, as atribuições denunciam a inferiorização das brasileiras em meio às comparações às trabalhadoras sexuais europeias.

Quanto às mulheres angolanas e moçambicanas, os processos de racialização adquiriam particularidades. Nas disputas com as brasileiras, lembro, como relatado por Maria e Giovana, que elas precisaram mudar de local de trabalho. Além de serem vistas em âmbitos da prostituição considerada mais precária, no que diz respeito à hierarquia da demanda dos desejos da clientela portuguesa, eram apartadas das noções de sensualidade entendida como “própria” às brasileiras (independentemente da cor de pele). Nesse contexto, apesar de existirem semelhanças quanto a formulação dos desejos dos clientes em Portugal e na Espanha, por outro lado, considerando que em minhas incursões e nos estudos analisados havia um contingente baixo, ou inexistente, de mulheres latinas além das brasileiras na prostituição, reafirma-se a ‘brasilidade’ como marcador que estimulava e moldava a demanda por prostitutas no mercado sexual.

*

A partir dessas revisões emergem dois indispensáveis argumentos: o primeiro é que a linguagem do conflito, no sentido formulado por Marques, Comerford e Chaves (2007), não atravessa somente as políticas da prostituição vistas no Brasil, como também perpassa os trânsitos e fluxos transnacionais que envolvem mulheres de diferentes nacionalidades inseridas na indústria transnacional do sexo no cenário europeu e norte-americano. O segundo, e principal, argumento é o de que, diante da atribuição de maior beleza e intelectualidade às “mulheres do leste”, e observando que, por vezes, apenas a evocação das noções de brasilidade não seria suficiente para equilibrar as disputas por clientes; as brasileiras, no contexto português, não só introduziram outros modos de sedução que até então não eram utilizados

pelas outras prostitutas, fazendo com que os clientes portugueses se acostumassem com essas performances e gerando a necessária adaptação das trabalhadoras sexuais às suas formas de trabalho; como também mobilizaram alianças estratégicas com mulheres portuguesas em situações de necessidade. O objetivo foi, então, movimentar as disputas e concorrências em favor desses dois últimos grupos de trabalhadoras.

Radicalizando os embates e disputas no trabalho, a partir dessas alianças, as “expulsões” se configuraram como categoria êmica importante. Em certos momentos, o termo foi evocado para dar significado à ação conjunta de grupos de trabalhadoras sexuais com diferentes nacionalidades que forçavam o deslocamento de grupos de prostitutas a outros espaços de trabalho, com vistas à obtenção de vantagens nas disputas. Em outras circunstâncias, as expulsões estavam associadas a processos de deslocamento que a concorrência com mulheres mais requisitadas no mercado inevitavelmente gerava. Desse modo, se no momento de inserção das brasileiras presentes na primeira vaga de migrantes foram as “expulsões não premeditadas” que ocorreram devido às hierarquias e demandas formuladas pelos clientes, em outras ocasiões, quando a reconfiguração das noções de brasilidade não era suficientemente forte para fazer com que se mantivessem em vantagem frente aos atributos endereçados às outras concorrentes, as ações que visavam o deslocamento forçado passaram a ocorrer.

No caso que envolveu as ucranianas na conjuntura pandêmica e da guerra, observo que as ações conjuntas, realizadas por meio de denúncias, invariavelmente evocaram as noções de vítima do crime de tráfico de pessoas. Com o objetivo de encerrar as disputas contra o grupo de mulheres em questão; brasileiras e portuguesas se basearam, então, na articulação de políticas humanitárias e discursos que, assim como sugeriu Fassin (2012), produzem a essencialização da vítima, por meio de intervenções baseadas na articulação entre a esfera legal e moral.

Considerando que os discursos e ações sobre tráfico de seres humanos estão envolvidos por um conjunto de instrumentos jurídicos legais que articulam lógicas e razões humanitárias para alegar a necessidade de defesa dos direitos de mulheres e de crianças, e que esses discursos resultam na implementação de medidas no campo da prostituição, visando sobretudo as trabalhadoras sexuais migrantes, o que contribui para a intensificação da vigilância e a repressão dos trânsitos migratórios (Doezema, 2002; Piscitelli; Lowenkron; 2015); as trabalhadoras sexuais, para alcançar seus objetivos, utilizaram os ‘pânicos morais’ associados ao imperativo de “salvar” as ucranianas, apresentadas como vítimas de tráfico de seres humanos nas denúncias anônimas que realizaram.

A partir de suas experiências cotidianas relacionadas ao funcionamento de políticas migratórias e com as ações e discursos antitráfico, a mobilização de denúncias visando a expulsão, foi, portanto, capaz de engendrar os pânicos morais e mitos que envolvem o tráfico de seres humanos aos alertas presentes na mídia portuguesa sobre as ucranianas a partir da categoria “mulheres refugiadas”. Nesse cenário, mulheres com essa nacionalidade eram consideradas como grupo de pessoas que necessitavam de proteção e que, inclusive, emergiam como alvo de ações coordenadas pela Plataforma Multidisciplinar Europeia contra Ameaças Criminosas (EMPACT) que contou com o apoio de 14 Estados Membros da U.E. nos esforços de identificação de traficantes de vítimas ucranianas (AIMA, 2023).

O crescente alarde sobre as ucranianas como “mulheres refugiadas” sob o risco de tráfico para fins de exploração sexual, além de contribuir para o alcance dos objetivos das prostitutas brasileiras e portuguesas, traz à tona reflexões sobre como a articulação de categorias como de gênero, sexualidade, raça e nacionalidade atravessam o campo do refúgio. A respeito disso, Juliane Ribeiro (2015) em sua tese de doutoramento, dialogando criticamente com as autoras conhecidas deste campo de análise investigativa¹³⁰, argumentou que tecnologias de gênero pautam ações dos projetos transnacionais e delimitam políticas e assistências ofertadas pelos diferentes âmbitos de governo. A autora também indicou como a propagação de discursos amparados em instrumentos legais molda a categoria de “mulheres refugiadas” como um grupo coerente e vitimado, produzindo a concepção dessas mulheres como sujeitos de direito, mas que também são passíveis de intervenção pelos projetos que, em tese, objetivam livrá-las da violência de gênero (Ribeiro, 2021).

Apesar de o trabalho de Ribeiro se concentrar em diferentes dimensões da governamentalidade na cidade de São Paulo, para as nossas análises, me chamou atenção a forma como ela utilizou, como base reflexiva, conhecimentos e volumes de projetos direcionados a essa categoria específica, principalmente aqueles produzidos por agências internacionais e organizações humanitárias. Considerando essas argumentações e focando na articulação das categorias de diferenciação que envolvia as refugiadas ucranianas no contexto português, ainda é preciso direcionarmos nossa atenção para outras ponderações. Em relação às mulheres ucranianas, o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR) declarou, em 2022, que sua atenção e esforços de prevenção estavam voltados principalmente aos riscos que envolviam as redes criminosas de tráfico de seres humanos.

¹³⁰ Inspirada por autoras como Doreen Indra (1987), Lucía Ann Mcspadden e Helene Moussa (1993), Ruth Healey (2010), Ribeiro (2021) investigou, dentre outras coisas, como as relações de gênero afetam as experiências presentes nos deslocamentos forçados.

Em convergência a esse cenário, observa-se ainda como as mesmas políticas de governança que acentuam a securitização e militarização, ao passo em que criminalizam determinados grupos, inclusive solicitantes de refúgio, e conformam como políticas restritivas e de controle seletivo (Feldman-Bianco, 2015; 2018), viabilizaram recepções mais calorosas aos ucranianos, contrastando com a maneira com que outros grupos de imigrante e refugiados são tratados. Sendo integrante da U.E, Portugal ativou um programa especial de proteção para os ucranianos vindos do conflito com a Rússia, o programa consistia na Autorização de Residência ao abrigo do regime de proteção temporária, sem que necessariamente precisassem passar tradicional processo de asilo ou refúgio. Até 2023, foram concedidos 54.342 pedidos de proteção temporária, dos quais 46.823 foram atribuídos aos ucranianos (AIMA, 2023).

Foi justamente a partir desse complexo horizonte que, no contexto da prostituição, a imagem da “vítima ideal” de tráfico foi correlacionada à categoria de “mulheres refugiadas”. E as ucranianas, vistas como ingênuas e vulneráveis, foram legitimadas pelo Estado como um grupo de mulheres pertencentes à categoria de pessoas merecedora de proteção e apoio em contraponto às prostitutas brasileiras. Esse contraponto envolve ainda algumas particularidades sobre a imagem das mulheres brasileiras nesse contexto específico. De acordo com Julie Perez (2016), ao contrário do que ocorre na Espanha, em Portugal as ações baseadas nas políticas antitráfico não partem simplesmente da premissa de que todas as mulheres estrangeiras inseridas na prostituição são potenciais vítimas de tráfico. Segundo a autora, há, na verdade, o reconhecimento de que entre parte dessas mulheres (muitas brasileiras) tem-se um número pequeno de vítimas. Essas percepções longe de atenuarem as inspeções realizadas em diferentes âmbitos do trabalho sexual, são produzidas através da posição antiprostituição que existe no país, e estão aliadas a atribuição de que mulheres brasileiras são potencialmente prostitutas a fim de “ganhar dinheiro fácil” ou de “surrupiar os maridos das portuguesas” (Perez, 2016).

A materialização dessas atribuições também foi retratada em outros trabalhos como no de Ester Minga (2020) e Santos, Gomes e Duarte (2009), que ao analisarem as representações do tráfico de pessoas para fins de exploração sexual através de discursos jornalísticos e de entrevistas com agentes policiais, notaram, de diferentes maneiras, como a retórica presente nos discursos oscilava entre manifestações a respeito da ilegalidade da exploração da prostituição, e a decisão autônoma de algumas brasileiras em exercê-la, porém, na maioria dos casos, sempre correlacionado às condições de dificuldades econômicas e social. A invalidação da imagem da brasileira como vítima de tráfico sexual foi ainda explicitada nos relatos de Isabel Burke, à época inspetora do Serviço de Estrangeiros e Fronteira (SEF), ao

afirmar que “*a maior parte das prostitutas brasileiras sabem para o que vem*” (Minga, 2020, p. 318).

Esse panorama contraria, portanto, parte dos estudos que associam o estereótipo da vítima de tráfico à mulher brasileira no cenário português, mas, noutro ponto, converge com a compreensão de que a exacerbada vitimização das mulheres migrantes, presente em campanhas antitráfico, conduz a noção de tráfico de forma coercitiva, capaz de reforçar o controle e as restrições seletivas de mobilidade (Doezema, 2002). Nesse sentido, ao considerarmos que, no país, a retórica alarmista sobre o tráfico humano, instaurada a partir da institucionalização do campo de ‘combate’ entre os anos 2007 e 2013 (Clemente, 2019), foi determinante para legitimação das políticas migratórias atuais, e que seu mais importante objetivo se assemelha ao mesmo de grande maioria dos países desenvolvidos — preservar sua área de influência contra migrantes vistos como indesejados, principalmente se estiverem associados à Indústria do sexo (Kempadoo, 2005) —, o estudo de Perez (2016) aponta que, em Portugal, foi criado um sistema que, em teoria, opera sob uma lógica meritocrática. Nesse sistema diferencia-se os migrantes “maus” (como trabalhadoras sexuais consideradas autônomas, por exemplo), sujeitos a punição como a expulsão do território, e um grupo restrito de migrantes “bons” (neste cenário, vítimas de tráfico reconhecidas pelo Estado), que recebem algum nível de proteção e suporte (Pérez, 2015; 2016).

Percebe-se, nesses casos, a produção de “hierarquias baseadas em valores morais que se concretizam em barreiras entre as mulheres que mereciam mais ou menos ajuda” (Anderson; Davidson, 2002, p. 17). Assim, embora as brasileiras não sejam categorizadas como “vítimas ideais” de tráfico, o sistema português pode recorrer ao estigma associado a esse grupo para legitimar medidas de “proteção”, como a recusa de entrada no país com base em perfis considerados de “risco”, por exemplo.

A partir dos estudos de Pérez (2016), Minga (2020) e Santos, Gomes e Duarte (2009), revela-se ainda como nas opiniões propagadas na mídia, entre agentes policiais e na opinião pública, as situações em que uma mulher foi “realmente” traficada (porque não sabia que iria trabalhar com sexo) referiam-se principalmente às mulheres da Europa Central e de Leste, asiáticas e africanas. Entre as informações obtidas, sobressalta-se a crença de que as mulheres brasileiras estavam em maioria quando comparadas às mulheres do “leste” principalmente devido às ações de policiais ocorridas no início dos anos 2000, quando interviram com o objetivo de erradicar as “famosas máfias de Leste” que atuavam no país, o que levou a várias condenações e expulsões (Santos; Gomes; Duarte, 2009).

Isso posto, é possível argumentar que as operações de policiamento, atreladas ao alto contingente de brasileiras inseridas nos mercados sexuais contribuíram para configurar a naturalização sobre as narrativas de que as brasileiras irremediavelmente vão até Portugal com objetivo de se prostituir. E nesse ponto surgem mais questões, a primeira delas remonta a famosa oposição entre “classes perigosas” e “vulneráveis” que, de acordo com Padovani (2017), têm sido profundamente analisadas por teóricas feministas sobretudo em aproximação à categoria do crime “tráfico de pessoas”. Dessas análises decorrem as percepções de que — se há alguns anos modificaram-se os sentidos articulados ao tráfico de mulheres, de tal modo que podemos presenciar uma torção racial na articulação do tráfico de pessoas, fazendo com que geralmente sejam consideradas como “vulneráveis” as mulheres negras, asiáticas, ou “de cor” (Blanchette; Silva, 2011; Padovani, 2017) —, a partir das problematizações realizadas até aqui, é possível afirmar que, nas campanhas antitráfico que envolvem o mercado sexual português, essas torções foram complexificadas.

Isso porque, se prostitutas brasileiras não são vistas como prováveis vítimas do tráfico de pessoas, mas como trabalhadoras sexuais independentes que se inserem no mercado sexual português com objetivo de suprir a demanda específicas por prostitutas com essa nacionalidade, ao mesmo tempo em que são frequentemente associadas, na retórica popular, à imagem de transgressoras morais, as dinâmicas de categorização entre vítimas legítimas que merecem proteção e aquelas que poderiam ser enredadas às estratégias de criminalização e punição se tornou central nas negociações e disputas entre os grupos de trabalhadoras sexuais.

No marco das relações que envolviam migrantes de diferentes nacionalidades, mas que exerciam a mesma atividade laboral não reconhecida pelo Estado português; as brasileiras, as portuguesas e as ucranianas ocupavam, então, diferentes categorias de pessoas que recriavam sistemas de inclusão e de exclusão. Isto é, se a lógica da expulsão, conforme postulada por Luiza Zago (2021), é operada por meio de dispositivos que promovem devoluções, deportações, extradições e rejeições nas fronteiras são utilizados como parte do conjunto de “soluções” destinadas ao “indesejáveis” (Domenesch, 2015), as prostitutas brasileiras, ainda que fossem demandadas pelo mercado, eram atravessadas por um duplo processo: de um lado, sua presença era desejada; de outro, sua atuação em um trabalho não regulamentado e sua condição de transgressoras morais as colocavam em uma posição vulnerável à lógica da expulsão. Nesse sentido, remontando as análises de Zago (2021) e Saskia Sassen (2016), elas se aproximavam da condição de “expulsáveis” — sujeitas a processos de marginalização e possíveis sanções. Já as ucranianas, por outro lado, ocupavam uma posição de maior legitimidade dentro desse contexto migratório, mais próximas da categoria dos sujeitos que merecem proteção e suporte.

Foi assim que os grupos de brasileiras e portuguesas, ao entenderem como “os interesses dos sujeitos em situação de tráfico são subordinados aos do Estado, e materializados na repressão ao crime” (Piscitelli, 2013, p. 92), mobilizaram dispositivos de controle das mobilidades que conformam as políticas antitráfico e a lógica da expulsão contra as trabalhadoras sexuais ucranianas, como uma estratégia necessária aos conflitos e disputas presentes nas políticas de prostituição.

Mobilizações que não podem ser tomadas como novidade nas intrigas que contornam o universo relacional de prostitutas, e que já foram evocadas nos embates presentes no famoso caso “Mães de Bragança”. Nessa situação, as mulheres portuguesas fizeram um abaixo-assinado com objetivo de expulsar as trabalhadoras sexuais brasileiras em situação irregular. As ‘mães’ (feminilidade normativa) posicionadas contra as imigrantes prostitutas brasileiras (feiticeiras, más e perigosas), evocaram a lei do lenocínio e o conjunto das ações que deveriam ser utilizadas como punição contra a imigrantes em situação irregular (Dolabella, 2015; Pais, 2010; Piscitelli, 2013). Como consequência, parte das brasileiras foram deportadas, bares foram fechados, e alguns donos de casas e alternes levaram a maior parte das prostitutas para outros locais, alguns localizados na Espanha.

Assim, embora não tenhamos outros dados sobre as dinâmicas de embates e expulsões que envolvem os confrontos de trabalhadoras sexuais com diferentes nacionalidades, no contexto analisado, tanto as mobilizações operadas por prostitutas brasileiras e portuguesas quanto as realizadas pelas “mães de Bragança” se basearam em discursos mitológicos e questionáveis a respeito da migração, prostituição e, principalmente, sobre o tráfico de seres humanos. A respeito disso, recorro às argumentações de Blanchette e Silva (2011), que discutiram sobre a produção de uma experiência “típica” da mulher brasileira supostamente traficada. Os autores referenciam duas definições de “mito”, a primeira calcada “na concepção popular que exagera, idealiza ou distorce a realidade ao transformarem as pessoas supostamente traficadas em caricaturas, e outra que envolve a produção de histórias simbólicas que revelam as preocupações de uma determinada cultura” (Blanchette; Silva, 2011, p. 81). De todo modo, em ambas as definições, o “mito” é capaz de mobilizar as emoções públicas atreladas à sensação de pânico moral que acaba por penalizar prostitutas e migrantes irregulares.

Nas denúncias que ocasionaram a partida compulsória das prostitutas ucranianas de alguns âmbitos da prostituição mais frequentemente disputados por brasileiras e portuguesas, assim como no caso das “Mães de Bragança” que expulsaram as brasileiras, a razão política-criminal que vitima, penaliza ou desconsidera as experiências reais das migrantes, e que está subjacente às dimensões legais da “lógica da expulsão”, foi manipulada através da evocação

das próprias hierarquias de valores geralmente mobilizados no Estado para gerir as ações contra o tráfico de seres humanos. Dito de outro modo, manuseando as ambiguidades presentes no “coração moral”¹³¹ (Fassin, 2014; Heyman, 1998) das políticas antitráfico, as prostitutas utilizaram os mitos e sentimentos cotidianamente acionados por diferentes agentes inseridos no que Laura Agustín (2007) denominou como ‘indústria do resgate’¹³² para ‘salvar’ as “mulheres refugiadas” das malhas de supostas organizações criminosas.

No centro dessas mobilizações, não havia interesse em arbitrar se tal conjunto de ações deveria ser considerado bom ou mau, ou se poderiam ser justificados ou não. Ao invés disso, as prostitutas compreendiam as motivações que regiram esta gramática de ação como táticas possíveis na inteligibilidade dos conflitos e disputas. Assim, ao observarmos como as prostitutas maneжaram o “coração moral” da política antitráfico ao seu favor, estamos diante de um conjunto de ações emitidas por indivíduos que “negociam os parâmetros do aceitável e os limites do tolerável nos jogos de poder que se estruturam nesse seu encontro com as injunções da lei e da ordem” (Telles, 2010, p. 445).

*

Outros elementos estão ligados aos jogos de força que envolviam as relações analisadas, e, para compreendê-los, ainda se faz necessário atentar para o fato de que não foi exatamente o contexto migratório que promoveu a proximidade entre as prostitutas brasileiras, mas sim o âmbito do trabalho sexual no qual estavam inseridas. Em outras palavras, e reafirmando o argumento exposto no decorrer dos capítulos, as relações entre trabalhadoras sexuais brasileiras no contexto transnacional não se baseavam apenas em uma ideia de

¹³¹ Por meio de análises sobre a transformação do direito de asilo em uma obrigação de caráter caridoso, Fassin (2014) observou a humanitarização das políticas de imigração e asilo. Tendo em vista os dilemas éticos que funcionários públicos costumam enfrentar no contato diário com migrantes, e em como a burocracia invade a “esfera emocional”, o autor, então, foi além dos sentimentos e dificuldades individuais dos agentes públicos, com o objetivo de compreender o que Josiah Heyman (1998) denominou como o “coração moral” dessas políticas. Para Heyman, “o coração moral” emerge como uma metáfora para as políticas de imigração que deveriam ser guiadas formuladas através de princípios de empatia e compreensão, em oposição à redução dos imigrantes como questões legais e administrativas. A partir dessa metáfora, Fassin investiga os valores e hierarquias mobilizados pelos Estados nos momentos de gerir os fluxos humanos em contextos transnacionais. E meu caso, utilizo o conceito de “coração moral” de forma similar a Fassin, pensando o termo como “gênio” ou espírito orientador das ações que envolvem as políticas antitráfico, isso sem perder de vista como grandes quantias de dinheiros e tempo são geralmente mobilizadas em torno da luta contra “um mal comum” (Blanchette; Silva, 2011).

¹³² Para Agustín (2007) o termo refere-se a um conjunto de práticas, instituições e atores que preconizam a abordagem de “salvamento” e pessoas, sobretudo crianças e mulheres, entendidas legalmente como vítimas de tráfico humanos para fins exploração sexual. Nessa perspectiva, o termo é utilizado para promover análises críticas a discursos e práticas desconsideram as complexidades das situações e da agência das pessoas envolvidas nessas relações.

identidade nacional, tampouco podem ser explicadas somente, como nos argumentos de Dolabella (2015), por um posicionamento estrutural e subjetivo nas hierarquias sociais do país de destino, que remete ao processo de sexualização e inferiorização social das imigrantes brasileiras como resultado de relações coloniais.

Estou convencida de que, além desses argumentos, essas relações decorrem da necessidade de negociar as regras de ação dentro de um ambiente do qual se depende, um conjunto de regras que, apesar de nem sempre seguidas à risca, serviam para estabelecer uma organização e propagar gramáticas afetivas, com o intuito de atender às demandas de inclusão, expulsão, proteção e cuidados entre as interlocutoras. É por isso também que as relações não se limitavam às brasileiras, mas, em certa medida e de diferentes formas, se estendiam às prostitutas portuguesas. Com isso, me interessa apontar que as alianças estratégicas as quais me referi no início dessas análises, não podem ser tomadas apenas como fontes de poder. Elas eram, antes, bases existenciais e, portanto, fundamentais para a sobrevivência e segurança das TS.

Assim, se as alianças formadas ainda na década de 1980 resistiram ao tempo e às acusações de práticas “mais egoístas” dirigidas às prostitutas brasileiras e de indiferença às prostitutas portuguesas, a ponto de ainda encontrarmos grupos de *WhatsApp* compostos apenas por brasileiras e portuguesas, e do MTS ser formado por prostitutas dessas duas nacionalidades, é provável que isso se deva à constatação de que as ideias de autossuficiência entre trabalhadoras sexuais, no contexto investigado, era algo inconcebível. Isso porque, essas relações se fundamentavam em necessidades mútuas e interdependência.

A respeito disso, na obra *Corpos em Aliança e Políticas das ruas* e em certa medida em *Quadros de Guerra*, Judith Butler (2010), analisou a maneira pela qual a precariedade, entendida como alocação desigual de condições precárias, pode operar como um lugar de alianças entre grupos de pessoas que de outro modo não teriam quase nada, ou nada, em comum. Entre os quais, inclusive, poderia existir antagonismos e desconfianças. Para a autora, seriam justamente as diferenças e as proximidades que, não surgem de forma espontânea, que chamam sua atenção na formulação de uma política das alianças. Butler ainda argumenta que nos cenários de injustiças e de políticas de sofrimento, onde algumas vidas são tratadas como “não reconhecíveis” ou “não passíveis de luto” poderiam então surgir alianças, formas políticas através das quais as pessoas se uniriam em torno de questões compartilhadas de opressão (Butler, 2018).

Tendo em vista que as alianças entre brasileiras e portuguesas não eram homogêneas ou isentas de conflitos internos, e que enquanto a precariedade emergia como ponto em comum, ao mesmo tempo, se distribuía de maneira diferente entre os grupos de

prostitutas, complexidades eram constantemente introduzidas a essas relações. No horizonte dessas diferenças, as brasileiras, por exemplo, enfrentavam desafios relacionados à imigração irregular, às políticas antiprostituição e antitráfico, o que possivelmente criava outros repertórios de experiências e afetos que não eram compartilhados, ou vivenciados, por trabalhadoras que não estavam posicionadas de forma similar. Por isso, tomando de empréstimos as argumentações de Butler (2010), a interdependência como consequência da distribuição de precariedades, não permitia que as alianças fossem compreendidas como uniformidade ou fusão de identidades. Em vez disso, elas surgiam como um desafio à lógica de autossuficiência, bem como fornecia as bases de coexistências e negociação das diferenças dentro de um horizonte de opressão comum.

Ainda assim, considerando especificamente o contexto investigado, e parafraseando Butler, é importante questionar: o que sustentou essas alianças? Quais condições foram capazes de garantir sua persistência ao longo das décadas?

À *priori* poder-se-ia argumentar que as aproximações entre mulheres com essas nacionalidades ocorreram devido ao compartilhamento do idioma, bem como por uma retórica de amizade e fraternidade que, apesar da baixa efetivação material, modula as relações luso-brasileira fomentadas desde o contexto colonial. Adicionalmente, ainda poderíamos afirmar que a nacionalidade e as articulações entre classe, gênero e raça tiveram um papel fundamental ao dificultar, e até mesmo impedir, que as prostitutas oriundas de países africanos, como Moçambique e Angola que compartilham a mesma língua oficial, fossem reconhecidas como potenciais parcerias nas alianças e no trabalho.

Meu argumento, no entanto, vai além dessas interpretações, e embora não as negue, sigo por outros caminhos. Isso porque, as retóricas de amizade apenas emergiam espontaneamente na maioria das falas das interlocutoras quando precisavam ilustrar como os clientes portugueses utilizavam essas noções nos momentos de negociação dos programas. Com relações marcadas por constantes negociações e conflitos, e pela necessidade de aproximação frente aos riscos e dificuldade que surgiam no cotidiano, suas proximidades eram expressas através de outros registros de intenções, em que a amizade, em muitos casos, emergia junto ao plano das necessidades de práticas.

Sugiro, então, utilizarmos o conceito de fricção, conforme propôs Ana Tsing (2004), para entender como, aliada à distribuição da precariedade e a consequente interdependência, as alianças estratégicas proporcionaram a emergência de práticas e movimentos políticos, apesar das diferenças. Tendo em vista que o termo fricção se refere à resistência promovida pelo movimento entre corpos em atrito, e que os estudos que utilizam

essa noção se concentraram principalmente nas análises sobre globalização com o objetivo de formar um contraponto às perspectivas sobre fluxos globais formuladas através de histórias “sem atrito” entre bens, ideias, dinheiro e pessoas (Tsing, 2004), me chama a atenção os efeitos dos encontros das diferenças. Efeitos que, ainda de acordo com a autora, podem ser tanto comprometedores quanto mobilizar algo significativamente novo.

Por meio do conceito, indo além dos conflitos, inclui-se outros tipos de interação, tais como alianças, fusões e acomodações geralmente temporárias, e que não podem ser tomadas somente como fonte de resistência. Afinal, assim como Tsing em seu trabalho, evito celebrações excessivas de que alianças forjadas nas diferenças simplesmente promovem uma autonomia do “sul” global capaz de absorver e transformar o mandato colonial (Tsing, 2004). Em vez disso, são justamente os tensionamentos dessas relações que nos interessam. E, se a tese da autora reside na apreensão de que os encontros das diferenças podem tanto inspirar insurreição quanto falhas e dificuldades cotidianas, então, como ferramenta analítica, a fricção pode ser vista na forma como, entre as interlocutoras, não havia ilusões frente a falsa promessa de harmonia social entre os grupos, tampouco a interdependência figurava sob a presunção de um estado idílico de coexistência.

Ignorar as diferentes formas com que as condições precárias incidiam sobre os grupos, mesmo entre elas, era visto como algo contraproducente. Dito de outro modo, se as prostitutas brasileiras, com ou sem documentação, precisavam lidar com todo cenário de risco descrito, além dos desafios inerentes ao próprio cotidiano de trabalho, as portuguesas, por sua vez, viam-se confrontadas com o grande contingente de trabalhadoras brasileiras inseridas no mercado sexual e munidas de estratégias que inevitavelmente conquistaram os clientes portugueses. Ademais, essas ainda eram obrigadas a lidar com as diferentes maneiras com que os símbolos da religião, ‘cultura’ e formação histórica do Brasil se inseriam nos diferentes espaços por onde precisavam circular para trabalhar. Ainda assim, considerando que as brasileiras não se afastariam do trabalho sexual, ambas, brasileiras e portuguesas, compartilhavam, em diferentes medidas, a marginalização legal que envolvem a prostituição no país, mesmo que atividade não seja diretamente criminalizada.

Fosse no alterne, na boate, na rua e nos *sites*, bem como na passagem dos anos, a partir das diferentes gerações de trabalhadoras sexuais brasileiras, nada escapou ao horizonte de confronto e aproximações. As formas como manejavam as relações, a produção do imperativo de inimizade e os modos de efetivação de sua legitimidade, além de se diversificarem a partir dos espaços em que eram mobilizados, envolviam as necessidades e interesses de quem os evocava. Além disso, por comporem um contingente numeroso de

trabalhadoras, as brasileiras acabavam disputando, negociando, aliando-se e revoltando-se também nas relações criadas somente com mulheres da mesma nacionalidade.

Nesses casos, mesmo o que poderia ser considerado como violência entre pares se inseria em um terreno disputas de sentido. Farpas, distanciamentos, egoísmos e indiferenças eram compreendidos de diferentes formas pelas mulheres que trabalhavam na alterne investigada, em comparação às acompanhantes que atuavam em *site* de anúncios. Essas, por outro lado, consideravam violentas as dinâmicas presentes em boates de prostituição, enquanto para as mulheres que trabalham nesse âmbito do trabalho sexual, formas de comunicação e regras de ação presentes nas dinâmicas eram comuns e esperadas. Em todos as circunstâncias, entretanto, as farpas e atitudes entendidas como “grosseiras” quando surgiam nas relações entre pares, entre amigas ou nas parcerias, eram vistas como um equívoco na comunicação, um desencontro de expectativas, ou como um “fogo amigo” que, apesar de aparentar “dureza”, tinha como função alertar e cuidar, mais do que especificamente violentar.

No feixe das relações em que se assentavam as políticas de prostituição feminina, na medida em que eram permeadas por interdependência e expressas por alianças estratégicas formuladas na fricção, estavam envolvidas gramáticas emocionais e regras de ação que deveriam ser apreendidas, repetidas, internalizadas e, portanto, incorporadas nas interações. Tais gramáticas eram então mediadas por relações de poder e em uma profunda compreensão sobre como afetos e aproximações serviam tanto para defender-se quanto para promover benefícios e mais negociações, assim como possibilidade de agência.

Nesse sentido, os relatos das interlocutoras ainda revelam que as formas de negociação estavam intrinsecamente ligadas por um intercâmbio de afetos e percepções compartilhados por mulheres de diferentes nacionalidades, que contribuíam para as lógicas de expulsão, e até mesmo na criação de um “*ranking*” para os clientes, classificando-os como mais, ou menos, desejáveis no plano das trocas econômicas, sexuais e afetivas. Me interessa, assim, ressaltar que as políticas da aliança moldavam as maneiras como elas se comportavam diante dos clientes, as expectativas que poderiam sentir em relação as trocas comerciais, e na forma como se posicionavam diante de diferentes perigos.

Assim, encerrando essas análises, é preciso compreender que ao utilizarmos a expressão “Portugal é o Brasil de cima”, associada às proposições de que as brasileiras “dominam a prostituição no país”, não devemos entendê-la como uma chave analítica que fornece pistas sobre uma emergente abordagem crítica de Portugal em relação ao colonialismo, menos ainda podemos simplificá-la a alegações de que a brasilidade, em todas as suas possibilidades, inclusive entre aquelas alianças além da zona, têm sido simplesmente acolhida

ou ‘abraçada’ no cenário português. Essa forma de interpretação, assim como defendeu Miguel Vale de Almeida (2000; 2022), poderia resultar em uma equivocada atualização da ideia de “plasticidade” e “integração” nas relações étnico-raciais, e, ao mesmo, apagaria as práticas de xenofobia e racismo contra imigrantes brasileiros e africanos, que ainda ocorrem no país (Machado *et al.*, 2023). O que nos faria retornar às desatualizadas ideias já contrapostas pelo conceito de fricção, em que os fluxos ocorrem sem atritos.

Ao aceitarmos essa narrativa, ainda perderíamos de vista o fato de que devido ao numeroso contingente de mulheres brasileiras inseridas no mercado sexo no português, a brasilidade tornou-se algo comum, de tal modo que o exotismo perdeu seu impacto nas negociações. Ignorariamos também que, atualmente, nas negociações tem prevalecido a fácil possibilidade de encontrar brasileiras, com as mesmas atribuições de características que envolvem simpatia e sensualidade, dispostas a ofertar programas por valores mais baixos. E ainda que isso não signifique perda de agência, mas, sim, reconfigurações nas negociações e nas relações de poder, nota-se que as prostitutas brasileiras têm lidado com a saturação de seus próprios atributos exotizados no mercado que afirmam “dominar”.

A partir das reflexões realizadas até aqui compreenderemos, então, que a expressão “Portugal é o Brasil de cima” não se refere ao quantitativo de brasileiras inseridas no trabalho sexual. Igualmente não se pode afirmar que o domínio da prostituição esteja necessariamente relacionado à possibilidade de brasileiras sempre se saírem melhor do que trabalhadoras sexuais de outras nacionalidades. O que posso concluir, é que Portugal tornou-se para elas, de certa forma, como um “Brasil de cima” devido às estratégias de negociação manipuladas pelas brasileiras em suas relações, o que resultou no “domínio” de certos aspectos da prostituição no país. O fenômeno envolve, portanto, um conjunto de práticas políticas arrematadas por negociações que articulam classe, raça, gênero e nacionalidade em meio a intercâmbios econômicos e afetivos desenvolvidos por meio das alianças estratégicas. Alianças, que apesar de pequenas ou ‘marginais’, embaralham o funcionamento e aplicação de políticas estatais, ou, como nos sugeriria Tsing (2004): a hegemonia é feita e desfeita, a partir dos pontos de fricção.

7. “O LUGAR DA ACADEMIA”

Como descrevi no decorrer da tese, desde que adentrei a primeira boate, localizada nas imediações de Campinas, enfrentei algumas dificuldades quanto às formas de coleta e análises das informações fornecidas pelas interlocutoras. Ao longo dos anos de pesquisa, com certa frequência, tive que lidar com desconfianças e questionamentos (legítimos) sobre meus objetivos de pesquisa, da minha trajetória profissional e como pretendia construir a etnografia. Embora essas formas de interpelação entre interlocutores e pesquisadores não sejam incomuns em diferentes contextos de investigação que envolvem o trabalho sexual¹³³, a constante afirmação de que valores deveriam ser destinados ao pagamento de entrevistas devido ao tempo que as trabalhadoras disponibilizavam à pesquisa, e a compreensão de que estavam me oferecendo uma forma de conhecimento que contribuiria para o meu trabalho, levaram-me a repensar e questionar um percurso teórico investigativo que acreditava estar consolidado há algum tempo.

Em diversas ocasiões, as apreensões sobre a autoria dos conhecimentos informados nesta pesquisa não surgiam como uma dúvida, mas como uma certeza de que aqueles conhecimentos lhes pertenciam. Corriqueiramente, as prostitutas se afirmavam como sujeitos do conhecimento e diziam que minha função era somente organizá-lo e descrevê-lo a um público distanciado, e nem sempre benquisto. E, ainda que, em um primeiro momento, pudéssemos conjecturar que suas argumentações fossem provas de que minhas práticas atingiram objetivo inerente às investigações realizadas “em casa”, uma vez que nessa posição os antropólogos se ocupam da continuidade cultural entre os resultados de seu trabalho e as narrativas que as pessoas da sociedade estudada produzem sobre suas próprias vidas (Strathern, 2017); nossas conversas apontavam outros desdobramentos sobre o assunto.

Principalmente nas situações em que estive próximas às interlocutoras brasileiras residentes em Lisboa, ouvi que elas não gostariam somente de falar a respeito das relações entre prostitutas, mas também da relação entre “nós” (os acadêmicos) e as trabalhadoras sexuais. A partir disso, optamos por realizar um deslocamento do foco analítico que, neste ponto, suspende as análises sobre as relações internas entre elas para nos concentrarmos nas relações políticas estabelecidas entre elas e a Universidade. Para além da imprescindível aposta no engajamento mútuo e no posicionamento ético que produz uma escuta ativa sobre as reivindicações das interlocutoras, neste capítulo questiona-se algo fundamental: como, a partir de suas próprias

¹³³ Como nas pesquisas de Barreto (2022) e Perlongher (2008).

gramáticas relacionais, as prostitutas têm produzido questionamentos, confrontos, aproximações e alianças políticas com pesquisadores.

O questionamento, entretanto, sucede às demandas das interlocutoras que constantemente demonstravam o desejo de estabelecer diálogos mais assertivos sobre o assunto. Considerando que as relações entre a Universidade e as prostitutas não são unidimensionais e que se configuram como um espaço de negociação, através do qual as interlocutoras buscavam frequentemente redefinir os termos da interação, nossas proximidades e vínculos afetivos pareciam depender desses questionamentos para existir. Os descontentamentos, ou indiferenças, em relação às formas de gestão das produções acadêmicas, bem como o papel da universidade junto às prostitutas, ganharam tal força que, de maneira parecida ao que ocorreu com Strathern (2017), as produções (textos) resultantes da pesquisa foram, em alguns momentos, vistas como instrumento de prestígio exclusivo para mim, sendo entendidas da mesma forma com relação a outros acadêmicos com quem tiveram contato. O que estava em negociação era, então, a questão da exploração pelos acadêmicos, recorrentemente chamados de “*a academia*”, que, nos discursos das prostitutas, ora surgiam como representantes de uma instituição parceira que contribuía com as atividades necessárias na luta por direitos, ora como usurpadores que faziam usos extrativistas dos saberes das prostitutas, que há muito têm lutado para reivindicar o posto de protagonistas de suas histórias e conhecimentos.

Desse modo, apesar de as relações entre pesquisadores e prostitutas terem se constituído de diferentes maneiras ao longo do tempo e, como informa Barreto (2023) — devido às parcerias com os movimentos organizados de prostitutas no país, essas proximidades terem ganhado importância como tema de pesquisa em diversas áreas do saber, capazes de entrelaçar o universo acadêmico ao das políticas públicas ou a militância¹³⁴, de forma que a aproximação das prostitutas, no lugar de agentes do conhecimento, figura, desde o início dessa relação como condição prioritária de ação —, me dei conta de que nossas aproximações tensionavam essas conquistas e remontavam à histórica necessidade que a etnografia confere à disciplina: “mais do que “dar ouvidos”, antes, é preciso *negociar* com os sujeitos de pesquisa – que já não representam somente grupos culturais e se compreendem como entidades políticas com critérios

¹³⁴ Não posso deixar de enfatizar as heterogeneidades desses posicionamentos dessas relações, pois embora tenha me centrado em denotar as parcerias entre academia e o movimento das prostitutas, sabemos que o debate entre pesquisadoras feministas sobre a prostituição é conflituoso e, por vezes, se organiza em perspectivas opostas. E, assim como sustentam Piscitelli (2012) e Barreto (2022), essas tensões são refletidas nas formas como se constituem os processos de pesquisa, nas relações no campo e com as prostitutas.

de avaliação ética tão respeitáveis quanto os dos comitês de ética” (Fonseca, 2015, p. 359, grifo nosso).

Foi a partir dessas percepções que, frente às “alfinetadas”, aos impasses e os receios em antepor os incômodos expressos pelas prostitutas nos diferentes campos de pesquisa, decidimos, juntas, repensar um tema muito debatido: a relação entre pesquisadores e interlocutores, especificamente entre as prostitutas com quem estive e as formas como teceram proximidades, afetos e percepções sobre os pesquisadores (as) e as formas de gestão das investigações. Particularmente no caso das interlocutoras que conheci em Portugal, por exemplo, para esses modos de relação havia um termo comumente utilizado e denominado como “*o lugar da academia*”, em torno dele giravam conversas e percepções críticas a respeito da posição dos pesquisadores dentro e fora dos movimentos de prostitutas. Além disso, as negociações dos valores de entrevista, assim como os frutos resultantes das pesquisas, se atrelavam às demandas que as interlocutoras suscitavam em campo, e eram denominados como o “lugar” “a posição” e o “serviço de vocês”, “os acadêmicos”.

E ainda que na realidade cotidiana as formas como as interlocutoras compreendiam os pesquisadores nem sempre convergissem, notei, já no primeiro campo de pesquisa, que, embora as mulheres com quem estive não se importassem com essas relações e, no máximo, desconfiassem frequentemente das intenções daqueles que se aproximavam com muitas perguntas, inclusive as minhas. A despeito disso, elas comentavam que caso alguém se aproximasse com o objetivo de realizar pesquisa elas precisariam cobrar pelas informações. O mesmo ocorria com as interlocutoras brasileiras em Portugal que, além de questionarem os motivos para manutenção de nossas relações, afirmavam a necessidade de cobrar valores específicos para cada entrevista que decidissem ofertar a quaisquer pesquisadores que se aproximavam.

Por força das circunstâncias, infelizmente, apenas pude compreender o objetivo principal das interlocutoras nos momentos finais da pesquisa, o que considero uma lástima. Em nossos diálogos ela colocavam em jogo a necessidade de seus conhecimentos não serem compreendidos apenas como dados a serem analisados, mas como formas de análise sobre a própria realidade. Assim, suas notórias reivindicações evocavam não apenas o compartilhamento da escrita do texto etnográfico, mas a possibilidade de co-teorização do que é produzido, o que se assemelha às bases teóricas do que se compreende por etnografias colaborativas: um trabalho que vai além das práticas de compartilhamento da escrita e se concentra na co-teorização que se desenvolve no campo (Lassiter, 2005; Rappaport, 2005).

No contexto dessas reivindicações, o fundamento para a colaboração com a pesquisa foi exposto: converter a pesquisadora em aliada política, algo que, noutras circunstâncias, Kopenawa e Albert (2015), Strathern (2009) e Viveiros de Castro (2015) já haviam apontado como um caminho possível. Isso implicou em uma virada não só nos questionamentos que orientavam a pesquisa, como também na abordagem utilizada para analisá-los. Este capítulo se inscreve, portanto, a partir dos preceitos da etnografia colaborativa, onde a colaboração converte o espaço de trabalho de campo, comumente entendido como lugar de coleta de dados, em espaço de co-conceitualização, forçando-nos a transferir a ênfase dada na etnografia como escrita para a reconceitualização do próprio trabalho de campo (Katzer e Sampron, 2012, Lassiter 2005; Rappaport, 2007).

Essas mudanças ocorreram também porque não caberia, em todos os sentidos, escrever sobre as reivindicações das prostitutas e as formas como operam suas relações com os acadêmicos, sem levar em consideração como nossos diálogos formavam um conjunto de conhecimentos que não somente nortearam a redação do texto, como também eram formas paralelas de análise que, a partir dos conhecimentos de Patrícia, que foi interlocutora da pesquisa em Portugal, revelaram a complexidade e os pormenores significativos dessas relações. Foi por meio da amizade construída a partir das longas conversas realizadas desde o nosso primeiro encontro, ainda em Lisboa, e que se prolongam até hoje por meio de videochamadas, trocas de mensagem de texto em diferentes redes, além de várias trocas sequenciais de gravações de áudio, que o texto pôde encontrar uma arquitetura capaz de transmitir as demandas que não pertencem apenas à Patrícia, mas também a muitas de suas colegas prostitutas.

Em nossas negociações sobre como e o que escrever, Patrícia argumentou que, para convergirmos na co-teorização do texto — algo que explicaremos com mais vagar no decorrer do capítulo — uma condição inegociável para a colaboração seria garantir que a produção, futuramente, seja convertida em um texto capaz de circular entre os diferentes coletivos de prostitutas. O objetivo não foi, então, fazer do texto apenas uma ferramenta de mediação, ou de ‘tradução’ e transmissão dos descontentamentos das prostitutas frente a Universidade, mas, acima de tudo, algo que elas possam utilizar entre si, dialogar entre pares, a fim de fortalecer a base de suas reivindicações.

Além disso, na pactuação sobre a colaboração, sem que cada uma precisasse abdicar de sua singularidade, os sentidos políticos e a “curiosidade intelectual” se

encontraram¹³⁵: a investigação sobre a capacidade produtiva do conflito se inseriu em um marco de relações onde a dissonância entre as expectativas das prostitutas em relação à produção de conhecimento sobre sua realidade é convocada a uma reflexão crítica. Esses conflitos se entrelaçam ainda com práticas políticas frequentemente teorizadas pelas prostitutas em nossos diálogos.

*

7.1 Composições

Os processos de construção dos textos colaborativos são complexos e, indo além de nossas boas intenções, envolvem uma série de desafios que conformam um horizonte no qual diferentes estudos questionam as relações de poder que caracterizam a construção etnográfica. Ao mesmo tempo em que questionam, certo número de autores se recusa a sucumbir à tentação de construir uma imagem heroicizada sobre si, enquanto, em tese, “acreditam fornecer instrumentos teórico-políticos capazes de liberar interlocutores ou colaboradores de sua sujeição” (Viveiros de Castro, 2015). Assim, se desde a “virada ontológica” muitos antropólogos têm se concentrado na autocrítica reflexiva sobre a validade da pesquisa tradicional e das dinâmicas que envolvem a relações entre pesquisadores e interlocutores na produção de saber, por outro lado, embora seja indispensável assumir que os interlocutores possuem capacidade de criar teorias sobre a constituição do social (Ferreira, 2022), seria uma armadilha não perceber as tensões que permeiam, alteridade, autoria e, principalmente, as assimetrias frequentemente presentes na produção etnográfica¹³⁶.

Nesse sentido, ainda que a etnografia colaborativa tenha sido evocada entre as interlocutoras e que no processo de co-teorização que sustenta tal abordagem seja preconizada a completa horizontalidade entre pesquisadores e cooteorizadores, para a composição deste texto admitimos os riscos e limites da decisão de produzirmos juntas. Isso significa que levamos em consideração o ‘paradoxo da textualização’ tão frequentemente evocado entre os críticos que denunciam a impossibilidade de simetria nas colaborações entre os diferentes atores e

¹³⁵ Ou como fizeram Kopenawa e Albert (2015), um “pacto etnográfico” pelo qual, em face da ‘dívida’ de conhecimento que o etnógrafo contrai, trata-se de assumir com lealdade o papel político e simbólico que lhe cabe, sem que, com isso, os sentidos políticos e científicos deixem de coincidir. Isto é, sem renunciar à ‘curiosidade intelectual’, da qual dependerá a qualidade da mediação.

¹³⁶ (Viveiros de Castro, 2002; Zempléni, 1984). No que se refere às menções de “certo número de autores” ou “diversos estudos”, embora não tenhamos realizado uma revisão profunda sobre o tema, pode-se indicar especialmente as leituras dos trabalhos de Kopenawa e Albert (2015) Latour (2012), Viveiros de Castro (2002; 2015), Ribeiro (2006), Strathern (2017, 2009).

pesquisadores, pois observam que, na maioria dos casos, são os próprios pesquisadores que escrevem em lugar dos primeiros (Ferreira, 2022). Decerto, essas críticas se constroem através de um conjunto de oposições que apontam para a assimetria inerente à produção etnográfica, o que, de certa forma, torna concebível a ideia de que tais propostas colaborativas, em última instância, são irrealizáveis, ingênuas ou demasiadamente falhas.

Embora consideremos essas questões, nossa aposta segue por caminhos abertos por outros cânones teóricos, através dos quais colocamos as concepções das prostitutas no mesmo plano que as concepções “antropológicas” sem que isso implique tratá-las como idênticas. A horizontalidade, portanto, não foi tomada como sinônimo de harmonia e indiferenciação. Voltando o texto à primeira pessoa do singular, como pesquisadora, tenho consciência de que, como sugeriu Strathern (2013), preparar uma descrição requer estratégias literárias específicas, além de construções persuasivas que envolvem certa expertise antropológica, algo que também não era desconhecido por Patrícia. A composição interna, o recorte, a organização da análise, a sequência dos conceitos e justaposições: tudo isso foi cuidadosamente pensado com objetivo de produzir diálogo com o universo acadêmico e seus agentes. Por isso, se inscrevemos reivindicações como formas paralelas de análise construídas por Patrícia, concomitantemente, optei por inserir discussões sobre ética, mercantilização do saber e outras nuances que possam provocar, ou até mesmo gerar, questionamentos entre os colegas. “As ideias não podem, afinal, divorciar-se de relacionamentos” (Strathern, 2013, p. 85) e o conhecimento produzido, portanto, se baseou na “condição mutuamente constituinte desses discursos, que só acendem como tais à existência ao entrarem em relação de conhecimento” (Viveiros de Castro, 2002, p. 125).

Nossa colaboração não se firmou, então, por meio de artifícios que tendem a mascarar a presença de um redator, tampouco simulamos a inexistência de mediação entre as análises e questionamentos formulados por Patrícia e o contexto teórico mais amplo em que elas inserem. Se muitos antropólogos têm veementemente apontado os perigos em rejeitar as assimetrias desses encontros, Patrícia, por sua vez, não negava sua existência. Ao invés disso, a expunha e questionava, e assim, mesmo nos diálogos que estabelecíamos para a construção do texto, assimetrias e negociações tornavam-se o eixo central. Como nas situações em que debatemos os limites daquilo que exporíamos, e a tensão entre o que seria revelado e o que permaneceria implícito — o que não significou ocultar ou anular — tornou-se um processo contínuo de reflexão e negociação. Processos que podem ser concebidos como estratégias de comunicação para tornar mais sensível o contexto em que o texto, *a priori*, irá circular.

A partir das nossas negociações, a colaboração anteviu a ingenuidade em negar que os instrumentos utilizados para reivindicar ou dialogar pertencem a mesma caixa teórico-política das ferramentas da sujeição. Assim, considerando que ‘boas’ putas não costumam ser ingênuas, observamos como hierarquias podem se materializar na posição da pesquisadora como intermediária, na configuração da redação do texto que se estabelece por meio de jargões acadêmicos, assim como no poder que os saberes acadêmicos, em alguma medida, exercem sobre a validação do que nos propomos fazer. Diante disso, aderimos ao “menor dos males” (Kopenawa; Albert, 2015, p. 536), como um conjunto de soluções e cuidados sobre os desafios da proposta colaborativa.

“Menor dos males” foi o termo utilizado pelo antropólogo Bruce Albert para revelar sua estratégia de redação do trabalho colaborativo com o indígena Davi Kopenawa. Formulada através do “pacto etnográfico”, a estratégia comprometeu-se a mitigar, na medida do possível, a situação hierárquica inerente à ‘situação etnográfica’, mas sem, com isso, negar sua existência. Assim como os dois, nós evitamos que o texto se limitasse a uma tradução direta de um relato autobiográfico, suscetível a um estudo baseado na análise do discurso. Também não cedemos a tentação de dissimular o “eu” redator sob o “eu” do narrador, criando uma espécie vis-à-vis entre leitor e uma das co-teorizadoras, como se, ao ler, estivessem face a face apenas com a Patrícia. Isso, afinal, se configuraria como uma técnica ilusória. A aposta foi na “redatora discreta” (Kopenawa; Albert, 2015), que busca produzir equilíbrio entre as análises da co-teorizadora e as suas, com objetivo de gerar uma equivalência para que o trabalho desta não suprima o daquela.

Exceto por algumas passagens específicas, nossos lugares não estão claramente distinguidos no texto, pois não há divisões explícitas, assim como não inscrevemos enunciados destacados em *itálico* e sucedidos por uma metalinguagem que absorve o primeiro. A redação também não nos coloca sempre em primeira pessoa, pois adotar a postura de uma redatora discreta, no nosso caso, não significou desaparecer momentaneamente do texto, uma vez que as explicações necessárias já foram fornecidas. A integração das vozes foi feita por mim, pesquisadora, redatora do texto, mas sempre a partir das conversas e trocas contínuas com a co-teorizadora. Foram as noções e reflexões compartilhadas por Patrícia que alimentaram e orientaram diretamente a construção das ideias e problematizações, criando uma arquitetura textual e conceitual que reflete a colaboração constante entre as nossas perspectivas. Em suma, o texto se configura a partir dos diálogos contínuos entre nós duas.

Isso implica em compreendermos que, antes e simultaneamente, enquanto o texto era escrito, ele também era falado entre duas pessoas, tornando o texto colaborativo um

processo no qual essas pessoas, “como dois córregos, se juntam para formar um terceiro que seríamos nós” (Deleuze, 1992). Seguras da heterogeneidade que acompanha as políticas da prostituição, houve entre nós a reunião de aspectos distintos, mas complementares: cada uma, como unidade múltipla e compartilhada, costurou o texto a partir de suas próprias redes de relação. Patrícia, com sua vivência direta e escuta atenta às suas colegas prostitutas, trouxe à tona como as interações entre prostitutas e a “academia” exigem negociações constantes e uma reavaliação contínua dos limites do que é compreendido como consentido. Enquanto eu entrelacei suas reflexões aos debates sobre a regulação do consentimento no campo das pesquisas com seres humanos, e as implicações com as pesquisas colaborativas. Desse modo, ao admitirmos as diferenças em nossos discursos, ambos puderam ser tomados de maneira equivalente, porque se influenciavam e moldavam de forma recíproca.

Antes de passarmos ao trecho reivindicatório, a partir dessas discussões emergem ainda outras questões. Considerando que a voz que se faz ouvir no texto é compartilhada, é ainda importante ressaltar que outras vozes se inserem em nossos diálogos. Em primeiro lugar, as percepções e conhecimentos de Patrícia são marcados e, conseqüentemente, frutos das reflexões, conversas, conselhos, debates e convivência que teve com outras prostitutas, que compuseram seu processo formativo no trabalho e no “tornar-se prostituta”. Portanto, é possível afirmar que as reivindicações não se configuram como uma questão individual, revelando que o “eu” em todo texto é, na verdade, coletivo. Em segundo lugar, outras trabalhadoras, como Roberta, Maria de Andrade e Lourdes Barreto, que foram interlocutoras da tese, participaram pontualmente do processo. Elas contribuíram com entrevistas sobre o tema e, juntas, fosse para contrapor, convergir ou complementar, ecoaram às noções expostas por Patrícia. Seus relatos são distinguidos e devidamente atribuídos a cada uma delas.

Refletindo sobre as diferenciações entre contribuições e o que temos chamado de texto colaborativo, precisamos ressaltar que as conversas com as interlocutoras foram fundamentais para enriquecer e ampliar as análises, entretanto, até mesmo a maneira como essas entrevistas foram organizadas e incorporadas no texto seguiu a lógica desenvolvida por Patrícia. Isso se deve ao fato de que nossos diálogos e incômodos não foram pontuais, mas se estenderam ao longo do tempo. Para que se compreendam as etapas do processo, cabe agora sermos diretas e destacar cada fase:

- Durante a pesquisa diversas intervenções foram feitas pelas interlocutoras que expressaram seus incômodos com as formas como algumas pesquisas são conduzidas. O pagamento das entrevistas, em diferentes momentos, tornou-se chave para negociações.

- As entrevistas realizadas para composição deste texto foram feitas com as interlocutoras citadas, algumas solicitaram pagamentos, outras não.
- Intervenções mais diretas e contínuas ocorreram por parte de Patrícia, que, por iniciativa própria, não se limitava a conversas pontuais sobre o assunto.
- Noções que apontavam para a necessidade de uma pesquisa colaborativa surgiram de diversas formas nos relatos das interlocutoras e culminaram no convite de colaboração à Patrícia.
- A estrutura do texto foi redigida conforme a formulação dos conhecimentos da co-teorizadora, acompanhando também o ritmo dos diálogos que estabelecíamos. Conversas por mensagem de texto, trocas de áudio e videochamadas se configuraram como possibilidade para os momentos de co-teorização.
- O primeiro esboço do texto, assim como sua versão final, foi revisado por Patrícia. Através de videochamadas, as leituras foram feitas simultaneamente, e ela fazia intervenções, inserindo mais informações ou retirando e modificando o que considerava necessário.

Somente após a realização dessas etapas é que o texto foi incorporado na tese¹³⁷. De todo modo, cabe ainda acentuar que, de maneira semelhante ao que Strathern (2009, p. 99) retratou sobre as dissonâncias particulares entre as práticas feministas e as da Antropologia Social, o caso entre prostitutas e os pesquisadores anuncia um diálogo incômodo, pois ambos os lados estão “vulneráveis à base ética que consideram tão importante”.

*

7.2 Relações Incômodas

O modo rápido e intenso com que algumas pesquisas são geralmente realizadas, assim como a forma temporária das relações afetivas e de trabalho são estabelecidas entre pesquisadores e prostitutas conformam um dos eixos centrais de nossos incômodos. E é por isso que iniciaremos nossas argumentações pensando como o desconforto com a transitoriedade dos laços e gestão das pesquisas afetou, de diferentes maneiras, todas as prostitutas que contribuíram para construção desse texto. Lourdes Barreto, por exemplo, lembrou que,

¹³⁷ Agradecemos também a Adriana Piscitelli, por recomendar que as questões sobre pagamento e colaborações fossem discutidas na tese.

embora tenha vivenciado, na maior parte do tempo, boas interlocuções junto a diferentes acadêmicos, houve o caso de uma pesquisadora que depois de passar alguns dias pesquisando junto ao GEMPAC, ao encontrá-la na rua, virou o rosto na direção oposta à de Lourdes, a fim de não a cumprimentar. O mesmo incômodo, aliás, acometia as mulheres que exerciam o trabalho sexual no quadrilátero do amor que, de maneira desconfiada e indiferente, percebiam com insatisfação a presença da pesquisadora, porque, além de produzir disputas quanto à clientela, também não viam retornos práticos nas pesquisas em seu cotidiano.

Algo similar também surgiu nos incômodos experienciados por Maria de Andrade, líder do MTS que, ao falar sobre o assunto, demonstrou pesar. Inicialmente a líder acreditava que a aproximação seguida pelo desaparecimento dos pesquisadores ocorresse em virtude do Movimento dxs Trabalharoxs Sexuais ainda ser jovem no cenário português, mas logo entendeu que o mesmo ocorria com as organizações de trabalhadoras sexuais na Espanha, e que era considerado algo costumeiro.

A respeito disso, lembramos ainda como Roberta, ao recordar o período em que esteve próxima a uma organização de prostitutas no Brasil, afirmou não ter visto “tanto retorno à comunidade”. De acordo com ela, “a academia influencia, é muito importante, mas, é mais importante ter trabalhadoras nos movimentos, sendo, na prática, o protagonismo visto como próprio à academia”. Reflexão que é semelhante ao descontentamento sentido pela co-teorizadora do presente texto, quando observou que informações que havia fornecido foram proferidas por pesquisadores como se fosse deles. E sentiu-se incomodada, porque, na realidade, sequer foi mencionada como autora das análises que ensinou.

Nossas discussões caminham, assim, ao encontro daquelas realizadas por Strathern (2017), nas quais, sob a perspectivas dos grupos de pessoas geralmente estudados, os pesquisadores são advertidos quanto ao processo de converter a experiência vivida em itens, constructos e conceitos, cuja utilidade somente eles controlam¹³⁸. Isso porque, diante desse cenário, muitas prostitutas têm percebido o uso indevido dos conhecimentos como uma forma de usurpação da autoria e alinham seus descontentamentos às dificuldades que muitas delas sentem em adentrar o ambiente acadêmico — seja para participar de uma palestra, um

¹³⁸ A autora faz uma reflexão crítica sobre o assunto a partir dos conflitos entre estudantes melanésios e alguns antropólogos. O corpo estudantil considerava que estes se apropriavam de suas informações, em benefício próprio. Para Strathern (2017), no entanto, não era a apropriação que estava em jogo, mas a reavaliação da relação. Isto porque, o que os estudantes desejavam não era ser reconhecidos no âmbito em que os dados antropológicos possuem valor, mas sim questionavam a forma como a atividade produtiva era concebida. Em outras palavras, a questão não era sobre a extração de informação, mas a conversão dessa relação em prestígio pessoal. Essas reflexões tornaram-se importantes para nossas discussões, uma vez que além de apresentarem situações análogas, são complexificadas a partir das diferenciações que as prostitutas fazem diante da inserção no campo de conhecimento, algo que desenvolvemos no decorrer do texto.

minicurso, uma mesa redonda e outros momentos em que a prostituição for o tema a ser debatido —, algumas compreendem que essas disparidades contrastam com a receptividade ofertada aos pesquisadores nas organizações da classe. Ao se inserirem nesses espaços, os pesquisadores ganham mais acesso às informações e abertura para realização de suas pesquisas, e, em alguns casos, podem também ser compensados por sua contribuição na aprovação de projetos e editais. Assim, apesar de a receptividade ser baseada nas importantes contribuições que esses últimos podem ofertar à organização em que atuam, é preciso lembrar que se trata de uma troca mútua, e não de um favor unidirecional.

Em meio às trocas, ao se aproximarem dos espaços onde a circulação de seus relatos, ou conhecimentos, adquirem um valor específico, e ao observarem que alguns acadêmicos repetem suas informações sem citá-las, o que consideram como uso indevido, algumas prostitutas entendem que eles estão utilizando seus conhecimentos em benefício próprio. São nesses momentos que o protagonismo emerge frequentemente como base para o descontentamento. Em alguns casos, essas questões são adensadas e, acredita-se, inclusive, que as prostitutas dividem a liderança de movimentos próprios da classe com os pesquisadores, divisão com a qual Roberta, demonstrou intensa insatisfação.

Nessa conjuntura, a dimensão do pagamento solicitado para a realização de entrevistas torna-se ainda mais importante, pois, além de todas as questões já expostas, soma-se ao valor simbólico que tem sido atribuído a ele, especialmente considerando que estamos diante de trocas, por vezes, assimétricas. Neste ponto é necessário ser direta e inserir questionamentos: como co-teorizadora, afirmo que vocês não devem nos tratar como: ei, para aqui sua vida para me responder? Ou ainda, ‘pera aí te faço um filme!’ Vocês ganham um diploma que abre “muitas portas”, e eu entendo a importância da academia, mas e o cotidiano? E as contas, e as necessidades que muitas de nós temos? E o retorno de boa parte das pesquisas que não chegam?

O pagamento tem, portanto, importância frente às relações entendidas como extrativistas realizadas por agentes externos, e em muitas circunstâncias tem sido visto como uma forma de respeito ao tempo que as prostitutas fornecem a essas pessoas. Retomando à conversa com Roberta, ao ser questionada sobre as possíveis contribuições que pesquisadores podem realizar ao se aproximarem de organizações políticas de prostitutas, nossa entrevistada indagou: “o que seria contribuir? Afinal, elas (as pesquisadoras) fazem muitas coisas, mas é preciso mostrar a que veio. Não é só para fazer reunião, elaborar ata de reunião [...] o pagamento é sobre respeito”. Seguindo suas argumentações, Roberta afirmou que ela mesma paga, do seu

próprio bolso, quando alguma colega que ganha menos precisa de ajuda. E o valor obtido nas entrevistas repassa às organizações.

Longe de afirmarmos que essas trocas (entrevistas x dinheiro) configuram uma forma de reciprocidade entre os dois agentes, nota-se que muitas trabalhadoras sexuais, assim como Roberta, entendem que o valor de uma entrevista concedida não corresponde ao valor simbólico de uma titulação ou diploma na vida de um outro sujeito (nem a curto, médio ou longo prazo). O que elas indicam é que dentro de uma relação em que as trocas não têm se realizado como elas gostariam, o pagamento seria uma maneira de fazer com que, principalmente os pesquisadores distantes e estrangeiros à luta das prostitutas, ou aqueles próximos que não se implicam completamente com as atividades da organização à qual afirmam contribuir, ofereçam algum tipo de retorno pelo tempo, trabalho e o conhecimento disponibilizado.

Nesse imbróglio, o pagamento se entrelaça também com a dimensão do reconhecimento de que aquilo que transmitem gratuitamente a muitos sujeitos que, em seguida, desaparecem é, na verdade, mais do que simplesmente um dado empírico de campo, mas, sim, uma forma de conhecimento. As prostitutas, nas diferentes circunstâncias em que nós duas estivemos, se autodenominavam como professoras dos saberes da prostituição e argumentavam que o processo de ensino do que ministravam não deveria ser convertido em vantagem unilateral por meio de relações estabelecidas em espaços aos quais não costumam ter acesso, como a acadêmico.

E embora possam surgir argumentos de que essas proposições contribuem na comercialização de saberes, minando possibilidades de trocas mais criativas, e que notoriamente as cobranças se atrelam às demandas materiais colocadas pelo capitalismo contemporâneo, fazendo com que os valores sejam repassados para trabalhadoras em situações econômicas difíceis, ou para organizações da classe que, assim como ocorre outros movimentos sociais, precisam buscar alternativas para sua sobrevivência econômica e financeira (Valiengo, 2016), parte de nossas entrevistadas, assim como muitas colegas prostitutas, entendiam que os repasses dos valores formavam uma estratégia nas relações de troca, capaz de solapar, em alguma medida, a assimetria dessas relações, assim como os descontentamentos quanto ao uso inadequado das informações compartilhadas.

Foi, portanto, a partir da prática de enviar os montantes arrecadados às colegas que passam por dificuldades, e que podem estar próximas de um ou outro movimento de prostitutas, que a co-teorizadora dessas reflexões e outras trabalhadoras sexuais, majoritariamente negras e inseridas na prostituição “popular” e nos movimentos da classe, com apostas similares, criaram

uma tabela de valores denominada como doação ou auxílio, com o objetivo de nortear outras prostitutas no momento de cobrarem os pesquisadores que desejem entrevistá-las.

Todavia, ainda que esses pagamentos sejam frequentemente manejados por diferentes grupos de trabalhadoras, eles não podem ser considerados um consenso entre as diferentes organizações da classe. Como bem afirmou Lourdes Barreto, há uma divergência sobre o assunto, e ela mesma não é a favor do imperativo de cobrança, pois, em suas experiências, passou por questões distintas das apresentadas pelas outras interlocutoras. Tendo em vista suas experiências, a líder do GEMPAC explicou que costuma optar pela possibilidade de solicitar uma “*ajuda*” aos pesquisadores. Nesses casos, o custeio do deslocamento e da alimentação das participantes das entrevistas é entendido como condição básica para sua participação.

Por isso, é preciso ressaltar que a ajuda mencionada por Lourdes não se refere ao mesmo tipo de remuneração cobrada nas tabelas construídas pelas outras prostitutas. Antes, inclui-se em um registro de práticas corriqueiramente aceitas pelas normas éticas brasileiras de pesquisa com seres humanos, sendo denominada pela Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CEP) como ressarcimento. Ocorre ainda que, segundo as normas regulatórias no território nacional, permite-se a compensação material exclusivamente para cobrir as despesas dos participantes e seus acompanhantes, como transporte e alimentação¹³⁹, e são justamente essas situações as quais a líder se referia. É importante então frisar que, entre as mulheres próximas ao GEMPAC, não havia uma tabela para nortear os valores referentes à ajuda, assim como não havia construção de pesquisa sem o devido ressarcimento, já que essa era uma condição fundamental para sua realização.

Nesse ponto vislumbramos algo em comum nas reivindicações básicas propostas pelas diferentes prostitutas: dificilmente alguma delas se envolveria em uma pesquisa na qual não fosse disponibilizado algum montante ou em que não houvesse uma forte confiabilidade nas intenções do pesquisador em contribuir com a causa política das prostitutas e, mais especificamente, com alguma determinada organização. Confiabilidade que, no entanto, nem sempre é capaz de sobrepujar a necessidade de ressarcimento, principalmente entre aquelas que advogam pela necessidade de um pagamento prévio e obrigatório para a realização de entrevistas.

¹³⁹ Brasil. Resolução no. 466/12 sobre pesquisa envolvendo seres humanos. Ver link: <http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2012/Reso466.pdf>. Dentre outras coisas, essas normas preconizam que o montante a ser ressarcido não deve ser alto, pois não pode interferir na tomada de decisão do sujeito quanto à sua participação no estudo, o que contrasta com a realidade vista nos campos de pesquisa.

Ainda assim, a complexa formação de um horizonte de posicionamentos repleto por proximidades e discordâncias, não foi capaz de deter a formulação e a propagação de uma tabela de valores que, além ter sido disponibilizada publicamente, foi recentemente atualizada com objetivo de atender às necessidades das trabalhadoras. Essa última versão é utilizada pela co-teorizadora, no entanto, as modificações relacionadas à linguagem de gênero podem ser ajustadas de acordo com o contexto em que a tabela será aplicada. Junto dela, há um pequeno texto que antecede a descrição dos montantes de pagamento e informa as justificativas para as cobranças. Vale destacar que o texto é utilizado pelas três redes do Movimento Brasileiro de Prostitutas: a Rede Brasileira de Prostitutas (RBP), a Articulação Nacional de Profissionais do SEXO, (ANPROSEX) e a Central Única de Trabalhadoras e Trabalhadores Sexuais (CUTS). Devido a extensão do texto e a importância de suas informações, a fim de não dificultar a leitura decidimos aloca-lo na página seguinte.

Carus (as) (os) (es) Pesquisadores, Jornalistas, Produtores e interessades pelo movimento de trabalhadores sexuais e trabalhos com prostitutas.

Obrigada pelo contato formal por e-mail.

Referente pesquisas acadêmicas, matérias, filme, temos como política coletiva neste primeiro contato, encaminhar essa mensagem para que possamos iniciar um diálogo mais embasado acerca das pesquisas a serem realizadas, já que recebemos muitas solicitações de diferentes produtoras, órgãos e pesquisadores. Caso pesquisadores tenham exigência de entrevistas diretamente com trabalhadores sexuais, sugerimos sempre que ofereçam uma doação/auxílio, visto que nós, putes/prostitutes/trabalhadores sexuais, somos uma classe de trabalhadores e das poucas classes de mulheres com plena consciência de nossa carga horária e valor mínimo por hora de trabalho. É importante ter ciência de que pessoas dissidentes/trabalhadores organizados são pesquisadores/estudiosos e detentores de um conhecimento empírico, vital e de escrevivência que deve ser respeitado e valorizado. Além disso, também é importante informar a esse/a/o trabalhador a distribuição desse material e possíveis consequências da exposição midiáticas e de pesquisa, visto que muitas de nós mantemos sigilo de nosso trabalho e não sabemos as consequências que determinado conteúdo pode ter em nossas vidas e em nosso trabalho. Assim, é imprescindível sempre perguntar quanto esse trabalhador/e/a se sente confortável em receber/trocar pela pesquisa e se este dispõe de tempo e/ou valor cobrado ou se abdica deste valor/hora para realizar participação em sua pesquisa/matéria/trabalho. Salientamos que nossa classe é uma das que continuam expostas à pandemia do Covid-19, a tragédia do Rio Grande do Sul, a precarização de nosso trabalho e que a maioria dos trabalhos, bem como coletivos/movimentos e instituições necessitam de doações para sobreviver e manter nossas ações efetivas para fortalecer nossa categoria e nos dar suporte quando necessário.

Segue abaixo, uma tabela de valores mínimos sugeridos em comum acordo pelo Movimento Brasileiro de Prostitutas:

R\$100,00/hora pesquisa de graduação acadêmica

R\$150,00/hora pesquisa de mestrado acadêmica

R\$200,00/hora pesquisa de doutorado/pós doc acadêmicos

R\$200,00/hora participação em debates acadêmicos

R\$300,00/hora participação em matérias jornalísticas escritas.

R\$500,00/hora participação em matérias/documentários audiovisuais

(Esses valores são valores mínimos e cotados por trabalhadores brasileiros em âmbito nacional e podem mudar dependendo do valor/hora de cada local, distribuição e produção). Também sugeriremos que, se possível, cada trabalhadora contatada também destine uma doação de 30% do valor recebido para o movimento/organização/coletivo que faz parte ou a contactou.

Atenciosamente,

Movimento Brasileiro de Prostitutas

A reafirmação da posição das prostitutas como sujeito do conhecimento surge no texto como uma das justificativas para a tabela, nesse sentido, podemos considerar que ele apresenta quais gramáticas relacionais têm sido mobilizadas por muitas trabalhadoras sexuais ao se aproximarem de pesquisadores. Para que o argumento se torne mais compreensível, é necessário ainda observarmos outras proposições relevantes quanto à constituição dessas relações, pois, em uma de nossas conversas, Roberta, por exemplo, utilizou a expressão “se acharem pouco, paguem mais” para retratar como prefere pagamentos monetários às lógicas de “falsas promessas”. A preferência do pagamento em relação às promessas de contribuição, por sua vez, apresenta um horizonte de negociações muitíssimo comum entre prostitutas.

Nas interações com diferentes clientes e outros sujeitos que se aproximam, muitas trabalhadoras costumam argumentar que, enquanto algumas saídas podem ser realizadas gratuitamente, outras exigem pagamento. Isto é, quem paga e quem não paga? A resposta depende do modelo de relação, é claro. Não se trata apenas de uma desconfiança em relação às promessas de retorno das pesquisas, (no sentido de exposição dos resultados e convites para eventos acadêmicos que raramente ocorrem, ou colaborações mais intensas junto às organizações), mas, principalmente, como o pagamento pelas entrevistas se insere em um marco de relações nas quais, diante das impropriedades éticas de alguns dos processos de pesquisa que já participaram ou viram colegas participarem, muitas prostitutas resolveram se antecipar e cobrar os montantes informados.

É preciso também atentarmos que a expressão “quem paga e quem não paga”, na medida em que compõe uma formulação bastante conhecida e manejada entre boa parte das trabalhadoras sexuais nas relações que estabelecem com clientes, revela como esse modelo de relação se expandiu e alcançou aquelas interações estabelecidas com alguns curiosos acadêmicos. A correspondência entre a expressão e o tema debatido baseia-se na compreensão de que, no dia a dia de diferentes prostitutas, existem outros tipos de relação nas quais os intercâmbios não envolvem necessariamente o pagamento direto pelos serviços sexuais, como, por exemplo, no caso das *ajudas* que recebem de clientes fixos, com quem podem ou não estar envolvidas em relações amorosas¹⁴⁰. Existem ainda outras relações nas quais se envolvem romanticamente com outras pessoas, e o sexo inerente a essa modalidade de relação não é entendido como um trabalho ou uma ferramenta necessária para negociação de possíveis ajudas, mas como resultado de uma relação em que buscam exclusivamente o prazer sexual, sem

¹⁴⁰ Ganham perfumes, roupas ou sandálias. Os clientes também costumam pagar as parcelas dos carros que elas adquiriam, além do aluguel (com pagamento realizado direto com o proprietário ou a imobiliária responsável pelo imóvel), móveis, comida etc.

obrigatoriedade da retribuição financeira, ou que advém de uma relação romântica em que acreditam não haver trocas materiais ou econômicas como base para a manutenção da relação.

Embora do ponto de vista teórico, possa-se questionar as noções de que relações românticas são desprovidas de trocas econômicas e materiais, nos importa observar que, do ponto de vista das putas, além dos pagamentos diretos e das ajudas, só não paga por seu tempo e serviços aqueles sujeitos com quem estabelecem outros modelos de relação, nos quais afetos, desejos e, portanto, aproximações são entendidas como separados da esfera instrumental das relações. Nos casos em que acreditam que as trocas entre os pares da relação não são perpassadas somente por interesses materiais, noções como “amor devolvido com amor”, “sexo casual devolvido por boa companhia prazer e carinho” ou a “amizade pode devolver práticas de cuidado e apoio mútuo nos momentos necessários” colocam os intercâmbios econômicos como secundárias às suas necessidades e vontades, e revelam a importância dos circuitos de cuidados e afetos em suas realidades. Isso implica compreender que as trabalhadoras sexuais, frequentemente, como argumentou Saunders (2022), observam os fluxos de poder envolvidos em suas transações e utilizam essas noções para garantir segurança e alavancar os valores empenhados nesses intercâmbios.

Assim, ao pensarmos sobre quem pagará ou não os valores referentes à tabela, estamos diante de uma gramática relacional que não é definida pelos pesquisadores, tampouco surgiu somente a partir das interações com eles. Ainda que tenha se fortificado nessas aproximações, trata-se de uma moral relacional definida pelas próprias trabalhadoras que ao se perceberem “passadas para trás” ou em posição desvantajosa em relações assimétricas, anteveem o perigo e cobram. Isso nos remete ainda aos casos em que, de maneira parecida aos clientes, alguns pesquisadores se aproximam e, diante das negativas ou silêncios oferecidos pelas possíveis interlocutoras, insistem, com muitas mensagens seguidas, na tentativa de obter o aceite para participação na pesquisa. O que culmina em relações que, de maneira análoga, remontam as dinâmicas de programa em que a regra básica de atuação é **“dinheiro na mão, calcinhas no chão”**.

O que temos em vista, então, é uma percepção já bem conhecida entre alguns acadêmicos: o pagamento dependerá principalmente da forma de inserção do pesquisador na comunidade, ou seja, da maneira como estabelece relações junto às prostitutas e dos intercâmbios que incidem sobre essas proximidades. Entretanto, ainda é preciso observar que os incômodos não pairam apenas sobre as trocas feitas na dimensão coletiva, como também das aproximações realizadas individualmente com cada trabalhadora. Em alguns casos, ao se aproximarem de trabalhadoras sexuais consideradas como “de luxo”, o modo de

estabelecimento do diálogo revela um distanciamento e uma postura que escancara questões de classe. Ao conversarem com essas mulheres, muitos pesquisadores tratam-nas como se estivessem falando com mulheres inseridas na classe média, e, por isso, ‘menos putas’; o que, por vezes, resulta em oposições diretas às suas percepções, sem o mesmo receio e respeito que demonstram ao tratar com prostitutas inseridas na prostituição considerada ‘mais popular’. Com essas últimas, o trato é costumeiramente visto como mais cauteloso, como se houvesse um respeito tácito ou reconhecimento das diferenças entre ambos. Essas dinâmicas são criticadas porque refletem não apenas as diferenciações no tratamento, mas reproduções inconscientes das desigualdades de classe. Adicionalmente, são apontadas preocupações sobre as consequências práticas da participação em entrevistas, pesquisas diversas e até em documentários. Em muitos casos, a exposição das trabalhadoras é incentivada, mas nem sempre se leva em consideração, ou se alerta, sobre os impactos dessa visibilidade.

O foco das reflexões reside também nas responsabilidades e na constância com que essas relações se constroem, relações que frequentemente foram consideradas por elas como relações de trabalho. Outro exemplo das complexidades que envolvem essas relações pode ser visto ao lembrarmos os períodos inerentes as aproximações vistas na boate retratada na primeira parte da tese que envolve este texto. Quando mesmo sendo muito próxima do grupo de trabalhadoras fixas, a pesquisadora apenas conseguiu que as colegas cedessem entrevistas assim que uma amiga, que também trabalhava no local e que era mais benquista entre as colegas, interveio a seu favor¹⁴¹. Caso contrário, novamente, talvez o próprio pagamento não fosse suficiente às tentativas de investigação.

A essa altura, portanto, não é difícil entender que as normas e expectativas em que muitas prostitutas circunscrevem suas relações não se estabelecem com base nas determinações de proibição do pagamento aos sujeitos que participam de pesquisas, como preconiza a resolução legal 196/96 da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (Brasil, 1996). Tampouco prevê aqueles debates éticos em que, como apontou Abadie (2011), o pagamento a indivíduos que participam de pesquisas suscita inúmeras discussões a respeito da bioética, da proteção dos seres humanos e de como essas práticas podem, ou não, resultar em coerção e impactar diretamente os processos de consentimento sobre a participação na pesquisa.

¹⁴¹ E passou de “mesa em mesa” conversando sobre a importância da pesquisa, dizendo que não custava uma ajudar a pesquisadora. Imaginamos que ela fosse mais benquista por agir forma mais extrovertida e menos competitiva do que a maioria das outras mulheres presentes.

À revelia dos debates que se conectam ao horizonte normativo que regula os processos de pesquisas com seres humanos onde se considera que, dependendo dos contextos dos participantes, quaisquer valores empenhados, mesmo aqueles permitidos pelo CEP, como no caso do ressarcimento, podem ser vistos como um incentivo a aceitação de participação. Assim como, à parte das discussões críticas elaboradas por diferentes estudiosos que consideram as implicações do pagamento em um modelo contratual entre as partes como veículo para a mercantilização do consentimento, sobretudo em comunidades e outros grupos de sujeito inseridos em condições de vida precarizadas¹⁴²; as prostitutas, a partir de suas argumentações, revelam o poderoso questionamento sobre a ideia de que o consentimento possa ser tratado como um ato único e aplicado de maneira padronizada em diferentes pesquisas.

No texto que informa a tabela de valores, notamos ainda que as informações direcionam os pesquisadores sobre a posição política das prostitutas em relação ao trabalho sexual, isso deixa claro que o pagamento por si só não facilita simplesmente o processo de aceitação dos temas ou dos pesquisadores que se posicionam de maneira oposta às suas reivindicações. Nesse contexto, observa-se o reavivamento e até a complexificação do mantra que envolve a maioria dos debates éticos sobre a estruturação do consentimento nas pesquisas antropológicas, onde até mesmo a inadequação do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) é criticado diante da percepção de que, no caso da pesquisa etnográfica, o consentimento não pode apenas se basear em um documento, mas sim, como sugeriu Cardoso (2013) nas relações que se estabelecem no campo (e além dele). O consentimento deve, portanto, surgir a partir de uma lógica relacional e ‘ética’ da comunidade em que nos inserimos.

Ao aprofundar os debates sobre ética nas pesquisas antropológicas, observamos ainda a importância dos questionamentos sobre o “imperialismo ético”, que envolve o modo como os CEPs sobrepõem a racionalidade da arena biomédica de pesquisas (de onde originalmente a instituição surgiu) aos procedimentos éticos particularidades de outras áreas de

¹⁴² Cunha (2010) ainda indica que os incentivos financeiros aos participantes de pesquisas biomédicas começaram no final do século XIX nos Estados Unidos, e só a partir da década de 1980 surgiram os primeiros documentos preocupados com a indução do consentimento por meio dos pagamentos realizados. No entanto, esses documentos não indicaram precisamente os critérios de indução devida e indevida, resultando na flexibilização de parâmetros, o que tornou possível que em muitos países os participantes sejam remunerados. Cunha ainda aponta que, observando o cenário internacional, o Brasil, assim como outros países da América Latina, figura como exceção, pois não permite ou flexibiliza os pagamentos, uma vez que se posiciona de forma contra hegemônica e se opõe àquilo que tem sido denominado como legitimação dos interesses do mercado globalizado. Importa ressaltar que na prática, ainda sob a perspectiva do estudo, o que se vê é que as pesquisas biomédicas têm utilizado o ressarcimento como incentivo à participação, alguns variam entre 300 e 800 reais (Cunha, 2010).

pesquisas¹⁴³. Nesse horizonte, constata-se que, no cenário nacional, as discussões sobre os pagamentos aos interlocutores aparecem principalmente nos estudos também da arena biomédica, embora não seja difícil intuir que as cobranças feitas aos pesquisadores que se aproximam de algumas trabalhadoras sexuais já ocorram há algum tempo, e que boa parte deles se alinham com as gramáticas relacionais próprias ao grupo como forma de obterem o consentimento.

Assim, indo ao encontro das incertezas e polêmicas que envolvem o assunto, e fugindo às tentadoras respostas rápidas a problemas complexos, ao considerarmos seriamente os incômodos das prostitutas e a criação da tabela de valores, nos deparamos com um importante questionamento: de que maneira a proibição dos pagamentos protege os interlocutores de pesquisa? Ou, como questionou Piscitelli (2024) ao elaborar análises sobre o assunto, como lidamos com a mercantilização na pesquisa de campo?

Em que pese a importância e a complexidade que o assunto possui, se, de um lado, vemos as prostitutas estabelecendo suas próprias formas de negociação e relação com os pesquisadores, e, de outro, o pagamento como uma maneira de se pesquisar junto a pessoas ou grupos desfavorecidos, torna-se importante lembra-los que, assim como nas pesquisas junto às comunidades indígenas e outros grupos socialmente marginalizados nos quais estão presentes reflexões éticas sobre os modos inserção dos pesquisadores nas comunidades e as tensões frente às formas de produção de conhecimento hegemônica, estamos diante de grupos de pessoas em que os conhecimentos são também vistos como “bens”, e cuja transmissão envolve gramáticas relacionais delicadas ou, muitas vezes, desconhecidas aos sujeitos que não pertencem ao grupo (Cardoso, 2013)¹⁴⁴.

Disso decorre a maneira com que, em nossos diálogos, a noção de conhecimento frequentemente emerge como um “bem” próprio às prostitutas, em contraposição aos usos feitos por alguns pesquisadores. Embora estes, na maioria das vezes, sejam considerados aliados e que, nos últimos anos, tenham produzidos pesquisas em que as vozes e perspectivas das prostitutas foram respeitadas e propagadas em diferentes âmbitos do saber, as preocupações que envolvem o processo de propagação e produção do conhecimento de uma prostituta são diferentes daqueles universitários. Dentre as dissonâncias, observa-se como algumas reuniões

¹⁴³ Para estudos mais aprofundados sobre essas divergências sugiro os textos de Fonseca (2015) e Schuch (2024), e a coletânea “Antropologia e ética: desafios para a regulamentação” publicada pela Associação Brasileira de Antropologia.

¹⁴⁴ Como aparece na pesquisa de Cardoso (2013) e em outros textos presentes na coletânea “Antropologia e Ética: desafios para regulamentação” realizadas no âmbito da Associação Brasileira de Antropologia (ABA), os circuitos de trocas compõem redes de relação em que os conhecimentos são “bens”.

em organizações da classe são agendadas para os sábados à noite: com prostitutas? Realmente são preocupações diferentes. Outras insatisfações apontam ainda que nenhum outro movimento social permite que indivíduos, que não compartilham da mesma realidade social, falem por eles, enquanto nos movimentos de prostitutas, nota-se alguns pesquisadores (que não são ou foram trabalhadores sexuais) concedendo entrevistas desde o lugar de representantes.

O que importa nessas argumentações não é tanto a existência de formas diferentes de produção de conhecimento, ou se pesquisadores devem ou não propagar os saberes das prostitutas em seus distantes círculos de interação e debates, mas sim os motivos pelos quais elas não são frequentemente convidadas para falar sobre suas próprias experiências nesses mesmos círculos, apesar de algumas terem interesse nesse tipo de aproximação. A forma de circulação de um conhecimento para além da entrevista, que se manifesta no interesse em participar de palestras e serem convidadas para as defesas dos trabalhos de pesquisadores que haviam conhecido, forma um leque de contrapartidas que, se tivessem ocorrido antes, poderia ter dificultado a criação da tabela e diminuído a desconfiança já tão presente nessas relações. O que não significa, contudo, que no contexto das dificuldades materiais enfrentadas por esse grupo de pessoas, as ajudas, ressarcimentos e outras formas de intercâmbios, (como na contribuição de editais públicos de financiamento e fomento), fossem ser ignorados.

Outras percepções semelhantes foram tecidas por Maria que, no recém-criado MTS, já enfrentava algumas dificuldades em relação a certas formas de abordagem nas quais sentia que alguns pesquisadores não levavam em consideração o local e o tempo que disponibilizavam. De acordo com ela, muitos deles parecem acreditar que os líderes dos movimentos podem, simplesmente, arranjar trabalhadoras do sexo para participar de entrevistas, como se as lideranças tivessem as outras TS nos bolsos. Complementando as reflexões, Maria ainda afirmou que eles se esquecem que os líderes, além de ocuparem essa função, também são trabalhadores, e que atendem a clientes às 11h da noite, o que pode causar cansaço, mas isso não é considerado. Nesse sentido, ainda segundo a líder, seus saberes devem e podem ser utilizados, mas é essencial que a autoria seja reconhecida por completo. Por isso, é preciso que as prostitutas afirmem seus direitos sobre seus próprios conhecimentos.

Nos trechos expostos, e nas mais variadas circunstâncias que conversamos sobre os pesquisadores, vimos que as prostitutas reivindicam o direito sobre seus próprios conhecimentos como uma forma de participar dos debates acadêmicos quando o assunto for prostituição. E mesmo que as intenções dos pesquisadores, como sugeriu Fonseca, parem em ver vossos trabalhos fortalecendo identidades grupais e reforçando memórias coletivas ou

combatendo discriminação e preconceito, não deveria ser difícil admitir que a produção escrita tem apenas um impacto indireto sobre os grupos pesquisados (Fonseca, 1995).

O que boa parte das entrevistadas deste trabalho colaborativo deseja ultrapassa, portanto, a possibilidade de ter suas perspectivas descritas e respeitadas nos trabalhos acadêmicos, algo que já ocorre em muitos trabalhos sobre o assunto e que foi uma conquista de extrema importância para as organizações de prostitutas e sua relação com a Universidade. Algumas delas querem também conhecer o ambiente em que seu conhecimento circula, receber convites como a referência viva do que foi dito, se inserir no circuito como alguém que divide a autoria, alguém que não pôde adentrar esses espaços em decorrência das imprevisibilidades e obstáculos próprios à sua realidade, de maneira similar ao que, em certa medida, ocorre com outros grupos marginalizados.

Em convergência com esses relatos, enquanto escrevemos essa discussão, Maria formula uma tabela para as cobranças que logo serão realizadas pelo MTS. A novidade, suscitada pela co-teorizadora que também se inseriu nesse movimento, e que já é um fato corriqueiro em outros coletivos como alguns na Espanha (nos quais se inspira o MTS), acompanha outras incomodidades como a ausência de contrapartida para o que elas ofertam aos pesquisadores. Maria nos alerta ainda que ninguém quer simplesmente ler tese; não é disso que se trata, mas de nos fazer chegar o resultado de uma forma mais simplificada, traduzida. Os dados obtidos nas pesquisas poderiam ser utilizados pelas TS em palestras que fazem junto a outros coletivos, afinal, elas também contribuem para o avanço dos saberes entre si.

O compartilhamento dos dados como forma de contrapartida às possíveis cobranças surge, então, como uma possibilidade a ser construída por meio do retorno às organizações, através da efetuação de pequenas reuniões que objetivariam informar às prostitutas sobre os achados e conclusões obtidos nas pesquisas. Nesse sentido, Maria, assim como as outras interlocutoras que contribuíram para nossas discussões, considerou que, para elas, o que conta como conhecimento ético e "produtivo" seriam somente aqueles que retornam com os dados ou que são elaborados em colaboração.

Portanto, ao imporem um pagamento para o acesso aos seus conhecimentos, o que está em negociação, além das dificuldades que envolvem as condições de vida precarizadas, são as questões que relacionam a ética das pesquisas com as formas de produção e propagação do conhecimento. Isso resulta na reivindicação de um papel ativo nas pesquisas, constituída sob a percepção de que muitas delas ainda se sentem como “bichos de circo”, e que se os pesquisadores estivessem realmente interessados em percebê-las como sujeito, perguntariam, ou ao menos negociariam com os movimentos, sobre o que gostariam de pesquisar, alinhando,

assim, sempre que possível, interesses científicos aos políticos, e não se aproximariam apenas para obter dados¹⁴⁵.

Seguindo essa linha, torna-se possível deslocar o debate para outras discussões produtivas. Afinal, nas entrelinhas dessas histórias e reivindicações, temos um ponto de emergente virada: já não se trata somente de propagar como as trabalhadoras sexuais se autodeterminam e dos conhecimentos inerentes aos grupos em que estão inseridas. Por outro lado, o que exaspera as prostitutas também não é o desejo de ter o que o antropólogo tem, tampouco negam que seus conhecimentos, após cedidos, foram envolvidos por estratégias capazes de conferi-los outros sentidos, às vezes irreconhecíveis. Não há dúvidas de que a relação com seu próprio discurso possa ser diferente daquela formulada pelos acadêmicos, assim como é sabido que o sentido que o antropólogo estabelece, embora dependa do sentido que elas atribuam às suas experiências, são “explicados e interpretados, traduzidos e introduzidos, textualizados e contextualizados, justificados por eles (Viveiros de Castro, 2002).

Ao falarmos sobre usurpação de autoria e extrativismo, o que está em questão não é uma equivocada produção de silenciamento sobre o que dizem os pesquisadores a respeito do trabalho sexual, as prostitutas sabem quando estão fornecendo ou omitindo informações, e que essas, portanto, não são tomadas ou roubadas, mas estão sendo cobradas porque uma atividade conjunta tornou-se, em algumas circunstâncias, instrumento de prestígio apenas para um dos lados (Strathern, 2017). De tal modo que as trocas produtivas, além de solapadas por falsas promessas, ainda são perpassadas pelas dificuldades práticas cotidianas que envolvem os grupos. A crise não é simplesmente de “propriedade individual ou coletiva”, ou da ordem do ‘fim da representação’, mas, sim, na reavaliação das relações.

Nossos apelos apontam para a necessidade de investigações que considerem as perguntas ou problemas de pesquisa formulados pelas próprias prostitutas, e suas teorizações. Reconhecendo os limites da representação e as falhas nos intercâmbios, remonta-se o conhecido ímpeto de abertura à possibilidade e visibilidade do “subalterno falar” (Spivak, 2010). Isso, de maneira alguma, significa que não haja reconhecimento sobre a importância das parcerias entre pesquisadores e prostitutas, mas que estamos diante da solicitação da construção de trabalhos colaborativos. Os incômodos presentes em nossas palavras, visa, portanto, produzir implicação mútua, ao passo em que também questiona e incita a transformação das relações.

Assim como retratamos no início das reflexões, na arena antropológica, a construção de uma etnografia colaborativa avança sobre as possibilidades de um texto

¹⁴⁵ Frases retiradas do diário sobre as conversas com Maria e Patrícia.

etnográfico ser escrito a várias mãos, dialeticamente. Essa abordagem metodológica, que foi constantemente evocada nas entrevistas e nas conversas entre as autoras do texto, embora não surgisse com o mesmo termo designativo “etnografia” ou “colaborativa”, apontava para a necessidade de “dividir o poder” ou “compartilhar autoria” como maneira de demonstrar que seus conhecimentos não eram apenas dados de pesquisa, mas se constituíam como forma de análise sobre suas próprias realidades.

Não nos parece ser apenas coincidência, portanto, que seu surgimento enquanto abordagem tenha emergido como um dos pilares da antropologia ativista afro-americana, e que seja praticada por antropólogos latino-americanos que trabalham com movimentos sociais e organizações não governamentais, sobretudo nas últimas três décadas (Rappaport, 2005). Mas, para que se entenda melhor o que reclamam as trabalhadoras sexuais, gostaríamos de enfatizar que de forma muito similar ao que afirmam os estudiosos que construíram suas pesquisas por meio da etnografia colaborativa, apesar de as colaborações fornecerem uma abordagem moral ou éticamente necessária, nossas atenções devem ser direcionadas às potencialidades que os reposicionamentos sobre as concepção dos sujeitos de pesquisas nos oferecem. Afinal, nessa abordagem metodológica, os componentes dos grupos pesquisados não são mais considerados como “informantes”, mas como co-teorizadores, desde a participação ativa no trabalho conceitual (co-conceitualização), da interpretação e até da escrita, algo semelhante ao que fazemos agora (Rappaport, 2005).

Nos importa ainda que a colaboração precisa ocorrer em cada ponto do processo etnográfico, desde a conceituação dos problemas de pesquisas (como nos pedidos de Maria) até o momento da escrita do texto, em constante diálogo. Seguindo as premissas básicas desse modelo de pesquisa, os co-teorizadores formulam comentários em meio ao processo de campo e através deles fornecem conceitos e ferramentas analíticas para sua própria realidade. No entanto, não devemos confundir essa forma de colaboração com o que ocorre em muitos trabalhos, inclusive nos capítulos anteriores presentes nesta tese, em que os comentários dos interlocutores são acoplados ao texto etnográfico como parte dos dados a serem analisados. Na investigação colaborativa, os pensamentos dos co-teorizadores situam-se como formas paralelas de análise, mais que dados etnográficos.

Sem romantizar ou simplificar esses processos, ainda é importante destacarmos o que Piscitelli (2024) alertou sobre a horizontalidade, frequentemente observada nos momentos de co-teorização formados em meio às discussões, que pode perder forças ou desaparecer, às vezes de forma conflituosa, nos momentos de produção da escrita. Considerando os limites da abordagem, a autora relatou que em uma pesquisa colaborativa com trabalhadoras sexuais na

qual atuou como consultora, desacordos surgiram entre trabalhadoras e os pesquisadores devido às diferentes formas de conceber a apresentação dos resultados. Suas preocupações, entretanto, não se basearam simplesmente em como a escrita antropológica requer determinada expertise, mas abrangeram, de maneira mais profunda, os impasses que permearam a exposição de determinados dados e reflexões. Nesse caso, reflexões que para as trabalhadoras sexuais eram vistas como aspectos do cotidiano levaram as pesquisadoras a temerem que sua publicação, na prática, pudesse reforçar ou intensificar a estigmatização do trabalho sexual. A partir desses desencontros e tensões, Piscitelli (2024) formulou indagações especialmente interessantes às nossas discussões: o que é, afinal, a antropologia colaborativa? Quais são os seus reais limites?

Esses questionamentos também poderiam emergir de maneira quase imediata caso os leitores fizessem um breve retorno às discussões realizadas nesta tese, pois, conflitos e desencontros, como vimos, estão entrelaçados às políticas de prostituição, tornando impossível imaginar que esses processos se desenrolassem sem confrontos ou impasses. Isso porque, esses impasses longe de representarem apenas obstáculos, refletem as complexas relações de poder, saber e representação que permeiam a construção de conhecimento sobre, e com, as trabalhadoras sexuais. Ainda assim, ao considerar esses desafios, é possível argumentarmos que a produção de pesquisa, à luz dessa abordagem, nos permite, em alguma medida, atenuar os receios advindos da lógica binária, muitas vezes equivocada ou simplificada, “de um pesquisador ativo e todo poderoso, de um lado, e um pesquisador passivo e vulnerável, do outro” (Schuch, 2011). As prostitutas, aliás, têm plena consciência das dificuldades financeiras que alguns dos “pesquisadores ativos e poderosos” enfrentam no país, e fora dele (como em Portugal), o que, no entanto, não faz com que seus incômodos sejam minimizados em favor das dificuldades de outros que não negociam com as necessidades e objetivos do grupo.

A dança que se desenrola ao ritmo das relações de poder nesse campo, tal como criticamente analisada por Penelope Saunders (2022), revela imagens que quase tocam o incendiário, em que pesquisadores e trabalhadoras sexuais se encontram em um constante embate nos jogos de poder. Modificando esse quadro, Saunders propõe que essa perspectiva apresenta um falso problema, uma vez que reconhecer como a empreitada acadêmica pode ser extrativista não significa enxergar, necessariamente, pesquisadores como figuras nocivas ou condenáveis. Há, portanto, uma precipitação em imaginarmos que a batalha se trava entre os envolvidos, a belicosidade, na verdade, se concentra no confronto de forças com as instituições que buscam silenciar ou desconsiderar a insurgência dos “saberes sujeitados” das prostitutas, como nos diria Foucault (2005).

É claro que os conflitos e desafios não desapareceriam magicamente em decorrência da adoção da etnografia colaborativa, tampouco podem ser considerados, por si mesmos, como altamente produtivos. Ainda assim, no limite que surge em meio ao desencontros e jogos de força, a etnografia colaborativa tende à transformar, ou até mesmo a expor ou confrontar, a assimetria etnográfica. Isso ocorre em consonância à compreensão da co-teorização como a produção coletiva de veículos conceituais que se baseiam e entrecruzam tanto em um corpo de teorias antropológicas quanto nos conceitos (e não nos dados) desenvolvidos pelos interlocutores (Lassiter, 2005; Rappaport, 2005). Desse modo, ao passo em que se assumimos o produto final escrito como o resultado de um acordo entre as perspectivas dos diferentes atores, as produções podem ser aplicadas além da esfera acadêmica, em espaços comunitários onde a escrita não é o objetivo, mas a propagação de seus resultados.

Notamos, a partir disso, que o limite e a potencialidade dessa abordagem ocupam justamente dois lados de uma mesma moeda: evitar a armadilha de ver o processo colaborativo como somente uma “troca” ou uma simples soma de visões que chegarão a um frutífero resultado. Como base para o processo colaborativo deveríamos então admitir que o reconhecimento sobre as diferentes formas de negociação de poder, e a ausência de consensos, ao passo que podem impedir ou dificultar a divulgação dos resultados, também evidenciam as assimetrias que estão em jogo. Os questionamentos que surgem não podem, portanto, ser tomados, como sugeriu Saunders (2022), como uma indisciplina a ser contida, mas como possibilidades para fomentação de diálogos que busquem transformações.

Ademais, nos estudos resultantes dos trabalhos colaborativos realizados com outros grupos minoritários, as negociações quanto aos processos de interpretação coletiva sobre os problemas de pesquisa ponderados pelos próprios grupos — e realizados através de reuniões que foram consideradas como encontros de pesquisa, pois avançaram no conhecimento de um problema através da discussão com as análises oriundas dos comentários dos co-teorizadores, que, por meio da comparação do conhecimento de cada um finalmente alcançaram um conhecimento comum —, fomentaram a desmobilização das noções de hierarquia entre conhecimento acadêmico, como superior, e conhecimento dos co-teorizadores como inferior, e produziram novas formas de escrita acadêmica que justapõe narrativas dos co-teorizadores, interpretações etnográficas dos pesquisadores, assim como reflexões sobre o ato de teorização conjunta¹⁴⁶.

¹⁴⁶ Nas pesquisas de Rappaport (2005), por exemplo, foi utilizado um conjunto de ferramentas tanto indígenas quanto acadêmicas, nas de Lawless (1993), em convergência, o texto etnográfico justapôs narrativas de mulheres e reflexões sobre o ato de teorização conjunta. As colaborações de Katzer e Samprón (2012), por sua vez,

É claro que, frente a essas possibilidades, outros posicionamentos críticos que advogam em favor da autonomia do saber acadêmico em relação aos contextos imediatos de produção das pesquisas como um foco central de disputas, podem ser chamados à questão. Mas, indo além das bem conhecidas querelas que envolvem neutralidade e posicionamento político dos pesquisadores, nos importamos em evidenciar como as etnografias colaborativas podem, junto a outras formas de participação dos pesquisadores nas organizações de prostitutas (como aquelas retratadas por Lourdes), recriar pontos de sociabilidade que reafirmem a confiança nas alianças políticas entre boa parte da “academia” e as trabalhadoras sexuais, sobretudo para aquelas que já enxergam com severa desconfiança os pesquisadores que se aproximam.

Na radicalização dos discursos sobre as pesquisas realizadas “com elas” e não “para elas”, não podemos desconsiderar que a existência de outros movimentos de aproximação à Universidade realizados por prostitutas, que analisam intelectualmente essas relações, seja questionando algumas correntes feministas, elaborando obras que versam sobre os conhecimentos inerentes ao grupo ou ocupando duplos papéis (pesquisadoras e integrantes de grupos pesquisados), forneceram as condições de possibilidade para a deflagração das reivindicações e incômodos presentes neste texto.

E, se nos últimos anos os pesquisadores têm se questionado a respeito de com quem ou para quem produzem seus trabalhos, pensando particularmente nas relações analisadas, podem agora reconhecer que o que muitas prostitutas buscam não é tanto produzir acusações, mas sim fazê-los entender os motivos que nos trouxeram até aqui. Assim, parafraseando Fonseca (2015), ao reconhecermos a história dessas relações e dos motivos que sustentam a contundente tabela de cobranças, tornou-se possível compreender a dimensão política de sua elaboração: *“pesquisadores, ou vocês colaboram de um jeito, ou de outro!”*

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS: ALINHAVANDO CONFLITOS E CONEXÕES

Do início ao fim da pesquisa, muitas interlocutoras manifestaram preocupações sobre os possíveis impactos da tese. A partir de um receio compartilhado, temíamos, sobretudo, que a exposição das dinâmicas permeadas por tensões e conflitos internos pudesse afetar a maneira como agentes externos enxergam as prostitutas. O receio era de que ao expor as tensões estivesse contribuindo para o adensamento do estigma e comprometendo ou interferindo negativamente nas próprias práticas reivindicatórias e nas negociações que surgiam lado a lado dos conflitos com o poder estatal e a sociedade, de um modo geral. Essas preocupações, no entanto, nem sempre foram apontadas por meio de questionamentos diretos sobre o assunto. Em algumas circunstâncias, de maneira velada, eram expressas através de silêncios táticos sobre histórias que envolviam discordâncias entre pares. Os principais desafios da tese consistiram, portanto, em não ceder simplesmente aos recortes nos discursos enquanto estratégias de mostrar certos aspectos enquanto se oculta os dissensos, e, assim, permitir que os silêncios e temores moldassem o direcionamento da pesquisa. Em vez disso, após intensas conversas nos diferentes âmbitos investigados, admitimos a dimensão produtiva do conflito e optamos por abordar sua conotação biopolítica.

Ao nos concentrar na vida cotidiana, os embates emergiam não apenas como manifestações de divisões, mas eram, de fato, modos de reconfiguração das fronteiras com o Estado e foram constantemente operados como linguagem estratégica nas mais variadas negociações de poder com agentes externos e entre elas. Como um dos eixos centrais das interações, o conflito, em toda sua força produtiva, ao ser examinado nas relações entre prostitutas, aparecia como elemento importante para formulação e organização das relações de trabalho, na produção de hierarquias instáveis entre elas, além de delinear formas de mobilidade transacional. Conflito, tensões e ambiguidades nos mostraram, então, como as políticas de prostituição são produzidas através de pontos de fricção.

Assim, o que importou nas análises realizadas sobre tais políticas não foi tanto separar as ações emitidas por prostitutas organizadas daquelas operadas por garotas de programa ou, como no sinônimo, das acompanhantes de luxo, como se o objetivo fosse apenas opor e reforçar as diferenças. Antes, observei como as tramas dos conflitos, das disputas, das relações de aliança e amizade atravessaram e se diferenciaram em cada contexto relacional, sem perder de vista, no entanto, como os eventos se repetiam de maneira similar nas diferentes circunstâncias. Isso porque, indo além das divisões convencionais, para sobreviver na adversidade, como bem sugeriu Hirata (2010), é preciso saber circular em um universo incerto,

das relações ambíguas e, às vezes, consideradas violentas. Universos relacionais onde quaisquer tentativas analíticas de produzir medidas exatas, separações rigorosas e hierarquias fixas incorreriam ao erro. Portanto, além de compreender como as relações políticas eram produzidas por meio das articulações das diferenças, interstícios e fricções, foi ainda necessário perceber o que elas eram capazes de mobilizar. Por isso, a partir de um conjunto de regras práticas do cotidiano e gramáticas emocionais evocadas e perpetuadas de maneiras diferenciadas em cada contexto investigado, ao longo da tese, colocou-se em questão como, nos campos de disputas, isto é, nas margens, a vida precária (Butler, 2006) pôde ser foco de economias morais e emocionais que visavam principalmente a sobrevivência.

Se, de um lado, foi possível vislumbrar certo conjuntos de práticas que ordenavam cotidianamente as atividades laborais, envolvendo modos de se vestir, de se comportar, valores a cobrar, e através das quais acompanhantes de luxo tentavam, em alguns momentos, se diferenciar da imagem da puta; noutro ponto, os imperativos de inimizade, evocados a partir de diferentes enunciados, eram sustentados por um mesmo *jogo de verdade* (Foucault, 2010) que revelava, como todas elas, independentemente da autodenominação, eram costumeiramente vistas como sujeitos isolados, devendo rejeitar a capacidade de solidariedade. Nesse contexto, como chave analítica, o imperativo ainda demonstrou como as expressões que permeiam as relações entre prostitutas foram internalizadas e estão inseridas nas práticas pedagógicas entre elas. Práticas baseadas em normas sobre como elas devem agir, sentir e se relacionar entre si, e que, portanto, são capazes de sustentar, mesmo que temporariamente, mecanismos de controle e disciplina.

Observei ainda que na gestão da vida cotidiana, as diferenciações entre putas e acompanhantes de luxo perdiam força em favor da aproximação da puta e do ladrão. Isto é, se a puta e o ladrão deveriam ser solitários porque compunham os diferentes grupos de pessoas inseridas áreas marginais com relação à institucionalidade legal, a acompanhante de luxo, por ser uma puta, também não deveria ter amigas. Na efervescência dessas configurações, era na figura da puta, como sinônimo para prostituta, e não na acompanhante de luxo, que incidia a vigilância constante, tanto interna quanto externa. Assim, à medida em que os imperativos se inseriam em um conjunto de ensinamentos, de práticas, afetos e regulações próprias aos processos pedagógicos entre as interlocutoras, que orientavam o “aprender a ser prostituta” nos diferentes contextos de trabalho, um ponto emergia: a circulação e reafirmação da proposição de inimizade, desconfiança e conflito, em última instância, suspendiam momentaneamente a diferenciação social entre putas e acompanhantes de luxo.

Se a puta era figura rechaçada da qual deveriam se distanciar, era também dela que precisavam se aproximar nos momentos de perigo e necessidade. Nos processos formativos era a prostituta, antes da “garota” ou da “acompanhante de luxo” que aparecia nos diálogos. A puta surgia, então, como “potência topográfica e corporal” (Olivar, 2013, p. 144) que emergia não somente nos contextos de perigo e conflitos interpessoais, como também nas tensões intrapessoais. Principalmente nos casos das acompanhantes de luxo que adotavam, apenas em certa medida, um conjunto de pressupostos hierárquicos e de prestígio quando almejam capturar clientes, pesquisadores e jornalistas, adensando a produção de verdade que moraliza e higieniza o trabalho desta em detrimento daquela.

Esses desdobramentos são importantes porque demonstraram como as práticas políticas não eram baseadas unicamente por relações de amizade com potencialidade subversiva, e nem sempre obedeciam ao isolamento suscitado pelos imperativos. Em torno da ‘puta imaginada’, tão procurada quanto rechaçada e central nos processos de aprendizagem, giravam as gramáticas relacionais e as emoções que, em sua força micropolítica, produziam ações cotidianas que tanto podiam nutrir as sementes da destruição como também contestar desigualdades e injustiças (Das, 2020). As políticas da prostituição foram, portanto, operadas em territórios complexos, onde as contradições, tensões e a instável articulação das diferenças, geravam tanto transformação quanto a reprodução de estruturas de opressão, como no caso das expulsões, por exemplo. Assim, estratégias de resistências e formas de subordinação se desenrolavam, às vezes, concomitantemente nos espaços cotidianos.

Além disso, as tensões não se resolviam de maneira linear, mas se multiplicavam, e geravam formas de viver e de se relacionar. Foram justamente essas dinâmicas que retratei nas diferentes partes da tese, como no caso das ajudas mútuas que formavam circuitos de cuidado configurados nos intervalos entre proximidade, sofrimento e competição. Ou as conjunturas em que a mobilização da linguagem da intimidade e da confiança entrelaçada à linguagem do conflito produzia relações e vida possível nas margens. Adicionalmente, vimos ainda como a distribuição desigual de condições precárias foi operada como um lugar de alianças estratégicas entre grupos de pessoas que, em outras circunstâncias, não teriam quase nada, ou nada, em comum. E, finalmente, como as tensões e alianças permeiam não só as relações entre elas, mas se inserem em um marco de interações, como a que estabeleci com Patrícia, em que negociações de poder, autoria, extrativismo, pagamento e princípios éticos estão em questionamento na relação com pesquisadores.

Por isso no início dessas considerações sugeri o retorno, ou a ênfase, na metáfora da “fricção”. Como sugeriu Tsing (2004), *frictions* ilustram como as interações entre diferentes

forças e elementos podem gerar algo significativo. A partir do conceito, estão em jogo os processos dinâmicos e criativos de mudança ocasionados nos encontros através das diferenças e desigualdades, encontros que não ocorrem sempre de maneira harmônica, mas, ainda assim, são capazes de formular uma política dos possíveis. Este é o domínio da fricção inerente às relações analisadas: interconexões através das diferenças que não resultavam apenas em conflitos impossíveis de resolução, mas que também foram capazes de gerar alianças e amizades inesperadas, instáveis e contingenciais com foco em resolver necessidades práticas do cotidiano, e com potência de intervir, em certa medida, em negociações de poder com agentes externos.

Se fricção, como um atrito presente na interconexão, não pôde ser tomada como simplesmente um sinônimo de resistência, porque, como faca de dois gumes, tanto podia expor fragilidades e desencadear crises internas, como também abrir espaços para transformações e reinvenções. As diferenças, por seu turno, não devem sempre ser interpretadas como fonte de conflitos. As relações de parcerias, amizade e cuidados vistos durante a pesquisa são exemplos disso. E, embora a motivação para as ações nem sempre se baseasse em um conjunto de sentimentos, geralmente valorados como bons, ou surgissem espontaneamente de uma disposição interna, as relações desembocavam em algo que “era feito”, atendendo situacionalmente às necessidades que surgiam. O que não significava a ausência de afeto, mas anunciava como eles não eram condição prioritária para formulação das ações.

Nesse sentido, ao pensarmos na amizade como um dos elementos centrais nas políticas da prostituição, é necessário considerarmos que, enquanto categoria êmica, ela se manifestava nas práticas das interlocutoras como uma relação específica, mais do que um sentimento que engloba afeição, simpatia e ternura, tal como é definido na língua portuguesa (Rezende, 2002). Em convergência com as abordagens socioantropológicas que defendem como contextos históricos, econômicos e culturais diversos podem enfatizar ou redefinir os termos atribuídos a essa modalidade relacional, analisar os discursos e práticas da amizade entre prostitutas envolveu investigar como elas se percebiam, como entendiam suas atividades laborais e negociavam as diferenças entre si.

Sem visar uma adesão passiva das diferenças e ao demonstrar que a amizade não tem capacidade para superá-las, as interlocutoras puseram em questão como essa modalidade relacional não precisa necessariamente nascer de solidariedades e cuidados incondicionais para adquirir legitimidade ou um comprometimento político capaz de ultrapassar o espaço privado, expandindo-se em direção a outras dimensões da experiência humanas (Gaviola, 2015). Baseada, por vezes, na necessidade de sobrevivência ou no compartilhamento de experiências

cotidianas, essas relações, ao mesmo tempo que dialogam com as críticas de teóricas feministas negras sobre como diferenças e contradições desarticulam a visão homogênea da amizade feminina, também desafiam visões emancipatórias feministas. Isso porque, a amizade, nos diferentes âmbitos investigados, se construía como uma relação na qual as prostitutas encontravam formas de apoio mútuo independentemente de uma adesão explícita a um discurso feminista formal, mesmo em meio a disputas e rivalidades. E, assim, apontava como a relação transcendia a dimensão puramente afetiva e formava um espaço de negociação que se entrelaçava tanto com o movimento de reafirmação das fronteiras da diferença quanto, em certos momentos, à sua reinterpretação ou dissolução momentânea.

Ao serem nomeadas, as relações de amizade expunham as brechas e possibilidades criativas diante dos preceitos de inimizade. Enquanto as “amigas de zona” entendiam que a amizade, no sentido aristotélico, configurava-se como uma fraqueza, uma quebra nas regras emocionais próprias às suas interações, e diferenciavam as amizades dentro e fora do trabalho sexual; para outras interlocutoras, as amizades estavam entrelaçadas às memórias das lutas contra violência policial, à formulação de organizações políticas de prostitutas, assim como às históricas mobilizações coletivas para captação de recursos para prostitutas ao longo de décadas até o momento pandêmico, além de contribuir para mobilidades transnacionais e para permanência dessas mulheres no país destino. As relações entre Lourdes e Cinderela, entre Patrícia e Roberta, e, finalmente, entre Maria e Giovana asseguram o conteúdo dessas argumentações.

Ainda assim, em nenhum dos casos as prostitutas ignoraram como a ausência de regulação e o não reconhecimento da prostituição como trabalho resultava na adoção de critérios diversos para construção das normas laborais. Elas sabiam também que as disputas ferrenhas em cenários de escassez de recursos não só dificultavam as aproximações, como geravam fortes embates. Nesse sentido, as diferenças geracionais, raciais e de classe, embora fossem constantemente negociadas, também se entrelaçavam às disputas que dificultavam ou impediam a ampliação das amizades. Assim como as regulações próprias dos diferentes espaços (boate, rua e *site* de acompanhantes) que influenciavam as modalidades relacionais e, em alguns casos, alinhavam-se à internalização do estigma, de modo que algumas interlocutoras acreditavam que o “caráter das prostitutas” era o motivo das inimizades.

Isso significa que subjetividade e economia política se informavam e se constituíam mutuamente de tal maneira que as relações entre elas eram mediadas por um conjunto teorias, crenças, práticas e discursos presentes nos contextos históricos e econômicos em que estavam inseridas e que envolviam desde a construção histórica da figura estereotipada da puta e das

expectativas impostas sobre elas, até a produção de subjetividades assentadas em concorrência e rivalidades, e se entrelaçavam ainda aos efeitos da articulação das diferenças, o que resultava na constante reconfiguração do que é ser amiga ou inimiga. Assim, se, em conformidade com as teorias econômicas, em muitos casos havia o receio de que a invasão do mundo sentimental pela racionalidade instrumental do trabalho contaminasse ou deturpasse as relações de amizade a ponto de torná-las ‘interesseiras’ ou ‘falsas’, as confianças contingentes refletiam os efeitos da governamentalidade em suas subjetividades e na organização da sua vida laboral e pessoal.

Mas, ao mesmo tempo, por isso a amizade foi compreendida como espaço de negociação, porque não se limitava ou estava sempre condicionada ao conjunto de crenças e discursos como um regulador dos afetos e práticas entre elas. Indo além da vinculação emocional, a amizade, assim como defendeu Foucault (2004), emergia como uma relação política porque possibilitava, mesmo em contextos dificuldades, que pessoas inseridas em um grupo socialmente marginalizado pudessem negociar e redefinir suas relações diante de um horizonte normativo que tendia a submete-las a estigmas e isolamento ou à frustração de frequentemente não alcançarem o ideal ocidental que vincula a amizade a relações baseadas na igualdade e na expressão recíproca dos afetos. Ao se inserir nos debates antropológicos sobre amizade, as relações entre prostitutas tornam-se, portanto, uma chave para entender práticas sociais, produção de subjetividades e contradições que se entrelaçam a construções identitárias em contextos de marginalização e resistência. Desse modo, elas contribuem com os estudos que examinam as relações de poder mascaradas pela ideologia de autonomia e liberdade que sustenta a ideia de amizade como uma modalidade de relação pessoal em oposição à face pública.

Conflito, aproximação, amizade e intensidades: em tudo isso, o que importa é que as pessoas envolvidas nas políticas da prostituição reconhecem as divergências de interesses, assim como as complexidades do trabalho em seus diversos âmbitos e, a partir do diálogo e da contraposição de diferentes perspectivas internas sobre o assunto, lidam com a ausência de regulação estatal e pressões morais sobre suas atividades. E, apesar de ter apresentado essas contraposições em contextos distintos, muitas dinâmicas apareciam de forma similar nos diferentes locais investigado. Ou seja, expulsões, alianças, amizades, circuitos de cuidado baseados em ajudas mútuas, gestão de gramáticas emocionais formuladas para negociações de poder, além da utilização de fofocas e processos formativos, foram vistos em todos os campos investigados. Sendo mobilizados em conjuntura distintas, esses elementos eram reconfigurados a partir dos desafios específicos de cada contexto.

Por isso também a aposta em ‘alinhar’ esses elementos por meio dessas considerações. Como metáfora para uma técnica de costura capaz de unir temporariamente duas ou mais camadas de tecido, a intenção foi articular e conectar as diferentes dinâmicas vistas no desenrolar da tese. A partir da observação dessas dinâmicas e das especificidades que sobressaltavam em cada uma das conjunturas investigadas, vimos como elas formam uma complexa teia de emoções, agência e relações de poder. Alinhar, neste sentido, não implica em integração definitiva, mas sim em costura provisória que viabiliza questionamentos e novas interpretações. Trata-se de uma demonstração de respeito e convergência à efervescência e à instabilidade que estão no centro dessas análises, capaz de reconhecer que é justamente entre tensões e pontos de encontro que as prostitutas manejam suas ações políticas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABADIE, Roberto. **The Professional Guinea Pig**: Big Pharma and the Risky World of Human Subjects. Durham: Duke University Press, 2010.

ABIA. **Análise do contexto da prostituição em relação a direitos humanos, trabalho, cultura e saúde no Brasil**: levantamento nacional e contexto internacional. Rio de Janeiro: ABIA, 2013. Disponível em: https://abiains.org.br/wp-content/uploads/2015/04/analise_contexto_abia-davida.pdf. Acesso em: 20 dez. 2024.

ABRAHAM, Ray. Friends and Networks as Survival Strategies in North-East Europe. In: BELL, Sandra; COLEMAN, Simon (Eds). **The anthropology of friendship**. Routledge, 2020. p. 155-168

ABU-LUGHOD, Lila; LUTZ, Catherine. “**Emoção, Discurso e políticas da vida cotidiana**”. Tradução para uso estritamente didático, por Leandro de Oliveira. Belo Horizonte: FAFICH/UFMG, 2018. [Do original em língua inglesa, ABU-LUGHOD, Lila; LUTZ, Catherine. Introduction: Emotion, discourse and the politics of everyday life. In: LUTZ, Catherine; ABU-LUGHOD, Lila. (Orgs.). **Language and the Politics of Emotion**. Cambridge: Cambridge University Press, 1990, p. 1-23].

AGAMBEN, Giorgio. **Estado de Exceção**. Trad. Iraci D. Poleti. 2. Ed. São Paulo: Boitempo, 2004.

AGAMBEN, Giorgio. **Homo Sacer**: o poder soberano e a vida nua I. Trad. Henrique Burigo. 2. Ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010

AGUSTÍN, Laura. La industria del sexo, los migrantes y la familia europea. **Cadernos Pagu**, Campinas, n 25, 2005, p. 105-128, 2005. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-83332005000200005>.

AGUSTÍN, Laura Maria. Mujeres inmigrantes ocupadas en la industria del sexo. In: COLECTIVO IOÉ (Ed.) In: **Mujer, inmigración y trabajo**. Madrid, Imerso, 2001.

AGUSTÍN, Laura María. **Sex at the Margins**: Migration, Labour Markets and the Rescue Industry. London: Zed Books, 2007.

AIMA. **Relatório de Migrações e Asilo 2023**. Coordenação: Sílvia Lopes; Autores: Sílvia Lopes, Alexandra Sousa. Lisboa: AIMA I.P., 2024.. Disponível em: <https://aima.gov.pt/media/pages/documents/92dd0f02ea-1726562672/rma-2023.pdf>. Acesso em: 20 dez. 2024.

ALMEIDA, Miguel Vale de. O estranho caso da sobrevivência do lusotropicalismo: uma narrativa perversa de identidade nacional. **Ciberdúvidas da Língua Portuguesa**, 11 mar. 2022. Disponível em: <https://ciberduvidas.iscte-iul.pt/outros/diversidades/o-estranho-caso-da-sobrevivencia-do-luso-tropicalismo/4829>. Acesso em: 20 dez. 2024.

ALMEIDA, Miguel Vale de. **Um mar da cor da terra**: raça, cultura e política da identidade. Oeiras: Celta, 2000.

ALVIN, Felipa; TOGNI, Paula Christofolletti. Sob o véu dos direitos humanos: tráfico, tráfico e políticas públicas para a imigração. Um estudo de caso sobre as mulheres brasileiras em Portugal. In: FAZENDO GÊNERO: DIÁSPORAS, DIVERSIDADES, DESLOCAMENTOS, 9., 2010, [s.l.]. **Anais Eletrônicos**[...]. Florianópolis: UFSC, 2010. Disponível em: http://www.fg2010.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1277741002_ARQUIVO_ComunicacaoCompletaFG9_SoboveudosDireitosHumanos.pdf. Acesso em: 20 dez. 2024.

ANDERSON, Bridget; DAVIDSON, Julia O'Connell. **Trafficking – A Demand Led Problem?** A multi-country pilot study. Sweden: Save The Children, 2002.

ANZALDÚA, Gloria. **La conciencia de la mestiza: rumbo a uma nova consciência**. In: LORDE, Audre et al. Pensamento feminista: conceitos fundamentais. Rio de Janeiro, Bazar do Tempo, 2019, pp.704-719. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/fL7SmwjzjDJQ5WQZbvYzcb/?lang=pt> - acesso em: 14 fev. 2021]. Acesso em: 14 fev. 2021.

ARENDT, Hannah. **O que é política?** 3. ed. Tradução de Reinaldo Guarany. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002. 240 p.

AREWA, E. Ojo; DUNDES, Alan. Proverbs and the ethnography of speaking folklore. **American Anthropologist**, v. 66, n. 6, p. 70-85, 1964. DOI: https://doi.org/10.1525/aa.1964.66.suppl_3.02a00040.

BACELAR, Jeferson Afonso. **A família da prostituta**. São Paulo: Ática; Salvador: Fundação Cultural do Estado da Bahia, 1982.

BAHIA, Karolina; LUIZARI, Larissa; FARIA, Nara. **Zona de Prazeres** - O confinamento da prostituição no Jd. Itatinga [Livro-reportagem elaborado com a orientação do prof. Luiz Saviani, como trabalho de conclusão de curso de jornalismo ECA-PUC Campinas]. Campinas, 2003. Disponível em: <https://zonadeprazeres.blogspot.com/>. Acesso em: 20 dez. 2024.

BARRETO, Leila Suely Araujo. **Prostituição, a história recontada**: transas sociais e institucionais em Belém. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso (especialização em Educação e Direitos Humanos e Diversidade) - Universidade federal do Pará, Belém, 2016. Disponível em: <https://blogdasesquinas.wordpress.com/wp-content/uploads/2020/06/prostituic3a7ao-a-historia-recontada-transas-sociais-e-institucionais-em-belem.pdf>. Acesso em: 20 dez. 2024.

BARRETO, Letícia Cardoso. Pesquisa feminista e prostituição: tecendo redes de solidariedade e luta. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 30, n. 3, 2022. DOI: <https://doi.org/10.1590/1806-9584-2022v30n377661>.

BARRETO, Letícia Cardoso. **Somos sujeitas políticas de nossa própria história**: Prostituição e feminismos em Belo Horizonte 2015. Tese de Doutorado (Ciências Humanas, estudos de gênero). - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, Brasil, 2015. Disponível em: https://sucupira-legado.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=3052123. Acesso em: 20 dez. 2024.

BARRETO, Lourdes. **Put a autobiografia**. 2. ed. São Paulo: Claraboia, 2023.

BARROSO, Catarina. **Dentro de Portas**: Trabalhadores do sexo em contexto de interior: utilização e acesso a serviços de saúde na área da infeção VIH/Sida. 2013. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública) - Escola Nacional de Saúde Pública, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2013. Disponível em: <https://run.unl.pt/bitstream/10362/11546/3/RUN%20-%20Disserta%C3%A7%C3%A3o%20de%20Mestrado%20-%20Ana%20Catarina%20Silva.pdf>. Acesso em: 20 dez. 2024.

BATALHA, João Paulo. “Putá só, ladrão só”. Sábado, Lisboa, 24/02/2021. Disponível em: <https://www.sabado.pt/opinio/convidados/joao-paulo-batalha/detalhe/puta-so-ladrao-so>. Acesso em: 20 dez. 2024.

BEAUVOIR, Simone. O segundo sexo. Tradução de Sérgio Milliet. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980. 2 v.

BELÉM ANTIGA. "O mapa da zona [...]", 01 out. 2019. Facebook: belemdopassado. Disponível em: <https://www.facebook.com/belemdopassado/posts/o-mapa-da-zona-nos-anos-20-do-s%C3%A9culo-passado-a-zona-de-prostitui%C3%A7%C3%A3o-de-bel%C3%A9m-era/2435392636681929/>. Acesso em: 20 dez. 2024.

BELL, Sandra; COLEMAN, Simon (Eds.). **The anthropology of friendship**. Routledge, 2020.

BELLHOUSE, Clare *et al.* The Impact of Sex Work on Women’s Personal Romantic Relationships and the Mental Separation of Their Work and Personal Lives: A Mixed-Methods Study. **PloS one**, [s. l.], v. 10, n. 10, p. e0141575, 2015. DOI <https://doi.org/10.1371/journal.pone.0141575>.

BERNSTEIN, Elizabeth. **Temporarily yours**. Intimacy, authenticity and the commerce of sex. Chicago: The University of Chicago Press, 2007.

BENJAMIN, Walter. **Obras escolhidas**. Tradução: Sergio Paulo Rouanet. São Paulo: Editora brasiliense, 1985.

BETHELL, Leslie. (Org.). **The Cambridge History of Latin America**. Cambridge: Cambridge University Press, 2009.

BIDART, Claire. **L’amitié, um lien social**. Paris: La Découverte, 1997.

BIRMAN, Patrícia. Feitiçarias, Territórios e Resistências Marginais. **Mana**, v. 15, n. 2, p. 321- 348, 2009. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-93132009000200001>.

BLANCHETTE, Thaddeus Gregory; SILVA, Ana Paula da. O Mito de Maria. Uma traficada exemplar: confrontando leituras mitológicas do tráfico com as experiências de migrantes brasileiros, trabalhadores do sexo. **Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana**, Brasília, v. 19, n. 37, p. 79-105, 2011. Disponível em: <https://remhu.csem.org.br/index.php/remhu/article/download/278/253/580>. Acesso em: 20 dez. 2024.

BLANES, Simone. Refugiados ucranianos são cada vez mais alvos de exploração sexual. **Veja**, 26 mar. 2023. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/mundo/refugiados-ucranianos-sao-cada-vez-mais-alvos-de-exploracao-sexual>. Acesso em: 20 dez. 2024.

BONADIMAN, Priscila de Oliveira Bolzan; MACHADO, Paula Sandrine; LÓPEZ, Laura Cecília. Práticas de saúde entre prostitutas de segmentos populares da cidade de Santa Maria-RS: o cuidado em rede. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, v. 22, n. 2, p. 779–801, abr. 2012. Disponível em: <https://scielosp.org/pdf/physis/2012.v22n2/779-801/pt>. Acesso em: 20 dez. 2024.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1992.
BRAH, Avtar. Diferença, diversidade, diferenciação. **Cadernos Pagu**, n. 26, p. 329-376, 2006. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-83332006000100014>.

BRASIL. **Resolução n. 196 de 10 e outubro de 1996**. Aprova as seguintes diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos. Brasília: Ministério da Saúde, 1996. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/1996/res0196_10_10_1996.html. Acesso em: 20 dez. 2024.

BRASIL. **Código Penal**. 6. Ed. Atualizada até fevereiro de 2023. Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2023. Disponível em: <https://www2.senado.gov.br/bdsf/handle/id/608973>. Acesso em: 20 dez. 2024.

BRENNAN, Denise. Love Work in a Tourist Town: Dominican Sex Workers and Resort Workers Perform at Love. In: PADILLA, Mark *et al.* (Eds.). **Love and Globalization** Transformations of Intimacy in the Contemporary World. Nashville: Vanderbilt University Press, 2007. p. 203-226

BUCH, Elana. Anthropology of aging and care. **Annual Review of Anthropology**, v. 44, p. 277–293, 2015. Disponível em: https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=2679286. Acesso em: 20 dez. 2024.

BUTLER, Judith. **Quadros de guerra**: quando a vida é passível de luto. Tradução de Marcos Santarrita. São Paulo: Editora Civilização Brasileira, 2010.

BUTLER, Judith. **Vida Precária**. Buenos Aires. Paidós, 2006.

CABEZAS, Amalia. **Economies of Desire, Sex and Tourism in Cuba and the Dominican Republic**. Temple University Press, 2009.

CÂMARA MUNICIPAL DE ALMADA. **II Plano Municipal de Integração de Migrantes de Almada 2020-2022**. Almada, 2020. Disponível em: <https://www.am-almada.pt/wp-content/uploads/2021/05/Ata-N58-Proposta-3.17-PMIMA-2020-2022.pdf>. Acesso em: 05 jun. 2024.

CAMPOS, Lucas Pacheco; LINS, Tuíla. Pandemia à Portuguesa: um relato sobre o Covid-19 em Portugal. **Espaço e Economia**: Revista Brasileira de geografia Econômica. ano IX, n. 17, 2020. DOI: <https://doi.org/10.4000/espacoeconomia.10369>.

CARDOSO, Marina. Etnografia entre "éticas": ética e pesquisa com populações indígenas. *In*: SARTI, Cynthia; DUARTE, Luiz Fernando Dias. (Orgs.). **Antropologia e ética: desafios para a regulamentação**. São Paulo: ABA Publicações, 2013. p. 131

CARRIER, James G. People Who Can Be Friends: Selves and Social Relationships. *In* BELL, Sandra; COLEMAN, Simon (Eds.). **The anthropology of friendship**. Routledge, 2020. p. 21-38

CARRIJO, Gilson G. Imagens em trânsito: narrativas de uma travesti brasileira *In*: PISCITELLI, Adriana; ASSIS, Gláucia Oliveira de; OLIVAR, José Miguel Nieto. (Orgs.). **Gênero, sexo, amor e dinheiro: mobilidades transnacionais envolvendo o Brasil**. Campinas: Núcleo de Estudos de Gênero PAGU, Coleção Encontros, 2011.

CARSTEN, Janet. A Matéria do Parentesco. **Revista de Antropologia da UFSCar**, [S. l.], v. 6, n. 2, p. 103–118, 2014. DOI: <https://doi.org/10.52426/rau.v6i2.125>.

CARSTEN, Janet. **After Kinship**. Cambridge University Press: Cambridge, 2004.

CASTÑEDA-SOUND, Carrie L. Hermanas de Corazón y Alma. **Women and Therapy**, v. 36, n. 1-2, p. 51-61, 2013. DOI: <https://doi.org/10.1080/02703149.2012.720550>.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**. Artes de fazer. 16. ed. Trad. Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis: Vozes, 2009.

CHENG, Sealing. **On the Move for Love**. Migrant Entertainers and the U.S. Military in South Korea. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2010.

CLARINDO, Adriely de Oliveira. Putas Narrativas: território da prostituição e putafeminismo. 2020. **Dissertação (Mestrado)** – Programa de Pós-Graduação em Psicologia Institucional, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2020. Disponível em: <http://repositorio.ufes.br/handle/10/13944>. Acesso em: 20 dez. 2024.

CLARINDO, Adriely de Oliveira.; ZAMBONI, Jéso; MARTINS, Rafaela Werneck Arenari. Andando entre cabarés: conhecendo os saberes da putaria. **Cadernos Pagu**, Campinas n. 65, p. e226504, 2022. DOI: <https://doi.org/10.1590/18094449202200650004>.

CLEMENTE, Mara. O tráfico sexual (já) não é sexy? Atores, definições do problema e políticas no campo português de combate ao tráfico. **Gazeta de Antropologia**, .35, n. 1, 2019. Disponível em: <http://www.gazeta-antropologia.es/?p=5104>. Acesso em: 20 dez. 2024.

CLEMENTE, Mara. Reservado o direito de admissão Discursos antitráfico, controle das migrações e assistência a mulheres. **Bagoas - Estudos gays: gêneros e sexualidades**, v. 11, n. 17, p. 154-200, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/bagoas/article/view/13524>. Acesso em: 20 dez. 2024.

COELHO, Maria Cláudia Pereira; DURÃO, Susana Soares Branco. Introdução ou Como Fazer Coisas Com Emoções. **Interseções: Revista de Estudos Interdisciplinares**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 1, 2017. DOI: <https://doi.org/10.12957/irei.2017.30337>.

COELHO, Maria Claudia. Dádiva e emoção: obrigatoriedade e espontaneidade nas trocas materiais. *Revista Brasileira de Sociologia da Emoção*, v. 2, n. 6, p. 335–350, 2003. Disponível em: <https://www.cchla.ufpb.br/rbse/RBSE%20v2,n6,dez12003.pdf>. Acesso em: 20 dez. 2024.

COELHO, Maria Claudia. Narrativas da violência: a dimensão micropolítica das emoções. *Mana*, v. 16, n. 2, p. 265-285, 2010. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-93132010000200001>.

COELHO, Maria Cláudia. Sobre agradecimentos e desagradados: trocas materiais, relações hierárquicas e sentimentos. In: VELHO, G.; KUSCHNIR, K. (Orgs.). **Mediação, cultura e política**. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2001. p. 265-292.

COOK, Joanna; TRUNDLE, Catherine. Unsettled care: temporality, subjectivity, and the uneasy ethics of care. *Anthropology and Humanism*, v. 45, n. 2, p. 178-183, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1111/anh.12308>.

COMISSÃO EUROPEIA. Igualdade, inclusão e participação dos ciganos na UE. **União Europeia**, 7 out. 2020. Disponível em: https://commission.europa.eu/strategy-and-policy/policies/justice-and-fundamental-rights/combating-discrimination/roma-eu/roma-equality-inclusion-and-participation-eu_pt. Acesso em: 20 dez. 2024.

CONASS. **Principais Elementos**. Organizadores: Alethele de Oliveira Santos; Luciana Tolêdo Lopes. Brasília: Conselho Nacional de Secretários de Saúde, 2021. Coleção Covid-19, v. 1.

CORRÊA, Mariza. Sobre a invenção da mulata. **Cadernos Pagu**, Raça e gênero, v.6_7, p. 35-50, 1996. Disponível em: <https://ieg.ufsc.br/storage/articles/October2020/31102009-091413correa.pdf>. Acesso em: 20 dez. 2024.

CORREA, Sonia *et al.* A política da prostituição no Brasil: entre a “neutralidade do Estado” e os “problemas feministas”. **Illuminuras**, Porto Alegre, v. 22, n. 59, p. 296-334, 2021. DOI: <https://doi.org/10.22456/1984-1191.122006>.

COSTA, Jamile Dos Santos Pereira; ZANINI, Maria Catarina Chitolina. O reconhecimento da cidadania italiana como fato, valor e processo: o passaporte como símbolo de italianidade. **REMHU**, Rev. Interdiscip. Mobil. Hum., v. 27, n. 55, p. 165-180, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1590/1980-85852503880005511>.

CRAVEIRO, Sofia. Entre o chicote e a massagem: como se define um trabalho sexual. **Gerador**, 29 jan. 2024a. Disponível em: <https://gerador.eu/trabalho-sexual-desprotegido-em-portugal/entre-o-chicote-e-a-massagem-como-se-define-um-trabalho-sexual/>. Acesso em: 20 dez. 2024.

CRAVEIRO, Sofia. Lenocínio Simples: Exploração ou autodeterminação? **Gerador**, 12 fev. 2024b. Disponível em: <https://gerador.eu/trabalho-sexual-desprotegido-em-portugal/lenocinio-simples-exploracao-ou-autodeterminacao/>. Acesso em: 20 dez. 2024.

CRENSHAW, Kimberlé. Demarginalizing the intersection of race and sex: a black feminist critique of antidiscrimination doctrine, feminist theory and antiracist politics. **The University of Chicago Legal Forum**, n. 140, p.139-167, 1989. Disponível em: <https://chicagounbound.uchicago.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1052&context=uclf>. Acesso em: 20 dez. 2024.

CSORDAS, Thomas. Embodiment as a paradigm for anthropology. **Ethos**, v. 18, n. 1, p. 5-47, 1990. DOI: <https://doi.org/10.1525/eth.1990.18.1.02a00010>

CUCÓ, Josepa. **La amistad: perspectiva antropológica**. Barcelona: Icaria, 1995.

CUNHA Thiago Rocha da. **Pagamento a sujeitos de pesquisa na perspectiva ética de membros do sistema CEP/CONEP**. 2010. Dissertação (Mestrado em Bioética) – Universidade de Brasília, Brasília, 2010. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/handle/10482/8817>. Acesso em: 20 dez. 2024.

D'ANDREA, Tiaraju. Contribuições para a definição dos conceitos periferia e sujeitas e sujeitos periféricos. **Novos estudos CEBRAP**, v. 39, n. 1, p. 19-36, 2020. DOI: <https://doi.org/10.25091/S01013300202000010005>.

DAMÁSIO, Ana Clara. **Fazer-Família e Fazer-Antropologia uma etnografia sobre cair pra idade, tomar de conta e posicionalidades em Canto do Buriti-PI**. 2020. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2020. Disponível em: <http://repositorio.bc.ufg.br/tede/handle/tede/11009>. Acesso em: 20 dez. 2024.

DAMATTA, Roberto. **A casa & a rua**. 5.ed. Rio de Janeiro: Roco, 1997.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal**. Traduzido por Mariana Echalar. São Paulo: Boitempo, 2016.

DAS, Veena. Fronteiras, violência e o trabalho do tempo: alguns temas wittgensteinianos. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 14, n. 40, p. 31–42, jun. 1999. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0102-69091999000200003>.

DAS, Veena. **Life and Words: Violence and the Descent into the Ordinary**. Califonria: Univ of California Press, 2020.

DAS, Veena. Trauma y testimonio. In: ORTEGA, Francisco A. (Ed.). **Veena Das: Sujetos del dolor, agentes de dignidade**. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia; Facultad de Ciencias Humanas; Ponticia Universidad Javeriana; Instituto Pensar, 2008.

DAS, Veena; POOLE, Deborah. (Eds). **Anthropology in the Margins of the State**. Santa Fé/Délhi: SAR Press; Oxford University Press, 2004.

DASGUPTA, Partha. Trust as a commodity. In: GAMBETTA, Diego (ed.). **Trust: Making and breaking cooperative relations**. Oxford: Basil Blackwell, 1988.

DEBERT, Guita Grin. Arenas de conflito em torno do cuidado. **Tempo Social**, v. 26, n. 1 p. 35-45, 2014. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0103-20702014000100003>.

DEBERT, Guita Grin.; PULHEZ, Mariana. **Desafios do cuidado: gênero, velhice e deficiência**. 2.ed. Campinas, SP: Unicamp/IFCH, 2019.

DEBERT, Guita Grin; GREGORI, Maria Filomena. Violência e gênero: novas propostas, velhos dilemas. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 23, n. 66, p. 165–185, 2008. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0102-69092008000100011>.

DELAS. Guerra na Ucrânia e o risco de tráfico de seres humanos. O que Portugal está a fazer. **Delas**, 18 mar. 2022. Disponível em: <https://www.delas.pt/guerra-na-ucrania-e-o-risco-de-trafico-de-seres-humanos-o-que-portugal-esta-a-fazer/atualidade/928169/>. Acesso em: 20 dez. 2024.

DELEUZE, Gilles. **Conversações**. Rio de Janeiro: Editora 34, 1992.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Felix. **Mil Platôs**: Vol. 03. São Paulo: Editora 34, 1996.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Felix. **Mil Platôs**: Vol. 05. São Paulo: Editora 34, 1997a.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Felix. **O que é a Filosofia?** Rio de Janeiro: Ed. 34, 1997b.

DESAI, Amite; KILLICK, Evans. (Eds). **The Ways of Friendship: Anthropological Perspectives**. Berghahn Books, 2010.

DIAS JUNIOR, J. E. S. ENTRE CABARÉS E GAFIEIRAS: Um estudo das Representações boemias na periferia de Belém do Pará, 1960-1980. In: XXVI SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA ANPUH: 50 anos, 2011, São Paulo. Anais do XXVI simpósio nacional da ANPUH - Associação Nacional de História. São Paulo: ANPUH-SP, 2011. v. 1. p. 1-14.

DIAS JÚNIOR, José do Espírito Santo. Entre cabarés e gafieiras: um estudo das representações boemias em Belém – 1950-1980. 2013. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo. 2013.

DÍAZ-BENÍTEZ, Maria Elvira. O Espetáculo Da Humilhação, Fissuras E Limites Da Sexualidade, **Mana**, v. 21, n. 1, p. 65-90, abr. 2015. DOI: <https://doi.org/10.1590/0104-93132015v21n1p065>.

DÍAZ-BENÍTEZ, Maria Elvira. O gênero da humilhação. Afetos, relações e complexos emocionais. **Horizontes Antropológicos**, v. 25, n. 54, p. 51-78, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-71832019000200003>.

DOEZEMA, Jo, Who gets to choose? Coercion, consent and the UN Trafficking Protocol. *Gender and Development*, v. 10, n. 1, p. 20-27, 2002. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/4030678>. Acesso em: 20 dez. 2024.

DOLABELLA, Lira Turrer. Sexualidade, cuidado e relações de poder na diáspora: as imigrantes brasileiras no universo das casas de alterne em Lisboa. **Horiz. antropol.**, Porto Alegre, v.21, n.43, p.21-50, 2015. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-71832015000100002>.

DOMENECH, Eduardo. O controle da imigração “indesejável”: expulsão e expulsabilidade na América do Sul. **Ciência e Cultura**, São Paulo, v. 67, n. 2, p. 25–29, 2015. Disponível em: <https://www.aacademica.org/eduardo.domenech/27.pdf>. Acesso em: 20 dez. 2024.

DOUGLAS, Mary. **Pureza e Perigo**. São Paulo: Editora Perspectiva, 2010.

DROTBOHM, Heidrun. O cuidado além do reparo. **Mana**, v. 28, n. 1, p. e281206, 2022. DOI: <https://doi.org/10.1590/1678-49442022v28n1a206>.

DURRENBERGER, E. Paul; PÁLSSON, Gísli. The importance of friendship in the absence of sates, according to Icelandic sagas. In: BELL, Sandra; COLEMAN, Simon (Eds). **The anthropology of friendship**. Routledge, 2020. p. 59-78

EAPN. 20th European Meeting of People Experiencing Poverty – The unbearable cost of living. **European Anti-Poverty Network**, 2022. Disponível em: <https://www.eapn.eu/2022pep-the-unbearable-cost-of-living/>. Acesso em: 20 dez. 2024.

ÉBOLI, Evandro. Prostitutas vítimas de perseguição na ditadura reivindicam anistia. **O Globo**, 21 set. 2013. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/politica/prostitutas-vitimas-de-perseguiacao-na-ditadura-reivindicam-anistia-10082257>. Acesso em: 20 dez. 2024.

ECHEZARRIETA, Antônio; LEYVA, Beatriz. **A dinâmica das relações internacionais e o papel da América Latina no novo contexto internacional**. [s.l.], [s.n.], 2008.

ELUF, Luiza Nagib. A evolução legislativa na criminalização das casas de prostituição. 2020. **Conjur**. Disponível em <https://www.conjur.com.br/2020-jul22/escritos-mulher-casas-prostituicao>. Acesso em: 20 dez. 2024.

EVANS, Gillian. The Value of Friendship: Subject/Object Transformations in the Economy of Becoming a Person (Bermondsey, Southeast London). In: DESAI, Amite; KILLICK, Evans (eds): **The Ways of Friendship: Anthropological Perspectives**. Berghahn Books, 2010.

FABIANO, Eulália. **Sexo e poder no cotidiano das ruas: Um estudo sobre a prostituição feminina em Ribeirão Preto/SP**. 2018 Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Faculdade de Ciências e Letras – Unesp, Araraquara, SP, Brasil, 2018. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/157373>. Acesso em: 20 dez. 2024.

FÁBREGAS-MARTÍNEZ, Ana Isabel. Traçando Batalha: breve perfil da prostituição em espaços privados de Porto Alegre. In: FÁBREGAS-MARTÍNEZ, Ana Isabel; BENEDETTI, Marcos. (Orgs.). **Na Batalha: sexualidade, identidade e poder no Universo da Prostituição**. Porto Alegre: Decasa/Palmarinca/GAPA-RS, 2000. p. 15-30

FADERMAN, Lillian. **Surpassing the love of men**. London: Women's Press, 1981.

FASSIN, Didier. **Humanitarian reason: a moral history of the present times**. Berkeley: University of California Press, 2012.

FASSIN, Didier. Compaixão e Repressão: A Economia Moral das Políticas de Imigração na França. Tradução de Gleicy Mailly da Silva e Pedro Lopes. **Ponto Urbe**, Revista do núcleo de

antropologia urbana da USP, São Paulo, n. 15, p. 1-26, 2014. DOI: <https://doi.org/10.4000/pontourbe.2467>.

FASSIN, Didier. As economias morais revisitadas. Tradução de Mauro Guilherme Pinheiro Koury. **Revista Brasileira de Sociologia da Emoção**, v. 18, n. 53, p. 27-54, 2019. Disponível em: https://www.cchla.ufpb.br/rbse/FassinTradKouryArt_RBSEv18n53ago2019.pdf. Acesso em: 20 dez. 2024.

FEDERICI, Silvia. **Mulheres e caça às bruxas**. Boitempo Editorial, 2019.

FELDMAN, Sarah. Segregações Espaciais Urbanas: a Territorialização da Prostituição Feminina em São Paulo. 1989. Tese (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - FAU/USP, São Paulo, 1989.

FELDMAN-BIANCO, Bela. Apresentação: deslocamentos, desigualdades e violência do estado. **Ciência e Cultura**, São Paulo, v. 67, n. 2, p. 20-24, 2015. Disponível em: <http://cienciaecultura.bvs.br/pdf/cic/v67n2/v67n2a09.pdf>. Acesso em: 20 dez. 2024.

FELDMAN-BIANCO, Bela. O Brasil frente ao regime global de controle das migrações: Direitos humanos, securitização e violências. **TRAVESSIA** - revista do migrante, [S. l.], n. 83, p. 11-36, 2018. DOI: 10.48213/travessia.i83.642. Disponível em: <https://travessia.emnuvens.com.br/travessia/article/view/642>. Acesso em: 20 dez. 2024.

FELTRAN, Gabriel de Santis. **A violência extralegal nas periferias de São Paulo**. Debates no 'mundo do crime': repertórios da justiça nas periferias de São Paulo. Paper apresentado no 33º Encontro Anual da Anpocs, set 2009.

FELTRAN, Gabriel de Santis. Crime e castigo na cidade: os repertórios da justiça e a questão do homicídio nas periferias de São Paulo. **Caderno CRH**, v. 23, n. 58, p. 59-73, 2010. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0103-49792010000100005>.

FELTRAN, Gabriel de Santis. **Fronteiras de tensão**: um estudo sobre política e violência nas periferias de São Paulo. 2008. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, 2008. DOI: <https://doi.org/10.47749/T/UNICAMP.2008.423784>.

FELTRAN, Gabriel de Santis. **Irmãos**. Uma história do PCC. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

FERNANDES, Camila. **Figuras da causação**: sexualidade feminina, reprodução e acusações no discurso popular e nas políticas de Estado 2017. Tese (Doutorado em Antropologia) - PPGAS-Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: <http://objdig.ufrj.br/72/teses/861571.pdf>. Acesso em: 20 dez. 2024.

FERNANDES, Camila. Casas de “tomar conta” e creches públicas: relações de cuidados e interdependência entre periferias e Estado. **Rev. Antropol.**, v. 64, n. 3, e189648, 2021. DOI: <https://doi.org/10.11606/1678-9857.ra.2020.189648>.

FERNANDES, Duval; PEIXOTO, João; OLTRAMARI, Andrea Poletto. A quarta onda da imigração brasileira em Portugal: uma história breve. **Revista Latinoamericana de**

Población, v. 15, n. 29, p. 34–63, 2021. DOI: <https://doi.org/10.31406/relap2021.v15.i2.n29.2>.

FERNANDES, Evelyn Blaut. Morte ao patriarcado: fraternidade, irmandade, sororidade. **Cad. Pagu**, n. 63, e216309, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1590/18094449202100630009>.

FERNANDES, Igor Macedo. **O Arquétipo do Malandro**: Zé Pelintra como Imagem do Trickster Nacional. 2005. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Psicologia) - Universidade Estácio de Sá, Rio de Janeiro, 2005. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/234686282/33190544-O-Arquetipo-Do-Malandro-Ze-Pelintra-Como-Icone-Do-T>. Acesso em: 20 dez. 2024.

FERREIRA, Gilvanildo. Conhecimento “com” ou “sobre” os outros? a horizontalização dos saberes inter-epistêmicos na pesquisa antropológica e escrita etnográfica. **Ciência & Trópico**, [S. l.], v. 46, n. 1, 2022. DOI: [https://doi.org/10.33148/cetropicov46n1\(2022\)art4](https://doi.org/10.33148/cetropicov46n1(2022)art4).

FIGUEIRA, Ricardo. Mulheres ucranianas vítimas de tráfico humano. **Euronews**, 14 mar. 2022. Disponível em: <https://pt.euronews.com/2022/03/14/mulheres-ucranianas-vitimas-de-trafico-humano>. Acesso em: 26 dez. 2024.

FIRESTONE, Shulamith. **A dialética do sexo**: Um manifesto da revolução feminista. Rio de Janeiro: Labor do Brasil, 1976.

FISCHER, Heather. How technology is being used to combat human trafficking. **Thomson Reuters**, 26 jul. 2022. Disponível em: <https://www.thomsonreuters.com/en-us/posts/our-purpose/how-technology-is-being-used-to-combat-human-trafficking/>. Acesso em: 20 dez. 2024.

FOLHA DE SÃO PAULO. Cem anos de prostituição: Prostitutas se espalham desde o Jardim Aeroporto, na periferia, até a avenida Nove de Julho. **Folha de São Paulo**, Ribeirão Preto, 16/08/1998a. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/ribeirao/ri16089802.htm>. Acesso em: 20 dez. 2024.

FOLHA DE SÃO PAULO. Prostitutas ditavam moda. **Folha de São Paulo**, Ribeirão Preto, 16/08/1998b. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/ribeirao/ri16089802.htm>. Acesso em: 20 dez. 2024.

FONCECA, Dora Joana Madureira da Costa. **Movimentos sociais e sindicalismo em tempos de crise**: o caso português: alianças ou tensões latentes? 2016. Tese (Doutorado em Sociologia – Relações de Trabalho, Desigualdades Sociais e Sindicalismo) – Faculdade de Economia, Universidade de Coimbra, Coimbra, 2016. Disponível em: <https://estudogeral.uc.pt/handle/10316/31954>. Acesso em: 20 dez. 2024.

FONSECA, Carmen; PINHEIRO, Leticia. **Portugal-Brasil**: encontros e desencontros. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos, 2022. 112 p.

FONSECA, Claudia. A dupla carreira da mulher prostituta. **Estudos feministas**, v. 4n n. 1, p. 7-33, 1996. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/16650>. Acesso em: 20 dez. 2024.

FONSECA, Cláudia. A morte de um gigolô. In: PISCITELLI, Adriana *et al.* (Orgs.). Sexualidade e saberes: convenções e fronteiras. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

FONSECA, Cláudia. A mulher valente: gêneros e narrativas. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 1, número 1, p. 113-130, 1995a.

FONSECA, Cláudia. A noética do vídeo etnográfico. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 1, número 2, p. 143-156, 1995c. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/247319>. Acesso em: 20 dez. 2024.

FONSECA, Cláudia. Amor e família: vacas sagradas da nossa época. In: RIBEIRO, Ivete; RIBEIRO, Ana Clara T. (Orgs.). **Família em processos contemporâneos**: inovações culturais na sociedade brasileira São Paulo, Loyola, 1995b.

FONSECA, Claudia. **Família, fofoca e honra**: etnografia de relações de gênero e violência em grupos populares. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2000.

FONSECA, Claudia. Situando os comitês de ética em pesquisa: o sistema CEP (Brasil) em perspectiva. **Horizontes Antropológicos**, v. 21, n. 44, p. 333-369, jul. 2015. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-71832015000200014>.

FOUCAULT, Michel. **A Arqueologia do Saber**. Petrópolis: Vozes, 1972.

FOUCAULT, Michel. A ética do cuidado de si como prática de liberdade. In: FOUCAULT, Michel. **Ditos & escritos V**: ética, sexualidade e política. Rio de Janeiro: Forense, 2010. p. 264-287.

FOUCAULT, Michel. A Governamentalidade. In: FOUCAULT, Michel. **Estratégia, poder-saber**: ditos e escritos, vol. IV. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

FOUCAULT, Michel. De l'amitié comme mode de vie. entrevista de Michel Foucault a R. de Ceccaty, J. Danet e J. le Bitoux, publicada no jornal **Gai Pied**, n. 25, p. 38-39, 1981. Trad. Wanderson Flor do Nascimento. Abril de 1981.

FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade**: curso no Collège de France (1975-1976). São Paulo: Martins Fontes, 2005.

FOUCAULT, Michel. Michel Foucault, uma entrevista: sexo, poder e a política da identidade. verve. **Revista semestral autogestionária do Nu-Sol**, n. 5, 2004. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/verve/article/view/4995>. Acesso em: 20 dez. 2024.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. Tradução de Ligia M. Pondé Vassalo. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

FRANÇA, Marina. Práticas e sentidos da aprendizagem na prostituição. **Horiz. antropol.**, v. 23, n. 47, p. 325-349, 2017. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-71832017000100011>.

FRANÇA, Thais. Alternando entre o trabalho e o prazer: considerações de uma doutoranda brasileira. **O Cabo dos Trabalhos**: Revista Electrónica dos Programas de Mestrado e Doutorado do CES/ FEUC/ FLUC, n. 4, 2010. Disponível em: https://cabodostrabalhos.ces.uc.pt/pdf/27_Thais_Franca.pdf. Acesso em: 20 dez. 2024.

FRANCH, Mónica. Amigas, colegas e “falsas amigas”. Amizade e sexualidade entre mulheres jovens de grupos populares. **Sexualidad, Salud y Sociedad**: revista latinoamericana. n. 4, p. 25-52, 2010. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/SexualidadSaludySociedad/article/view/205>. Acesso em: 20 dez. 2024.

FREYRE, Gilberto. **Casa Grande & Senzala**. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1977.

G1 CAMPINAS E REGIÃO. **Covid**: Campinas anuncia volta do toque de recolher a partir das 21h em 1º de julho. 28 jun. 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/campinas-regiao/noticia/2021/06/28/covid-campinas-anuncia-volta-do-toque-de-recolher-a-partir-das-21h-em-1o-de-julho.ghtml>. Acesso em: 10 ago. 2021.

GAGNEBIN, Jean Marie. **História e Narração em Walter Benjamin**. São Paulo: Perspectiva, 2013.

GASPAR, Maria Dulce. **Garotas de Programa** – prostituição em Copacabana e identidade social. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1985.

GAVIOLA, Edda. Notas sobre amizade política entre mulheres. **Margareth Pisano**: Pensamento Feminista Radical e Política, Guatemala, 19 jun. 2015. Disponível em: <https://www.mpisano.cl/apuntes-sobre-la-amistad-politica-entre-mujeres-por-edda-gaviola/>. Acesso em: 20 dez. 2024.

GEERTZ, Clifford. Uma descrição densa: por uma teoria interpretativa da cultura. In: GEERTZ, Clifford. **A Interpretação das Culturas**. 1 ed., 13. reimpr, Rio de Janeiro: LTC, 2008.

GIACOMINI, Sonia Maria. Beleza Mulata e Beleza Negra. **Revista de Estudos Feministas**, Florianópolis, UFSC, n. espe, p. 217-227, 1994. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/16105>. Acesso em: 20 dez. 2024.

GIACOMINI, Sonia Maria. Ser escrava no Brasil. **Estudos Afro-Asiáticos**, Rio de Janeiro, p.145-170, 1988.

GILLIAM, Ângela; GILLIAM, Onik'a. Negociando a Subjetividade de Mulata no Brasil. **Revista de Estudos Feministas**, v. 3, n 2, p. 525-543, 1995. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/16471>. Acesso em: 20 dez. 2024.

GLUCKMAN, Max. Gossip and scandal. **Current Anthropology**, v.4, n.3, p.307-316, 1963. Disponível em: <https://www.journals.uchicago.edu/doi/abs/10.1086/200378>. Acesso em: 20 dez. 2024.

GOLDENBERG, Mirian. Afinal, o que quer a mulher brasileira? **Psicol. clin.**, v. 23, n. 1, p. 47-64, 2011. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0103-56652011000100004>.

GONÇALVES, Eliane. Nem só nem mal acompanhada: reinterpretando a "solidão" das "solteiras" na contemporaneidade. **Horizontes Antropológicos**, v. 15, n. 32, p. 189-216, 2009. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-71832009000200009>.

GRAÇA, Marta. Trabalhadores/as do sexo e ação coletiva: iniciativas no contexto português. **Sociologia, Problemas e Práticas**, n. 89, 2019. Disponível em: <https://journals.openedition.org/spp/5725>. Acesso em: 20 dez. 2024.

GREGORI, M. F. **Cenas e queixas**: um estudo sobre mulheres, relações violentas e a prática feminista. São Paulo: Anpocs: Paz e Terra, 1993.

GROES-GREEN, Christian. Exploração ou gratidão? Patronagem íntima e a gramática moral das trocas sexuais econômicas entre jovens curtidoras e europeus mais velhos, expatriados, em Maputo–Moçambique. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 47, 2016. DOI: <https://doi.org/10.1590/18094449201600470006>.

GUERRA, Carolina Bonomi de Menezes. “**Mulher da vida, é preciso falar**”: um estudo do movimento organizado de trabalhadoras sexuais. 2019. 192 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2019. DOI: <https://doi.org/10.47749/T/UNICAMP.2019.1129303>.

GUIMARÃES, Nadya Araujo; HIRATA, Helena S. **O gênero do cuidado**. Desigualdades, significações e identidades SP: Ateliê Editorial, 2020. DOI: <https://doi.org/10.4000/aa.11920>.

GUIMARÃES, Nadya Araujo; VIEIRA, Priscila Pereira Faria. As “ajudas”: o cuidado que não diz seu nome1. **Estudos Avançados**, v. 34, n. 98, p. 7–24, jan. 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/s0103-4014.2020.3498.002>.

GOLDENBERG, M.; RAMOS, M.S. A civilização das formas: o corpo como valor. In: GOLDENBERG, M. (Org.). **Nu & vestido**: dez antropólogos revelam a cultura do corpo carioca. Rio de Janeiro: Record, 2002. p.19-40.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano**. São Paulo, Zahar, 2020.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. **Revista Ciências Sociais Hoje, Brasília**, Anpocs, p. 223-244, 1984. Disponível em [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4584956/mod_resource/content/1/06%20-%20GONZALES%2C%20L%C3%A9lia%20-%20Racismo e Sexismo na Cultura Brasileira%20%281%29.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4584956/mod_resource/content/1/06%20-%20GONZALES%2C%20L%C3%A9lia%20-%20Racismo%20e%20Sexismo%20na%20Cultura%20Brasileira%20%281%29.pdf). Acesso em: 20 dez. 2024.

HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos pagu**, Campinas, n. 5, p. 7-41, 1995. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/1773>. Acesso em: 20 dez. 2024.

HARDY, Kate; CRUZ, Katie. Affective organizing: Collectivizing informal sex workers in an intimate union. **American behavioral scientist**, v. 63, n. 2, p. 244-261, 2019. Disponível em: <https://eprints.whiterose.ac.uk/145034/3/Affective%20organising->

[%20%20collectivising%20informal%20sex%20workers%20in%20an%20intimate%20union%20.pdf](#). Acesso em: 20 dez. 2024.

HEALEY, Ruth L. Gender Variation in Asylum Experiences in the UK: The Role of Patriarchy and Coping Strategies. **Journal of Identity and Migration Studies**, Oradea, v. 4, n. 2, p. 24-43, 2010. Disponível em: https://e-migration.ro/jims/Vol4_No2_2010/JIMS_Vol4_No2_2010.pdf. Acesso em: 20 dez. 2024.

HELENE, Diana. O movimento social das prostitutas e o direito à cidade para as mulheres. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO, 11; WOMEN'S WORLDS CONGRESS, 13, 2017, Florianópolis. **Anais [...]**. Florianópolis, 2017. Disponível em: https://www.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1498590152_ARQUIVO_d_hele ne.pdf. Acesso em: 20 dez. 2024.

HEYMAN, Josiah McC. **Finding a Moral Heart for U.S. Immigration Policy: An Anthropological Perspective**. Arlington, VA: American Ethnological Society, 1998.

HIRATA, Daniel. Sobreviver na adversidade: entre o mercado e a vida. 2010. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade de São Paulo, FFLCH-USP, Campinas, 2010. DOI: <https://doi.org/10.11606/T.8.2010.tde-03032011-122251>.

HIRATA, Helena. Subjetividade e sexualidade no trabalho de cuidado*. **Cadernos Pagu**, n. 46, p. 151-163, jan. 2016a. DOI: <https://doi.org/10.1590/18094449201600460151>.

HIRATA, Helena. O trabalho de cuidado. **SUR** 24, v. 13, n. 24, p. 53-64, 2016b. Disponível em: <https://sur.conectas.org/wp-content/uploads/2017/02/5-sur-24-por-helena-hirata.pdf>. Acesso em: 20 dez. 2024.

HOCHSCHILD, Arlie Russel. Emotion work, feeling rules, and social structure. **American Journal of Sociology**, v. 85, n. 3, p. 551-575, 1979. Disponível em: <https://www.journals.uchicago.edu/doi/epdf/10.1086/227049>. Acesso em: 20 dez. 2024.

HOEFINGER, Heidi. “Professional Girlfriends”. An ethnography of sexuality, solidarity and subculture in Cambodia. **Cultural Studies**, v. 25, n. 2, p. 244-266, 2011. DOI: <https://doi.org/10.1080/09502386.2011.535990>.

HOLLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 15. edição. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1982.

HOOKS, Bell. **“E eu não sou uma mulher?”** Mulheres negras e feminismo. Trad. Bhuvli Libanio. 2. ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2020.

HOOKS, Bell. **O feminismo é para todo mundo** – Políticas arrebatadoras. Trad. Ana Luisa Libânio. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2015.

HUNTER, Mark. The Materiality of Everyday Sex: thinking beyond “prostitution”. **African Studies**, v. 61, n. 1, p. 99-120, 2002. DOI: <https://doi.org/10.1080/00020180220140091>.

INDRA, Doreen. Gender: A Key Dimension of the Refugee Experience. **Refuge: Canada's Journal on Refugees**, Toronto, v. 6, n. 3, p. 3–4, 1987. DOI: <https://doi.org/10.25071/1920-7336.21503>.

JÁUDENES, Elena Bonelli; JIMÉNEZ, Marcela Ulloa. **Tráfico e inmigración de mujeres en España**: colombianas y ecuatorianas en los servicios domésticos y sexuales. ACSUR-Las Segovias, 2001.

JIMENO, Myriam. Emoções e política: a vítima e a construção de comunidades emocionais. **Mana**, v. 16, n. 1, p. 99-121, 2010. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-93132010000100005>.

JULIANO, Dolores. El trabajo sexual em la mira: polémicas y esteriotipos. **Cad. Pagu**, Campinas, n.25, p. 79-106, 2005. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-83332005000200004>.

KATZER, Leticia; SAMPRÓN, Agustín. El trabajo de campo como proceso. La 'etnografía colaborativa' como perspectiva analítica. **Revista Latinoamericana de Metodología de la Investigación Social**, Argentina, n. 2, ano 1, p. 59-70, 2011. Disponível em: <http://www.relmis.com.ar/ojs/index.php/relmis/article/view/59>. Acesso em: 20 dez. 2024.

KEMPADOO, Kamala; DOEZEMA, Jo. **Global sex workers: rights resistance, and redefinitions**. New York: Routledge, 1998.

KILLICK, Evans. Ayompari, Compadre, Amigo: Forms of Fellowship in Peruvian Amazonia. In: DESAI, Amite; KILLICK, Evans. (Eds). **The Ways of Friendship: Anthropological Perspectives**. Berghahn Books, 2010.

KLEINMAN, A. **What really matters**: living a moral life amidst uncertainty and danger. New York: Oxford University Press, 2006

KOPENAWA, Davi; ALBERT, Bruce. **A queda do céu**: palavras de um xamã Yanomami. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

KUSHNIR, B. As polacas cariocas: mulheres judias prostitutas e suas associações de ajuda mútua. **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 1-2, p. 137-164, 2012. Disponível em: <https://revista.an.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/403>. Acesso em: 20 dez. 2024.

LAMAS, Marta. ¿ **Mujeres juntas...**? Reflexiones sobre las relaciones conflictivas entre compañeras y los retos para alcanzar acuerdos políticos. Guadalupe: INMUJERES, 2015.

LASSITER, Luke Eric. **The Chicago guide to collaborative ethnography**. Chicago: University of Chicago Press, 2005.

LATOUR, Bruno. **Reagregando o social**: uma introdução à teoria do Ator-Rede. Salvador: EDUFBA, 2012

LAWLESS, Elaine. **Holy women, wholly women**: Sharing ministries of wholeness through life stories and reciprocal ethnography. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1993.

LEITE, Gabriela. **Eu, mulher da vida**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992.

LEITE, Gabriela. **Filha, mãe, avó e puta: a história de uma mulher que decidiu ser prostituta**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2010.

LEITE, Gabriela; LENZ, Flavio. “A trajetória do movimento de prostitutas e sua relação com o estado brasileiro”. In: ABIA. **Análise do contexto da prostituição em relação a direitos humanos, trabalho, cultura e saúde no Brasil**: levantamento nacional e contexto internacional. Rio de Janeiro: Associação Brasileira Interdisciplinar de Aids, 2013. p. 41-48)

LEITE, Juçara Luzia. **A República do Mangue: Controle Policial e Prostituição no Rio de Janeiro (1954-1974)**. 1993. Dissertação (Mestrado em História Moderna) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1993.

LEMONS, Ronaldo; CASTRO, Oona. Tecnobrega: o Pará reinventando o negócio da música. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2008.

LIMA, Antônia Pedrosa. O cuidado como elemento de sustentabilidade em situações de crise. Portugal entre o Estado providência e as relações interpessoais. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 46, p. 79-105, 2024. DOI: <https://doi.org/10.1590/18094449201600460079>.

LOPES, Ana; OLIVEIRA, Alexandra. Sex worker mobilization in Portugal — slow awakenings. In: BARKER, Colin; TYLDESLEY, Mike. (Orgs.). **Conference Papers of the Eleventh International Conference on Alternative Futures and Popular Protest**. v. III. Manchester: Faculty of Humanities and Social Science — Manchester Metropolitan University, 2006, p. 19-21.

LOPES, Natânia Pinheiro de Oliveira. **Os "bandidos" da cidade: formas de criminalidade da pobreza e processo de criminalização dos pobres**. 2011. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: <http://www.bdtd.uerj.br/handle/1/8450>. Acesso em: 20 dez. 2024.

LOPES, Natânia. Sentidos e fantasias sobre o “luxo” na prostituição de “alto escalão” carioca. **Revista de Antropologia**, São Paulo, Brasil, v. 64, n. 3, p. e189656, 2021. DOI: <https://doi.org/10.11606/1678-9857.ra.2020.189656>.

LORDE, Audre. “Age, Race, Class, and Sex: Women Redefining Difference.” *Sister Outsider: Essays and Speeches*, Crossing Press, 1984, pp. 114-123.

LORDE, Audre. (2013). **Mulheres negras: As ferramentas do mestre nunca irão desmantelar a casa do mestre**. Portal Geledés. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/mulheres-negras-as-ferramentas-do-mestre-nunca-irao-desmantelar-a-casa-do-mestre/>. Acesso em 05 fev de 2024

LORDE, Audre. **Irmã Outsider: Ensaio e Conferências**. Trad. Stephanie Borges. 1. ed. 1 reimp. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.

LOWENKRON, Laura; SACRAMENTO, Octávio. Tráfico de seres humanos usos e sentidos da categoria nos contextos português e brasileiro. **Bagoas-Estudos gays: gêneros e sexualidades**, v. 11, n. 17, p. 122- 153, 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/bagoas/article/view/13523>. Acesso em: 20 dez. 2024.

LUTZ, C. A. *Unnatural emotions: everyday sentiments on a micronesian atol & their challenge to western theory*. Chicago: The University of Chicago Press, 1988.

MACHADO, Igor José de Renó. **Cárcere público: processos de exotização entre imigrantes brasileiros no Porto**. 2003. 200 f. Tese (Doutorado em Sociologia) — Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2003. DOI: <https://doi.org/10.47749/T/UNICAMP.2003.286795>.

MAHMOOD, Saba. “Teoria feminista, agência e sujeito liberatório: algumas reflexões sobre o revivalismo islâmico no Egito”. **Etnográfica**, v. 23, n. 1, p. 133-175, 2019. DOI: <https://doi.org/10.4000/etnografica.6431>.

MAIA, Marta; RODRIGUES, Camila. As organizações da sociedade civil na prevenção das infecções sexualmente transmissíveis em trabalhadoras do sexo, em Portugal . **Saúde e Sociedade**, v. 23, n. 1, p. 77-90, jan. 2014. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-12902014000100006>.

MAIA, Suzana. **Transnational desires Brazilian erotic dancers in New York**. Nashville: Vanderbilt University Press, 2012.

MALHEIROS, J. Os brasileiros em Portugal - A síntese do que sabemos. In: MALHEIROS, J. (Org.). **A imigração Brasileira em Portugal**. Lisboa: ACIDI, 2007.

MALHEIROS, J.; PADILLA, B.. Can stigma become a resource? **Identities**, v. 22, n. 6, p. 687-705, 2015. Disponível em: <https://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/32465>. Acesso em: 20 dez. 2024.

MARCUS, George. Ethnography in/of the world system: the emergence of multi-sited ethnography. **Annual Review of Anthropology**, v. 24, p. 95-117, 1995. Disponível em: [https://www.centerforethnography.org/sites/default/files/artifacts/media/pdf/marcus_ar_multisited_ethnography .pdf?utm_source=chatgpt.com](https://www.centerforethnography.org/sites/default/files/artifacts/media/pdf/marcus_ar_multisited_ethnography.pdf?utm_source=chatgpt.com). Acesso em: 20 dez. 2024.

MARQUES, Adalton. **Crime, proceder, convívio-seguro: um experimento antropológico a partir de relações entre ladrões**. 2009. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, São Paulo: FFLCH-USP, 2009. DOI: <https://doi.org/10.11606/D.8.2010.tde-15032010-103450>.

MARQUES, Adalton. Do ponto de vista do “crime”: notas de um trabalho de campo com “ladrões”. **Horiz. antropol.**, v. 22, n. 45, p. 335-367, 2016. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-71832016000100013>.

MARQUES, Ana Cláudia; COMERFORD, John; CHAVES, Christine de Alencar. Traições, intrigas, fofocas, vinganças: notas para uma abordagem etnográfica do conflito. In: MARQUES, Ana Cláudia. (Org.). **Conflitos, política e relações pessoais**. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará/Funcap/CNPq-Pronex; Campinas: Pontes Editores, 2007. p. 27-56.

MAUSS, M. Ensaio sobre a dádiva. Forma e razão das trocas nas sociedades arcaicas. In: MAUSS, M. **Sociologia e antropologia**. São Paulo: Cosac Naify, 2003.

MAYORGA, Claudia. Cruzando fronteiras. Prostituição e imigração. **Cadernos Pagu**, Campinas, SP, n. 37, p. 323–355, 2016. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8645024>. Acesso em: 02 mar. 2021

MAZZARIOL, Regina Maria. **Mal necessário**: Ensaio sobre o confinamento da prostituição na cidade de Campinas. 1971. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - IFCH/UNICAMP, Campinas, 1977.

MAZZIEIRO, João Batista. Sexualidade Criminalizada: Prostituição, Lenocínio e Outros Delitos - São Paulo 1870/1920. **Rev. bras. Hist.**, São Paulo, v. 18, n. 35, 1998. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0102-01881998000100012>.

MCCLINTOCK, Anne. **Couro Imperial**. Campinas: Editora da Unicamp, 2018.

MCSPADDEN, Lucia Ann; MOUSSA, Helene. I Have a Name: The Gender Dynamics in Asylum and in Resettlement of Ethiopian and Eritrean Refugees in North America. **Journal of Refugee Studies**, Oxford, v. 6, n. 3, p. 203-225, 1993. DOI: <https://doi.org/10.1093/jrs/6.3.203>.

MCWILLIAMS, Susan; HOWARD, Judith. Solidarity and hierarchy in cross-sex friendships. **Journal of Social Issues**, v. 49, n. 3, p. 191-202, 1993.

MILLER, William Ian. **The Anatomy of Disgust**. Harvard University Press, 1997.

MINGA, Ester Amaral De Paula. Além das “Mães de Bragança”: a estereotipização da mulher brasileira no jornalismo português. **Mediapolis** – Revista de Comunicação, Jornalismo e Espaço Público, n. 7, p. 93–105, 2018. DOI https://doi.org/10.14195/2183-6019_7_6.

MINGA, Ester Amaral de Paula. Trafficking And Prostitution Of Brazilian Women In Portugal: the journalistic discourse between the stereotyping and the victimization. **Brazilian journalism research**, Brasília, v. 16, n. 2, p. 292–319, 2020. Disponível em: <https://bjr.sbpjor.org.br/bjr/article/view/1168>. Acesso em: 20 dez. 2024.

MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA. **Tráfico de Seres Humanos: Relatório de 2022**. Observatório do Tráfico de Seres Humanos. Mai. 2023. Disponível em: <https://www.otsh.mai.gov.pt/relatorio-anual-de-seguranca-interna-2022/>. Acesso em: 25 nov. 2024

MIRANDA, Emília Bezerra de. **Narrativas de amizade entre jovens mulheres**: experimentações em território afetado pelo programa de aceleração do crescimento. 2018. Tese (Doutorado em Psicologia) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/33661>. Acesso em: 20 dez. 2024.

MOHANTY, Chandra Talpade. Under Western Eyes: Feminist Scholarship and Colonial Discourses. **Boundary**, v. 12, n. 3, p. 333-358, 1984. Disponível em: https://www2.kobe-u.ac.jp/~alexroni/IPD%202015%20readings/IPD%202015_5/under-western-eyes.pdf. Acesso em: 20 dez. 2024.

MOIRA, Amara. **E se eu fosse puta**. São Paulo: Hoo Editora, 2016.

MOL, Annmarie. **The Logic of Care**: Health and the problem of patient choice. New York, London: Routledge, 2008.

MOLINIER, Pascale. Cuidado, interseccionalidade e feminismo. **Tempo Social**, v. 26, n. 1, p. 17–33, jan. 2014. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0103-20702014000100002>.

MOLINIER, Pascale; PAPERMAN, Patricia. Descompartimentar a noção de cuidado? **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 18: 43-57, 2015. DOI: <https://doi.org/10.1590/0103-335220151802>.

MORAES, Carolina Rezende. **Governança Da Prostituição No Brasil**: Um mapeamento da disputa discursiva contemporânea. 2021. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Universidade de Brasília, Brasília, 2021. Disponível em: <http://repositorio2.unb.br/jspui/handle/10482/42340>. Acesso em: 20 dez. 2024.

MORALES, Marta Fernández. Unexpected Alliances: Friendship and Agency in US Breast Cancer Theater. **Atlantis**, v. 39, n. 1, p. 153-172, 2017. Disponível em: <https://www.atlantisjournal.org/index.php/atlantis/article/view/259>. Acesso em: 20 dez. 2024.

MOURA, Joana Maria de Jesus. **Sex Workers' Peer Support During the COVID-19 Pandemic**: A study of a Portuguese Community-led Intervention. 2020. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Universidade do Porto, 2020. Disponível em: <https://hdl.handle.net/10216/130738>. Acesso em: 20 dez. 2024.

MOURA, Milton Araújo. **Carnaval e baianidade**: arestas e curvas na coreografia de identidades no carnaval de Salvador. 2001. Tese (Doutorado), Universidade Federal da Bahia (UFBA), Salvador, 2001.

MOUTINHO, Laura. Diferenças e desigualdades negociadas: raça, sexualidade e gênero em produções acadêmicas recentes. **Cadernos Pagu**, n. 42, p. 201–248, jan. 2014. DOI: <https://doi.org/10.1590/0104-8333201400420201>.

MOUTINHO, Laura. "Raça", sexualidade e gênero na construção da identidade nacional: uma comparação entre Brasil e África do Sul. **Cadernos Pagu**, n. 23, p. 55–88, jul. 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cpa/a/JdD76FdmJSLhFtr6TrKLKhd/?format=pdf>. Acesso em: 20 dez. 2024.

MURRAY, Laura. Acendendo os prazeres da revisão por pares e da revolução a partir da putaria: Uma reflexão sobre “Andando entre cabarés: conhecendo os saberes da putaria”. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 65, p. e226502, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cpa/a/rv7jjhYWbp9Gn6dbjsXJzVk/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 20 dez. 2024.

MURRAY, Laura. **Not Fooling Around**: The Politics of Sex Worker Activism in Brazil. 2015. Doctoral dissertation in Sociomedical Sciences. New York, Columbia University, 2015.

NASCIMENTO, Esaú Brilhante do. Uma teoria da história de Walter Benjamin à luz da ideia de memória coletiva. **Temporalidades**, revista de história, v. 13, n. 1, p. 751-764, 2021.

Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/temporalidades/article/view/33961>. Acesso em: 05 jun. 2024.

NEEDELL, Jeffrey D. **Belle Époque tropical**. 1993 São Paulo: Companhia das Letras

NEGRÃO Ana Maria Melo. **Pernas cruzadas, meias rendadas**: desvendando histórias de Campinas (1930-1970). Campinas: UNICAMP/CMU, 2013

NUNAN, Carolina; PEIXOTO, João. Crise econômica e retorno dos imigrantes brasileiros em Portugal. **REMHU: Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana**, v. 20, n. 38, p. 233-250, 2012. Disponível em: <https://remhu.csem.org.br/index.php/remhu/article/view/349/316>. Acesso em: 20 dez. 2024.

OBSERVATÓRIO NACIONAL DE LUTA CONTRA A POBREZA. **Pobreza e Exclusão Social. Relatório 2023**. Porto: EAPN Portugal, 2023.

OLIVAR, José Miguel Nieto. **Devir puta**: políticas da prostituição de rua na experiência de quatro mulheres militantes. EdUERJ, 2013.

OLIVAR, José Miguel Nieto. Gênero, cuidado e a reconfiguração da fronteira... fronteiras, fronteiras!. **Revista de Antropologia da UFSCar**, [S. l.], v. 11, n. 1, p. 552-576, 2019. <https://doi.org/10.52426/rau.v11i1.300>.

OLIVAR, José Miguel. **Guerras, trânsitos e apropriações**: políticas da prostituição de rua a partir das experiências de quatro mulheres militantes em Porto Alegre. 2010. Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10183/24035>. Acesso em: 20 dez. 2024.

OLIVEIRA, Alexandra. Prostituição em Portugal Uma atividade marginalizada num país que tolera mais do que persegue1. **Bagoas - Estudos gays: gêneros e sexualidades**, v. 11, n. 17, p. 201-224, 2018. DOI: <https://periodicos.ufrn.br/bagoas/article/view/13525>.

OLIVEIRA, Alexandra. Social control of immigrant sex workers: transforming a group recognized as “at risk” into a group viewed as “a risk”. **International Journal of Migration, Health and Social Care**, v. 8, n. 1, p. 32-41, 2012. DOI: <https://doi.org/10.1108/17479891211231392>.

OLIVEIRA, Catarina Reis de. **Indicadores de integração de imigrantes**: relatório estatístico anual 2023. 1. ed. Lisboa: Observatório das Migrações, 2023. Disponível em: <https://migrant-integration.ec.europa.eu/system/files/2023-12/Relatorio%20Estatistico%20Anual%20-%20Indicadores%20de%20Integracao%20de%20Imigrantes%202023.pdf>. Acesso em: 20 dez. 2024.

OLIVEIRA, Cleyton da Silva. Neoliberalismo, sofrimento e indiferença. **Revista Katálisis**, v. 25, n. 2, p. 365-373, 2022. DOI: <https://doi.org/10.1590/1982-0259.2022.e82611>.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. Diálogos intermitentes: relações entre Brasil e América Latina. **Sociologias**, ano 7, n. 14, p. 110-129, 2005. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1517-45222005000200006>.

OLTRAMARI, Andrea Poletto *et al.* A Quarta Onda de Imigrantes Brasileiras e Brasileiros em Portugal: Redes, Classe Social e Gênero em Evidência nas Relações de Trabalho. **Revista Gestão&Conexões**, v. 12, n. 1, p. 52-75, 2023. DOI: <https://doi.org/10.47456/regec.2317-5087.2023.12.1.38231.49-71>.

ORTEGA, Francisco Alberto. La ética de la historia: una imposible memoria de lo que olvida. **Desde el Jardín de Freud** - Revista de Psicoanálisis, Bogotá, n. 4, p. 102-119, 2004b. Disponível em: <https://repositorio.unal.edu.co/handle/unal/23383>. Acesso em: 20 dez. 2024.

ORTEGA, Francisco. **Amizade e estética da existência em Foucault**. Rio de Janeiro: Edições Graal Ltda., 1999.

ORTEGA, Francisco. **Genealogias da amizade**. São Paulo: Iluminuras, 2004a.

ORTEGA, Francisco. **Para uma política da amizade**. Arendt, Derrida, Foucault. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2000.

ORTEGA, Francisco. Por uma ética e uma política da amizade. *In: Caderno de Leituras n. 109*. Belo Horizonte: Chão de Feira, 2020.

ORUM, Thomas T. The women of the open door: Jews in the belle époque amazonian 1890-1920. **An Interdisciplinary Journal of Jewish Studies**, Ashland, v.19, n.3, p.86-99, 2001.

OSO, Laura; JIMENEZ, Marcela Ulloa. Tráfico e inmigración femenina desde la voz de las mujeres inmigrantes. *In: JÁUDENES, Elena Bonelli; JIMENEZ, Marcela Ulloa. (Orgs.). Tráfico e inmigración de mujeres en España: colombianas y ecuatorianas en los servicios domésticos y sexuales*. Madri: ACSUR/Las Segovias, 2001. p. 65-118

PADILLA, B. *et al.* A imigração brasileira em Portugal. *In: PEIXOTO, J. et al. (Orgs.). Vagas Atlânticas – migrações entre Brasil e Portugal no início do século XXI*. Lisboa: Mundos Sociais, 2015. p. 89-108

PADILLA, Beatriz. Redes Sociales de los brasileiros recién llegados a Portugal: ¿Solidaridad Étnica o Empatía Étnica? **Revista Alternativas**, Cuadernos de Trabajo Social, n. 14, p. 49-61, 2006. Disponível em: https://rua.ua.es/dspace/bitstream/10045/6505/1/ALT_14_04.pdf. Acesso em: 20 dez. 2024.

PADOVANI, Natália Corazza. Plotting prisons, flows and affections: Brazilian female prisoners between the transnational drug trade and sex markets in Barcelona. **Criminology & Criminal Justice**, v. 16, n. 3, p. 366-385, 2016. DOI: <https://doi.org/10.1177/1748895816646611>.

PADOVANI, Natália Corazza. **Sobre casos e casamentos**: afetos e "amores" através de penitenciárias femininas em São Paulo e Barcelona. 2015. Tese (Doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP. Disponível em: <https://hdl.handle.net/20.500.12733/1626251>. Acesso em: 20 dez. 2024.

PADOVANI, Natália Corazza. Tráfico de mulheres nas portarias das prisões ou dispositivos de segurança e gênero nos processos de produção das “classes perigosas”. **Cadernos Pagu**, n. 51, 2017. DOI: <https://doi.org/10.1590/18094449201700510003>

PAINE, Robert. An exploratory analysis of “middle-class” culture. In: LEYTON, Eliott. (Ed.). **The compact**: selected dimension of friendship. Newfoundland: Memorial University of Newfoundland, 1974.

PAIS, José Machado. “Mães de Bragança” e feitiços: Enredos luso-brasileiros em torno da sexualidade. **Revista de Ciências Sociais**, v. 41, n. 2, 2010. Disponível em: <http://repositorio.ufc.br/handle/riufc/799>. Acesso em: 20 dez. 2024.

PANDEY, Gyanendra. En defensa del fragmento: escribir la lucha hindo-musulmana en la India actual. In: DUBE, Saurabh. (Ed.). *Pasados poscoloniales*. México: El Colegio de México; CLACSO, 1999. p. 406-441. Disponível em: <https://biblioteca.clacso.edu.ar/Mexico/ceaa-colmex/20100410103607/Pasados.pdf>. Acesso em: 20 dez. 2024.

PASINI, Elisiane. **Corpos em evidência, pontos em ruas, mundos em pontos**: a prostituição da Rua Augusta em São Paulo. 2000. Dissertação (Mestrado em Antropologia) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2000. DOI: <https://doi.org/10.47749/T/UNICAMP.2000.189598>.

PEREIRA, Ana Cristina. Facilitar a prostituição deve deixar de ser crime? Parlamento discute petição esta tarde. **publico**, 4 jun. 2020. Disponível em: <https://www.publico.pt/2020/06/04/sociedade/noticia/facilitar-prostituicao-parlamento-discute-peticao-tarde-1919388>. Acesso em: 20 dez. 2024.

PEREIRA, Ana Cristina; CUNHA, Pedro. A maior parte das prostitutas brasileiras sabe para o que vem. **Publico**, 22 jul. 2004. Disponível em: <https://www.publico.pt/2004/07/22/jornal/a-maior-parte-das-prostitutas-brasileiras-sabe-para-o-que-vem-191147>. Acesso em: 20 dez. 2024.

PEREIRA, Ana Cristina; PIMENTA, Paulo. Despenalizar o lenocínio sem coacção? Dona de bordel lança petição. **Publico**, 17 dez. 2019. Disponível em: <https://www.publico.pt/2019/12/17/sociedade/noticia/despenalizar-lenocinio-desde-nao-coacao-ha-peticao-1897543>. Acesso em: 20 dez. 2024.

PEREIRA, Lucas Carvalho Soares de Aguiar. Prostituição e polícia: mulheres e homens na mira do policiamento moral em Belo Horizonte, MG, Brasil (c. 1920/1930). **História**, São Paulo, v. 38, p. 1-24, e2019049, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1590/1980-4369e2019049>.

PÉREZ, Juile Lima de. Respostas ao tráfico no Norte Global: o caso de Portugal e Espanha. **REMHU: Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana**, São Paulo, v. 24, n. 48, p. 165–177, set. 2016. DOI: <https://doi.org/10.1590/1980-85852503880004811>.

PERINELLI NETO, H.; FRANÇA, J. L. Sedução, Disciplina E Marginalização: a prostituição na Ribeirão Preto da Belle Époque Caipira (1883-1919). **Revista Eletrônica do Arquivo Público do Estado de São Paulo**, n. 38, 2009.

PERLONGHER, Nestor. **O negócio do michê**: a prostituição viril. São Paulo: Ed. Brasiliense, 2008.

PERLONGHER, Nestor. Territórios Marginais. *In*: GREEN, James; TRINDADE, Ronaldo. (Orgs.). **Homossexualismo em São Paulo e outros escritos**. São Paulo: Ed. UNESP, 2005.

PESSOA, Emerson Roberto de Araujo. **Encarnando a europeia**: Biografias corporais, (i)mobilidades e subjetividades de trabalhadoras do sexo trans e travestis em Lisboa. 2020. Tese (Doutorado em Sociologia) - Universidade de Lisboa, Lisboa, 2020. Disponível em: https://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/43944/1/ULSD883964_td_Emerson_Pessoa.pdf. Acesso em: 20 dez. 2024.

PHETERSON, Gail. **El Prisma de la prostitución**. Madrid: TALASA Ediciones S.L., 1996.

PHETERSON, Gail. **The whore stigma** – female dishonor and male unworthiness. Den Haag: Ministerie van Sociale Zaken en Werkgelegenheid, 1986.

PISCITELLI, Adriana. Amor, apego e interesse: trocas sexuais, econômicas e afetivas em cenários transnacionais. *In*: PISCITELLI, Adriana; ASSIS, Glaucia de Oliveira; OLIVAR, José Miguel Nieto. (Orgs.). **Gênero, sexo, amor e dinheiro**: mobilidades transnacionais envolvendo o Brasil. Campinas: Núcleo de Estudos de Gênero PAGU, Coleção Encontros, 2011.

PISCITELLI, Adriana. Apresentação: gênero no mercado do sexo. **Cadernos pagu**, Campinas, v. 25, p. 7-23, 2005. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-83332005000200001>.

PISCITELLI, Adriana. Collaborative research, sex work and payment. 24 jun. 2024. Trabalho apresentado no evento Practical Approaches to Participatory Research, Universidade Instituto de Lisboa, CRIA. Lisboa, 2024.

PISCITELLI, Adriana. Corporalidade em confronto: brasileiras na indústria do sexo na Espanha. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 22, n. 64, p. 17–32, 2007a. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0102-69092007000200002>.

PISCITELLI, Adriana. Economias sexuais, amor e tráfico de pessoas – novas questões conceituais. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 47, 2016. DOI: <https://doi.org/10.1590/18094449201600470005>

PISCITELLI, Adriana. Entre as "máfias" e a "ajuda": a construção de conhecimento sobre tráfico de pessoas. **Cad. Pagu**, n. 31, Dossiê: Gênero no Tráfico de Pessoas, p. 29-63, 2008a. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-83332008000200003>.

PISCITELLI, Adriana. Feminismos e prostituição no Brasil: uma leitura a partir da antropologia feminista. **Cuadernos de Antropología Social**, Buenos Aires, n. 36, p. 11-31, 2012a. Disponível em: <https://hdl.handle.net/20.500.12733/1671729>. Acesso em: 26 dez. 2024.

PISCITELLI, Adriana. Interseccionalidades, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras. **Sociedade e Cultura**, v. 11, n. 2, p. 263-274, 18 dez. 2008b. DOI: <https://doi.org/10.5216/sec.v11i2.5247>.

PISCITELLI, Adriana. Medo e tráfico de pessoas. **Sexualidad, Salud y Sociedad, Rio de Janeiro**, n. 38, p. e22312, 2022. DOI: <https://doi.org/10.1590/1984-6487.sess.2022.38.e22312.a>.

PISCITELLI, Adriana. Re-criando a (categoria) mulher. A prática feminista e o conceito de gênero. **Textos Didáticos**, v. 48, p. 7-42, 2002. Disponível em: <https://www.culturaegenero.com.br/download/praticafeminina.pdf>. Acesso em: 20 dez. 2024.

PISCITELLI, Adriana. Revisiting notions of sex trafficking and victims. **Vibrant: Virtual Brazilian Anthropology**, v. 9, n. 1, p. 274–310, jan. 2012b. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1809-43412012000100010>.

PISCITELLI, Adriana. Sexo tropical em um país europeu: migração de brasileiras para a Itália no marco do “turismo sexual” internacional. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 15, n. 3, p. 717-744, 2007b. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/TvMkNjzYSkhf77ddCKy5BQM/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 20 dez. 2024.

PISCITELLI, Adriana. Sujeição ou subversão: migrantes brasileiras na indústria do sexo na Espanha. **Revista História & Perspectivas**, [S. l.], v. 1, n. 35, p. 13-55, 2007. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/historiaperspectivas/article/view/19060>. Acesso em: 26 dez. 2024.

PISCITELLI, Adriana. **Trânsitos**: brasileiras nos mercados transnacionais do sexo. EdUERJ, 2013.

PISCITELLI, Adriana. Tránsitos: circulación de brasileñas en el ámbito de la transnacionalización de los mercados sexual y matrimonial. **Horiz. antropol.**, Porto Alegre, v. 15, n.31, p.101-136, 2009. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-71832009000100005>.

PISCITELLI, Adriana. Violências e afetos: Intercâmbios sexuais. **Cadernos pagu**, Campinas, v. 42, p. 159-199, 2014. DOI: <https://doi.org/10.1590/0104-8333201400420159>.

PISCITELLI, Adriana; LOWENKRON, Laura. Categorias em movimento: a gestão de vítimas do tráfico de pessoas na Espanha e no Brasil. **Ciência e Cultura**, São Paulo, v. 67, n. 2, p. 35-39, 2015. DOI: <http://dx.doi.org/10.21800/2317-66602015000200012>.

PITT-RIVERS, Julian. Honra e posição social. In: PERISTIANY, J. G. (Org.). **Honra e vergonha**: valores das sociedades mediterrânicas. Lisboa: Fundação Gulbenkian, 1973.

PITT-RIVERS, Julian. The paradox of friendship. **Hau: Journal of Ethnographic Theory**, Chicago, v. 6, n. 3, p. 443–452, 2016. Disponível em: <https://www.journals.uchicago.edu/doi/full/10.14318/hau6.3.032>. Acesso em: 20 dez. 2024.

PONS, Inaci; RODRÍGUEZ, Roser; VEGA, Sonia. **Trabajo sexual**: Informe Cataluña. Barcelona: Departamento de Sociología y Análisis de las Organizaciones; Universidad de Barcelona, 2002.

PONTES, Luciana. Mulheres brasileiras na mídia portuguesa. **Cafajeste. Pagu**, Campinas, n. 23, p. 229-256, dezembro de 2004. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-83332004000200008>.

PRADA, Monique. **Putafeminista**. São Paulo: Veneta, 2018.

PUIG DE LA BELLACASA, Maria. Matters of care in technoscience: assembling neglected things. **Social Studies of Science**, v. 41, n. 1, p. 85-106, 2011. DOI: <https://doi.org/10.1177/0306312710380301>.

QUINTANA, M. Quintana de bolso: **Rua dos Cataventos e outros poemas**. Porto Alegre: L&PM Pocket, 2009.

QUIJANO, Aníbal. **Colonialidad del poder y clasificación social**. **Journal of World-Systems Research**, v. 6, n. 2, p. 342-386, verão/outono 2000. Edição especial: Festschrift for Immanuel Wallerstein – Parte I. Disponível em: <https://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/se/20140506032333/eje1-7.pdf>. Acesso em: 20 dez. 2024.

RAGO, L. M. **Os prazeres da noite**: prostituição e códigos da sexualidade feminina em São Paulo (1890-1930). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

RAMOS, Diana Helene. **PRETA, POBRE E PUTA**: a segregação urbana da prostituição em Campinas – Jardim Itatinga. 2015. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: <https://feminismurbana.wordpress.com/wp-content/uploads/2017/07/planejamento-urbano-regional-demografia-diana-helene-ramos.pdf>. Acesso em: 20 dez. 2024.

RAPPAPORT, Joanne. Más Allá De La Escritura: la epistemología de la etnografía en colaboración. **Revista Colombiana de Antropología**, v. 43, p. 197-229, 2007. DOI: <https://doi.org/10.22380/2539472X.1108>.

RAPPAPORT, Joanne. **Retornando la mirada**: una investigación colaborativa interétnica sobre el Cauca a la entrada del milenio. Popayán: Editorial Universidad del Cauca, 2005.

REED-DANAHAY, Deborah. Friendship, Kinship and the life course in rural Auvergne. In: BELL, Sandra; COLEMAN, Simon. (Eds.). **The anthropology of friendship**. Oxford: Berg, 1990.

REIS, Izis Moraes Lopes dos. Lugares ambíguos e Antropologia: reflexividade e dilemas éticos sobre ser profissional não acadêmica e pesquisadora. **Áltera** – Revista de Antropologia, João Pessoa, v. 1, n. 4, p. 61-88, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/altera/article/view/35877>. Acesso em: 20 dez. 2024.

REPÚBLICA PORTUGUESA. **Decreto do Presidente da República n. 57/2007**, de 4 de julho de 2007. Diário da República, 1. série, n. 127. [s.l]: Presidência Da República, 2007. Disponível em: <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/decreto-presidente-republica/57-2007-635812>. Acesso em: 20 dez. 2024.

REPÚBLICA PORTUGUESA. **Decreto Regulamentar n.º 9/2018, de 11 de setembro de 2018**. Diário da República, 1. série, n. 175. [s.l]: Presidência Do Conselho De Ministros, 2018. Disponível em: <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/decreto-regulamentar/9-2018-116382281>. Acesso em: 20 dez. 2024.

REPÚBLICA PORTUGUESA. **Tráfico de Seres Humanos - Relatório de 2022**. Barcarena: Observatório do Tráfico de Seres Humanos, 2023. Disponível em: https://www.cig.gov.pt/wp-content/uploads/2024/02/OTSH_Relatorio-Anual-Trafico-de-Seres-Humanos-2022_versao_divulgacaopublica.pdf. Acesso em: 05 jun. 2024.

REZENDE, Claudia Barcellos. Building Affinity through Friendship. *In*: BELL, Sandra; COLEMAN, Simon. (Eds). **The anthropology of friendship**. Routledge, 1999.

REZENDE, Claudia Barcellos. Entre Mundos: Sobre Amizade, Igualdade e Diferença. *In*: VELHO, G. KUSCHNIR, K. (Orgs.), **Mediação, Cultura e Política**. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2001. p. 237-264.

REZENDE, Claudia Barcellos. Mediação e cidadania na sociedade brasileira. Entre mundos: sobre amizade, igualdade e diferença. *In*: O DESAFIO DA DIFERENÇA, 2000, Salvador. Anais [...] Disponível em: <http://www.desafio.ufba.br/gt1-009.html>. Acesso em: 20 dez. 2024.

REZENDE, Claudia Barcellos. **Os significados da amizade**: duas visões de pessoa e sociedade. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

REZENDE, Claudia Barcellos; COELHO, Maria Claudia. **Antropologia das emoções**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

RIBEIRO, Diana; NOGUEIRA, Conceição; MAGALHÃES, Sara Isabel. As ondas feministas: continuidades e descontinuidades no movimento feminista brasileiro. **Sul-Sul - Revista de Ciências Humanas e Sociais**, v. 1, n. 3, p. 57–76, 2021. DOI: <https://doi.org/10.53282/sulsul.v1i03.780>.

RIBEIRO, Fernando Bessa.; CLEMENTE, Mara. Tráficos, trânsitos sexuais e agência. **Bagoas - Estudos gays: gêneros e sexualidades**, v. 11, n. 17, p. 22-38, 29 jan. 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/bagoas/article/view/13526>. Acesso em: 20 dez. 2024.

RIBEIRO, Gustavo Lins. Antropologias mundiais para um novo cenário global na antropologia. **Revista Brasileira de Ciências Sociais** v. 21, n. 60, p. 147-185, 2006. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0102-69092006000100009>.

RIBEIRO, Jullyane Carvalho. **Fazer-se refugiada**: Fronteiras, crises e (co)produção de diferenças na gestão do refúgio. 2021. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2021. Disponível em: <https://repositorio.unicamp.br/acervo/detalhe/1235991>. Acesso em: 20 dez. 2024.

RIBEIRO, Manuela *et al.* **Vidas na raia**: prostituição feminina em regiões de fronteira. Porto: Afrontamento, 2008.

RICCI, Lucas; LIMA, William Ferreira; BEGNAMI, Patrícia dos Santos. Gestão de conflitos no ambiente organizacional: Uma análise teórica. **Revista Espacios**, v. 38, n. 24, p. 27-34, 2017. Disponível em: <https://www.revistaespacios.com/a17v38n24/a17v38n24p27.pdf>. Acesso em: 20 dez. 2024.

RICOUER, Paul. **Freud and Philosophy**: An Essay on Interpretation. Trans. Denis Savage. New Haven: Yale University Press, 1970.

RODGERS, Graeme. Friendship, Distance and Kinship-Talk Amongst Mozambican Refugees in South Africa. In: DESAI, Amite; KILLICK, Evans (eds): **The Ways of Friendship: Anthropological Perspectives**. Berghahn Books, 2010.

RODRIGUES, André Rocha. **Rua da Frente**: Avenida Getúlio Vargas como contexto na prostituição em São Carlos - SP. 2015. 113 f. Dissertação (Mestrado em ciências sociais) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Faculdade de Ciências e Letras, Araraquara, 2015. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/126516>. Acesso em: 20 dez. 2024.

RODRIGUES, Daniel Soares Rumbelsperger. Foucault nas margens do Estado: sobre a atualidade da “gestão diferencial dos ilegalismos”. [SYN]THESIS: Cadernos do Centro de Ciências Sociais da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, v. 12, n. 1, p. 01-16, jan./jun. 2019. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/synthesis/article/viewFile/58500/37230>. Acesso em: 20 dez. 2024.

RODRIGUES, Marlene Teixeira. A prostituição no Brasil contemporâneo: um trabalho como outro qualquer? **Revista katálysis**, v. 12, n. 1, p. 68-76, 2009. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1414-49802009000100009>.

ROLNIK, Suely; GUATTARI, Félix. **Micropolítica**: cartografias do desejo. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

ROSA, Rafael Rocha da. Neoliberalismo, desdemocratização, subjetividade. **Argumentos Revista de Filosofia**, Fortaleza, ano 11, n. 21, p. 154-165, jan./jul. 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/43845>. Acesso em: 20 dez. 2024.

ROSALDO, ichelleM. Toward an anthropology of self and feeling. In: SHWEDER, R. A.; LEVINE, R. A. (ed.). **Culture theory**: essays on mind, self, and emotion. Cambridge: Cambridge University Press, 1984. p. 137-157.

RTP NOTÍCIAS. Fragilidade de refugiadas ucranianas usada por redes de tráfico sexual. **RTP Notícias**, 14 mai. 2022. Disponível em: https://www.rtp.pt/noticias/pais/fragilidade-de-refugiadas-ucranianas-usada-por-redes-de-trafico-sexual_v1405044. Acesso em: 20 dez. 2024.

SALES, Ana Paula Luna. **Da Violência ao Amor**: Economias Sexuais entre “Crimes” e “Resgates” em Fortaleza. 2018. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, 2018.

SANTOS, Boaventura de Souza, GOMES, Conceição; DUARTE, Madalena. Tráfico sexual de mulheres: Representações sobre ilegalidade e vitimação. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 87, 69–94, 2009. DOI: <https://doi.org/10.4000/rccs.1447>.

SANTOS, Boaventura de Souza. **Estado e Sociedade em Portugal**: 1974 – 1988. Porto: Edições Afrontamento, 1990.

SANTOS, Fabiane Vinente dos. Sexualidade e civilização nos trópicos: gênero, medicina e moral na imprensa de Manaus (1890-1915). **História, Ciências, Saúde**, Manguinhos, Rio de Janeiro, v.14, p.73-94, dez. 2007. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/3861/386138030004.pdf>. Acesso em: 20 dez. 2024.

SASSEN, Saskia. **Expulsões**: Brutalidade e complexidade na economia global. Tradução Angélica Freitas. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2016.

SAUNDERS, Penelope. Being on Top. **Global Public Health**, v. 17, n. 10, p. 2478-2483, 2022. DOI: <https://doi.org/10.1080/17441692.2021.2021266>.

SWAIN, Tania Navarro. Diferença sexual: uma questão de poder. In: SIMPÓSIO DE GÊNERO E LITERATURA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ, 1., 2011. **Anais** [...]. Fortaleza. 2011. Disponível em: <http://www.tanianavarrowswain.com.br/brasil/diferenca%20sexual.htm>. Acesso em: 20 dez. 2024.

SCHIFFMAN, L.G.; KANUK, L.L. **Comportamento do consumidor**. Rio de Janeiro: LTC, 2000.

SCHUCH, P. A vida social ativa da ética na Antropologia. **BIB** - Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais, São Paulo, n. 71, p. 5–24, 2011. Disponível em: <https://bibanpocs.emnuvens.com.br/revista/article/view/350>. Acesso em: 20 dez. 2024.

SEDGWICK, Eve Kosofsky *et al.* Leitura paranoica e leitura reparadora, ou, você é tão paranoico que provavelmente pensa que este ensaio é sobre você. **Remate de Males**, v. 40, n. 1, p. 389-421, 2020. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/remate/article/view/8658630>. Acesso em: 20 dez. 2024.

SERVIÇO DE ESTRANGEIROS E FRONTEIRAS. Relatório de Imigração, Fronteiras e Asilo 2022. Oeiras: SEF, 2023.

SEYFERTH, Giralda. Imigrantes, estrangeiros: a trajetória de uma categoria incômoda no campo político. Trabalho apresentado na Mesa Redonda Imigrantes e Emigrantes: as transformações das relações do Estado brasileiro com a migração. 26ª Reunião da Associação Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 01 e 04 de junho de 2008, Porto Seguro – Bahia, Brasil. Disponível em: http://www.imigracaohistorica.info/uploads/1/3/0/0/130078887/seyferth_giralda._imigrantes_estrangeiros_a_trajet%C3%B3ria_de_uma_categoria_inc%C3%B4moda_no_campo_pol%C3%ADtico.pdf. Acesso em: 20 dez. 2024.

SHARMA, Aradhana; GUPTA, Akhil. Introduction: Rethinking Theories of the State in an Age of Globalization. In: SHARMA, Aradhana; GUPTA, Akhil. **The Anthropology of the State, a reader**. Malden: Blackwell Publishing, 2006. p. 1-42.

SILVA, Clara Luisa Oliveira. **Sobre dar e receber ajuda na zona**: relações entre organizações religiosas e trabalhadoras sexuais em Belo Horizonte. 2022. Tese (Doutorado em Administração) - Centro de Pós-graduação e Pesquisas em Administração, Universidade

Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2022. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/52593>. Acesso em: 20 dez. 2024.

SILVA, Joseli Maria; ORNAT, Marcio Jose. Corporeidade: sexualidades no mercado sexual transnacional sob o olhar eurocêntrico. **Geosp Espaço e Tempo**, São Paulo, v. 20, n. 1, p. 69-82, jan./mar. 2016. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.2179-0892.geousp.2016.98302>.

SILVA, Livia Freire. Se fazer prostituta e indígena: identidades em processo In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO 11 & 13th WOMEN'S WORLDS CONGRESS. **Anais** [...]. Florianópolis, 2017, ISSN 2179-510X, p. 1-12. Disponível em: http://www.en.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1499288483_ARQUIVO_Sefazerprostitutaecindigena_final.pdf. Acesso em: 20 dez. 2024.

SILVA, Tiago Luís Coelho Vaz. **Feminismos, Sexualidade e Trabalho**: as controvérsias em torno do reconhecimento da prostituição como atividade profissional no Brasil. 2023. Tese (Doutorado em Filosofia e Ciências Humanas) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2023. Disponível em: <https://www.repositorio.unicamp.br/acervo/detalhe/1390449>. Acesso em: 20 dez. 2024.

SILVER, Allan. Friendship and trust as moral ideals: an historical approach. **European Journal of Sociology**, v. 30, n. 2, p. 274-297, 1989. DOI: <https://doi.org/10.1017/S0003975600005890>.

SIMMEL, Georg. O estrangeiro. In: MOARES FILHO, Evaristo. (Org.). **SIMMEL**. São Paulo: Ática. p. 182-188

SIMMEL, George. Faithfulness and gratitude. In: WOLFF, Kurt H. (org.). **The sociology of George Simmel**. New York: Free Press, 1964a. p. 379 -395.

SIMÕES, Soraya. Identidade e política: a prostituição e o reconhecimento de um métier no Brasil. **Revista de Antropologia Social dos Alunos do PPGAS-UFSCar**, v.2, n.1, p.24- 46, 2010. Disponível em: <https://www.rau2.ufscar.br/index.php/rau/article/view/20/19>. Acesso em: 20 dez. 2024.

SORJ, Bila. Estudos Sobre O Cuidado Na Sociologia: A Contribuição De Nadya Araujo Guimarães E Helena Hirata. **Sociologia & Antropologia**, v. 11, n. 3, p. 1089–1097, out. 2021. DOI: <https://doi.org/10.1590/2238-38752021v11i315>.

SORJ, Bila. Políticas sociais, participação comunitária e a desprofissionalização do care. **Cadernos Pagu**, n. 46: 107-128, 2016. DOI: <https://doi.org/10.1590/18094449201600460107>.

SOUSA, Fabiana Rodrigues de. **A noite também educa**: compreensões e significados atribuídos por prostitutas à prática da prostituição. 2012. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2012. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/2272>. Acesso em: 20 dez. 2024.

SOUSA, Fabiana Rodrigues de. Putas que falam: reflexões sobre autonomia e protagonismo político de prostitutas. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO, 11; WOMEN'S WORLDS CONGRESS, 13, 2017, Florianópolis. **Anais** [...]. Florianópolis, 2017.

Disponível em:

https://www.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1503772315_ARQUIVO_Texto_completo_MM_FGe.pdf. Acesso em: 20 dez. 2024.

SOUSA, Fabiana Rodrigues. Entre o medo e a ousadia: processos educativos consolidados no exercício do trabalho sexual. *In*: ENCONTRO DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO DA REGIÃO SUDESTE: culturas, políticas e práticas educacionais e suas relações com a pesquisa, 11, 2014, São João Del Rei. **Anais** [...]. Disponível em: <https://anpedsudeste2014.wordpress.com/wp-content/uploads/2015/07/fabiana-rodrigues-de-sousa.pdf>. Acesso em: 20 dez. 2024.

SPANGER, Marlène. Doing Love in the Borderland of Transnational Sex Work: Female Thai Migrants in Denmark. **NORA: Nordic Journal of Women's Studies**, v. 21, n. 2, p. 92–107, 2013. DOI: <https://doi.org/10.1080/08038740.2013.781543>.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

STRATHERN, Marilyn. **Fora de Contexto**: as ficções persuasivas da Antropologia. Trad. Tatiana Lotierzo; Luis Felipe Kojima Hirano. São Paulo: Terceiro Nome, 2013.

STRATHERN, Marilyn. **O efeito etnográfico e outros ensaios**. Ubu Editora LTDA-ME, 2017.

STRATHERN, Marilyn. Uma relação incômoda: o caso do feminismo e da antropologia. **Mediações** - Revista de Ciências Sociais, Londrina, v. 14, n. 2, p. 83–104, 2009. DOI: <https://doi.org/10.5433/2176-6665.2009v14n2p83>.

TAVARES, Aline Godois de Castro. **A Organização da Zona**: notas etnográficas sobre as relações de poder na zona de prostituição de Campinas – Jardim Itatinga. 2014. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Universidade Estadual de Campinas - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.47749/T/UNICAMP.2014.935027>. Acesso em: 20 dez. 2024.

TELLES, Vera da Silva. **Ilegalismos e a gestão (em disputa) da ordem**. Cidade: tramas, dobras, percursos. 2010. Tese de livre-docência, FFLCH-USP, São Paulo, 2010.

TELLES, Vera da Silva. Ilegalismos urbanos e a cidade. **Novos estudos CEBRAP**, n. 84, p. 153–173, 2009. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0101-33002009000200009>.

TELLES, Vera da Silva; HIRATA, Daniel Veloso. Ilegalismos e jogos de poder em São Paulo. **Tempo Social**, revista de sociologia da USP, v. 22, n. 2, p.39-59, 2010. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0103-20702010000200003>.

THELEN, Tatjana. Care of the elderly, migration, community: explorations from rural Romania. *In*: ALBER, E.; DROTBOHM, H. (Eds.). **Anthropological Perspectives on Care: Work, Kinship, and the Life Course**. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2015. p. 137–157.

THELEN, Tatjana. Partition and partings: The paradox of German kinship ties. In: JASSAL, Smita Tewar; BEN-ARI, Eyal. (Eds.). **The Partition Motif in Contemporary Conflicts**. California: Sage, 2007. p. 221–242.

TJDFT. Mulheres são condenadas por manter casa de prostituição no DF. **Tribunal De Justiça Do Distrito Federal e Dos Territórios**, 03 ago. 2023. Disponível em: <https://www.tjdft.jus.br/institucional/imprensa/noticias/2023/agosto/mulheres-sao-condenadas-por-manter-casa-de-prostituicao-no-df>. Acesso em: 26 dez. 2024.

TOGNI, Paula Christofolletti. **A Europa é o Cacém**: mobilidades, gênero e sexualidade nos deslocamentos de jovens brasileiros para Portugal. 2014. Tese (Doutorado em Antropologia) - ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa, Lisboa, 2014. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10071/8679>. Acesso em: 26 março. 2024.

TOGNI, Paula Christofolletti. Que “ Brasileira/os” Portugal Produz? Representações sobre gênero, amor e sexo. In: PISCITELLI, Adriana; ASSIS, Glaucia de Oliveira, OLIVAR, José Miguel (Org). **Gênero, sexo, amor e dinheiro**: mobilidades transnacionais envolvendo o Brasil. Campinas: UNICAMP, 2011.

TRNKA, Susanna; TRUNDLE, Catherine (Eds.). **Competing responsibilities**: the ethics and politics of contemporary life. Durham, NC: Duke University Press, 2017.

TRONTO, Joan C. Particularisme et responsabilité relationnelle em moral: une autre approche de l'éthique globale. In: PAPERMAN, P.; MOLINIER, P.. **Contre l'indifférence des privilégiés**. A quoi sert le care. Trad. de Marie Garrau. Paris: Payot, 2013. p.99-131

TRONTO, Joan. **Moral boundaries**: a political argument for an ethic of care. New York; London: Routledge, 1993.

TSING, Anna. **Friction**: An Ethnography of Global Connection. Princeton University Press, Princeton, NJ, 2004.

VALIENGO, C. B. **“Nois por nois”**: movimentos sociais de comunicação em São Paulo. 2016. Dissertação (Mestrado em Administração Pública e Governo). São Paulo: Escola de Administração de Empresas de São Paulo, Fundação Getúlio Vargas, 2016.

VELLASCO, A. M. S. Padrões de uso de provérbios na sociedade brasileira. In: GÄRTNER, E.; HUNDT, C.; SCHÖNBERGER, A. (Eds.) **Estudos de lingüística textual do português**. Frankfurt am Main: TEM, 2000. p. 267-313.

VIDA REAL. Intérpretes: Baco Exu do Blues; Correria; Lukas Kintê; Makonnes Tafari; Ravi; Vandal. Compositores: Baco Exu do Blues; Correria; Lukas Kintê; Ravi; Vandal. In: Vida Real. Correria, 2017. Disponível em: https://open.spotify.com/intl-pt/album/4ybsQBPMVqwfAx6tU4REaB?si=qXj_vjQTRKn7l9Lra4iyw. Acesso em: 20 dez. 2024.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. O nativo relativo. **Mana**. v. 8, n. 1, p. 113-148, 2002. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-93132002000100005>.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. Prefácio – O recado da mata. *In*: KOPENAWA, Davi; ALBERT, Bruce. **A queda do céu: palavras de um xamã Yanomami**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015

WHITAKER, Robin. The politics of friendship in feminist anthropology. **Anthropology in Action**, v. 18, n. 1, p. 56-66, 2011. Disponível em: https://www.academia.edu/12888289/The_Politics_of_Friendship_in_Feminist_Anthropology. Acesso em: 20 dez. 2024.

YAN, Yunsiang. **The Flow of Gifts** - reciprocity and social networks in a Chinese village. California, Stanford University Press, 1996.

ZAGO, Ana Luisa. A crimigração e a lógica das expulsões no marco dos 70 anos da convenção de 1951. *In*: RAMOS, André Carvalho; RODRIGUES, Gilberto M.A.; ALMEIDA, Guilherme Assis. **70 anos da Convenção relativa ao Estatuto dos Refugiados: (1951-2021) perspectivas de futuro**. Brasília: ACNUR Brasil, 2021.

ZANELLO, Valeska. **Saúde mental, gênero e dispositivos: cultura e processos de subjetivação**. Curitiba, Editora Appris, 2018.

ZANINI, Maria Catarina C.; ASSIS, Gláucia de Oliveira; BENEDUZI, Luis Fernando. Ítalo-Brasileiros na Itália no século XXI: "retorno" à terra dos antepassados, impasses e expectativas. **REMHU**, Rev. Interdiscip. Mobil. Hum., v. 21, n. 41, p. 139-162, 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/remhu/a/3kCk6WLCRMnGZY8TdkRyrbK/?lang=pt#>. Acesso em: 20 dez. 2024.

ZELIZER, Viviana A. Circuits within capitalism. *In*: NEE, Victor; SWEDBERG, Richard. (Eds.). **The economic sociology of capitalism**. Princeton: Princeton University Press, 2005a. p. 289-322.

ZELIZER, Viviana A. Dualidades perigosas. **Mana**, v. 15, n. 1, p. 237–256, abr. 2009. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-93132009000100009>.

ZELIZER, Viviana A. **The purchase of intimacy**. Princeton, N.J.: Princeton University Press, 2005b..

APÊNDICE A: Modelo de entrevista semiestruturada para trabalhadoras sexuais

1. O que você entende como amizade, o que essa relação significa para você?
2. Você acredite que existe amizade nas zonas de prostituição?
3. Para você a cor da pele, o nível educacional, a raça e outras características podem interferir na escolha de uma amiga? Você já viu essa interferência ocorrer?
4. Já ouviu a afirmação de que “puta não podem ser amigas” ou algo similar? Você acredita que esteja afirmação está correta?
5. Em sua opinião a amizade entre trabalhadoras sexuais pode diminuir os riscos e violências que podem surgir no momento de trabalho?
6. Já vivenciou alguma situação em que uma amiga te ajudou?
7. Você mantém contato com alguma colega fora do momento de trabalho?

APÊNDICE B: Memórias - Registros Fotográficos

Gempac

Figura 6 - Lourdes Barreto



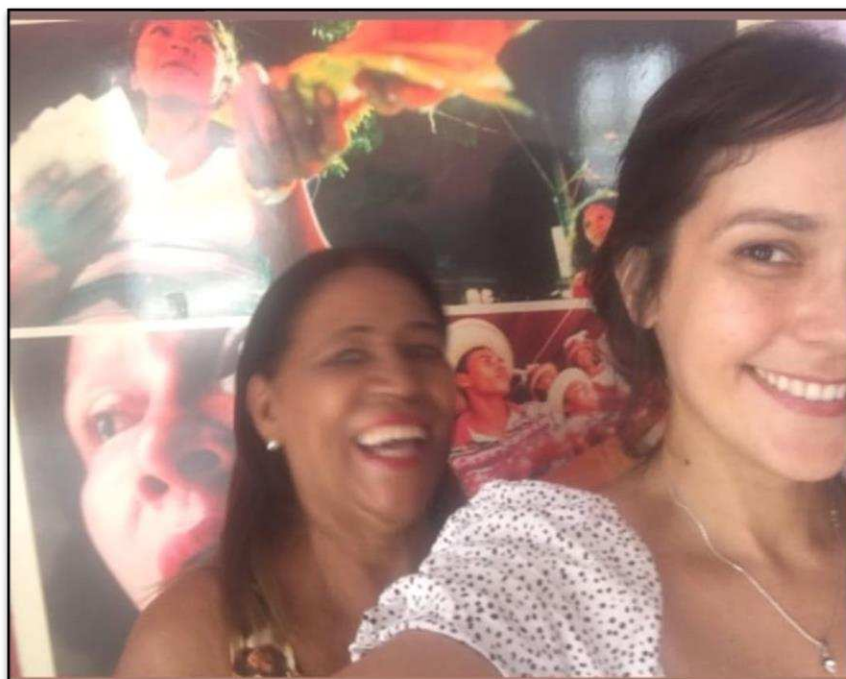
Fonte: Foto cedida por Lourdes Barreto, Líder do GEMPAC, para a composição do caderno de memórias.

Figura 7 – Lembrança 1: Socorro sorriu após o almoço, quando apreciamos um prato regional. Passamos a tarde pelas ruas de Belém e fomos passear no Ver-o-Peso. Nesse dia, fui apresentada pela primeira vez à casa da Pietra, e, à noite fomos, até a igreja Universal do Reino de Deus



Fonte: Registro da Autora.

Figura 8 - Lembrança 1.2 Antes da Selfie, Cinderela encenou toda sua história de vida por meio de danças e músicas. Sempre que nos encontrávamos ela costumava servir café e água enquanto conversávamos sobre a vida, religião e amores



Fonte: Registro da Autora.

Figura 9 - Lembrança 1.3 Primeira aproximação com o GEMPAC. Na foto, Estão Mirian, Amélia, Thiago Silva, eu, Cinderela e Tuani. Era uma tarde chuvosa, mas todos pareciam animados.



Fonte: Registro da Autora.

Figura 10 - Lourdes discursando sobre os direitos das prostitutas.



Fonte: Foto cedida por Lourdes.

Figura 11 - Lembrança 2. 4 Em Belém, uma tarde quente e chuvosa. Um colega nos levava até o GEMPAC.



Fonte: Registro da Autora.

Figura 12 - Socorro estampa capa de revista e, orgulhosamente, conta que, em sua juventude, foi Miss na boate Locomotiva. Seu nome de trabalho era Irá.



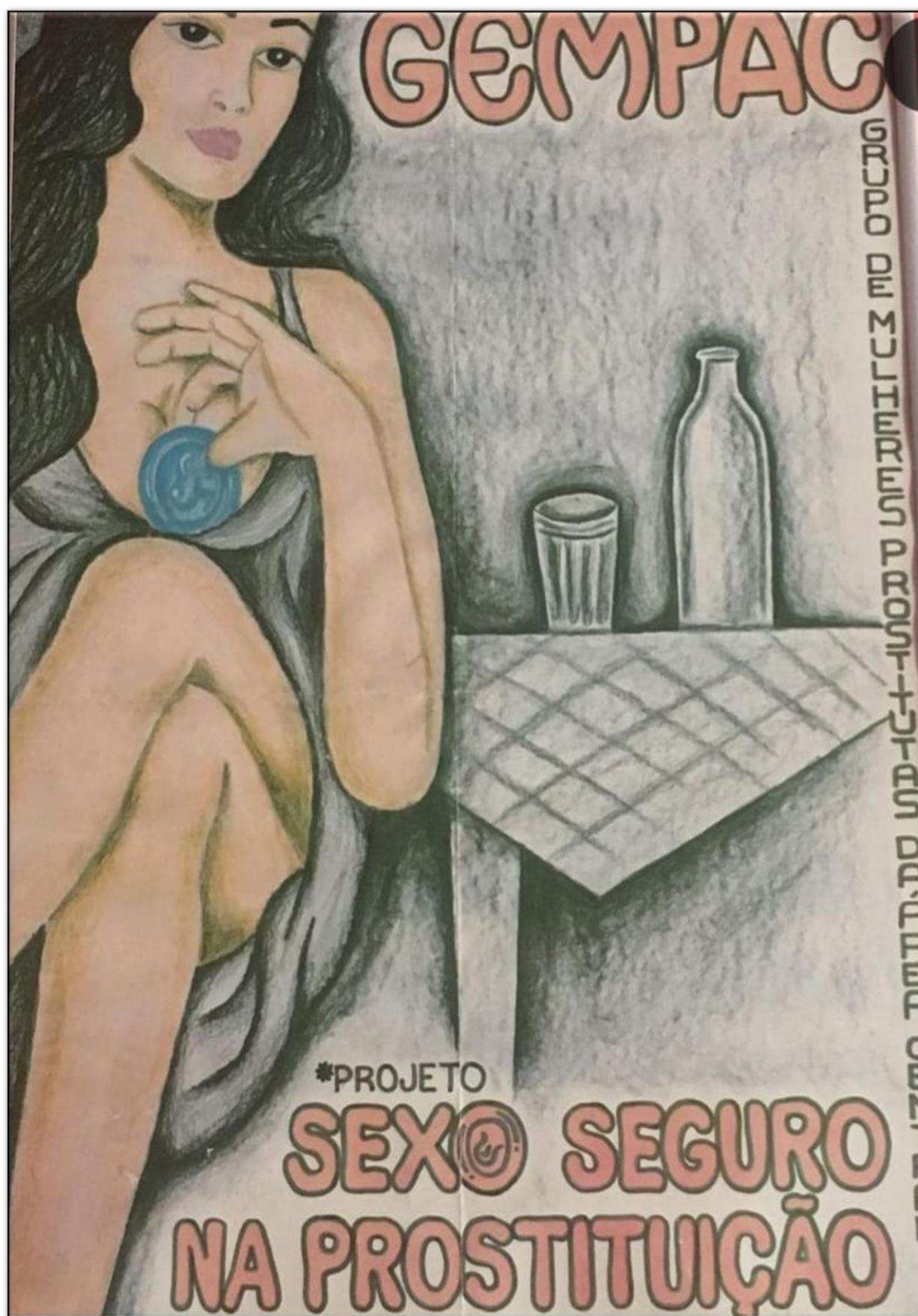
Fonte: Registro da Autora

Figura 13 - Lourdes e Socorro posam para foto



Fonte: Imagem gentilmente cedida por Socorro.

Figura 14 - Banner do GEMPAC, referente ao projeto de entrega de preservativos às prostitutas da região.



Fonte: Registro da Autora

MTS...

Figura 15 - Lembrança 2. 1 Mulheres do MTS em meio a passeata em Lisboa. Havíamos acabado de deixar a praça. A líder Maria, posicionada no fundo e com boné branco, sorri para câmera.



Fonte: Registro da Autora

Figura 16 - Lembrança 2. 2 Túnel onde algumas TS faziam ponto na estrada que leva à cidade de Braga.



Fonte: Registro da Autora

Figura 17 - Manifestação no dia 01 de abril de 2023



Fonte: Registro da Autora

Figura 25 - Lembrança 2. 3 Após enfrentarmos os homens, estendemos as faixas e assistimos ao comício sindical. Compramos algumas cervejas imperiais e combinamos nosso próximo encontro. Na foto, além das integrantes do MTS, estão as aliadas, estudantes e a professora Mara Clemente



Fonte: Registro da Autora

Registros com Patrícia

Figura 29 -Lembrança 2. 5 “Luxando”. Registro feito por Patrícia em Lisboa. Na companhia das amigas, aprendi as regras de etiqueta à mesa.



Fonte: Registro da Autora

Figura 38 - Comemoração do aniversário de Patrícia. Conosco, estão seus amigos de longa data.



Fonte: Registro da Autora

Figura 46 - Patrícia comemorando aniversário.



Fonte: Registro da Autora